JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Alto Garças 4
Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Diamantino 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 6
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 29
Prefeitura Municipal de Acorizal 29
Prefeitura Municipal de Água Boa 37
Prefeitura Municipal de Alto Garças 41
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 41
Prefeitura Municipal de Apiacás 42
Prefeitura Municipal de Araguaiana 52
Prefeitura Municipal de Araputanga 53
Prefeitura Municipal de Aripuanã 54
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 60
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 63
Prefeitura Municipal de Cáceres 64
Prefeitura Municipal de Campinápolis 67
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 70
Prefeitura Municipal de Campo Verde 72
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 76
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 77
Prefeitura Municipal de Canarana 80
Prefeitura Municipal de Carlinda 80
Prefeitura Municipal de Castanheira 81
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 88
Prefeitura Municipal de Cláudia 96
Prefeitura Municipal de Cocalinho 101
Prefeitura Municipal de Colíder 102
Prefeitura Municipal de Colniza 103
Prefeitura Municipal de Comodoro 107
Prefeitura Municipal de Confresa 107
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 112
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 112
Prefeitura Municipal de Curvelândia 114
Prefeitura Municipal de Denise 114
Prefeitura Municipal de Diamantino 114
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 119
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 120
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 120
Prefeitura Municipal de General Carneiro 121
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 121
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 122
Prefeitura Municipal de Itanhangá 122
Prefeitura Municipal de Itiquira 125
Prefeitura Municipal de Jaciara 126
Prefeitura Municipal de Jangada 127
Prefeitura Municipal de Jauru 127
Prefeitura Municipal de Juara 129
Prefeitura Municipal de Juruena 132

Prefeitura Municipal de Juscimeira 132
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 133
Prefeitura Municipal de Luciara 133
Prefeitura Municipal de Marcelândia 134
Prefeitura Municipal de Matupá 134
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 137
Prefeitura Municipal de Nobres 139
Prefeitura Municipal de Nortelândia 139
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 140
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 143
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 144
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 145
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 145
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 154
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 240
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 241
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 242
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 324
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 326
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 328
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 331
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 332
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 335
Prefeitura Municipal de Paranatinga 335
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 336
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 337
Prefeitura Municipal de Poconé 338
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 338
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 344
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 348
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 353
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 389
Prefeitura Municipal de Poxoréu 396
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 397
Prefeitura Municipal de Rondolândia 406
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 407
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 408
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 408
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 410
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 410
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 411
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 411
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 415
Prefeitura Municipal de São José do Povo 417
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 418
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 418
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 421
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 421
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 422
Prefeitura Municipal de Tabaporã 422
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 422
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 423
Prefeitura Municipal de Torixoréu 423
Prefeitura Municipal de União do Sul 424
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 424
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 430
Prefeitura Municipal de Vila Rica 431

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Na edição nº 3.330 pagina 04 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 08 do 10 de 2019, na publicação da Dispensa de Licitação Nº 004/2019**, ONDE SE LÊ: "**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2019**" LEIA-SE:** "AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº005/2019". Demais dados permanecem inalterados.

Alto Garças, 08 de outubro de 2019.

FERNANDA WALESCA COSTA COUTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 024/2019

NOMEIA O ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA – MT, CONFORME O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2019.

ILÍDIO DA SILVA NETO, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial o seu art. 67,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o representante da empresa: JOÃO GUSTAVO FARIA DOS SANTOS JUNIOR – ME, inscrita no CNPJ nº 22.164.807/0001-00, Sr. João Gustavo Faria dos Santos Junior, contratada por meio do Contrato Administrativo nº 05/2019, oriundo da Dispensa de Licitação nº 04/2019, para responder pelo acompanhamento e fiscalização da obra de revitalização e adequação da Câmara Municipal de Araputanga – MT.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatro (04) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

Ilídio da Silva Neto

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Contrato Administrativo nº 005/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA MT Contratado: João Gustavo Faria dos Santos Júnior - ME Data da assinatura: 04/10/2019 Vigência: O prazo de execução dos serviços do Objeto deste contrato, será de 180 (cento e oitenta) dias à contar da data de assinatura do mesmo.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para supervisão, fiscalização e acompanhamento de medição da obra de Revitalização e Adequação da Câmara Municipal de Araputanga – MT, nos termos constantes no edital nº 001/2019 seus anexos e planilhas da engenharia, bem como auxiliar os trabalhos desenvolvidos pelo fiscal de contrato da obra.

Dispensa de Licitação pelos Motivos apresentados.

Considerando, o disposto nos documentos anexos, cujo ao teor desses expedientes aderimos integralmente;

Considerando, o interesse e necessidade dessa Câmara em adquirir o objeto a ser contratado;

Autorizo a contratação da Empresa João Gustavo Faria dos Santos Júnior - ME, CNPJ n. 22.164.807/0001-00, para fornecer o objeto acima citado com prazos e condições a serem determinadas por meio de contrato firmado entre as partes, sendo:

a) a formalização do pactuado em instrumento próprio;

b) o empenhamento da despesa para que surta os efeitos orçamentários e financeiros necessários no exercício de 2019;

c) a publicação do extrato da contratação em cumprimento ao que dispõe o § único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Araputanga – MT, 04 de outubro de 2019.

ILÍDIO DA SILVA NETO

Presidente da Câmara Municipal de Araputanga MT

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 005/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 005/2019

Pelo presente Instrumento Público de Contrato de Serviço, que se regula pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, de conformidade com as seguintes Cláusulas:

A) CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede a Rua Limiro Rosa Pereira , inscrita no C.N.P.J sob Nº.15.023.682/0001-25, representado neste ato, pelo seu primeiro mandatário o Excelentíssimo Sr. ILÍDIO DA SILVA NETO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 600121 SSP/MT, CPF Nº 135.112.381-53, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

B) CONTRATADO: JOÃO GUSTAVO FARIA DOS SANTOS JÚNIOR - ME, CNPJ n. 22.164.807/0001-00, com sede na Rua Adeli Na de Souza, n° 86, Jd. primavera, Araputanga/MT – CEP 78.260-000, representada neste ato pelo seu sócio Proprietário o Sr. João Gustavo farias dos Santos Júnior, brasileiro, maior, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 54909929-9 SSP/SP, CPF Nº 070.908.486-20, Cart. CREA/MSP n.º 64045506, doravante denominado CONTRATADO.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica de engenharia para supervisão, fiscalização e acompanhamento de medição da obra de Revitalização e Adequação da Câmara Municipal de Araputanga – MT, nos termos constantes no edital nº 001/2019 seus anexos e planilhas da engenharia, bem como auxiliar os trabalhos desenvolvidos pelo fiscal de contrato da obra.

Dotação: 01.001.01.031.1017.2002.3.3.90.39.00

Valor Global do Contrato: R$ 12.840,00

Quantidade de Parcelas: 06 Parcelas

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de 180 (cento e oitenta) dias à contar da data de assinatura do mesmo.

Data do Contrato: 04/10/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA N.º 023/2019

DESIGNAR SERVIDORA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 05/2019.

ILÍDIO DA SILVA NETO, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidora DANIELLE FERREIRA SE SOUSA, do quadro efetivo da Câmara Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 005/2019:

Contrato nº 005-2019 – João Gustavo Faria dos Santos Júnior - ME inscrita no CNPJ nº 22.164.807/0001-00.

Art. 2° - Fica nomeada a servidora para acompanhar e fiscalizar o objeto requisitado pela Câmara Municipal, firmado entre a Câmara Municipal de Araputanga – MT e a empresa ora contratada.

Art. 3º - A servidora supramencionada será responsável por analisar os andamentos tomando as medidas cabíveis, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 67, § 1°, Lei 8.666/93).

Art. 4° - As decisões que ultrapassarem a competência do servidor deverão ser solicitadas ao seu superior em tempo hábil para que tome as providências cabíveis (Art. 67, § 2°, Lei 8.666/93).

Art. 5° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatro (04) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

ILÍDIO DA SILVA NETO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 189/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO*, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os Servidores abaixo relacionados para constituírem a **COMISSÃO DE PATRIMÔNIO** da Câmara Municipal de Cáceres-MT, com vistas a instrumentalizar o contido no Artigo 21, II, “o”, do Regimento Interno, com investidura dos mesmos pelo período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	SERVIDOR TITULAR/SUPLENTE
PRESIDENTE	DEZENIR APARECIDA DE SOUZA FRANÇA
MEMBRO	HENRIQUE BARCELOS MORAES
MEMBRO	POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA
1º SUPLENTE	MARIO CÉSAR VIEGAS MUNIZ
2º SUPLENTE	GLEISON DA SILVA SOUZA

Art. 2º Delegar à Comissão nomeada, competência para:

a) Efetuar a conferência da Escritura Patrimonial da Câmara Municipal de Cáceres-MT;

b) Avaliar móveis e equipamentos sem documentos probatórios dos valores de aquisição, solicitando, se necessário, avaliações de técnicos e realizando pesquisas de mercado, com vistas à fixação dos valores a serem indicados nos Termos de Avaliação correspondentes;

c) Baixar bens por motivo de alienação, ou que, por outras razões, a critério da Administração, tenham de ser desvinculados do acervo patrimonial da Instituição;

Art. 3º O membro substituirá o presidente em caso de férias, licença ou afastamento e consequentemente o suplente substituirá o membro.

I – Os suplentes somente perceberão o adicional de função em caso de férias, licença ou afastamento do Titular da Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 159 de 08 de agosto de 2019, com efeito retroativo a partir de 01 de outubro de 2019.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de outubro de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 190/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ERNANI LUIZ LADEIA SEGATTO**, matrícula nº 618, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, **30 (trinta) dias de gozo de férias, sendo 1/3 (um terço) das férias convertida em Salário-Família pecuniário,** relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 13 de janeiro de 2020, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 02 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 07 de outubro de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 010/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 010/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2019

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, VISANDO A EXECUÇÃO DA REFORMA E RESTAURAÇÃO DA CALÇADA EXTERNA DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO DE CLÁUDIA – MT. VALOR GLOBAL: 4. 967,80 (quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inc. I, alínea “b” e seu § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como pela Cláusula Sétima, Item 7.1, alínea “d”, do Contrato originário. CONTRATADA: SEBASTIÃO GAEST 03189810176, CNPJ n° 15.268.269/0001-20 - Cláudia – MT, 08 de Outubro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº62/2019 - NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MARIA WILDEI COELHO BRITO, NO CARGO DE AUXILIAR DE COMPRAS.

PORTARIA Nº62/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MARIA WILDEI COELHO BRITO, NO CARGO DE AUXILIAR DE COMPRAS.

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

Com base na Lei Complementar nº153/2019 de 12 de agosto de 2019; e

Termo de convênio de cessão de servidor público nº001/2019, de 27 de Setembro de 2019, entre Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Confresa-MT.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada a Senhora **MARIA WILDEI COELHO BRITO**, inscrita na Cédula de Identidade RG.n.º.1569137-3 SSP/MT e CPF: n.º 004.964.611-76, no cargo de Auxiliar de Compras.

Parágrafo Único – a servidora ficará responsável pelo Setor de compras e almoxarifado.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa – MT, 08 de outubro de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 008/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 008/2019

A Câmara Municipal de Diamantino, através de seu Pregoeiro Oficial, Portaria nº. 12/2019, torna público aos interessados, o resultado do Pregão Presencial, cujo objeto trata-se da contratação de empresa especializada para aquisição de garrafas de 510 ml de água mineral natural sem gás, garrafões de 20 litros de água natural, Gás de cozinha 13 Kg, suco de frutas, barras de gelos, e serviços de locações de tendas, cadeiras, mesas, toalhas, tampão de mesa e, caixas térmicas.

Data da realização: 07/10/2019.

Empresa vencedora: Maria Cleide de Oliveira foi vencedora em todos os lotes perfazendo um total de R$ 39.108,30 (trinta e nove mil cento e oito reais e trinta centavos);

Diamantino-MT, 08 de outubro de 2019.

Paulo Cezar da Cruz Fonseca

PREGOEIRO OFICIAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2019

Pelo presente instrumento o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.997.711/0001-08, com sede administrativa a Travesso Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado Órgão Gestor, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, RESOLVE registrar os preços da empresa:

KRAUSE COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS E IMPLANTES LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 03.219.062/0001-87, Inscrição Estadual nº 13.565.166-2, com sua sede à Rua C, n° 3, Quadra 11, Sala B, Bairro Village Flamboyant, CEP 78.035-380, na cidade de Cuiabá - MT, telefone: (65) 3624-0164, e-mail: ortomaxmt@gmail.com / guilherme@ortomaximplantes.com.br, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário o Sr. FREDERICO JOSÉ SAYAGO KRAUSE NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 190.557-14 SSP/MT e do CPF nº 048.800.491-82, residente e domiciliado na Rua Projetada, n° 1734, Quadra 25, 2ª Etapa, Bairro Jardim Santa Amália, CEP 78.035-675, na cidade de Cuiabá - MT.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2019, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Federal n.º 3.555/2000; Decreto Federal n.º 7.892/2013 e, ainda, pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ÓRTESES E PRÓTESES MÉDICAS, EM ATENDIMENTO AO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: KRAUSE COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS E IMPLANTES LTDA - ME

CNPJ N°: 03.219.062/0001-87 I.E. N°: 13.565.166-2

ENDEREÇO: Rua C, Quadra 11, Sala B N°: 3 BAIRRO: Village Flamboyant

CIDADE: Cuiabá - MT CEP: 78.035-380

TELEFONE: (65) 3624-0164 E-MAIL: ortomaxmt@gmail.com / guilherme@ortomaximplantes.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: FREDERICO JOSÉ SAYAGO KRAUSE NETO

ITENS:

ITEM QUANT UNID. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

602 100 UNID. FIXADOR EXTERNO ARTIC. RU 1008 HEXAGON R$ 1.351,04 R$ 135.104,00

604 15 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X10MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 230,10

605 44 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X12MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 674,96

606 93 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X14MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 1.426,62

607 133 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X16MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 2.040,22

608 139 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X18MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 2.132,26

609 153 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X20MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 2.347,02

610 185 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X22MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 2.837,90

611 15 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X24MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 230,10

612 18 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X26MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 276,12

614 16 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X28MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 245,44

616 15 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X30MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 230,10

617 10 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X34MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 153,40

618 10 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X40MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 153,40

619 10 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X45MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 153,40

620 10 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X50MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 153,40

621 05 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X16MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 90,30

622 06 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X18MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 108,36

623 10 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X20MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 180,60

625 19 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X22MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 343,14

626 42 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X24MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 758,52

627 20 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X28MM HEXAGON R$ 16,06 R$ 361,20

628 82 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X30MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.480,92

629 94 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X32MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.697,64

630 72 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X34MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.300,32

631 84 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X36MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.517,04

632 83 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X38MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.498,98

633 90 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X40MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.625,40

634 99 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X42MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 1.787,94

635 50 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X44MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 903,00

636 26 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X46MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 469,56

637 46 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X48MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 830,76

638 46 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X50MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 830,76

639 25 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X52MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 451,50

640 25 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X54MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 451,50

641 25 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X56MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 451,50

642 25 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X58MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 451,50

643 10 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X60MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 180,60

644 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X10MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

645 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X12MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

646 09 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X14MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 249,39

647 05 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X16MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 138,55

648 05 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X18MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 138,55

649 05 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X20MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 138,55

650 05 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X22MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 138,55

651 06 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X24MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 166,26

652 08 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X26MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 221,68

653 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X28MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

654 07 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X30MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 193,97

656 16 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X40MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 443,36

657 46 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X45MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 1.274,66

658 25 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO 4.0X50MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 692,75

659 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X25MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

660 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X30MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

661 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X35MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

662 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X40MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

663 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X50MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

664 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X45MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

665 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X60MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

666 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X65MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

667 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X70MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

668 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X75MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

669 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X80MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

671 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X30MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

672 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X35MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

673 11 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X40MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 304,81

674 13 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X45MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 360,23

675 10 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X50MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 277,10

676 13 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X55MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 360,23

677 13 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X60MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 360,23

678 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X65MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

679 12 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X70MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 332,52

680 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X75MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

688 400 UNID. PINO SCHANZ 5.0X200MM HEXAGON R$ 28,45 R$ 11.380,00

1212 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 16 6.5X55MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

1237 15 UNID. PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA 32 6.5X80MM HEXAGON R$ 27,71 R$ 415,65

1596 18 UNID. PARAFUSO CORTICAL 3.5X35MM HEXAGON R$ 15,34 R$ 276,12

1597 45 UNID. PARAFUSO CORTICAL 4.5X26MM HEXAGON R$ 18,06 R$ 812,70

1614 05 UNID. PLACA EM T 1/3 TÍBIA 4,5 2X6 FUROS HEXAGON R$ 288,71 R$ 1.443,55

1615 05 UNID. PLACA EM T 1/3 TÍBIA 4,5 2X7 FUROS HEXAGON R$ 288,71 R$ 1.443,55

1619 15 UNID. PLACA PEQUENA RECONSTRUÇÃO RETA 3.5MM 6 FUROS HEXAGON R$ 299,90 R$ 4.498,50

1620 15 UNID. PLACA PEQUENA RECONSTRUÇÃO RETA 3.5MM 8 FUROS HEXAGON R$ 299,90 R$ 4.498,50

Valor total da ATA de Registro de Preços 203.508,39 (DUZENTOS E TRÊS MIL QUINHENTOS E OITO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do MATERIAL;

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas;

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o Órgão Gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada;

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o Órgão Gerenciador ordenará a realização de nova pesquisa de preços;

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência;

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do Órgão Gerenciador, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado;

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio;

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado;

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O Órgão Gerenciador ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva Autorização de Fornecimento, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado;

8.1.1 Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como 02 (dois) dias logo após a contratada receber a ordem de entrega (Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das

sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações

8.2. A cada fornecimento ou período, o Órgão Gerenciador providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços;

8.3. Os MATERIAIS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalva a hipótese do artigo 74 da Lei Federal n.º 8.666/93;

8.4. O recebimento definitivo dar-se-á com a liquidação da despesa;

8.4.1. Em se verificando problemas na entrega do MATERIAL, a Fornecedora será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.5. Fica a critério do Órgão Gestor a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega;

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao representante da Administração, que verificará e confrontará a qualidade e quantidade do objeto entregue com aquele constante da Autorização de Fornecimento;

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64;

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo Órgão Gestor.

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos.

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros.

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços.

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições.

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros.

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

10.2.6 Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações.

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição.

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. - Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.2.1 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.2.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.2.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

A) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

B) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DA REVISÃO

12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos

preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8. 666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo Órgão Gerenciador, quando:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

13.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio;

13.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado.

13.5. Na hipótese de cancelamento parcial, o Órgão Gestor poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva;

14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

14.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidades, vícios ou imperfeição no fornecimento;

14.2. O documento de cobrança será emitido em nome do Órgão Gestor, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma;

14.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

14.3. Todos os tributos incidentes sobre os MATERIAIS ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie;

14.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial;

14.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento;

14.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo Órgão Gestor para as medidas de regularização;

15.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Órgão Gestor para as providências cabíveis;

15.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor;

15.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O Órgão Gestor efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gestor providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas DO Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT(diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

19.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

18.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de Empenho;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da nota de Empenho, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

18.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

18.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

18.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por prazo de até 02 (dois) anos;

18.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

18.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o este Consórcio pelo prazo de até 2 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da Lei;

18.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

18.7. Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

18.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

18.9. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

18.10. As multas previstas neste capítulo deverão ser recolhidas, em guia própria, emitida pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DE PEIXOTO.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública;

19.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Gestor.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

20.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no Órgão Gestor nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 08 de Outubro de 2019.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO CISVP

CONTRATANTE

_____

KRAUSE COMÉRCIO DE ARTIGOS ORTOPÉDICOS E IMPLANTES LTDA - ME

CNPJ: 03.219.062/0001-87

FREDERICO JOSÉ SAYAGO KRAUSE NETO

SÓCIO PROPRIETÁRIO

CONTRATADA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2019 DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2019 DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 deste consórcio, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017;

RESOLVE

Art. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto situado a Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, para contratação funcional.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo e a entrega dos documentos exigidos no Anexo I, deste Edital, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / HRPA			
Col.	Código	Candidato	Identif.
28º	0054	ANA PAULA FERREIRA SANTANA	111.079.756-70

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

- Certidão de Casamento ou Nascimento;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF;

- Carteira de Vacinação completa e atualizada do candidato e dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

- Cartão do PIS/PASEP;

- Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

- Título de Eleitor;

- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo;

- Exames exigidos para admissão: - PSA para homens acima de 40 anos; - PCCU – Preventivo do Cancer Cervico Uterino (último exame realizado); - Uréia; - Creatinina; - EAS; - Raio X de Tórax AP/P; - Eletrocardiograma; - Glicemia em jejum; - Grupo Sanguíneo (fator RH); - VDRL; - HIV; - HBsAg – anti HCV (Hepatites); - Urina tipo I; Hemograma completo.

- 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo- se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

- Declaração contendo endereço residencial;

- Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

- Declaração de Bens;

- Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

- CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

- CPF do Pai e da Mãe;

- Conta Corrente no Banco do Brasil S/A;

- Carteira de Trabalho CTPS.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2019

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.997.711/0001-08, com sede administrativa a Travesso Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado Órgão Gestor, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Mauricio Ferreira de Souza, RESOLVE registrar os preços das empresas:**

C. E. CARVALHO – COMERCIAL EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 24.864.422/0001-73, Inscrição Estadual nº 90722395-79 com sua sede à Avenida Duque De Caxias, n° 185, Bairro Centro, CEP 86.935-000, na cidade de Lunardelli - PR, telefone: (43) 3478-1781, e-mail: parana.med@hotmail.com, neste ato representado pelo seu Proprietário CARLOS EDUARDO CARVALHO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7793323-9 SSP-PR e do CPF nº 007.976.549-17, residente na Avenida 7 de Setembro, n° 835, Bairro Centro, na cidade de Lunardelli – PR.

De acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando o **FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE, CONFORME TERMO DE CONVENIO N° 002/2015, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, LOCALIZADA NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS Nº269, BAIRRO ALVORADA PEIXOTO DE AZEVEDO MT**, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2019**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Federal n.º 3.555/2000; Decreto Federal n.º 7.892/2013 e, ainda, pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE, CONFORME TERMO DE CONVENIO N° 002/2015, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, LOCALIZADA NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS Nº269, BAIRRO ALVORADA PEIXOTO DE AZEVEDO MT"**, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2.1 FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA:C. E. CARVALHO – COMERCIAL EPP		
CNPJ N°: 24.864.422/0001-73	I.E. N°: 90722395-79	
ENDEREÇO: AVENIDA DUQUE DE CAXIAS	N°185	BAIRRO: CENTRO
CIDADE: LUNARDELLI - PR	CEP: 86.935-000	
TELEFONE: (43) 3478-1781	E-MAIL: parana.med@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: CARLOS EDUARDO CARVALHO		
ITENS:		

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2705	03	UNID	**ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO** Configurações especificações mínimas: Com fluxo de aspiração livre de aproximadamente 60 l/min. Devendo conter frasco inquebrável, transparente, graduado, com boca larga e capacidade mínima de reservatório de 05 litros. Tampa do frasco com vedação hermética e autoclavável. Vacuômetro de 0 a 76 cmHg e bomba isenta de óleo. Controle de vácuo de 0 a 60 cmHg. Sistema de acionamento por interruptor com possibilidade de acionamento por pedal. Gabinete resistente à corrosão com rodízios e com freio. Filtro de ar. Proteção contra extravasamento ou com limitador de nível. Alimentação 110/220V. Acessórios: mangueira de silicone com metragem mínima de 1,50 m; Garantia mínima de 01 ano. Manual de instruções em português.	PROTEC/ EVOLUTIO	R$ 3. 995,00	R$ 11. 955,00
2912	01	UNID.	**BANHO MARIA** Banho Maria: Aquecedor de Fluido. Utilizado para aquecer lenta e uniformemente qualquer substância líquida ou sólida. Capacidade para 60 tubos ou superior; tanque em inox, sem soldas, com cantos arredondados (sem agitação); Capacidade de 7L; tampa angular de aço inox tipo cumeeira, com alça e orifício para termômetro, construído em aço inox, com excelente acabamento externo, resistência tubular blindada, bandeja de aço inox para apoio da estante, estante única em material plástico para tubos de ensaio com diâmetro de 13 mm e 100 mm de altura, controlador de temperatura microcontrolado com display, faixa de trabalho entre 30°C e 60°C, Sensor tipo Pt 100. Acompanha manual de instruções em português. Possuir válvula para drenagem; Capacidade; Possuir medição e controle de temperatura dentro da faixa de aplicabilidade; Indicação visual de alcance da temperatura desejada; A cuba não deve apresentar reentrâncias e/ou cantos vivos; Indicação visual de temperatura momentânea; Alimentação elétrica: 110/220 v - 60Hz. Garantia do fabricante de no mínimo 01 ano. Manual de uso em português.	GLOBAL TRADE/ GTI	R$ 1. 795,00	R$ 1. 795,00
			VALOR TOTAL			**R$ 13. 780,00**

Valor total da ATA de Registro de Preços **R$ 13.780,00 (R$ 13.780,00 (TREZE MIL E SETECENTOS E OITENTA REIAS)**.

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **EQUIPAMENTO**;

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas;

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada;

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços;

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência;

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado;

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio;

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado;

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva **Autorização de Fornecimento**, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado;

8.2. A cada fornecimento ou período, o **Órgão Gerenciador** providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços;

8.3. Os **MATERIAIS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalva a hipótese do artigo 74 da Lei Federal n.º 8.666/93;

8.4. O recebimento definitivo dar-se-á com a liquidação da despesa;

8.4.1. Em se verificando problemas na entrega do EQUIPAMENTO, a Fornecedora será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.5. Fica a critério do **Órgão Gestor** a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega;

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao representante da Administração, que verificará e confrontará a qualidade e quantidade do objeto entregue com aquele constante da Autorização de Fornecimento;

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64**;**

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.9.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor; **10.1.10.** Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.11.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

10.2.6 Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido

o prazo para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. - Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.2.1 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.2.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.2.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DA REVISÃO

12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência. **13.1.1.** O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa. **13.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor.

13.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio;

13.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado.

13.5. Nahipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva;

14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

14.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidades, vícios ou imperfeição no fornecimento;

14.2. O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma;

14.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

14.3. Todos os tributos incidentes sobre os **MATERIAIS** ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie;

14.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial;

14.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento;

14.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização;

15.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis;

15.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor;

15.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / **https://diariomunicipal.org/mt/amm/**) e no Diário de Contas DO Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT(diário eletrônico / **http://www.tce.mt.gov.br/**).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, consoante o caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora; **b)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

18.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora; **b)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso. **18.1.3.** As multas previstas pelo item 18.1 da ARP, também se refere a atraso na entrega (por dia de atraso).

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

18.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

18.3.1. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Consórcio de Saúde, por prazo de até 02 (dois) anos;

18.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

18.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

18.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

18.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública;

19.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

20.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 24 de junho de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO CISVP

CONTRATANTE

C. E. CARVALHO – COMERCIAL EPP

CNPJ: 24.864.422/0001-73

CARLOS EDUARDO CARVALHO

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2019 DO PROCESSO SELETIVO 002/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2019 DO PROCESSO SELETIVO 002/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018 deste consórcio, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018;

RESOLVE

Art. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto situado a Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, para contratação funcional.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo e a entrega dos documentos exigidos no Anexo I, deste Edital, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

VIGIA / HRPA		
Col.	Candidato	Identif.
06º	ADRIANA MOURA DE CASTRO	036.208.801-23

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

- Certidão de Casamento ou Nascimento;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF;

- Carteira de Vacinação completa e atualizada do candidato e dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

- Cartão do PIS/PASEP;

- Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

- Título de Eleitor;

- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo;

- Exames exigidos para admissão: - PSA para homens acima de 40 anos; - PCCU – Preventivo do Cancer Cervico Uterino (último exame realizado); - Uréia; - Creatinina; - EAS; - Raio X de Tórax AP/P; - Eletrocardiograma; - Glicemia em jejum; - Grupo Sanguíneo (fator RH); - VDRL; - HIV; - HBsAg – anti HCV (Hepatites); - Urina tipo I; Hemograma completo.

- 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo- se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

- Declaração contendo endereço residencial;

- Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

- Declaração de Bens;

- Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

- CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

- CPF do Pai e da Mãe;

- Conta Corrente no Banco do Brasil S/A;

- Carteira de Trabalho CTPS.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019

Pelo presente instrumento o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.997.711/0001-08, com sede administrativa a Travesso Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada na cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado Órgão Gestor, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Mauricio Ferreira de Souza, Presidente do CISVP, RESOLVE registrar os preços das empresas conforme segue:

C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ n°: 26.457.348/0001-04 e Inscrição Estadual nº 106759701, com sua sede à Avenida Graça Aranha, Qd. 29, Lt. 09, s/n, Bairro Jardim Nova Era, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, CEP 74.916-070, telefone (62) 3983-2238 / 2239, e-mail ca.distribuidora@hotmail.com, neste ato representado pela sua Administradora ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA, brasileira, solteira, empresaria, portadora da Cédula de Identidade RG nº 126020119995 SEJSPC/MA e do CPF nº 990.606.393-91, residente na Rua Mica, s/n, Qd 30, Lt 07, Cs 01, Bairro Vila Oliveira, na cidade de Aparecida do Goiânia - GO, CEP: 74.955-380.

J D DE ANDRADE DROGARIA – EPP, inscrita no CNPJ n° 18.175.769/0001-06 e Inscrição Estadual n°13491428-7, com sua sede à Avenida Jatobá, n° 1295, Bairro Centro, na cidade de Guarantã Do Norte – MT, CEP 78.520-000 Telefone (66) 3552-3030, e-mail: eda.klein@hotmail.com / joaquimdanielandrade@hotmail.com, neste ato representado pelo seu Proprietário JOAQUIM DANIEL DE ANDRADE, portador da Cédula de Identidade RG nº 09418059 – SJSP/MT e do CPF nº 621.929.141-75, residente na Rua Goiás, nº 147, Bairro Jardim Araguaia, CEP 78.520-000 na cidade de Guarantã do Norte-MT.

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ n° 28.418.133/0001-00 e Inscrição Estadual n°10.701.507-2, com sua sede à Alameda 21 de Abril, s/n, Bairro Expansul, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, CEP 74.986-750, Telefone: (62) 3416-8300, e-mail: licitacao01@medvittadist.com.br, neste ato representado pelo Diretor CASSIO MARTINS DE FREIRAS, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 5040142 SPTC/GO e do CPF nº 032.868.041-93, residente e domiciliado na Rua 54, Qd. B 13, Lt. 13/15, n° 403, Bairro Jardim Goiás, CEP 74.986-750 na cidade de Goiânia - GO.

RINALDI & COGO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ n°: 07.269.677/0001-79 e Inscrição Estadual n° 90.336.358-40, com sua sede à Rua Almirante Barroso, n° 2337, Bairro Centro, na cidade de Toledo – PR, CEP 85.900-020, telefone: (45) 3252-0824, e-mail: tolemed11@hotmail.com, neste ato representado pelo seu Sócio-Gerente EDSON JOSÉ RINALDI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.331.588-5 SSP/PR e do CPF nº 865.677-729-72, residente na Rua Nossa Senhora do Rocio, n° 1665, Apto 04, Bairro Centro, CEP 85.900-180 na cidade de Toledo-PR.

VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR, inscrita no CNPJ n°: 36.960.961/0001-95 e Inscrição Estadual n° 13.130.062-8 com sua sede à Rua Vitor Campos Cavagnoli, n° 519, Setor B, na cidade Alta Floresta – MT, CEP 78.580.000, telefone: (66) 3521-2660, e-mail: valetapajos@yahoo.com.br, neste ato representado pelo seu Sócio-Gerente EDISON MONTEIRO LEITE, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20266502 SSP/MT e do CPF nº 391.481.819-00, residente na Rua José de Alencar, n°: 144, Setor J, CEP 78.580.000, na cidade de Alta Floresta – MT.

De acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando o FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, LOCALIZADA NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS Nº 269, BAIRRO ALVORADA - PEIXOTO DE AZEVEDO MT, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2019, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Federal n.º 3.555/2000; Decreto Federal n.º 7.892/2013 e, ainda, pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, LOCALIZADA NA TRAVESSA BARTOLOMEU DIAS Nº 269, BAIRRO ALVORADA - PEIXOTO DE AZEVEDO MT”, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2.1 FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ N°: 26.457.348/0001-04 I.E. N°: 106759701

ENDEREÇO: AVENIDA GRAÇA ARANHA N° QD. 29 LT.09 BAIRRO: JARDIM NOVA ERA

CIDADE: APARECIDA DE GOIANIA – GO CEP: 74.916-070

TELEFONE: (62) 3983-2238 / 2239 E-MAIL: ca.distribuidora@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA

ITENS:

ITEM QUANT UNID. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

1226 200 UNID. ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUME - FRASCO DE 1000 ML. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE. VICPHARMA R$ 4,48 R$ 896,00

3783 500 UNID. ÁLCOOL - IODADO, CATEGORIA COMERCIAL, COM TEOR 1%, ACONDICIONADO EM FRASCO COM 1000 ML, ROTULO COM DATA DE FABRICAÇÃO, N° DE LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE. VICPHARMA R$ 9,52 R$ 4.760,00

916 50 UNID. CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 6,5 - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM MANDRIL DE INTUBAÇÃO, CÂNULA INTERNA, PLACA E FITA DE FIXAÇÃO, COM CUFF POSSUINDO GUARNIÇÃO DE INSUFLAÇÃO UNIVERSAL PARA SERINGAS E BALÃO DE CONTROLE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO. DIÂMETRO DE 6,5 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. SOLIDOR R$ 18,89 R$ 944,50

917 50 UNID. CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 7,0 - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM MANDRIL DE INTUBAÇÃO, CÂNULA INTERNA, PLACA E FITA DE FIXAÇÃO, COM CUFF POSSUINDO GUARNIÇÃO DE INSUFLAÇÃO UNIVERSAL PARA SERINGAS E BALÃO DE CONTROLE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO. DIÂMETRO DE 7,0 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. SOLIDOR R$ 18,89 R$ 944,50

934 50 UNID. DRENO DE SUCÇÃO 3.2 MM - INDICADO PARA ASPIRAÇÃO E DRENAGEM DE SUBSTANCIAS LIQUIDAS DO ORGANISMO EM PROCEDIMENTOS POS-CIRURGICOS. COMPOSTO DE BOMBA DE SUCÇÃO PLÁSTICA SANFONADA COM CAPACIDADE E ESCALA GRADUADA PARA ATÉ 500 ML, COM TAMPA OBTURADORA PARA ESVAZIAMENTO E ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, TUBO EM PVC MULTIPERFURADO E FILAMENTO RADIOPACO EM TODA EXTENSÃO COM PINÇA OCLUSORA, DEVIDAMENTE CONECTADA A AGULHA DE AÇO INOX COM PONTA PERFURANTE E PROTETOR, EXTENSÕES EM PVC PARA USO DE MAIS 2 VIAS DE SUCÇÃO, COM CONECTOR EM SILICONE DE 3 VIAS COM CONEXÃO PARA A BOMBA DE SUCÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO POR ETO. MEDSHARP R$ 19,60 R$ 980,00

309 1.000 UNID. FENITOÍNA SÓDICA-100 MG HIPOLABOR R$ 0,24 R$ 240,00

1083 06 UNID. FIXADOR PARA RAIO-X 38 LITROS - FIXADOR PARA FILMES RADIOGRÁFICOS, LÍQUIDO CONCENTRADO, DOSE PARA 38 LITROS, PARA PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO. EMBALADO EM GALÃO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. IBF R$ 225,40 R$ 1.352,40

322 1.000 UNID. FLUOXETINA-20 MG HIPOLABOR R$ 0,80 R$ 80,00

1013 100 UNID. KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 10 – SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARÊNCIA CRISTALINA COM CAPACIDADE DE 500 ML, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50 ML, COM BASE RETA PARA ASSEGURAR A ESTABILIDADE DO MESMO NO SOLO, TAMPA EM POLIPROPILENO COM SISTEMA DE ROSCA, NO MÍNIMO 1/2 GIRO, PROVIDA DE DOIS ORIFÍCIOS: UM COM CONEXÃO QUE SE PROJETE EXTERNA E INTERNAMENTE, EXTERNAMENTE PROVIDO DE TUBO EXTENSOR EM PVC OU SIMILAR TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, COM NO MÍNIMO 130 CM DE COMPRIMENTO E LUZ INTERNA DE CERCA DE 10 MM, COM ESPESSURA DE CERCA DE 20 MM, PROVIDA DE PINÇA REGULADORA DE FLUXO (TIPO "JACARÉ"), INTERNA PROVIDA DE TUBO EXTENSOR EM PVC MAIS RÍGIDO, COM CERCA DE 20 CM DE COMPRIMENTO (OU QUE SE DISTANCIE NO MÍNIMO 1,5 CM DO FUNDO DO FRASCO); OUTRO ORIFÍCIO CONTENDO SISTEMA DE RESPIRO COM FILTRO PROTETOR CONTRA ENTRADA DE PARTÍCULA EXTERNA. DRENO: CATETER CALIBRE Nº 10, PARA DRENAGEM MEDIASTINAL/TORÁCICA, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO, EPIROGÊNICO, HIPOALÉRGICO, TIPO PVC TRANSPARENTE FLEXÍVEL OU SIMILAR ADEQUADO, RADIOPACO, MULTIPERFURADO, PONTA ARREDONDADA SEM REBARBAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. MEDSHARP R$ 17,64 R$ 1.764,00

1015 100 UNID. KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 12 – SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARÊNCIA CRISTALINA COM CAPACIDADE DE 500 ML, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50 ML, COM BASE RETA PARA ASSEGURAR A ESTABILIDADE DO MESMO NO SOLO, TAMPA EM POLIPROPILENO COM SISTEMA DE ROSCA, NO MÍNIMO 1/2 GIRO, PROVIDA DE DOIS ORIFÍCIOS: UM COM CONEXÃO QUE SE PROJETE EXTERNA E INTERNAMENTE, EXTERNAMENTE PROVIDO DE TUBO EXTENSOR EM PVC OU SIMILAR TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, COM NO MÍNIMO 130 CM DE COMPRIMENTO E LUZ INTERNA DE CERCA DE 10 MM, COM ESPESSURA DE CERCA DE 20 MM, PROVIDA DE PINÇA REGULADORA DE FLUXO (TIPO "JACARÉ"), INTERNA PROVIDA DE TUBO EXTENSOR EM PVC MAIS RÍGIDO, COM CERCA DE 20 CM DE COMPRIMENTO (OU QUE SE DISTANCIE, NO MÍNIMO 1,5 CM DO FUNDO DO FRASCO); OUTRO ORIFÍCIO CONTENDO SISTEMA DE RESPIRO COM FILTRO PROTETOR CONTRA ENTRADA DE PARTÍCULA EXTERNA. DRENO: CATETER CALIBRE Nº 12, PARA DRENAGEM MEDIASTINAL/TORÁXICA, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO, EPIROGÊNICO, HIPOALÉRGICO, TIPO PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL OU SIMILAR ADEQUADO, RADIOPACO, MULTIPERFURADO, PONTA ARREDONDADA SEM REBARBAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. MEDSHARP R$ 17,64 R$ 1.764,00

1016 100 UNID. KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 14 – SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARÊNCIA CRISTALINA COM CAPACIDADE DE 500 ML, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50 ML, COM BASE RETA PARA ASSEGURAR A ESTABILIDADE DO MESMO NO SOLO, TAMPA EM POLIPROPILENO COM SISTEMA DE ROSCA, NO MÍNIMO 1/2 GIRO, PROVIDA DE DOIS ORIFÍCIOS: UM COM CONEXÃO QUE SE PROJETE EXTERNA E INTERNAMENTE, EXTERNAMENTE PROVIDO DE TUBO EXTENSOR EM PVC OU SIMILAR TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, COM NO MÍNIMO 130 CM DE COMPRIMENTO E LUZ INTERNA DE CERCA DE 10 MM, COM ESPESSURA DE CERCA DE 20 MM, PROVIDA DE PINÇA REGULADORA DE FLUXO (TIPO "JACARÉ"), INTERNA PROVIDA DE TUBO EXTENSOR EM PVC MAIS RÍGIDO, COM CERCA DE 20 CM DE COMPRIMENTO (OU QUE SE DISTANCIE, NO MÍNIMO 1,5 CM DO FUNDO DO FRASCO); OUTRO ORIFÍCIO CONTENDO SISTEMA DE RESPIRO COM FILTRO PROTETOR CONTRA ENTRADA DE PARTÍCULA EXTERNA. DRENO: CATETER CALIBRE Nº 14, PARA DRENAGEM MEDIASTINAL/TORÁCICA, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO, EPIROGÊNICO, HIPOALÉRGICO, TIPO PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL OU SIMILAR ADEQUADO, RADIOPACO, MULTIPERFURADO, PONTA ARREDONDADA SEM REBARBAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. MEDSHARP R$ 17,64 R$ 1.764,00

1018 100 UNID. KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 16 – SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO EM PVC RÍGIDO, TRANSPARÊNCIA CRISTALINA COM CAPACIDADE DE 500 ML, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50 ML, COM BASE RETA PARA ASSEGURAR A ESTABILIDADE DO MESMO NO SOLO, TAMPA EM POLIPROPILENO COM SISTEMA DE ROSCA, NO MÍNIMO 1/2 GIRO, PROVIDA DE DOIS ORIFÍCIOS: UM COM CONEXÃO QUE SE PROJETE EXTERNA E INTERNAMENTE, EXTERNAMENTE PROVIDO DE TUBO EXTENSOR EM PVC OU SIMILAR TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, COM NO MÍNIMO 130 CM DE COMPRIMENTO E LUZ INTERNA DE CERCA DE 10 MM, COM ESPESSURA DE CERCA DE 20 MM, PRO-

VIDA DE PINÇA REGULADORA DE FLUXO (TIPO "JACARÉ"), INTERNA PROVIDA DE TUBO EXTENSOR EM PVC MAIS RÍGIDO, COM CERCA DE 20 CM DE COMPRIMENTO (OU QUE SE DISTANCIE, NO MÍNIMO 1,5 CM DO FUNDO DO FRASCO); OUTRO ORIFÍCIO CONTENDO SISTEMA DE RESPIRO COM FILTRO PROTETOR CONTRA ENTRADA DE PARTÍCULA EXTERNA. DRENO: CATETER CALIBRE Nº 16, PARA DRENAGEM MEDIASTINAL/TORÁCICA, CONFECCIONADO EM MATERIAL ATÓXICO, EPIROGÊNICO, HIPOALÉRGICO, TIPO PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL OU SIMILAR ADEQUADO, RADIOPACO, MULTIPERFURADO, PONTA ARREDONDADA SEM REBARBAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE MEDSHARP R$ 17,64 R$ 1.764,00

1019 100 UNID. KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 18 – SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50 ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, EPIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 18. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. CAPACIDADE 1.000 ML. MEDSHARP R$ 19,46 R$ 1.946,00

1020 100 UNID. KIT SISTEMA DE DRENAGEM DE TÓRAX Nº 20 – SISTEMA COMPLETO DE DRENAGEM DE TÓRAX CONTENDO FRASCO PARA DRENAGEM, ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM RELEVO A CADA 50 ML; EXTENSÃO EM PVC TRANSLÚCIDO, CLAMP PARA INTERRUPÇÃO DE FLUXO E ORDENHA, TAMPA EM POLIETILENO COM SISTEMA DE ROSCA CONTENDO ENTRADA PARA EXTENSÃO RESPIRO; DRENO MEDIASTINAL, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO, EPIROGÊNICO, MULTI-PERFURADO, NÚMERO 20. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. CAPACIDADE 1.000 ML. MEDSHARP R$ 19,46 R$ 1.946,00

1225 100 UNID. PAPEL, GRAU CIRÚRGICO BOBINA , DIMENSÕES 10 CM X 100 M. EMBALAGEM CONSTITUÍDA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO POLIÉSTER X POLIPROPILENO COM IMPRESSÃO DO FABRICANTE E INDICADORES QUÍMICOS, PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E ÓXIDO DE ETILENO. EMBALAGEM COM GARANTIA CONTRA BARREIRA MICROBIOLÓGICA E CONTROLE DE POROSIDADE. GRAMATURA DO PAPEL GRAU CIRÚRGICO DE 60 A 80 G/M2 E FILME PLÁSTICO LAMINADO DE NO MÍNIMO 54G/M2. ZERMATT R$ 36,85 R$ 3.685,00

VALOR TOTAL R$ 24.830,40

2.2.2 FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: J D DE ANDRADE DROGARIA – EPP

CNPJ N°: 18.175.769/0001-06 I.E. N°: 13491428-7

ENDEREÇO: AVENIDA JATOBÁ N° 1295 BAIRRO: CENTRO

CIDADE: GUARANTÃ DO NORTE CEP: 78.520-000

TELEFONE: (66) 3552-3030 E-MAIL: eda.klein@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: JOAQUIM DANIEL DE ANDRADE

ITENS:

ITEM QUANT UNID. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

227 3.000 UNID. BENZILPENICILINA BENZATINA - 1.200.000 UI, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA COM DILUENTE, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. TEUTO R$ 8,83 R$ 26.490,00

231 1.000 UNID. BIPERIDENO -2 MG ABBOT R$ 0,60 R$ 600,00

243 200 UNID. CARVÃO ATIVADO-250 MG UNIAO QUIMICA R$ 1,00 R$ 200,00

247 17.000 UNID CEFALOTINA 1 GR. ABL R$ 5,87 R$ 99.790,00

1624 300 UNID. ELETRODO (ECG) DESCARTÁVEL, PACOTE COM 50. SOLIDOR R$ 12,40 R$ 3.720,00

1318 2.000 UNID. MEROPENEM 1G INJETÁVEL BICHIMICO R$ 22,00 R$ 44.000,00

1102 100 UNID. PAPEL, GRAU CIRÚRGICO BOBINA, DIMENSÕES 25 CM X 100 M. EMBALAGEM CONSTITUÍDA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO POLIÉSTER X POLIPROPILENO COM IMPRESSÃO DO FABRICANTE E INDICADORES QUÍMICOS, PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E ÓXIDO DE ETILENO. EMBALAGEM COM GARANTIA CONTRA BARREIRA MICROBIOLÓGICA E CONTROLE DE POROSIDADE. GRAMATURA DO PAPEL GRAU CIRÚRGICO DE 60 A 80 G/M2 E FILME PLÁSTICO LAMINADO DE NO MÍNIMO 54G/M2. POLITEX R$ 89,17 R$ 8.917,00

3782 05 UNID. REANIMADOR MANUAL (AMBU) EM SILICONE NEONATAL FOYMED R$ 166,00 R$ 830,00

816 50 UNID. SALBUTAMOL, SULFATO 100 MUG/DOSE-INALATÓRIO. PRATI R$ 9,35 R$ 467,50

820 300 UNID. SULFADIAZINA DE PRATA- 1% POTE 400G PRATI R$ 33,50 R$ 10.050,00

VALOR TOTAL R$ 195.064,50

2.2.3 FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ N°: 28.418.133/0001-00 I.E. N°: 10.701.507-2

ENDEREÇO: RUA ALAMEDA 21 DE ABRIL N° S/N° BAIRRO: EXPANSUL

CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA - GO CEP: 74.986-750

TELEFONE: (62) 3416-8300 E-MAIL: licitacao01@medvittadist.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: CASSIO MARTINS DE FREIRAS

ITENS:

ITEM QUANT UNID. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

242 50 UNID. CARBAMAZEPINA-20MG/ML-FRASCO 100 ML UNIÃO QUÍMICA R$ 12,89 R$ 644,50

1053 200 UNID. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 06 CM - MALHA TUBULAR, COM APROXIMADAMENTE 06 CM DE LARGURA, CONSTITUÍDA DE FIOS DE ALGODÃO, TIPO PUNHO SIMPLES. A MALHA DEVERÁ APRESENTAR ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTA DE DEFEITOS, EM ROLO DE 25 METROS DE COMPRIMENTO, EMBALADOS DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE E CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. MSO R$ 6,00 R$ 1.200,00

1128 400 UNID. SOLUÇÃO DE PVPI DEGERMANTE – PVPI POLIVINIL PIRROLIDONA 10% - 1000 ML, FRASCO PLÁSTICO EM Q.S.P. AQUOSO EQUIVALENTE A 1% DE IODO ATIVO. EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. VIC PHARMA R$ 20,70 R$ 8.280,00

1182 500 UNID. TORNEIRA DESCARTÁVEL 3 VIAS TAP 3 ESTÉRIL - CORPO TRANSPARENTE COM TRÊS EXTREMIDADES DE CONEXÃO (DUAS FÊMEAS LUER LOCK E UM MACHO LUER SLIP OU LUER

LOCK).MANÍPULO COLORIDO PARA DIRECIONAMENTO E OCLUSÃO DE FLUXO POLYMED R$ 0,63 R$ 315,00

VALOR TOTAL R$ 10.439,50

2.2.4 FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: RINALDI & COGO LTDA – EPP.

CNPJ N°: 07.269.677/0001-79 I.E. N°: 90.336.358-40

ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BARROSO N° 2337 BAIRRO: CENTRO

CIDADE: TOLEDO – PR CEP: 85.900-020

TELEFONE: (45) 3252-0824 E-MAIL: tolemed11@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: EDSON JOSÉ RINALDI

ITENS:

ITEM QUANT UNID. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

228 5.000 UNID. BENZILPENICILINA POTÁSSICA - CONCENTRAÇÃO/ DOSAGEM 5.000.000 UI, FORMA FARMACÊUTICA PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. BLAUSIEGEL R$ 9,19 R$ 45.950,00

3146 200 UNID. BOLSA PARA COLOSTOMIA SIMPLES - BOLSA PARA COLOSTOMIA SIMPLES (COM ORIFÍCIO DE 50 MM), CONTENDO EM SUA EMBALAGEM DADOS DE PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE. CONVATEC R$ 39,90 R$ 7.980,00

238 200 UNID. BUTILESCOPOLAMINA, BROMETO-10 MG/ML FRASCO 20 ML. HIPOLABOR R$ 6,49 R$ 1.298,00

918 50 UNID. CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 7,5 - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM MANDRIL DE INTUBAÇÃO, CÂNULA INTERNA, PLACA E FITA DE FIXAÇÃO, COM CUFF POSSUINDO GUARNIÇÃO DE INSUFLAÇÃO UNIVERSAL PARA SERINGAS E BALÃO DE CONTROLE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO. DIÂMETRO DE 7,5 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. SOLIDOR R$ 18,60 R$ 930,00

919 50 UNID. CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 8,0 - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM MANDRIL DE INTUBAÇÃO, CÂNULA INTERNA, PLACA E FITA DE FIXAÇÃO, COM CUFF POSSUINDO GUARNIÇÃO DE INSUFLAÇÃO UNIVERSAL PARA SERINGAS E BALÃO DE CONTROLE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO. DIÂMETRO DE 8,0 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. SOLIDOR R$ 18,59 R$ 929,50

920 50 UNID. CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 8,5 - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM MANDRIL DE INTUBAÇÃO, CÂNULA INTERNA, PLACA E FITA DE FIXAÇÃO, COM CUFF POSSUINDO GUARNIÇÃO DE INSUFLAÇÃO UNIVERSAL PARA SERINGAS E BALÃO DE CONTROLE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO. DIÂMETRO DE 8,5 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. SOLIDOR R$ 18,59 R$ 929,50

921 50 UNID. CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 9,0 - CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, COM MANDRIL DE INTUBAÇÃO, CÂNULA INTERNA, PLACA E FITA DE FIXAÇÃO, COM CUFF POSSUINDO GUARNIÇÃO DE INSUFLAÇÃO UNIVERSAL PARA SERINGAS E BALÃO DE CONTROLE. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E POLIPROPILENO. DIÂMETRO DE 9,0 MM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. SOLIDOR R$ 18,60 R$ 930,00

984 5.000 UNID. ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, NA COR BRANCA, EM TECIDO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, ISENTO DE ALVEJANTES ÓPTICO, COM UMA CAMADA DE ADESIVO A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO, A OUTRA FACE COM BORRACHA NATURAL E RESINAS MEDINDO 10 CM DE LARGURA X 4,5 METROS DE COMPRIMENTO, BOBINADO EM CARRETEL PLÁSTICO COBERTO COM UMA CAPA, TAMBÉM DE PLÁSTICO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DIMENSÃO, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. AD PELE R$ 5,57 R$ 27.850,00

741 5.000 UNID. IBUPROFENO- 600 MG PRATI R$ 0,28 R$ 1.400,00

766 3.000 UNID. METILDOPA-250 MG EMS R$ 0,54 R$ 1.620,00

804 5.000 UNID. PIRACETAM -200 MG/ML-AMPOLA 5 ML UCB BIOPHARMA R$ 2,46 R$ 12.300,00

1174 300 UNID. SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 08 – SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, CONFECCIONADA EM POLIURETANO PURO, FLEXÍVEL, COM FAIXA RADIOPACA EM TODA SUA EXTENSÃO E MARCAÇÃO DE CONTROLE PARA INTRODUÇÃO, PONTA COM TUNGSTÊNIO E ORIFÍCIOS CIRCULARES LATERAIS; O CONECTOR DEVER SER DE USO UNIVERSAL; MANDRIL DE AÇO FLEXÍVEL (TIPO CORDA DE VIOLÃO). EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SOLUMED R$ 11,69 R$ 3.507,00

1175 300 UNID. SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 10 – SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, CONFECCIONADA EM POLIURETANO PURO, FLEXÍVEL, COM FAIXA RADIOPACA EM TODA SUA EXTENSÃO E MARCAÇÃO DE CONTROLE PARA INTRODUÇÃO, PONTA COM TUNGSTÊNIO E ORIFÍCIOS CIRCULARES LATERAIS; O CONECTOR DEVER SER DE USO UNIVERSAL; MANDRIL DE AÇO FLEXÍVEL (TIPO CORDA DE VIOLÃO). EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SOLUMED R$ 11,29 R$ 3.387,00

1176 300 UNID. SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Nº 12– SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, CONFECCIONADA EM POLIURETANO PURO, FLEXÍVEL, COM FAIXA RADIOPACA EM TODA SUA EXTENSÃO E MARCAÇÃO DE CONTROLE PARA INTRODUÇÃO, PONTA COM TUNGSTÊNIO E ORIFÍCIOS CIRCULARES LATERAIS; O CONECTOR DEVER SER DE USO UNIVERSAL; MANDRIL DE AÇO FLEXÍVEL (TIPO CORDA DE VIOLÃO). EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FACE EM POLIPROPILENO, COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SOLUMED R$ 11,29 R$ 3.387,00

822 2.000 UNID. SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 COMPRIMIDO PRATI R$ 0,13 R$ 260,00

1185 100 UNID. VASELINA LÍQUIDA 1000 ML DGL - MISTURA SEMI SÓLIDA COMPLEXA DE HIDROCARBONETOS QUE CONSISTE PRINCIPALMENTE DE PARAFINAS E CICLOPARAFINAS OU HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS CÍCLICOS, COM PEQUENAS QUANTIDADES DE HIDROCARBONETOS BENZÊNICOS, ENXOFRE E COMPOSTOS OXIGENADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. FARMAX R$ 19,67 R$ 1.967,00

VALOR TOTAL R$ 114.625,00

2.2.5 FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR

CNPJ N°: 36.960.961/0001-95 I.E. N°: 13.130.062-8

ENDEREÇO: Rua Vitor Campos Cavagnoli N° 519 BAIRRO: CENTRO

CIDADE: Alta Floresta – MT CEP: 78.580.000

TELEFONE: (66) 3521-2660 E-MAIL: valetapajos@yahoo.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: EDISON MONTEIRO LEITE

ITENS:

ITEM QUANT UNID. DESCRIÇÃO MARCA VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL

3707 100 UNID. TINTURA DE IODO - SOLUCAO A 10%, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO. RIOQUIMICA R$ 19,95 R$ 1.995,00

VALOR TOTAL

Valor total registrado nesta ATA de Registro de Preços é de R$ 346.954,40 (TREZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do EQUIPAMENTO;

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas;

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o Órgão Gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada;

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o Órgão Gerenciador ordenará a realização de nova pesquisa de preços;

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência;

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do Órgão Gerenciador, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado;

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio;

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado;

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O Órgão Gerenciador ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva Autorização de Fornecimento, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado;

8.2. A cada fornecimento ou período, o Órgão Gerenciador providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços;

8.3. Os MATERIAIS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalva a hipótese do artigo 74 da Lei Federal n.º 8.666/93;

8.4. O recebimento definitivo dar-se-á com a liquidação da despesa;

8.4.1. Em se verificando problemas na entrega do EQUIPAMENTO, a Fornecedora será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.5. Fica a critério do Órgão Gestor a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega;

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao representante da Administração, que verificará e confrontará a qualidade e quantidade do objeto entregue com aquele constante da Autorização de Fornecimento;

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64;

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo Órgão Gestor.

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos.

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros.

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços.

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições.

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros.

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

10.2.6 Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações.

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição.

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. - Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.2.1 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.2.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.2.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DA REVISÃO

12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8. 666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo Órgão Gerenciador, quando:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

13.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio;

13.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado.

13.5. Na hipótese de cancelamento parcial, o Órgão Gestor poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva;

14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

14.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidades, vícios ou imperfeição no fornecimento;

14.2. O documento de cobrança será emitido em nome do Órgão Gestor, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma;

14.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

14.3. Todos os tributos incidentes sobre os MATERIAIS ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie;

14.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial;

14.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento;

14.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo Órgão Gestor para as medidas de regularização;

15.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Órgão Gestor para as providências cabíveis;

15.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor;

15.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O Órgão Gestor efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gestor providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas DO Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT(diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, consoante o caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

18.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.1.3. As multas previstas pelo item 18.1 da ARP, também se refere a atraso na entrega (por dia de atraso).

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

18.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

18.3.1. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Consórcio de Saúde, por prazo de até 02 (dois) anos;

18.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

18.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

18.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

18.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública;

19.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Gestor.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

20.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no Órgão Gestor nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 16 de julho de 2019.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO CISVP

CONTRATANTE

_____

C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 26.457.348/0001-04

ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA

SÓCIA PROPRIETÁRIA

CONTRATADA

_____

J D DE ANDRADE DROGARIA – EPP

CNPJ: 18.175.769/0001-06

JOAQUIM DANIEL DE ANDRADE

SÓCIO PROPRIETÁRIO

CONTRATADA

_____

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ: 28.418.133/0001-00

CASSIO MARTINS DE FREIRAS

DIRETOR

CONTRATADA

_____

RINALDI & COGO LTDA – EPP

CNPJ: 07.269.677/0001-79

EDSON JOSÉ RINALDI

SÓCIO GERENTE

CONTRATADA

_____

VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR

CNPJ: 36.960.961/0001-95

EDISON MONTEIRO LEITE

SÓCIO GERENTE

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2019

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.997.711/0001-08, com sede administrativa a Travesso Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, cidade de Peixoto de Azevedo/MT, doravante denominado Órgão Gestor, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Mauricio Ferreira de Souza, RESOLVE registrar os preços das empresas:**

OXIGÊNIO DOS IRMÃOS LTDA EPP, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 13.657.269/0002-78, Inscrição Estadual nº 15.358.236-7, com sua sede à Rua transamazônica, Km 03, s/n, Bairro Mesquitas, CEP 68.182-180, na cidade de Itaituba/PA, telefone: (93) 3518-7196 / (66) 3531-2850, e-mail: ajalvesoxigenio@gmail.com / financeiro@oxigeniodoisirmaos.com.br, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário o Sr. AILTON JOSÉ ALVES, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 889404 SSP/MT e do CPF nº 651.807.801-44, residente e domiciliado na Avenida dos Guarantãs, n° 468, Jd. Maringá, CEP 78.556-232, Sinop/MT.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2019, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Federal n.º 3.555/2000; Decreto Federal n.º 7.892/2013 e, ainda, pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE GÁS MEDICINAL OXIGÊNIO, EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, para atender as necessidades do Consórcio de Saúde da Região do Vale do Peixoto, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: **OXIGÊNIO DOS IRMÃOS LTDA EPP**		
CNPJ N°: 13.657.269/0002-78	I.E. N°: 15.358.236-7	
ENDEREÇO: RUA TRANSAMAZÔNICA, KM 03	N°: S/N	BAIRRO: BAIRRO MESQUITA
CIDADE: ITAITUBA/PA	CEP: 68.182-180	
TELEFONE: (93) 3518-7196 / (66) 3531-2850	E-MAIL: AJALVESOXIGENIO@GMAIL.COM / FINANCEIRO@OXIGENIODOISIRMAOS.COM.BR	
REPRESENTANTE LEGAL:AILTON JOSÉ ALVES		

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2459	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL 1 M3	60	R$ 14,80	R$ 103,600
1709	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL 10 M3	7.000	R$ 39,00	R$ 2.340,00
	VALOR TOTAL			**R$ 105.940,00**

Valor total da ATA de Registro de Preços **R$ 105.940,00 (CENTO E CINCO MIL NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).**

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **MATERIAL**;

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas;

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada;

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços;

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência;

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado;

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio;

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado;

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva **Autorização de Fornecimento**, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado;

8.1.1 Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como 02 (dois) dias logo após a contratada receber a ordem de entrega (**Autorização de Fornecimento**), sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações

8.2. A cada fornecimento ou período, o **Órgão Gerenciador** providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços;

8.3. Os **MATERIAIS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalva a hipótese do artigo 74 da Lei Federal n.º 8.666/93;

8.4. O recebimento definitivo dar-se-á com a liquidação da despesa;

8.4.1. Em se verificando problemas na entrega do MATERIAL, a Fornecedora será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.5. Fica a critério do **Órgão Gestor** a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega;

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao representante da Administração, que verificará e confrontará a qualidade e quantidade do objeto entregue com aquele constante da Autorização de Fornecimento;

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64**;**

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.9.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor; **10.1.10.** Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.11.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

10.2.6 Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11.2. - Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.2.1 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.2.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.2.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

A) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

B) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DA REVISÃO

12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8. 666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência. **13.1.1.** O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa. **13.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor.

13.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio;

13.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado.

13.5. Nahipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva;

14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

14.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias

para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidades, vícios ou imperfeição no fornecimento;

14.2. O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma;

14.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

14.3. Todos os tributos incidentes sobre os **MATERIAIS** ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie;

14.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial;

14.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento;

14.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização;

15.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis;

15.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor;

15.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / **https://diariomunicipal.org/mt/amm/**) e no Diário de Contas DO Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT(diário eletrônico / **http://www.tce.mt.gov.br/**).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

19.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

18.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de Empenho; **b)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da nota de Empenho, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

18.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

18.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

18.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por prazo de até 02 (dois) anos;

18.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.**

18.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o este Consórcio pelo prazo de até 2 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da Lei;

18.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

18.7. Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

18.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

18.9. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

18.10. As multas previstas neste capítulo deverão ser recolhidas, em guia própria, emitida pelo CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DE PEIXOTO.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública;

19.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

20.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 18 de Julho de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO CISVP

CONTRATANTE

OXIGÊNIO DOIS IRMÃO LTDA EPP

CNPJ: 13.657.269/0002-78

AILTON JOSÉ ALVES

SÓCIO ADMINISTRADOR

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº. 020/2019

PORTARIA Nº. 020/2019

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTODIO DA SILVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Permanente de Licitação, para receber, examinar e julgar todos os documentos de habilitação, proposta e cadastramento de licitantes e demais procedimentos relativos às licitações, conforme inciso XVI, do Art. 6º da Lei Federal 8.666/93, no âmbito deste CISOMT, como segue:

Presidente: **DANILO DOS SANTOS BASTOS -** Matricula n° **2087-1**

Secretária: **EDIMAR MOREIRA DE CARVALHO -** Matricula n° **2085-1**

Membro.....: **CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS CAPELLETTI -** Matricula n° **2080-1**

Membro.....: **LUCILENE FERRARI -** Matricula n° **929**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando - se as disposições em contrário.

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos - MT, 23 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Presidente - CISOMT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ATA DE REGISTRO Nº 11/2019

ATA DE REGISTRO Nº 11/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. 882005 SSP/MT SSP/MT e CPF n 570.377.361-04, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ODONTOLOGICA ODONTOFAR LTDA**, inscrita no CNPJ n. 10.832.795/0003-10, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT**.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 13/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá entregar as próteses, em estrita observância ao Edital e o Termo de Referência do Pregão Presencial n. 13/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: ODONTOLOG ICA ODONTOFAR LTDA CNPJ: 10.832.795/0003-10					
CEP: 78.099-005	**CIDADE/UF: CUIABÁ/MT**				
TELEFONES: 65 3419-4365			**E-MAIL: odontofar@hotmail.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: MÔNIA LAURA OLIVEIRA FARIA					
RG: 1285713-0			**CPF: 724.972.971-34**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor. Total
01	**150**	**Unid**	**Confecção de Prótese Parcial Mandibular Removível:** Prótese Parcial Removível intra-oral em liga de cromo-cobalto, dento-muco-suportada ou dento-suportada indicada para reabilitar pacientes parcialmente desdentados na mandíbula, confeccionadas com estrutura metálica do referido metal, com dentes artificiais de resina acrílica unidos a bases confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável e à estrutura metálica. Este produto é obtido a partir de modelos de gesso tipo III que reproduzem as arcadas e os rebordos residuais dos pacientes	**R$ 265,00**	**R$ 39. 750,00**
02	**150**	**Unid**	**Confecção de Prótese Parcial Maxilar Removível:** Prótese Parcial Removível Odontológica intra-oral em liga de cromo-cobalto, dento-muco-suportada ou dentosuportada indicada para reabilitar pacientes parcialmente desdentados na maxila, confeccionadas com estrutura metálica do referido metal, com dentes artificiais de resina acrílica unidos a bases confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável e à estrutura metálica. Este produto é obtido a partir de modelos de gesso tipo III que reproduzem as arcadas e os rebordos residuais dos pacientes.	**R$ 265,00**	**R$ 39. 750,00**
03	**250**	**Unid**	**Confecção de Prótese Total Mandibular:** Prótese Total Mandibular - muco-suportada, indicada para reabilitar pacientes totalmente e dentados na mandíbula. Estas Próteses Odontológicas deverão ser confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes.	**R$ 225,00**	**R$ 56. 250,00**
04	**250**	**Unid**	**Confecção de Prótese Total Maxilar:** Prótese Total Maxilar - muco-suportada, indicada para reabilitar pacientes totalmente e dentados na maxila. Estas Próteses Odontológicas deverão ser confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a bases individualizadas confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes.	**R$ 225,00**	**R$ 56. 250,00**
Total Geral: R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)					

4.2. Este termo não obriga o Município a firmar a aquisições, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos proveniente da emenda parlamentar e de recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019, bem como 2020, na seguinte rubrica orçamentária:

Secretaria Municipal da Saúde

05.10.301.0009.2043.3.3.90.39 FICHA (189)

FONTE 1.1.46

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o serviço, objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **ACORIZAL/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos equipamentos entregues;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos equipamentos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a qualidade dos equipamentos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato ou ata de registro de preço, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos equipamentos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do Contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes as prestações dos serviços, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos equipamentos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos equipamentos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos equipamentos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, as próteses fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 13/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais prestador que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada prestador registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Acorizal/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do objeto executado a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva das próteses entregues.

11.6. O Município de Acorizal/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Acorizal/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Acorizal/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Acorizal/MT;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Acorizal/MT;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação dos serviços;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 13/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá ao Município de Acorizal/MT o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Acorizal/MT, em 04 de outubro de 2019.

MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

CONTRATANTE

ODONTOLOGICA ODONTOFAR LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 10/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 10/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 882005 SSP/MT, e CPF: 570.377.361-04, **RESOLVE** registrar o preço da empresa **FRANCISCO DE ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ n. 22.441.242/0001-53, com escritório profissional na Rua Niterói, n. 734, Bairro Jardim Popular, São José dos Quatro Marcos/MT, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL, REFERENTE A REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E A ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 14/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá entregar os serviços, em estrita observância ao Edital e o Termo de Referência do Pregão Presencial n. 14/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DO PREÇO REGISTRADO

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: FRANCISCO DE ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ: 22.441.242/0001-53					
ENDEREÇO: RUA NITERÓI, N. 734, BAIRRO JARDIM POPULAR, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT, CEP: 78285-000.					**CIDADE/UF: SÃO JOSÉ DOS QUATROS MARCOS /MT**
REPRESENTANTE LEGAL: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA					
OAB/MT: 14.552			**CPF: 706.322.009-87**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO REGISTRADO					
Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor. Total
01	**01**	**01**	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL, REFERENTE A REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E A ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.**	**R$ 115.000,00**	**R$ 115.000,00**
TOTAL: R$ 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS)					

4.2. Este termo não obriga o Município a firmar a aquisições, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos proveniente da emenda parlamentar e de recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019, bem como 2020, na seguinte rubrica orçamentária:

Secretaria Municipal de Finanças

03.04.122.0002.2009.3.3.90.35 FICHA (53)

FONTE 0.1.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o serviço, objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **ACORIZAL/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos equipamentos entregues;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos equipamentos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a qualidade dos equipamentos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato ou ata de registro de preço, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos equipamentos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do Contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes as prestações dos serviços, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos equipamentos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos equipamentos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos equipamentos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, as próteses fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 14/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais prestador que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada prestador registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Acorizal/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do objeto executado a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva das próteses entregues.

11.6. O Município de Acorizal/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de Acorizal/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Acorizal/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Acorizal/MT;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Acorizal/MT;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação dos serviços;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº.14/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá ao Município de Acorizal/MT o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Acorizal/MT, em 01 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DO VENCEDOR DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 108/2019

TOMADA DE PREÇO 012/2019

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento das propostas de preço da licitação acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa para Construção da Central de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Água Boa-MT conforme especificações constantes no Edital, seus anexos e Planilhas da Engenharia e do Convênio Funasa nº. 0666/2013 e Parecer Técnico nº. 242/2019/DIESP-MT/SUEST-MT, Processo nº. 25180.001993/2019-24.

Diante dos fatos narrados nas Atas 004 e 005/2019 a Comissão Permanente de Licitação, decide:

DESCLASSIFICAR a empresa **C.R.G Construções Eireli – EPP, CNPJ: 14.936.115/0001-05.**

CLASSIFICAR e declarar VENCEDORA do certame a empresa **Construtora Rezende Ltda, CNPJ: 04.290.884/0001-17.**

Diante do acima exposto abre-se o prazo conforme Art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº. 8.666/93.

Os autos do Processo n°. 108/2019 encontram-se com vista franqueada aos interessados

Água Boa/MT, 08 de outubro de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CODEMA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Prefeito Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, **CONVOCA** os Prefeitos Consorciados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 14 de outubro de 2019 (segunda-feira), na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Agua Boa, Sala de Múltiplo Uso, situado à Avenida Planalto, n° 410 – Centro, Água Boa-MT, às 09 horas, horário local, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1 – Prestação de contas do CODEMA;

2 – Assuntos Gerais.

Água Boa-MT, 08 de outubro de 2019.

FERNANDO GORGEN

Prefeito Presidente do Codema

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 004/2019 AO CONTRATO Nº. 134/2015.

TERMO ADITIVO Nº. 004/2019 ao Contrato nº. 134/2015 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa INVIOLAVEL CANARANA SERVIÇOS ALARMES LTDA ME.

PROCESSO: 096/2015

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 039/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº. 134/2015 por 12 (doze) meses.

TOTAL: R$ 106.300,00 (Cento e seis mil e trezentos reais).

DATA: 07/10/2019.

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 52/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade em favor do Sr. Lotario Bohrz".

*O Diretor Executivo do **ÁGUA-PREVI**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos doArt. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 118, inciso "III", alínea "d", da Lei Complementar n.º 009//2000, de 10 de Março de 2000, Art. 12, inciso "III", alínea "b" da Lei Complementar n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria voluntária por idade** em favor do **Sr**. **Lotario Bohrz**, portador do RG. n.º 0300298-5 – SSP/MT, inscrito no CPF n.º 240.574.791.04, Título de Eleitor n.º 000670551830, Zona "030", Seção "0013", efetivo no cargo de **Vigilante, Nível "5", Classe "A",** lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Infra Estrutura, com matricula n.º 561.1, contando com um total de 6.392 dias, ou seja, 17 (dezessete) anos, 06 (seis) meses e 07 (sete) dias de serviços prestados, **com proventos proporcionais sem direito a paridade**, conforme o processo do ÁGUA-PREVI n.º 052/2019, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 07 de outubro de 2019.

Marcio Antônio Faoro

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 229/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 114/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 027/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: ART PLACAS COMUNICACAO VISUAL LTDA

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados Futuras e Eventuais Aquisições de placas de sinalização viária e tubos de ferro, para a Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
35456	PLACA SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA PROIBIDO ESTACIONAR - PLACA EMBARQUE E DESEMBARQUE DIAS LETIVOS 07:00 AS 23:00 HORAS.DE SEGUNDA A SEXTA. FORMATO: RETANGULAR, FUNDO: BRANCO ORLA/TARJA: VERMELHO, LEGENDA: PRETO. EM AÇO CHAPA #18. CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO CONTRAN.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	30	60,00	1.800,00
35458	PLACA SINALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS S-14. MATERIAL: EM AÇO CHAPA #18, DIMENSOES: 50X70CM. CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO CONTRAN.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	30	60,00	1.800,00
35459	PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA, LOMBADA/QUEBRA-MOLAS A 100 METROS. REFLETIVA, A-18(100), CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	300	50,00	15.000,00
35460	PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA, LOMBADA/QUEBRA-MOLAS A 50 METROS. REFLETIVA, A-18 (50), CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO- CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	55	80,00	4.400,00
35461	PLACA DE SINALIZAÇÃO VIARIA DE ADVERTENCIA, LOMBADA/QUEBRA MOLAS, REFLETIVA, FLECHA A DIREITA, A-18, CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO-CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	55	80,00	4.400,00
35463	PLACA DE SINALIZAÇÃO VIARIA DE ADVERTENCIA, LOMBADA/QUEBRA MOLAS, REFLETIVA, FLECHA A ESQUERDA VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA, A-18. CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO- CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	40	80,00	3.200,00
35464	PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA, REFLETIVA, A – 18, LOMBADA/QUEBRA-MOLAS.CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO-CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	30	80,00	2.400,00

35465	PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARE (PARADA OBRIGATÓRIA) R-1 REFLETIVA, CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO- CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	30	80,00	2.400,00
35466	PLACA SINALIZAÇÃO PONTE ESTREITA A 100 METROS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA COD. A-22(100), REFLETIVA, CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO- CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	25	80,00	2.000,00
35467	PLACA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA, PONTE ESTREITA A 50 METROS COD. A-22(50), REFLETIVA CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO- CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	25	80,00	2.000,00
35468	PLACA DE SINALIZACAO VIARIA PROIBIDO ESTACIONAR, DE REGULAMENTAÇÃO, R-6A. REFLETIVA, CONFORME EXIGENCIAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO- CONTRAN. EM AÇO CHAPA #18.	UN - UNIDADE	ART PLACAS	60	80,00	4.800,00

TOTAL: R$ 44.200,00 (Quarenta quatro mil e duzentos reais).

DATA: 08/10/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 228/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 129/2019.

PREGÃO PRESENCIAL N°. 054/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: L A DE SOUZA DISTRIBUIDORA CONVENIENCIA E ATACADISTA

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para a Futura e Eventual Aquisição de Gás e Água Mineral para todas as Secretarias da Prefeitura Municipal.

COD	NOME	UND	QTD	VLR. UNT	TOTAL
120	GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO PARA COZINHA - BOTIJAO DE 13 KG	UN - UNIDADE	842	83,90	70.643,80
17837	AGUA MINERAL NATURAL SEM GAS, GARRAFAO 20L, SEM VASILHAME	UN - UNIDADE	872	11,30	9.853,60
24629	GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO PARA COZINHA - BOTIJAO DE 45 KG	UN - UNIDADE	200	322,00	64.400,00

TOTAL: R$ 144.897,40 (Cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete mil e quarenta centavos).

DATA: 07/10/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 230/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 114/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 027/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: GABRIELA BRESOLIN - MR

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados Futuras e Eventuais Aquisições de placas de sinalização viária e tubos de ferro, para a Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNITÁRIO	TOTAL
35873	TUBO DE FERRO - TUBO INDUSTRIAL DE FERRO, REDONDO 63,50 MM 2.1/2 CHAPA 18, BARRA DE 6M DE COMPRIMENTO, NBR 7480	UN - UNIDADE	ARCELOR MITTAL	530	79,99	42.394,70

TOTAL: R$ 42.394,70 (Quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta centavos).

DATA: 08/10/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
EXTRATO DE CONTRATO 144/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

CONTRATADA:ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA – AMA

OBJETO: Prestação de serviços de relações públicas.

VALOR: R$ 12.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

DATA: 08/10/2019

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2019

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2. 019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, nº. 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT.

CONTRATADA:A empresa **L F PEREIRA ENGENHARIA EPP**, com sede na Rodovia MT-338 – KM 4,5 – Chácara Do Lago – Juara, CEP: 78. 575-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.686.425/0001-64, representado por seu proprietário **Luiz Fernando Pereira**, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 36.394.989-6 SSP/SP e do CPF nº. 253.758.229-20.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 107/2019, referente a Tomada de Preço 011/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para Elaboração de Projetos Executivos de Pavimentação Asfáltica e Drenagem no Município de Água Boa-MT.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2019, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, por motivo de não haver saldo suficiente na dotação original, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

Órgão: Secretaria de Cidade e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: Serviços Urbanos

Proj./Atividade: 20097

Elemento de Despesa: 4.4.90.51

Código Reduzido: 893

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

R$ 29.300,70

Órgão: Secretaria de Cidade e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 001 - Serviços Urbanos

Proj./Atividade: 10037

Elemento de Despesa: 4.4.90.51

Código Reduzido: 853

Água Boa, 08 de Outubro de 2019.

Mauro Rosa Silva

Prefeito Municipal

PREVIDENCIA
PORTARIA N. º 51/2019

“Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição da Sra. Euripia Ana Teixeira”.

*O Diretor Executivo do **ÁGUA-PREVI**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 6º, incisos “I”, “II”, “III” e “IV”, da Emenda Constitucional n. º 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 77, inciso “III”, alínea “b” da Lei Complementar n. º 008/2000, de 24 de janeiro de 2000, Art. 86, “I”, “II”, “III” e “IV”, da Lei Municipal n. º 869/2006, de 25 de agosto de 2006.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** à servidora **Sra. Euripia Ana Teixeira**, portadora do RG. n. º 1.264. 128 – SSP/MG, inscrita no CPF n. º 365.466.746-53, e Título de Eleitor n. º 015604961899, Zona “030”, Seção “0043”, efetiva no cargo de **Professora, Nível “07”, Classe “A”,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n. º 301.1, contando com um total de 9.146 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos e 21 (vinte e um) dias, **com proventos integrais e direito a paridade**, conforme o processo do ÁGUA-PREVI n.º 051/2019, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2019, revogadas disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 07 de outubro de 2019.

Marcio Antônio Faoro

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DO VENCEDOR DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 115/2019

TOMADA DE PREÇO 014/2019

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento das propostas de preço da licitação acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa para construção de 02 (duas) salas de aulas na Escola Cecília Meireles, Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital, seus anexos e Planilhas da Engenharia.

Diante dos fatos narrados nas Atas 004 e 005/2019 a Comissão Permanente de Licitação, decide:

DESCLASSIFICAR as empresas **MAF Construtora Eireli-ME, CNPJ: 20. 938.378/0001-48, PAC Service Ltda, CNPJ: 21.927.187/0001-43** e **A S Construtora Ltda, CNPJ: 22.618893/0001-76.**

CLASSIFICAR as empresas **Construtora Construvale, CNPJ: 07.762. 401/0001-28** e**Diego Morello-EPP, CNPJ: 07.694.058/0001-21.**

Declarar VENCEDORA a empresa **Construtora Construvale, CNPJ: 07. 762.401/0001-28.**

Diante do acima exposto abre-se o prazo conforme Art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº. 8.666/93.

Os autos do Processo n°. 115/2019 encontram-se com vista franqueada aos interessados

Água Boa/MT, 08 de outubro de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO

PROCESSO Nº. 100/2019

TOMADA DE PREÇO 010/2019

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, fará a abertura dos envelopes de Proposta de Preço, da licitação acima citada, na seguinte data e horário:

OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Água Boa – MT.

DATA: 11/10/2019.

HORÁRIO: 14h00min, horário de Brasília.

Água Boa/MT, 08 de outubro de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA N° 203 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

"Desliga a servidora pública municipal SILVIA MARA NOGUEIRA VICOZO dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, a Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Providência Social – NB nº 1917712968 em nome da mencionada servidora pública, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO, que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** a servidora pública municipal **SILVIA MARA NOGUEIRA VICOZO**, lotada no cargo de Professora, portadora do Registro Geral n° 11950050-4 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n° 095739168-43, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por tempo de contribuição, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de, 31 de Outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 08 de Outubro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

TOMADA DE PREÇOS 008/2019 – AVISO DE RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através da CPL, no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 346/2019 de 10/09/2019, torna público aos interessados que a TOMADA DE PREÇOS N° 008/2019, cujo certame se deu início às 07h00min, do dia 30/09/2019, sagrou-se vencedor o proponente **LUDIMILLA OLIVEIRA DOS SANTOS – RS CONSTRUÇÕES,** CNPJ: 30.868.223/0001-36,com valor total de **R$ 129.112,54 (Cento e vinte e nove mil, cento e doze reais e cinquenta e quatro centavos) para** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR REFORMA DO GINÁSIO RODRIGO BRIANCINI. O certame foi homologado em 08/10/2019. Maiores informações pelo fone (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 08 de outubro de 2019. Raimundo da Silva Carvalho - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2019-RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2019 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Marco Aurélio Julien, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa**: SIMONE SIMON PIRES 05348504998 - CNPJ: 27.047.070/0001-51** com o valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)**, para Contratação de serviços de ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA ATENDER O CEI PROF. MARIA AUTA MEDEIROS DE OLIVEIRA. Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 08 de outubro de 2019. Marco Aurélio Julien - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2019-RATIFICAÇÃO/ JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2019 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Marco Aurélio Julien, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa**:** SELENA AUTOMÓVEIS LTDA - CNPJ: 03.462.139/0004-98, no valor total de **R$ 490,82 (quatrocentos e noventa reais e oitenta e dois centavos)**, para Contratação direta de peças mecânicas a ser utilizadas em revisão periódica por KM rodado de 20.000 KM do veículo ambulância FIAT MOBI Ano/Modelo 2018/2019, Placa QCD-6849, afim de assegurar a garantia concedida pelo fabricante. Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 08 de outubro de 2019.Marco Aurélio Julien - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2019

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) EMPRESA: 3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME, CNPJ- 21.385.648/0001-01, Av. Perimetral Deputado Rogério Silva, nº 2399/1, Setor D, Alta Floresta-MT., nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 031/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA DE PEÇAS MECANICAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 031/2019.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGRA E DO CONTRATADO

4.1. Os serviços necessários para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser fornecidos pela empresa com preços de acordo com a **"TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE RETIFICA**", fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.2. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.3. A prestação dos serviços licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O Fornecedor, a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: 3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME

CNPJ- 21.385.648/0001-01

Lote	Material	Descrição do material	Un. med.	Quantidade	Valor médio a ser gasto em cada lote	Desconto por lote
1	6-01-4334	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA FIAT	UN	10,00	15.000,00	6%
2	6-01-4336	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	1,00	1.500,00	6%
3	6-01-6942	VEICULOS LEVES, CELTA DA MARCA GM	UN	1,00	1.500,00	6%
4	6-01-4310	VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA NISSAN	UN	1,00	3.500,00	6%
5	6-01-6938	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA CHEVROLET	UN	3,00	10.500,00	6%
6	6-01-4329	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA MITSUBISHI	UN	5,00	17.500,00	6%
7	6-01-4324	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA TOYOTA	UN	1,00	3.500,00	6%
8	6-01-4309	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA FORD	UN	1,00	3.500,00	6%
9	6-01-6937	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA L200 TRITON	UN	1,00	3.500,00	6%
10	6-01-6939	VEICULOS MEDIOS, KOMBI DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1,00	3.500,00	6%
11	6-01-4333	VEICULOS MEDIOS, VAN SPRINTER DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	2,00	7.000,00	6%
12	6-01-4331	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA AGRALE	UN	1,00	8.900,00	6%
13	6-01-4312	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA FORD	UN	2,00	17.800,00	6%
14	6-01-4314	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	8.900,00	6%
15	6-01-4313	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	44.500,00	6%

16	6-01-4328	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	2,00	30.000,00	6%
17	6-01-4326	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	15.000,00	6%
18	6-01-4327	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1,00	15.000,00	6%
19	6-01-6940	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	1,00	15.000,00	6%
20	6-01-4315	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	1,00	7.000,00	6%
21	6-01-4317	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FIAT ALLIS	UN	1,00	7.000,00	6%
22	6-01-4318	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FOTON	UN	1,00	7.000,00	6%
23	6-01-4316	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	7.000,00	6%
24	6-01-6943	VEICULOS PESADOS, ONIBUS DA MARCA MERCEDEZ BENZ	UN	1,00	16.000,00	6%
25	6-01-4325	VEICULOS PESADOS, ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	80.000,00	6%
26	6-01-4319	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA FOTON	UN	1,00	7.000,00	6%
27	6-01-5488	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA MARCA XCMG	UN	1,00	7.000,00	6%
28	6-01-6936	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	1,00	7.000,00	6%
29	6-01-4320	VEICULOS PESADOS, PC DA MARCA KOMATSU	UN	2,00	14.000,00	6%
30	6-01-4321	VEICULOS PESADOS, RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA RANDON	UN	1,00	7.000,00	6%
31	6-01-6941	VEICULOS PESADOS, RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA XCMG - XT870BR	UN	1,00	7.000,00	6%
32	6-01-4330	VEICULOS PESADOS, TRATORES DA MARCA NEW HOLLAND	UN	2,00	14.000,00	6%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. As peças a serem retificadas deverão ser retiradas e entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos serviços será de até 05:00 (cinco) dias após a solicitação.

5.14. O atraso na entrega dos serviços, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, e o restante em mais duas parcelas mensais e subsequentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR/CONTRATADO** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada serviço a ser fornecido tendo como base de preços a tabela de preços de serviços de retifica (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de serviços de retifica, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **PREFEITURA**, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do **FORNECEDOR**, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a **PREFEITURA** não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o **FORNECEDOR** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022 – MANUT. E ADM. DA SEC. DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

339039.000000-0036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339039.000000-0066 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339039.000000-0070 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2083– MANUTENÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS FETHAB

339039.000000-0074 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- – ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-0383 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339039.000000-0246 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339039.00000-0534- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339039.000000- 0556– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339039.000000-0577- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.000000- 0585 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

2096- CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.000000- 0588 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 031/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 08 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME

CNPJ- 21.385.648/0001-01

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- VIDA IDEAL ASSISTENCIA SOCIAL EIRELI - ME

CONTRATO N° 088/2019

OBJETO – SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS PACIENTES DO LOCAL DA HOSPEDAGEM ATÉ OS HOSPITAIS E CLINICAS ONDE OS PACIENTES ENCAMINHADOS SERÃO ATENDIDOS.

VALOR GLOBAL - R$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais).

PRAZO VIGENCIA – 90 Dias

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO 048/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2019

PREGÃO: Nº 007/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 24 dias do mês de setembro do ano de 2019, o**MUNICÍPIO DE APIACÁS**, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059–Bairro Bom Jesus– CEP: 78.595-000 - Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Ruadas Itaúbas,s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a **ANA MARIA PIRES BELÉM**, CNP n° 04.360.651/0001-43, situada na Avenida Padre Cacique, n° 40, Praia de Belas, Porto Alegre/RS CEP: 90.810-240, neste ato representado pela Sra. **Ana Maria Pires Belém**, portadora do RGn° 3006654564-SSP/RS e do CPF n° 020.137.350-57, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10. 520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS MATO GROSSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 007/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1.A presenteAta de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Material	Descrição do Material	Marca	Qtde	Valor Unit. Registrado
4	16-02-0060	AUTOCLAVE HORIZONTAL, ALIMENTACAO PRINCIPAL: VAPOR, 21 LTS DE CAPACIDADE, CICLO 07, DIMENSOES INTERNAS COM APROXIMADAMENTE A X L X P 30 CM DE DIAMETRO X 30 CM DE PROFUNDIDADE, DIMENSOES EXTERNAS COM APROXIMADAMENTE A X L X P 46.5 CM DE ALTURA X 54 CM DE LARGURA X 46 CM DE PROFUNDIDADE, REMOCAO DO AR ALTO VACUO PULSANTE, CAMARA EM ACO INOX, PORTA SIMPLES VERTICAL, COM VALVULA DE SEGURANCA COM IMPEDIMENTO DE ABERTURA, PARA PRESSAO COM MAIOR QUE 0,1 KGF/CM2, COM TIMER, TERMOMETRO, MANOMETRO, MONOVACUOMETRO, ALIMENTACAO: 110/220 VOLTS 60 HZB, INCLUI MANUAL DE MANUTENCAO E OPERACAO.	ALT	4,00	3.582,00
					14.328,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1.A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DOÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOFORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro bom Jesus, em Apiacás/MT

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC,os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC – Ordem de Compra, no local indicado na mesma,sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1.A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br -www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais e equipamentos solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, 24 de setembro de 2019.

_____ _____

Adalto José Zago ANA MARIA PIRES BELÉM

Prefeito Municipal CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 033/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO 058/2019

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM MENSAL EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS PACIENTES DO LOCAL DA HOSPEDAGEM ATÉ OS HOSPITAIS E CLINICAS ONDE OS PACIENTES ENCAMINHADOS SERÃO ATENDIDOS.

TENDO COMO VENCEDOR A EMPRESA:

Vida Ideal Assistência Social Eireli-ME

CNPJ-22.987.866/0001-70

Rua Doutor Carlos Borralho, 81, Poção, Cuiabá, MT., CEP-78.015-630TENDO COMO VENCEDOR A

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTDADE	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS PACIENTES DO LOCAL DA HOSPEDAGEM ATÉ OS HOSPITAIS E CLINICAS ONDE OS PACIENTES ENCAMINHADOS SERÃO ATENDIDOS.	Diária de 12 horas	600	32,00	19. 200,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ COM ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DOS PACIENTES DO LOCAL DA HOSPEDAGEM ATÉ OS HOSPITAIS E CLINICAS ONDE OS PACIENTES ENCAMINHADOS SERÃO ATENDIDOS.	Diária de 24 horas	2.000	48,00	96. 000,00

Valor Global R$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 031/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO 056/2019

MAIOR DESCONTO POR LOTE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA DE PEÇAS MECANICAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.

Empresas vencedoras:

Empresa: EMPRESA: 3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME

CNPJ- 21.385.648/0001-01

VENCEDORA EM TODOS OS ITENS

Lote	Material	Descrição do material	Un. med.	Quantidade	Valor médio a ser gasto em cada lote	Desconto por lote
1	6-01-4334	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA FIAT	UN	10,00	15.000,00	6%
2	6-01-4336	VEICULOS LEVES, CARROS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	1,00	1.500,00	6%
3	6-01-6942	VEICULOS LEVES, CELTA DA MARCA GM	UN	1,00	1.500,00	6%
4	6-01-4310	VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA NISSAN	UN	1,00	3.500,00	6%
5	6-01-6938	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA CHEVROLET	UN	3,00	10.500,00	6%
6	6-01-4329	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA MITSUBISHI	UN	5,00	17.500,00	6%
7	6-01-4324	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETE DA MARCA TOYOTA	UN	1,00	3.500,00	6%
8	6-01-4309	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA FORD	UN	1,00	3.500,00	6%
9	6-01-6937	VEICULOS MEDIOS, CAMINHONETES DA MARCA L200 TRITON	UN	1,00	3.500,00	6%
10	6-01-6939	VEICULOS MEDIOS, KOMBI DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1,00	3.500,00	6%
11	6-01-4333	VEICULOS MEDIOS, VAN SPRINTER DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	2,00	7.000,00	6%
12	6-01-4331	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA AGRALE	UN	1,00	8.900,00	6%
13	6-01-4312	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA FORD	UN	2,00	17.800,00	6%
14	6-01-4314	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	8.900,00	6%
15	6-01-4313	VEICULOS PESADOS, CAMINHOES DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	44.500,00	6%
16	6-01-4328	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	2,00	30.000,00	6%
17	6-01-4326	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	15.000,00	6%
18	6-01-4327	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1,00	15.000,00	6%
19	6-01-6940	VEICULOS PESADOS, MICRO ONIBUS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	1,00	15.000,00	6%
20	6-01-4315	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	1,00	7.000,00	6%
21	6-01-4317	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FIAT ALLIS	UN	1,00	7.000,00	6%
22	6-01-4318	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA FOTON	UN	1,00	7.000,00	6%
23	6-01-4316	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	7.000,00	6%
24	6-01-6943	VEICULOS PESADOS, ONIBUS DA MARCA MERCEDEZ BENZ	UN	1,00	16.000,00	6%
25	6-01-4325	VEICULOS PESADOS, ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	80.000,00	6%
26	6-01-4319	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA DA MARCA FOTON	UN	1,00	7.000,00	6%
27	6-01-5488	VEICULOS PESADOS, PA CARREGADEIRA MARCA XCMG	UN	1,00	7.000,00	6%
28	6-01-6936	VEICULOS PESADOS, MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	1,00	7.000,00	6%
29	6-01-4320	VEICULOS PESADOS, PC DA MARCA KOMATSU	UN	2,00	14.000,00	6%
30	6-01-4321	VEICULOS PESADOS, RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA RANDON	UN	1,00	7.000,00	6%
31	6-01-6941	VEICULOS PESADOS, RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA XCMG - XT870BR	UN	1,00	7.000,00	6%
32	6-01-4330	VEICULOS PESADOS, TRATORES DA MARCA NEW HOLLAND	UN	2,00	14.000,00	6%

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 304/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Retornar a Servidora **PATRICIA BASKOSKI BERTI,** portadora da cédula de identidade 1230418-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n. 859. 370.611-87, contratada no Cargo de **Vigia**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que encontrava-se de Auxilio Doença.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 07 de Outubro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

Edital Complementar n.º 4/2019

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAGUAIANA – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida e com sustento na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Lei Municipal nº 107/91 de 06.08.91; Lei Municipal nº 801 de 10/04/2019 e Resolução nº 01/2019 de 04/04/2019 do CMDCA, e ainda com base no Processo de Escolha em Data Unificada;

RESOLVE publicar a relação dos candidatos eleitos no Processo de Escolha de candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar em cumprimento a Legislação, conforme anexo I.

Araguaiana – MT, 07 de outubro de 2019.

Keila Regina Abreu Moraes Marques

Presidente do Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescentes

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Anexo I

RELAÇAO DOS CANDIDATOS ELEITOS

Eleito em 1º lugar

Nome: Artur Dutra de Oliveira Neto

Nº da Candidatura: 04

Quantidades de Votos: 136

Eleito em 2º lugar

Rosemary Lopes da Silva

Nº da Candidatura: 10

Quantidades de votos: 128

Eleito em 3º lugar

Sonia Regina da Silva Galisteu

Nº da Candidatura 15

Quantidades de votos: 126

Eleito em 4º lugar

Raquel de Castro Santos

Nº da Candidatura: 07

Quantidades de votos: 126

Eleito em 5º lugar

Márcio Cândido da Silva Gomes

Nº da Candidatura: 14

Quantidades de votos: 101

1º Suplente

Aliane Lopes dos Santos

Nº Candidatura: 1010

Quantidades de Votos: 77

2º Suplente

Catarine Nardes Rocha

Nº Candidatura: 19

Quantidades de Votos: 63

3º Suplente

Susana Gomes Moraes Pádua

Nº Candidatura: 25

Quantidades de Votos: 55

4º Suplente

Karen Gomes Pinheiro

Nº Candidatura: 11

Quantidades de Votos: 49

5º Suplente

Lorena Jessica Silva Soares

Nº Candidatura: 33

Quantidades de Votos: 47

Keila Regina Abreu Moraes Marques

Presidente do Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescentes

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 36 DE 2019 - ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE EXPEDIENTE

Decreto nº 36/2019

Araguaiana MT, 08 de outubro de 2019

"Dispõe sobre a alteração do horário de expediente nas Repartições Públicas Municipais e da outra providencias"

O **Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Considerando, a constante queda de receita e aumento das demandas sociais em áreas essenciais (Saúde, Educação e Assistência Social);

Considerando, a revisão da folha de pagamento para evitar eventuais distorções e falhas, levando em conta os gastos com pessoal que ultrapassa o limite de Alerta;

Considerando, a recuperação do equilíbrio financeiro e orçamentário da despesa e receita para um resultado positivo da execução orçamentária 2019;

Considerando, a necessidade de designar servidor ou comissão para controle dos gastos públicos, afim de reduzir a despesa em patamares condizentes com a fonte de receitas para comportar os compromissos e obrigações legais e constitucionais durante o decorrer do exercício financeiro 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado horário de funcionamento do expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, situados no âmbito do Município de Araguaiana - MT, a partir de 09/10/2019 até 31/12/2019.

§ 1º O horário a ser cumprido será das 7:00 às 12:00 horas, em caráter excepcional e temporário.

§ 2º Durante jornada fixada no §1º deverão ser desenvolvidas as atividades consideradas internas e de atendimento ao público.

§ 3º O horário de que trata o §1º deste artigo aplicar-se-á a todos aqueles que, indistintamente, executam atividades laborais no âmbito dos órgãos da Administração Direta.

Art. 2º O servidor público, com carga horária de trabalho de 40 e 30 horas semanais, excepcional e temporariamente, terão a jornada diária de trabalho com início às 07:00 horas e término às 12:00 horas.

Art. 3º A inobservância deste Decreto implicará ao servidor e a seu superior imediato as sanções previstas na legislação especifica.

Art. 4º O disposto neste Decreto não se aplica a servidor público e empregado público que desempenha suas funções:

I – Em regime de plantão;

II – Em regime de escala;

III – Em unidade escolar;

IV – Em unidades assistenciais à saúde com atendimento 24 horas.

Art. 5º Os Secretários Municipais deverão ajustar seus contratos de serviços, gestão, convênio e termos de parceria e cooperação técnica ao horário de funcionamento do expediente disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Os serviços de caráter essenciais, nas áreas da Educação, Saúde, Departamento de Água e Esgoto, e de Vigilância, funcionarão de acordo com as atividades funcionais contínuas a serem estabelecidas pelo Secretário Municipal de cada pasta.

Art. 6º Havendo a necessidade de servidor executar suas atividades após o horário mencionado no artigo 1º, não será computado como horas extras funcionais, pois o mesmo deveria estar exercendo suas atividades até as 17:30hs, porém em virtude deste decreto estará exercendo até às 12:00hs.

Parágrafo único, Os Secretários Municipais ficarão encarregados de monitorar o andamento dos serviços, para que não haja prejuízo no cumprimento de prazos, caso ocorra, o servidor será convocado ou requisitado até regularizar e normalizar dos prazos, não havendo ônus para a prefeitura pelo cumprimento das atribuições devidas.

Art. 7º Havendo necessidade de ajustar os horários para melhor atender, ficará a critério de cada Secretário Municipal a escala de plantões, jornada de trabalho, ou a depender dos serviços contínuos que na ocasião não poderão ser interrompidos, como serviços da zona rural, entre outros, respeitando o horários de direito do servidor, não será pago horas extras ou qualquer indenização pecuniária.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 27/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Araguaiana – MT, 08 de outubro de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado em 07/10/2019, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Cortinas Blackout e Varão, que resultou em vencedora a empresa a seguir:

STAR PRIME LTDA, inscrita no CNPJ: 31.395.164/0001-99, vencedora de diversos itens, totalizando o valor Global de R$ 24.200,00.

Informa aos interessados que os autos do certame acham-se disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 08 de outubro de 2019.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 347/2019

"DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 06/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar e nomear a Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho (CAD) do Município de Araputanga/MT, cujos membros são os seguintes:

Presidente: Gleide Aparecida de Souza

Membro: Gleiciane Haugo dos Reis

Membro: João Andrade Júnior

Suplentes: Junio Cesar Pereira

Jeyksi Jhonis da Silva

Rafaela Feliciani Trevisan

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 167/2017.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 48/2019, LICENÇA SAÚDE.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE LICENÇA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA / MT.

O **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de Licença Saúde dos Servidores Público Municipal da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso.

Nome	Cargo	Afastamento	Tipo
Berenice Soares Silva	Auxiliar de Enfermagem	02/10/2019 á 30/11/2019	*Licença Saúde*
Chrisciany Moraes Pereira França	Assistente Social	07/10/2019 á 22/10/2019	*Licença Saúde*
Geilson de Souza Pessoa	Monitor de Creche	02/10/2019 á 02/12/2019	*Licença Saúde*
Genilza Aparecida Gonçalves de Carvalho	Professora	03/07/2019 á 31/08/2019	*Licença Saúde da Família*
Hudson Cunha Ramos	Motorista	26/09/2019 á 30/09/2019	*Licença Saúde*
Hudson Cunha Ramos	Motorista	04/10/2019 á 08/10/2019	*Licença Saúde*
Irany Aparecida Ferreira da Cunha Barbosa	Professora	02/10/2019 á 30/03/2020	*Licença Maternidade*
Jakelaine Gregório Afonso	Monitora de Creche	19/09/2019 á 25/09/2019	*Licença Saúde da Família*
Jussara Araujo Pereira	Auxiliar Administrativo	02/10/2019 á 16/10/2019	*Licença Saúde*
Luciana Pereira Vaz	*Auxiliar de Serviços Gerais*	*25/09/2019 á 04/10/2019*	*Licença Saúde*
Marli Marins de Carvalho Pessoa	Monitora de Creche	04/10/2019 á 18/10/2019	*Licença Saúde*
Milayne Gonçalves de Alcantara e Adriani	Técnica Florestal	30/09/2019 á 06/10/2019	*Licença Saúde*
Rosenilde dos Anjos Gomes	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	12/09/2019 á 02/10/2019	*Licença Saúde*
Rosenilde dos Anjos Gomes	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	03/10/2019 á 31/03/2020	*Licença Maternidade*
Rosimar Evangelista dos Santos	Preofessora	07/10/2019 á 11/10/2019	*Licença Saúde*
Rosivania Cristina dos Santos do Carmo	Professora	25/09/2019 á 24/10/2019	*Licença Saúde da Família*
Sandra Tigre Figueiredo	Professora	30/09/2019 á 14/10/2019	*Licença Saúde*
Sebastião Tertuliano Gomes	Apaio Administrativo Educacional	12/09/2019 á 02/10/2019	*Licença Saúde da Família*
Sebastião Tertuliano Gomes	Apaio Administrativo Educacional	03/10/ 201910/10/ 2019	*Licença Paternidade*
Sueli Maria de Oliveira	Bioquímica	04/10/2019 á 02/11/2019	*Licença Saúde*

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 07 de outubro de 2019.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 01, Portaria 07/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE ADM
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 3º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 004/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS E PRODUTORES DA GLEBA MILAGROSA, LINHA CAFUNDÓ KM 30**, CNPJ sob n° 08.568.473/0001-00
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 2º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 04/09/2019
EMPENHO: 2519/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 8864/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 8868/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Número do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2519/2019	04/09/2019	3/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**04/09/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	16/09/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 02 de setembro de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

COORDENADORIA DE ADM
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO RURAL MORENENSE** CNPJ nº 00.880.427/0001-21
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 2º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 19/07/2019
EMPENHO: 2516/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 7002/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 6998/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Numero do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2516/2019	19/07/2019	2/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**19/07/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	19/07/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 08 de outubro de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.656/2019

SÚMULA:

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DEVIDO À DESOCUPAÇÃO DO GARIMPO ILEGAL LOCALIZADO NA SERRA DO EXPEDITO NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 69, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que no dia 07/10/2019 foi conferido início à execução da 2ª Fase da Operação Trypes, que visa por fim à extração e comercialização ilegal de ouro neste Município, e que aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas encontram-se desalojadas na sede desta cidade, em situação de vulnerabilidade social, e, em sua grande maioria, sem recursos financeiros para se alimentarem e retornarem às suas cidades de origem;

CONSIDERANDO que, em virtude dessa situação crítica e anômala, a Prefeitura Municipal de Aripuanã não detêm condições de atender as necessidades básicas dessas pessoas com recursos próprios; e

CONSIDERANDO que há inúmeras pessoas descontentes com o fechamento do garimpo, o que tem provocado manifestações de toda ordem pelas vias públicas deste município, que poderão originar motim, revolta e violência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência social devido à desocupação do garimpo ilegal localizado na Serra do Expedito no Município de Aripuanã**.**

Art. 2º As Secretarias Municipais de Infraestrutura, Assistência Social e Saúde deverão ficar em alerta máximo, priorizando ações emergenciais humanitárias no Município.

Parágrafo único. Todos os órgãos e entidades do Município deverão igualmente manter-se em alerta, priorizando as ações e atividades requeridas ou solicitadas pelas Secretarias indicadas no *caput*, podendo ser requisitado bens e servidores para tarefas emergenciais.

Art. 3º Tendo em vista o estabelecido no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, que trata da dignidade da pessoa humana, ficam os órgãos e entidades do Município autorizados a realizarem ações de apoio e suporte necessários para amenizar a situação de emergência social enfrentada, mediante ações de apoio a indivíduos e famílias desalojadas e provimento de condições para o deslocamento dos indivíduos e famílias às suas cidades de origem.

Art. 4º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação contratação e aquisição de bens e serviços necessários às atividades de resposta à situação de e0mergência, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada as prorrogações dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Aripuanã, 08 de outubro 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

.

COORDENADORIA DE ADM
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 006/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA GLEBA MILAGROSA**, CNPJ sob o nº 08.189.408/0001-65
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 2º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 19/07/2019
EMPENHO: 2521/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 7004/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 6999/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Numero do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2521/2019	19/07/2019	2/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**19/07/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	18/09/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 08 de outubro de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

COORDENADORIA DE ADM
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 007/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO RURAL DA GLEBA AR-2 DE COOPERATIVISMO, SINDICALISMO E REIVINDICAÇÃO ARIPUANÃ-MT** CNPJ sob o nº. 08.358.909/0001-28
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1º/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 2º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 19/07/2019
EMPENHO: 2522/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 7003/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 6997/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Numero do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2522/2019	19/07/2019	2/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**19/07/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	28/08/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 08 de outubro de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.275/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, a funcionária, Srª **JOSEFA MARINHO DE CENA SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.825.942 SSP/RO, e inscrita no CPF sob o nº. 803.585.782-72, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR NÃO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esporte e Lazer* da **CLASSE "A",** para **CLASSE "B",** considerando a conclusão do **Ensino Médio**, a partir do dia **03/10/2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.276/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **AGILDETE GONÇALVES DE ARAUJO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 236.677 SSP/MT e do CPF nº. 292.444.711-91, ocupante do cargo de Carreira de**ZELADORA - PROFISSIONALIZADO** Classe **B,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.039/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.277/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **AURILENE ALVES MOREIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 2064298-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 027.561.011-09, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.040/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.278/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **AURISLEIA ALVES MOREIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2078946-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 030.496.151-50, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR – NÃO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.041/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.279/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **CATIA DE SOUZA JUSTINO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 726.513 SSP/RO, e inscrita no CPF sob o n°. 694.752.372-91 ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA - PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.042/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.280/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **FRANCIELLY JARUCHEWSKI SANTANA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1149755 SSP/RO e do CPF nº. 007.867.112-48, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.044/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.281/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **FRANCISCA MARQUES DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1446437-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 992.906.691-87, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.045/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.282/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **GECINEIA SANTOS DA SILVA ANDRADE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.777.276 SSP/RO e do CPF nº. 795.275.072-00, ocupante do cargo de carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.046/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.283/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **JAKELINE PEREIRA COSME,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 732.594 SSP/RO e do CPF nº. 003.754.041-63, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.047/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.284/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **JOSEFA MARINHO DE CENA SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.825.942 SSP/RO, e inscrita no CPF sob o nº. 803.585.782-72, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR NÃO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.048/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.285/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **MARIA APARECIDA ANDRÉ**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 551.574 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 393.870.891-34 ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.049/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.286/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **MARIA APARECIDA DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 981.959 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°.650.920.231-04, ocupante do cargo de Carreira de **ZELA-**

DORA,*lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.068/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.287/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 712.882 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 593.725.691-91, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/ 2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.050/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.288/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **MARLI JOSÉ DOS SANTOS VIEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1415785-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 469.274.332-87, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.051/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.289/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **ROSANA DO ROSARIO DE CAMPO OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1549842-5 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°. 009.784.661-95, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.069/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.290/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **VANESSA SANTOS SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000925310 SSP/RO e do CPF nº. 873.739.802-44, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.053/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.291/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **VANUZA SILVERIO DA SILVA E SILVA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1324325-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 906.081.781-87, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01, a partir do dia 1º/10/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 11.054/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.292/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, para adequação administrativa, o Sr. **EDSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 110.0553-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 883.858.091-04, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretario Adjunto de Agricultura – SAAF,** nível **DAS-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural*, a partir do dia 03/10/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 11.131/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de outubro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.293/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, para adequação administrativa, o Sr. **EDSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 110.0553-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 883.858.091-04, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Secretario Adjunto de Recursos Humanos – SARH,** nível **DAS-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Administração*, a partir do dia 03/10/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de outubro de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 116/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, . ORGPLAN ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 04. 909.866/0001-70

1.1 DO OBJETO - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS PARA "REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO, CAPS, UDR, CAPS, SAMU, BLOCO ADMINISTRATIVO, BLOCO SECRETÁRIA, LAVANDERIA, CME DE BARRA DO BUGRES – MT,** conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	PREÇO TOTAL R$
1.0	**ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS PARA "REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO, CAPS, UDR, CAPS, SAMU, BLOCO ADMINISTRATIVO, BLOCO SECRETÁRIA, LAVANDERIA, CME DE BARRA DO BUGRES – MT"**	UD	1,00	134. 985,45
	TOTAL GERAL			**R$ 134. 985,45**

Valor: R$ **134.985,45** (Cento e Trinta e Quatro Mil e Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Processo Licitatório: **Carta Convite de nº. 05/2019**

Dotação Orçamentária: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

09.00200.10.301.6010.1015-4.4.90.51.00.00-0123054000- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE

09.00200.10.301.6010.1015-4.4.90.51.00.00-0124000000- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE

Vigência; **27 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019**.

Responsável Jurídico: **SAULO ALMEIDA ALVES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 111/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **SANSAO & GOUVEIA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 34.752.625/0001-21

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE MEDICO PARA SUPRIR A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DECRETO MUNICIPAL 029/2019.

Valor: R$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais)

Dotação Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE:

09.00200.10.301.6010.2061.33.90.39.00.00. 0146 – MANUT. DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA –ESF

Processo Licitatório: DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2019

Vigência; 10/09/2019 e término previsto para **10/11/2019.**

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 115/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, . P E MONTEIRO GOMES INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ESTUDOS JURIDICOS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: 26.700.788/0001-32

DO OBJETO - CONTRATAÇÃO DA EMPRESA P E MONTEIRO GOMES INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ESTUDOS JURIDICOS PARA MINISTRAR CURSOS PARA OS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES -MT.

Valor: R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais).

Processo Licitatório: **Inexigibilidade de Licitação nº.:006/2019**

Dotação Orçamentária: 08.00.100.04.122.5040.2019.33.90.30.00.00.01.01.00.00.00 Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura .

Vigência; **18/09/2019 à 17/12/2019**.

Responsável Jurídico: JOSÉ TARGINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 113/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **M A SANTI- ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.257/0001-49,

OBJETO;O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa para a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, CARGA DE GÁS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR E DEMAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

Item	Quant	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	43	KG	CARNE BOVINA - TIPO MUSCULO, MOIDA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO ENTRE 10 A 20KGS	NATURA FRIG	R$ 12,69	R$ 545,67
2	38	KG	LINGUICA - FRESCAL, TIPO TOSCANA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL,FIRME,SEM UMIDADE,NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	NUTRIBRAS	R$ 9,80	R$ 372,40
3	65	KG	CARNE BOVINA - TIPO ACEM DE SEGUNDA SEM OSSO (DIANTEIRA), EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA,COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS., EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, PESANDO ENTRE 1 A 50K, SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	NATURA FRIG	R$ 16,39	R$ 1. 065,35
4	22	KG	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, BIFE, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO 5KGS	NATURA FRIG	R$ 17,59	R$ 386,98
5	28	KG	CARNE BOVINA SALGADA - PRODUTO PREPARADO COM CARNE BOVINA DO TIPO CHARQUE PONTA DE AGULHA, PRIMEIRA QUALIDADE, DESSECADA, DE CONSISTENCIA FIRME,COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAIS ESTRANHOS,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO APROPRIADO, VEDADO,COM SELO DO SIF OU SIE	NATURA FRIG	R$ 18,80	R$ 526,40
6	52	KG	FIGADO - BOVINO EM BIFE, RESFRIADO, COM ASPECTO PROPRIO,FIRME,NAO PEGAJOSO, ISENTO DE MANCHAS ESVERDEADAS, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO APROXIMADAMENTE 150G POR UNIDADE	NATURA FRIG	R$ 7,96	R$ 413,92
7	11	KG	CARNE BOVINA - TIPO COXAO DURO, PECA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO ENTRE 4 E 6KGS	NATURA FRIG	R$ 17,59	R$ 193,49
8	60	KG	CARNE SUINA - TIPO PERNIL, EM PECA INTEIRA, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO APROXIMADAMENTE ENTRE 2 E 6KGS	NUTRIBRAS	R$ 8,89	R$ 533,40
TOTAL DO CREDOR						**R$ 4. 037,61**

Valor: R$ 4.037,61 (Quatro Mil e Trinta e Sete Reais e Sessenta e Um Centavos)

Dotação Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE:

09.00200.10.122.6080.2094-3.3.90.30.00.00-0102000000- Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

Processo Licitatório: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018, Oriundo **da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2018**

Vigência; 11/09/2019 e término previsto para **31/12/2019.**

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 075/2019

DECRETO Nº 075/2019

Que dispõe sobre Exoneração de Funcionário Público.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei.

D E C R E T A:

Art.1º - Fica exonerada a pedido a Servidora Pública Municipal **LUCINEY FERREIRA FIGUEIREDO** do cargo de **ESCRITURÁRIO,** matricula nº 697, portadora do **RG: nº 681.740 SSP/MT, CPF nº. 452.598.791-04**, **NÍVEL 09, CLASSE B,** nomeada pelo **DECRETO Nº 019/2002** de **28/02/2002**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

GRACIANO BERNARDINO MEIATO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 112/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **FERNANDA THALIA DE CAMPOS MOURA** pessoa jurídica inscrita no CNPJ 34.742.268/0001-10

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE TECNICO EM ENFERMAGEM PARA SUPRIR A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME DECRETO MUNICIPAL 029/2019

Valor: R$ 2.866,00 (Dois mil e Oiticentos Sessenta e Seis Reias)

Dotação Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE:

09.00200.10.301.6010.2061.33.90.39.00.00. 0146 – MANUT. DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA –ESF

Processo Licitatório: DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2019

Vigência; 10/09/2019 e término previsto para **10/11/2019.**

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 114/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, . POSTO MARACANA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.637.894/0001-77

DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação a **AQUISIÇÕES DE COMBUSTIVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM, OLEO DIESEL S-500, OLEO DIESEL S-10) PARA**

ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS., conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALORUNIT.	VALORTOTAL
1	280.050	L	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-500		R$ 3,999	R$1.119.919,95
2	177.500	L	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10		R$ 4,099	R$ 727.572,50
3	121.200	L	COMBUSTIVEL - GASOLINA, COMUM (C), AUTOMOTIVA, DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE DA ANP		R$ 4,985	R$ 604.182,00
4	8.000	L	COMBUSTIVEL - ALCOOL, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP		R$ 2,950	R$ 23.600,00
TOTAL GERAL						**R$ 2.475.274,45**

Valor: de R$ 2.475.274,45 (Dois Milhões Quatrocentos e Setenta e Cinco Mil e Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Processo Licitatório: **Pregão Presencial N.º 018/2018**, Oriundo **da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2018**

Dotação Orçamentária:

GABINETE DO PREFEITO

02.00100.04.122.2010.2004-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

05.00100.04.122.3010.2007-3.3.90.30.00.00-0100000000 – Manutenção de Sec Mun de Governo

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

06.00100.04.122.3010.2008-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção da Secretaria de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJANETO, ORÇAMENTO E CONTROLE

07.00200.04.121.3000.2091-3.3390.30.00.00-0100000000- MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ENGENHARIA E PROJETOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.00200.12.361.5010.2023-3.3.90.30.00.00-0122055000- Manutenção do Transporte Escolar

08.00300.12.361.5010.2029-3.3.90.30.00.00-0119000000- Manutenção do Transporte Escolar

08.00200.12.361.5010.2025-3.3.90.30.00.00-0101000000- Manutenção do Transporte Escolar

SECETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

09.00200.10.122.6080.2094-3.3.90.30.00.00-0102000000 – Manutenção da Secret. Mun. de Saúde

09.00200.10.302.6030.2150-3.3.90.30.00.00-0146000000 – Manutenção e Encargos Ações Media e Alta Complexidade

09.00200.10.302.6030.2150-3.3.90.30.00.00-0102000000 – Manutenção e Encargos Ações Media e Alta Complexidade

09.00200.10.304.6040.2070-3.3.90.30.00.00-0102000000 – Manutenção e Encargos Vigilância Sanitaria

09.00200.10.304.6040.2070-3.3.90.30.00.00-0146000000 – Manutenção e Encargos Vigilância Sanitaria.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.00200.08.244. 7040.2033-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção da Secretaria de Assistência Social

10.00200.08. 244.7040.2039-3.3.90.30.00.00-0129000000- Manutenção das Ações do Programa Bolsa Família

10.00100.08. 243. 3010.2047-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção do Conselho Tutelar

10.00200.08. 244.7040.2100-3.3.90.30.00.00-0129000000- Manutenção das Ações Na Prot Social e Esp de Media Complexidade

10.00200.04.125.7040.2105-3.3.90.30.00.00-0129000000- Conselho Municipal Assistência Social (Cmas)

10.00400.08. 243. 6090.2036-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção do Conselho Municipal da Cça E do Adolescente (Cmdca)

10.00200.08. 244. 7040.2133-3.3.90.30.00.00-0129000000- Manutenção das Ações na Proteção Social Basica

10.00200.08. 244. 7040.2140-3.3.90.30.00.00-0129000000- - Manutenção das Ações na Prot Social e Esp de Media Complexidade

10.00200.08. 244. 7040.2146-3.3.90.30.00.00-0143000000- Manutenção do Recurso do Feas

10.00200.08. 243. 7040.2155-3.3.90.30.00.00-0143000000- Manutenção do Programa Criança Feliz

10.00200.08. 243.7040.2155-3.3.90.30.00.00-0129000000- Manutenção do Programa Criança Feliz

10.00200.08. 244.7040.2134-3.3.90.30.00.00-0129000000- Manutenção da Proteção Social Especial

SECRETARIA MUN. D DESENV. ECONOMICO E TURISMO

11.00100.04.122.6130.2081-3.3.90.30.00.00-01000000- Manutenção das Atividades da Sec. MUn. De Ind. Com. Turismo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS:

12.00100.04.122.8060.2053-33.90.30.00.00-0100000000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

12.00400.04.122.3040.2059-33.90.30.00.00-0100000000 – Manutenção do Departamento de Agua e Esgoto- DAE

12.00200.26.782.8070.2055-33.90.30.00.00-0100000000 – Manutenção de Estradas Vicinais

12.00200.26.782.8070.2055-33.90.30.00.00-0130000000 –Manutenção de Estradas Vicinais

12.00300.15.452.8010.2056-33.90.30.00.00-0100000000 – Manutenção da Coleta de Lixo

12.00300.15.452.8020.2051-33.90.30.00.00-0100000000– Manutenção e Recuperação de Vias Publicas

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

14.00100.04.122.3030.2085-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção do Gabinete do Secretaria.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15.00100.04.122.3010.2127-3.3.90.30.00.00-0100000000- Manutenção da Secretaria de Administração

Vigência; **20/09/2019** ate **18/03/2020**

Responsável Jurídico: REINALDO LORENCONI FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 117/2019

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, . NS CONSTRUTORA LTDA ME , pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º: 14.039.081/0001-48

DO OBJETO - O objeto será a contratação de empresa especializada do ramo pertinente, de obras e serviços de engenharia com fornecimento de materiais para execução **CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA COM ACADEMIA NO JARDIM ALVORECER COM RECURSOS DA SECID/MT CONFORME CONVÊNIO**

Nº116/2013, em conformidades com os Cronogramas Físicos-Financeiros, Planilhas Orçamentárias e Projetos de Execuções, parte integrante deste processo licitatório.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR TOTAL
01	**CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA COM ACADEMIA NO JARDIM ALVORECER COM RECURSOS DA SECID/MT CONFORME CONVÊNIO Nº116/2013.** (**Obs:** apresentar junto com a planilha orçamentaria).	**R$ 328. 995,12**
VALOR GLOBAL		**R$ 328. 995,12**

Valor: R$ **328.995,12** (Trezentos e Vinte e Oito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Doze Centavos.)

Processo Licitatório: **TOMADA DE PREÇO nº.:09/2018**

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

12.00300.15.451.8020.1048-4.4.90.51.00.00.0124.000.000 – Parque e jardins.

Vigência; **30/09/2019 até o dia 28/03/2019**.

Responsável Jurídico: **SAULO ALMEIDA ALVES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal Nº332/2015 – Decreto Municipal Nº41 de 20 de setembro de 2001.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Candidatos Eleitos na Eleição Unificada do conselho Tutelar.

1. Clemilda Maria de Morais Silva . 431 votos

2. Luciana Gomes da Costa – 394 Votos

3. Manoel Oliveira da Cruz – 323 votos

4. Marcia Alves Gomes – 282 votos

5. Aliete Barboza Dico – 266 votos

Suplente:

1. Vilma Luz dos Santos – 236 votos

2. Lucelma Divina Nunes – 229 votos

3. Eva Araújo Gomes – 227 votos

4. Sheiene Mendes Fernandes – 209 votos

5. Nerci Azevedo Souto Rates - 191 votos

6. Wallison Silva Barbosa – 169 votos

7. Raimundo Amorim dos S. Silva – 166 votos

8. Leonardo Ferreira de Moraes – 155 votos

9. Suiane Selestino da Silva – 84 votos

10. Eudes Carlos da Silva – 75 votos

Votos Brancos; 04

Votos nulos : 27

Votos Validos; 840

Total de votos ; 871

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 612 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ESPORTE E LAZER**, no uso das atribuições que lhe confere Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, alterado pelo Decreto nº 017 de 17 de janeiro de 2014 e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 23441 de 19 de setembro de 2019,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear o senhor **ANDERSON CRISTIANO DA SILVA BARRETO –** para exercer o cargo em Comissão de Gerente de Atividades Esportivas e Lazer, da Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 23 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de outubro de 2019.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal Interina de Esporte e Lazer.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 07.10.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Aprova a nova Diretoria do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI para o ano 2019/2020.

O **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI**, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 1.486 de 08 de Outubro de 1998 e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária no dia 02 de Outubro 2019, com registro na Ata nº. 118,

Considerando o Regimento Interno do conselho-CMDDPI que rege o Art. 6º "O(a) Presidente e Vice-presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa serão eleitos entre os seu membros, em reunião do Conselho, por um período de 01(um) ano, por unanimidade. Neste ato, torna publico a nova Diretoria do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa-CMDDPI para o ano 2019/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Eleger a conselheira **Marilsi das Dores Queiróz** representante da Secretaria Municipal de Saúde para exercer o cargo de Presidente do CMDDPI,

Art. 2º - Eleger o conselheiro **Nivaldo Teodoro de Mello** representante do Lar das Servas de Maria para exercer o cargo de Vice-presidente do CMDDPI,

Art. 3º - Eleger a conselheira **Joicy Machado do Rosário** representante da Secretaria Municipal de Assistência Social para exercer o cargo de Secretaria do CMDDPI.

Art. 4º - Eleger o conselheiro **Mauricio de Carvalho** representante do Lar das Servas de Maria para exercer o cargo de segundo Secretário do CMDDPI.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 02 de Outubro de 2019.

Marilsi das Dores Queiróz

Presidente do CMDDPI

Decreto nº.589/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 419 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Memorando sob nº 24704, de 01 de outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Revogar a Portaria nº 538 de 04 de novembro de 2015, que designou a servidora **ROSIELI LACERDA CINTRA MELO**, para exercer a função de Secretaria Escolar da Escola Municipal Duque de Caxias, da Secretaria de Educação do Município de Cáceres, a partir de 08 de outubro de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de outubro de 2019.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.10.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 422 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 25521 de 04 de outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a servidora **VÂNIA DA SILVA LARA,** como membro da **Comissão Permanente de Sindicância Administrativa**, tendo em vista a suspeição da titular **Gislaine Monteiro Claudino**, a fim de apurar as irregularidades narradas somente ao Processo de Sindicância 20/2015, da Prefeitura de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de outubro de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado em: 04.10.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 18 ADITIVOS Nº 187 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA TEMPORÁRIO JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Onde se lê: Acrescentar a carga horária no contrato **nº 008** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **JOSEANE APARECIDA NASCIMENTO PODAVINI** naEM Vitoria Régia, acréscimo de 04 horas no dia 10/07/2019, em substituição da professora **DORACI GONÇALVES DE SOUZA ROCHA**, que encontra se de atestado médico.

Leia se: : Acrescentar a carga horária no contrato **nº 008** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **JOSEANE APARECIDA NASCIMENTO PODAVINI** naEM Vitoria Régia, acréscimo de 20 horas/semanais no dia 10/07/2019, em substituição da professora **DORACI GONÇALVES DE SOUZA ROCHA**, que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 02 de outubro de 2019.

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 420 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 24704 de 01 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **ROSIELI LACERDA CINTRA MELO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2009/2014, no período de 08 de outubro de 2019 a 07 de janeiro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de outubro de 2019.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.10.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 19 ADITIVOS Nº 262 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

Onde se lê: Acréscimo da carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA,** Licenciada em Pedagogia da EM Vitória Régia, acréscimo de 04 horas/semanais no dia 28/08/2019, em substituição a professora Sirlei Alencar de Freitas que está de atestado médico.

Leia se: : Acréscimo da carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA,** Licenciada em Pedagogia da EM Vitória Régia, acréscimo de 20 horas/semanais no dia 28/08/2019, em substituição a professora Sirlei Alencar de Freitas que está de atestado médico.

Cáceres, 02 de outubro de 2019.

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 20 ADITIVOS Nº 289 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA TEMPORÁRIO JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Onde se lê: Acrescentar a carga horária no contrato **nº 46,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, **EDNA GARCIA SILVA,**Licenciada em Pedagogia na E.M Gotinhas do Saber, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 25/09/2019 a 03/10/2019, em substituição a Professora Suzilene dos Santos Silva que encontra se de atestado Médico.

Leia se: Acrescentar a carga horária no contrato **nº 46,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, **EDNA GARCIA SILVA,**Licenciada em Pedagogia na E.M Gotinhas do Saber, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 25/09/2019 a 04/10/2019, em substituição a Professora Suzilene dos Santos Silva que encontra se de atestado Médico.

Cáceres, 03 de outubro de 2019.

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 02 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Aprova nova redação do calendário e horário das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI para o ano 2019.

.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 1.486 de 08 de Outubro de 1998 e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária no dia 02 de outubro 2019, com registro na Ata nº. 118 resolve:

Art. 1º - Aprovar em plenária a nova redação do Calendário das reuniões Ordinárias do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI para o ano de 2019 e horário para às 15h00, será realizada toda primeira QUARTA FEIRA do mês, conforme segue:

MÊS	DIA
OUTUBRO	**02**
NOVEMBRO	**06**
DEZEMBRO	**04**

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 02 de outubro de 2019.

Marilsi das Dores Queiróz

Presidente do CMDDPI

Decreto nº.589/2019

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO RESIDENCIAL DOM MÁXIMO.

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, CNPJ 22.794. 608/0001-78, localizado na Rua Voluntário da Pátria nº 548 – Centro, torna público que requereu a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA, a renovação da licença de Operação da Estação de Tratamento de Esgoto – DOM MÁXIMO, que atende o Conjunto Habitacional Residencial DOM MÁXIMO no Município de Cáceres – MT.

Marcos de Barros Pacheco.

Assessor Técnico Operacional em Substituição

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 06/2019

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PEÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia para construção de uma Unidade de Saúde Básica Tipo I, localizada à Rua São Pedro, sem número, bairro Cavalhada II, com área total de 384,00 m², no município de Cáceres, de acordo com Projeto executivo de engenharia, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de empreitada por preço global.

Valor Estimado: R$ 1.260.848,07 (um milhão, duzentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sete centavos), sendo: R$ 725.000 (Recurso Convênio – Portaria do Ministério da Saúde n.º 3229 de 04/10/2018) – R$ 535.848,07 (Contrapartida).

Realização: 24 de outubro de 2019 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 08 de outubro de 2019.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 025/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 290 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acréscimo da carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **DAIANE DE OLIVEIRA SILVA,** Licenciada em Pedagogia da EM Gotinhas do Saber, acréscimo de 10 horas/semanais no período de 25/09/2019 a 04/10/2019, em substituição a Suzilene dos Santos Silva, para cobrir a hora do sono.

Cáceres, 25 de Setembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARANTE: Município de Cáceres-MT

EMPRESA: GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI – EPP

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº 07/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO:17.946, de 20/04/2018

Contrato Administrativo Nº 105/2018-PGM.

DECISÃO: ante as provas documentais de que a empresa contratada deixou de cumprir as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, entende esta Autoridade caracterizada a possibilidade jurídica de aplicação de sanções administrativas, portanto, *APLICO A PENALIDADE PREVISTA NO ART. 87, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/93*, e **DECLARO** a empresa "**GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI–EPP**", pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.941.912/0001-06, sediada na Rua Tenente Lira, nº 321, Sala 07, Bairro Dom Aquino, na cidade de Cuiabá – MT, CEP 78.015-280, **INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA *enquanto perdurarem os efeitos das penalidades aplicadas às fls. 91/92***, com fundamento nos incisos II e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

DATA DE ASSINATURA: Cáceres/MT, 12 de junho de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº. 614, DE 07/10/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$17.800,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

181 10.122.1002.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 13 01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

941 27.122.1002.2130.0000 MANUTENCAO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER 2.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

317 10.302.1002.2221.0000MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 13 01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

935 27.122.1002.2130.0000MANUTENCAO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER -1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

936 27.122.1002.2130.0000MANUTENCAO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER -1.300,00

3.3.90.31.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARANTE: Município de Cáceres-MT

EMPRESA: GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI – EPP

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº 02/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO:3976, de 25/01/2018

Contrato Administrativo Nº 60/2018-PGM.

DECISÃO: ante as provas documentais de que a empresa contratada deixou de cumprir as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, entende esta Autoridade caracterizada a possibilidade jurídica de aplicação de sanções administrativas, portanto, *APLICO A PENALIDADE PREVISTA NO ART. 87, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/93*, e **DECLARO** a empresa "**GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI–EPP", pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.941.912/0001-06, sediada na Rua Tenente Lira, nº 321, Sala 07, Bairro Dom Aquino, na cidade de Cuiabá – MT, CEP 78. 015-280, INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA *enquanto perdurarem os efeitos das penalidades aplicadas às fls. 91/92***, com fundamento nos incisos II e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

DATA DE ASSINATURA: Cáceres/MT, 12 de junho de 2019.

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARANTE: Município de Cáceres-MT

EMPRESA: GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI – EPP

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO:3744, de 24/01/2018

Contrato Administrativo Nº 55/2018-PGM.

DECISÃO: ante as provas documentais de que a empresa contratada deixou de cumprir as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, entende esta Autoridade caracterizada a possibilidade jurídica de aplicação de sanções administrativas, portanto, *APLICO A PENALIDADE PREVISTA NO ART. 87, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/93*, e **DECLARO** a empresa "**GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI–EPP**", pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.941.912/0001-06, sediada na Rua Tenente Lira, nº 321, Sala 07, Bairro Dom Aquino, na cidade de Cuiabá – MT, CEP 78.015-280, **INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA *enquanto perdurarem os efeitos das penalidades aplicadas às fls. 91/92***, com fundamento nos incisos II e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

DATA DE ASSINATURA: Cáceres/MT, 12 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8471 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA **FABIANA MORAES SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o término da Licença Maternidade de 120 dias.

RESOLVE: I – Exonerar a servidora FABIANA MORAES SILVA que exercia suas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria de nº 8030 de 09 de outubro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 08 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 08 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.468 DE 04 OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucio-

nal;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Contrato Administrativo e Substituto referente ao Processo **nº 2914/2019 – ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

CONTRATO Nº	**038/2019**	
OBJETO:	ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS Nº052/2019 – PREGÃO Nº029/2019 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE BRINQUEDOS INFANTIL E GRAMA SINTÉTICA PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE EDUC. E CULTURA.	
EMPRESA:	EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGOGICOS LTDA ME	
CNPJ:	15.644.619/0001-06	
FISCAL TITULAR		
SERVIDOR:	ADERCINO BATISTA GUIMARÃES	
CARGO:	DIRETOR	
CPF:	424.498.041-53	**MATRÍCULA:** 579
LOTAÇÃO:	UMEI – MARIA DE MORAES LIMA (CRECHE)	
FISCAL SUBISTITUTO		
SERVIDOR:	MARIA ALVES DOS SANTOS	
CARGO:	SECRETÁRIA	
CPF:	393.775.631-00	**MATRÍCULA:** 156
LOTAÇÃO:	UMEI – MARIA DE MORAES LIMA (CRECHE)	

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 04 de Outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8472 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR **DIOGENES TSEREBU RAHOROTA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o abono do cargo.

RESOLVE: I – Exonerar o servidor DIOGENES TSEREBU RAHOROTA que exercia suas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar em partes a Portaria de nº 8264 de 01 de abril de 2019.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 08 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 08 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019

O Município de Campinápolis – MT torna público que no Pregão Presencial nº 031/2019, do tipo menor preço por item, para contratação da empresa especializada para aquisição de motocicleta e bicicletas, foram vencedoras as empresas MOTOVALLE COMERCIO DE MOTOS LTDA CNPJ 12. 067.109/0001-25, com o valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) e A. SILVERIO GOMES – ME CNPJ 20.498.464/0001-87, com o valor de R$ 102.100,00 (cento e dois mil e cem reais). Campinápolis-MT, 08/10/2019. Gilberto Francisco R. de Paula - Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8470 08 DE OUTUBRO DE 2019.

***"**CONCEDE LICENÇA DE CASAMENTO A SERVIDORA **WERISLENE JULIA NOGUEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº. 001 de 13 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO o teor da declaração datada de 05 de setembro de 2019;

RESOLVE:

I **–** Conceder **"LICENÇA CASAMENTO"** a servidora ***WERISLENE JULIA NOGUEIRA*** lotado junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo Agente Comunitário de Saúde**,** nos dias de **08 a 14 de outubro de 2019.**

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 08 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8469 08 DE OUTUBRO DE 2019.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA **ODILA SIGNORINI ALVES TOLENTINO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Complementar Nº 027 de 05 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora datado 19 de outubro de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora ***ODILA SIGNORINI ALVES TOLENTINO*** da **Classe "B" Nível "04"** para **Classe "C" Nível"04"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 08 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 08 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2019

Estabelece normas para a seleção de profissionais com o fim de prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de educação e dá outras providências".

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o esgotamento de candidatos aprovados no processo seletivo simplificado nº 001/2019;

Considerando que o acesso e permanência à educação pública é Direito previsto na Constituição Federal do Brasil;

RESOLVE

Tornar público os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** destinada a seleção para posterior provimento de vaga temporária para Professor/Escola Municipal São José do Couto.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Seleção tem como finalidade selecionar, para posterior recrutamento e contratação de professor para atuar Na Escola Municipal São José do Couto, conforme o quadro de vagas constante do quadro 1, Item 2 deste Edital.

1.2 O Processo de Seleção Sumária escopo desta Chamada Pública, será de caráter classificatório.

1.3. Se o número de candidatos que atenderem ao disposto neste Edital for superior ao número de vagas ofertadas, os excedentes comporão **cadastro de reserva** para atendimento às necessidades posteriormente apresentadas.

1.4. Os candidatos aprovados neste processo sumário de seleção serão regidos pelo Regime de Direito Administrativo – Lei Complementar nº 001/1993 – Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores - e serão contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.5. O Contrato dos candidatos aprovados neste Processo de Seleção Sumária se dará a **título precário**.

1.6. O contrato oriundo da presente Chamada Pública **se limitará ao prazo** ao calendário letivo 2019.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIOS, ESCOLARIDADE EXIGIDA E LOCAL DE VAGA

2.1. O quantitativo de vagas, a carga horária semanal, a remuneração, a formação exigida e a unidade de lotação constam do quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Discriminação das Vagas

Função	Distrito	Escola	Provimento Imediato	Formação	Cadastro de Reserva	Remuneração
Professor	São José do Couto	E.M. São José do Couto	01	Pedagogia ou Letras	01	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída

3.DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições e preenchimento dos requisitos acessórios (entrega de documentos comprobatórios) serão realizadas presencialmente pelo candidato ou por pessoa autorizada mediante a apresentação de procuração, no período de 08(oito) a 11(Onze) de outubro de 2019, das 09:00h ás 17:00h horas, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na AV. Benônico José Lourenço, Nº 2640, Setor União, Campinápolis-MT.

3.2. Poderão se inscrever os interessados que atenderem, no ato da inscrição, as exigências descritas no quadro 1 deste edital e, ao seguinte:

a) Ter nacionalidade brasileira e/ou ser naturalizado;

b) Ter, no ato da inscrição, idade igual ou superior a 18(dezoito) anos;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino).

4. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Os critérios para a seleção dos Profissionais elencados no quadro 1 deste Edital, consistirão na análise curricular, conforme os requisitos discriminados no quadro 2 para Escola Municipal São José do Couto.

Quadro 2 – Requisitos para análise curricular EM São José do Couto

Título	Forma de Comprovação	Pontuação
Graduação: Licenciatura em Pedagogia ou Letra	Diploma	25.0 (vinte e cinco) pontos
Especialização Em Educação	Certificado	30.0 (trinta) pontos

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para desempate entre os candidatos serão obedecidos, respectivamente os seguintes critérios:

a) Maior nível de escolarização;

b) Maior pontuação em cursos de extensão;

c) Maior idade.

6. DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO

6.1. O resultado será divulgado a partir do dia 11/10/2019, no site da Prefeitura Municipal e Jornal Oficial dos Municípios.

6.2. A convocação para apresentação da documentação exigida para a admissão será feita nos meios de divulgação oficiais do Município de Campinápolis-MT.

6.3. Por ocasião da contratação/admissão deverão ser apresentados cópias e originais dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade - RG;

d) Certidão de Regularidade Eleitoral;

e) Certificado de Escolaridade ou Diploma/Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar;

f) Certidão de Nascimento ou casamento;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

i) Número de conta corrente do Banco do Brasil;

j) Comprovante de endereço com telefone de contato;

l) Número do PIS/PASEP;

m) Atestado de saúde;

n) Declaração de acumulação ou não de Cargo, Emprego ou Função Pública;

o) Declaração de Bens.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A análise curricular será realizada por Comissão nomeada por Ato do Secretário Municipal de Educação e Cultura.

7.2. A Comissão referenciada no item 7.1 deste Edital será constituída por 03 (três) membros.

7.3. A Comissão nomeada procederá com a anotação do resultado e adotará os meios para assegurar ampla publicidade

7.4. A Comissão, obrigatoriamente ao analisar a documentação entregue pelo candidato deverá atestar a conferência com o original, quando apresentada em fotocópias.

7.5. O resultado individualizado de cada candidato, deverá obrigatoriamente ser assinado por todos os membros da Comissão.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT,08 de outubro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 542, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERA PORTARIA Nº 285/2018 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

ALTERAR, a portaria nº 285/2018 que nomeia os membros que comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para a Gestão 2018/2021, com a seguinte composição:

I – Representante da Secretaria de Assistência Social

Titular: Sonnea Cordeiro Zabolotny CPF: 413.283.880-34

Suplente: Vânia de Araújo Pompermayer CPF: 537.473.301-00

III - Representante da Secretaria de Saúde

Titular: Danielly Martins CPF: 012.779.261-90

Suplente: Lilian Karla Lopes Pegaiani CPF: 015.089.441-48

VIII – Representante do Rotary Clube

Titular: Gilvano Souza de Oliveira CPF: 501.535.441-04

Suplente: Roni Greison Olibone Geraldo Veelings CPF: 010.144.401-06

X – Representante da APAE

Titular: Edna Tubiana Baú CPF: 038.355.879-43

Suplente: Marileusa Pereira CPF: 708.498.031-87

DISTRATO DO CONTRATO Nº 188/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 188/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Leandro de Melo Lima

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SAÚDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde deste município, para atender o **SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.**

Valor Rescisório: R$ 8.801,45

Data Rescisão: 19/09/2019

Procedimento: S/ justa causa p/ iniciativa do empregado.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 536, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR **PAULO LOURENÇO DE SOUZA**.

AVISO DE LICITAÇÃO PE 019/2019

Recebimento das propostas: **a partir do dia 09 de outubro de 2019, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 24 de outubro de 2019, às 14:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 24 de outubro de 2019, às 15:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 24 de outubro de 2019, às 15:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **Aquisição de Patrulha Mecanizada - máquina pesada do tipo trator sobre esteiras - conforme Contrato de Repasse nº 882435/2018/MAPA/CAIXA, firmado entre a União Federal e o Município de Campo Novo do Parecis.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone (65) 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 08 de outubro de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PROSSEGUIMENTO PP 95 2019

RETIFICAÇÃO E PROSSEGUIMENTO DE EDITAL

Pregão Presencial nº 095/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO e PROSSEGUIMENTO do Edital de Pregão Presencial nº 095/2019**, que tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de criação e desenvolvimento do site/portal para a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis e sub sites de Secretarias especializadas, seguindo os patrões web, acessível para computadores, celulares e computadores de mão, com a construção e implementação de páginas estáticas e administráveis pelo próprio usuário, com manutenção, serviços on-line. Que teria sua abertura no dia 19 de agosto as 14h00min. Conforme publicações.

Acrescenta-se os Itens 6.1 “e”, 13.4.1.1, 13.6.1 do Edital.

Ficando prorrogada sua abertura para dia **25 de outubro de 2019, às 08h00min (horário local).**

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes....

Campo Novo do Parecis, 08 de outubro de 2019.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DISTRATO DO CONTRATO Nº 038/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 038/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Dircilene Maria de Oliveira Mota

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Valor Rescisório: R$ 12.087,33

Data Rescisão: 24/09/2019

Procedimento: Término de contrato.

DISTRATO DO CONTRATO Nº 176/2017 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 176/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Jessica Barbosa dos Santos

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de Agente de Saúde, especialidade Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – USF Amapá.

Valor Rescisório: R$ 2.708,32

Data Rescisão: 04/09/2019

Procedimento: S/ justa causa p/ iniciativa do empregado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: E. DE S. BRANDAO – GRAFICA EDITORA EXATA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Procon. VALOR TOTAL: R$ **83.154,40.**

DISTRATO DO CONTRATO Nº 159/2019 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 159/2019

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Bruna Woodymila Siqueira Lopes

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de**Agente Educacional**, **especialidade Auxiliar de Creche,** como auxiliar de turmas de inclusão, que tem alunos matriculados com necessidades especiais, conforme prevê a legislação (RESOLUÇÃO Nº 01/2012/CEE/MT), lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Valor Rescisório: R$ 4.656,17

Data Rescisão: 23/09/2019

Procedimento: S/ justa causa p/ iniciativa do empregado.

DISTRATO DO CONTRATO Nº 178/2019 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 178/2019

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Laura de Ávila Curado Amaral

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **Professor (a), especialidade Licenciatura Plena em Geografia**, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Valor Rescisório: R$ 5.949,57

Data Rescisão: 18/09/2019

Procedimento: S/ justa causa p/ iniciativa do empregado.

AVISO DE RESULTADO PP 094/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 094/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção elétrica e tacógrafos com todos os materiais e peças necessárias para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota Municipal, teve como vencedora a empresa: CENTRO AUTOMOTIVO ARAÚJO AUTO ELÉTRICA EIRELI.

Campo Novo do Parecis-MT, 08 outubro de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: F A S NASCIMENTO IMPRESSOS

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Procon. VALOR TOTAL: R$ 2.266,40.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 541, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERAR A PORTARIA Nº 131/2019 QUE NOMEIA MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

II -REPRESENTANTE DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO :

Titular: Flancilelli Thais Peres Leal CPF: 035.214.911-61

Suplente: Maria Edilene Mateus do Nascimento CPF: 886.467.853-00

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 530, DE 1° DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA **SUSANA HENRIQUE** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR O TERMO DE FOMENTO Nº 15/2019 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS –MT E A ASPCNP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, (AGEM – PROJETO AGENTE MIRIM).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E EDITORA LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Procon. VALOR TOTAL: R$ 55.446,60.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: SOZO E FORLIN - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Procon. VALOR TOTAL: R$ 30.599,50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DIVULGA O RESULTADO DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ABERTO ATRAVÉS DO EDITAL Nº 001/2019.

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Campo Verde - MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado da análise dos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital nº 001/2019, conforme ANEXO I.

Art. 2º - O candidato que teve **deferida** a solicitação de isenção da taxa de inscrição e que ainda não se inscreveu para o cargo desejado no site www.klcconcursos.com.br, deverá efetuar a inscrição até o último dia das inscrições, sob pena de não ter o nome entre os candidatos homologados.

Art. 3º - O candidato que teve **indeferida** a solicitação de isenção da taxa de inscrição poderá participar do presente certame, desde que, dentro do prazo, realize a inscrição e/ou efetue o pagamento do boleto referente a taxa de inscrição e siga todas as demais determinações do edital de abertura.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Verde - MT, 07 de outubro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO

Presidente da Comissão Especial Organizadora do Concurso Público

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº 089/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DESBUROCRATIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES A DOCUMENTAÇÃO, ATENDIMENTO, LICENCIAMENTOS, AUTORIZAÇÕES, DECLARAÇÕES, CERTIDÕES, PERMIS-SÕES E CONCESSÕES DE NATUREZA URBANA E AMBIENTAL, NA FORMA QUE INDICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar os procedimentos administrativos referentes a concessões de alvarás, licenças, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões de natureza urbana e ambiental, tornando mais eficiente e ágil o ambiente regulatório da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.726/2018, que dispõe sobre a racionalização dos atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ainda institui o Selo de Desburocratização e Simplificação no âmbito federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos administrativos e simplificar a documentação necessária para a aprovação das licenças e das autorizações municipais;

DECRETA:

Art. 1º - Este decreto estabelece normas básicas sobre os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal, dos serviços de natureza urbana e ambiental, visando, em especial, à proteção dos direitos dos requerentes e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

parágrafo único - Os atos e procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal deverão ser orientados visando a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude.

Art. 2º - A documentação necessária para protocolo dos requerimentos para concessão de alvarás, licenças, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões de natureza urbana e ambiental, será definida por meio de portaria e/ou Instrução Normativa emitida pela administração pública competente para sua aprovação, de acordo com a competência definida no anexo único deste decreto, observada a simplificação do rol dos documentos exigidos, objetivando a eliminação do excesso de burocracia, que deverá ser implantado até 6 (seis) meses, contados da publicação deste Decreto.

§ 1º - Integra o presente Decreto o Anexo Único, com a lista de serviços de natureza urbana e ambiental prestados pelos órgãos do Município de Campo Verde.

§ 2º- A lista de serviços acostada no parágrafo anterior não é exaustiva, podendo compor o referido anexo os serviços criados após sua publicação. Para o serviço que não conste explicitado no anexo único deste decreto, fica a administração pública incumbida de emitir portaria definindo sua tramitação procedimental interna, bem como a lista de documentos exigidos no processo.

Art. 3º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, bem como os da Finalidade, Motivação, Razoabilidade, Ampla defesa e contraditório, Segurança jurídica e Interesse público, visando a desburocratização e a simplificação dos procedimentos.

Parágrafo Único - Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o direito;

II - Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo se autorizado em lei;

III - Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV – Desburocratização no ambiente regulatório Municipal e a simplificação dos procedimentos administrativos;

V - Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

VI - Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei;

VII - Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VIII - Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

IX – Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos requerentes;

X - Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos requerentes;

XI - Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 4º - O requerente tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - Ter ciência da tramitação dos processos administrativos nos quais figure como requerente, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

IV- A desburocratização e simplificação dos procedimentos, sem prejuízo da legislação aplicável, onde devem ser adotados os seguintes critérios:

a) Reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

b) Autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

c) Juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

d) Apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

e) apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura;

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Art. 5º - São deveres dos requerentes perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - Expor os fatos conforme a verdade;

II - Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - Não agir de modo temerário;

IV - Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Art. 6º - A tramitação dos processos será, prioritariamente, eletrônica, ficando sob a responsabilidade dos requerentes todas as informações necessárias à obtenção dos alvarás, licenças, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões.

§ 1º - O cadastro no sistema eletrônico para acompanhamento da tramitação deverá ser do requerente do processo ou terceiros devidamente autorizados.

§ 2º - A manutenção do cadastro será de inteira responsabilidade do requerente.

§ 3º - A não comprovação do pagamento da taxa de expediente no prazo de 30 (trinta) dias, importará no arquivamento do processo e a sua exclusão do sistema.

Art. 7º - A notificação, para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, expedida pelos órgãos, deverá, prioritariamente, ocorrer por meio de sistema eletrônico, em que o requerente tenha cadastro; na sua ausência, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, edital ou outro meio que assegure a certeza da ciência do requerente.

§ 1º - Considerar-se-á realizada a notificação, para os processos eletrônicos, no dia em que se efetivar seu acesso no sistema, certificando-se nos autos a sua realização.

I –Depois de 5 (cinco) dias após o envio, independentemente de visualização pelo requerente, será considerado realizada a notificação.

§ 2º - A notificação deverá conter:

I - Identificação do notificado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - Finalidade da notificação;

III - Data, hora e local em que deve comparecer ou prazo para apresentação de documentos, projetos ou estudos solicitados;

IV - Indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 3º - Nos casos em que os requerimentos submetidos à aprovação apresentarem pendências sanáveis, deverá o interessado solucioná-las no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da notificação, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se solicitado com a devida justificativa.

§ 4º - Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao requerente forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará no indeferimento e arquivamento do processo.

§ 5º - No caso de requerentes indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a notificação deve ser efetuada por meio de publicação oficial, ou no próprio e-mail eletrônico fornecido pelo contribuinte.

§ 6º - Sem prejuízo à ação fiscal individual, a administração pública municipal poderá utilizar procedimento de notificação prévia, prioritariamente por meios eletrônicos, com prazo de 15 (quinze) dias, com o objetivo de incentivar a autorregularização, que, neste caso, não constituirá início de procedimento fiscal.

Art. 8º - A Administração municipal tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 9º - O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

Art. 10º - Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Art. 11º - Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I - Pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - Pessoa com deficiência, física ou mental;

III - Pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1º - Terão prioridade os projetos de interesse público, social e de grande repercussão para a cidade.

§ 2º - A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 3º - Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Art. 12º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde-MT, em 07 de outubro de 2.019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 103/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 103/2019 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A FIM DE REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS NO MUNICÍPIO, que teve como vencedora a empresa HIDROCAVE POÇOS ARTESIANOS LTDA – ME, CNPJ nº 13. 778.371/0001-40, com o valor total de R$ 654.899,50 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos). Campo Verde, 08 de outubro de 2019. Ana Carolina S. B. Blume – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 143/2019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 143/2019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - 2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Campo Verde-MT – 2019, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a ATA DE APURAÇÃO do dia 06 de Outubro de 2019, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 de 13 de Julho de 1990; Resolução do Conanda nº 170 de 10 de Dezembro de 2014; Lei Municipal Nº 2.076 de 23 de Abril de 2015 – que dispõe sobre o processo eleitoral dos membros dos Conselhos Tutelares; **EDITAL Nº 01/2019 – CMDCA de 05 de Abril de 2019 – do Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024**; **Portaria Nº 286/2019 de 02 de Maio de 2019** – que dispõe sobre a nomeação dos membros que compõem a Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Campo Verde-MT – 2019; ATA DE APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - 2019, realizado em 06 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1° – TORNAR PÚBLICO e DIVULGAR o **RESULTADO DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR** de Campo Verde-MT, realizado em 06 de Outubro de 2019.

CLASSIFICAÇÃO TITULAR	NOME DO CANDIDATO	QUANTIDADE DE VOTOS
1º	CASTORINA VANJURA DO NASCIMENTO	349
2º	DENIVAL FRANCISCO DE PAULA	251
3º	EULINA GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO	227
4º	CARLOS FRANCISCO DE SOUZA	225
5º	GLAUCIA MUNHOZ MALOSPIRITO	203
CLASSIFICAÇÃO SUPLENTE	**NOME DO CANDIDATO**	**QUANTIDADE DE VOTOS**
6º	KÁCIA APARECIDA COIMBRA	198
7º	FERNANDA SILVA CÂNDIDO SEIDEL	192
8º	ADEMAR CARIA LIMA	178
9º	CARINA LEONARDO DOS SANTOS	141
10º	LOYANE MAXIMIANO BRITO	106

Nos termos da Lei Municipal nº 2.076/2015 e Edital nº 001/2019, os candidatos poderão apresentar pedidos de impugnação de votos na medida em que estes forem sendo apurados, cabendo à decisão à Comissão do Processo Eleitoral, pelo voto majoritário de seus componentes, com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA que decidirá em 03 (três) dias, com ciência ao Ministério Público

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 08 de Outubro de 2019.

André Régis Tavares Novais

Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Campo Verde-MT – 2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA

AVISO DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2019

SEGUNDA CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a**CONCORRÊNCIA PÚBLICA** C**ONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT,** na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 004/2019**, **dia 11 de NOVEMBRO de 2019 às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT. Edital através do site: www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde, 08 de outubro de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: HIDROCAVE POÇOS ARTESIANOS LTDA – ME, CNPJ 13.778.371/0001-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A FIM DE REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS NO MUNICÍPIO – PREGÃO Nº 103/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 08/10/2019 À 07/10/202

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ANALISE FÍSICO-QUÍMICO E BACTERIOLOGICO	15 UND	R$ 261,00	R$ 3.915,00
02	DESLOCAMENTO DE VEÍCULOS (CAMINHÕES)	2.000 KM	R$ 2,61	R$ 5.220,00
03	LICENÇA JUNTO A SEMA, ART E CREA	15 UND	R$ 2.783,00	R$ 41.745,00
04	ADEQUAÇÃO DE POÇO PARA OUTORGA COM MATERÍAIS INCLUSOS, TAIS COMO: TORNEIRA, TUBO, NÍVEL, LIGA POLIMÉRICA, ETC	15 UND	R$ 1.218,00	R$ 18.270,00
05	TESTE DE VAZÃO COM RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	15 UND	R$ 1.305,00	R$ 19.575,00
06	LIMPEZA COM AR COMPRIMIDO (COMPRESSOR 950 X 360 PSI)	15 UND	R$ 2.784,00	R$ 41.760,00
07	RETIRAR E INSTALAR BOMBA PARA FAZER MANUTENÇÃO NOS POÇOS ARTESIANOS JÁ EXISTENTES	50 UND	R$ 1.305,00	R$ 65.250,00
08	PERFURAÇÃO ROTO/PNEUMÁTICO EM ROCHA SEDIMENTAR COM DIÂMETRO DE “6” ATÉ 100 METROS	800 M	R$ 138,38	R$ 110.704,00
09	CONJUNTO MOTO BOMBA SUBMERSA MONOFÁSICO, COM PAINEL 5 HP 220V – 10M³/H	15 UND	R$ 3.742,00	R$ 56.130,00
10	CONJUNTO MOTO BOMBA SUBMERSA MONOFÁSICO, COM PAINEL 1,5 HP 220V – 3M³/H	15 UND	R$ 2.384,00	R$ 35.760,00
11	PAINEL DE COMANDO COMPLETO PARA CONJUNTO DE MOTO BOMBA	15 UND	R$ 1.009,00	R$ 15.135,00
12	TUBO EDUTOR GEOMECÂNICO 1.1/2”	500 M	R$ 19,15	R$ 9.575,00
13	TUBO DE PVC GEOMECÂNICO 4’’ DE 4 METROS CADA	500 UND	R$ 95,73	R$ 47.865,00
14	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, DN 60MM, PN 125	1.200 M	R$ 29,59	R$ 35.508,00
15	VÁLVULA BORBOLETA TIPO WAFER “4’’	05 UND	R$ 452,56	R$ 2.262,80
16	HIDRÔMETRO 1/2”	05 UND	R$ 678,04	R$ 3.390,20
17	HIDRÔMETRO 2” VAZÃO MÁXIMA DE 50M³/H	05 UND	R$ 1.479,00	R$ 7.395,00
18	HIDRÔMETRO 3” VAZÃO MÁXIMA DE 80M³/H	05 UND	R$ 2.088,00	R$ 10.440,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 529.900,00 (QUINHENTOS E VINTE E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS).				

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	PERFURAÇÃO ROTO/PNEUMÁTICO, EM ROCHA SEDIMENTAR COM DIÂMETRO DE ‘’6” ACIMA DE 500 METROS COM MATERIAIS INCLUSOS	150 M	R$ 833,33	R$ 124.999,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 124.999,50 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).				

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 654.899,50 (SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

PEDRO JOSE LEHNEN, GERALDO MATIAS LEHNEN E LUIZ NELSON LEHNEN , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DOS IMÓVEIS LOTE 01 E 02 DA QUADRA 14, LOCALIZADO NA AV BRASIL, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de

emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

PEDRO JOSE LEHNEN, GERALDO MATIAS LEHNEN E LUIZ NELSON LEHNEN , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 20 DA QUADRA 14, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - ELEIÇÕES DIRETORES 2019

EDITAL HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - ELEIÇÕES DIRETORES 2019.

Art. 1º A Secretária Municipal de Educação e Cultura, de Campo Verde – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições deferidas para participar da próxima etapa, ciclos de estudos, conforme previsto no item 3. do EDITAL Nº 01/2019/SMEC - ELEIÇÕES DIRETORES 2019;

I - Lista de deferimentos:

LEVANTAMENTO DE FALTAS E ATESTADOS			
MATRI.	**NOME**	**CARGO**	**ESCOLA**
624	CARLA APARECIDA MATTOS LIMA	DIRETORA	SÃO LOURENÇO
6334	ISLAINE DOS SANTOS BRITO	COORDENADORA	
6557	CLAUDINEIA REGINA PAIAO ROSS	COORDENADORA	
4335	JOAO EUPIDIO MONTEIRO DA SILVA	DIRETORA	SABINA
403	MARIA LUCILIA NUNES MEDEIROS	COORDENADORA	
6558	CLEUSA PIZOLOTTO NOGUEIRA	COORDENADORA	
5908	LELIANE RODRIGUES DOS SANTOS	DIRETORA	ARTEMIR
821	VANIA CARLA JOAO	COORDENADORA	
6593	ROSELAINE APARECIDA SELVA	COORDENADORA	
5789	VERA LUCIA APARECIDA RIBEIRO DE ALMEIDA	DIRETORA	BEM ME QUER
5895	DANIEL BORGES DE SOUZA	DIRETOR	PARAÍSO
6457	LISIANE CRISTINA COTY LAMIM	COORDENADORA	
5906	DUCIMARA VIEIRA	DIRETORA	CORA CORALINA
464	CLAUDIA VICENCIA MOYA CANOLA	DIRETORA	MONTEIRO
462	MARIA APARECIDA OLIVEIRA DE JESUS SILVA	COORDENADORA	
625	NEUZELI MARQUES NOBREGA	COORDENADORA	
5120	TATIANE DE ALMEIDA SILVA MORENO	DIRETORA	FRANCISCO
5903	JOSIANE APARECIDA DA LUZ	COORDENADORA	
6177	LETICIA MARIA ROCHA ANDRADE	DIRETORA	PADRE JOÃO
6191	SANDRA CLAUSSEN PAVEI	COORDENADORA	
4825	ALESSANDRA APARECIDA BITENCOURT MASCARIN	DIRETORA	AMERECILDA
4501	FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA ARAUJO	COORDENADORA	

II - Lista de Indeferimentos:

4505	WALTEIR GREGORIO DA SILVA	DIRETOR	
6480	LUCIANA PEREIRA GARDEZ	COORDENADORA	IMPEDIMENTO DO ART. 42, V, DA LEI 059/2015

Art. 2º O candidato que não tiver sua inscrição deferida, querendo, deverá interpor recurso, protocolado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data de publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Verde - MT, 08 de outubro de 2019.

Andréa Castilho Schroeter.

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 141/2019

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços médico para realização de consultas de avaliação pré-parto e realizar no Município o acompanhamento de trabalho de parto normal e cesariana, no Hospital Municipal Leocyr Lazarete para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR UNITÁRIO: R$ 105,00 (cento e cinco reais), para consulta médica em atenção especializada Pré-Parto, R$ 1.325,00 (um mil, trezentos e vinte e cinco reais), para serviço de procedimento médico do tipo parto Normal e R$ 1.674,75 (um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), para serviço de procedimento médico do tipo parto Cesária.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 163.985,00 (cento e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde;

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde;

Centro de Custo: 6.149 – Hospital Municipal Leocyr Lazarete;

Dotação: (343/2019) 06.01.2.041.3.3.90.39.50.00.00.00. – Serviços Médicos Hospitalar – Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 26/09/2019 até 25/09/2020.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 14/2019, Processo Administrativo nº 086/2019, Processo de Compra nº 094/2019 e Edital de Credenciamento nº 13/2019.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA - ME**,** CNPJ/MF Nº 12.026.296/0001-07/ CONTRATADA.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 021/2019

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 021/2019, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 24/09/2019, às 08h00, horário local, com a finalidade de **registrar preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** sendo declaradas vencedoras do certame as empresas, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF nº 02.520.829/0001-40, vencedora dos itens (08, 10, 11, 12, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 35, 40, 44, 56, 58, 66, 69, 83, 84, 87, 97, 98, 100, 109, 110, 111, 113, 139, 150, 151 e 160), com o valor total de R$ 142.614,00 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e catorze reais), DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA-ME, CNPJ/MF nº 18.337.759/0001-20, vencedora dos itens (02, 03, 05, 06, 09, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 30, 31, 36, 41, 43, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 63, 65, 67, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 88, 92, 99, 103, 104, 105, 106, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 141, 144, 146, 148, 153, 154, 156, 159, 163 e 167), com o valor total de R$ 207.670,50 (duzentos e sete mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos), FARMÁCIA BOM PREÇO LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 11.504.314/0001-48, vencedora do item (162), com o valor total de R$ 2.105,70 (dois mil, cento e cinco reais e setenta centavos), FAMÁCIA FLORACEL LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 74.194.747/0001-64, vencedora dos itens (16, 37, 45 e 133), com valor total de R$ 19.946,00 (dezenove mil, novecentos e quarenta e seis reais), FERNAMED LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 04.759.433/0001-86, vencedora dos itens (64 e 73), com valor total de R$ 13.494,00 (treze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais), LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 21.227.039/0001-16, vencedora dos itens (04, 77, 140, 142 e 157), com valor total de R$ 9.066,20 (nove mil, sessenta e seis reais e vinte centavos), LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 26.419.311/0001-83, vencedora dos itens (29, 95, 131, 161, 164 e 165), com valor total de R$ 21.758,35 (vinte e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 09.676.256/0001-98, vencedora dos itens (33, 38, 47, 59, 62, 68, 90, 91, 93, 128, 132, 143 e 168), com o valor total de R$ 14.110,95 (catorze mil, cento e dez reais e noventa e cinco centavos), MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALATES LTDA, CNPJ/MF nº 05.343.029/0001-90, vencedora do item (166), com o valor total de R$ 15.177,60 (quinze mil, cento e setenta e sete reais e sessenta centavos), RINALDI & COGO LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 07.269.677/0001-79, vencedora dos itens (19, 39, 49, 74, 86, 102, 125 e 155), com valor total de R$ 109.950,69 (cento e nove mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos) e TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME, CNPJ/MF nº 32.364.822/0001-48, vencedora dos itens (07 e 82), com o valor total de R$ 7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). Os itens (34, 42, 71, 72, 89, 94, 107, 122, 126, 138, 145, 152, 158 e 169) foram declarados "DESERTOS". Os itens (01, 27, 28, 70, 96, 101, 108, 147 e 149), foram declarados "FRACASSADOS".

Campos de Júlio - MT, 08 de outubro de 2019

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N. 003/2019/SMEELTC, DE 23 DE SETE

EDITAL COMPLEMENTAR N. 003/2019/SMEELTC, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

"DIVULGA RELAÇÃO DE INSCRITOS NO PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR – PAE, (BOLSA AUXILIO MORADIA) NO ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WILTON SANTOS DE SOUSA, Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, nomeado pela Portaria n. 006/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a relação de inscritos, no Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior – PAE, **(BOLSA AUXILIO MORADIA).**

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS	
1º	Iêssa Ferreira Cardoso
2º	Camila Ferreira da Silva
3º	Rafaela da Silva Castro

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, 23 de setembro de 2019.

_____

WILTON SANTOS DE SOUSA

Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura

Portaria n. 006/2017

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 355/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 355/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª, **LIDIANE MATOS LIMA**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1666810-3, emitido por SJSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 009.834.671-70, para exercer o cargo de **ASSESSORA DA ASSESSORIA TÉCNICA - ASSETEC**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N. 002/2019/SMEELTC, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

EDITAL COMPLEMENTAR N. 002/2019/SMEELTC, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

"DIVULGA RELAÇÃO DE INSCRITOS NO PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR – PAE, (CREDITO EDUCATIVO)NO ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WILTON SANTOS DE SOUSA, Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, nomeado pela Portaria n. 006/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a relação de inscritos, no Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior – PAE, **(CREDITO EDUCATIVO)**.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Rafaela da Silva Castro
Mislaine Ferreira da Silva
Gislaine Trindade Valverde Metke
Geilza Trindade Valverde
Bruna Alves Dias
Josiane Pereira da Silva
Liliane Silva Souza Louzeiro
Iêssa Ferreira Cardoso
Camila Ferreiro da Silva
Rayane Criscielle S. Vieira
Rafael Yure Almeida Silveira
Carolyne Kessya de Araújo Souza

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Canabrava do Norte – MT, 23 de setembro de 2019.

_____

WILTON SANTOS DE SOUSA

Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura

Portaria n. 006/2017

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO N. 005/2019/GAPRE

ATO DE DESIGNAÇÃO N. 005/2019/GAPRE

"DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR CUMULATIVAMENTE AS FUNÇÕES DO CARGO DE COORDENADORA DE PATRIMÔNIO – COORD/PAT E DE ASSESSORA DA ASSESSORIA TÉCNICA – ASSETEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo de coordenador de patrimônio, e ainda, levando em consideração a contenção de despesas públicas, bem como, a vedação de novas nomeações, por parte do poder chefe do poder executivo municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Sr.ª **LIDIANE MATOS LIMA,** matrícula funcional n. 2157 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o 009.834.671-70, ocupante do cargo de Assessora da Assessoria Técnica – ASSETEC, conforme a portaria n. 355/2019, de 08 de outubro de 2019, para desempenharcumulativamente as funções do cargo de Coordenadora de patrimônio COORD/PAT, conforme especificado no Art. 102º da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 08 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 356/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 356/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a contratação de empresa especializada, para prestação de serviço de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social, conforme contrato n. 062/2011.

CONSIDERANDO a solicitação da empresa DF2 CONSULTORIA EMPRESARIAL SS LTDA, na qual solicita o pagamento.

CONSIDERANDO a manifestação da Assessoria Jurídica do Município de Canabrava do Norte – MT,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor para verificar e atestar o cumprimento da realização do ora contratado.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª, **VANESSA LUCAS PEREIRA SANTOS**, matrícula funcional n. 1840 portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1764741-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 012.809.591-18, para verificar e atestar a execução do serviço ora contratado em todas as suas etapas .

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 357/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N. 357/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"ALTERA *MEMBRO, DA COMISSÃO ENCARREGADA DE AVALIAR OS RESULTADOS OBTIDOS NOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS COM O INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS- IPGP".*

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o ofício. 102/2019 exarado pela Sr.ª Ana Lucia Vieira de Souza, Presidente do Instituto de Pesquisa e Gestão de Politicas Públicas – IPGP.

RESOLVE:

Artigo 1º. Alterar a Sr.ª*Karla Bueno Mota*, pela Sr.ª **RAIANY SILVA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n.21742324 , emitida por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 035.891.041-20, para atuar com membro na Comissão de Avaliação dos Termos de Parceria.

Artigo 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de setembro de 2019 e revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N. 004/2019/SMEELTC, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDITAL COMPLEMENTAR N. 004/2019/SMEELTC, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"DIVULGA RELAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOSNO PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR – PAE, (CREDITO EDUCATIVO) DE ACORDO COM ARENDA FAMILIAR PERCAPITA, EM ORDEM CRESCENTE, NO ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WILTON SANTOS DE SOUSA, Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, nomeado pela Portaria n. 006/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a relação de classificação dos inscritos no Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior – PAE, **(CREDITO EDUCATIVO)** para o ano de 2019, de acordo com a renda familiar per capita, em ordem crescente.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS		SOMA DA RENDA PER CAPTA
1º	Liliane Silva Souza Louzeiro	R$ 250,00: 2 = **R$125,00**
2º	Iêssa Ferreira Cardoso	R$ 1.850,00: 5 = **R$ 370,00**
3º	Camila Ferreiro da Silva	R$ 1.983,40 + 998,00 = 2.981,40 : **4 = R$ 745,35**
4º	Rayane Criscielle S. Vieira	R$ 1.498 + 1.241,11 = 2.739,23: 3 = **R$ 913,07**
5º	Rafael Yure Almeida Silveira	R$ 1.241,11+ 1.498 = 2.739,23: 3 = **R$ 913,07**
6º	Carolyne Kessya de Araújo Souza	R$ 2.307,10 + 450,00 = 2.757,10: 3 = **R$ 919,03**
7º	Rafaela da Silva Castro	R$ 3.435,93 + 529,84 = 3.965,77: 4 = **R$ 991,44**
8º	Mislaine Ferreira da Silva	R$ 918,16 + 1.300,00 = 2.218,16: 2 = **R$ 1.109,08**
09º	Gislaine Trindade Valverde Metke	R$ 1.736,28 + 600,00 = 2.336,28: 2 = **R$ 1.168,14**
10º	Geilza Trindade Valverde	R$ 1.200,00: 1 = **R$ 1.200,00**
11º	Bruna Alves Dias	R$ 1.136,80 + 4.611,44 = 5.748,24: 4 = **R$ 1.437,06**

Art. 2º. Ficou desclassificado a concorrente **Josiane Pereira da Silva** por falta de veracidade nas documentações apresentadas no processo de inscrição, exigidas pelo **DECRETO Nº 718/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019,** conforme o **Art. 9º.**

Art. 3º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, 07 de Outubro de 2019.

WILTON SANTOS DE SOUSA

Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura

Portaria n. 006/2017

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 008/2019/SMHTAS

ATO DE DESIGNAÇÃO 008/2019/SMHTAS

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS, Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Sr.ª **RENATA DIAS DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 515 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 012.308.191-26, com e-mail renatadias.cbn@gmail.com, para atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da empresa Cantinho da Criança Comércio de Brinquedos LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 11.551.898/0001-02, que tem por objeto empresa de vendas de kits bebês para recém-nascido e notas fiscais emitidas da empresa Rio Novo encomendas e cargas LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 31.358.879/0001-71-02 que tem por objeto o transporte de cargas e encomendas que atende à demanda da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social no exercício de 2019.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal Sr.ª **REGIANE DA ROCHA BONTEMPO**, matrícula funcional nº 1946 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 008.493.511-11, com e-mail regiane984463721@hotmail.com, para atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da empresa Cantinho da Criança Comércio de Brinquedos LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 11.551.898/0001-02, que tem por objeto empresa de vendas de kits bebês para recém-nascido e notas fiscais emitidas da empresa Rio Novo encomendas e cargas LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 31.358.879/0001-71-02 que tem por objeto **o transporte de cargas e encomendas que atende à demanda da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social no exercício de 2019.**

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor a partir de 08/10/2019 e terá vigência até o dia 31/12/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SARA SILVA TRINDADE DE MEDEIROS

Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social

Portaria 025/2017

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N. 005/2019/SMEELTC, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDITAL COMPLEMENTAR N. 005/2019/SMEELTC, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"DIVULGA RELAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOSNO PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR – PAE, (BOLSA AUXILIO MORADIA)DE ACORDO COM ARENDA FAMILIAR PERCAPITA, EM ORDEM CRESCENTE, NO ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WILTON SANTOS DE SOUSA, Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, nomeado pela Portaria n. 006/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a relação de classificação dos inscritos no Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior – PAE, (BOLSA AUXILIO MORA-

DIA) para o ano de 2019, de acordo com a renda familiar per capita, em ordem crescente.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS		SOMA DA RENDA PER CAPTA
1º	Iêssa Ferreira Cardoso	R$1.850,00 : 5 = **R$ 370,00**
2º	Camila Ferreiro da Silva	R$ 1.983,40 + 998,00 = 2.981,40 : **4 = R$ 745,35**
3º	Rafaela da Silva Castro	R$ 3.435,93 + 529,84 = 3.965,77: 4 = **R$ 991,44**

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, 07 de Outubro de 2019.

_____

WILTON SANTOS DE SOUSA

Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura

Portaria n. 006/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN
PORTARIA 013/2019/PREVICAN

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor da **Sra. Francisca dos Santos Pfeifer**, em decorrência do falecimento do servidor **Sr. José Vilmar Pfeifer.**"*

A Diretora Executiva do PREVICAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, §7º, inciso II, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 28, inciso II, art. 29, inciso I e art. 7º, inciso I da Lei Municipal n.º 695 de 06 de maio de 2005 com alterações dadas pela Lei Municipal n. 749 de 18 de agosto de 2006, que rege a previdência municipal, Lei Complementar nº 028 de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o estatuto do servidor público do município de Canarana, Anexo I – Tabela de Vencimentos da Lei Complementar n.º 125 de 02 de setembro de 2014, que dispõe sobre a Restruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Administração Geral do Município de Canarana – MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Pensão Por Morte vitalício**, em decorrência do falecimento do servidor **Sr. José Vilmar Pfeifer,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.268.690 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 327.597.381-91, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo no cargo de Fiscal de Tributos – 40 h, Classe "A", Nível "09", matriculado sob n. 272, lotado na Secretaria Municipal de Obras de Canarana/MT, no percentual de 100% (cem por cento), em favor da cônjuge do "*de cujus*" **Sra. Francisca dos Santos Pfeifer**, brasileira, viúva, portadora do RG nº 2723363-4 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 452. 727.861-49, conforme processo administrativo do **PREVICAN n. 2019.07. 26013P**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, retroagindo os seus efeitos legais a data 16 de setembro de 2019,** data do óbito revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Canarana/MT, 08 de outubro de 2019.

EDIRCE EUNES DE ANDRADE

Diretora Executiva do PREVICAN

Homologo:

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

ERRATA – AVISO PREGÃO PRESENCIAL 032/2019

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, em correção à publicação do **AVISO PREGÃO PRESENCIAL 032/2019,** publicado no Diário Oficial de Contas (TCE/MT), Jornal Oficial dos Municipios (AMM), comunica a todos que:

AONDE SE LÊ:

Canarana-MT, 02 de Outubro de 2019

LEIA-SE CORRETO:

Canarana-MT, 07 de Outubro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 228 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

GILBERTO PISKLEVTZ, Secretario Municipal Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **VALDEMIR GOMES DE ARAÚJO** matricula n.º 4130, cargo de Operador de Máquinas, na data 08 de Outubro de 2019, lotado na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 08 de Outubro de 2019 ao dia 18 de Outubro de 2019 totalizando 11 dias..

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

GILBERTO PISKLEVTZ

Secretaria de Municipal de Agricultura, Pecuária,

Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.

Decreto 198/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 229 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **CLAUDIA DOS SANTOS** matricula n.º 3184, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 08 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Administração, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 07 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2019

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas em participar do certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 032/2019, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR PARA AULA DE MÚSICA E INSTRUMENTO MUSICAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARLINDA – MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS** (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA **22 DE OUTUBRO DE 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 08 de Outubro de 2019.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 227 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **ALEZANDRA PATEL CHAVES** matricula n.º 4397, cargo de Professora, na data 08 de Outubro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 04 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RESULTADO FINAL DO PLEITO ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO TUTELAR NO QUADRIÊNIO 2020 A 2024 CONFORME EDITAL 01/2019 E EDITAL COMPLEMENTAR 001/2019.

Data da realização do pleito: 06/10/2019

Local de Votação: Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda-Mt

1ª Colocada	JOSIANE SILVA GONCALVES DE AGUIAR	100 Votos
2º Colocado	OSMAR LUIZ DE OLIVEIRA MENDONÇA	87 Votos
3ª Colocada	ROSE GARCIA	67 Votos
4º Colocado	JOÃO RIBEIRO DOS REIS	63 Votos
5ª Colocada	MARINALVA GOMES DE SOUSA SANTOS	58 Votos
6ª Colocada	MARIA DA GUIA FREITAS DIAS	40 Votos
7ª Colocada	ROSANA APARECIDA COELHO	31 Votos

VOTOS NULOS 02

TOTAL DE VOTANTES 448 ELEITORES

TOTAL DE CEDULAS UTILIZADAS 449

SENDO DESTE TOTAL DE CEDULAS UTILIZADAS 01 FOI RASURADA

CEDULAS CONFECCIONADAS 1200

CEDULAS NÃO UTILIZADAS 751

PRESIDENTE DO CMDCA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 285/2019.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Ficam **CONVOCADOS**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, os candidato aprovados pelo Concurso Público Municipal nº 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
MOTORISTA CNH D – Condutor de Ônibus		
329974	Gilson dos Santos Pereira	17º CLASSIFICADO

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 08 de outubro de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA N. º 219/2019

PORTARIA N. º 219/2019

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **agosto/2017**, o servidor Srº WILSON VIEIRA Portador da Cédula de Identidade nº 3255579-2 SSP/MT e CPF nº 393.867.241-20, que exercer o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS lotada na Secretaria Municipal de Finanças a contar de 01 a 30 de setembro de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de setembro de 2019.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

LEI N. º 891/2019.

LEI N. º 891/2019.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT, O SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL SOCIAL, MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA IDOSOS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Serviço de Proteção Especial, na modalidade de Família Acolhedora de Idosos e Adultos com Deficiência em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, como parte inerente da política de Assistência Social do Município de Castanheira/MT, atendendo ao que dispõe a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à garantia dos direitos do idoso previstos na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e dos direitos de pessoas com deficiências contidos no Decreto nº 6.949, de agosto de 2009.

Art. 2º O Serviço de Família Acolhedora constitui-se na guarda de idosos e adultos com deficiência, por famílias previamente cadastradas e habilitadas no Serviço, residentes no Município de Castanheira/MT, que tenham condições de recebê-los e mantê-los condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos, oferecendo meios necessários à saúde, alimentação e convívio social com acompanhamento direto da Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social do Município, bem como dos órgãos de fiscalização.

Art. 3º Considera-se público do serviço toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos que possua direito violado e/ou vínculos familiares rompidos ou fragilizados e os maiores de 18 anos, portadores de deficiência com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que estejam impossibilitadas de conviver com família biológica, desde que, em todos os casos, sejam residentes no município de Castanheira/MT.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei compreende-se por situação de privação temporária do convívio com a família de origem os casos de violação ou ameaça a direitos, casos de abandono, negligência, maus tratos, ameaças e violação dos direitos fundamentais por parte dos responsáveis, destituição, suspensão ou perda do poder familiar, desde que verificada a impossibilidade de colocação sob responsabilidade da família extensa.

Art. 5º - O Serviço de Proteção Especial, modalidade Família Acolhedora para Idosos e Adultos com Deficiência objetiva:

I - garantir aos idosos e adultos com deficiência, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório em famílias acolhedoras, dando prioridade à efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e principalmente à convivência familiar e comunitária;

II - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno do acolhido;

III - oportunizar aos atendidos pelo Serviço de Família Acolhedora, acesso aos serviços públicos na área da educação, saúde, profissionalização ou outro serviço necessário, assegurando assim seus direitos constitucionais;

IV - contribuir na superação da situação vivida com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar.

Art. 6º - O Serviço de Família Acolhedora atenderá idosos e adultos com deficiência do Município de Castanheira/MT, que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono) e que necessitem de proteção.

Art. 7º - Compete ao CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL), determinar o acolhimento do idoso ou do adulto com deficiência, encaminhando-o para a inclusão no Serviço de Família Acolhedora.

Capítulo II DOS PARCEIROS

Art. 8º - O Serviço ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo parceiros:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

II - Conselho Municipal do Idoso;

III - Conselho Municipal de Assistência Social;

IV - Poder Judiciário;

V - Ministério Público Estadual.

Art. 9º - O público cadastrado no Serviço receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;

II - acompanhamento psicossocial pela Serviço de Família Acolhedora;

III - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade.

Capítulo III CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 10 - A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Família Acolhedora, será gratuita e realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, apresentando os documentos:

I - Carteira de Identidade e CPF;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de Residência;

IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara Criminal da Comarca de Juína/MT e da Polícia Civil.

Parágrafo único. Não se incluirá no Serviço família com vínculo de parentesco com pessoa em processo de acolhimento.

Art. 11 - As pessoas interessadas em participar do Serviço deverão atender aos seguintes requisitos:

I - ter moradia fixa no Município de Castanheira/MT há mais de 01 (um) anos;

II - ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio ao acolhido;

III - ter idade entre 21 (vinte e um) e 60 (sessenta) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

IV - gozar de boa saúde física e mental;

V - apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 anos que vivem no lar;

§ 1º A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial, de responsabilidade da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 2º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Serviço, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Serviço de Família Acolhedora.

§ 4º Em caso de desligamento do Serviço, a família cadastrada deverá fazer solicitação por escrito.

Art. 12 - As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientados sobre os objetivos do Serviço, sobre a recepção, manutenção e o desligamento dos acolhidos.

Parágrafo único. A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - participação nos encontros de estudo e troca de experiências com todas as famílias, com abordagem ao Estatuto do Idoso, bem como à legislação relacionada aos adultos com deficiência, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, curatela, medida de colocação em família extensa, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III - participação em cursos e eventos de formação/capacitação.

Capítulo IV PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 13 - O período de acolhimento será o necessário para o retorno do acolhido à família de origem e/ou família extensa.

Parágrafo Único - O tempo máximo de permanência na família cadastrada no Serviço não deverá ultrapassar 12 (doze) meses, salvo situações excepcionais, a critério da equipe responsável pelo Programa Família Acolhedora, em decisão fundamentada.

Art. 14 - Os profissionais do Serviço efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades do idoso ou adulto com deficiência e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 15 - Cada família deverá acolher somente um adulto ou idoso por vez, salvo se entre os acolhidos houver vínculo parentesco e o acolhimento conjunto for recomendável. Art. 16 - O encaminhamento do adulto com deficiência e do idoso ao serviço de acolhimento ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade e ou Curatela se necessário, concedida à Família Acolhedora.

§ 1º Nos casos de acolhimento em que o benefício do acolhido seja administrado por outra pessoa, bem como nos casos envolvendo tutela e curatela, caberá a equipe do Programa Família Acolhedora a informação às autoridades competentes, inclusive judiciárias, para as providências cabíveis.

§ 2º Poderá ser nomeado membro da família acolhedora para ser responsável pelo benefício recebido pelo idoso, que deverá ser utilizado em prol do idoso ou adulto deficiente, prestando contas dos gastos, com os devidos comprovantes das despesas realizadas, sob pena de incorrer nas sanções criminais e civis cabíveis. A cessação da curatela, quando exercida pelo acolhedor, dar-se-á no momento do término do acolhimento.

Art. 17 - Os Técnicos do Serviço acompanharão todo o processo de acolhimento através de visitas domiciliares e encontros individuais ou em grupos, com objetivo de facilitar e contribuir com o processo de adaptação do acolhido e da família acolhedora. Parágrafo único. Na impossibilidade de reinserção do idoso ou adulto acolhido junto à família de origem ou família extensa, quando esgotados os recursos disponíveis, a Equipe Técnica deverá encaminhar ao Ministério Público um relatório circunstanciado para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 18 - A família acolhedora será previamente informada quanto à previsão do tempo de duração do acolhimento.

Art. 19 - O término do acolhimento se dará por parecer da equipe do programa família acolhedora atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem, através das seguintes medidas:

I - acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o acolhimento;

II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento, atendendo às suas necessidades;

III - orientação e supervisão do contato entre a família acolhedora e a família de origem; IV - envio de ofício ao Ministério Público e ao Poder Judiciário da Comarca de Juína/MT, comunicando quando do desligamento da família de origem do Serviço. Art. 20 - A escolha da família acolhedora caberá à Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social, após determinação judicial.

Capítulo V RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 21 - A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelo acolhido (durante período de acolhimento), responsabilizando-se pelo que se segue:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e social ao idoso ou adulto com deficiência; II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento; III - prestar informações sobre a situação do acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV - contribuir na preparação do acolhido para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço;

V - nos casos de não adaptação, a família procederá à desistência formal do acolhimento, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o qual será providenciado pela equipe técnica do Serviço; VI - a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Capítulo VI DO SERVIÇO

Art. 22 - O Serviço de Família Acolhedora para idosos ou adultos com deficiência contará com equipe composta por:

I - Assistente Social;

II - Psicólogo;

III - Assessor Jurídico;

IV - Auxiliar Administrativo;

§ 1º poderão ser utilizados os profissionais já pertencentes ao quadro de efetivos ou contratados do Poder Executivo Municipal em especial da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo inclusive ser acrescentados outros profissionais conforme a necessidade.

§ 2º a capacitação da Equipe Técnica é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 23 - A Equipe prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, ao acolhido e à família de origem, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela Equipe Técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento, seguindo atribuições específicas para cada função de acordo com normatizações legais.

Art. 24 - O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue: I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e a família conversam informalmente sobre a situação, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II - atendimento psicossocial;

III - presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

Art. 25 - O acompanhamento à família de origem, à família acolhedora, ao adulto com deficiência e ao idoso em acolhimento e o processo de reintegração familiar será realizado pelos profissionais do Serviço.

§ 1º Os profissionais acompanharão as visitas entre acolhido/família de origem/família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro a critério da equipe técnica.

§ 2º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre o caso e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como poderá ser solicitada a realização

de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

Capítulo VII DA ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA Art. 26 - O Serviço de Família Acolhedora de Idosos e Adultos Deficientes, contará com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 27 - A gestão do serviço deverá contar com espaço físico condizente com as atividades da Equipe Técnica.

Parágrafo único. A família acolhedora deverá contar com espaço residencial em condições de habitabilidade.

Capítulo VIII DO BENEFÍCIO FINANCEIRO

Art. 28 - As famílias cadastradas no Serviço, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por acolhido, nos seguintes termos:

I - nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio-acolhimento proporcional ao tempo de acolhimento;

II - nos acolhimentos superiores a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio-acolhimento integral a cada 30 dias de acolhimento;

III - na hipótese da família acolher mais de uma pessoa caberá o pagamento de um benefício para cada acolhido.

Art. 29 - O auxílio-acolhimento será repassada através de depósito em conta bancária informada à Equipe Técnica do Serviço no momento do cadastramento. Parágrafo único. O valor do auxílio-acolhimento será equivalente a 1 (um) salários mínimos (um salário mínimo), conforme valor do salário mínimo nacional, para cada acolhido.

Art. 30 - O auxílio-acolhimento será repassada às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento do idoso ou adulto com deficiência e será subsidiada pelo Município de Castanheira/MT, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS. Parágrafo único. A Família Acolhedora configura-se na condição de trabalho de caráter voluntário, não gerando nenhum vínculo empregatício ou de ordem profissional, com o órgão executor do Serviço, contando com o suporte da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS tendo como referência a Gestão da Proteção Social Especial.

Art. 31 - Havendo a necessidade de concessão de benefícios eventuais caberá a análise ao profissional da Equipe Técnica a aplicação da Lei Municipal vigente que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais de Assistência Social no âmbito da Administração Municipal de Castanheira.

Art. 32 - A família acolhedora que tenha recebido o auxílio-acolhimento e não tenha cumprido com as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

Parágrafo único. Compete à Equipe Técnica do Serviço de Família Acolhedora acompanhar e denunciar os casos de descumprimento da presente Lei pelas famílias acolhedoras, bem como o desatendimento aos direitos dos acolhidos.

Capítulo IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - O descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei implicará no desligamento da família acolhedora do Serviço, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 34 - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei.

Art. 35 - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 08 de outubro de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI Prefeita Municipal

.

LEI N.º 892/2019.

LEI N.º 892/2019.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT, O SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL SOCIAL, MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Serviço de Proteção Especial, na modalidade de Família Acolhedora preferencialmente na família extensa para atender as disposições do art. 227, caput, e seu §3º., inciso VI, e §7° da Constituição Federal, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente, que visa propiciar o acolhimento familiar de crianças e adolescentes, afastados do convívio familiar, com os seguintes objetivos:

I - reconstrução de vínculos familiares e comunitários;

II - garantia do direito à convivência familiar e comunitária;

III - oferta de atenção especial às crianças e adolescentes, bem como às suas famílias, através de trabalho psicossocial em conjunto com as demais políticas sociais, visando preferencialmente o retorno da criança e do adolescente de forma protegida à família de origem;

IV - rompimento do ciclo da violência e da violação de direitos em famílias socialmente vulneráveis;

V - inserção e acompanhamento sistemático na rede de serviços, visando à proteção integral da criança e/ou adolescente e de sua família;

VI - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar.

Art. 2º O Serviço de Família Acolhedora constitui-se na guarda de Crianças e Adolescentes, preferencialmente na família extensa, por famílias previamente cadastradas e habilitadas no Serviço, residentes no Município de Castanheira/MT, que tenham condições de recebê-los e mantê-los condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos, oferecendo meios necessários à saúde, alimentação e convívio social com acompanhamento direto da Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social do Município, bem como dos órgãos de fiscalização.

Art. 3º Considera-se público do serviço toda criança e adolescente, desde que, em todos os casos, sejam residentes no município de Castanheira/MT.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei compreende-se por situação de privação temporária do convívio com a família de origem os casos de violação ou ameaça a direitos, casos de abandono, negligência, maus tratos, ameaças e violação dos direitos fundamentais por parte dos responsáveis, destituição, suspensão ou perda do poder familiar.

Art. 5º - O Serviço de Proteção Especial, modalidade Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes objetiva:

I - garantir aos Crianças e Adolescentes, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório em famílias acolhedoras, dando prioridade à efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e principalmente à convivência familiar e comunitária;

II - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno do acolhido;

III - oportunizar aos atendidos pelo Serviço de Família Acolhedora, acesso aos serviços públicos na área da educação, saúde, profissionalização ou outro serviço necessário, assegurando assim seus direitos constitucionais;

IV - contribuir na superação da situação vivida com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar.

Art. 6º - O Serviço de Família Acolhedora atenderá Crianças e Adolescentes do Município de Castanheira/MT, que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono) e que necessitem de proteção.

Art. 7º - Compete ao Município a gestão do Serviço de Acolhimento com intermédio da Secretaria de Assistência Social - CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL).

Capítulo II DOS PARCEIROS

Art. 8º - O Serviço ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo parceiros:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Municipal de Assistência Social;

III - Poder Judiciário;

IV - Ministério Público Estadual.

Art. 9º - O público cadastrado no Serviço receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;

II - acompanhamento psicossocial pela Serviço de Família Acolhedora;

III - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade.

Capítulo III CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 10 - A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Família Acolhedora, será gratuita e realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, apresentando os documentos:

I - Carteira de Identidade e CPF;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de Residência;

IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara Criminal da Comarca de Juína/MT e da Polícia Civil.

Parágrafo único. Preferencialmente incluirá no serviço família com vínculo de parentesco com pessoa em processo de acolhimento.

Art. 11 - As pessoas interessadas em participar do Serviço deverão atender aos seguintes requisitos:

I - ter moradia fixa no Município de Castanheira/MT, sendo vedada a mudança de domicílio;

II - ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio ao acolhido;

III - ter idade entre 21 (vinte e um) e 60 (sessenta) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

IV - gozar de boa saúde física e mental;

V - apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 anos que vivem no lar;

§ 1º A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial, de responsabilidade da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 2º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Serviço, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Serviço de Família Acolhedora.

§ 4º Em caso de desligamento do Serviço, a família cadastrada deverá fazer solicitação por escrito.

Art. 12 - As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientados sobre os objetivos do Serviço, sobre a recepção, manutenção e o desligamento dos acolhidos.

Parágrafo único. A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - participação nos encontros de estudo e troca de experiências com todas as famílias, com abordagem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, curatela, medida de colocação em família extensa, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III - participação em cursos e eventos de formação/capacitação.

Capítulo IV PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 13 - O período de acolhimento será o necessário para o retorno do acolhido à família de origem e/ou família extensa.

Parágrafo Único - O tempo máximo de permanência na família cadastrada no Serviço não deverá ultrapassar 12 (doze) meses, salvo situações excepcionais, a critério da equipe responsável pelo Programa Família Acolhedora, em decisão fundamentada.

Art. 14 - Os profissionais do Serviço efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da Criança ou Adolescente e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 15 - Cada família deverá acolher somente uma criança ou adolescente, salvo se entre os acolhidos houver vínculo parentesco e o acolhimento conjunto for recomendável. Art. 16 - O encaminhamento da criança ou adolescente ao serviço de acolhimento ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade e ou Curatela se necessário, concedida à Família Acolhedora.

Art. 17 - Os Técnicos do Serviço acompanharão todo o processo de acolhimento através de visitas domiciliares e encontros individuais ou em grupos, com objetivo de facilitar e contribuir com o processo de adaptação do acolhido e da família acolhedora. Art. 18 - A família acolhedora será previamente informada quanto à previsão do tempo de duração do acolhimento.

Art. 19 - O término do acolhimento se dará por parecer da equipe do programa família acolhedora atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem, através das seguintes medidas:

I - acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o acolhimento;

II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento, atendendo às suas necessidades;

III - orientação e supervisão do contato entre a família acolhedora e a família de origem; IV - envio de ofício ao Ministério Público e ao Poder Judiciário da Comarca de Juína/MT, comunicando quando do desligamento da família de origem do Serviço. Art. 20 - A escolha da família acolhedora caberá à Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social, após determinação judicial.

Capítulo V RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 21 - A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelo acolhido (durante período de acolhimento), responsabilizando-se pelo que se segue:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e social a criança ou adolescente; II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento; III - prestar informações sobre a situação do acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV - contribuir na preparação do acolhido para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço;

V - nos casos de não adaptação, a família procederá à desistência formal do acolhimento, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o qual será providenciado pela equipe técnica do Serviço; VI - a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Capítulo VI DO SERVIÇO

Art. 22 - O Serviço de Família Acolhedora para crianças e adolescentes contará com equipe composta por:

I - Assistente Social;

II - Psicólogo;

III - Assessor Jurídico;

IV - Auxiliar Administrativo;

§ 1º poderão ser utilizados os profissionais já pertencentes ao quadro de efetivos ou contratados do Poder Executivo Municipal em especial da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo inclusive ser acrescentados outros profissionais conforme a necessidade.

§ 2º a capacitação da Equipe Técnica é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 23 - A Equipe prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, ao acolhido e à família de origem, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela Equipe Técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento, seguindo atribuições específicas para cada função de acordo com normatizações legais.

Art. 24 - O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue: I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e a família conversam informalmente sobre a situação, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II - atendimento psicossocial;

III - presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

Art. 25 - O acompanhamento à família de origem, à família acolhedora, a criança e adolescente e o processo de reintegração familiar será realizado pelos profissionais do Serviço.

§ 1º Os profissionais acompanharão as visitas entre acolhido/família de origem/família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro a critério da equipe técnica ou do juízo da infância.

§ 2º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre o caso e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como poderá ser solicitada a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

Capítulo VII DA ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 26 - O Serviço de Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes, contará com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 27 - A gestão do serviço deverá contar com espaço físico condizente com as atividades da Equipe Técnica.

Parágrafo único. A família acolhedora deverá contar com espaço residencial em condições de habitabilidade.

Capítulo VIII DO BENEFÍCIO FINANCEIRO

Art. 28 - As famílias cadastradas no Serviço, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por acolhido, nos seguintes termos:

I - nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio-acolhimento proporcional ao tempo de acolhimento;

II - nos acolhimentos superiores a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio-acolhimento integral a cada 30 dias de acolhimento;

III - na hipótese da família acolher mais de uma pessoa caberá o pagamento de um benefício completo acrescido de ¼ do benefício por pessoa.

Art. 29 - O auxílio-acolhimento será repassada através de depósito em conta bancária informada à Equipe Técnica do Serviço no momento do cadastramento. Parágrafo único. O valor do auxílio-acolhimento será equivalente a 1 (um) salários mínimos (um salário mínimo), conforme valor do salário mínimo nacional.

Art. 30 - O auxílio-acolhimento será repassada às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento e será subsidiada pelo Município de Castanheira/MT, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo único. A Família Acolhedora configura-se na condição de trabalho de caráter voluntário, não gerando nenhum vínculo empregatício ou de ordem profissional, com o órgão executor do Serviço, contando com o suporte da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS tendo como referência a Gestão da Proteção Social Especial.

Art. 31 - Havendo a necessidade de concessão de benefícios eventuais caberá a análise ao profissional da Equipe Técnica a aplicação da Lei Municipal vigente que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais de Assistência Social no âmbito da Administração Municipal de Castanheira.

Art. 32 - A família acolhedora que tenha recebido o auxílio-acolhimento e não tenha cumprido com as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

Parágrafo único. Compete à Equipe Técnica do Serviço de Família Acolhedora acompanhar e denunciar os casos de descumprimento da presente Lei pelas famílias acolhedoras, bem como o desatendimento aos direitos dos acolhidos.

Capítulo IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - O descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei implicará no desligamento da família acolhedora do Serviço, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 34 - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei.

Art. 35 - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 08 de outubro de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI Prefeita Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 52/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: MOACYR MANDADORI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.974.505/0001-61

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES CLÍNICOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 234.460,00 (DUZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 25.09.2019 a 25.09.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 25/09/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 51/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: CARLOS ANTONIO PROCOPIO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23. 504.807/0001-67

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 324.238,29 (TREZENTOS E VINTE E QUATRO MIL, DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 24.09.2019 a 24.09.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 24/09/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 50/2019

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: SUPERMERCADO MILÊNIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.094.933/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO

VALOR: R$ 198.105,80 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL, CENTO E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 24.09.2019 a 24.09.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 24/09/2019

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2019

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2019

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria Municipal nº 211/2019, devidamente autorizado pela Excelentíssima Prefeita Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que de acordo com o interesse público por motivos de ordem técnica e administrativa em decorrência da necessidade de correções e readequações do Termo de Referência (TR) e Edital, resolve **SUSPENDER** o Pregão Presencial, do tipo: "**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O SISTEMA AUDATEX", para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUINAS ATRAVÉS DO SISTEMA AUDATEX, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTE À FROTA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT, ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT**, informa ainda que após as readequações o mesmo será republicado nos termos do Art. 21 da Lei 8.666/93, maiores informações poderão ser obtidos no Departamento de Licitações da Administração Municipal, sito à Rua Mato Grosso, nº 84, Centro, na cidade de Castanheira -MT, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas, ou pelo e-mail: *prefeituracastanheira@gmail.com*; e, pelo site: *www.castanheira.mt.gov.br*.

Castanheira-MT, 08 de outubro de 2019.

Mariana Leitner Rodrigues

Pregoeira Substituta

Comissão de Licitação

Poder Executivo – Castanheira-MT

PORTARIA N. º 222/2019

PORTARIA N. º 222/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici, Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **maio/2018**, ao servidor Srª. **VALDECI JOSE GALDINO**, Portador da Cédula de Identidade nº 1542059-0 SSP/MT e CPF nº 027.526.721.01 que exerce o cargo de **VIGIA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 a 31 de janeiro de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Mabel de Fatima Melanezi Almici

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PORTARIA N. º 221/2019

PORTARIA N. º 221/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici , Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em JUNHO/2017, à servidora Srª ALADIR RODRIGUES VIEIRA, Portadora da Cédula de Identidade nº 0890062-0 SSP/MT e CPF nº 571.220.081.34, que exerce o cargo de SERVENTE, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 01 a 30 de agosto de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de setembro de 2019.

R EGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Mabel de Fatima Melanezi Almici

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PORTARIA N.º 220/2019

PORTARIA N.º 220/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici, Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **DEZEMBRO/2018**, a servidora Srª. **LUCIANA MARQUES SILVA FERREIRA**, Portador da Cédula de Identidade nº. 0709555-4 SSP/MT e CPF nº. 483.649.161-49, que exerce o cargo de **SECRETARIA DA ESCOLA MUNICIPAL**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar de 01 a 30 de setembro de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA N.º 218/2019

PORTARIA N.º 218/2019

Nomear o Servidor que menciona, do cargo de provimento em comissão, de Dir.de Defesa Civil e Desenvolvimento Local, e dá outras providências

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

R E S O L V E:

Art.1º Nomear o Srº. **ALEX SANDRO KEGLER ANGELO**, Portador da Cédula de Identidade nº. 18833241 SSP/MT e CPF nº. 028.506.821.01, que exerce o cargo de Dir.de Defesa Civil e Desenvolvimento Local, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, a contar de 01 a 30 de setembro de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA N.º 216/2019

PORTARIA N.º 216/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici, Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **JANEIRO/2019**, a servidor Srª DIRLEI DE SOUZA LIMA, Portador da Cédula de Identidade nº 21536988 SSP/MT e CPF nº 033.169.111-62, que exerce o cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 a 30 de Setembro de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de Setembro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Mabel de Fatima Melanezi Almici

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PORTARIA N.º 217/2019

PORTARIA N.º 217/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici, Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **JANEIRO/2018**, a servidora Srª. **ROSANA DA SILVA**, Portador da Cédula de Identidade nº. 752 668 SSP/MT e CPF nº. 483.672.811.87, que exerce o cargo de **Administrador de Compras e Licitações**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar de 01 a 30 de setembro de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE DA PREFEITA
ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.

ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT

Aos seis dias do mês de Outubro de 2019, na Sede do Ministério Público da Promotoria de Justiça Comarca de Chapada dos Guimarães – MT, sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral e representantes do CMDCA – Chapada dos Guimarães – MT , foi realizada a apuração do Processo Unificado de Escolha dos Membros do CONSELHO TUTELAR deste município, sendo instaladas 03 seções para recepção dos votos, assim situa-

das: Escola Estadual Coronel Rafael de Siqueira – Seções Regional Centro contabilizando 622 (seiscentos vinte e dois) Escola Estadual Ana Tereza Albernaz – Seções Regional São Sebastião sendo contabilizados 425 (quatrocentos e trinta e cinco votos) OBS – Sendo que no caderno de votação na sequência numérica do número 388 a mesa receptora pulou para 399 computando 10 votos a mais e sendo corrigido e conferido no ato pela mesa de apuração. Escola Municipal Jacondino Bezerra – Comunidade Rural de João Carro – Seções Regional das Zonas Rurais do Município contabilizando 212 (duzentos e doze votos).

A votação teve início às 08h00min horas, encerrando-se às 17h45mi, conforme Atas de Votação de cada seção. Às 17h55m iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, a partir da chegada dos cadernos de votação e das urnas de cada seção, atuando como Escrutinador o Senhorito Joel Borges, na presença dos Membros representantes do CMDCA de Chapada dos Guimarães, Represente do Poder Municipal a Senhora Adrianes Neves e a Senhorita Antonielly Divina Nunes, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social a Senhora Roseli Mascarroz Belfort Mattos – Secretária Municipal de Assistência Social, Fiscais representando a sociedade cível Rosangela Dias da Cruz, Benedita Soares e Elza Marcelina, Técnico Administrativo do Ministério Publico Senhor Gleidson Ribeiro dos Santos e da Promotora de Justiça Anízia Tojal Serra Dantas, candidatos interessados e seus respectivos fiscais.

Depois de constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude e irregularidades nas urnas, passou-se a totalização dos votos, chegando-se ao seguinte resultado: votos em branco: 0 (Zero); votos nulos:39; votação dos candidatos:

1 – Cacilbelis - Belys, 232 votos,

2 – Kelly - 137 votos,

3 – Mylene - 135 votos,

4 – Thays - 128 votos,

5 – Osvaldo – 107 votos,

Ficando como suplentes:

1 – Regina – 82

2 – Rita – 76

3 – Carol – 75

4 – Fabiele – 68

5 - Elias – 48

Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da totalização dos votos, a Presidente da Comissão eleitoral, diante de todos os presentes, parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos da Lei Municipal e conforme anexo do Edital 001/2019 deste CMDCA – Chapada dos Guimarães – MT , os candidatos terão prazo de 02 (dois) dias para eventual interposição de recursos contra a apuração, os quais deverão ser julgados em 03 (três) dias e, dentro dos 08 (oito) dias seguintes será oficializada a proclamação dos eleitos, bem como todas as denúncias averiguadas com a respectiva homologação sendo no dia 22/10/2019.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que após lida e achada conforme segue assinada por mim, Opila Macrina de Siqueira Xavier – 1ª Secretária da Comissão Eleitoral do Processo Unificado de Escolha para Membros do Conselho Tutelar de Chapada dos Guimarães – MT, pelos demais presente na apuração. Cópia desta ata deverá ser enviada à Promotoria de Justiça da comarca.

Chapada dos Guimarães – MT, 06 de outubro de 2019.

RAQUEL BARROSO NUNES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 829/GP/2019 EM, 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria nº 829/GP/2019

Em, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª BRIGIDA MARIA MAMORE,** portadora do RG nº 902368 e CPF nº 594.719.721-91, no cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (Trinta) dias de férias, referente ao período de 01/03/2017 a 01/03/2018, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/10/2019 e término em 05/11/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 06/11/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 07/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVI-SERV
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – PREVI-SERV, em cumprimento ao disposto no art. 17 § 2° da Lei n° 1.606/2014, **CONVOCA** os servidores abaixo relacionados a comparecer no Hospital Dom Osvaldo, localizado na Rua E, bairro Santa Cruz – Chapada dos Guimarães/MT, munidos de documentos pessoais, atestados, relatórios, laudos médicos e exames complementares ORIGINAIS RECENTES, para PERÍCIA MÉDICA a ser realizada no dia 17 de Outubro de 2019, a partir das 08:00 horas, por ordem de chegada.

SERVIDORES
ARLENE MARIA DE MORAES
BENEDITA QUINTINO DUARTE
NEUGISMAR ROMUALDO DA SILVA

Chapada dos Guimarães. MT, 07 de Outubro de 2019.

LUIZ LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2019

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4522/2019

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, convoca as empresas especificadas abaixo, nos termos do art. 64 da lei 8.666/93, no prazo de cinco dias para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 81.

EMPRESA: SETE COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 04.578.067/0001-69

VALOR TOTAL: R$ 111.954,00 (cento e onze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais)

EMPRESA: SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 26.877.656/0001-80

VALOR TOTAL: R$ 56.754,00 (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais)

EMPRESA: NABELLA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

CNPJ: 27.981.389/0001-50

VALOR TOTAL: R$ 29.917,00 (vinte e nove mil, novecentos e dezessete reais)

Chapada dos Guimarães/MT, 08 de outubro de 2019.

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

Stéphanas Padilha

Superintendente de Licitações

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

EMPRESA CONTRATADA: ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, **CNPJ:** 10.469.118/0001-17.

VALOR: R$ 16.642,57 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO TIPO PRODUTOS ESTOCÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DA ATA: 12 de setembro de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 827/GP/2019 EM, 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria nº 827/GP/2019

Em, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª ATAIL DE SIQUEIRA FARIAS,** portadora do RG nº 0590707-1 e CPF nº 458.440.201-97, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 01/03/2010 a 01/03/2015, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 02/10/2019 e término em 30/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/01/2020.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 02/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 60/2019

DECRETO MUNICIPAL N.º 060/2019

ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de implementar política de contenção de despesas correntes, tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras que a atual conjuntura econômica impõe, para manter o equilíbrio das contas públicas e cumprir os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que o primeiro quadrimestre teve déficit orçamentário e financeiro;

CONSIDERANDO a queda de receitas transferidas da União e dos Estados para o Município - dependente de repasses estaduais e federais, sem que com isso suspenda as ações administrativas em prol da coletividade -, obrigando toda a Sociedade, e por consequência o Poder Público, a envidar mais esforços para aperfeiçoar suas ferramentas de controle e otimização de gastos;

CONSIDERANDO que os valores repassados ao Município pelos Governos Estadual e Federal para a manutenção de programas, planos e projetos por eles criados não são suficientes para a cobertura das despesas efetivamente realizadas de tais programas, o que obriga o Município dispor de grandes valores, com recursos próprios, para complementar o custo total de diversos programas;

CONSIDERANDO que a brutal redução dos repasses de recursos, especialmente do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), compromete a receita do Município obrigando-o a tomar medidas compensatórias para contenção de despesas e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;

CONSIDERANDO a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de dotação orçamentária e capacidade financeira para atendimento das despesas de caráter contínuo, tais como folha de pagamento e encargos dela decorrentes, inclusive 13º salário e férias, luz, telefone, precatórios, decisões judiciais, convênios e contratos firmados levando em conta o regime de competência da despesa;

CONSIDERANDO ainda a situação do Município de Chapada dos Guimarães qual é ainda mais agravante devido ao histórico de endividamento do município herdado pela Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de redução de despesas e adequação da folha de pagamento, de limitação de empenhos e movimentação financeira com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes para os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal adotarem medidas efetivas de controle, contenção e redução das despesas e ampliação da receita;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas de contenção deverá ser de caráter obrigatório, atingindo todas as Secretarias, entidades e dependências municipais do Poder Executivo, de forma a compatibilizar o equilíbrio econômico entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO ser imperioso preservar os empregos e manter a regularidade dos pagamentos em dia aos servidores públicos municipais, tido como prioridade absoluta para a gestão municipal, bem como assegurar o pagamento a fornecedores, no menor prazo financeiramente possível;

CONSIDERANDO a importância de envolver todo o funcionalismo municipal nesse objetivo comum, conscientizando e orientando para tornar a economia e a racionalização dos recursos um hábito, que deve ser praticado e observado todos os dias;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir grupo de trabalho especial para estudar medidas efetivas e específicas para a contenção de despesas e gastos correntes no âmbito da administração direta e indireta, com prazos e metas estabelecidos;

CONSIDERANDO que as medidas adotadas se constituirão de instrumento básico de prevenção do equilíbrio fiscal preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para o estabelecimento de um padrão de gestão responsável,

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto estabelece diretrizes para contenção de despesas de Custeio e de Pessoal, que deverão ser observadas pelos Órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, efetivadas por meio das fontes próprias do Tesouro Municipal, e ainda com recursos ordinários vinculados e não vinculados.

Art. 2º. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal de que trata este Decreto deverão, de imediato, adotar as seguintes medidas:

I – redução mínima de 10,00% (dez por cento) de gastos com despesa de pessoal;

II - redução 18,5% (dezoito e meio por cento), sobre todos os contratos de prestação de serviços;

III – redução de no mínimo 20% (vinte por cento) com consumo de combustível e peças;

§ 1º. Substituições em decorrência de afastamentos e férias do titular do cargo em comissão, somente serão admitidas com acúmulo do exercício de outro cargo em comissão ou função gratificada, ficando vedada nomeação que envolva aumento de despesas.

§ 2º. Não sendo viável o acúmulo de cargos, as funções do cargo, temporariamente vago por afastamentos e férias do titular, serão assumidas por titular de cargo hierarquicamente superior.

§ 3º. Caberá a cada Secretário, Gerente, coordenador ou Diretor, no âmbito de sua competência, a definição de medidas para cumprimento da redução imposta no "*caput*", encaminhando, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do presente decreto, relatório para apreciação e deliberação de Comissão de Avaliação e Controle de Gastos de Custeio e com Pessoal.

§ 4º. As conclusões da Comissão, acima mencionada, serão encaminhadas a prefeita municipal para análise e determinação de providências.

§ 5º. Para o cálculo das reduções de despesa e de consumo previstas neste Decreto deverão ser considerados a despesa e o consumo relativos ao primeiro semestre do exercício financeiro de 2019.

§ 6º. Os titulares das unidades orçamentárias que não atingirem as metas de economia definidas neste artigo estarão sujeitos a cortes de programas finalísticos de suas pastas para adequação às metas globais de economia estimadas, a ser realizado em ato da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Finanças.

§ 7º. A economia de gastos que tenha sido obtida por meio de outras medidas, e em áreas não contempladas neste artigo serão consideradas como esforço de economia a ser convertido em sua programação financeiro-orçamentária.

§ 8º. Poderão ser finalizadas as aquisições de peças e acessórios e as manutenção preventiva/corretiva em serviços em geral já autorizadas, emitindo as suas respectivas Notas Fiscais dos serviços já autorizados a serem realizados, mais ainda, não concluídos.

Art. 3º. Com a finalidade de promover economia orçamentaria e financeira, cada unidade orçamentária deverá adotar, no âmbito de suas competências, medidas necessárias para o controle e a redução dos gastos, com base nos critérios estabelecidos no presente Decreto, quais sejam:

I – Redução de concessão de diárias, no período de limitação de empenho;

II – Redução de despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, sendo que as ordens de compra deverão ser autorizadas expressamente pelo Prefeito Municipal ou a quem ele delegar competência expressa;

III – controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de pelo menos 20% (vinte por cento), exceto casos de extrema necessidade, devidamente justificadas;

IV – Redução de auxílios em geral, exceto em casos de estado de vulnerabilidade social, comprovada;

V – Controle rigoroso do uso de linhas telefônicas e inativação de linhas excedentes;

VI – Redução de consumo de energia elétrica e despesa de correios, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de 20% (vinte por cento);

VII – Redução do fornecimento de gêneros alimentícios (café, açúcar, etc) e material de limpeza em todas as unidades administrativas, devendo a contenção de despesa a este título atingir a ordem de 20% (vinte por cento);

VIII – Fica vedado o uso da frota de veículos e máquinas do município nos finais de semana e dias considerados feriados, bem como, sua utilização após o horário normal de expediente, ressalvado os casos emergenciais de saúde, devidamente autorizados;

IX - serviço prestado por pessoa física ou jurídica, contratação de serviço e demais despesas com aquisição de material de consumo e outros serviços e encargos, restringindo-as ao mínimo indispensável ao seu bom funcionamento, evitando-se gastos desnecessários ou considerados adiáveis.

Art. 4º. Deverão ainda ser objeto de nova análise por parte da Secretaria de Administração:

I – as licitações em curso, ainda não empenhadas, bem como aquelas a serem instauradas para aquisição de bens e contratação de obras e serviços, para o fim de determinar a sua prioridade e adequação à cota de gastos, objetivando a redução de seus quantitativos, de modo a ajustá-los às estritas necessidades da demanda imediata e à disponibilidade orçamentária;

II – os contratos em vigor, para reavaliação de sua essencialidade e da economicidade da contratação.

§ 1º. Após a reavaliação a que se refere o inciso II do art. 5º deste Decreto, o órgão ou entidade iniciará, imediatamente e na forma da lei, a renegociação dos contratos vigentes, com vistas à redução dos preços contratados, não podendo dessas ações resultar:

I – aumento de preços;

II – aumento de quantidade;

III – redução de qualidade de bens e serviços;

IV – outras modificações contrárias ao interesse público.

§ 2º. As medidas de reavaliação e renegociação de que trata este artigo deverão ser concluídas até 20 de outubro de 2019.

§ 3º. O disposto neste artigo aplica-se aos contratos, termos de colaboração ou fomento, acordos de cooperação, termos de parceria, contratos de repasse, contratos de gestão, convênios e demais ajustes similares.

Art. 5º. Ficam temporariamente suspensas, as despesas com:

I - capacitação de servidores públicos e participação em cursos, congressos, seminários e similares, exceto quando houver autorização expressa do chefe do Poder Executivo Municipal;

II – admissão de pessoal em regime temporário, ressalvados os editais já publicados;

III – contratação de estagiário, menor aprendiz ou jovens cidadão, inclusive para substituição;

IV - disponibilização de pessoal, com ônus para o órgão ou a entidade de origem, para outros Poderes do Estado ou entes da Federação, ressalvadas as destinadas à Justiça Eleitoral;

V - concessão de licença-prêmio e licença para tratar de interesse particular, quando houver necessidade de substituição do requerente, ressalvada a concessão daquela aos servidores que já implementaram os requisitos necessários para aposentadoria ou estejam próximo ao implemento de tal benefício;

VI - promoção ou progressão funcional, ressalvados os imperativos legais;

VII – elevações de níveis e classes de servidores públicos municipais, nos seus respectivos Planos de Cargos, Carreira e Salários.

VIII – autorização para realização de horas extras, bem como concessão de gratificação pela prestação de serviços extraordinários;

IX – A realização por tempo indeterminado de todo e qualquer evento, que importe em realização de despesa para o erário municipal, e/ou patrocínio, apoio, colaboração e/ou participação em feira, exposição, festival, congresso e outros eventos de qualquer natureza;

X – aquisição de imóveis e veículos, salvo, os decorrentes de celebração de convênios e/ou necessários para executar o convênio;

XI – fornecimento de passagens aéreas, inclusive mediante contrato firmado com empresa prestadora de serviço de agenciamento de passagens e hospedagem, salvo para transporte de pacientes em situação de urgência e emergência;

XII - hospedagem e fornecimento de passagens para viagens municipais, interestaduais e internacionais, salvo para transporte de pacientes em situação de urgência e emergência comprovada, regulamentada pelo Tratamento Fora de Domicílio (TFD), quer sejam através de exames, passagens, veículos da edilidade ou dos pacientes;

XIII - criação de cargos, empregos ou funções, excetuando aqueles cuja criação seja por fusão, incorporação ou readequação de funções que objetivem a redução de gastos;

XIV – reestruturações de órgãos e entidades que impliquem em aumento de despesas;

XV – criação de gratificações e adicionais ou alterações das existentes que impliquem em aumento de despesa;

XVI – concessão de novos auxílios ou benefícios internos ou para terceiros, que não sejam os já fixados em lei e concedidos até o dia da publicação do decreto;

XVII – mudanças e viagens em viaturas oficiais, utilização de máquinas e equipamentos do município, salvo se as despesas forem arcadas pelos solicitantes;

Parágrafo Único. Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize, fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

Art. 6º. Fica suspensa a celebração de novos contratos para a locação de bens móveis, imóveis e outros espaços, bem como de transporte mediante locação de veículo, ressalvada a possibilidade de nova contratação em razão de redução quantitativa e/ou qualitativa acima do previsto no art. 65º da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 7º. Fica vedado, até que o percentual de limites de gastos com pessoal se normalize o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação e saúde, bem como aquelas decorrentes da realização de concurso público.

Art. 8º. Cada Secretaria deverá avaliar suas necessidades, em face do imperativo de limitarem os seus gastos com pessoal e de custeio, de forma que o Poder Executivo possa alcançar, durante o terceiro quadrimestre de 2019, sem prejuízo dos serviços postos à disposição da população, o percentual de controle de gastos com as despesas com pessoal exigido pela da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Caberá a cada Secretaria apresentar estudo detalhado de seus gastos, apontando, o mais especificamente possível, medidas cabíveis de serem adotadas com o objetivo de redução de gastos, bem como o prazo em que tais medidas podem ser implementadas.

Art. 9º. Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Comissão de Avaliação e Controle de Gastos com Custeio e Pessoal, que terá como presidente o Secretário Municipal de Finanças e será composta, ainda, pelos seguintes membros: Contador da Prefeitura Municipal, Secretário Municipal de Administração, Secretaria de Governo da Prefeita, Procurador chefe da Procuradoria Geral Municipal e Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno.

§ 1º. Cabe aos seus titulares o acompanhamento das medidas tomadas, bem como a sua manifestação, a no mínimo, a cada 10 (dez) dias, das projeções de receitas e despesas, bem como manifestação expressa sobre o déficit orçamentário e financeiro e dos gastos com despesas de pessoal, incluindo nos presentes relatórios, sugestões de medidas que poderão serem implementadas pelo chefe do Poder Executivo, caso verifica-se, que as medidas tomadas são insuficientes. Cabe ainda a essa comissão, manifestação final conjunta a respeito do cumprimento do presente Decreto;

§ 2º. Encerrada a análise caberá ao prefeito municipal decidir acerca de sua realização ou não, conforme orientação da Comissão de Avaliação e Controle de Gastos com Custeio e Pessoal.

§ 3º. A Comissão de Avaliação e Controle de Gastos com Custeio e Pessoal adotarão as medidas e procedimentos, bem como expedirão as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

§ 4º. Incumbe à Comissão instituída por este Decreto fiscalizar e fazer cumprir os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para as despesas com pessoal da administração pública municipal, bem como, o equilíbrio orçamentário fiscal e financeiro, dentro dos prazos nela estabelecidos, ficando dotada de poderes para a prática dos atos abaixo especificados:

I – propor ao Chefe do Executivo Municipal a adoção de medidas administrativas de contenção de despesas com pessoal, nos termos do disposto no artigo 22º, parágrafo único, incisos I a V, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visando prevenir a adoção de medidas mais severas previstas nos parágrafos 3º a 7º do art. 169, da Cons-

tituição Federal, caso o percentual das despesas com pessoal, em relação à receita corrente líquida, exceder o limite previsto no art. 20 da referida Lei de responsabilidade Fiscal;

II – Sugerir novas medidas de contenção de despesas de custeio e implementos de receitas municipais;

III – Se manifestar previamente e de forma expressa sobre os atos que criarem ou aumentarem despesa, devendo ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16º, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, quando forem autorizatórios;

IV – Para efeito do atendimento no inciso III, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1o do art. 4o, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 10º. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º. Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º. A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º. Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º. As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182º da Constituição Federal.

Art. 11º. É vedado aos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo apresentar proposta de edição de norma ou adotar providência que sobreleve as despesas do Município relativamente a gastos com pessoal, incluindo-se a reestruturação e a revisão de planos de cargos, carreiras e subsídios, enquanto não forem reduzidas as despesas com pessoal a limite inferior ao prudencial, assim definido pela LC nº 101/2000.

Art. 12º. Todas as Secretarias Municipais deveram emitir solicitação formal, para todas e qualquer tipo de aquisições ou contratação de despesas, que será direcionada a Secretaria Municipal de Administração, qual ficará autorizada a liberar a execução orçamentária do exercício de 2019 mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições:

I – Disponibilidade Orçamentária de acordo com a Lei n. 1.877/2018, de 20 de dezembro de 2018, Lei Orçamentária Anual - LOA 2019;

II - Atestado de disponibilidade financeira emitido pela Secretaria Municipal de Finanças, quanto ao comprometimento do desembolso financeiro pela Unidade Orçamentária requisitante;

Parágrafo Único. Nenhuma contratação de despesa de nenhum Órgão do Executivo Municipal será realizada e ou autorizada, sem atendimento do referido Caput deste artigo.

Art. 13º. Fica a Secretaria Municipal de Finanças a autorizada a instituir limites de programação financeira para o exercício, em consonância com o art. 8°, da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. As cotas de programação financeira para os meses de outubro/2019 a dezembro/2019 contemplarão somente as despesas obrigatórias e essenciais.

§ 2º. Na hipótese de contingenciamento, a liberação ou alteração dos recursos contingenciados e indisponibilizados serão efetuadas conforme exposto abaixo:

I - Para o restabelecimento do equilíbrio financeiro das contas públicas, os empenhos de despesas e investimentos em todos os órgãos e entidades da Administração Direta do Município somente **serão realizados após autorização expressa concedida pela Prefeita Municipal, ou servidor designado para isso, e mediante comprovação do exigido no Inciso I e II do art. 14º do presente decreto.**

II - Poderão ser autorizados em caráter excepcional e mediante decisão conjunta da Prefeita Municipal, Secretário Municipal de Administração e Secretário Municipal de Finanças para o atendimento de interesse público justificado pelo gestor, o empenho de despesas e investimentos somente com base na dotação orçamentária disponível.

III - A medida prevista neste artigo terá sua vigência limitada até a data de 31 de dezembro de 2019, podendo ser antecipada por ato do Secretário Municipal de Finanças após autorização concedida pelo Prefeito Municipal e mediante a demonstração do restabelecimento do equilíbrio financeiro atestado por meio dos relatórios bimestrais de execução orçamentária.

Art. 14º A partir da data de publicação deste Decreto ficarão suspensas as emissões de novos empenhos para o exercício de 2019, com exceção aos empenhos necessários ao pagamento da amortização de juros e encargos da dívida pública, de sentenças judiciais transitadas em julgado, de pessoal e encargos sociais, quais não atendam o objetivo deste decreto.

§ 1º Fica autorizada, após análise e autorização da Secretaria Municipal de Finanças e ou Administração, a emissão de novos empenhos, mediante a anulação de saldos de empenhos, na mesma Unidade Orçamentária e Fonte de Recursos, de valor igual ou superior ao novo empenho.

§ 2º Compete à Secretaria Municipal Finanças e ou Administração autorizar, extraordinariamente, as exceções ao previsto no *caput* deste artigo.

Art. 15º. Os saldos de empenhos emitidos durante o exercício de 2019, que por ventura até esta data não foram liquidados, ou seja, não tiveram suas mercadorias e ou serviços executados, deverão ser anulados até 15 de novembro de 2019, para que ocorra o retorno da disponibilidade orçamentária.

§ 1º Serão exceções ao disposto no *caput* deste artigo os empenhos que se referem às despesas custeadas por meio de Convênios, Transferências Federais de Fundo a Fundo ou de Financiamentos, desde que os recursos financeiros estejam assegurados e disponíveis até 31 de dezembro de 2019, bem como os empenhos relativos às despesas de caráter continuado, de encargos sociais e de tributos, mediante justificativa, e sem prejuízo aos respectivos credores.

§ 2º. Não serão objetos de cancelamento os empenhos cujo mercadorias e serviços foram entregues e ou realizados, quais já tenham ocorrido sua regular liquidação, não causando prejuízo ao direito líquido e certo de recebimento de seus credores.

Art. 15º. Compete à Secretaria Municipal de Finanças coordenar e avaliar processos de anulação de empenhos não liquidados ou excedentes, baseando-se nos valores lançados no orçamento para 2019, bem como,

se necessário, proceder o lançamento das anulações, visando garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 16º. São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto todos os Secretários Municipais do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e os procedimentos necessários à redução das despesas de custeio administrativo e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto, inclusive com relação à descentralização de créditos, aos contratos e às licitações.

§ 2º. Os ordenadores de despesas poderão ser responsabilizados pelo não cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 17º. As medidas ora determinadas somente poderão serem suspensas quando a despesa com pessoal da Administração Direta seja reduzida a patamares abaixo do limite prudencial estabelecido pelo art. 22º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A suspensão das medidas poderá ser gradativa, conforme se obtenham resultados positivos à redução das despesas com pessoal e de custeio.

§ 2º. Caso as medidas ora adotadas não sejam suficientes para atender aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, outras poderão ser editadas, visando sempre a redução de despesas com pessoal e de custeio.

Art. 18º. A partir do dia 14 de outubro de 2019 o expediente no paço municipal será reduzido para o período de 13:00 até as 18:00.

Parágrafo Único. Havendo necessidade justificada e expressamente autorizado poderá ser ampliado o expediente de alguns departamentos.

Art. 19º. A manutenção ou aquisição de peças pelo sistema da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães dependerá de prévia autorização do Secretário Municipal de Administração, que deverá designar servidor para acompanhar e avaliar os serviços a serem realizados.

Art. 20º. Este Decreto entra em vigor e produz efeito a partir desta data até 31 de dezembro de 2019, podendo seus efeitos serem suspensos, conforme se obtenha resultados de equilíbrio financeiro e orçamentário, bem como, ser prorrogado por prazo indeterminado, conforme se fazer necessário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 07 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

EMPRESA CONTRATADA: LAMPA COMERCIO EIRELI - ME, **CNPJ:** 18. 743.001/0001-91.

VALOR: R$ 20.121,98 (vinte mil, cento e vinte e um reais e noventa e oito centavos).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO TIPO PRODUTOS ESTOCÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DA ATA: 12 de setembro de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 828/GP/2019 EM, 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria nº 828/GP/2019

Em, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª ROSELI CUNHA SOARES,** portadora do RG nº 04958969 e CPF nº 328.880.311-91, na função de TECNICO EM HIGIENE DENTARIA, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 02/11/2009 a 02/11/2014, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 07/10/2019 e término em 04/01/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 06/01/2020.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 07/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 830/GP/2019 EM, 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Portaria nº 830/GP/2019

Em, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público comissionado **Sr.º BRUNO DEMARCHI MARRAFON,** portador do RG nº 434507167 e CPF nº 327.121. 148-50, no cargo de COORDENADOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (Trinta) dias de férias, referente ao período de 03/09/2018 a 03/09/2019, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/10/2019 e término em 05/11/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 06/11/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 07/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

EMPRESA CONTRATADA: NABELLA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, **CNPJ:** 27.981.389/0001-50.

VALOR: R$ 14.240,25 (quatorze mil, duzentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO TIPO PRODUTOS ESTOCÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

DATA DA ATA: 12 de setembro de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019

EMPRESA CONTRATADA: POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI, **CNPJ:** 17.874.189/0001-44.

VALOR: R$ 33.480,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VENTILADORES DE PAREDE, MODELO 1 - 50 A 60 CM DE DIÂMETRO POR MEIO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO FNDE/MEC, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

DATA DA ATA: 12 de setembro de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.816 DE 2 DE OUTUBRO DE 2019

LEI Nº 1.816 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações do Orçamento Municipal Vigente, Lei Municipal nº 1.787/2018, que se tornarem insuficientes, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa inicialmente orçada, tendo como fonte os recursos dispostos nos itens I, II e III, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e nos moldes do artigo 167, VI da Constituição Federal realocar recursos orçamentários no âmbito da Administração Direta e Administração Indireta, a título de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2019.

Chapada dos Guimarães-MT, 02 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 108/2019.

ATO Nº.: 108/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA CHEFE DE DEPARTAMENTO DOS PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a Sra. **ANGÉLICA BARBOZA DE LIMA,** do cargo em comissão da Chefe de Departamento dos Programas da Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2019.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 04 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2019 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

EMPRESA CONTRATADA: EVENTUAL LIVE MARKETING DIRETO EIRELI, **CNPJ:** 04.433.214/0001-02.

VALOR: R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais).

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM "ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS" A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DATA DA ATA: 25 de março de 2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 109/2019.

ATO Nº.: 109/2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORA DE ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **MICHELINE CORREA CANEVESI,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Atenção Básica do Município, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2019.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 07 de outubro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019- REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019- REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UMA CÂMARA FRIA PARA DESPOLPADEIRA DE FRUTAS, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia 22 de Outubro de 2019, estará recebendo propostas, para abertura às 08h00min,do Pregão Presencial para as aquisições supracitadas. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR ou poderá ser obtido junto à Secretaria Municipal de Administração, durante o horário de expediente. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia/MT, 08 de Outubro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

RESULTADO DE LICITAÇÃO-CONCORRÊNCIA PÚBLICA 003/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2019.

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Presidente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DRENAGEM CALÇADA E SINALIZAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA MT CONFORME PROJETO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO".**

Cláudia/MT 09 de Outubro de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

HEMILIN FERNANDA TIEDT

Presidente da C.P.L.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 01310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, snºCentro, CLÁUDIA – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Altamir Kurten,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado a empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.317.757/0001-92, e Inscrição Estadual n.º 13.396.822-7, estabelecida a Estrada Dilma, Sn.º, bairro Industrial, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Srº. Rozenei Dellani, portador do CIRG n.º 0703795-3 SSP/MT e CPF n.º 631.341.951-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA – MT, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT ATÉ O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL,**sendo na oportunidade o registro do item mencionado abaixo:

ITEM	COD TCE	UNID	DESCRIÇÃO/LINHA/TRAJETO	QTD.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	215004-2	Toneladas	Transporte de Calcário, da cidade de Nobres – MT até o Município de CLÁUDIA – MT(podendo se estender a quilometragem em até 50 km a mais).	510	R$ 95,00	48. 450,00
Valor Total: R$ 48.450,00						

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 08/10/2019 até 07/10/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CLÁUDIA não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019– REGISTRO DE PREÇOS,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços licitados.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante, que é parte integrante do Edital e desta Ata.

4.3. Quando solicitado, a empresa contratada deverá iniciar a execução dos serviços objeto desta licitação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação, devendo ser finalizado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início da execução.

4.4. Ficará a cargo da contratada todas as despesas diretas ou indiretas para realização do serviço, incluindo a troca dos serviços que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.5. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Os itens licitados deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato ou da ARP.

4.7 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 -DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1. Executar o serviço conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, visando ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.2.2. Observar em toda execução as normas e protocolos aplicáveis;

5.2.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos de qualquer natureza, impostos, taxas, federais, estaduais e municipais que incidam sobre o produto;

5.2.4. O fornecimento deverá ser realizado após a emissão da autorização do fornecimento pelo setor de compras desta Prefeitura, sem nenhum ônus adicional para este Município.

5.2.5. Apresentar todos os relatórios e laudos técnicos pertinentes às atividades realizadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;

c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IPCA.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços será rescindida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 ou qualquer dos motivos elencados nos incisos I, II, IV, V, IX, X, XI, XII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços também poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.6. Por comum acordo entre as partes, desde que seja conveniente para Administração Pública.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A contratada reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 a 79, da Lei n° 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

14.1.1 A fiscalização ficará a cargo da servidora Clara Elenie Albuquerque Portes**,** nomeada através de Portaria**.**

14.2 A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata: o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019– REGISTRO DE PREÇOS, bem como** a proposta da empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA – MT, 08 de Outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO BERNARDO LTDA

Rozenei Dellani

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PORTARIA Nº 007/2019/SEMAD, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 007/2019/SEMAD, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

DAVI SCHLEICHER, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Cláudia, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 021, de 17 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos artigos 193 e 194, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cláudia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão de Sindicância de que tratam os arts. 191 a 195, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, destinada a apuração de suposto desvio de conduta, relatado no Ofício nº 073, de 02 de agosto de 2019, da lavra das servidoras Andréia Teolide Schneider Sielski e Maira Aparecida Bueno.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no caput deste artigo serão desenvolvidos sob a coordenação, orientação e supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 2º A Comissão de Sindicância a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I - Ademilson Custódio, Servidor Efetivo, Matrícula nº 1922, Técnico Administrativo, inscrita no CPF sob nº 968.570.051-68, lotado na Secretaria Municipal de Finanças;

II - Aline Mass Serafim, Servidora Efetiva, Matrícula nº 1292, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 022.412.561-37, lotada na Secretaria Municipal de Administração; e

III - Edineia Valtrick, Servidora Efetiva, Matrícula nº 1906, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 980.578.711-72, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá autuar o processo na ordem sequencial direta dos eventos da espécie e numerar as respectivas páginas produzidas no curso da sindicância.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão de Sindicância instituída por esta portaria deverão ser conduzidos em estrita observância ao que dispõem os artigos 195 a 197, da Lei Complementar nº 012/2013, e demais normas correlatas aplicáveis à matéria.

Art. 5º Se a conclusão dos trabalhos for pela aplicação do Inciso III, do Art. 195, da Lei Complementar nº 012/2013, a Secretaria Municipal de Administração instaurará o competente Processo Disciplinar por meio da emissão de nova portaria.

Art. 6º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 26 de setembro de 2019.

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PORTARIA Nº 008/2019/SEMAD, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 008/2019/SEMAD, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

DAVI SCHLEICHER, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Cláudia, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 021, de 17 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos artigos 193 e 194, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cláudia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão de Sindicância de que tratam os arts. 191 a 195, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, destinada a apuração de suposto desvio de conduta, relatado no Ofício nº 0154, de 15 de maio de 2019, da lavra da Srª Claudevânia Barbon Anderle, Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no caput deste artigo serão desenvolvidos sob a coordenação, orientação e supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 2º A Comissão de Sindicância a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I - Andréia Teolide Schneider Sielski, Servidora Efetiva, Matrícula nº 566, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 012.639.971-98, lotada na Secretaria Municipal de Finanças/Coordenadora de Fiscalização e Arrecadação Tributária (Respondendo pelo Departamento de Pessoal);

II – Jaine Terezinha Costa, Servidora Efetiva, Matrícula nº 969, Professora, inscrita no CPF sob nº 650.219.671-34, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; e

III – Elzenir de Sá Querino, Servidora Efetiva, Matrícula nº 449, Manutenção de Infraestrutura Escolar, inscrita no CPF sob nº 015.229.841-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá autuar o processo na ordem sequencial direta dos eventos da espécie e numerar as respectivas páginas produzidas no curso da sindicância.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão de Sindicância instituída por esta portaria deverão ser conduzidos em estrita observância ao que dispõem os artigos 195 a 197, da Lei Complementar nº 012/2013, e demais normas correlatas aplicáveis à matéria.

Art. 5º Se a conclusão dos trabalhos for pela aplicação do Inciso III, do Art. 195, da Lei Complementar nº 012/2013, a Secretaria Municipal de Administração instaurará o competente Processo Disciplinar por meio da emissão de nova portaria.

Art. 6º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 08 de outubro de 2019.

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PORTARIA Nº 009/2019/SEMAD, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 009/2019/SEMAD, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

DAVI SCHLEICHER, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Cláudia, Estado de Mato Grosso, nomeado pelo Decreto nº 021, de 17 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto nos artigos 193 e 194, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cláudia,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão de Sindicância de que tratam os arts. 191 a 195, da Lei Complementar Municipal nº 012, de 11 de dezembro de 2013, destinada a apuração de suposto desvio de conduta, relatado no Ofício nº 315, de 23 de setembro de 2019, da lavra da Srª Claudevânia Barbon Anderle, Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no caput deste artigo serão desenvolvidos sob a coordenação, orientação e supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 2º A Comissão de Sindicância a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I - Andréia Teolide Schneider Sielski, Servidora Efetiva, Matrícula nº 566, Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob nº 012.639.971-98, lotada na Secretaria Municipal de Finanças/Coordenadora de Fiscalização e Arrecadação Tributária (Respondendo pelo Departamento de Pessoal);

II – Sonia Maria Torqueti Fernandes, Servidora Efetiva, Matrícula nº 116, Professora, inscrita no CPF sob nº 366.947.971-68, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; e

III – Katia Cilene da Silva, Servidora Efetiva, Matrícula nº 73, Professora, inscrita no CPF sob nº 594.422.391-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º A Comissão de Sindicância deverá autuar o processo na ordem sequencial direta dos eventos da espécie e numerar as respectivas páginas produzidas no curso da sindicância.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão de Sindicância instituída por esta portaria deverão ser conduzidos em estrita observância ao que dispõem os artigos 195 a 197, da Lei Complementar nº 012/2013, e demais normas correlatas aplicáveis à matéria.

Art. 5º Se a conclusão dos trabalhos for pela aplicação do Inciso III, do Art. 195, da Lei Complementar nº 012/2013, a Secretaria Municipal de Administração instaurará o competente Processo Disciplinar por meio da emissão de nova portaria.

Art. 6º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 08 de outubro de 2019.

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1726, DE 08 OUTUBRO DE 2019.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1726, DE 08 OUTUBRO DE 2019.

“Dispõe sobre exoneração de servidor em Cargo de Comissão, de livre nomeação e exoneração e dá outras providências”.

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, do cargo comissionado de Chefe de Seção de Supervisão Escolar de livre nomeação e exoneração o Senhor **Bruno Henrique da Silva** portador da **CI-RG n° 264194-0** e **CPF n° 044.779.211-36**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT - LEI MUNICIPAL Nº 509 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2.005

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

Lei Municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005

RESOLUÇÃO Nº 020/2019

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião Extraordinária, realizada no dia 03 de Outubro de 2019, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1.990 e pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1.990, pelo Decreto nº 7.508/211, a Lei Municipal nº 509 /2005.

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005.

CONSIDERANDO o Regimento Interno.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião Extraordinária do dia 03 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o Servidor Antônio Sérgio Pereira Rodrigues para o cargo de Ouvidor para o Bienio de 2019 a 2021.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Cocalinho, 03 de Outubro de 2019.

EDITAL N° 05/2019 – CMDCA - ELEIÇÃO ORDINÁRIA PARA O CONSELHO TUTELAR

Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

Eleição Ordinária para o Conselho Tutelar

Edital n° 05/2019 – CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA de Cocalinho – MT, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal n° 8.069 (ECA) e Lei Municipal n° 414/2002, alterada pela Lei Municipal 735/2015, **torna pública o resultado da Eleição Ordinária a Conselheiro Tutelar conforme o edital n°, 01/2019.** Art. 41 – Concluída a apuração dos votos, a presidência do CMDCA proclamará o resultado das urnas, determinando a publicação do resultado em Edital.

RESULTADO DA ELEIÇÃO

Art. 1° - Ficam proclamados os candidatos eleitos a Conselheiros Tutelar para o pleito de 2020 a 2024, conforme relacionados abaixo:

1° Lugar – Lorhane Freires da Silva 2° Lugar – Fabricio da Silva Costa 3° Lugar – Francilda Roberta de Souza 4° Lugar – Marcio Cardoso Andrade 5° Lugar – Marielza Soares de Oliveira 1° Suplente – Cleyrout Resende Câmara

Publique – se

Encaminhe – se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal, Administração Publica e Cartório Eleitoral.

Cocalinho, 06 de Outubro de 2019.

Arthur Oliveira Nonato

Presidente do CMDA

PORTARIA Nº 001/2019/ SEMEC/GS

PORTARIA Nº 001/2019/ **SEMEC/GS**.

PRORROGAR O MANDATO DOS DIRETORES ESCOLARES ELEITOS E DESIGNADOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO E DOS CONSELHEIROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS DA COMUNIDADE ESCOLAR CDCE.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal n° 9.394/1996 – LDB, da Lei Complementar nº 49/1998 e da Lei Complementar 50/1998, da Lei Municipal nº 771/2016 de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º- Prorrogar o mandato dos diretores escolares eleitos e designados para o biênio 2018/2019 para exercer a função ate 31 de dezembro de 2020.

Art. 2° - Prorrogar o mandato dos Conselheiros dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar-CDCE, ate 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Cocalinho-MT, 08 de outubro de 2019.

Marlene Martins de Freitas

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE
RESOLUÇÃO Nº 003/2019/CISRNM

RESOLUÇÃO Nº 003/2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE DE 3,43% AOS FUNCIONÁRIOS ATIVOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE**, Excelentíssimo Senhor NOBORU TOMIYOSHI, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto Social e considerando o aprovado na Ata Deliberativa N.º 002/2019, datada de 06 de agosto de 2019:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder reajuste salarial de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento) a todos os funcionários ativos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Mato-grossense, tomando por base o acúmulo inflacionário aferido no exercício de 2018 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

ARTIGO 2° - Esta resolução entrará em vigor na presente data, cujos efeitos retroagirão ao mês de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Colíder-MT, 23 de setembro de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Presidente CISRNM

PORTARIA Nº 413/2019

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora Municipal, **NORMA APARECIDA DE OLIVEIRA NOBRE**, do Departamento Fundeb 60% Ensino Fundamen-

tal para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação – Escola Municipal São Mateus, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 09 de setembro de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de setembro de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 09 de setembro de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREVILIDER
PORTARIA N.º 096/2019 "DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA ESPECIAL POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DEFERIDO A SRA. MARIA TEREZINHA DE SA PEREIRA, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DA APOSE

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal n.º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Cancelar o benefício de Aposentadoria Especial Por Tempo de Contribuição, Processo do PREVI-LIDER nº 0010/2013, Portaria do Previ-líder nº 059/2013 e Acordão 16.847-5/2013 da Aposentada Sra. MARIA TEREZINHA DE SA PEREIRA**,** por motivo de falecimento, Certidão de Óbito Matrícula nº 146910.01.55.2019.4.00017.257.0005997.73.

Art. 2º Considerando a Lei Municipal nº 2361/2010 de 08 de julho de 2010 em que, fica suspenso definitivamente o pagamento do Benefício de Aposentadoria Por Invalidez.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder - MT, 03 de outubro de 2019.

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva

PREVILIDER
PORTARIA N.º 095/2019 "DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, DEFERIDO A SRA. ANTONIA BARBOSA DE SOUZA, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DA APOSENTADA EM REFERÊNCIA".

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal n.º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Cancelar o benefício de Aposentadoria Por Idade, Processo do PREVI-LIDER nº 003/2009, Portaria do Previ-líder nº 031/2009 e Acordão nº 2.480/2009 da Aposentada Sra. ANTONIA BARBOSA DE SOUZA**,** por motivo de falecimento.

Art. 2º Considerando a Lei Municipal nº 2361/2010 de 08 de julho de 2010 em que, fica suspenso definitivamente o pagamento do Benefício de Aposentadoria Por Idade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 21/09/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder - MT, 02 de outubro de 2019.

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 055/2019**, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção de placas, plaquetas, letras caixa, adesivos, películas de proteção solar, faixas alusiva, banners, toldos e rafia para as diversas secretarias do município de Colíder/MT**. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
A A DAS CHAGAS – PAINEIS ME	03, 24 e 28	26.370,00
A S SANTOS & CIA LTDA EPP	01, 02, 04, 05, 06, 09, 15, 21 e 41	255.530,00
ARDI MOMBELLI DOS SANTOS ME	13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42 e 43	662.033,55
BRUSCO & BRUSCO LTDA ME	07, 08, 10, 11, 12, 29, 30, 31, 32, 44 e 45	1.017.200,00

Colider/MT, 08 de outubro de 2019

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 75/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º 75/PREVI-COLNIZA/2019

*"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. **Mirian Rosa da Fonseca.**"*

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 26, da Lei Municipal n. 663/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. **Mirian Rosa da Fonseca**, portadora do RG nº 001054351 SESDC/RO e do CPF: 884.433.882-34, efetiva no cargo Técnico em Raio X, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, com vencimentos integrais a partir de 15/08/2019 e término em 12/12/2019, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.08.00062P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **15 de agosto de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de agosto de 2019.
Priscila Mundt Rodrigues
PREVI-COLNIZA

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 26 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 74/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º74/PREVI-COLNIZA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. ***Edivania Andrade Pereira Loose."***

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **Edivania Andrade Pereira Loose**, portadora do RG nº 000782531 e CPF nº 004.482.431-99, efetiva no cargo Professora 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com vencimentos integrais, a partir de 14/08/2019 e término em 12/09/2019, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.05.00058P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **14 de agosto de 2019,** revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 19 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PORTARIA N° 059, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA N° 059, de 08 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, no uso legal de suas atribuições estabelecidas em Lei;

Considerando a solicitação do Poder Judiciário para utilizar o plenário desta Casa de Leis e algumas repartições do recinto para realização de Júri Popular designado para o dia 09 de outubro de 2019

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica suspenso o expediente na Câmara de Vereadores de Colniza no dia 09 de outubro de 2019, em razão da realização do Juri Popular pelo Fórum da Comarca de Colniza.

Art. 2º - A suspensão de expediente não se aplica aos trabalhos das Comissões Permanentes, Especiais ou Processantes.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 08 de outubro de 2019.

JOHNATAN BRETAS

Presidente Interino

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 73/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º73/PREVI-COLNIZA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. ***Alcione da Mata Borges."***

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **Alcione da Mata Borges**, portadora do RG nº 00001009202 SESDC/RO e CPF nº 792.163.582-20, efetiva no cargo Contador, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, com vencimentos integrais, a partir de 08/08/2019 e término em 08/02/2020, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.05.00035R1.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **08 de agosto de 2019** revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 19 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 72/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º72/PREVI-COLNIZA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a Sra. ***Romilda Araújo da Silva."***

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **Romilda Araújo da Silva**, portadora do RG nº 532.631 SSP/MT e CPF nº 132. 867.652-87, efetiva no cargo Professora 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com vencimentos integrais, a partir de 14/08/2019 e término em 08/02/2020, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.05.00033R1.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **14 de agosto de 2019,** revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 19 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 71/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º71/PREVI-COLNIZA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Sra. ***Claudia da Silva Bento****."*

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15

da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, à servidora Sra. **Claudia da Silva Bento**, portadora do RG nº 1139882 SESDC/RO e CPF: 010.508.292-98, efetiva no cargo Técnico em Desenvolvimento Infantil – Auxiliar Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com vencimentos integrais, a partir de 03/08/2019 e término em 04/01/2020, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.05.00057P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **03 de agosto de 2019,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 19 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 325/GP/2019

PORTARIA Nº 325/GP/2019, DE 07 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar no inteiro teor a Portaria nº. 235/GP/2018, de 20 de julho de 2018, que concedeu gratificação de 50% (cinquenta por cento) para a Servidora efetiva ***Marcilene dos Santos,*** matricula nº.6346.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça silva

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 70/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º70/PREVI-COLNIZA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor Sr. ***José Augusto Bahls****."*

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **José Augusto Bahls**, portador do RG nº 780.835 e CPF: 170.072.240-91, efetivo no cargo Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, com vencimentos integrais, a partir de 21/07/2019 e término em 31/07/2019, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.05.00029R1.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **21 de julho de 2019,** revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 19 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

PREVI-COLNIZA
PORTARIA N.º 69/PREVI-COLNIZA/2019

PORTARIA N.º69/PREVI-COLNIZA/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Sra. ***Edineia Ferreira dos Santos****."*

A Secretária de Administração do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da lei municipal n° 663/2016, de 19/10/2016, que rege a Previdência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, à servidora Sra. **Edineia Ferreira dos Santos**, portadora do RG nº 13929321 SSP/MT e CPF: 722.278.422-53, efetiva no cargo Monitor de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com vencimentos integrais, a partir de 22/08/2019 e término em 23/01/2020, conforme processo administrativo do PREVI-COLNIZA, n.º **2019.05.00056P.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Colniza - MT, 19 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 139/GP/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 324/GP/2019

PORTARIA Nº 324/GP/2019, DE 07 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar **Poliana Cristina Guizzardi,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 000861281 SSP/RO e CPF n° 800.430.972-00, doCargo em Comissão de Secretária Adjunta de Finanças.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 060, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

PORTARIA N° 060, de 08 de outubro de 2019.

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a portaria nº 324/GP/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019, que exonera a servidora Poliana Cristina Guizzardi, do cargo em Comissão de Secretária Adjunta de Finanças;

Considerando que a servidora efetiva foi cedida para exercer cargo em Comissão, junto a Secretaria de Finanças;

R E S O L V E:

Art.1º - Fica reconduzida a servidora Poliana Cristina Guizzardi ao Quadro de Servidores da Câmara de Vereadores de Colniza.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 08 de outubro de 2019.

Johnatan Bretas

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 322/GP/2019

PORTARIA Nº322/GP/2019, DE 07 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Revogar no inteiro teor a Portaria nº. 249/GP/2019, de 01 de julho de 2019, que concedeu gratificação de 30% (trinta por cento) para a Servidor efetivo **Marco Aurelio de Velasco Teixeira,** matricula nº.6474.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça silva

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 327/GP/2019

PORTARIA Nº 327/GP/2019, DE 08 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar **Marcilene dos Santos,** *matricula nº.6346, portadora do RG nº. 000766049 SSP/MT e CPF nº. 524.407.532-20,concursada no Cargo de Agente Administrativo, 40 horas, para exercer a Função de Confiança no Cargo em Comissão de Superintendente de Aquisições, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.*

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 08 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 08 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça silva

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 326/GP/2019

PORTARIA Nº 326/GP/2019, DE 07 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Diego André Alves,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 18030203 SEJUSP MT e CPF n° 026.415.371-50, para exercer o Cargo em Comissão de **Secretário Adjunto,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos no dia 07 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça silva

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

RECURSOS HUMANOS
CANDIDATOS ELEITOS A CONSELHEIRO TUTELAR DE COLNIZA 2019

RELAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS ELEITOS A CONSELHEIRO TUTELAR DE COLNIZA 2019

TITULARES

N°	Nome	N° DE VOTOS
002	Jesse S. Mendes Nunes	170
012	Nayara Beni da Silva	133
007	Clesia Karina Lopes da Costa	128
033	Luiza Lima Borges	92
003	Valdenice Tavares de Oliveira (Nice)	85

SUPLENTES

N°	Nome	N° DE VOTOS
019	Michely Dias Tomazi	75
023	Vanessa Maciel da Silva	70
022	Ivaldo Pantoja Figueiredo	62
037	Andreia Lima Souza	42
038	Andreia Teixeira Gama	39

Colniza-MT, 07 de Outubro de 2019

RONARIO SILVA NUNES

Presidente CMDCA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 323/GP/2019

PORTARIA Nº323/GP/2019, DE 07 DEOUTUBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder gratificação de **30%** (trinta por cento) sobre o salário base do Servidora **GIRLENE SILVA LIMA LOPES**, matricula nº. 1350, para o desempenho da função de Diretor de Vigilância em saúde (Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Saúde do Trabalhador), vinculada a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de outubro de 2019.

Ivone Aparecida de Mendonça silva

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro – MT, torna público aos interessados que a abertura das propostas realizada no dia 08/10/2019 às 08:00 horas na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS** n° 009/2019, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PONTES E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA DE LOCALIZAÇÃO, consagraram-se vencedora a empresa: **CONSTRUTORA BORGES LTDA.**

Comodoro – MT, 08 de Outubro de 2019.

João Alfredo da Silva Borges

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2019

CONTRATO Nº: 117/2019

DATA: 07/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: NATHALIA S. CHIOCHETTA EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA

DOTAÇÃO: 07.06.2.037. 3.3.90.39. 00.00.00.00.2000 (475)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº035/2019 TRIBUTOS

EDITAL 035/2019

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sr (a) FRANCISCO FERREIRA DE ASSIS CPF: 013.993.351-46; no cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao Imóvel LOTE 07,08,09,10,11,12,13 – QUADRA 14 – Rua 08 de Dezembro/ Rua Albino Jose Fell/ Rua Laudelina Ribeiro dos Santos – Jardim Vitória II, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15 (quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 08 de Outubro de 2019.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 136/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 5.593,00 (Cinco Mil Quinhentos Noventa e Três Reais).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI - CNPJ: 02.330.299/0001-78

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 137/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 960,00 (Novecentos e Sessenta Reais).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI - CNPJ: 17.874.189/0001-44

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 133/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 7.158,00 (Sete Mil Cento Cinquenta e Oito Reais).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** MVR1 MOVEIS E MAT. PARA ESCRITORIO EIRELLI - CNPJ: 19.071.896/0001-28

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 132/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 8.938,00 (Oito Mil Novecentos e Trinta e Oito Reais).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTO PARA ESCRITORIO LTDA – EPP - CNPJ: 05.870.717/0001-08

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 921/2019

LEI Nº 921/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante venda, cumpridas as exigências do art. 17, da Lei Federal no 8. 666, de 21 de junho de 1993, o imóvel objeto da matrícula n° 7.717 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte, sendo área de 6.148,97m², Lote 01, quadra 65, Bairro Santa Luzia, conforme Memorial Descritivo e avaliação anexa.

Art. 2° A alienação a que se refere o art. 1° desta Lei se dará por meio de processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, a partir da avaliação realizada, anexa a este projeto.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas procederá aos trâmites legais e as providências relacionadas à concessão da escritura ao adquirente, sendo que as despesas decorrentes da venda autorizada ficarão a cargo do comprador.

Art. 3° Fica a área desde já desafetada de sua primitiva condição de bem indisponível, para cumprir a finalidade da presente lei.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente a Lei Municipal n° 132/2017 de 05 de dezembro de 2017.

Confresa - MT, 04 de outubro de 2019.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 138/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 115.860,00 (Cento e Quinze Mil Oitocentos Sessenta Reais).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** M. VEZARO ME - CNPJ: 10.851.981/0001-34

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 924/2019

LEI N.924/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO CONSERTO DE BURACOS E VALAS ABERTAS NAS VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, faz saber que o plenário aprovou e após aprovado o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - A execução de obras de reparos e consertos em vias públicas, decorrentes de serviço de engenharia executados por concessionárias e/ou permissionárias de serviços públicos ou terceirizadas por elas contratadas, que de qualquer modo impliquem intervenções sobre o pavimento da via e passeio público, a qualquer título, deverá ser obrigatoriamente comunicada ao Órgão Municipal Competente.

Art. 2º - Quaisquer obras referidas no artigo 1º desta Lei, que importem a execução de serviços sobre o pavimento da via pública e/ou do passeio, a exigir a retirada total ou parcial do pavimento, escavação, aterramento, perfuração, corte ou quaisquer outras medidas dessa natureza somente poderão ser executadas mediante comunicação prévia e formal ao Órgão Municipal Competente, com antecedência mínima de **3 (três) dias**.

Art. 3º - Em se tratando de obras emergenciais cuja execução deva ser imediata para a não interrupção do serviço público, ou mesmo para prevenir a ocorrência de danos à própria integridade da via ou logradouro público atingido, a sua realização poderá ocorrer sem a comunicação referida no artigo 2º desta Lei, desde que:

I **–** haja a comunicação ao Órgão Municipal Competente no prazo máximo de **2 (dois) dias** da sua realização, com especificação dos serviços executados; e

II **–** o restabelecimento do pavimento da via ou logradouro público às mesmas condições de qualidade anteriores à sua execução.

Parágrafo único – Qualquer que seja a hipótese de execução dos serviços sobre a via ou logradouro público, é responsabilidade da executora restabelecer o pavimento removido ou atingido pelo serviço segundo padrões de qualidade do sistema viário, adequados à utilização do espaço público para os fins a que se destina.

Art. 4º Fica obrigatório o total e satisfatório conserto, com obras de tapa valas e tapa buracos, no prazo de **72 (setenta e duas) horas do término das obras realizadas** em vias públicas e passeios públicos, onde foram abertos buracos e valas para a realização de serviços de instalação, manutenção ou conserto das redes de água e esgoto, luz, gás, telefone, TV a cabo, internet ou outros serviços correlatos.

§ 1º O prazo para conserto poderá ser estendido para 5 (cinco) dias do determinado no caput deste artigo, quando manifestada e comprovada a necessidade por escrito.

§ 2º As obras de tapa valas e buracos terão garantias de qualidade do serviço de, no mínimo, seis (06) meses, quando realizadas em vias sem calçamento ou pavimentação, e de dezoito (18) meses, quando realizadas em vias calçadas e/ou pavimentadas.

Parágrafo único – Nas obras de tapa valas e buracos, será respeitada a reposição das modalidades de calçamento, tais como: asfalto, paralelepípedos, meios-fios, terra, entre outros.

Art. 5º - A obrigação de que trata esta lei é de responsabilidade das empresas concessionárias ou permissionários de serviços públicos descritos no artigo primeiro desta Lei e outras que vierem a surgir, ainda que as obras causadoras das valas e dos buracos tenham sido realizadas por terceiros contratados por essas empresas.

Art. 6º - Enquanto perdurar as obras realizadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos de água e esgoto, luz, gás, telefone, TV a cabo, internet e outras, as vias e/ou passeios públicos deverão obrigatoriamente ser sinalizados pelas referidas empresas, se necessário, isolá-los com placas que permitam a nítida visualização também à noite, além de garantir, com segurança a passagem de pedestres e veículos.

Art. 7º - O descumprimento do disposto nesta Lei, inclusive no que importa a qualidade do serviço, sujeitará a empresa concessionária ou permissionária responsável pelo serviço público, depois de notificada para cumprir a obrigação, as seguintes penalidades:

I **–** Notificação, para cumprir a obrigação no prazo assinalado nesta Lei e multa equivalente a 100 UPFM.

II **–** Multa, equivalente a 200 UPFM, no caso de desatender o prazo mencionado no inciso I deste artigo, sem prejuízo das multas já aplicadas, que podem ser dobradas quando decorridos 60 (sessenta) dias da aplicação desta, sem a realização do conserto.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 04 de Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 135/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 18.525,00 (Dezoito Mil Quinhentos Vinte e Cinco Reais).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** AMAURI ROBERTO DE ARAUJO – ME - CNPJ: 13.234.712/0001-17

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 923/2019

LEI N.923/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

"DENOMINA "PLENÁRIO VEREADOR GILMAR MARINHO DA COSTA" O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT".

A Câmara Municipal de Confresa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1° - Fica denominado **"PLENÁRIO VEREADOR GILMAR MARINHO DA COSTA"**, O Plenário da Câmara Municipal de Confresa/MT.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 04 de Outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº035/2019 TRIBUTOS

EDITAL 035/2019

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sr (a) FRANCISCO FERREIRA DE ASSIS CPF: 013.993.351-46; no cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao Imóvel LOTE 07,08,09,10,11,12,13 – QUADRA 14 – Rua 08 de Dezembro/ Rua Albino Jose Fell/ Rua Laudelina Ribeiro dos Santos – Jardim Vitória II, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15 (quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 08 de Outubro de 2019.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 922/2019

LEI N.922/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS I, II, III E CAPUT DO ARTIGO 4º DA LEI N. 220/2005, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os incisos I, II, III e *caput* do Artigo 4º da Lei Municipal nº 220/2005, de 12 de dezembro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º**.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Confresa será composto por 14 (quatorze) membros, da seguinte forma:

I - 02 (dois) representante de entidades da sociedade civil, com atuação efetiva no Município de Confresa, que tenham por objetivo institucional o atendimento, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da mulher;

II - 06 (seis) representantes do Poder Executivo, a serem indicados por ato do Prefeito Municipal;

III – 04 (quatro) associações de moradores e/ou entidades que as congregam, no âmbito do Município de Confresa"

IV- 02 (dois) representantes do Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA/MT, ao 4° dia do mês de outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Confresa-MT, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do crédito	Conta	Origem	Aplicação	Valor (R$)
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	9.908,80
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	625,00
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	47.562,25
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.517,35
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	12.000,00
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	16.774,50
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	13.444,54
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.517,35
03/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	11.875,00
04/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	196.125,29
04/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO	67.463,67
04/10/2019	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	NÃO IDENTIFICADO	8.625,78
04/10/2019	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Indígena	486,40
04/10/2019	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	25.375,20
04/10/2019	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola.	9.243,20
04/10/2019	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Creche	5.842,20
04/10/2019	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	MAIS EDUCAÇÃO - Fundamental	8.008,80
04/10/2019	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - AEE	106,00
			Secretaria de Finanças	

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 252/2019 ADM DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo, como FISCAL DE CONTRATO.

SECRETARIA	SERVIDORA	CPF
06-SEC – SAÚDE	LEIDE MARIA SOARES MACEDO	947.403.641-15

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	130/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	CENTRO DE DIAGNOSTICO EM IMAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.	10.669.636/0001-84	R$ 58.514,50
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RAIOS-X E ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	90 DIAS, FINALIZANDO NO DIA 30/12/2019.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de outubro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°.130/2019

PROCESSO LICITATÓRIO n. 075/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RAIOS-X E ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDOPARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

VIGÊNCIA: 90 DIAS, finalizado no dia 30/12/2019.

DO VALOR GLOBAL: R$ 58.514,50

DATA: Confresa, 01 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: CENTRO DE DIAGNOSTICO EM IMAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 10.669.636/0001-84.**

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO N198/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº198/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº132/2019

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº028/2019, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO nº011/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO - MT, CUJA A DETENTORAS DA ATA É A EMPRESA: **OLIMPO TECNOLOGIA EIRELLI – MECNPJ: 33.256.924/0001-02.**

, A Prefeitura de Confresa/MT, **DECLARA** que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços **Nº028/2019,** decorrente do **Pregão Eletrônico – nº011/2019** da **PREFEITURA CAMPOS DE JULIO – MT**, cuja as Detentoras da Ata são as empresas**: OLIMPO TECNOLOGIA EIRELLI – MECNPJ: 33.256.924/0001-02 ,** a referida adesão **tem o objetivo de: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE CONFRESA -MT,** conforme as quantidades abaixo relacionadas, com um valor Global Estimado de **115,600 (Cento e Quinze mil e Seiscentos reais). Conforme abaixo descritos:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	MARCA	VL UNT	VL TOTAL
08	COMPUTADOR COMPLETO 8º GERAÇÃO DO PROCESSADOR INTEL CORE i5 – 8400 (6 NÚCLEOS, 2,8 GHZ EXPANSÍVEL ATÉ 4.00 GHZ, CACHE DE 9MB) WINDOWS 10 PRO DE 54 BITS EM PORTUGUÊS), MEMÓRIA 8 GB DDR4 DE 2400 MHZ, DISCO RÍGIDO 1 TB SATA (7200RPM, 6 GBITS), PLACA DE VÍDEO INTEGRADA INTEL HD GRAPICHS, 06 PORTAS USBEXTERNAS: 4 USB 3.1(2 FRONTAIS/2 TRASEIRAS) E 2 USB 2.0 TRASEIRAS. 1 RJ-45, 1HDMI, 4,1 DISPLAYPORT1.2, TECLADO COM FIO USB, MOUSE OPTICO USB, FONTE DE ALIMENTAÇÃO110 E 220 WATTS AUTOMÁTICA E GARANTIA DE 3 ANOS. Observação: A empresa deve fornecer o certificado de garantia junto a entrega do produto.	UND	40	POSITIVO	R$ 2.890,00	R$ 115.600,00

Valor Total de **R$ 115,600 (Cento e Quinze mil e Seiscentos reais).**

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ: 33.256.924/0001-02

RUA DOMICINIO PEREIREA BARCELO, 431 – CANJICA

CUIABA – MT

CEP: 78050-298

Telefone: (65) 3028-4985

REPRESENTANTE LEGAL: JOSE LUIZ SOUSA DE PAULA JUNIOR

Confresa/MT, 08 de OUTUBRO de 2.019

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº084/2019

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 134/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 195/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 130/2019

DO OBJETO: Adesão Ata de Registro de Preços nº 011/2019 decorrente do Pregão Presencial – nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, Cujo o objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA –MT.

VIGÊNCIA: 07/10/2019 a 07/10/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 65.809,75 (Sessenta e Cinco Mil Oitocentos e Nove Reais e Setenta e Cinco Centavos).

DATA: Confresa, 07 de outubro de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA:** OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI - CNPJ: 33.256.924/0001-02

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2019 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Teste Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2018, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de até quinze dias, contados da publicação do ato de nomeação.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
8°	260	DANIELA DE SOUZA MORAIS
10º	020	POLLYANE BATISTA DA ROCHA

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 08 de outubro de 2019.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DE VOTOS

O Presidente da Mesa Receptora de Votos valida o resultado preliminar de Apuração, conforme registrado em ata que foi lavrada e lida aos presentes, no dia 06/10/2019, às 20:17 horas, que é o seguinte:

SEÇÃO ÚNICA	
Votos Válidos	**493**
Votos Branco	**01**
Votos Nulos	**06**
Total de Votos	**500**

Resultado da apuração dos votos válidos:

Nº	Nome do Candidato	Total de Votos
1	Claudinei Aguiar	74
2	Erica Talita Weckwerth Mendes	63
3	Ivoneide Viera Lima da Silva	54
4	Betânia de Jesus da Rocha	42
5	Lucinéia Queiroz	35
6	Maristela Gilioli	34
7	Iraildes da Silva Ribeiro	34
8	Caroline Ramos da Rosa	34
9	Rita Rodrigues Coimbra	30
10	Ana Claudia Peres da Silva	28
11	Ivonete Gollo	26
12	Jessi Mello	21
13	Raquel Aparecida Correia	13
14	João Martins Ferreira Filho	05
	Total geral de votos válidos	**493**

Cotriguaçu, 06 de outubro de 2019.

_____

Marilia França Loiola

Presidente da Mesa Receptora de Votos

SEC. GOVERNO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL Nº 07/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 003/2019, torna público o resultado preliminar da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Cotriguaçu, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Claudinei Aguiar	74
2º	Erica Talita Weckwerth Mendes	63
3º	Ivoneide Vieira Lima da Silva	54

4º	Betânia de Jesus Rocha	42
5º	Lucinéia Queiroz	35
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Maristela Gilioli	34
7º	Irailde da Silva Ribeiro	34
8º	Caroline Ramos da Rosa	34
9º	Rita Rodrigues Coimbra	30
10º	Ana Claudia Peres da Silva	28

Fica aberto o prazo de 05 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 20 do Edital nº 001/ /2019.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Cotriguaçu,07 de outubro de 2019.

_____

Rosiclea Sauer Doerner

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

SEC. GOVERNO
ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Aos seis dias do mês de outubro de 2019, na Secretaria Municipal de Assistência Social, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sua Comissão Eleitoral, constituída na forma da Resolução 003/2019 foi realizada a votação e apuração do processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DE COTRIGUAÇU, sendo instalada 01 seção para recepção dos votos, sendo todas as demais localizadas no município agregadas nesta mesma seção. A votação teve início às 08:05 horas, encerrando-se às 17:18 horas, conforme Atas de Votação e Apuração da seção. Às 17:20 horas iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, a partir da contagem de cédulas, atuando como Junta Apuradora os membros da Comissão Eleitoral, na presença de 6 candidatos interessados e do representante do Ministério Público. Depois de constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude e irregularidades no processo de apuração passou-se a totalização dos votos, chegando-se ao seguinte resultado: votos válidos 493, votos brancos 01, votos nulos 06. A saber votação dos candidatos: Ana Cláudia Peres da Silva 28 votos, Betânia de Jesus da Rocha 42 votos, Caroline Ramos da Rosa 34 votos, Claudinei Aguiar 74 votos, Erica Talita Weckwerth Mendes 63 votos, Irailde da Silva Ribeiro 34 votos, Ivoneide Vieira Lima da Silva 54 votos, Ivonete Gollo 26 votos, Jessi Mello 21 votos, João Martins Ferreira Filho 05 votos, Lucinéia Queiroz 35 votos, Maristela Gilioli 34 votos, Raquel Aparecida Correa 13 votos, Rita Rodrigues Coimbra 30 votos, Não havendo impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da totalização dos votos, a Presidente da Comissão Organizadora, diante de todos os presentes, parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos da Lei Municipal nº 1.075/2019, os candidatos terão até o dia 11/10/2019 para eventual interposição de recursos contra a apuração, os quais deverão ser julgados até dia 17/10/2019, será oficializada a proclamação dos eleitos com a respectiva homologação no dia 26/10/2019. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida segue assinada por mim, _____, (Secretária), pelos demais membros presentes da Comissão Organizadora, pelos membros do CMDCA, pelos candidatos e pelo representante do Ministério Público, que acompanharam os trabalhos. Cópia desta ata deverá ser enviada à Promotoria de Justiça da comarca.

Cotriguaçu, 06 de outubro de 2019.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 094/2014

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 094/2014

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo), referente ao Contrato nº 094/2014, datado de 22 de Julho de 2014, objetivando a "PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA AVENIDA 7 DE SETEMBRO, NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO, NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU – MT, COM UM TOTAL DE 6.719,30 M² REFERENTE AO CONVÊNIO N° 017/2014. RECURSO ORIUNDO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA (SETPU)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula Segunda, do Contrato prorrogando o prazo por 210 (duzentos e dez) dias, totalizando 2.100 (dois mil e cem) dias a contar do dia 29/09/2019 a 25/04/2020. Prorrogando o prazo para execução da obra pelo prazo de 210 dias, totalizando 2. 100 dias. Cotriguaçu 08 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2019

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2018, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 13:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima,

implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 08 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO EM SAÚDE – NOVA ESPERANÇA

NEUZA DA SILVA PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, o Resultado do Pregão Presencial nº 027/2019, do tipo "Menor Preço por Item / Maior Percentual de Desconto", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos, filtros, graxas e aditivos, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com desconto sobre a Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal, cujo certame teve como vencedora a empresa: TEIXEIRA E SILVEIRA LTDA-ME inscrita no CNPJ: 19.615.701/0001-63, para os itens: 01-41%; 02-37%; 03-35%; 04-38,5%; 05-35%; 06-35%.

Curvelândia/MT, 08 de outubro de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 010/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o item 17.18, do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, abaixo transcrito:

17.18. Será considerado desistente, perdendo a respectiva vaga, o candidato que não se apresentar no prazo fixado pelo edital de convocação, que não se apresentar para assinar o contrato no prazo fixado e, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo.

DESCLASSIFICA, o candidato abaixo mencionado:

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

3° - Josué Silva de Abreu

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

2° - Cleberson Nantes Barboza

CARGO: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

1° - Joelson Luiz dos Santos

Curvelândia - 08 de outubro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 014/2019 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 014/2019/CMDCA

"Dispõe sobre a relação dos Candidatos eleitos

Através da Eleição Unificada realizada do dia

06 de outubro de 2019 para assumirem o

Cargo de Conselheiros Tutelares 2020/2024 do

Município de Denise /MT"

A Presidente da Comissão eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de Denise/MT, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei federal nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e lei Municipal nº. 844/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Diante do número de votos obtidos na eleição Unificada do Dia 06 de outubro 2019 Fica deferida a classificação dos Conselheiros Tutelares e Suplentes Eleitos na seguinte ordem.

1º Lugar - Tiago Favalessa Teixeira

2º Lugar - Maria Jane Barbosa Coimbra

3º Lugar - Lucimar Borba dos Santos Garcia Guebarra

4º Lugar - Jucirene Pereira Da Silva

5º lugar - Simone Martins de Oliveira

6º Lugar – Alexia Maria Amorim da Silva (suplente)

Art. 2º Esta Resolução Entrara em vigor na data de sua publicação.

Denise,08 outubro de 2019

Maria Salete Paccini Salvador

Presidente da Comissão Organizadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 016/ 2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94 , 619/06, de 14 de março de 1994 e Lei nº 1.292 de julho de 2019.

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de Janeiro de 2012;

Considerando que o prazo para execução dos recursos financeiros repassados referentes às Emendas Parlamentares será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses contados do efetivo recebimento do recurso;

Considerando que na proposta **11939.906000/1180-06**, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com os recursos de que trata esta Portaria poderão ser realocados em estabelecimentos e/ou unidades diferentes dos previstos originalmente na proposta em casos de comoção popular, desativação do estabelecimento e/ou unidade de saúde ou subutilização do equipamento ou material permanente, desde que observados os parâmetros e diretrizes de financiamento do Ministério da Saúde;

Considerando que no caso de frustração do diagnóstico de necessidade que ensejou a definição de um ou mais equipamentos inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde, o ente beneficiário poderá utilizar os recur-

sos disponíveis para aquisição de equipamento ou material permanente mais adequado à necessidade atual, observando as seguintes condições:

I – O equipamento ou material permanente deverá constar na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes – RENEM; II – Registrar no processo de aquisição os fundamentos normativos e a motivação que ensejaram a alteração dos equipamentos e materiais permanentes inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde;

Considerando que a alteração dos itens constantes na proposta habilitada não requer autorização prévia do Ministério da Saúde, devendo o ente executar dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, bem como observando a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG).

Considerando documentos apresentado e protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde, novos equipamentos a serem incorporados para compra conforme alteração conselho conforme **PROPOSTA 11939.906000/1180-06- conforme anexo.**

Considerando o quadro abaixo:

MINISTÉRIO DA SAÚDE	**PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 11939.906000/1180-06**

IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE		
CNPJ 11.939.906/0001-92	**NOME DO FUNDO DE SAÚDE** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Endereço Completo QUINTINO BOCAIUVA CENTRO	**EA** MUNICIPAL	**Tipo** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CEP 78.400-000	**UF** MT	**Município** DIAMANTINO

TIPO DO RECURSO DA PROPOSTA
Recurso de Programa/Ação R$ 858.000,00

OBJETO DA PROPOSTA
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE

Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica	40	2.300,00	92.000,00
Característica Física	**Especificação**		
ESTRUTURA DO LEITO/GRADES LATERAIS/RODIZIOS: COLCHÃO HOSPITALAR:	AÇO OU FERRO PINTADO/POSSUI/ POSSUI MINIMO D 28		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Mesa Cirúrgica Elétrica	1	55.000,00	55.000,00
Característica Física	**Especificação**		
Mesa cirúrgica elétrica, para procedimentos cirúrgicos			
Especificação Técnica			
Características técnicas mínimas: Base fabricada em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, podendo ser revestida em polímero ABS reforçado, aço inoxidável ou material superior. Base móvel com rodízios de no mínimo 3 e no máximo 5 polegadas dotada de sistema de movimentação, fixação e freios motorizados acionados através do painel de controle.Coluna fabricada em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, podendo ser revestida em polímero ABS reforçado, aço inoxidável AISI 304 ou material superior.Chassis: fabricado em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, com sistema que proporcione a blindagem contra líquidos das partes internas.Leito articulável, radiotransparente, dividido no mínimo em 05 secções (cabeça, dorso, assento, renal e perneira retráteis). Régua em aço inoxidável para colocação de acessórios. Capacidade de carga mínima de 220 kg na posição zero.Movimentos motorizados: regulagem de altura a partir de 760 mm ou menor com curso de no mínimo 200mm de elevação, trendelemburg mínimo de 0 a 20 graus, reverso do trendelemburg mínimo de 0 a 20 graus, lateralidade nas angulações mínimas de 0 a 18 graus, deslocamento longitudinal na faixa mínima de +/-300mm para cada lado e dorso. Os movimentos motorizados deverão ser acionados por painel de controle localizado na coluna da mesa e via controle remoto com cabo espiralado de no mínimo 2m de comprimento. Deve permitir no mínimo as seguintes posições: Renal; semiflexão de perna e coxa; Flexão abdominal; semissentado e sentado. Acessórios mínimos que acompanham o equipamento:01 arco de narcose; 01 suporte para renal; 01 par de suportes de braço, 01par de porta-coxa, 01 par de suportes laterais, 01 par de ombreiras, 01 jogo de colchonete injetado em Poliuretano, leve e de fácil manipulação, impermeável sem nenhum tipo de costura ou revestimento, biocompatível, não irritante e não alérgico. Bateria interna recarregável. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante. Registro no Ministério da Saúde, Certificados NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-1-2 e NBR IEC 60601-2-46.			

Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Foco Cirúrgico de Teto	1	52.000,00	52.000,00
Característica Física	**Especificação**		
Sistema de iluminação, de estrutura fixa, utilizado para auxiliar a visualização dos profissionais durante a realização de procedimentos/intervenções médicas.			
Especificação Técnica			
Foco cirúrgico de teto com duas cúpulas, com lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações a seguir: fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, más sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve, facilitando o movimento e fornecendo rápida estabilidade; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, fornecendo luz corrigida de cor próxima ao branco natural; Emprego de sistema de redução de sombra; Filtragem eficiente de raios infravermelhos e redução de radiação ultravioleta; O índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 4200 K ou maior; A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 100.000 Lux, medidos a 1 (um) metro de distância. A iluminação do campo deve ser perfeita e isenta de sombras; Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; Manopla de focalização facilmente retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; Diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor voltada para fora do campo cirúrgico, impedindo aumento de temperatura sobre o cirurgião e paciente; Vida útil do sistema de iluminação LED de 30.000 horas ou maior.			

Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
DEA - Desfibrilador Externo Automático	2	9.000,00	18.000,00
Característica Física	**Especificação**		
AUTONOMIA DA BATERIA/ AUXÍLIO RCP/ ACESSORIO:	50 A 250 CHOQUES/POSSUI/1 PAR ELETRODO		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Carro de Emergência	2	3.650,00	7.300,00
Característica Física	**Especificação**		
CONFECÇÃO DA ESTRUTURA: CONFECÇÃO DO TAMPO: SUPORTE PARA DESFIBRILADOR: SUPORTE DE SORO: GAVETAS: SUPORTE PARA CILINDRO: TÁBUA DE MASSAGEM: RÉGUA DE TOMADAS:	AÇO / FERRO PINTADO POLISTILENO / FIBRA OU MATERIAL SUPERIOR POSSUI POSSUI NO MINIMO 3 POSSUI POSSUI COM CABO DE NO MINIMO 1,50M		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Autoclave Hospitalar Horizontal (75 a 150 litros)	1	150.000,00	150.000,00
Característica Física	**Especificação**		
Equipamento horizontal, com sistema de comando microprocessado.	capacidade da câmara interna de no mínimo 100 litros		
Especificação Técnica			
Deverá funcionar por meio de vapor saturado e apresentar estrutura em material anticorrosivo. Comando microprocessado programável com no mínimo 9 programas, com tela touch screen, manômetro e manovacuômetro para acompanhamento da pressão nas câmaras. Câmaras externa e interna confeccionadas em aço inox AISI 316-L com isolação térmi-			

ca, a câmara interna deve possuir dreno e uma entrada de validação, permitindo a introdução de sensores para coleta de dados de temperatura do processo. Deve possuir 2 (duas) portas, barreira sanitária e sistema de emergência. Fechamento das portas realizado por meio de elevação vertical/guilhotina com sistema de segurança antiesmagamento. Sistema hidráulico-tubulações e conexões do conjunto hidráulico devem ser de material anticorrosivo e resistente; conexões da câmara de esterilização e gerador de vapor devem ser em aço inoxidável ou outro material compatível; possuir bomba de vácuo e bomba centrífuga de água com capacidade suficiente para o gerador de vapor. Sistema de segurança que deve impossibilitar o funcionamento do equipamento mediante qualquer tipo de falha, descuido do operador ou falta de suprimentos além de alarmes audiovisuais. O ruído não poderá exceder ao estabelecido pela portaria ministerial do trabalho. Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo: 02 carros externos para acomodação dos materiais, 01 carro interno para acomodação dos materiais, 01 sistema de purificador de água por osmose (compatível com a capacidade da autoclave), 01 impressora. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
bomba de infusão	2	4.000,00	8.000,00
Característica Física	**Especificação**		
BATERIA: KVO: ALARMES: BOLUS: PROGRAMAÇÃO DA INFUSÃO: EQUIPO:	POSSUI POSSUI POSSUI POSSUI POSSUI UNIVERSAL		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Bisturi Elétrico (a partir de 151 W)	1	27.000,00	27.000,00
Característica Física	**Especificação**		
Especificação Técnica			

Gerador com potência de 300W, microcontrolado por microprocessadores capaz de ler a impedância dos tecidos nos modos bipolar e corte, alterando a voltagem e a corrente, mantendo assim a consistência da potência nos diferentes tipos de tecidos, isso reduz a dispersão térmica nos tecidos adjacentes. Deve possuir tecnologia que proteja o paciente contra queimaduras em locais alternativos, principalmente com o uso de eletrodos de ECG. Os controles de energia podem ser ajustados através dos painéis com membranas a prova d'água com leitura digital de potência. Acionamento de energia através da caneta monopolar e através dos pedais. Ajustes independentes das funções e das saídas de energia monopolar. Poderá ser utilizado em pequenas, medias e grandes cirurgias, cirurgias convencionais e videocirurgia. Para os modos de corte, coagulação e bipolar em cirurgias laparoscópicas. As saídas de corte baixo e coagulação baixa utilizam voltagens mais baixas para reduzir os riscos da eletrocirurgia. Principais características: Memoriza a última potência em caso de interrupção cirúrgica, permite dois cirurgiões coagularem simultaneamente, módulos monopolares e bipolar independentes, permite o uso de pedal monopolar e bipolar, permite o uso de pinças monopolares, monitora o controle de impedância no eletrodo de retorno do paciente (placa). Modos de operação: Bipolar (baixo, médio e macro), Monopolar (Corte e Coagulação). O equipamento deve dispor de duas saídas monopolares (canetas e videocirurgia), uma saída bipolar e uma entrada para uso de placas descartáveis. Especificação técnica do gerador: Corte puro (300W), Blend 1 (200W), Coagulação (120W), Coagulação (120W - baixa potência) e bipolar (70W). Deve possuir regulador de alarme sonoro. Deve ser compatível com sistema de gás argônio. Acessórios que acompanham o equipamento: 01 carro de transporte, 01 pedal monopolar, 01 pedal bipolar, 01 cabo para eletrodo de retorno paciente/placa e 01 adaptador universal para cirurgia laparoscópica. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Bisturi Ultrassônico	1	81.231,15	81.231,15
Característica Física	**Especificação**		
Tesoura/pinça ultrassônica de ponta curva ou reta, para corte e coagulação simultânea de vasos e feixes de tecido com amplo controle do sangramento, sem lesões térmicas e/ou periféricas e sem utilização de corrente elétrica através do paciente. Ativação ultrassônica gerada por cerâmicas piezoelétricas.			
Especificação Técnica			

Tesoura/pinça ultrassônica de ponta curva ou reta, para corte e coagulação simultânea de vasos e feixes de tecido com amplo controle do sangramento, sem lesões térmicas e/ou periféricas e sem utilização de corrente elétrica através do paciente. Ativação ultrassônica gerada por cerâmicas piezoelétricas. Especificações técnicas mínimas: Dissecção e Coagulação simultânea de vasos de 5 até 7 mm de diâmetro sem a necessidade de uso de outro tipo de ligadura; acionado por ultrassom numa faixa de frequência de 47 a 55.5 KHz. Acionamento manual ou por pedal. Podendo se apresentar na forma portátil (gerador e bateria avulsos) ou convencional (gerador e peça de mão ou apenas gerador). Compatíveis com pinças para cirurgia videolaparoscopias e convencionais (aberta); O equipamento deverá acompanhar todos os acessórios que garantam o seu perfeito funcionamento. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Colposcópio	1	22.000,00	22.000,00
Característica Física	**Especificação**		
AUMENTO: BRAÇOS: CÂMERA/MONITOR:	VARIÁVEL NÃO POSSUI POSSUI/ NÃO POSSUI		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	2	6.800,00	13.600,00
Característica Física	**Especificação**		
FLUXO DE ASPIRAÇÃO: SUPORTE COM RODÍZIOS: VÁLCULA DE SEGURANÇA: FRASCO:	DE 31 A 49 LPM POSSUI POSSUI TERMOPLÁSTICO/ VIDRO.		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Lavadora de Roupas Hospitalar (capacidade até 50 Kg)	1	38.000,00	38.000,00
Característica Física	**Especificação**		
ESTRUTURA EXTERNA: PAINEL DE COMANDO: BARREIRA SANITÁRIA: DISPOSITIVO DE SEGURANÇA: FREIO DE PARADA: CESTO INTERNO: CAPACIDADE:	AÇO INOX/AÇO POSSUI POSSUI POSSUI POSSUI AÇO INOXIDÁVEL DE 31 A 50 KG		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Seladora	1	1.200,00	1.200,00
Característica Física	**Especificação**		
TIPO/APLICAÇÃO:	MANUAL-MESA/ GRAU CIRURGICO		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Mesa Ginecológica Elétrica	1	13.500,00	13.500,00
Característica Física	**Especificação**		
- ACIONAMENTO ELÉTRICO: - COMANDO: - ACESSÓRIO(S): - CAPACIDADE:	SUBIDA, DESCIDA, ENCOSTO E PERNEIRA PEDAL CUBA COLETORA, APOIO DE PERNAS E CALCANHEIRAS REGULÁVEIS DE 180KG A 250KG		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Cardiotocógrafo	1	28.000,00	28.000,00
Característica Física	**Especificação**		
CONFIGURAÇÕES:	PORTÁTIL, C/ IMPRESSORA, GESTAÇÃO GEMELAR, C/ SUPORTE		
Especificação Técnica			

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Aparelho de Anestesia com Monitor Multiparâmetros	1	175.000,00	175.000,00
Característica Física	**Especificação**		
Equipamento destinado à administração e mistura de gases com vapores anestésicos ao paciente, através de respiração espontânea, controlada, manualmente ou mecanicamente, sendo constituído de seção de fluxo contínuo (incluindo vaporizador), sistema respiratório e respirador. Possui um Monitor Multiparâmetros acoplado ao sistema para medição dos parâmetros fisiológicos durante a anestesia.			

Especificação Técnica
Equipamento microprocessado para atender pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos mórbidos. Estrutura em material não oxidante; com prateleira para suporte de monitores; Gavetas e mesa de trabalho; com rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 com travas. Com sistema de autoteste ao ligar o equipamento com detecções de erros, falhas de funcionamento, etc. Com sensor de fluxo único universal para pacientes adultos a neonatos; com possibilidade do uso de sensor de fluxo autoclavável. Válvulas para controle de fluxo e pressão com sistema de segurança para proteger o paciente de pressão e fluxos inadequados. Rotâmetro composto por fluxômetro com escalas para alto e baixo fluxo de pelo menos para oxigênio (O2) e óxido nitroso (N2O), podendo ser uma única para ar comprimido ou com monitoração digital com entrada para oxigênio (O2), ar comprimido e óxido nitroso (N2O). Sistema de segurança para interromper automaticamente o fluxo de N2O, na ausência de O2; Vaporizador do tipo calibrado de engate rápido, permitir acoplamento de 02 vaporizadores e com sistema de segurança para o agente selecionado (se ofertado sistema que permite o acoplamento para 01 vaporizador, deverá ser entregue suporte para acoplar o segundo vaporizador). Sistema de circuito paciente de rápida montagem e desmontagem pelo operador e passível de esterilização; Traquéias, válvulas, circuitos respiratórios, canister e sistema de entrega de volume, autoclaváveis; Canister para armazenagem de cal sodada; Possibilidade de sistema de exaustão de gases; Válvula APL graduada; ventilador eletrônico microprocessado, com display LCD com tela colorida. Modos Ventilatórios mínimos: Ventilação manual; Ventilação com respiração espontânea sem resistência do ventilador; Ventilação controlada a volume e ciclada a tempo (VCV); Ventilação controlada a pressão e ciclada a tempo (PCV); Ventilação mandatória intermitente sincronizada (SIMV). Controles Ventilatórios mínimos: Volume corrente; Pressão; Frequência respiratória; Relação I:E; Pausa inspiratória; Peep. Alarmes de alta e baixa pressão de vias aéreas; Apnéia; Volume minuto alto e baixo; Alto e baixo FiO2; Falha de energia elétrica. Monitoração numérica de pressão de pico, média, peep e gráfica da pressão das vias aéreas; Monitoração de frequência respiratória, volume corrente, volume minuto e fração inspiratória. Alimentação elétrica bivolt automático e bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo: 02 circuitos para pacientes, sendo 01 tamanho adulto e 01 tamanho infantil, autoclaváveis. 01 balão para ventilação manual adulto, 01 balão para ventilação manual infantil. 01 vaporizador calibrado de Sevoflurano; 04 sensores de fluxo; 03 mangueiras de no mínimo 4,5 metros, sendo uma para oxigênio, uma para óxido nitroso e uma para ar comprimido e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Monitor Multiparâmetro para uso em pacientes neonatais, pediátricos a adultos. Pré-configurado com no mínimo monitorização de ECG, Respiração, Saturação de O2, Pressão não-invasiva, Temperatura, Capnografia e Pressão invasiva. Monitor com display colorido em LCD de no mínimo 10 polegadas. Deverá monitorar CO2, NO2 e gases anestésicos diretamente no monitor ou em módulo a parte. Deverá acompanhar todos os acessórios mínimos e demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento. Deve possuir bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Balança Antropométrica para Obesos	1	1.700,00	1.700,00

Característica Física	Especificação
MODO DE OPERAÇÃO/CAPACIDADE: RÉGUA ANTROPOMÉTRICA:	DIGITAL/ ATÉ 300KG ATÉ 2 METROS

Especificação Técnica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Detector Fetal	1	1.200,00	1.200,00

Característica Física	Especificação
TIPO/TECNOLOGIA/DISPLAY:	PORTÁTIL/DIGITAL/POSSUI

Especificação Técnica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Eletrocardiógrafo	1	10.500,00	10.500,00

Característica Física	Especificação
CANAIS/OPERAÇÃO/COMUNICAÇÃO COM COMPUTADOR/ COMPUTADOR/CONECTIVIDADE WI-FI/IMPRESSÃO DIRETA NO CONSOLE: SUPORTE COM RODÍZIOS: ACESSÓRIO(S):	12 CANAIS/ DIRETO NO CONSOLE/ POSSUI/ NÃO POSSUI COMPUTADOR / SEM CONECTIVIDADE WI-FI/12 CANAIS NÃO POSSUI 1 CABO DE ECG

Especificação Técnica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Carro Maca Simples	1	3.500,00	3.500,00

Característica Física	Especificação
MATERIAL DE CONFECÇÃO:	AÇO INOXIDÁVEL;
SUPORTE DE SORO/ COLCHONETE; GRADES LATERAIS:	POSSUI/ POSSUI; POSSUI

Especificação Técnica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Computador (Desktop-Básico)	1	4.500,00	4.500,00

Característica Física	Especificação

Especificação Técnica
Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador desktop com processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10 ou similar; possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes; possuir pelo menos 01 (um) slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior; possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; teclado USB, abnt2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll (com fio); monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Centrífuga de Roupas (capacidade até 20 Kg)	1	20.000,00	20.000,00

Característica Física	Especificação
TIPO/CAPACIDADE: MATERIAL DE CONFECÇÃO DO CESTO: PAINEL DE COMANDO: TRAVA DE SEGURANÇA:	BASCULANTE - DE 15 A 20 KG AÇO INOXIDÁVEL POSSUI POSSUI

Especificação Técnica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Balde a Pedal	1	300,00	300,00

Característica Física	Especificação
MATERIAL DE CONFECÇÃO/CAPACIDADE:	AÇO INOX/DE 30L ATÉ 49L

Especificação Técnica

Nome do Equipamento	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Incubadora Neonatal (estacionária)	1	34.300,00	34.300,00

Característica Física	Especificação

Especificação Técnica
Equipamento construído em material não-ferroso para evitar oxidações e facilitar assepsia; Cúpula em acrílico transparente de paredes duplas para evitar a perda de calor por irradiação; Possuir trava de segurança e/ou mecanismo de amortecimento para fechamento suave da cúpula para evitar acidentes; possuir porta de acesso rebatível; Possui pelo menos 5 portinholas ovais com trincos que possam ser abertos com os cotovelos e fechamento sobre guarnição de material atóxico, garantindo o isolamento e a condição de leve pressão positiva dentro da câmara; possuir pelo menos uma portinhola do tipo íris, permitindo a passagem e posicionamento de circuitos de respiradores, facilitando as manobras de intubação, sem alterar as condições do ambiente, possuir passa-tubos nas laterais da cúpula, permitindo o acesso de cabos e circuitos para o paciente; Suporte com rodízios de pelo menos 4 polegadas e freios; Leito do paciente construído em material plástico, atóxico e radiotransparente, permitindo o procedimento de radiografia sem remover o paciente, ajustes do leito nas posições mínimas de Trendelenburg e Próclive, sem abrir a cúpula; possibilidade de deslocamento do leito para fora da cúpula, na parte frontal, através de trilhos, com trava de segurança; Possuir colchão de espuma de densidade adequada ao conforto do paciente; capa de materiais atóxicos e autoextinguíveis; Não possuir cantos vivos, facilitando os trabalhos de limpeza e desinfecção; Painel de controle microprocessado de fácil acesso e remoção para manutenção e calibração, possuir display de LCD ou LEDs que apresente as informações dos parâmetros monitorados; Servocontrole de temperatura do ar ATC (Temperatura do ar controlada) e de pele ITC (Temperatura do RN Controlada), servocontrole continuo de umidade relativa do ar; Alarmes de indicação visual e sonoro de no mínimo: Alta temperatura ar/pele; Baixa temperatura ar/pele; Alta de circulação do ar; Hipotermia e hipertermia, Desconexão do sensor à pele do paciente, Falta de sensor, Falta de energia, Desligamento automático em caso de alta temperatura; Sistema de segurança; Possuir tecla para silenciar alarmes momentaneamente; Indicação das temperaturas medidas e ajustadas de pele e ar, pelo menos.

Memorização dos últimos valores programados de temperaturas, umidade e alarmes para o caso de falta de energia; Sistema de circulação de ar dentro da cúpula. Acompanhar o equipamento no mínimo: Gabinete (1 ou 2 gavetas); Suporte de soro; e Duas prateleiras giratórias para suporte de equipamentos que suporte mínimo 6 kg. Todos os cabos, sensores, adaptadores e conectores necessários ao seu funcionamento.Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.			
Ambiente:			
Nome do Equipamento	**Qtd.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
Termômetro Clínico por Infravermelho	1	150,00	150,00
Característica Física	**Especificação**		
TIPO:	COM CONTATO		
Especificação Técnica			
Total	**Qtd. Total**	**Valor Total (R$)**	
	68	R$857.981,15	

Considerando o parecer técnico da Comissão de Gestão do Conselho Municipal de Saúde nº 06/2019.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar e deliberar que é de acordo com Adequações na Proposta do Ministério Conforme Portaria 3134/2013 - **PROPOSTA 11939.906000/1180-06**.

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 07 de Outubro de 2019.

Tânia Maria Ferreira Rocha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 016 de 07 de Outubro de 2019, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT.

Cleide Maria Anzil

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 061-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O ARTISTA RODOLFO ABRANTES, PARA O EVENTO DENOMINADO A MARCHA PARA JESUS QUE COMPLEMENTARA A PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO AOS 291 ANOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

VALOR TOTAL: R$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS

PRAZO DO CONTRATO: 19/09/2019

CONTRATADO: KING OF KINGS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS S/S LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 062-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LAVAGEM DE DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO Á VAPOR E A SECO, PARA DESCONTAMINAÇÃO INTERNA E LAVAGEM EXTERNA NAS AMBULÂNCIAS,MICRO ÔNIBUS E VAN DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

VALOR TOTAL: R$ 13.090,00 (TREZE MIL E NOVENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 06 (SEIS) MESES

CONTRATADO: VANILDO MATIAS LOURENÇO

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 25 DE SETEMBRO DE 2019.

GABINETE
TERMO DE DOAÇÃO DE ANIMAIS APREENDIDOS

Pelo presente instrumento**,** o Município de Diamantino-MT, pelo seu prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, denominado doador, e de outro lado a **Associação dos Defensores de Animais de Diamantino,** também denominada donatária inscrita no CNPJ sob o n.º 33.759.950/0001-53 com sede na Rua das Pitombeiras, nº 80, Bairro Novo Diamantino, em Diamantino-MT, denominada permissionária, celebram o presente termo de doação, com base na Lei Municipal Nº 1.308/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem como OBJETO a doação de dois touros apreendidos em vias Municipais, em decorrência da fiscalização efetuada pela Secretaria de Agricultura, com fundamento na Lei Municipal Nº 1.308/2019, para que a DONATÁRIA deles utilize ou os venda, conforme Objeto Social.

Parágrafo Único - Os touros apreendidos estão especificados conforme termo de apreensão em anexo,

CLÁUSULA SEGUNDA

Por força deste instrumento e, na melhor forma de direito, o DOADOR transfere ao DONATÁRIO, gratuitamente, todo o direito e ação, domínio e posse sobre os bens móveis mencionados na cláusula primeira, passando os referidos semoventes a integrar ao patrimônio da DONATÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável e não implicará em qualquer responsabilidade extracontratual para a Donatária com relação a possíveis reclamantes dos animais.

CLÁUSULA QUARTA

A DONATÁRIA aceita, sem reservas, a doação gratuita dos bens móveis, declarando já haver recebido com a assinatura deste termo, conforme permissivo constante do parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Municipal Nº 1.308/2019.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro de Diamantino/MT para dirimir quaisquer dúvidas proveniente da execução e cumprimento do termo, renunciando as partes quaisquer outros foros, por mais específicos que sejam.

Diamantino-MT, 03 de outubro de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira Marcilene Santos Lemos

Prefeito de Diamantino Diretora Executiva - Presidente

TERMO DE APREENSÃO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 063-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MEIO DE ADESÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR TOTAL: R$540.336,00 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL E TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 02/08/2020.

CONTRATADO: RINALDI & COGO LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público a **PRORROGAÇÃO** da licitação supra, para ás 08:00 horas do dia 21 de Outubro de 2019, cujo objetivo é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE VESTUARIOS/UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** Fez-se necessário a prorrogação em virtude da atualização do sistema GEXTEC, pois o mesmo é utilizado no preenchimento das propostas de preços, quais são apresentadas em arquivo digital na sessão e também em via impressa. O sistema é essencial para a celeridade do processo, e da maior transparência no julgamento da sessão. Por fim recomendamos que os interessados baixem novamente o sistema e o arquivo XML para preencherem as suas propostas, quais serão disponibilizados no site da Prefeitura. O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/ 6423.

Diamantino /MT, 08 de Outubro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 187/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1° – Fica **EXONERADA,** a pedido, a servidoraefetiva**: SONIA MARIA CESAR REIS**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 0895112-8 SSP-MT, inscrita no CPF sob o nº 107.169.121-04, para tomar posse no **Cargo de Agente Administrativo II**, na função Agente Administrativo II, no cargo atual de Agente Administrativo e nomeada pelo Decreto nº. 010 de 15 de Fevereiro de 1991 e empossada em 01 de Março de 1991, lotada na Secretaria Municipal de Administração, ficando exonerada em 04 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 04/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 07 de Outubro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
PARECER TÉCNICO Nº 06/2019 DA COMISSÃO DE GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO – MT

ASSUNTO: novos equipamentos a serem incorporados para compra conforme alteração conselho conforme **PROPOSTA 11939.906000/1180-06**. Da secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamantino – MT - Ano: 2019.

A Comissão de Gestão do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino em análise ao documento conforme **PROPOSTA 11939.906000/1180-06**. Da secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamantino – MT - Ano: 2019.

CONCLUSÃO:

Após análise de documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada da cópia do documento que descreve que a proposta **11939.906000/1180-06**, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com os recursos de que trata esta Portaria poderão ser realocados em estabelecimentos e/ou unidades diferentes dos previstos originalmente na proposta em casos de comoção popular, desativação do estabelecimento e/ou unidade de saúde ou subutilização do equipamento ou material permanente, desde que observados os parâmetros e diretrizes de financiamento do Ministério da Saúde;

Da secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamantino – MT – Ano-2019.

Comissão de Gestão:

CLEIDE MARIA ANZIL TÂNIA MARIA FERREIRA DA ROCHA Conselheira Municipal de Saúde Conselheira Municipal de Saúde

Diamantino– MT Diamantino - MT

ADELITA BARROS DE AGUIAR CHAVELY BERBEL

Conselheira Municipal de Saúde Conselheira Municipal de Saúde

Diamantino - MT Diamantino – MT

JACILDO SIQUEIRA DE PINHO

Conselheiro Municipal de Saúde

Diamantino-MT

Estando presente na análise documentos para adequação na Proposta do Ministério Conforme Portaria 3134/2013 - **PROPOSTA 11939.906000/ 1180-06**.

Da secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamantino – MT - Ano: 2019. Na data de 07.010.2019 e fazendo o registro de toda a análise e acompanhamento para posterior deliberação a Secretaria Executiva deste Conselho, assinado, abaixo.

Diamantino, 07 de Outubro de 2019.

ROSINETESOARES DA SILVA

Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria Nº 02/2019, torna público aos interessados que, a licitação realizada no dia 20/09/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº. 020/2019, que objetivava o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis de forma parcelada, com tanques e bombas disponibilizadas no município de Dom Aquino - MT, mediante abastecimento direto nas bombas localizadas nas dependências da empresa Contratada, para atender a demanda do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Planejamento, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Departamento de Água e Esgoto, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos, foi DECLARADA **FRACASSADA**, tendo em vista que, ambas licitantes não apresentaram em tempo hábil as documentações de regularidade fiscal, após concedido o prazo, conforme determina a Lei 147/2019.

Dom Aquino-MT, 07 de outubro de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº. 004/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, torna público para conhecimento dos interessados que RATIFICOU processo de **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2019**, tendo por objeto, **AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM, TRANFORMADO EM AMBULÂNCIA TIPO "A", VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT, NO TRANSPORTE DE PACIENTES EM SITUAÇÃO DE LEITOS OU ACAMADOS E PARA ATENDER AS TRANSFERÊNCIAS DE PACIENTES NOS CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, conforme as especificações contidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019, vinculada ao PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019, Órgão Gerenciador – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE - MT,Fornecedor a empresa **REAVEL VEÍCULOS EIRELI,** pelo valor de **R$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais**) e em consequência, fica convocada a proponente, para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Feliz Natal – MT, 08 de outubro de 2019.

MARCOS PAGNO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 260/2019

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 055/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 055/2019

DATA ASSINATURA: 27 DE SETEMBRO DE 2019

CREDOR: **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME**

VIGÊNCIA: 26 DE NOVEMBRO DE 2019

VALOR: R$: 29.760,78 (VINTE E NOVE MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2018, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2018,

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS **PARA USO NA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS E JARDINS PÚBLICOS MUNICIPAIS E VENTILADORES DE TETO E DE PAREDE PARA USO NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS**.

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 056/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 056/2019

DATA ASSINATURA: 27 DE SETEMBRO DE 2019

CREDOR: **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI**

VIGÊNCIA: 26 DE NOVEMBRO DE 2019

VALOR: R$: 30.147,86 (TRINTA MIL, CENTO E QUARENTA E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2018, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2018,

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS **PARA USO NA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS E JARDINS PÚBLICOS MUNICIPAIS E VENTILADORES DE TETO E DE PAREDE PARA USO NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 047/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro o, no uso de suas atribuições e de acordo com as disposições da Lei nº 8. 666/93 e o disposto no respectivo Edital, torna público o **CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO** – PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 047/2019, objetivando ao**PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, COPA E COZINHA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT,** previsto para o dia 11 de outubro de 2019 as 08h00min, por interesse da Administração Municipal, tendo em vista a necessidade de modificações na descrição de alguns dos itens e valores, a serem licitados.

Novo Edital será publicado oportunamente.

Feliz Natal – MT, 08 de outubro de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DECRETO 918 DE 2019 - CONSELHO DO FETHAB

DECRETO N° 918, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"Nomeia os Membros do Conselho Municipal do Fethab, e dá outras providências. "

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 777/2017,

CONSIDERANDO o decurso do prazo para o mandato dos conselheiros;

CONSIDERANDO que a maioria dos membros não representam as entidades da sociedade civil pela qual foram indicados ao conselho existente;

CONSIDERANDO a mudança dos representantes do poder Executivo;

CONSIDERANDO as indicações realizadas pela sociedade civil conforme preleciona a Lei Municipal 777/2017;

CONSIDERANDO que atualmente não possui Secretario de Obra nomeado e que o prefeito responde diretamente pela pasta.

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal do FETHAB será composto pelos seguintes membros:

Representantes do Poder Executivo:

1- Voney Rodrigues Goulart, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 402.603.301-59 2- Gloria Ferreira da Silva Schulz, inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº 919.360.471-87 3- Larissa Aroma Martins, inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº 926.743.481-00 4- Elton Jacob Maitelli Pereira, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 029.780.539-84 5- Maria Eremita Da Silva, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 170.045.191-04

Representantes da Sociedade Organizada:

6- Eder Ademir Hammerschmidt, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 003.241.871-06 (Cooperxingu) 7- Fabiana Garcia de Melo Pereira, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 005.094.249-29 (Apae) 8- Fabio Cardoso Lopes, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 095.496.108-02 (Igreja Evangélica Assembleia de Deus) 9- Odirlei Karnoski, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 856.704.211-91 (Paroquia Nossa Senhora Aparecida) 10- Adelaide Dessbessel, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 604.332.131-91 (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gaúcha do Norte-MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 07 de outubro de 2019.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

RESULTADO TP 04-2019

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO **CNPJ: 03.503.612/0001-95** **Av. Delson Rodrigues, s/n – Centro** **C.E.P.: 78620-000 - GENERAL CARNEIRO - MT**	**TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019 – TP** **Processo Nº. 26/2019** **Data: 08/07/2019**

EDITAL DE PUBLICAÇÃODE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 26/2019

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, no exercício de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº. 01/2019, de 07/01/2019, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 26/2019, após reunião e analise das documentações e a abertura das propostas, e conforme cumprimento das exigências especificadas no Edital de Licitação – Tomada de Preços nº. 04/2019 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:

SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLISPORTIVA NA ALDEIA IDIGENA MERURE NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.CONVEINIO 853251/2017-MINISTERIO DO ESPORTE.

A Empresa que apresentou melhor preço e foi vencedora;

Empresa**:**

CONSTRUTORA NETO E SANTOS LTDA CNPJ 07.360.460/0001-70 com valor global de R$ 596.711,67 (quinhentos e noventa e seis mil seiscentos e onze reais e sessenta e sete centavos)**;**

General Carneiro-MT, 08 de outubro de 2.019.

NELMA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO TP 04-2019

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO **CNPJ: 03.503.612/0001-95** **Av. Delson Rodrigues, s/n – Centro** **C.E.P.: 78620-000 - GENERAL CARNEIRO - MT**	**TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019 – TP** **Processo Nº. 26/2019** **Data: 08/07/2019**

EDITAL DE PUBLICAÇÃODE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 26/2019

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, no exercício de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº. 01/2019, de 07/01/2019, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 26/2019, após reunião e analise das documentações e a abertura das propostas, e conforme cumprimento das exigências especificadas no Edital de Licitação – Tomada de Preços nº. 04/2019 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:

SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLISPORTIVA NA ALDEIA IDIGENA MERURE NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.CONVEINIO 853251/2017-MINISTERIO DO ESPORTE.

A Empresa que apresentou melhor preço e foi vencedora;

Empresa**:**

CONSTRUTORA NETO E SANTOS LTDA CNPJ 07.360.460/0001-70 com valor global de R$ 596.711,67 (quinhentos e noventa e seis mil seiscentos e onze reais e sessenta e sete centavos)**;**

General Carneiro-MT, 08 de outubro de 2.019.

NELMA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N.º 0118 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – **Conceder** 01 (UM) MÊS de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 057 de 16/02/2016 a Servidora, **MINERVINA RODRIGUES NEVES**, brasileira, portadora do RG n. º 809.710 SSP/MT e do CPF n.º 523.391.221-04, que exerce o Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, referente ao período de 2011/2016 à partir de 07/10/2019.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 04 DE OUTUBRO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PORTARIA N.º 117/2019 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito do Município de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - Conceder 120 (cento e vinte dias) de Licença Maternidade, nos termos do Art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, a Servidora **RITTYELLEN BIAZOTO MAGALHÃES** portadora da Cédula de Identidade RG N. º 2748171-9 SSP/MT e do CPF 048.862.511-45, à partir de 27 de setembro de 2019, conforme Atestado Médico.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE,

ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE OUTUBRO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 245/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS** (Etanol, Gasolina Comum, Diesel S10, Diesel S500), para abastecimento de veículos automotores, barcos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do Município de Guarantã do Norte/MT, para atender as necessidades da Administração Municipal .

DATA: 08/10/2019

CONTRATADA: ELIANE E.D. GUIMARÃES & CIA LTDA

VALOR R$ 34.356,18

Guarantã do Norte, 08 de Outubro de 2019.

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 127/2019

SÚMULA: "Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 002/2005 e suas alterações posteriores, de acordo com o decreto 093/2018 e decreto 100/2018, e Oficio Nº321 SMS/PMI/2019 e Memorando Nº320.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para o mês de outubro de 2019, conforme segue.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I							
PROFISSIONAIS	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Clínico Geral – Diana Rosa Albarello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Enfermeira - Elaine Gabriela Pereira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Alice Brito Batista de Carvalho	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Eliane Braganholi de Oliveira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Sonia Luiza Binotto	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Odontóloga – Emilyn Karen Garcia da Silva	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Atendente de Consultório Dentário - Lediane Tavares Hoffmann	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Psicólogo (a)- Francieli Cappellari	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Nutricionista - Lediane Santiago de Mello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	PSF I 07:00 – 11:00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 13:00 – 17:00
Farmacêutica – Caroline de Jesus Silva	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II E CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE – CIS								
DIA	MÉDICO (A)	ENFERMEIRA 8 HORAS	ENFERMEIRO (A)12/36 NOTURNO	ENFERMEIRO (A) FIM DE SEMANA E FERIADO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 DIURNO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 NOTURNO	MÉDICO EM SOBRE AVISO 16 HORAS	MÉDICO EM SOBRE AVISO 24 HORAS
01	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***

02	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
03	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
04	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
05	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Rayana Lilian Souza Cruz	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Diana Rosa Albarello
06	***	***	Suelen Cezário Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	***	Diana Rosa Albarello
07	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	****	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Diana Rosa Albarello	***
08	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	****	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***
09	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Diana Rosa Albarello	***
10	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***
11	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
12	*Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional*	*Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional*	Suelen Cezário Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	***	Daniane Bêss Cavalheiro
13	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Renate Langhorst	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Daniane Bêss Cavalheiro
14	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	****	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***

15	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
16	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
17	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
18	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
19	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Renate Langhorst	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Diana Rosa Albarello
20	***	***	Suelen Cezário Diperro	Renate Langhorst	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	***	Diana Rosa Albarello
21	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Diana Rosa Albarello	***
22	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***
23	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Diana Rosa Albarello	***
24	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***
25	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
26	***	***	Suelen Cezário Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	****	Daniane Bêss Cavalheiro
27	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Suelen Cezário Diperro	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Daniane Bêss Cavalheiro
28	*Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo*	*Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo*	Suelen Cezário Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	***	Diana Rosa Albarello
29	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
30	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
31	*Dia da Reforma Protestante - Feriado Municipal*	*Dia da Reforma Protestante - Feriado Municipal*	Jaciane Almeida Campinas	Rayana Lilian Souza Cruz	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Daniane Bêss Cavalheiro

ESCALA PARA PLANTÃO E SOBREAVISO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA		
DATA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO)	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (SOBRE AVISO)
01	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
02	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
03	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
04	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
05	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
06	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
07	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
08	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
09	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber

10	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
11	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
12	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
13	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
14	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
15	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
16	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
17	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
18	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
19	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
20	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
21	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
22	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
23	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
24	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
25	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
26	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
27	Eloir Jose Salvian	Alberto Luiz Kanieski
28	Alberto Luiz Kanieski	Anersi Natalino Rek
29	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
30	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
31	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de outubro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2019 AUDIÊNCIA PÚBLICA L.D.O /P.P.A

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, Senhor Vereador **Bruno Henrique Ascari Félix**, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente, **CONVIDAR** a população em geral, para participar da *Audiência Pública, que se realizará no dia 15 de outubro de 2019,* às 13h30min, nas dependências da Câmara Municipal, situada na Rua Murici nº 118 - Centro, para a discussão dos seguintes projetos de Leis:

Projeto de Lei nº. 031/2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, Súmula: *Dispõe Sobre a Revisão do PPA - Plano Plurianual, para o Quadriênio 2018 a 2021 do Município de Itanhangá-MT, instituído pela Lei Municipal 425/2017, dá Outras Providências.*

Projeto de Lei nº. 032/2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, Súmula: *Dispõe Sobre as Diretrizes Para Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária do Exercício de 2020, e dá Outras Providências.*

Desde já contamos com a presença de todos.

Itanhangá, 30 de setembro de 2019.

Bruno Henrique Ascari Felix

Vereador - PSB

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ –** Estado de Mato Grosso, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 020/2019, torna público a PRORROGAÇÃO da licitação na modalidade Tomada de Preços n° 006/2019 pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para recuperação de estradas vicinais padrão alimentadoras, no Projeto de Assentamento P.A. Itanhangá, localizado no Município de Itanhangá – MT, conforme o Convênio 856566/2017 celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Município de Itanhangá – MT".** Fica prorrogada para o dia **25 de outubro de 2019**, por não ter comparecido nenhum interessado em participar do certame**.** Maiores informações bem como o edital, poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá – MT, 08 de outubro de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 128/2019

DECRETO N° 128/2019

SÚMULA: "Dispõe Sobre a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 002/2019, da Prefeitura Municipal de Itanhangá Estado de Mato Grosso e dá Outras Providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos contidos no Relatório de Ocorrências apresentado pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela Portaria nº.078/2019, em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019, realizado no período de 12/09/2019 a 07/10/2019.

CONSIDERANDO a transcrição dos prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de candidatos aprovados e classificados no relatório final do Processo Seletivo Simplificado – Edital Complementar 04/2019 de 07 de outubro de 2019, publicado no Jornal Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT.

DECRETA:

Art. 1º **Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo** Simplificado **002/2019.**

§ 1º **-** O prazo de validade do referido processo é de até 17 de dezembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 08 de outubro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2019

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA EXTRAORDINÁRIA ESTRANHA A REMUME MUNICIPAL,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP, CNPJ: 03.411.908/0001-86** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 106.007,62 (cento e seis mil, sete reais e sessenta e dois centavos); FERNAMED LTDA, CNPJ: 04.759.433/0001-86 s**agrou-se vencedora com o valor total de **R$ 7.158,60 (sete mil cento e cinquenta e oito reais e sessenta centavos)** e **JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: 30.153.492/0001-16** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 8.715,90 (oito mil setecentos e quinze reais).**

Itiquira/MT, 08 de outubro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira/MT,através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **AQUISIÇÃO DE PRÊMIOS PARA A CAMPANHA "IPTU & ÁGUA EM DIA DÁ PRÊMIOS" (DECRETO MUNICIPAL Nº 46 DE 06 DE JUNHO DE 2019) DESTINADOS AO SORTEIO PARA OS CONTRIBUINTES QUE ENCONTRAM-SE SEM DÉBITOS DE IPTU E ÁGUA JUNTO AO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/Home/Login e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **23 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/Home/Login. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 08 de outubro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2019

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO À FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP, CNPJ: 03.411.908/0001-86** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 80.221,60 (oitenta mil, duzentos e vinte um reais e sessenta centavos); SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI, CNPJ: 28.643.008/0001-95** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 50.212,20 (cinquenta mil, duzentos e doze reais e vinte centavos); LIGIA MARIA CARNEIRO, CNPJ: 29.228.930/0001-89** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 26.322,50 (vinte e seis mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos); MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI 09.676.256/0001-98** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 30.591,06 (trinta mil, quinhentos e noventa e um reais e seis centavos); LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 21.227.039/0001-16** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 22.287,50 (vinte e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** e **FERNAMED LTDA, CNPJ: 04.759.433/0001-86** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 15.393,60 (quinze mil, trezentos e noventa e três reais).**

Itiquira/MT, 08 de outubro de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 136/2019

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de Servidor Público Municipal do Poder Legislativo de Itiquira-MT (Coordenador de Sonorização/Filmagem) e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno**,**

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a **Sr. RAFAEL PEREIRA RANGEL,** inscrito no CPF sob o n.º 039.535.261-46, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG. 2260063-9 SSP/MT, para o cargo de **COORDENADOR DE SONORIZAÇÃO/FILMAGEM,** a partir de 08 de outubro de 2019, que perceberá a remuneração prevista na Lei Municipal 971/2017e suas alterações, (Lei Municipal n. 1014/2018).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Em 08 de outubro de 2019.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

PROCURADORIA JURIDICA
RESOLUÇÃO Nº 003 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre do Exercício de 2019 do Fundo Municipal de Transporte e Habitação – FETHAB.

O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas pela Lei Municipal nº 972, de 08 de março de 2017 e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária de 08 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO as orientações estabelecidas na Lei Estadual nº7.263/2000, alterada pela Lei nº.10.480/2016 e demais alterações;

CONSIDERANDO o Art. 4º §1º da Lei Municipal nº 972/2017;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal do FETHAB, no dia 08 de outubro de 2019 opinando pela aprovação das contas;

RESOLVE:

Art. 1° APROVAR o Relatório de contas do Segundo Quadrimestre do Exercício de 2019 dos recursos recebidos por meio do FETHAB;

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Itiquira, 08 de outubro de 2019.

AGUINALDO FURTADO DE MORAES

Presidente do Conselho Municipal Fethab

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CARTA CONVITE - Nº 001/2019

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: GLOBAL

OBJETO: AQUISICÃO VEICULO AUTOMOTOR TIPO CAMIONETE CABINE DUPLA COM CAPACIDADE DE 05 PASSAGEIROS, COM AS SEGUINTES EXPECIFICAÇÕES: Motor: Gasolina/Alcool (Flex), no mínimo 2.7 L 16 V. Tração: 4×2 reduzida. Transmissão: Automática de 6 velocidades sequencias conforme especificações constantes do ANEXO I deste Edital de Licitação Carta Convite nº 001/2019 do tipo Menor Preço.

A Camara Municipal de Itiquira, com sede na Rua João BatistaVidotti, nº 407, Bairro Santo Antonio, Cep 78.790.000 – Itiquira – Mato Grosso, Tel. (065) 3491-1514 (expediente das 07 as 13 horas), através da Comissão Permanente de Licitção, torna público, a quem interessar possa, que realizará **às 09:00 do dia 16 de outubro/2019,** a licitação modalidade Carta Convite, Nº 001/2019, regida pela Lei 8666/93 e suas alterações, lei Municipal 869/2015 e Decreto Federal 9412/2018, para aquisição do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Câmara Municipal, com a Comissão Permanente de Licitaçao.

Itiquira-MT., 08 de outubro de 2019

Maykon José Aquino dos Santos
Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto a **"Aquisição de combustível diesel aditivado s10, diesel comum e etanol para abastecimento da frota municipal de Jaciara - MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **22 DE OUTUBRO DE 2019 - 14:00h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461-7925. Jaciara, 08 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO - REAVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE N.º 009/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **CONVITE**, ao **MENOR VALOR GLOBAL**, tendo por objeto o **"Contratação de empresa especializada para Construção de Meio Fio e Sarjetas em Diversas Ruas nos Bairros João de Barro, Elias Domingos, Jardim Leblon e Jardim Clementina no Município de Jaciara MT"**,nos termos da Lei 10.520/02,Resolve: **RETIFICAR** a data de realização, no seguinte aspecto: **ONDE SE LÊ:** a realizar-se no dia **15 de outubro de 2019- 09:00 h - MT. LEIA-SE:** a realizar-se no dia **16 de outubro de 2019- 09:00 h – MT**. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 08 de outubro de 2019.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto a **"Contratação de Serviços Especializados de Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional com tecnologia on/off line para utilização da Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares do Município de Jaciara-MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **31 DE OUTUBRO DE 2019 - 09:00h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461-7925. Jaciara, 08 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual aquisição óleo lubrificante, filtros, graxas e produtos de lava jato para manutenção dos veículos da frota municipal de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10. 520/02, a realizar-se no dia **30 DE OUTUBRO DE 2019 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara. mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 08 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto a **"Contratação de empresa para eventual prestação de serviço de locação de caminhão guincho com prancha, retro escavadeira, mini carregadeira, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, caminhão basculante, caminhonete 3/4 aberta, para atendimento da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10. 520/02, a realizar-se no dia **30 DE OUTUBRO DE 2019 - 09:00h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara. mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 08 de outubro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

DECRETO 025/2019

DECRETO SUPLEMENTAR 025/2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 702/2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Edérzio de Jesus Mendes, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, tendo em vista a Lei Municipal 702/2018, e em consonância com a Lei Federal nº. 4.320/64.

DECRETA

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo a abrir um aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente a ser consignado nas seguintes s dotações orçamentárias:

12.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

12.001.15.451.0016.1022 – 44905100 OBRAS E INSTALAÇOES

Art. 2.º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo 1§, serão utilizados recursos conforme o Art. 43, inciso II da Lei Federal 4.320/64, tendência de Excesso de Arrecadação e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 702/2018 de acordo com os seguinte recursos de convenio SINCONV nº 881212/2018 MINISTERIO DO TURISMO.

Sub Total 940.579,43

Total Geral R$ 940.579,43

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Jangada-MT, em 02 de outubro de 2019.

EDÉRZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 026/2019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"Prorroga o Prazo de Vigência para Adesão do REFIS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA/MT, Sr. Edérzio de Jesus Mendes, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência para opção do REFIS até a data de 29 de novembro de 2019, conforme previsão do artigo 1º, parágrafo 9º, da Lei Municipal nº 708/2019, de 22 de março de 2019.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, REGISTRE-SE.PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jangada/MT, 08 de outubro de 2019.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DAS PORTARIAS DO MÊS DE SETEMBRO 2019.

PORTARIA Nº 207 DE 03 SETEMBRO DE 2019

INFORMAR CONCESSÃO, no período 04/10/2019 a 03/11/2019, conforme atestado médico concedido pelo Dr. GERALDO GONÇALVES SILVA – CRM/DF-7684, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA NA PESSOA DA FAMÍLIA a LEIA DE ALCANTARA BERNARDES, servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com art. 100 a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº 208 DE 04 SETEMBRO DE 2019

COLOCAR, em readaptação, as servidoras abaixo relacionadas, em conformidade a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010.

Nome	DATA	Cargo	Função Readaptada	Local
MACILENE COELHO DE MACEDO	29/07/2019 à 24/01/2019	Professora de Pedagogia	Suporte a coordenação pedagógica	Escola Municipal Lourdes Maria de Lima

DOMINGA MARIA DA SOLEDADE	02/08/2019 à 28/01/2020	Apoio Administrativo Educacional	Controle de Entrada e Saída da Unidade Escolar	Escola Municipal de Educação Infantil Elza Carrijo Pavini

PORTARIA Nº 209 DE 04 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 12 de agosto de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor VALDINEI TEIXEIRA PONCIANO, brasileiro, servidor público municipal. Outrossim, informo que segundo relato do servidor mencionado acima, ele já usufruiu o período de férias, ficando todavia sem o recebimento das devidas verbas.

PORTARIA Nº 210 DE 05 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 06 de agosto do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a servidora abaixo relacionada, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
CORDENCIANO MOREIRA RODRIGUES	2014/2019	02/09/2019 a 03/11/2019
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	2013/2018	26/08/2019 a 23/11/2019
CLEMIRA GASPARETTO	2012/2017	09/09/2019 a 07/12/2019
IRANI MOREIRA DA SILVA	2014/2019	02/09/2019 a 03/11/2019
MARIA DE JESUS GONÇALVES DE ABREU	2018/2019	13/09/2019 a 11/12/2019
SIMONE COELHO DE LIMA	2012/2017	05/09/2019 a 03/12/2019

PORTARIA Nº 212 DE 10 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. JOSE EDUARDO DIAS MOREIRA - CRM/MT 8115, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 06/09/2019, o servidor EZEQUIEL LESSI DE OLIVEIRA, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº 216 DE 13 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, a pedido a partir do dia 11 de setembro de 2019, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora MIRIAM DE LIMA SOUZA, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 217 DE 13 SETEMBRO DE 2019

Art. 1º. CONCEDER, conforme atestado concedido pela Dr. JORGE SADÃO HIROSE - CRM/MT 766, LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte) dias, a servidora POLIANA CANDIDA VIEIRA, a contar de 10/09/2019 a 07/01/2020, tendo em vista as normas de direito previdenciário. Art. 2º. Estender a licença de que dispõe o artigo anterior por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 08/01/2020 a 07/03/2020, tendo por fundamento o Art. 147 da Lei Complementar nº 045/2006, com relação dada pelo Art.1º da Lei Complementar nº 057/2009.

PORTARIA Nº 218 DE 14 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. JADSON EDUARDO C. COUTINHO - CRM/MT 5749, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 29/08/2019, a servidora ILCINEIA DE SOUZA FERREIRA, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 219 DE 14 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. LUIS MARCOS V. TURDERA - CRM/MT 5673, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 04/09/2019, a servidora RITA COELHO DE BARROS, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº 221 DE 15 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 01 de setembro do corrente ano, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
ADELSON GONÇALVES DOS SANTOS	2018/2019	05/09/2019 a 04/10/2019
ADRIELE MUNDIM DO CARMO NASCIMENTO	2018/2019	02/09/2019 a 01/10/2019
ANA MARIA PEREIRA LEITE	2016/2017	09/09/2019 a 08/10/2019
ANDERSON PAVINI	2017/2018	01/09/2019 a 30/09/2019
ELIANA ERMISDORFF DA CUNHA	2017/2018	18/09/2019 a 17/10/2019
FABRICIO RODRIGUES DA SILVA	2018/2019	02/09/2019 a 01/10/2019
IRENILDA PERES MADRONA PEREIRA	2017/2018	16/09/2019 a 15/10/2019
JOSE DO CARMO BRAZ	2015/2016	15/09/2019 a 14/10/2019
JOSE RODRIGUES DE FARIAS	2018/2019	16/09/2019 a 15/10/2019
LECIO ALBINO MOTA	2015/2016	02/09/2019 a 01/10/2019
LOURIVADO DE SOUZA NUNES	2015/2016	05/09/2019 a 04/10/2019
LUCIENE ALVES EVANGELISTA	2018/2019	03/09/2019 a 02/10/2019
MANASSES DOS SANTOS PADILHA	2017/2018	01/09/2019 a 30/09/2019
VALDINEI TEIXEIRA PONCIANO	2018/2019	11/09/2019 a 10/10/2019
VALNIR DO PILAR MEIRA	2017/2018	03/09/2019 a 02/10/2019
VALQUIRIA DE FARIA RODRIGUES DA SILVA	2017/2018	16/09/2019 a 15/10/2019
ZANA GABRIELA MARQUES ALBÉFARO	2016/2017	02/09/2019 a 01/10/2019

PORTARIA Nº 222 DE 16 SETEMBRO DE 2019

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte) dias, a servidora NILCIANE RODRIGUES CALDAS, a contar de 16/09/2019 a 14/01/2020, nos termos do §5º, do artigo 26 da Lei Complementar nº. 098/2013.

PORTARIA Nº 223 DE 17 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **ANDRE FELIPE M OLIVEIRA**– CRM-MT 7379, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 27/08/2019, a servidora **SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº 224 DE 17 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **ALCIMAR LISBOA PEREIRA** - CRM/MT 5429, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a partir do dia 18/09/2019, a servidora **MARLUCINEIA FIRMINA DA SILVA**, em conformidade com art. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº 225 DE 17 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dra. DANIELA PIAU - CRM/MT 3176, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 25/09/2019, a servidora LAUDIRENE SANTANA DE SOUSA FERREIRA, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº 226 DE 18 SETEMBRO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 01 de agosto de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor RAIMUNDO DA SILVA MOREIRA, brasileiro, servidor público municipal. Outrossim, informo que segundo relato do servidor mencionado acima, ele já usufruiu o período de férias, ficando todavia sem o recebimento das devidas verbas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3015/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2019

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2019 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Municipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de forma fracionada de materiais de gêneros alimentícios, para atender as demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do anexo I, que faz parte integrante do Edital.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 18/10/2019 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal "José Peres" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Rafaela Borges da Costa

Telefone: (65) 3244-1849 (setor de Licitação)

www.jauru.mt.gov.br

E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019 E REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2969/2019

Objeto: Pregão Eletrônico com registro de preço para contratação de empresa para o fornecimento de materiais hospitalares para atender as necessidades das unidades de Saúde Municipal de Jauru – MT.

Realização: Por meio do site www.licitanet.com.br

Data de Inicio para o recebimento das propostas: das 9:00 horas do dia 10/10/2019 até as 13:00 horas do dia 23/10/2019 (horário de Brasília).

Data e horário de inicio da sessão: Dia 24/10/2019 as 09:00 horas (horário de Brasília)

Data e horário de inicio da disputa: Dia 24/10/2019 as 09:30 horas (horário de Brasília).

Edital Completo: Afixado no endereço Rua do Comércio, Nº 480, Centro, Jauru/MT. CEP: 78.255-000 – Fone: 65 3244-1849, e na Internet, site www.jauru.mt.gov.br e **site www.licitanet.com.br.**

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Federal 5.450/05.

Jauru/MT, 08 de Outubro de 2019.

Rafaela Borges da Costa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 014/2019.

Assunto: Prestação de serviço de visita técnica da empresa Sotreq que é autorizada da Caterpilar para fazer diagnostico técnico nas maquinas motoniveladora Caterpilar 120-K patrimônio 20086 e escavadeira Hidráulica Caterpilar 320-CL, em atendimento a Secretaria Municipal de Transportes.

Interessada: Secretaria Municipal de Transportes.

Contratada: SOTREQ SA, inscrita com o CNPJ sob o n. 34.151.100/0022-65, estabelecida na Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 7218, Coxipo da Ponte, CEP: 78.085-700, no Município de Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 6.688,36 (seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e trinta e sies centavos)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDAE DE LICITAÇÃO n.º 014/2019, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 08 de Outubro de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 14/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 14/2019

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é a **Prestação de serviço de visita técnica da empresa Sotreq que é autorizada da Caterpilar para fazer diagnostico técnico nas maquinas motoniveladora Caterpilar 120-K patrimônio 20086 e escavadeira Hidráulica Caterpilar 320-CL, em atendimento a Secretaria Municipal de Transportes,** conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa: **SOTREQ SA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 34.151.100/0022-65, estabelecida na Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 7218, Coxipo da Ponte, CEP: 78.085-700, no Município de Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 6.688,36 (seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e trinta e sies centavos)

Juara - MT 08 de Outubro de 2019.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 083/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO POR LOTE

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 083/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 04/10/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Muni-

cipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Suspensão de Veículos com Possíveis Troca de Peças e Acessórios em Atendimento a Frota Municipal**, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedora a empresas: **L. COSTA PEÇAS - ME**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 18.112.320/0001-07, localizada à Avenida Ayrton Senna, 1923-S - Setor das Chácaras - CEP: 78.575-000 - Juara/MT, neste ato representada por seu proprietário o Sr. Leandro Costa, portador da Cédula de Identidade RG: 13018817 SSP/MT e CPF: 901.163.801-87, sendo vencedora para todos lotes: 01 (5% - 5.5%); 02 (5% - 5.5%); 03 (5% - 5.5%)

Juara –MT, 08 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
ATA ELEIÇÃO CONSELHEIROS TUTELARES - CMDCA

ATA DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA CONSELHEIRO TUTELAR - 2019 no município de Juara - MT

Ata da eleição para Conselheiro Tutelar do Município de Juara/MT, realizada no dia 06/10/2019 (seis de outubro de dois mil e dezenove), às 08h00 (oito horas) na Escola Estadual Oscar Soares no Centro da cidade de Juara - MT. Iniciaram-se as eleições com um grupo de trabalhadores voluntários nas duas salas referidas como: Sala 001; Sala 002; tendo como mesários na sala 001: presidente Creuza Cristina Carvalho da Mota, Secretários: Vilma Aparecida Santoro e Ana Lucia Barbosa de Oliveira. Sala 002: Presidente Vanilza de Oliveira. Secretários: Alisson de Souza e Léia Ribeiro dos Santos Ropeli. Com a presença da Comissão e da representante do MP- Ministerio Público onde foi colocado as URNAS e revistadas pelos presentes acima citados, e foram distribuídas todas as seções de eleitores do Município de Juara. Com término deste grupo de trabalho referente ao período matutino às 12:30h (doze e trinta horas), através de Urnas de Lona. Logo após esse período, prosseguiram-se os trabalhos com outro grupo de pessoas também voluntarias nas duas salas acima citadas: Sala 001: Presidente :Gessyca Graziely Bespalhok. Secretários: Celina Graebin Pereira Marques(Carlos Fernandes de Souza) e Célia Leoni wiebelling. Sala 002 Presidente : Vanilza Oliveira . Secretários: Cristiane Mazuti e João Luiz Paskoski. Conforme relatos dos mesários e coordenadores ocorreram tudo bem sem nenhum problema. Exceto um caso em que a eleitora, senhora Vandalucia O. Carvalho, nº 389 na lista de votação na sala 002, a mesma esqueceu-se de assinar seu nome na lista. No entanto, os mesários e fiscal testemunharam que a mesma votou corretamente não havendo nada que comprometesse a votação. Também ocorreu na sala 001 o numero 730 errou o nome e assim ficou em branco. Também ocorreu na mesma sala o numero 676 assinou mais não votou após presidente verificar que o mesmo estava com documento errado. Continuando encerrou-se a votação nas duas salas exatamente às 17:00h (dezessete horas). Nesse horário fecharam-se os portões e as urnas foram lacradas com a presença da comissão eleitoral, representante do MP- Ministério Publico, Heloisa Valéria da Silva, candidatos, fiscais de candidatos, Imprensa e Secretária Municipal de Assistência social e levadas até o local de apuração dos votos. Nomes dos referidos candidatos (na ordem da Cédula de Votação) que pleitearam a eleição para concorrer a conselheiro tutelar na ordem de maioria de votos, sendo que os cinco candidatos com maior numero de votos assumirá o cargo de conselheiro tutelar TITULAR tomando posse pelo Executivo e pelo CMDCA na data de Dez de Janeiro de 2020. Os outros cinco mais votados serão suplentes conforme ordem de votação e os demais serão os suplentes RESERVAS conforme ordem de votação: Aline Aparecida de França Barbosa , Andreia Araujo Soares, Andressa Coimbra Goivinho , Clédina Ramos dos Santos , Dainara coelho Ferraz , Elaine de Pólio, Eliana Regina Moraes Franco, Eliziane Aparecida da Rosa Braitbach, Flavio Nascimento de Melo, Gessi Bruning, Grasiele Alves da Silva , Jetro Constantino de Souza, Juliano Ferreira de Lima, Karina Freitas de Souza, Leonardo de Souza Rocha, Thays Aparecida Ramos, Valdirene da Silva Magalhães. Deu-se a abertura das urnas e contagem dos votos das referida salas com a presença da comissão eleitoral, representante do MP- Ministério Publico, Heloisa Valéria da Silva, candidatos, fiscais de candidatos, Imprensa, Secretária Municipal de Assistência social, cinco membros acompanhante, que ficaram da seguinte forma:

Nome Salas 001 002 TOTAL

01 Aline Aparecida de França Barbosa 81 93 174

02 Andreia Araujo Soares 35 45 80

03 Andressa Coimbra Goivinho 17 15 32

04 Clédina Ramos dos Santos 32 48 80

05 Dainara coelho Ferraz 09 06 15

06 Elaine de Pólio 64 43 107

07 Eliana Regina de Moraes Franco 21 19 40

08 Eliziane Aparecida da Rosa Braitbach 37 52 89

09 Flavio Nascimento de Mello 161 115 276

10 Gessi Bruning 89 52 141

11 Grasiele Alves da Silva 21 33 54

12 Jetro Constantino de Souza 56 52 108

13 Juliano Ferreira de Lima 22 16 38

14 Karina Freitas de Souza 11 11 22

15 Leonardo de Souza Rocha 36 38 74

16 Thays Aparecida Ramos 00 02 02

17 Valdirene da Silva Magalhães 48 58 106

Somando um total de 1.448 votantes.

Sala 01: 746 votos. 06 nulos. 00 brancos. 740 validos.

Sala 02: 702 votos. 04 nulos. 00 brancos 698 válidos.

Total de votos válidos: 1.438

Após o final da contagem de votos, ficou assim a colocação.

Lembrando que Os cinco candidatos mais votados serão Conselheiros Tutelares Titular, tomando posse em janeiro de 2020.

Conselheiros Tutelares eleitos:

1º : Flavio Nascimento de Mello 276

2º: Aline Aparecida de França Barbosa 174

3º: Gessi Bruning 141

4º: Jetro Constantino de Souza 108

5º: Elaine de Pólio 107

Suplentes de Conselheiro Tutelar, conforme ordem de votação

6º: Valdirene da Silva Magalhães 106

7º: Eliziane Aparecida da Rosa Braitbach 89

8º: Clédina Ramos dos Santos 80

9º: Andreia Araujo Soares 80

10º: Leonardo de Souza Rocha 74

Reserva de suplentes de Conselheiro Tutelar

11º: Grasiele Alves da Silva 54

12º: Eliana Regina de Moraes Franco 40

13º: Juliano Ferreira de Lima 38

14º: Andressa Coimbra Goivinho 32

15º: Karina Freitas de Souza 22

16º: Dainara coelho Ferraz 15

17º: Thays Aparecida Ramos 02

Ao terminar a apuração das referidas urnas, o senhor José Roberto Aragão, o qual esteve trabalhando como FISCAL da candidata Eliziane Aparecida da Rosa Braitbach, disse que gostaria de fazer uma denuncia para colocar em ata. O senhor José Roberto Aragão disse ter presenciado a candidata Gessi Bruning por 14 minutos na porta da referida sala 001. Disse que a mesma estava conversando com vários eleitores, assim sendo o senhor José Roberto procurou a representante do PM- Ministério Publico, Heloisa Valéria da Silva e perguntou a mesma se os candidatos poderia estar trazendo eleitores para votar.a Heloisa respondeu que não. A seguir Heloisa fez a versão dela. Heloisa disse que ao retornar para o local de votação apos o almoço, por volta das treze horas e quarenta minutos, fora abordada pelo senhor José Roberto Aragão, o qual a questionou se candidatos poderia trazer eleitores para votar. Respondeu que não e perguntou quem seria o candidato e logo em seguida perguntou quantos seriam os eleitores , tendo como resposta que seria um eleitor.na sala 001. Heloisa em seguida procurou o presidente da comissão eleitoral e os mesários da sala, os quais responderam que a eleitora se tratava da Mãe da candidata Gessi, uma idosa com mais de 80 anos e com dificuldade de locomoção e que reside com ela, motivo pelo qual a declarante deixou de adotar providencias quanto a permanência da citada candidata nos corredores. Esta declarante confirma que viu a candidata sentada no banco lateral externo da sala 001, bem como que de fato chegou a cumprimentar algumas pessoas que aparentava conhecê-las, e que já se encaminhavam para a saída do local de votação. Afirma ainda que no espaço de tempo que a viu, a candidata manteve-se sentada e não abordou de forma direta nenhum dos eleitores que pelo corredor passava, não sabendo se a candidata aguardava algum parente para deixar o local.

Continuando, o senhor José Roberto disse ainda que teria como testemunha fotos tirada em seu celular que prova a candidata conversando com eleitores.

Nada mais a constar eu Izabel Cristina Cavichioli, Secretária executiva dos conselhos municipal de assistência social, e coordenadora do pleito eleitoral, encerro a presente ata, que terá a lista de presença em anexo.

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2019.

Assunto: Contratação de empresa do ramo de recebimento, armazenamento e destinação final de pneus inservíveis devidamente licenciada pela SEMA, para atender a demanda e necessidade da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente.

Interessada: Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente.

Contratada: DOIS IRMAOS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 08.856.758/0001-38, estabelecida na Avenida Prefeito André Antônio Maggi, n.º 1029, Centro, CEP: 78.365-000, Sapezal/MT.

Valor Global: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 013/2019, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 08 de Outubro de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 017/2019 JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Coordenador de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 016/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 Local, do dia **03.10.2019**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Contratação de Empresa de Obras e Serviços de Engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica com TSD e Drenagem Superficial de Águas Pluviais em Diversas Ruas do Bairro Parque Alvorada em Juara/MT,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedora** a empresa: **M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28.836.771/0001-32, localizada à Rua Amendoeiras, 568 - Setor Comercial - Sinop/MT, devidamente representada por seu proprietário o Sr. Maiko Brustolin, portador da Cédula de Identidade n.º 1314263-1 SSP/MT e CPF: 009.338.401-79, com Valor Global de **R$ 603.391,47 (seiscentos e tres mil trezentos e noventa e um reais e quarenta e sete centavos).**

Juara –MT, 08 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coord. de Licitações Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 017/2019 JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Coordenador de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 017/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 Local, do dia **08.10.2019**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER II** em atendimento da Secretaria municipal de Saúde**,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **DESERTA.**

Juara –MT, 08 de outubro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coord. de Licitações Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 13/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 13/2019

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é a **Contratação de empresa do ramo de recebimento, armazenamento e destinação final de pneus inservíveis devidamente licenciada pela SEMA, para atender a demanda e necessidade da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa: **DOIS IRMAOS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 08.856.758/0001-38, estabelecida na Avenida Prefeito André Antônio Maggi, n.º 1029, Centro, CEP: 78.365-000, Sapezal/MT.

Valor Global: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Juara - MT 08 de Outubro de 2019.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

A Prefeita Municipal da Prefeitura Municipal de Juruena – MT, Exercício das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna pública a Inexigibilidade de Licitação 003/2019, Processo Administrativo 064/2019, para a Contratação de FERREIRA OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n° 27. 573.064/0001-38, no valor Mensal de R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), para Contratação de para Prestação de Serviços Técnicos de Advocacia de Natureza Jurídica, abrangendo: Serviços Técnicos especializados para realização de Procedimentos Legislativos e Normativos da Administração Municipal, revisão e atualização dos Códigos Municipais; Assessoria e Consultoria Jurídica; Elaboração de Pareceres; Contratos e Atos Técnicos Jurídicos aos Procedimentos Legislativos e Normativos Próprios e Perante os Órgãos Municipais; Representação Judicial, Promovendo a Defesa dos Interesses do Município, em qualquer Instancia esfera ou Tribunal; Promoção de Executivos fiscais na Esfera Administrativa e Judicial; Prestação de Serviços em Caráter Local, nos Horários e Datas fixadas pela Administração Municipal.

Juruena - MT, 08 de outubro de 2019.

Sandra Josy Lopes de Souza

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais nº 199/1991,1031/2016, 1.180/2019 e 1184/2019*, através da* Comissão de Concurso Público, nomeada através da Portaria nº 213/2018, 130/2019 e 134/2019, ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Concurso Público, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a saber:

Considerando do mais legítimo interesse público e a fim de evitar o comprometimento aos princípios norteadores do concurso;

Considerando apresentação de recursos por parte de candidatos ausentes no certame, questionando o horário das 9h00min (Brasília ou Cuiabá) no item 5.2 do edital;

Considerando o protocolo no sistema integrado do Ministério Público – SIMP nº 000448-063/2019, relatado no ofício nº360/2019/PJJ- Promotoria de Justiça - Comarca de Juscimeira-MT.

I. **Torna pública a anulação das Provas Objetiva, realizadas em 08 de Setembro de 2019.**

II. A nova data de realização de nova prova será:"**5.2. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS: As provas escritas e objetivas serão realizadas na cidade de Juscimeira/MT, com data prevista para o dia 10/11/2019 (Domingo), com duração máxima de 3h00min para sua realização, no período matutino, com início às 09h00min, considerado o horário oficial de Cuiabá".**

III. A nova data de realização de nova prova será: "5.5.2. A prova prática será realizada no dia **10/11/2019(Domingo)**, com início as **13h00min"**.

IV. Definir o novo cronograma do Concurso Público nº 001/2019 (**ANEXO I - CRONOGRAMA DO CONCURSO):**

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento	Local
15/07/2019	Publicação do resumo do Edital de Abertura	Diário Oficial do Município.
	Publicação da íntegra do Edital de Abertura.	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**
22/07/2019 a 21/08/2019	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Concurso Público.	www.w2consultores.com.br
22/07/2019 a 24/07/2019	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição	Prefeitura Municipal e **www.w2consultores.com.br**.
29/07/2019	Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**
22/08/2019	Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição	Estabelecimento bancário, observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição.
	Último dia paraos Candidatos no Concurso Público e Entrega do Laudo Médicopelo candidato que quiser concorrer como deficiente	**Endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br** ou via AR.
26/08/2019	Divulgação do **Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas)** e da **Relação de Candidatos Inscritos**	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**
28/10/2019	Divulgação do **Local de Realização da Prova Escrita e Objetiva e De Títulos (confirmação de data e horários de realização das provas)**	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e (Diário Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.
	Disponibilização do **Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI** de todos os candidatos	www.w2consultores.com.br
10/11/2019	**Realização da prova escrita e objetiva e de Títulos.**	**Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal **e no endereço eletrônico:www.w2consultores.com.br** e Diário Oficial do Município , disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.
11/11/2019, a partir das 16h00min.	Divulgação dos gabaritos das provas escritas e objetivas e de Títulos.	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**
Até 25/11/2019	Divulgação do Gabarito Definitivo e Parecer dos recursos sobre os gabaritos das provas escritas e objetivas e o Resultado das provas escritas e objetivas e Títulos.	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**.
02/12/2019	Divulgação do parecer sobre o Resultado das provas escritas e objetivas e de Títulos e o Resultado classificatório.	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**
09/12/2019	Divulgação do parecer sobre o Resultado Classificatório e o Resultado dos aprovados e classificados e do **Resultado Final** (em ordem de classificação, contemplando somente os candidatos classificados e excedentes).	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**
No prazo máximo de **30 (trinta)** dias, serem finalizadas todas as etapas.	**Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito Municipal.**	**Quadro de avisos da** Prefeitura Municipal,www.w2consultores.com.br e (Diário Oficial do Município.

V. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2019, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público.

VI. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal. Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Juscimeira/MT, 08 de Outubro de 2019.

MÓISES DOS SANTOS – Prefeito Municipal

Cassia Claudino Soares Marques–Presidente da Comissão

Diva Maria dos Santos Trindade–Secretária da Comissão;

Juscilene Mendes Alves–Membro da Comissão;

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 008 de 07 de Outubro de 2019.

Divulga os nomes dos candidatos eleitos do Processo de Escolha em data Unificada para membros do Conselho Tutelar 2020 a 2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lambari D' do Oeste - MT CMDCA, Portaria 063/2019, com fundamento na Lei Federal n° 8.069/90 e nas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 500/2014 de 12 de março de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar publico a lista do resultado da votação no Processo de Escolha, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

CANDIDATOS	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
Irenilda Gomes Jardim	170 votos	1º LUGAR
Marcilene Alves Farias	136 votos	2º LUGAR
Jéssica Pereira de Souza	117 votos	3º LUGAR
Vera Adriana Felix dos Santos	108 votos	4º LUGAR
Thalia Domingos Santos	89 votos	5º LUGAR
Zilda Monteiro	88 votos	SUPLENTE
Poliana Mendes da Silva	84 votos	SUPLENTE
Danubia da Rocha Ribeira	59 votos	SUPLENTE
Tatiane de Almeida França	58 votos	SUPLENTE
Aline Alves de Almeida	56 votos	SUPLENTE
Marleide Feitosa Lopes	43 votos	SUPLENTE
Carmem Lucia da Silva	38 votos	SUPLENTE
Claudia Vieira Santos da Silva	31 votos	SUPLENTE
Mailza Amaral da Cruz	23 votos	SUPLENTE

Art. 2º De acordo com Edital 001/2019 e edital de Retificação 002/2019, está aberto o prazo para impugnação do resultado da ESCOLHA até o dia 10/10/2019.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Lambari D Oeste-MT, 07 de Outubro de 2019.

Soeli Lima da Silva

Presidente CMDCA

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 194/2019,

DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"Designa o Servidor Efetivo ILSON PEREIRA ROSA, Fiscal de Tributos, como responsável pela Intimação dos Proprietários Rurais que caíram na malha fina da Receita Federal, pelo não pagamento do ITR e, dá providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o Servidor Efetivo ILSON PEREIRA ROSA, Fiscal de Tributos, como responsável pela Intimação dos Proprietários Rurais que caíram na malha fina da Receita Federal pelo não pagamento do ITR e, dá providencias.

Parágrafo Único. O Servidor ora designado receberá 25% (Vinte e cinco), sobre seus vencimentos, a título de gratificação ora designado.

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR DE LUCIARA-MT
GESTÃO 2020/2024

EDITAL Nº 002/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 003/2019, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Luciara-MT, realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Classificação Titulares	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
1º	Lazaro Silva Galvão	162
2º	Rute da Silva Luz	149
3º	Deive Diane Ferreira Seixas Alves	127
4º	Rosana da Silva Teixeira	113
5º	Osório Alves Luz	111
Classificação Suplentes	**Nome do Candidato**	**Quantidade de Votos**
6º	Cleuza Maria da Luz Portelli	90
7º	Kleisa Neiry Silva Lima	86
8º	Keite Agarrone Bezerra Costa	31

Fica aberto o prazo de 02 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no artigo nº 35 da Resolução nº 001/2019.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Luciara-MT, 08 de Outubro de 2019

_____

Inês Ana Wickroski Sales

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 22 de outubro de 2019, ás 14:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestar serviços de fornecimento de refeições e marmitex em restaurantes do Município de Marcelândia-MT. *O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente,* na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 08 de outubro de 2019

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia 08 de outubro de 2019 na sede da Prefeitura Municipal PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO para **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 20.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FABRICA DO VEÍCULO ONIX 1.0 JOY PLACA QCO 2079**, onde contratou-se a Empresa BRESSAN, LAMONATTO & CIA. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03512021000184 com um valor total de R$ 1.539,40. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 08 de outubro de 2019. **CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 80/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 02 **de outubro de 2019 às 10h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PARLAMENTAR JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ/MT",** aonde consagrou-se vencedora o seguinte Licitante: **V A BERTI – ME**, inscrita no CNPJ 11. 642.806/0001-08, com valor total **R$ 85.800,00**. Matupá – MT, 08 de outubro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº. 1138 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. PROJETO DE LEI N° 010/ 2019.

DISPÕE SOBRE: ''INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ''

Artigo 1º - Fica instituído no calendário oficial do município, a "Semana Municipal de Trânsito", a ser realizada no mês de Setembro do dia 18 a 25 do mesmo mês, mesmo período em que acontece a Semana Nacional do Trânsito.

Artigo 2º - A semana a ser instituída no Artigo 1º desta Lei, poderá conter programação que incentiva a educação, conscientização e respeito no Trânsito, tanto de motorista quanto de pedestres, através de eventos e ações que envolvam toda comunidade.

Artigo 3º - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos sete dias do mês de outubro de 2.019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 074/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE 15 (QUINZE) RESIDÊNCIAS UNIFAMILIAR PULVERIZADAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Contidas nos anexos do Edital Processo Licitatório Nº 083/2019, TOMADA DE PREÇO nº 021/2019, com o fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, necessários para execução do serviço da Obra. CONTRATADA: J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Sexta, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **75 (setenta e cinco)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **18 DE DEZEMBRO DE 2019,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 04/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº. 1136 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PROJETO DE LEI N° 1007/ 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR REPASSE FINANCEIRO PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ - CONSEG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro e firmar termo para o repasse com o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Matupá-MT - CONSEG, inscrito no CNPJ sob nº 26.823.035/0001-14, com sede na Rua 15, nº 119, bairro Centro em Matupá/MT, com o objetivo de realizar repasse financeiro à Polícia Militar para custeio de despesas com hospedagem e refeição a policiais para reforçar as atividades de policiamento preventivo durante as festividades de fim de ano no município de Matupá-MT.

Art. 2º O repasse autorizado no artigo anterior será de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), destinados a Polícia Militar, conforme estabelecido no termo de repasse firmado para esse fim.

Parágrafo único. O Termo referente ao repasse será elaborado nas normas estabelecidas pelo ente repassador.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado através da presente Lei, a promover o repasse ao Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Matupá-MT – CONSEG, também nos anos de 2020 e 2021, a ser definido por Decreto do Poder Executivo, e o valor do repasse poderá ser em percentual de 20% a maior ou a menor, de acordo com o que preceitua o art. 4º, inc. I, da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 4º A despesa de que trata esta lei, será suportada pela dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos sete dias do mês de outubro de 2.019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3059 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019. "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019"

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo para compor a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2019 da Prefeitura Municipal de Matupá - MT:

PRESIDENTE – EDNA SCHWINGEL – Agente Administrativo – Matrícula nº 5739

MEMBRO – NICELLE CRISTINA RIBEIRO DO AMARAL – Psicóloga – Matrícula nº 6964

MEMBRO – MARCELA DIAS DOS SANTOS – Professora – Matrícula nº 5707

Art. 2º Nomear os servidores abaixo para compor a Comissão de Elaboração das Provas do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, nas seguintes áreas:

LÍNGUA PORTUGUESA – Eva Valadares de Sousa

CONHECIMENTOS GERAIS – Marlene Messias Cardoso de Souza

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Clarise Wenzel Decol

PROFESSOR DAS SÉRIES INICIAIS – Clarise Wenzel Decol

PROFESSOR DE HISTÓRIA – Regiane Bentes Nascimento

NUTRICIONISTA – Regiane Bentes Nascimento

NUTRIÇÃO ESCOLAR – Marlene Messias Cardoso de Souza

MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR – Regiane Bentes Nascimento

MANUTENÇÃO E LIMPEZA – Marlene Messias Cardoso de Souza

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – Klebs Luiz Pereira

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – Klebs Luiz Pereira

AUXILIAR DE CRECHE – Clarise Wenzel Decol

RECEPCIONISTA – Meyre Aparecida Pereira de Assunção

ENFERMEIRO - Patrícia Silva de Medeiros

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – Patrícia Silva de Medeiros

ODONTÓLOGO - Danielle da Cruz Carvalho Calado de Oliveira

AUXILIAR NO CONSULTÓRIO DENTÁRIO – Danielle da Cruz Carvalho Calado de Oliveira

TÉCNICO EM RADIOLOGIA – Edivaldo Hidalgo

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - Renato Fernandes de Souza

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – Renato Fernandes de Souza

Art. 3ºA Comissão Organizadora fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2019, obedecendo fielmente às ordens legais pertinentes.

Art. 4º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente os decretos nº 2991/2019 e nº 3015/2019.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EDITAL N. º 06 /CMDCA/MATUPÁ-MT/2019 - DIVULGA O RESULTADO DA 4º ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE MATUPÁ-MT GESTÃO 2020/2024 - ELEIÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matupá-MT, e a Comissão Especial Responsável pelo Processo de Escolha instituída pela Resolução nº. 01/CMDCA/2019 de 12 de maio de 2.019, no uso de sua competência, ao que confere o Edital 01/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019 e Edital complementar 01.1/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019, e Resolução nº. 02/CMDCA/2019 de 04 de outubro de 2.019, PUBLICA o resultado da 4ª etapa do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Matupá-MT para a gestão 2020/2024.

I – NOMES E SUFRÁGIO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES.

CONSELHEIROS TUTELARES	VOTOS
LAFAIETE ADRIANO OLIVEIRA MENDONÇA	399
CARLOS ANDRÉ ALVES	355
SIMONE APARECIDA DA SILVA	286
DONILSON DO NASCIMENTO	260
CATIUSA LARISSA HINTZ	250

II – NOMES DOS SUPENTES DE CONSELHEIROS TUTELARES, POR CLASSIFICAÇÃO DE SUFRÁGIO ELEITORAL

CLASSIFIC. SUPLENTES	VOTOS
1º Suplente: LUCIANA SOARES DOS SANTOS	241
2º Suplente: BEATRIZ RODRIGUES DE LIMA ALVES	238
3º Suplente: PUBLIO TENEDINE SURIANO	238
4º Suplente: EMERSON RODRIGUES DE ARAÚJO	225
5º Suplente: CLEUDE VIEIRA DOS SANTOS	170
6º Suplente: MARIA IVONE JACINTO PEREIRA	148
7º Suplente: LARISSA CAROLINE SILVESTRIM	146
8º Suplente: NUBIA LUZ TREMARIN	144
9º Suplente: MARIA LUIZA MARQUES DA SILVA	142
10º Suplente: MARIA SILVANA DOMINGOS DIAS	114
11º Suplente: CLAUDINEI DE LIMA	112
12º Suplente: KEILA CARDOSO LIMA	109
13º Suplente: IRAENE NEVES SILVA	93
14º Suplente: MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA	91
15º Suplente: DENIZE RODRIGUES DA SILVA	80
16º Suplente: MARINALVA LOPES VASCONCELOS	76
17º Suplente: ANDREIA FELIX DOS SANTOS	57
18º Suplente: VERA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA	55

Matupá-MT, 07 de outubro de 2019.

Caixa de Texto: ANA LÚCIA DE SOUZA Presidente do CMDCA Gestão 2. 019/2020 Matupá-MT

Caixa de Texto: HERALDO RODRIGO RICIERI Presidente da Comissão Especial de Escolha Resolução nº. 01/CMDCA/2019 Matupá-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº. 1139 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. PROJETO DE LEI N° 009/ 2019.

Súmula: "Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de empresas e postos estabelecidos no Município que revenderem combustíveis adulterados e dá outras Providências."

Art. 1º - Sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, será cassado o Alvará de Funcionamento das empresas e postos instalados no Município que comprovadamente revenderem combustíveis adulterados.

Art. 2º - Para efeitos dessa Lei considera-se adulterado o combustível que sofra alteração quanto ao padrão de qualidade, evidenciada em laudo pericial emitido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP ou entidade por esta credenciada ou com ela conveniada para esse fim.

§ 1º - Após o Executivo Municipal obter a informação quanto à constatação da infração a que se refere o caput deste artigo, será instaurado processo administrativo, que deverá ser concluído no prazo máximo de sessenta dias, assegurando-se ampla defesa ao acusado, permanecendo o estabelecimento interditado cautelarmente nesse período.

§ 2º - Os responsáveis pelo estabelecimento que tiver o seu Alvará de Funcionamento cassado ficam proibidos, pelo período de cinco anos, de obter novo alvará para o mesmo ramo de atividade.

Art. 3º - Após a cassação do Alvará de Funcionamento serão encaminhadas cópias do processo administrativo e dos respectivos documentos que o compõem ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

Art. 4º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementadas, se necessário.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos sete dias do mês de outubro de 2.019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019 DECLARAÇÃO DE NÃO INTERPOSIÇÃO DA DE DIVULGAÇAO DO RESULTADO OFICIAL DAS CLASSIFICAÇOES.

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019,

através da ***Nomeação da Comissão Organizadora e Elaboração do* Processo Seletivo PÚBLICO Nº 001/2019*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo Decreto nº 3014 DE 14 DE JULHO DE 2019**.**

Declara para os devidos fins que se fizer necessário que não houve interposição de recursos contra o Ato da divulgação do resultado oficial dos classificados, reprovados e ausentes.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Matupá – MT 08 de outubro de 2019.

Clarisse Maria Sala Presidente da Comissão do

Processo Seletivo Público 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº. 1137 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PROJETO DE LEI N° 1008/ 2019.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MATUPÁ A DOAR BENS MÓVEIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL AO HOSPITAL DE CÂNCER DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de bens móveis elétricos e eletrônicos considerados inservíveis do patrimônio público municipal ao Hospital de Câncer de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24.672.792/0001-09, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 5500, Bairro CPA I, no município de Cuiabá-MT.

Art. 2º Fica o Município autorizado a firmar Termo de Doação para execução dos procedimentos em relação aos bens móveis inservíveis, conforme a minuta constante no anexo único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos sete dias do mês de outubro de 2.019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL AO HOSPITAL DE CÂNCER DE MATO GROSSO

DOADOR: Município de Matupá, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Hermínio Ometto, nº 101, ZE-022, CNPJ sob o nº 24.772.188/0001-54, aqui representado pelo Prefeito Municipal, Sr. .. .., portador do CPF nº ....., residente e domiciliado em Matupá-MT.

DONATÁRIO: Hospital de Câncer de Mato Grosso, com sede administrativa na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 5500, CNPJ sob o nº 24.672.792/0001-09, aqui representado pelo(a) Sr(a). ....., portador(a) do CPF nº ....., residente e domiciliado(a) em ....

1. Pelo presente Termo de Doação, o Município de Matupá doa, gratuitamente, ao Hospital de Câncer de Mato Grosso, os bens móveis inservíveis autorizados pela Lei Municipal nº ..../2019.

2. Os bens móveis encontram-se livres de quaisquer ônus, podendo, outrossim, o Donatário usar e dispor como lhe couber.

3. O Donatário será responsável pela retirada e transporte dos bens recebidos em doação.

4. A retirada deverá ser comunicada com antecedência ao Departamento de Patrimônio, que acompanhará os serviços.

5. O representante legal do Donatário recebe os bens móveis especificados em relação anexa, pelos quais aceita e ratifica o presente Termo de Doação.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Doação em 3 (três) vias de igual conteúdo e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Matupá, ... de .....de 20.....

_____

Município de Matupá

_____

Representante legal da entidade

Testemunhas:

1- _____

2- _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
BOLETIM DO RESULTADO DE DESEMPATE DE VOTAÇÃO ELEITORAL

A Comissão Especial do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Matupá, no uso de suas atribuições, conforme instituída pela Resolução nº. 01/CMDCA/2019 de 12 de maio de 2.019, e atendendo o Art. 28 do Edital nº. 01/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019, PUBLICA o presente boletim.

Considerando que na eleição ocorrida no dia 06 de outubro de 2019 para conselheiros tutelares de Matupá-MT, houve empate no sufrágio eleitoral entre candidatos, os quais ficaram classificados na ordem da 2ª suplência, conforme Boletim de Apuração de Votos da Comissão Eleitoral.

Considerando que o Art. 28 do Edital nº. 01/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019, estabelece que havendo empate na votação, será considerado eleito o que tiver obtido melhor desempenho na prova objetiva.

Considerando a verificação dos elementos de desempate colhidos nos boletins, da Prova objetiva e Apuração de votos, ficam os conselheiros suplentes, desempatados e classificados da seguinte forma:

....

Segundo suplente: Beatriz Rodrigues de Lima Alves 238 votos prova: 86,58

Terceiro suplente: Publio Tenedine Suriano 238 votos prova: 76,59

....

Registre-se, publique-se.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Matupá-MT, 07 de outubro de 2019.

ANA LÚCIA DE SOUZA HERALDO RODRIGO RICIERI

Presidente do CMDCA Matupá-MT Presidente da Comissão Especial de Escolha

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação/Ratificação nº 18/2019. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito RATIFICOU a dispensa acima para aquisição de tonners e cartuchos para os vários órgãos das Secretarias Municipais. Empresas: **S. V. MARTINEZ ME** - CNPJ 07.291.333/0001-66 com valor total de R$672,00 (seiscentos e setenta e dois reais); **APPOLARI INFORMATICA LTDA ME** - CNPJ 09.057.206/0001-22 com valor total de R$2.485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais); **DELFORNO & DELFORNO LTDA EPP** - CNPJ 05.705.519/0002-70 com valor total de R$999,30 (novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos); **G.M. DE AGUIAR EIRELI** - CNPJ 05.201.346/0001-71 com valor total de R$16.257,10 (dezesseis mil duzentos e cinquenta e sete reais e dez centavos). Totalizando R$20.413,40 (vinte mil quatrocentos e treze reais e quarenta centavos). M. D'Oeste, 09/10/19. Célia R. M. Prado – Presidente CPL. Euclides da Silva Paixão – Prefeito.

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RESPOSABILIDADE

Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo de responsabilidade, eu, **Maria de Lourdes Silva Paixão**, CPF **088.629.688-92**, ocupante do Cargo de Secretária de **Desenvolvimento Social,** do Município de Mirassol d'Oeste, nos termos da ***Lei Complementar Municipal 178 de 06 de Setembro de 2018,*** regulamentada pelo ***Decreto 3460 de 25 de fevereiro de 2019***, comprometo-me promover a gestão de resultados, atendendo as diretrizes do Plano de Governo a gestão 2018-2020.

Declaro estar ciente dos compromissos assumidos quanto a ordenação das despesas referente a pasta por mim ocupada, bem como que a inobservância das referidas normas em vigor poderá ensejar sanções administrativas, nos termos do que dispõe a Lei Complementar Municipal nº **157 de 21 de Dezembro de 2016**, (Estatuto do Servidor Público) sem prejuízo da apuração cível e/ou penal cabíveis.

Mirassol d'Oeste/ MT, 03 de Setembro de 2019.

COMPROMISSÁRIA
Maria de Lourdes Silva Paixão **CPF. 088.629.688-92**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3578/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3578 , DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 2.400,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

51	04.122.0002.2005.0000	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADM	900,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

528	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEI	1.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
531	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEI	500,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

21	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO	-2.400,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 07 de outubro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RESPOSABILIDADE

Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo de responsabilidade, eu, **Maria de Lourdes Silva Paixão**, CPF **088.629.688-92**, ocupante do Cargo de Secretária de **Desenvolvimento Sustentável,** do Município de Mirassol d'Oeste, nos termos da ***Lei Complementar Municipal 178 de 06 de Setembro de 2018,*** regulamentada pelo ***Decreto 3460 de 25 de fevereiro de 2019***, comprometo-me promover a gestão de resultados, atendendo as diretrizes do Plano de Governo a gestão 2018-2020.

Declaro estar ciente dos compromissos assumidos quanto a ordenação das despesas referente a pasta por mim ocupada, bem como que a inobservância das referidas normas em vigor poderá ensejar sanções administrativas, nos termos do que dispõe a Lei Complementar Municipal nº **157 de 21 de Dezembro de 2016**, (Estatuto do Servidor Público) sem prejuízo da apuração cível e/ou penal cabíveis.

Mirassol d'Oeste/ MT, 26 de Setembro de 2019.

COMPROMISSÁRIA
Maria de Lourdes Silva Paixão **CPF. 088.629.688-92**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATOS MÊS SETEMBRO 2019

Contrato N° 32/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 10.532.271/0001-41. **Objeto:** ***Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Coleta, Transporte, tratamento de resíduos sólidos, líquido, lixo hospitalar, dos serviços de saúde, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Nobres - MT*****. Valor:** R$ 17.250,00 (dezessete mil duzentos e cinquenta reais). **Prazo:** 12 (doze) meses**. Data:** 05/09/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** – Contratado

Contrato N° 33/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **OTILIA ANTONIA CELSO EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 25. 241.318/0001-95. **Objeto:** ***Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços De Transmissão De Dados (Internet) Via Radio E Fibra Optica Para Atender As Escolas Municipais, Postos De Saúde E Subprefeitura Na Zona Rural No Munícipio De Nobres/MT*****. Valor:** R$ 25.170,00 (vinte e cinco mil cento e setenta reais). **Prazo:** 12 (doze) meses**. Data:** 18/09/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **OTILIA ANTONIA CELSO EIRELI** – Contratado

Contrato N° 34/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **ÁGILI SOFTWARES BRASIL LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 26.804.377/0004-30. **Objeto:** ***Contratação de Empresa para Locação e Manutenção de Software Agili Blue BI*****.Valor:** R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). **Prazo:** 08 (oito) meses**. Data:** 27/09/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **ÁGILI SOFTWARES BRASIL LTDA** – Contratado

1° Aditivo à Ata de RP N° 13/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **INOVAMED COM. DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ n° 12.889.035/0001-02. **Objeto:** ***realinhamento de preço dos itens abaixo conforme parecer jurídico***. Novos valores:

CÓD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT
27415	LOSARTAN POTASSICO 50MG COMPR	PRATI	R$ 0,06
118761	OMEPRAZOL 20MG	PRATI	R$ 0,10
13868	PARACETAMOL 500MG+FOSF. CODEÍNA 30 MG	GEOLAB	R$ 0,41

Data: 12/09/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **INOVAMED COM. DE MEDICAMENTOS LTDA** – Contratado

1° Aditivo ao Contrato N° 34/2018 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.601.924/0001-60. **Objeto:** ***renovação do contrato original por mais 12 meses,*** *referente a Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação, hospedagem e armazenamento de dados) de softwares integrados em web de gestão pública, incluindo os serviços de conversão de banco de dados, implantação, de treinamento de usuário, de suporte técnico, de atualização e manutenção do sistema***.Valor:** R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais). **Data:** 30/09/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA - ME** – Contratado

2° Aditivo ao Contrato N° 33/2018 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **JOÃO MOREIRA DE SOUZA – ME**, inscrita no CNPJ n° 24.307.952/0001-10. **Objeto:** ***prorrogação do prazo de execução da obra do contrato n° 33/2018, por mais 43 (quarenta e tres) dias,*** *cujo objeto é a "Contratação De Empresa Para Construção De 01 Pórtico De Entrada, Para Atender Ao Convênio N° 1980/2017/Secid, Conforme Memorial E Planilhas".***Data:** 17/09/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **JOÃO MOREIRA DE SOUZA – ME** – Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 598/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Jucelia Batista Dourados de Souza Oliveira dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Jucelia Batista Dourados de Souza Oliveira, Agente de Saúde Ambiental, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 05/03/2013 (cinco de março de dois mil e treze) a 05/03/2018 (cinco de março de dois mil e dezoito), cujo gozo se observará no período no período de 01/10/2019 (primeiro de outubro do ano de dois mil e dezenove) a 30/10/2019 (trinta de outubro do ano de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2019.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 8º dia do mês de outubro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 08.10.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 077/2019 PROCESSO: 003892/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 077/2019

Processo: 003892/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE do município de Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referencia

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE do município de Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de ReferenciaTR **nº. 040/2019 EMPRESA: W BERTUNCELLI GRAFICA 3D ME CNPJ: 11.020.513/0001-80.** No valor total contratado de **R$ 5.510,00 (cinco mil quinhentos e dez reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
SAUDE	FEDERAL	02305	070125	3.3.90.39	142	**R$ 5.510,00**
VALOR TOTAL ESTIMANDO R$ 5.510,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 5.510,00 (cinco mil quinhentos e dez reais).** Em favor da **EMPRESA: W BERTUNCELLI GRAFICA 3D ME CNPJ: 11.020.513/0001-80.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 040/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 08 de Outubro de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT

DISTRATO DE CONTRATO 002/2019

DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Pelo presente instrumento particular de distrato, de um lado PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.471.442/0001-16, com sede na Rua Noel Rosa, nº 25, Lote 48, nº 25 jd Costa Verde, Várzea Grande/MT, doravante designado simplesmente locador; e, de outro lado, Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.987.617/0001-30, sito a Praça da Bandeira, nº 253, bairro Centro, nesta cidade, representada pelo Presidente da Mesa Diretora, GILSON CÉSAR DE ALMEIDA, brasileiro, VEREADOR PRESIDÊNCIA, inscrito no CPF sob o nº, 616.993.301-15 residente e domiciliado no Município de Nossa Senhora de Livramento, doravante denominado simplesmente locatário; resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Emergencial de Locação e seu Primeiro adendo, firmados respectivamente em 14/02/2019; 10/08/2019, pelos motivos adiante expostos:

Cláusula 1ª) O Locatário fez a renovação do presente contrato, tendo em vista não estava finalizada o conserto do veículo próprio da Camara para uso.

Cláusula 2ª) conforme clausulas do contrato é posssivel a rescisão de pleno acordo das partes, sendo esta viável, conforme decorido.

Cláusula 3ª) Fica o contrato de locação em objeto, mediante este DISTRATO, encerrado, para todos os fins e efeitos de direito, dando as partes, entre si, reciprocamente, quitação ampla e irrestrita quanto ao objeto da locação, para nada mais pretender uma da outra, seja a que título for, ficando o LOCADOR autorizado a se emitir, na data de 13/09/2019, na posse do veículo locado, para fins de plena e irrevogável quitação mediante o pagamento da ultima nota emitida pela empresa para a Câmara.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento particular de rescisão contratual - distrato - em (número de vias) vias, de igual teor e forma, juntamente com as Testemunhas, que a tudo presenciam.

Nossa Senhora do Livramento, 16 de Setembro de 2019

..... PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA

..... Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT

TESTEMUNHAS:

1ª ..... 2ª.....
.....

PORTARIA Nº 419/2019

PORTARIA Nº 419/2019

“Designa servidores Municipais de acordo com a Portaria n° 290/2019, para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de empresa participante de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências.”

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS, S**ecretário Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipalde Nossa Senhora do Livramento – MT**, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo descritos para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de Empresas participantes de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências, conforme solicitação do setor de licitação através da CI nº 100/2019, em anexo.

Carmen Lucia Silva Correia de Brito;

Marco Antônio de Figueiredo Silva;

José Luis da Silva Leite.

Relação das Empresas:

1– **D.P DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP, CNPJ 21.711.134/0001-90, Endereço: br 163/364 Torrão de Ouro – Rua Novo Mundo S/N –VARZEA GRANDE-MT.**

Art. 2º A presente comissão deverá proceder:

a) Atribuição de verificar IN LOCO, se o endereço descrito na documentação apresentado pela empresa participante do processo licitatório neste município é o mesmo. b) Telefones e email; c) Constatar IN LOCO, Localização, o endereço, Rua, Avenida, o nº, a Quadra, o Bairro, a Cidade, a fachada da empresa, é compatível com o CNPJ, registrar com fotografias as fachadas e os equipamentos/veiculo. d) Verificar se a empresa possui estoque de mercadorias, e/ou locais de recepção e guarda de mercadorias que caracterizam prática de comércio. e) Após as verificações/vistorias IN LOCO é necessário registrar todos os procedimentos realizados e apresentar relatório assinado pela comissão ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de Outubro de 2019.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Sec. Municipal de Administração e Planejamento

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 03/2019, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVENTUAL DE PERITO MÉDICO. NOSSA PREV

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 03/2019, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVENTUAL DE PERITO MÉDICO.

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – NOSSA PREVI, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia, CNPJ nº 03.303.941/0001-92, localizada na Av. Coronel Botelho nº 20, Centro, Cidade de Nossa Senhora do Livramento, CEP: 78.170.000, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, **Emanuel Arcanjo da Silva**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 13727575SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 956. 691.321-49, residente e domiciliado à Avenida Coronel Botelho, Nº 331, Bairro Centro, Nossa Senhora do Livramento – MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado na qualidade de autônomo, o **Dr. Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida,**brasileiro, solteiro, medico, CRM-MT 007873, RG: 1832008-2 SESP/MTe CPF: 023.805.251-61, residente na rua: projetada B, bairro: Rio Grande do Sul, T.: 24, Várzea Grande-MT, Neste ato denominado de **CONTRATADO**. Tem entre os mesmos de maneira justa e acordada, o presente **1ºTERMO ADITIVO DE VALOR DO-CONTRATO 03/2019, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERITO MÉDICO,** dispensa de licitação de nº 04/2019, ficando desde já aceito, pela cláusula abaixo descrita, e permanecendo as demais clausulas inalteradas.

MOTIVO

Em conformidade com a necessidade de realização de pericias médicas a fim de benefícios eventuais e temporários para os segurados do Instituto, faz se necessário o aditivo do valor, isso se justifica pelo contrato ser estimativo, e a crescente demanda para estes benefícios.

CLAUSULA DO VALOR

O contrato fica aditivado em R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), as despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente termo aditivo, correrão a conta da seguinte dotação orçamentário 2019:

3.3.90.36.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Física.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se este termo aditivo no art. 24, IV da lei 8.666/93.

E por estarem justas e convencionadas as partes assinam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVENTUAL DE PERITO MÉDICO**, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de outubro de 2019.

DR. THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA EMANUEL ARCANJO DA SILVA

CONTRATADO CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome:- ---------- Nome:- ----------

RG: RG:

AVISO DE ADESÃO Nº 05/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2018

AVISO DE ADESÃO Nº 05/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2018

Dados do Registro de Preços:

Ata de Registro de Preços nº 05/2018;Pregão Eletrônico nº 014/2018;

Órgão gestor: **Secretaria do Estado de Administração - SEAD do Governo do Estado do Para..**

Objeto: Adesão a *Ata de Registro de Preço nº 005/2018 do Pregão Eletrônico nº 014/2018 da Secretaria de Estado de Administração – SEAD do Governo do Estado do Pará, "**objeto de Registro de Preço para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de aparelho de ar condicionado e de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado e de serviços de 8instalação/ desinstalação/ reinstalação, bem como no fornecimento de aparelhos para atender as necessidades dos órgãos", visando atender a demanda das Secretarias Municipal de Finanças, Assistência, Educação e Saúde, conforme especificação técnica anexa ao edital do Pregão Eletrônico SRP n 014/2018, que é parte integrante da ata***

O Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal – **Sr. Silmar Gonçalves de Souza**, considerando a vantagens expostas nos documentos constantes dos autos e após regular autorização da **Secretaria do Estado de Administração - SEAD do Governo do Estado do Para.**,

RESOLVE aderir à Ata de Registro de Preços **n°05/2018**, oriunda do Pregão Eletrônico nº **014/2018**, que tem o seu objeto acima descrito.

Concretizada a adesão, tomem-se todas as providências para a efetivação da contratação em comendo.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 08 de Outubro de 2019.

Silmar Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO de Adesão (CARONA) Nº 05/2019 A ATA SRP Nº 05/2018

OBJETO: Adesão a *Ata de Registro de Preço nº 005/2018 do Pregão Eletrônico nº 014/2018 da Secretaria de Estado de Administração – SEAD do Governo do Estado do Pará, "**objeto de Registro de Preço para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de aparelho de ar condicionado e de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado e de serviços de 8instalação/ desinstalação/ reinstalação, bem como no fornecimento de aparelhos para atender as necessidades dos órgãos", visando atender a demanda das Secretarias Municipal de Finanças, Assistência, Educação e Saúde, conforme especificação técnica anexa ao edital do Pregão Eletrônico SRP n 014/2018, que é parte integrante da ata**:* no TR n. 0122/2019:

3.1.1. Especificação dos itens a serem adquiridos						
ITEM	**IDENT. APLIC**	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	***VALOR UNIT R$***	***VALOR TOTAL R$***
79 GRUPO 11	**180225-9**	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CICLO FRIO 12.000 BTUS	UNID (Cód:01)	12	1.398,39	16.780,68
80 GRUPO 11	**302739-2**	INSTALAÇÃO DE AR TIPO SPLIT CICLO FRIO 12.000 BTUS	UNID (Cód:2081)	12	300,15	3.601,80
83 GRUPO13	**257316-4**	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CICLO FRIO 24.000 BTUS	UNID (Cód:01)	7	2.550,00	17.850,00
84 GRUPO 13	**422405-1**	INSTALAÇÃO DE AR TIPO SPLIT CICLO FRIO 24.000 BTUS	UNID (Cód:2081)	7	395,07	2.765,49
105 GRUPO 24	**257319-9**	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CICLO FRIO 36.000 BTUS	UNID (Cód:01)	1	4.930.00	4.930,00
106 GRUPO 24	**257424-1**	INSTALAÇÃO DE AR TIPO SPLIT CICLO FRIO 36.000 BTUS	UNID (Cód:2081)	1	650,00	650,00
TOTAL						46.577,97

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, Sr. Silmar Gonçalves de Souza no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, ADJUDICA e HOMOLOGA. *Adesão à Ata de Registro de Preço nº 05/2018 do Pregão Eletrônico nº 014/2018 da* **Secretaria do Estado de Administração - SEAD do Governo do Estado do Para.***, "**objeto de Registro de Preço para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de aparelho de ar condicionado e de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado e de serviços de 8instalação/ desinstalação/ reinstalação, bem como no fornecimento de aparelhos para atender as necessidades dos órgãos", visando atender a demanda das Secretarias Municipal de Finanças, Assistência, Educação e Saúde, conforme especificação técnica anexas ao edital do Pregão Eletrônico SRP n 014/2018, que é parte integrante da ata**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*no TR n. 0122/2019**, OBJETO DO** PREGÃO ELETRONICO nº 014/2018 **e Ata de Registro de Preços Nº** 05/2018 **da Secretaria do Estado de Administração - SEAD do Governo do Estado do Para, tendo como vencedora a Empresa: WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP CNPJ Nº 12.358.170/0001-21, com o valor de R$ 46.577,97,00 (quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos).**

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
FINANÇAS	**PRÓPRIO**	**2004**	**040011**	**44.90.52.00**	**100**	**R$ 3.948,39**
FINANÇAS	**PRÓPRIO**	**2004**	**040008**	**33.90.39.00**	**100**	**R$ 695,22**
EDUCAÇÃO	**PRÓPRIO**	**2045**	**050022**	**44.90.52.00**	**100**	**R$ 16.040,34**
EDUCAÇÃO	**PRÓPRIO**	**2045**	**050019**	**33.90.39.00**	**100**	**R$ 2.986,11**
SAÚDE	**PRÓPRIO**	**2030**	**070011**	**44.90.52.00**	**146**	**R$ 14.225,17**
SAÚDE	**PRÓPRIO**	**2030**	**070008**	**33.90.39.00**	**146**	**R$ 2.340,59**
ASSISTÊNCIA	**FEDERAL**	**2028**	**060031**	**44.90.52.00**	**129**	**R$ 2.796,78**
ASSISTÊNCIA	**FEDERAL**	**2028**	**060030**	**33.90.39.00**	**129**	**R$ 600,30**
ASSISTÊNCIA	**FEDERAL**	**2082**	**060038**	**44.90.52.00**	**129**	**R$ 2.550,00**
ASSISTÊNCIA	**FEDERAL**	**2082**	**060037**	**33.90.39.00**	**129**	**R$ 395,07**
TOTAL						**R$ 46.577,97**

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Nossa Senhora do Livramento – MT. 08 de Outubro de 2019.

Silmar Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
DISTRATO DE CONTRATO 002/2019

DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Pelo presente instrumento particular de distrato, de um lado PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.471.442/0001-16, com sede na Rua Noel Rosa, nº 25, Lote 48, nº 25 jd Costa Verde, Várzea Grande/MT, doravante designado simplesmente locador; e, de outro lado, Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.987.617/0001-30, sito a Praça da Bandeira, nº 253, bairro Centro, nesta cidade, representada pelo Presidente da Mesa Diretora, GILSON CÉSAR DE ALMEIDA, brasileiro, VEREADOR PRESIDÊNCIA, inscrito no CPF sob o nº, 616.993.301-15 residente e domiciliado no Município de Nossa Senhora de Livramento, doravante denominado simplesmente locatário; resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato

Emergencial de Locação e seu Primeiro adendo, firmados respectivamente em 14/02/2019; 10/08/2019, pelos motivos adiante expostos:

Cláusula 1ª) O Locatário fez a renovação do presente contrato, tendo em vista não estava finalizada o conserto do veículo próprio da Camara para uso.

Cláusula 2ª) conforme clausulas do contrato é posssivel a rescisão de pleno acordo das partes, sendo esta viável, conforme decorido.

Cláusula 3ª) Fica o contrato de locação em objeto, mediante este DISTRATO, encerrado, para todos os fins e efeitos de direito, dando as partes, entre si, reciprocamente, quitação ampla e irrestrita quanto ao objeto da locação, para nada mais pretender uma da outra, seja a que título for, ficando o LOCADOR autorizado a se emitir, na data de 13/09/2019, na posse do veículo locado, para fins de plena e irrevogável quitação mediante o pagamento da ultima nota emitida pela empresa para a Câmara.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento particular de rescisão contratual - distrato - em (número de vias) vias, de igual teor e forma, juntamente com as Testemunhas, que a tudo presenciam.

Nossa Senhora do Livramento, 16 de Setembro de 2019

..... PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA

..... Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT

TESTEMUNHAS:

1ª ..... 2ª.....
.....

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
DISTRATO DE CONTRATO 002/2019

DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

Pelo presente instrumento particular de distrato, de um lado PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.471.442/0001-16, com sede na Rua Noel Rosa, nº 25, Lote 48, nº 25 jd Costa Verde, Várzea Grande/MT, doravante designado simplesmente locador; e, de outro lado, Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.987.617/0001-30, sito a Praça da Bandeira, nº 253, bairro Centro, nesta cidade, representada pelo Presidente da Mesa Diretora, GILSON CÉSAR DE ALMEIDA, brasileiro, VEREADOR PRESIDÊNCIA, inscrito no CPF sob o nº, 616.993.301-15 residente e domiciliado no Município de Nossa Senhora de Livramento, doravante denominado simplesmente locatário; resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Emergencial de Locação e seu Primeiro adendo, firmados respectivamente em 14/02/2019; 10/08/2019, pelos motivos adiante expostos:

Cláusula 1ª) O Locatário fez a renovação do presente contrato, tendo em vista não estava finalizada o conserto do veículo próprio da Camara para uso.

Cláusula 2ª) conforme clausulas do contrato é posssivel a rescisão de pleno acordo das partes, sendo esta viável, conforme decorido.

Cláusula 3ª) Fica o contrato de locação em objeto, mediante este DISTRATO, encerrado, para todos os fins e efeitos de direito, dando as partes, entre si, reciprocamente, quitação ampla e irrestrita quanto ao objeto da locação, para nada mais pretender uma da outra, seja a que título for, ficando o LOCADOR autorizado a se emitir, na data de 13/09/2019, na posse do veículo locado, para fins de plena e irrevogável quitação mediante o pagamento da ultima nota emitida pela empresa para a Câmara.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento particular de rescisão contratual - distrato - em (número de vias) vias, de igual teor e forma, juntamente com as Testemunhas, que a tudo presenciam.

Nossa Senhora do Livramento, 16 de Setembro de 2019

..... PENTA SERVIÇOS DE MAQUINAS LTDA

..... Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT

TESTEMUNHAS:

1ª ..... 2ª.....
.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

TRIBUTAÇÃO/CADASTRO
FICA O CONTRIBUINTE NOTIFICADO A COMPARECER NO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DO MUNICIPIO, PARA TRATAR ASSUNTO DE SEUS INTERESSES.

Título:

FICA O CONTRIBUINTE NOTIFICADO A COMPARECER NO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DO MUNICIPIO, PARA TRATAR ASSUNTO DE SEUS INTERESSES.

Texto:

DORACY BATISTA PEREIRA DE MELLO

ANTONIO SERGIO DE SOUZA

KELYN APARECIDA BOSKA

ADILSON RAIMUNDO GOMES

REINALDO MACEDO MIRANDA

ELZALINA DE SOUZA

RAIZA GARCEZ PINTO

SUPERMERCADO VITORIA REGIA EIRELI – ME

WALTER SILVA RODRIGUES COELHO

PAULO SERGIO LOPES DOS SANTOS

JOAO VALMIR ANDERCAO

SERGIO SILVA DOS SANTOS

MANOEL ANANIAS TOLEDO

SANTO BORGES DE SOUZA

LILIAN REGINA DA SILVA

JULIANA ROCHA DE OLIVEIRA

MARIA APARECIDA CAMARGO DE3 OLIVEIRA

FAGNER APOLONIO LIMA

AILTON RIBEIRO DE CARVALHO

PATRICIA AMARAL BEZERRA

JOSUE ALVES GOUVEIA

L L CONSTRUÇÕES LTDA EPP

EDILSON LUCAS PAIM

JOSÉ NELSON LOPES

SIDINEIA A.DE ARAÚJO

LUIZ CARLOS CAVALIARE

JOSE COLACO,JOSE PEREIRA NEVES

LEILA ZUCOLTO ROHR

IRENE MARIA DE ANDRADE,B. PIMENTA SOARES – ME

JOAO BERTIN FILHO

JAQUELINE DE OLIVEIRA ANTUNES
NILTON VALERA
EVERALDO BERNARDINO
LEIA CARDOSO DE MESQUITA
KLEBER MARQUES DOS SANTOS
IZABEL SALLES BEZERRA NEIVERTH
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO
CELIA APARECIDA DOS REIS
MIGUEL MARQUES
ARNALDO NUNES DA SILVA
JOSE ALVES DE OLIVEIRADORACY BATISTA PEREIRA DE MELLO
ANTONIO SERGIO DE SOUZA
KELYN APARECIDA BOSKA
ADILSON RAIMUNDO GOMES
REINALDO MACEDO MIRANDA
ELZALINA DE SOUZA
RAIZA GARCEZ PINTO
SUPERMERCADO VITORIA REGIA EIRELI – ME
WALTER SILVA RODRIGUES COELHO
PAULO SERGIO LOPES DOS SANTOS
JOAO VALMIR ANDERCAO
SERGIO SILVA DOS SANTOS
MANOEL ANANIAS TOLEDO
SANTO BORGES DE SOUZA
LILIAN REGINA DA SILVA
JULIANA ROCHA DE OLIVEIRA
MARIA APARECIDA CAMARGO DE3 OLIVEIRA
FAGNER APOLONIO LIMA
AILTON RIBEIRO DE CARVALHO
PATRICIA AMARAL BEZERRA
JOSUE ALVES GOUVEIA
L L CONSTRUÇÕES LTDA EPP
EDILSON LUCAS PAIM
JOSÉ NELSON LOPES
SIDINEIA A.DE ARAÚJO
LUIZ CARLOS CAVALIARE
JOSE COLACO,JOSE PEREIRA NEVES
LEILA ZUCOLTO ROHR
IRENE MARIA DE ANDRADE,B. PIMENTA SOARES – ME
JOAO BERTIN FILHO
JAQUELINE DE OLIVEIRA ANTUNES
NILTON VALERA
EVERALDO BERNARDINO
LEIA CARDOSO DE MESQUITA
KLEBER MARQUES DOS SANTOS
IZABEL SALLES BEZERRA NEIVERTH
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO
CELIA APARECIDA DOS REIS
MIGUEL MARQUES
ARNALDO NUNES DA SILVA
JOSE ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO PP 037/2019 - ADESÃO ARP 121/2019 PREF. LUCAS DO RIO VERDE

EXTRATO DO PROCESSO: N.100/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT, ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.121/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº.037/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: ALFAITARIA DE UNIFORMES LTDA

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços **n°.121/2019** referente ao Pregão Presencial nº.**037/2019** Registro de Preços **nº. 033/2019** do Município de Lucas do Rio Verde/MT, Registro de Preços para Futura e Eventual para a aquisição de Uniformes: camisetas, calcas, jogo de uniformes desportivos, coletas, para atender a Administração pública de Nova Brasilândia/MT, E CONFORME ADESÃO DA ATA Nº.121/2019 DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.

VALOR: R$ 14.396,20 (quatorze mil trezentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

DATA DA ADESAO: 08/10/2019

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10. 520/2002, e Decreto Federal nº. 7.892/2013.

Nova Brasilândia/MT, 08 de outubro de 2019.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 095/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 095/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **MARKELE ROSA DE ASSIS FREITAS ME.**

CNPJ:26.883.700/0001-65

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Lava Jato para atender às necessidades das Secretarias Municipais deste Município. Pregão Presencial nº. 023/2018.

VALOR**R$ 166.317,00 (cento e sessenta e seis mil trezentos e dezessete reais).**

ASSINATURA: **25 de setembro de 2019.**

VIGENCIA: **25 de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TP 016/2019

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N°.093/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°.016/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 993, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria n° 013/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação modalidade Tomada de Preços nº. 016/2019, cujo **o objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUCAÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA QUADRA POLIESPORTIVA ZENIA PEREIRA BORGES NO DISTRITO DE PERESÓPOLIS NESTE MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, Conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo, prevista para a abertura no **dia 08 de outubro de 2019, as 08h:00** horário do Estado de Mato Grosso, Critério de Julgamento**:** Menor Preço Global foi **DESERTA**, por não comparecerem interessados ao Certame.

Nova Brasilândia/MT, 08 de outubro de 2019.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 013/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 096/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 096/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **NELO UHDE ME**

CNPJ:13.234.296/0001-57

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Borracharia para atender às necessidades das Secretarias Municipais deste Município. Pregão Presencial nº. 023/2018.

VALORR$ 166.384,95 (cento e sessenta e seis mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

ASSINATURA: **25 de setembro de 2019.**

VIGENCIA: **25 de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, CNPJ nº **15.023.963/0001-88,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP e LI), para construção de Ponte de Concreto Armado/Protendido sobre o Rio Manso na Rodovia MT – 241 com 150 metros de extensão e 8,80 de largura no município de Nova Brasilândia/MT.

EXTRATO DO CONTRATO N°.098/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°.098/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **CLEMIDES SOARES DE SALES- EPP**

CNPJ: **08.979.084/0001-69**

OBJETO: Aquisição de COMBUSTÍVEL, tipo Óleo Diesel Comum, Gasolina Comum, Etanol Comum e Óleo Diesel S10, para atender diversas Secretarias do Município de Nova Brasilândia, conforme as especificações e quantidades contidas no **ANEXO I** TERMO DE REFERENCIA. Pregão Presencial/Registro de Preço nº. 035/2018.

VALOR: **R$ 120.915,00 (cento e vinte mil novecentos e quinze reais).**

ASSINATURA**: 01 de outubrode 2019.**

VIGENCIA: **01 de outubro de 2019 a 01 de janeiro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 02/ 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços n. º 02/2019, cujo objeto é a **Prestação de serviços especializados destinados a recuperação de estradas vicinais padrão alimentadora no Projeto de Assentamento PA Novo Horizonte, Localizado no Município de Nova Guarita – MT,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **25/10/2019**, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00 hs as 11:00 ou através do site **www.novaguarita.mt.gov.br** e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do e-mail **licitacao@novaguarita.mt.gov.br**.

Nova Guarita – MT, em 08 de Outubro de 2019.

_____

Idianes Teresinha Machado

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 075/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 075/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: ROSINEIDE APARECIDA CASSIANO, brasileira, casada, portadora RG. n.º 1559448-3 SESP/MT e do CPF. n.º 005.017.391-06, residente e domiciliada na Fazenda Barra Mansa Bairro Rural, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na função de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ "EXTENSÃO BARRA MANSA".1ª OPÇÃO,**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL II,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano

de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **3 (três) meses 18 (dezoito) dias,** tendo início no dia **02/09/2019** e término no dia **20/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.961,82 (um mil e novecentos e sessenta um reais e oitenta dois centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 02 de Setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA ROSINEIDE APARECIDA CASSIANO

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Eliana Viana da Silva Romildo Nieiro da Silva

CPF: 667.452.921-49 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 074/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 074/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: DEISI KELLI RIBEIRO MARIANO, brasileira, casada, portadora RG. n.º 16345517 SSP/MT e do CPF. n.º 023.648.961-50, residente e domiciliada no Sitio Lagoa Azul, Gleba Paloma Bairro Rural, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na função de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MATEMÁTICA/ EM 1º 15 DE SETEMBRO,**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL I,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **3 (três) meses 18 (dezoito) dias,** tendo início no dia **02/09/2019** e término no dia **20/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.705,94 (um mil e setecentos e cinco reais e noventa quatro centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 02 de Setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA DEISI KELLI RIBEIRO MARIANO

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Eliana Viana da Silva Romildo Nieiro da Silva

CPF: 667.452.921-49 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 073/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 073/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADO: JAIR ANTONIO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, portador RG. n.º 119470 SSP/MT e do CPF. n.º 412.137.691-91, residente e domiciliada na Rua das Aroeiras, Bairro Centro, no município de Conquista D'oeste, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas.

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADO considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços na Secretaria Municipal de Educação e Cultura em decorrência de abertura de novo trajeto no transporte escolar dos estudantes localizado na Gleba Santa Amélia, para suprir a necessidade do cargo, neste município, na função de**MOTORISTA NÍVEL II/ E M VALE DO GUAPORÉ,** conforme a Lei Municipal n.º 835/2018 de 10/ 12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **03 (três) meses e 18 (dezoito) dias,** tendo início no dia **02/09/2019** e término no dia **20/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal n.º 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.662,14 (um mil e seiscentos sessenta dois reais e quatorze centavos**) mensais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário O **CONTRATADO** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI – Da Dotação

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.032

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.004

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa do **CONTRATADO.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Foro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 02 de setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA JAIR ANTONIO DE SOUZA

Prefeito Municipal CONTRATADO

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____ _____

Eliana Viana da Silva Romildo Nieiro da Silva

CPF: 667.452.921-49 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 076/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 076/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob

o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: GLADIS SUNILDA GONÇALVES, brasileira, solteira, portadora RG. n.º 1185595-9 SSP/MT e do CPF. n.º 988.514381-53, residente e domiciliada no Sitio São Sebastião Bairro Rural, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na função de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ 4ª OPÇÃO,**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL MÉDIO,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **3 (três) meses 18 (dezoito) dias,** tendo início no dia **02/09/2019** e término no dia **20/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.312,27 (um mil e trezentos e doze reais e vinte e sete centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 02 de Setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA GLADIS SUNILDA GONÇALVES

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Eliana Viana da Silva Romildo Nieiro da Silva

CPF: 667.452.921-49 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 077/2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 077/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: SAMARA DA SILVA ALVES, brasileira, solteira, portadora RG. n.º 2534315-7 SESP/MT e do CPF. n.º 061.182.721-23, residente e domiciliada no Av. Irajá Fagundes, Bairro centro, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na função de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ 4ª OPÇÃO,**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL MÉDIO,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **3 (três) meses 18 (dezoito) dias,** tendo início no dia **02/09/2019** e término no dia **20/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.312,27 (um mil e trezentos e doze reais e vinte e sete centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 02 de Setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA SAMARA DA SILVA ALVES

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Eliana Viana da Silva Romildo Nieiro da Silva

CPF: 667.452.921-49 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 078/2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 078/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: MARIA EMILIA LOPES DA SILVA, brasileira, solteira, portadora RG. n.º 1615849-0 SSP/MT e do CPF. n.º 008.546.931-90, residente e domiciliada na Fazenda Gloria, Bairro rural, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na função de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ 4ª OPÇÃO,**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL MÉDIO,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **2 (dois) meses 19 (dezenove) dias,** tendo início no dia **01/10/2019** e término no dia **20/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.312,27 (um mil e trezentos e doze reais e vinte e sete centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 30 de Setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA MARIA EMILIA LOPES DA SILVA

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Daniele Menezes Souza Romildo Nieiro da Silva

CPF: 017.717.511-77 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 079/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 079/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede à Rua 16 de Julho, N.º 815, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 01.614.519/0001-22, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal o Excelentíssimo Sr. **UILSON JOSE DA SILVA,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, e através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** com sede à Rua 16 de Julho, 815, Bairro Centro, inscrito sob o n.º13.840. 464/0001-58, por seu **Presidente Sr. RINALDO MIRANDA CONSTANCI,** portador da Cédula de Identidade RG n.º 851381 SSP/MT e inscrito no CPF/MF n.º 523.343.171-87, residente e domiciliado na cidade de Nova Lacerda – MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE.**

CONTRATADO: MARILENE APARECIDA FRANCO MARCONDI DE PAULA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 694258 SSDC/RO e do CPF Nº. 669.469.052-53, residente e domiciliada no Sitio Vencedor Gleba Bacurizal, Bairro rural, nesta cidade de Nova Lacerda - MT, doravante denominado **CONTRATADO, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019** que, celebrado entre ambos tem justos, acordados e contratados, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - Do Objeto

A **CONTRATANTE**, contrata os serviços do **CONTRATADO, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019,** para temporariamente prestar serviços, **em substituição da servidora Alcenira Rodrigues Machado matricula 2398, afastada de suas funções, devido licença maternidade, conforme Portaria 160/2019 de 23/ 09/2019, junto à Secretaria Municipal de Saúde – Nova Lacerda-MT na função de Técnica em Enfermagem,** conforme a Lei Municipal 835/2018 de 10/12/2018, de acordo com as normas e orientações do Programa de Saúde Familiar - PSF, para desempenho na sede do município, sob a coordenação da **Secretaria Municipal de Saúde,**conforme a Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **3 meses, e 19 (dezenove) dias,** tendo início no dia **01/10/2019** e término no dia **20/01/2020, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018**.

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.621,45 (um mil seiscentos e vinte um reais e quarenta cinco centavos**) mensais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário O **CONTRATADO** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI – Da Dotação

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06

Unidade: 03

Proj./Ativ.: 2.101

3.1.90.04.00.00.00.00.1005 CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa do **CONTRATADO.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Foro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro/MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 30 de Setembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA RINALDO MIRANDA CONSTANCI

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Saúde

CONTRATANTE CONTRATANTE

MARILENE AP. F. MARCONDI DE PAULA YURI SILVA DIAS

CONTRATADO Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Ana Lucia Araújo da Silva Daniele Menezes Souza

CPF: 281.038.888-18 CPF: 017.717.511-77

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 080/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 080/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob

o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: KELLY APARECIDA PEDRO DA CRUZ, brasileira, divorciada, portadora RG. n.º 1149205-8 SJ/MT e do CPF. n.º 840.294. 711-53, residente e domiciliada no Sitio Cambara, Gleba São Judas, neste município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 002/2019 de 12/07/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na função de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ E.M. 1º GRAU 15 DE SETEMBRO 1ª OPÇÃO, em substituição ao servidor Rogerio de Abreu Peixoto que se encontra de atestado médico,** neste município, na função de **PROFESSORA NIVEL II,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **1 (um) mês 04 (quatro) dias,** tendo início no dia **04/10/2019** e término no dia **08/11/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.961,82 (um mil e novecentos e sessenta um reais oitenta e dois centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 03 de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA KELLY APARECIDA PEDRO DA CRUZ

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Daniele Menezes Souza Romildo Nieiro da Silva

CPF: 017.717.511-77 CPF: 805.219.321-49

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 072/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 072/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADO: AILTON SILVESTRE DA SILVA, brasileiro, casado, portador RG. n.º 1304150-9 SSP/MT e do CPF. n.º 988.224.891-87, residente e domiciliada na Rua Nove de Abril, Bairro São José, no município de Nova Lacerda, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas.

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADO considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019,** para temporariamente prestar serviços junto a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, para suprir a necessidade do cargo, neste município, na função de **MECANICO,** conforme a Lei Municipal n.º *835/2018 de 10/12/2018.*

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **06 (seis) meses,** tendo início no dia **12/08/2019** e término no dia **08/02/2020, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal n.º 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 2.482,74 (dois mil**

e quatrocentos e oitenta dois reais e setenta e quatro centavos) mensais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário O **CONTRATADO** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI – Da Dotação

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.032

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.004

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa do **CONTRATADO.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Foro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 12 de agosto de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA AILTON SILVESTRE DA SILVA

Prefeito Municipal CONTRATADO

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____ _____

Eliana Viana da Silva Celia Regina de Jesus Tavares

CPF: 667.452.921-49 CPF: 988.864.791-15

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 160/2019

PORTARIA Nº 160/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **ALCENIRA RODRIGUES MACHADO, matrícula 2398,** portadora da Cédula de Identidade 193888985 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 027.942.571-61**, no período de 23/09/2019 a 20/01/2020.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 23 dia do mês de setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149/2019

PORTARIA Nº 149/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe aos** servidores concursados abaixo relacionados com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010:

Matrícula	Servidores	Elevação de Classe
1014	*VILMA DA SILVA*	*C*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 17 dias do mês de setembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148/2019

PORTARIA Nº 148/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **FABIANY FERNANDES MENDES DA SILVA, matrícula 2537,** portadora da Cédula de Identidade 1889637-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 020.044.831-56**, no período de 09/09/2019 a 06/01/2020.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos ao dia **09/09/2019**.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 17 dia do mês de setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 160/2019

PORTARIA Nº 160/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **ALCENIRA RODRIGUES MACHADO, matrícula 2398,** portadora da Cédula de Identidade 193888985 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 027.942.571-61**, no período de 23/09/2019 a 20/01/2020.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 23 dia do mês de setembro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 164/2019

PORTARIA Nº 164/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Revogar, a partir de 02/09/2019 a portaria 074/2019 de 01/03/2019, que designou a senhora**, **KAROLINY ARANTES CONEGUNDES,** brasileira, solteira, portadora da C.I. n. º 5247518 SPTC/GO e CPF n.º 026.863.821-71, do cargo de provimento comissionado de ***CHEFE DA DIVISÃO DE SECRETARIA ESCOLAR*.**

Art. 2º - Nomear, **a partir de 03/09/2019**, senhora **KAROLINY ARANTES CONEGUNDES,** brasileira, solteira, portadora da C.I. n. º 5247518 SPTC/GO e CPF n.º 026.863.821-71, para responder pelo cargo de provimento comissionado de ***CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS.***

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 074/2019 de 01/03/2019.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 02 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 165/2019

PORTARIA Nº 165/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a partir de 04/10/2019,** a Servidora, **SOLANGE DE SOUSA SILVA,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Av. Uirapuru, Bairro Centro, portadora do RG 000721736 SESDC/RO e CPF 351.496.802-06, do cargo em comissão de **COORDENADORA PEDAGOGICA.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 064/2017 de 01/02/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 166/2019

PORTARIA Nº 166/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005 e legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a partir de 04/10/2019,** a Servidora,**POLIANE APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA SILVA,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Otacionilia Francisca da Silva, Bairro Centro, portadora do RG 26896451 SSP/MT e CPF 055.058.576-12, do cargo em comissão de **COORDENADORA PEDAGOGICA.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 157/2018 de 03/09/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 167/2019

PORTARIA Nº 167/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Nomear, a partir de 07/10/2019,** a Servidora, **SOLANGE DE SOUSA SILVA,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Av. Uirapuru, Bairro Centro, portadora do RG 000721736 SESDC/RO e CPF 351.496.802-06, para responder pelo cargo de provimento comissionado de ***CHEFE DA DIVISÃO DE SECRETARIA ESCOLAR*.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168/2019

PORTARIA Nº 168/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -Designar a servidora **ROSY MEIRE ARANDA NONATO,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Av uirapuru, Bairro Centro do município de Nova Lacerda, portadora do RG 1544388-4 SSS/MT e CPF 581.847.401-15, concursada no cargo de Professor de Pedagogia conforme decreto de nomeação 147/2000 02/05/2000, para responder pelo cargo em comissão de **COORDENADOR PEDAGOGICO.**

Art. 2º - O referido servidor será remunerado de acordo com o Artigo 69 da Lei Complementar 046/2009 de 01/09/2009 que Altera e acrescenta artigos na Lei Complementar 019/2005 de 15/12/2005 que Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nova Lacerda.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169/2019

PORTARIA Nº 169/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 e 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença para tratar de interesses particulares** nos Termos do disposto no Artigo 137, Inciso VII, e no Artigo 150, ambos da Lei Complementar 021/2005, a Servidora **ZENILDA MACHADO DE MORAES ALVES, matrícula 1111**, pelo prazo de até 03 (três) ano consecutivo a partir de 04/10/2019 até 03/10/2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 04 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 170/2019

PORTARIA Nº 170/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 019/2005, 020/2005 e 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Reconduzir a partir de 07/10/2019, a** servidora **POLIANE APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula 2107,** ao cargo de **Monitor de Creche,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com o Artigo 150, § III da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 07 dias do mês de Outubro de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ASSESSORA JURIDICA
DECRETO N° 030 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

Súmula: *"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto pela Lei Municipal nº 30 de 18 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Homologar os nomes do Conselho Municipal de Saúde, do Município de Nova Maringá – MT, pelo período de 02 (dois) anos que será composto pelos seguintes nomes da tabela abaixo:

NOME		ASSINATURA	CPF
Luciana Garcia Harala	Titular	Secretaria de finanças	78695570134
Anderson Cleitir Berté	Suplente	Secretaria de finanças	99333538100
Leosandra Aparecida Dalla Costa	Titular	Secretaria Municipal de Saúde	04040852966
Marilete Cristina Steffens	Suplente	Secretaria Municipal de Saúde	04931420966
Marinalva Coradi Braga	Titular	Secretaria de educação	45317500982
Jucelina Maria Araújo da Silva	Suplente	Secretaria de educação	41439953287
Adriana do Nascimento	Titular	PSF Laercio Pereira de Oliveira	89267761153
Fátima Machado	Suplente	PSF Laercio Pereira de Oliveira	48671940187
Alexsandra Mª Santos Silva Clementino	Titular	Centro de Saúde Décio Lordano	06229397188
Mariana Ferreira Silva Spitz	Suplente	Centro de Saúde Décio Lordano	02972173139
Meiryelem B. Silva Nascimento	Titular	Pronto Atendimento Municipal	03611532959
Silvana Raspini	Suplente	Pronto Atendimento Muncipal	02261293143

NOME		ASSINATURA	CPF
Silvana Harala Dias	Titular	Igreja Católica	92700705149
Ronaldo Ramos Dias	Suplente	Igreja Católica	44859627172
Ligia Cristina Klemp	Titular	Pastoral da Criança	00188872108
Lucinéia do Nascimento	Suplente	Pastoral da Criança	00321932110
Carolina da Silva Barden	Titular	Igreja Assembléia de Deus	01250407923
Lidia Oliveira França	Suplente	Igreja Assembléia de Deus	00370011163
Vanessa Martins Ferreira	Titular	Primeira Igreja Batista	94737630268
Mikaele Carolina Santos Fernandes	Suplente	Primeira Igreja Batista	04435378108
Viviane Ribeiro Ramires	Titular	Igreja Adventista	90357639120
Christian Miranda Pereira	Suplente	Igreja Adventista	87976269100
Thiago Gomes Oliveira	Titular	Rotary Club	02658843143

Ednara Suzelly da Silva Souza Oliveira	Suplente	Rotary Club	03669711155

Art.º. 2º - Esse decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 07 de outubro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESULTADO PARCIAL CONCURSO 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

ANALISTA ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	NASC.
0001660	ANDREA SANDRA DA CRUZ DE SOUSA	-	-	-	-	-	10/03/1985
0000970	AYLA CRISTINA CASTRO RIGOTI	-	-	-	-	-	11/12/1991
0003570	CARLOS DA SILVA GONÇALVES	8,00	10,00	39,00	-	57,00	07/07/1998
0003980	CATHIA DE MELO FURTADO	6,00	12,00	27,00	-	45,00	18/02/1976
0001280	ELIÉZER ROSA DA SILVA	-	-	-	-	-	23/02/1991
0003810	JOSÉ FRANCIELIO DE QUEIROZ COSTA	10,00	14,00	12,00	-	36,00	20/11/1990
0004540	MICHELLI CAMARGO PEDRO	12,00	14,00	24,00	-	50,00	27/08/1985
0003640	PAULO VICTOR FROZZA	12,00	12,00	39,00	-	63,00	22/07/1991
0004510	REGINA RODRIGUES PORTELA	-	-	-	-	-	29/01/1977
0001340	RENATO MALTA MARREIRA	-	-	-	-	-	01/07/1989
0004280	SIMONI ADRIANA TONETTO	6,00	10,00	12,00	-	28,00	22/01/1992
0001330	VALQUIRIA DA SILVA	-	-	-	-	-	19/05/1987

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0002310	DIVANEIDE SANTOS DA SILVA	10,00	8,00	8,00	16,00	42,00	06/01/1972
0004130	FABIANE GOMES DE OLIVEIRA CHINOTTI	12,00	10,00	12,00	28,00	62,00	03/04/1985
0004680	SUELI APARECIDA RAMOS	8,00	10,00	8,00	16,00	42,00	07/03/1979
0000920	VITORIA GABRIELA COSTA DO NASCIMENTO	14,00	14,00	8,00	36,00	72,00	31/03/2000

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0001880	ALINE CRISTINA ARRUDA RANKE	12,00	10,00	4,00	24,00	50,00	29/04/1995
0003990	ANDREIA APARECIDA DA SILVA	6,00	8,00	14,00	28,00	56,00	24/07/1992
0002000	DEBORA OLIVEIRA PEREIRA	10,00	6,00	12,00	8,00	36,00	10/02/1992
0004880	DEUSDETE PEREIRA DO NASCIMENTO	-	-	-	-	-	01/04/1963
0001110	MARIA CICERA DA SILVA LIMA	6,00	6,00	6,00	12,00	30,00	29/11/1981
0000630	STEFFANY BARBOSA DE SOUZA	14,00	16,00	8,00	32,00	70,00	23/11/1998
0005300	SUELI DA SILVA CARVALHO CASARI	10,00	4,00	10,00	20,00	44,00	01/02/1978
0000050	VIVIANE TIMOTEO DOS SANTOS	12,00	12,00	12,00	28,00	64,00	30/03/1992

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0000510	DIEGO PEIXE COSTA	12,00	14,00	12,00	12,00	70,00	120,00	21/09/1984
0002560	JEFERSON ROBERTO DOS SANTOS	12,00	10,00	12,00	20,00	75,00	129,00	03/04/1985

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0004390	CARLOS EDUARDO DIAS DE AMORIM	12,00	16,00	10,00	20,00	58,00	14/04/1995
0000570	DRIELLI OLIVEIRA DE ALMEIDA	12,00	10,00	6,00	4,00	32,00	18/02/1996
0003540	ESTEFANIA ADRIELY SOUZA MELO ROSSI	16,00	12,00	12,00	20,00	60,00	20/12/1992
0000080	FRANCISCA QUELMA DO NASCIMENTO SOUSA	12,00	14,00	4,00	16,00	46,00	01/09/1980
0004920	INES APARECIDA DA SILVA	-	-	-	-	-	17/09/1975
0001140	IVANDRO SOUZA FERREIRA	-	-	-	-	-	12/10/1994
0002500	JULIANA FERNANDES DOS SANTOS	-	-	-	-	-	23/03/1993
0003280	MARIA APARECIDA ANTUNES DE OLIVEIRA	12,00	14,00	8,00	16,00	50,00	10/08/1991
0000470	OZANA DIAS BATINGA	10,00	10,00	8,00	8,00	36,00	15/07/1977

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0004580	LIDIANE MENDES GARRETO	16,00	16,00	8,00	24,00	64,00	08/01/1985
0002580	MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO FERREIRA SILVA	6,00	6,00	6,00	20,00	38,00	18/04/1971
0004530	THAIS APARECIDA DE SOUZA CASSIANO	12,00	10,00	10,00	16,00	48,00	16/03/2001
0002210	VILMARA DAIANE MOREIRA BOKORNI	14,00	14,00	16,00	16,00	60,00	27/05/1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

AUXILIAR DE MECÂNICO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0004460	JOSE MARCOS CABRAL DOS REIS	-	-	-	-	-	13/08/2001
0004830	VALTER CINTURIÃO OLIVEIRA	14,00	16,00	10,00	28,00	68,00	13/12/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0003590	ALESSANDRA MACHADO BATISTELI	12,00	14,00	14,00	24,00	64,00	12/09/1981
0002130	CHERLI VIEIRA IZIDORO	16,00	12,00	14,00	32,00	74,00	25/03/1999
0002490	EDESON PINAFFI DE OLIVEIRA	8,00	4,00	4,00	16,00	32,00	10/08/1968
0004630	JULIANA DE LIMA MOTA	12,00	8,00	8,00	24,00	52,00	20/06/1997
0004740	JULIO CESAR FERREIRA DO NASCIMENTO	-	-	-	-	-	15/07/1991
0004620	LUCIANA DA SILVA	16,00	14,00	6,00	36,00	72,00	02/04/1982
0005180	QUEILA APARECIDA MOREIRA	16,00	18,00	8,00	36,00	78,00	12/12/1983
0004220	VIVIANE BRAZ DE OLIVEIRA	18,00	14,00	14,00	32,00	78,00	03/08/1985

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0000460	JORGE LUIZ	0,00	4,00	2,00	8,00	14,00	19/12/1957

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

DENTISTA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	NASC.
0005010	CAMILA EMILY PEREIRA DA SILVA	-	-	-	-	-	20/08/1996
0004100	CECILIA CAROLINE DE SOUZA PINHEIRO	12,00	8,00	39,00	-	59,00	07/02/1996
0003800	EDIVANIA NOUEIRA DE OLIVEIRA	10,00	8,00	21,00	-	39,00	24/07/1995
0002520	FABIANA RODRIGUES MASTINI MEIRELES	2,00	10,00	24,00	-	36,00	19/08/1983
0001830	FABIOLA DALL AGNOL GOBBO	4,00	12,00	30,00	-	46,00	21/07/1995
0001800	JÉSSICA LACERDA MONTEIRO	14,00	8,00	21,00	-	43,00	24/04/1997
0004110	LUCIANA FANTE CRUZ	10,00	16,00	30,00	1,50	56,00	09/09/1992
0001210	LUIZ FERNANDO RODRIGUES FERREIRA	8,00	16,00	27,00	-	51,00	18/07/1987
0004490	MAURICIO MANFRIN	4,00	14,00	33,00	1,50	51,00	13/12/1994
0003860	PRISCILA MÁRCIA DE OLIVEIRA LINO	8,00	10,00	3,00	-	21,00	11/09/1992
0000210	RAFFAEL MARCOS FELISBERTO RAMOS	-	-	-	-	-	14/04/1984
0004810	SUZIELY CRISTINI SOARES SEABRA ARFELLI	8,00	10,00	30,00	-	48,00	13/05/1994
0001680	VALDICLEY TAVEIRA DA SILVA	10,00	8,00	30,00	-	48,00	12/01/1991

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

ELETRICISTA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0003040	EDSON DA FONSECA	16,00	12,00	14,00	36,00	78,00	10/10/1980
0002260	FABIO SOUZA OLIVEIRA	-	-	-	-	-	14/03/1996
0001690	VALDEIR SIQUEIRA DE ANDRADE	16,00	18,00	10,00	32,00	76,00	25/08/1994
0003630	VALMIR ASSIS DA SILVA	16,00	16,00	14,00	40,00	86,00	15/01/1988
0000230	WALLACE REZENDE DA SILVA	14,00	14,00	10,00	32,00	70,00	24/10/1997

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0002970	JAIME FERREIRA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	17/09/1969
0004900	JUNIOR ANTONIO CRUZ DE BRITO	-	-	-	-	-	03/06/1978
0005130	WISNER RIBEIRO DAS SANTOS	-	-	-	-	-	29/02/1992

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	NASC.
0003270	ANGÉLICA GUBERT	10,00	16,00	27,00	-	53,00	03/12/1990
0003490	ANGELO GABRIELL RODRIGUES COSTA	-	-	-	-	-	23/10/2000
0001090	CAROLINE QUADROS DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	20/12/1992
0002410	EDMILSON JOAQUIM JOSE ANTONIO BORGES DE MEDEIROS	8,00	12,00	21,00	1,50	41,00	12/03/1993
0001380	GÉSSICA ROSIANE LEITE VENÂNCIO	10,00	14,00	45,00	-	69,00	09/05/1992
0003560	GRACILIANIO NOBRE DE ALMEIDA	16,00	18,00	48,00	-	82,00	10/01/1983
0000720	HEITOR ROCHA FERRARINI	16,00	16,00	33,00	-	65,00	14/02/1996
0000250	JONAS ULISSES RIBEIRO MACEDO	16,00	16,00	36,00	1,50	68,00	29/07/1983
0005070	KAMILLA EMILY SANTOS SILVA	14,00	10,00	27,00	-	51,00	19/06/1997
0002140	LUCAS DA SILVA PEREIRA	10,00	12,00	30,00	-	52,00	07/05/1995
0003100	LUIS CAIRO DA COSTA GOMES	6,00	8,00	27,00	-	41,00	10/02/1992
0003480	MARCILEI BATISTA DA COSTA	-	-	-	-	-	27/11/1979
0002340	RAISSA FERREIRA DA SILVA	8,00	14,00	39,00	1,50	61,00	11/10/1993
0000220	REISIRACHID JAUDY	-	-	-	-	-	22/05/1991
0001850	RYAN BRITO DA SILVA SOARES	-	-	-	-	-	08/04/1993

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

ENGENHEIRO SANITARISTA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	NASC.
0001310	EMANUELLE BARREIRA NOVAES	-	-	-	-	-	09/05/1991
0002860	PEDRO HENRIQUE NUNES MORAES MOURA	10,00	16,00	36,00	-	62,00	17/11/1996
0004500	TELMA BARBOSA DE REZENDE	-	-	-	-	-	17/04/1967

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

FISCAL DE TRIBUTOS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0004360	CRISTIANE MARIA DE JESUS	10,00	14,00	39,00	63,00	21/12/1982
0001020	ELAINE KLEMP DOS SANTOS	4,00	8,00	24,00	36,00	26/09/1983
0004320	FRANCIELE NUNES DE ALMEIDA	14,00	12,00	36,00	62,00	06/08/1990
0004010	JOSÉ CLAUDIRAN VIEIRA DOS SANTOS	12,00	12,00	18,00	42,00	19/01/1986
0000150	LORIANY CASSIA LORDANO	6,00	12,00	24,00	42,00	21/01/2000
0005110	MIRELA DA SILVA MACHADO	-	-	-	-	21/06/1991
0004850	SARA RAQUEL PEREIRA DA CRUZ	8,00	6,00	21,00	35,00	05/05/1991
0000180	VERA MARIA PADILHA DA SILVA	10,00	10,00	24,00	44,00	25/02/1971
0004350	WELDER SOUZA CUNHA	14,00	14,00	39,00	67,00	11/12/1994

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

JARDINEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0003320	AGENOR LUIZ DE LIMA	4,00	6,00	6,00	24,00	40,00	12/04/1960
0000580	LUIZ FERREIRA LIMA	-	-	-	-	-	15/01/1957
0002350	MARIA IRACILDA SANTOS BARROS	14,00	10,00	6,00	24,00	54,00	09/06/1964

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

LAVADOR

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0002070	ARI FERNANDO ARRUDA RANKE	6,00	4,00	8,00	8,00	26,00	04/06/1996
0002850	GEOVANI JESUS FRANCO	14,00	10,00	6,00	32,00	62,00	03/08/1998
0002610	GUSTAVO PHELIPE SALVIANO DE LIMA	12,00	14,00	10,00	36,00	72,00	18/11/2001
0000640	JOSE FABIO DOS SANTOS	-	-	-	-	-	20/10/1988
0003010	LEANDRO APARECIDO BARCELLOS	-	-	-	-	-	25/01/1987

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0003410	CLEVERSON DE SOUZA BITENCOURT	10,00	14,00	8,00	24,00	100,00	156,00	11/11/1986
0002330	EDSON HENRIQUE VIEIRA	18,00	10,00	14,00	24,00	-	66,00	16/09/1968
0004450	GEZIEL SALDANHA DA COSTA	14,00	20,00	14,00	28,00	70,00	146,00	17/07/1969
0004260	MARCIEL BONRUQUE	12,00	6,00	10,00	24,00	30,00	82,00	02/07/1979
0004930	TIAGO GREGORI COUTO	-	-	-	-	-	-	09/09/1999
0005040	WILLIAN DA SILVA RODRIGUES	18,00	16,00	16,00	16,00	-	66,00	02/08/1988

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

MÉDICO CLINICO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	NASC.
0004430	AMANDA DESTEFANI EVANGELISTA	14,00	12,00	27,00	1,50	53,00	01/07/1985
0005120	CARLOS FELIPE DIB DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	10/10/1979
0003470	CRYSTHIAN DE BRIDA VIEIRA	-	-	-	-	-	23/05/1993
0000740	DARDI ANTONIA SOARES DA SILVA	8,00	14,00	30,00	-	52,00	09/09/1992
0004310	FLAUDEIR JOSE MOREIRA DA SILVA	10,00	12,00	27,00	-	49,00	05/05/1965
0001100	GILSON DA SILVA MIRANDA	12,00	16,00	36,00	-	64,00	10/02/1984
0004030	GUILHERME WEBER	16,00	16,00	33,00	-	65,00	21/06/1994
0005310	ROSIEREN DE SOUZA LIMA PAES	12,00	12,00	27,00	-	51,00	19/06/1989
0003110	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	10,00	12,00	24,00	6,00	46,00	05/08/1963

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

MOTORISTA - CNH "D OU "E"

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0000940	CLODOALDO FILHOS	18,00	16,00	10,00	12,00	95,00	151,00	30/12/1981
0001860	GENAIR MARTELO	16,00	12,00	12,00	16,00	90,00	146,00	10/01/1974
0000200	GERCE LOPES DA SILVA	4,00	6,00	10,00	12,00	100,00	132,00	10/04/1972
0004300	JEFFERSON PAIXÃO BORGES	12,00	14,00	10,00	28,00	85,00	149,00	20/07/1989
0003340	JULIO CESAR VIEIRA IZIDORO	6,00	8,00	10,00	16,00	100,00	140,00	22/02/1990
0002110	MARCOS BIGNOTTO LEITE	-	-	-	-	-	-	11/12/1996
0005350	PAULINO CLAUDINO LEMES	-	-	-	-	-	-	26/10/1974
0004980	ROSALINO GOMES GONÇALVES	-	-	-	-	-	-	21/04/1980
0003780	SAMUEL DA PALMA	-	-	-	-	-	-	03/05/1981
0004670	VALDEMIR PEREIRA FIALHE	6,00	12,00	14,00	12,00	100,00	144,00	01/02/1973

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

MOTORISTA - CNH "D OU "E"

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0003880	ADEMIR GOMES MOTA	10,00	14,00	10,00	24,00	100,00	158,00	21/11/1965
0003950	MARCOS ANTONIO DA SILVA COSTA	6,00	12,00	14,00	24,00	80,00	136,00	22/04/1991

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0000870	ADILSON FISCHER	14,00	16,00	12,00	32,00	70,00	144,00	04/10/1979
0003260	ALLAN APARECIDO SOUZA SANTANA	-	-	-	-	-	-	07/09/1994
0003930	CARLOS ROBERTO DA SILVA	6,00	14,00	10,00	20,00	34,00	84,00	31/07/1972
0004550	CLEBER IBRAIM DE OLIVEIRA	14,00	20,00	8,00	28,00	66,00	136,00	21/05/1979
0002280	CLERIS SANTOS CARDOSO	-	-	-	-	-	-	08/09/1981
0001350	DANIEL SANTOS DA PAZ	16,00	16,00	20,00	16,00	70,00	138,00	10/02/1971
0002890	ELESSANDRO GARCIA DE OLIVEIRA	12,00	12,00	14,00	24,00	48,00	110,00	04/05/1989
0004800	EVERALDO MENDES PEDROSO	-	-	-	-	-	-	13/04/1979
0005160	FABIO COSTA SOUZA	16,00	20,00	12,00	20,00	54,00	122,00	18/11/1984
0004180	GEZIEL JOSÉ DA SILVA	12,00	14,00	10,00	24,00	54,00	114,00	22/03/1982
0000420	JEFERSON DA SILVA ARUJO	10,00	8,00	8,00	28,00	52,00	106,00	02/09/1990
0001780	NILTON VALÉRIO DA SILVA FERREIRA	12,00	12,00	16,00	32,00	70,00	142,00	02/11/1988
0000650	OSVALDO BATISTA COSTA	14,00	12,00	12,00	24,00	36,00	98,00	03/11/1977
0003600	VILMAR BATISTA DA SILVA LISSARAÇA	16,00	14,00	16,00	24,00	70,00	140,00	29/06/1991

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0003000	ANDERSON DA PALMA	-	-	-	-	-	-	18/09/1986
0002120	ERIMAR SERGIO LEITE	14,00	18,00	14,00	20,00	100,00	166,00	10/05/1972
0005060	ISMAEL MARTINS DOS SANTOS	12,00	14,00	12,00	16,00	44,00	98,00	23/02/1980

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	NASC.
0001940	APARECIDO EURIPDES FELÍPE	12,00	14,00	8,00	16,00	0,00	50,00	13/06/1962
0002840	CICERO APARECIDO RODRIGUES	2,00	8,00	4,00	4,00	66,00	84,00	29/07/1959
0002670	EDSON FERREIRA MARIA	14,00	14,00	14,00	28,00	0,00	70,00	02/01/1983
0004120	JADERSON GABRIEL CARVALHO	12,00	14,00	12,00	12,00	88,00	138,00	19/11/1983
0001670	JOERSO AVELINO DA COSTA	8,00	12,00	10,00	12,00	58,00	100,00	05/06/1977
0002040	LUIZ FERNANDO DE LIMA	10,00	14,00	10,00	16,00	70,00	120,00	08/02/1983
0004340	ORLANDO DE ALMEIDA JUNIOR	14,00	12,00	8,00	28,00	0,00	62,00	05/05/1988
0004240	PAULO FERREIRA DOS SANTOS	6,00	14,00	12,00	16,00	0,00	48,00	06/02/1973
0001900	PEDRO ACACIO RIBEIRO	-	-	-	-	-	-	31/08/1994
0004690	RONES MENDES DA SILVA	18,00	14,00	10,00	20,00	70,00	132,00	20/08/1987
0000990	VANER DE ABREU CHAVES	16,00	16,00	14,00	28,00	70,00	144,00	18/04/1974
0001770	WELISON VASCONCELOS CANDIDO	-	-	-	-	-	-	08/12/1976

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

PREGOEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	NASC.
0002240	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	12,00	12,00	45,00	-	69,00	06/03/1985
0004590	ANGELA KARINA DE SOUZA	6,00	6,00	27,00	-	39,00	24/05/1993
0000260	CLAUDEMIRO DREGER	4,00	8,00	30,00	-	42,00	23/06/1980
0001030	ELIEZER CARVALHO GOMES	10,00	14,00	36,00	-	60,00	27/09/1987
0005290	ELIZANGELA DE MELO SOUZA	6,00	12,00	27,00	-	45,00	17/10/1979
0005340	FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	10,00	20,00	39,00	-	69,00	08/11/1986
0005090	IGOR HENRIQUE PINTO DE ALMEIDA	14,00	16,00	39,00	-	69,00	15/01/1982
0005210	JONATAS SALLES MICHELETTI	6,00	12,00	45,00	-	63,00	10/05/1997
0002940	ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA	16,00	14,00	39,00	-	69,00	29/09/1990

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

RECEPCIONISTA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0004940	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	14,00	16,00	10,00	16,00	56,00	04/01/1982
0005050	AMANDA PADILHA DA SILVA	10,00	12,00	10,00	12,00	44,00	28/06/2001
0001530	ANA LUIZA COSTA	-	-	-	-	-	20/07/1996
0002590	ANA MARIA LIMA DA COSTA	-	-	-	-	-	22/01/1994
0003850	ANA PAULA COSTA DOS SANTOS	10,00	10,00	6,00	24,00	50,00	09/04/1996
0005370	ANA PAULA DE SOUZA SANTOS	-	-	-	-	-	06/10/1978
0000890	ANDRESSA FERNANDA SILVA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	08/04/1999
0003120	ANGELA TRIZOTTI	12,00	12,00	10,00	16,00	50,00	23/09/1967
0004750	ANGELICA CRISTINA DO NASCIMENTO BRITO	-	-	-	-	-	02/02/1995
0004820	ANNA PAULA DE MELO CALVÁRIO	14,00	14,00	8,00	28,00	64,00	12/02/2002
0004600	BEATRIZ DA SILVA FERREIRA	16,00	12,00	10,00	4,00	42,00	25/09/1998
0001950	BENEDITO SERGIO DA SILVA	-	-	-	-	-	01/03/1967
0001010	BRUNA CAMARGO	10,00	16,00	10,00	16,00	52,00	18/12/1996
0000300	BRUNA VIEIRA CARDOSO	8,00	6,00	10,00	12,00	36,00	22/11/1999
0001070	CAMILA BRITO CAMARGO	6,00	8,00	4,00	12,00	30,00	02/10/2001
0001510	CAMILA MARIANO BUCHS	8,00	14,00	8,00	12,00	42,00	09/12/2000
0004700	CAMYLA DE SOUZA FERREIRA	-	-	-	-	-	15/11/1996
0001570	CLAUDINEIA NUNES DE BRITO	4,00	4,00	12,00	8,00	28,00	21/07/1980
0003520	CLEUNICE ELIZABETE MORSCHHEUSER	10,00	8,00	8,00	0,00	26,00	05/04/1986
0003140	DANIELE PILGER	6,00	12,00	8,00	16,00	42,00	07/01/1994
0001040	DANIELI DIAS MARTELO	8,00	12,00	10,00	16,00	46,00	22/09/1997
0001360	EDINA FERREIRA PAULA	6,00	8,00	12,00	12,00	38,00	13/04/1963
0002620	ELEILCE PEREIRA	-	-	-	-	-	24/11/1999
0000170	ELENILDE PEREIRA	8,00	8,00	8,00	28,00	52,00	23/02/1996
0005100	ELIS REGINA FERREIRA	-	-	-	-	-	20/11/1996
0003440	EMILY RAYANA BUCHS DA CRUZ	10,00	14,00	10,00	32,00	66,00	17/05/2001
0000120	EZANIA MENDES FERREIRA	-	-	-	-	-	20/07/1984
0001490	FATIMA CRISTINA HOLLER DREON	-	-	-	-	-	09/12/1992
0002440	FLAVIA LETÍCIA DA SILVA SANTOS	8,00	10,00	12,00	16,00	46,00	17/03/1998
0000490	GABRYELLA DIAS POQUIVIQUI	12,00	10,00	6,00	16,00	44,00	20/05/2011
0000310	GESSICA ALCINDA TAMBALO HOFFMANN	10,00	8,00	8,00	16,00	42,00	05/12/1996
0001600	GRACIELE DA SILVA SIQUEIRA	10,00	6,00	16,00	12,00	44,00	23/06/1999
0002320	IRENE DE FATIMA PEREIRA DE AZEVEDO	12,00	10,00	14,00	8,00	44,00	22/04/1993
0000860	JHENNIFER DA SILVA CELESTINO	14,00	12,00	14,00	24,00	64,00	07/10/1990
0004710	JOÃO BATISTA PIRES DOS SANTOS JUNIOR	-	-	-	-	-	31/05/1986
0005360	JOSIANE DIAS LEAL	-	-	-	-	-	30/09/1990
0002870	JOYCE RITA DE BARROS	12,00	8,00	6,00	12,00	38,00	29/06/1998
0004020	JUCILEIA GOUVEA VALENTIM	10,00	14,00	6,00	0,00	30,00	28/01/1981
0002540	KATHLYN KAROLLINY OLIVEIRA	-	-	-	-	-	30/04/2002
0003940	KLEIDE MUNIZ DA CRUZ	10,00	12,00	12,00	8,00	42,00	10/09/1989
0004290	LARISSA KAUANY PACHECO FIDELES	12,00	14,00	6,00	16,00	48,00	07/07/2000
0001840	LETICIA CLAUDIOLAINE DE SOUZA	16,00	12,00	10,00	8,00	46,00	09/07/1997
0004060	LIDYANNE MARIELLY FRANÇA	16,00	20,00	12,00	24,00	72,00	12/03/1998
0004660	LILIAN CRISTINA SCHLOSSER	8,00	14,00	16,00	16,00	54,00	08/01/1986
0001290	LUANA FERREIRA ROSA	10,00	16,00	16,00	12,00	54,00	18/10/2001
0003970	LUCIANE BARDEN ZUCHI	6,00	10,00	12,00	8,00	36,00	28/03/1983
0002720	LUZINETE MARIA MOURA	14,00	16,00	8,00	20,00	58,00	30/10/1977
0003070	MAGDA PACHECO ROCHA DE MELO	14,00	14,00	10,00	20,00	58,00	14/08/1992
0002480	MARIA EDUARDA SILVA DOS SANTOS	8,00	16,00	4,00	12,00	40,00	02/10/2000

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

	0005280	MARIA FRANCISCA DA SILVA ALVES	10,00	10,00	10,00	28,00	58,00	13/10/2000
	0003310	MARIA ROSA DA SILVA	12,00	8,00	10,00	20,00	50,00	22/02/1980
	0003210	MARILEIDE REAL DE SOUZA	-	-	-	-	-	22/01/1986
	0004040	MICHELE CAMYLA DA SILVA LIMA	-	-	-	-	-	03/01/1998
	0005200	MIRIAN GOMES DE MOURA	12,00	12,00	12,00	24,00	60,00	26/05/1987
	0003620	MÔNICA CRISTINA BARRETO DA SILVA	16,00	14,00	14,00	28,00	72,00	14/01/1994
	0003510	MONICA MICHELI POBRAN RODRIGUES	-	-	-	-	-	06/07/1998
	0001180	PATRICIA VIDAL DA SILVA	12,00	10,00	6,00	8,00	36,00	17/03/1998
	0004000	ROSA ESTEVO DE JESUS	-	-	-	-	-	08/12/1971
	0003200	ROSANGELA FERREIRA DE LIMA	8,00	10,00	12,00	16,00	46,00	10/05/1974
	0003300	ROSEMAR ANTUNES DE OLIVEIRA	8,00	8,00	8,00	12,00	36,00	03/10/1986
	0002980	SAMARA CABRAL DA SILVA	10,00	4,00	8,00	16,00	38,00	27/05/2000
	0003430	SELEIDE ROSEMERE BUCHS	4,00	12,00	8,00	8,00	32,00	24/05/1975
	0000830	SOLANGE CATARINA LEITE BUSTO	10,00	16,00	16,00	12,00	54,00	22/11/1980
	0005320	TAMARA EDUARDA WALKER BRAUN	12,00	16,00	10,00	24,00	62,00	24/01/2000
	0004140	TAYNNÁ ALUMA CRISTOVÃO JESUS LISSARAÇA	6,00	8,00	14,00	20,00	48,00	24/10/1995
	0001150	THAIS VIEIRA CARDOSO	12,00	14,00	8,00	12,00	46,00	24/06/2001
	0003910	THAMIREZ PAIXÃO BORGES	-	-	-	-	-	04/09/1991
	0003870	THAYNARA LUANE LEITE	14,00	18,00	6,00	24,00	62,00	12/03/1998
	0001890	VANUZA DIAS VIEIRA	8,00	4,00	10,00	4,00	26,00	13/02/1991

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0003020	ABNER FERREIRA DA SILVA	4,00	10,00	27,00	41,00	20/02/1996
0001130	ALANA LODI	8,00	12,00	36,00	56,00	05/09/1999
0000290	DISNEY BARBOSA JACINTO	8,00	8,00	51,00	67,00	07/10/2000
0003090	ELTON JOHN POBRAN RODRIGUES	-	-	-	-	25/08/1992
0001700	GÉSSIKA FRANCIELLE MARTINS PEREIRA	10,00	14,00	45,00	69,00	05/11/1992
0000850	GLEICE KELLY DE LIMA SANTOS	6,00	4,00	27,00	37,00	22/05/2000
0004080	JOCIMARA ARANTES BEZERRA	10,00	8,00	27,00	45,00	15/05/1991
0002750	KLAYTON CASSIANO BERTE	-	-	-	-	19/11/1994
0003080	MARIANA FERNANDA BRITO DA SILVA	12,00	12,00	36,00	60,00	23/10/2001
0005260	THALLIA DA SILVA LOPES	-	-	-	-	24/10/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR)

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0000100	AMANDA JACINTO DOS SANTOS	10,00	16,00	39,00	65,00	20/04/2000
0004570	EDJANE FARIAS DE CARVALHO	0,00	10,00	33,00	43,00	23/06/1986
0001190	JOYCE LUZ DOMINGUES	-	-	-	-	09/02/1993
0001910	JUCELINA MARIA ARAUJO DA SILVA	4,00	4,00	18,00	26,00	05/07/1974
0000540	KARINA RITA DE BARROS	8,00	14,00	27,00	49,00	28/03/1997
0000790	LAVINIA FERREIRA DE SOUZA	-	-	-	-	11/05/1997
0004210	MARINALVA ALVES DA SILVA	8,00	8,00	33,00	49,00	03/05/1983

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0003420	ALICE MARIA DA SILVA CLEMENTINO	12,00	6,00	12,00	30,00	14/05/1998
0004070	AYMEE KAROLYNE BIRKHAHN CABRAL	8,00	12,00	21,00	41,00	09/09/1997
0002930	BRUNA FRANCIELE SANTOS DAMACENA	10,00	12,00	21,00	43,00	30/03/1993
0005240	CLEBERSON RODRIGUES DA SILVA	-	-	-	-	05/07/1990
0001630	DACIELE REIS DALMOLIN	-	-	-	-	07/10/1989
0002370	DANIELLI APARECIDA DIAS	8,00	8,00	18,00	34,00	01/04/1995
0000820	ERIKA RODRIGUES GODOIS	-	-	-	-	01/12/1984
0003830	FENANDO VIEIRA DE SOUZA	12,00	14,00	18,00	44,00	18/05/1988
0004560	ISABELA FERREIRA DA SILVA BORBA	10,00	12,00	21,00	43,00	06/05/1998
0003820	JOSE FERREIRA DA SILVA	8,00	12,00	12,00	32,00	21/08/1980
0002760	KAMILA SILVA BRAGANHOLO	14,00	6,00	15,00	35,00	22/07/1990
0001620	LAIS ROMAO BATISTA	-	-	-	-	28/10/1992
0002710	LAURIANE SOARES DE QUEIROZ	10,00	10,00	9,00	29,00	15/07/1989
0004970	LÍGIA CRISTINA KLEMP	10,00	18,00	12,00	40,00	20/08/1981
0004960	LIGIA REGINA DE SOUZA	6,00	10,00	15,00	31,00	04/08/1984
0000270	LUIZA OLIVEIRA DE SOUZA	-	-	-	-	04/03/1978
0000950	MARIA FERNANDA JACINTO DOS SANTOS	4,00	16,00	24,00	44,00	05/02/1999
0004400	MARINÊS MOREIRA	14,00	10,00	15,00	39,00	30/05/1973
0004910	MONICA HINGRIT GOMES PARANGABA	8,00	6,00	18,00	32,00	27/12/1995
0002640	OSMARINA GADEIA BERNARDINO	6,00	10,00	21,00	37,00	20/02/1981
0003760	ROZILENE MENDES DA SILVA	-	-	-	-	26/04/1985
0004950	SIRLEI LIMA DOS SANTOS	-	-	-	-	13/09/1998

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0003700	ADIELY RAMOS ANTONIO	-	-	-	-	20/05/1995
0004090	ALESSANDRA MOREIRA	12,00	10,00	21,00	43,00	28/05/1985
0002990	ELLEN DA SILVA MONASKI	10,00	12,00	30,00	52,00	01/06/1984
0005250	JUREMA PEREIRA DA SILVA	-	-	-	-	31/08/1973
0001000	TAIZA SILVA RODRIGUES	2,00	6,00	27,00	35,00	06/12/1992
0000800	VALDIONIDA CANDIDO DE MADUREIRA DE ALMEIDA ALVES	4,00	12,00	27,00	43,00	04/12/1982

RECURSOS HUMANOS
GABARITO PRELIMINAR CONCURSO 02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAUDE									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: B	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: A	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: A
31: A	32: B	33: B	34: D	35: C	36: B	37: A	38: C	39: D	40: D

RECURSOS HUMANOS
RECURSOS CONCURSO 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

Recursos Sobre a Divulgação do Gabarito Preliminar

NOME	DETALHES	SITUAÇÃO	QUESTÃO	DISCIPLINA	RESPOSTA
ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	Cancelamento ou troca da letra B para A no gabarito da questão 34 pois a alternativa apontada pelo gabarito não está compatível com artigo 3 da lei 8666.	DEFERIDO	34	Específica	Art. 3º. (...) §2oEm igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: I-produzidos no País; II-produzidos ou prestados por empresas brasileiras. IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.Portanto a questão não corresponde ao previsto na legislação, devendo ser anulada.
ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	A questão pede para indicar a alternativa incorreta e gabarito apontou a letra C, a letra está incorreta pois afirma apenas a administração estadual e a letra D afirma que a comissão de licitação é o órgão colegiado composto por servidores estaduais, dando a entender que somente o órgão estadual tem comissão de licitação deixando assim a alternativa errada, peço anulação da questão pois o anúnciado da questão não especificou que se tratava de um órgão estadual, sendo assim a questão trás três alternativas incorreta.	DEFERIDO	38	Específica	Recurso procedente: A Lei Federal n. 8666/1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, disciplina no seu Art.1o.“Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios”. Portanto ao citar apenas a esfera estadual a questão encontra com erro o que impossibilita a sua resolução de acordo com o enunciado, pois há mais de uma alternativa errada, devendo ser anulada.
ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	A questão afirma " não podemos afirmar" e o gabarito apontou a alternativa A como a correta porém não podemos afirmar que "a fase externa do pregão inicia com publicação do edital...", Pois o artigo 4° da lei 10520 trás como início da fase externa com a convocação dos interessados por meio de aviso na imprensa.....	IMPROCEDENTE	33	Específica	No enunciado da questão "não podemos afirmar".Nos âmbitos estadual, distrital e municipal, a partir da edição da Lei nº 10.520, é obrigatória a adoção dessa modalidade de licitação. O pregão não é obrigatório como forma de aquisição de bens e serviços pela administração pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	A questão afirma " a concorrência pública é obrigatório para" o gabarito trás a alternativa A como correta porém a letra D afirma "para contratação por notória especialização" que não é obrigatório a modalidade concorrência, assim sendo peço análise do gabarito para cancelamento ou troca de alternativa.	IMPROCEDENTE	22	Específica	Concorrência Pública é uma modalidade da licitação utilizada para contratações de qualquer valor. Ficou interessado e quer saber mais acerca do assunto? Continue a leitura e entenda como fazer sua empresa lucrar por meio deste procedimento. a Concorrência Pública é uma modalidade licitatória utilizada pela Administração Pública para compras de produtos ou serviços de qualquer valor. Não há limite de valores para sua utilização (Lei n. 8.666/1993 – “Art. 22. §1o.Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto”. Portanto as alternativas “A” e “D”, não possuem condão com a concorrência, devendo ser anulada a questão por apresentar mais de uma alternativa a ser indicada.
ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	A questão "de acordo com a lei 10520/2002, É vedada a exigência de" o gabarito apontou a alternativa A como correta, portanto no artigo 5° da mesma lei aponta: Art. 5º É vedada a exigência de: I - garantia de proposta; II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.. A alternativa A está incorreta e é impossível apontar uma única alternativa correta então solicito o cancelamento da questão.	DEFERIDO	29	Específica	A Lei Federal n. 10520/2002, dispõe: Art. 5º É vedada a exigência de:I - garantia de proposta;II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; eIII - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso. A alternativa "A" está errada, não estando conforme prevê o item I. Portanto a questão nao há como o candidato indicar a resposta em consonância com a alternativa, devendo ser anulada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

ALESSANDRA MOREIRA	Sobre a questão 27, a vacina absorvida hepatite A (inativada), apresenta na questão duas respostas corretas, a ampola em dose única (letra C) sua apresentação farmacológica é segundo a bula do instituto butantan, apresentado pelo site https://consultaremedios.com.br/vacina-adsorvida-hepatite-a-inativada/bula de forma frascos-ampolas contendo dose de 25 U/0,5 mL e também por seringa com uma dose (letra B) segundo a havrix GSK https://br.gsk.com/media/561298/bl_havrix_inj_gds12ipi08_l0703.pdf. Levando em consideração que tem duas respostas corretas na questão, a mesma deve ser anulada.	DEFERIDO	27	Específica	Recurso procedente: A vacina adsorvida hepatite A (inativada) deve ser administrada somente por via intramuscular. Para adultos, adolescentes e crianças com mais de 2 anos de idade, o músculo deltoide é o local preferencial para injeção intramuscular. Para crianças com idade entre 12 e 23 meses de idade, a área anterolateral da coxa é o local preferencial para injeção intramuscular. A vacinação consiste na administração de uma primeira dose e de uma dose de reforço, administradas de acordo com o seguinte esquema: Crianças/Adolescentes – 12 meses a 17 anos de idade: indivíduos de 12 meses a 17 anos de idade devem receber primeiramente a dose única de 0,5 mL (aproximadamente 25 U) da vacina e, 6 a 18 meses depois, dose de reforço de 0,5 mL (aproximadamente 25 U). Adultos: indivíduos com idade maior ou igual a 18 anos devem receber primeiramente a dose única de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) da vacina e, 6 a 18 meses depois, dose de reforço de 1,0 mL (aproximadamente 50 U). Adultos com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV): adultos HIV-positivos devem receber a dose única de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) da vacina e a dose de reforço de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) 6 meses depois. Pode-se administrar uma dose de reforço da vacina adsorvida hepatite A (inativada), 6 a 12 meses após a primeira dose de outras vacinas hepatite A (inativada). Procure seu médico para maiores detalhes. Anula-se a questão por conter mais de uma alternativa correta. Fonte:http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=36132014&pIdAnexo=1927889

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

ALESSANDRA MOREIRA	Sobre a questão 32, que trata-se da vacina Tríplice viral em adultos que visa a diminuição da incidência de Sarampo, Caxumba e Rubéola de acordo com o calendário de vacinação. http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao2019 Contém na resposta duas alternativas certas, que são: Sarampo e caxumba. Por esse motivo, peçamos que a mesma questão seja anulada.	IMPROCEDENTE	32	Específica	Com essas mudanças no Calendário Nacional de Vacinação, a expectativa é aumentar a vacinação na infância, protegendo mais contra doenças, além de aumentar a imunidade dos adolescentes e reduzir a ocorrência das doenças imunopreveníveis; Já na alteração para os adultos, os objetivos são: contribuir para a redução da incidência da caxumba em adultos jovens, bem como manter eliminada a rubéola e o sarampo no país; aumentar a oportunidade de vacinação durante a gestação e proporcionar proteção para os bebês contra a coqueluche por conta dos anticorpos que são transferidos da mãe para o feto. A vacinação no puerpério visa o resgate das mulheres que perderam a oportunidade de se vacinar durante a gravidez.Nota-se que no enunciado da questão pede ao candidato “A vacina tríplice viral em adultos visa à diminuição da incidência de”. Portanto a vacina reduz a caxumba e mantém eliminada manter eliminada a rubéola e o sarampo. Mantém-se o Gabarito já divulgado. http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/52392-veja-o-que-muda-no-calendario-de-vacinacao-em-2017
ALESSANDRA MOREIRA	Em relação a questão 16, Que pede sobre a "Operação da Polícia Federal que investigou um esquema de lavagem de dinheiro para campanhas eleitorais", é referente ao ano 2015 e no Edital pede sobre conhecimentos gerais Domínio de tópicos ATUAIS e relevantes de diversas áreas. Segue o site que fala sobre o mesmo. https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Acr%C3%B4nimo http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/policia-federal-realiza-nova-fase-da-operacao-acronimo-em-sp-e-no-df.html Diante do questão, peço que anule a mesma. Aguardo resposta.	IMPROCEDENTE	16	Conhecimentos Gerais	Operação Acrônimoé uma operação da Polícia Federa do Brasilque apura um suposto esquema de lavagem de dinheiropara campanhas eleitorais.A operação foi deflagrada em 29 de maio de 2015, em Goiás, MInas Gerais, Rio Grande do Sule Distrito Federal. A PF suspeita que 24 empresas foram favorecidas no esquema criminoso investigado nesta operação. Os investigadores listam empreiteiras, associações, gráficas, montadora de automóveis, confederações, companhia aérea e empresas de comunicação que receberam, direta ou indiretamente, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

DANIELE PILGER	O Brasão de Nova Maringá é o que está estampado na porta da Câmara Municipal (obs onde contém azul no Brasão) ou da Internet?	IMPROCEDENTE	21	Conhecimentos Gerais	Improcedente: O brazão que consta no site da Prefeitura de Nova Maringá/MT, disponível no endereço eletrônico:https://www.novamaringa.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Hino-Bandeira-e-Brasao/
ELLEN DA SILVA MONASKI	EM RELAÇÃO A VACINA HEPATITE A, CONSTA NO ENUNCIADO DUAS RESPOSTAS CORRETAS. ALTERNATIVA B (SERINGA PREENCHIDA COM UMA DOSE). ALTERNATIVA C (AMPOLA COM DOSE ÚNICA) QUE CONSTA NOS SITES DOS LABORATÓRIOS: https://consultaremedios.com.br/vacina-adsorvida-hepatite-a-inativada/bula https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/26/Informe-t–cnico-vacina-hepatite-A-junho-2014.pdf https://br.gsk.com/media/561298/bl_havrix_inj_gds12ipi08_l0703.pdf DIANTE DE DUAS RESPOSTAS CERTA, PEÇO QUE SEJA ANULADA A QUESTÃO. AGUARDO RESPOSTA	DEFERIDO	27	Específica	Recurso procedente: A vacina adsorvida hepatite A (inativada) deve ser administrada somente por via intramuscular. Para adultos, adolescentes e crianças com mais de 2 anos de idade, o músculo deltoide é o local preferencial para injeção intramuscular. Para crianças com idade entre 12 e 23 meses de idade, a área anterolateral da coxa é o local preferencial para injeção intramuscular. A vacinação consiste na administração de uma primeira dose e de uma dose de reforço, administradas de acordo com o seguinte esquema: Crianças/Adolescentes – 12 meses a 17 anos de idade: indivíduos de 12 meses a 17 anos de idade devem receber primeiramente a dose única de 0,5 mL (aproximadamente 25 U) da vacina e, 6 a 18 meses depois, dose de reforço de 0,5 mL (aproximadamente 25 U). Adultos: indivíduos com idade maior ou igual a 18 anos devem receber primeiramente a dose única de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) da vacina e, 6 a 18 meses depois, dose de reforço de 1,0 mL (aproximadamente 50 U). Adultos com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV): adultos HIV-positivos devem receber a dose única de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) da vacina e a dose de reforço de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) 6 meses depois. Pode-se administrar uma dose de reforço da vacina adsorvida hepatite A (inativada), 6 a 12 meses após a primeira dose de outras vacinas hepatite A (inativada). Procure seu médico para maiores detalhes. Anula-se a questão por conter mais de uma alternativa correta. Fonte:http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=36132014&pIdAnexo=1927889

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

ELLEN DA SILVA MONASKI	Sobre a questão 32, que fala da vacina tríplice viral, consta no encunciado duas respostas sendo elas (SARAMPO E CAXUMBA). Diante dos sites que prova isto, peço que a questão seja anulada. http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao https://pebmed.com.br/novo-calendario-nacional-de-vacinacao-do-ministerio-da-saude-para-2019/ Aguardo Resposta.	IMPROCEDENTE	32	Específica	Com essas mudanças no Calendário Nacional de Vacinação, a expectativa é aumentar a vacinação na infância, protegendo mais contra doenças, além de aumentar a imunidade dos adolescentes e reduzir a ocorrência das doenças imunopreveníveis; Já na alteração para os adultos, os objetivos são: contribuir para a redução da incidência da caxumba em adultos jovens, bem como manter eliminada a rubéola e o sarampo no país; aumentar a oportunidade de vacinação durante a gestação e proporcionar proteção para os bebês contra a coqueluche por conta dos anticorpos que são transferidos da mãe para o feto. A vacinação no puerpério visa o resgate das mulheres que perderam a oportunidade de se vacinar durante a gravidez.Nota-se que no enunciado da questão pede ao candidato “A vacina tríplice viral em adultos visa à diminuição da incidência de”. Portanto a vacina reduz a caxumba e mantém eliminada manter eliminada a rubéola e o sarampo. Mantém-se o Gabarito já divulgado. http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/52392-veja-o-que-muda-no-calendario-de-vacinacao-em-2017
ELLEN DA SILVA MONASKI	A QUESTÃO 16 FALA QUE A " OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL QUE INVESTIGOU UM ESQUEMA DE LAVAGEM DE DINHEIRO PARA CAMPANHAS ELEITORAIS ". PORÉM A MESMA É DO ANO DE 2015. http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/policia-federal-realiza-nova-fase-da-operacao-acronimo-em-sp-e-no-df.html https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Acr%C3%B4nimo MAS NO EDITAL PEDE SOBRE ATUALIDADES DE CONHECIMENTOS GERAIS. (Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas). DESTA FORMA PEÇO QUE A QUESTÃO EM SÍ SEJA ANULADA. AGUARDO RESPOSTA	IMPROCEDENTE	16	Conhecimentos Gerais	Operação Acrônimoé uma operação da Polícia Federa do Brasilque apura um suposto esquema de lavagem de dinheiropara campanhas eleitorais.A operação foi deflagrada em 29 de maio de 2015, em Goiás, MInas Gerais, Rio Grande do Sule Distrito Federal. A PF suspeita que 24 empresas foram favorecidas no esquema criminoso investigado nesta operação. Os investigadores listam empreiteiras, associações, gráficas, montadora de automóveis, confederações, companhia aérea e empresas de comunicação que receberam, direta ou indiretamente, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES).
ESTEFANIA ADRIELY SOUZA MELO ROSSI	REPOSTA CORRETA APRESENTA ERRO QUANDO ESTÁ CTRL e] , SENDO QUE O CORRETO É CTRL +], COMO MOSTRA MOSTRA A PRÓPRIA MICROSOFT, E SENDO ASSIM ESSA QUESTÃO INDUZ O CANDIDATO AO ERRO SENDO INEXISTENTE ALGUMA REGRA DE ATALHO QUE CONTÉM O e, TODAS AS REGRAS USAM O SINAL DE +.	IMPROCEDENTE	34	Específica	O fato de e e não +, não interfere na resolução da questão, pois possui alternativa correta a ser indicada pelo candidato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO CONTRA A QUESTÃO Nº1, POIS O TEXTO NÃO DEMONSTRA DINÂMICA ENTRE CASAIS. O QUE O TEXTO DEMONSTRA É UM DISCERNIMENTO QUE OS MARIDOS TÊM SOBRE POSSÍVEIS ARGUMENTOS PARA JUSTIFICAR UMA SITUAÇÃO COMPLICADA. NÃO EXISTE DINÂMICA.	IMPROCEDENTE	1	Português	Indeferido:Dinâmica é um termo da física que migrou, há tempos, para as relações humanas. Na vida cotidiana podemos relacionar a dinâmica ao movimento de qualquer corpo em interação com outros. Na crônica em questão o humor é obtido da dinâmica de estímulo e resposta entre esposa e marido. A dinâmica dos casais é uma seara em que Veríssimo, o autor em questão, atua com notória desenvoltura.
FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO NA QUESTÃO DE Nº2, POIS A BANCA DIZ QUE O GABARITO CORRETO É A LETRA(C), O QUAL FALA QUE EXISTE ESTRANGEIRISMO NO PARAGRAFO, ALGO QUE NÃO CONFERE COM A GRAMATICA, O CONCEITO ESTÁ ABAIXO: O estrangeirismo é um fenômeno linguístico que consiste no uso "emprestado" de uma palavra, expressão ou construção frasal estrangeira, em substituição de um termo na língua nativa. Por algumas gramáticas é considerado um método de composição de palavras, por outras é considerado uma figura de linguagem, e há as gramáticas mais conservadoras que tratam o estrangeirismo como sendo um vício de linguagem. Para que seja considerado uma figura de linguagem, é necessário que tenha valor estilístico para o texto, a palavra estrangeira deve ser conhecida e utilizada na língua nativa. ENDEREÇO: https://www.infoescola.com/linguistica/estrangeirismo/ A RESPOSTA CORRETA É A LETRA(D), A QUAL DEMONSTRA A EXISTÊNCIA DE FIGURA DE LINGUAGEM (EUFEMISMO), POIS O AUTOR DÁ MUITOS ARGUMENTOS PARA MINIMIZAR O ASSUNTO. CONCEITO ABAIXO EUFEMISMO Aprenda sobre a figura de linguagem conhecida como eufemismo, que consiste em abrandar uma expressão por meio de outra menos agressiva. Esse recurso estilístico atua diretamente no plano semântico, tornando a linguagem mais expressiva, e é influenciado muitas vezes pelo contexto no qual o discurso está sendo produzido. ENDEREÇO: https://escolakids.uol.com.br/portugues/eufemismo.htm	IMPROCEDENTE	2	Português	Indeferido – A descrição de eufemismo apresentado pelo recursoestá correto. Entretanto não procede alegar sua ocorrência no primeiro parágrafo. Não se queria minimizar nada, uma vez que a narrativa sequer havia se iniciado. Já, a descrição de estrangeirismo também está correta e se evidencia pelo uso do termo “apartheid”, estranho ao idioma pátrio.
FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO CONTRA O GABARITO DA BANCA, POIS EXISTE DUAS OPÇÕES CERTAS, TODAVIA A MAIS CORRETA É A LETRA(D) Art. 5º É vedada a exigência de: I - garantia de proposta; III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso. O TRECHO ACIMA FOI TIRADO DIRETO DO TEXTO DA LEI.	DEFERIDO	29	Específica	A Lei Federal n. 10520/2002, dispõe: Art. 5º É vedada a exigência de:I - garantia de proposta;II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; eIII - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso. A alternativa "A" está errada, não estando conforme prevê o item I. Portanto a questão nao há como o candidato indicar a resposta em consonância com a alternativa, devendo ser anulada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO CONTRA O GABARITO DA BANCA, POIS NÃO ENCONTREI EMBASAMENTO NA LEI PRA CONFERIR OS PRAZOS DE INICIO, CONFORME PEDE O COMANDO DA QUESTÃO, TODAVIA A LEI ESTABELECE POR EXEMPLO, NO CASO DA CARTA-CONVITE, QUE O ENVIO DA CARTA E A PUBLICAÇÃO NO MURAL SÃO SUFICIENTES. ENFIM SOLICITO ESCLARECIMENTOS NA QUESTÃO, POIS FICOU ENTENDIDO QUE A CONTAGEM SÓ TERÁ INICIO QUANDO FOR PUBLICADA EM UM(JORNAL DE CIRCULAÇÃO NACIONAL), SITUAÇÃO ESSA QUE PARA ALGUNS MUNICÍPIOS DO BRASIL NÃO É POSSÍVEL.	DEFERIDO	30	Específica	Estabelece o parágrafo 3º do art. 21 da LLC queos prazos de divulgação serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde. "Art. 21. (...) §3o. Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde". Portanto nas alternativas apresentadas nenhuma está prevista na legislação mencionada.
FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO CONTRA O GABARITO DA BANCA, POIS A RESPOSTA DA BANCA NÃO CONFERE COM O TEXTO DA LEI, O QUAL DIZ QUE O PRIMEIRO CRITÉRIO DE DESEMPATE É (PRODUZIDOS NO PAÍS), SENDO QUE TAL ORDEM SÓ ESTÁ ESCRITA NA OPÇÃO(A), LEMBRANDO QUE A LEI TRAZ AINDA COMO CRITÉRIO QUESTÕES ENVOLVENDO ACESSIBILIDADE. O TEXTO ABAIXO FOI TIRADO DIRETO DA LEI. II - produzidos no País; III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.	DEFERIDO	34	Específica	Art. 3º. (...) §2oEm igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: I-produzidos no País; II-produzidos ou prestados por empresas brasileiras. IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.Portanto a questão não corresponde ao previsto na legislação, devendo ser anulada.
FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO CONTRA O GABARITO DA BANCA, POIS O COMANDO DA QUESTÃO PEDE SOBRE (ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO), JÁ AS OPÇÕES DE RESPOSTAS FALAM SOBRE FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES, COM EXCEÇÃO DA ALTERNATIVA (A), QUE É A UNICA QUE TRATA SOBRE O ASSUNTO. SENDO ASSIM FICA IMPOSSÍVEL FAZER UMA BOA ANALISE DA QUESTÃO.	IMPROCEDENTE	37	Específica	A alternativa “D”, não contem consonância com o art. 51 da Lei Federal 8.666/1993. “Art.51.A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três)membros, sendo pelo menos 2 (dois)deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação”. Portanto devendo a ser indicada pelo candidato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

FABIO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	INTERPONHO RECURSO CONTRA O GABARITO DA BANCA QUE PEDE O SEGUINTE: [QUESTÃO 38] INDIQUE A ALTERNATIVA (INCORRETA): [A] EDITAL DE LICITAÇÃO É O CADERNO PROCESSUAL QUE TRAZ TODAS AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DE UM DETERMINADO BEM/SERVIÇO DO QUAL NECESSITA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. O CONCEITO ACIMA NÃO CONFERE COM A DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS BÁSICOS DE UM EDITAL DE LICITAÇÃO, INCLUSIVE O MESMO ABRANGE SOMENTE A ESFERA ESTADUAL. GABARITO DA BANCA ERRADO.	DEFERIDO	38	Específica	Recurso procedente: A Lei Federal n. 8666/1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, disciplina no seu Art.1o.“Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Portanto ao citar apenas a esfera estadual a questão encontra com erro o que impossibilita a sua resolução de acordo com o enunciado, pois há mais de uma alternativa errada, devendo ser anulada.
GEZIEL JOSÉ DA SILVA	Sobre a questão 29 da prova para o cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica venho fazer o pedido de recurso pois em 2019 não houve qualquer tipo de votação eleitoral. Então houve erro na questão isso causa a anulação de qualquer resposta. [QUESTÃO 29] No ano de 2018, votamos para Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual. No ano de 2019 (onde o correto seria 2016 tendo em vista que 2019 não há eleição para nenhum cargo), votamos para Prefeito e Vereadores. No município de Nova Maringá, elegeremos (elegeremos da a entender também que estariam supondo eleições de 2020?): Mas independente da compreensão vejo o erro da questão, e em vista que 2019 não houve eleição venho aqui entrar com recurso para a análise dessa questão.	DEFERIDO	29	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: Anula-se a questão por erro na formulação, pois não há eleições no ano de 2019 e sim em 2020.
GUILHERME WEBER	Na referida questão, pede-se que o candidato assinale a alternativa em que pelo menos uma das palavras deveria ser sido escrita com X e não com CH. Como gabarito, foi disponibilizado a alternativa D) Chilografia - Gueicha. No entanto, a alternativa C) Chacoalhar - Xingo, também encontra-se correta, uma vez que, de acordo com o Dicionário Aurélio e o o Dicionário Houassis a palavra ´´Xingo´´, é a conjugação do verbo Xingar no presente do indicativo (Eu) Xingo. Logo, a referida questão apresenta duas alternativas corretas, necessitando ser anulada.	DEFERIDO	8	Português	DEFERIDO:Deve-se proceder com a anulação da questão, pois a mesma possui em suas opções de resposta, duas opções assertivas, não sendo possível ao candidato escolher apenas uma resposta correta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

GUILHERME WEBER	Na referida questão, solicita-se que o candidato assinale a alternativa com a referida região em que as cidades Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia se localizam. As referidas cidades, de acordo com a distribuição geográfica do IBGE, disponível como fonte o arquivo intitulado ´´ Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas´´ volume 1, página 130, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf se localizam na região Nordeste do Mato Grosso, constando como sub-região a região Norte Araguaia. De acordo com o ´´Plano Estadual da Saúde PES-MT 2016- 2019´´ disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso - SES.MT,página 31, podemos considerar a mesma região como sendo a Região se Saúde Norte Karajá, tendo como referência o município de São Félix do Araguaia. Ainda que a mesma região possa ser denominada de diversas formas, todas as demais referências, bem como as acima supracitadas, convergem ao fato de estas cidades encontrarem-se na região Nordeste Mato-Grossense e na Sub-Região de Norte ou Médio-Norte Araguaia. O gabarito disponibilizado assinala como alternativa correta a opção b) Noroeste, mas em nenhuma referência foi encontrada tal informação, uma vez que a região Noroeste Mato-Grossense, em todas as fontes pesquisadas, localiza-se nas proximidades da divisa entre Mato Grosso - Rondônia - Amazonas, tendo como munício referência a cidade de Juína. Mediante ao exposto, solicito a anulação da questão pelo fato de não apresentar alternativa correta.	DEFERIDO	12	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: A Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense, é composta pelos municípios de Alto Boa Vista; Bom Jesus do Araguaia; Canabrava do Norte; Confresa; Luciara; Novo Santo Antônio; Porto Alegre do Norte; Ribeirão Cascalheira; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; São Félix do Araguaia; São José do Xingu; Serra Nova Dourada e Vila Rica. Portanto o Gabarito deve-se ser alterado para a alternativa "C".

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

GUILHERME WEBER	Na referida Questão, a Assertiva I é dada como verdadeira, nela, lê-se o seguinte: A ressecção transuretral da próstata está frequentemente associada com o uso de 20 a 30 L de solução, contendo glicina, sorbitol ou manitol. O fluído entra na circulação rapidamente através das largas veias prostáticas. Alguns pacientes absorvem 3L ou mais, podendo levar o sódio a concentrações abaixo de 100 mEq/L.. No entanto, com base em diversas pesquisas, como as realizadas por Ishio et al, 2015; e Moorthy et al, 2001, a quantidade utilizada em tal procedimento é de aproximadamente 10 - 30 ml/hora. Sabendo-se que tal procedimento costuma ser realizado em média de 50 minutos, o volume médio absorvido em tal procedimento seria de 1500 ml. Absorções de volumes maiores, são muito incomuns, sendo tratados como uma complicação cirúrgica gravíssima. A forma que a assertiva encontra-se elaborada, leva a interpretação de que se está tratando de um procedimento cirúrgico padrão e não de uma complicação cirúrgica, induzindo, de forma capciosa, à um erro de interpretação. Como fica evidente em passagem retirada do artigo ´´Síndrome de ressecção transuretral da próstata´´, extraído da revista médica de Minas Gerais, volume 27, de autoria de Amorim, et al, em que verificamos o seguinte: ´´Os fluidos utilizados para irrigação entram diretamente no intravascular através do plexo venoso prostático ou são mais lentamente absorvidos pelos espaços retroperitoneais ou perivesicais. As quantidades absorvidas são variáveis mas estimadas, em média, de 10-30ml/min. Os riscos de sintomas associados aumentam significativamente quando há absorção de mais de 1 litro de fluidos por hora. Tanto hipertensão como hipotensão podem ocorrer durante a SRTU.4 A primeira é explicada pela rápida expansão volêmica decorrente da absorção da solução irrigante levando ao aumento da pressão arterial com bradicardia reflexa.4 Tal sobrecarga volêmica aguda em pacientes com falência ventricular esquerda pode causar edema pulmonar.4 Estudos recentes tem revelado que as variações na osmolaridade plasmática não são tão significativas, mostrando que a alteração do volume plasmático independente da osmolaridade tem um papel mais importante na morbimortalidade associada com a síndrome.´´ Ficando claro, dessa forma, que a absorção de um litro ou mais de fluído, deve-se ser considerada como uma complicação e não como uma parte protocolar da cirúrgica, como a assertiva nos leva a interpretar, não havendo assim gabarito correto, uma vez que ao considerar está assertiva como errada, a única alternativa existente é a alternativa ´´c´´ também incorreta. Dessa forma, tal questão necessita-se ser anulada. Artigo completo disponível em: http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2207 Literatura complementar: Ishio J, Nakahira J, Sawai T, Inamoto T, Fujiwara A, Minami T. Change in serum sodium level predicts clinical manifestations of transurethral resection syndrome: a retrospective review. Bmc Anesthesiology. 2015; 15(1): 50-60. DOI: 10.1186/ s12871-015-0030-z. Moorthy HK, Philip S. TURP syndrome - current concepts in the pathophysiology and management. Indian Journal Of Urology. 2001; 17(2): 97-102.	DEFERIDO	28	Específica	A questão encontra-se com erro na formulação apresentado duas alternativas - corretas, devendo ser anulada.
MAGDA PACHECO ROCHA DE MELO	Bom dia me chamo Magda e minha duvida sobre a questa 21 da prova para recepcionista é: Qual brasão vocês tiraram como referência na pprova ? O da internet, ou o que ta estampado enorme na porta da camara de vereadores aqui de Nova Maringa onde contém a cor azul também, qual deles é o correto? E nos que fizemos a prova em qual deveriamos acredita	IMPROCEDENTE	21	Conhecimentos Gerais	Improcedente: O brazão que consta no site da Prefeitura de Nova Maringá/MT, disponível no endereço eletrônico:https://www.novamaringa.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Hino-Bandeira-e-Brasao/

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO FERREIRA SILVA	Venho por meio deste solicitar a revisão da questão 39, pois a resposta julgado como certa no gabarito não condiz com o conceito do principio Equidade referenciado pela legislação." o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior." (consulte em http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus) ou seja Equidade como conceito central é adequar as suas ações em saúde de acordo com às necessidades de cada pessoa. Portanto não tem nenhuma alternativa que condiz com a questão.	IMPROCEDENTE	39	Específica	EQUIDADE:Definição: Equidade, f. Princípio constitucional do SUS que prevê a distribuição de recursos em função das necessidades de saúde de uma determinada população. Condições para que todas as pessoas tenham acesso a todos os direitos que lhe são garantidos. E para que se possa exercer a equidade, é preciso que existam ambientes favoráveis, acesso à informação, acesso a experiências e habilidades na vida, assim como oportunidades que permitam fazer escolhas por uma vida mais sadia. o contrário de equidade é iniquidade, e as iniquidades no campo da saúde têm raízes nas desigualdades existentes na sociedade. Fonte:http://bvsms2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=4980&n=1&s=5&t=2
MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO FERREIRA SILVA	A questão pede o valor de X da seguinte equação: Calculo da questão: 5x+10= 2x + 4 5x-2x=4-10 3x= -6 x= -2 Portanto deveria ter uma uma alternativa -2 e tem apenas 2. https://matematica.com.br/files/2/Equa____o_do_primeiro_grau.pdf	DEFERIDO	13	Matemática	Recurso assiste ao recorrente, deve-se proceder com a anulação da questão, visto que a resposta correta para a questão é, de fato, “-2” (número negativo), e não “2”, como está escrito na alternativa indicada. A seguir tem-se a resolução.5x + 10 = 2x + 4;3x = -6;x = -2;FONTE:- Filho, B.; Silva, C.. Matemática Aula por Aula. Volume Único. Editora FTD. 2001.
PAULO VICTOR FROZZA	a palavra Charpe na alternativa C da questão também é um substantivo masculino, ou ela foi escrita errada.	IMPROCEDENTE	5	Português	Indeferido – A palavra charpe não existe e, portanto, não pode ser classificada como substantivo masculino.
PAULO VICTOR FROZZA	Nessa questão, o certo seria a alternativa C, pois não existe uma quantia que cada agricultor possa estar utilizando de água nas lavouras, isso porque o abastecimento de alimento é essencial para a sobre vivencia da humanidade.	IMPROCEDENTE	20	Conhecimentos Gerais	O candidato não fundamentou seu recurso o que impossibilidade a análise conforme item 8.6 do Edital Normativo.
PAULO VICTOR FROZZA	Essa questão tem 2 alternativas corretas, tanto a letra B como a D, pois a função descrita abre uma janela de propriedades do mozilla, que é uma janela, como dito na alternativa D também.	DEFERIDO	27	Específica	Por haver na questão duas alternativas como corretas (B e D), anula-se a questão por erro na formulação.

RECURSOS

PAULO VICTOR FROZZA	Essa questão esta com a resposta no gabarito errada, pois a resposta certa seria a alternativa A, pois essa sistema ou processo, não tem nada a ver com a lei das Sociedades Anônimas. Significado de consubstanciar: verbo transitivo 1. Unir numa única substância. 2. Tornar unido ou consolidado. = UNIFICAR 3. Converter em substância; dar forma O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais.	DEFERIDO	36	Específica	Altera-se o Gabarito para a alternativa "A".O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:I - o plano plurianual;II - as diretrizes orçamentárias;III - os orçamentos anuais.O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.De acordo com a Constituição Federal, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
PAULO VICTOR FROZZA	Na ultima opção desta alternativa ela seria Verdadeira, ficando correto a alternativa D - VFV. Pois em uma organização com a estrutura centralizada, ela elimina sim os esforços duplicados dos tomadores de decisões, pois só um vai tomar a decisão, quem esta no topo, e também reduz custos operacionais, pois a menos pessoas para tomar decisões em relação ao processo produtivo, gerando uma economia de pessoal.	IMPROCEDENTE	39	Específica	O candidato não fundamentou seu recurso o que impossibilidade a análise conforme item 8.6 do Edital Normativo.
PAULO VICTOR FROZZA	A resposta dessa questão deveria ser a alternativa D, pois as missões e objetivos influenciam sim os executivos no plano estratégico. "O planejamento estratégico está relacionado à missão, metas, valores e objetivos organizacionais. A decisão por tomar uma ação específica exige que os resultados sejam observados para, então, definir quais mudanças na estratégia devem ser adotadas."	IMPROCEDENTE	40	Específica	O candidato não fundamentou seu recurso o que impossibilidade a análise conforme item 8.6 do Edital Normativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

VALDIONIDA CANDIDO DE MADUREIRA DE ALMEIDA ALVES	Em relação a questão 27, A vacina absorvida hepatite A (inativada), encontran-se na questão duas respostas CORRETAS. Enunciado (C), ampola com dose única 0,5 ml, segundo o laboratório: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/26/Informe-t–cnico-vacina-hepatite-A-junho-2014.pdf. e o laboratório: Seringa contendo 0,5 ml https://br.gsk.com/media/561298/bl_havrix_inj_gds12ipi08_l0703.pdf. Com vista nessas duas respostas certas, peço que anule a questão anunciada.	DEFERIDO	27	Específica	Recurso procedente: A vacina adsorvida hepatite A (inativada) deve ser administrada somente por via intramuscular. Para adultos, adolescentes e crianças com mais de 2 anos de idade, o músculo deltoide é o local preferencial para injeção intramuscular. Para crianças com idade entre 12 e 23 meses de idade, a área anterolateral da coxa é o local preferencial para injeção intramuscular. A vacinação consiste na administração de uma primeira dose e de uma dose de reforço, administradas de acordo com o seguinte esquema: Crianças/Adolescentes – 12 meses a 17 anos de idade: indivíduos de 12 meses a 17 anos de idade devem receber primeiramente a dose única de 0,5 mL (aproximadamente 25 U) da vacina e, 6 a 18 meses depois, dose de reforço de 0,5 mL (aproximadamente 25 U). Adultos: indivíduos com idade maior ou igual a 18 anos devem receber primeiramente a dose única de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) da vacina e, 6 a 18 meses depois, dose de reforço de 1,0 mL (aproximadamente 50 U). Adultos com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV): adultos HIV-positivos devem receber a dose única de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) da vacina e a dose de reforço de 1,0 mL (aproximadamente 50 U) 6 meses depois. Pode-se administrar uma dose de reforço da vacina adsorvida hepatite A (inativada), 6 a 12 meses após a primeira dose de outras vacinas hepatite A (inativada). Procure seu médico para maiores detalhes. Anula-se a questão por conter mais de uma alternativa correta. Fonte:http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=36132014&pIdAnexo=1927889

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

VALDIONIDA CANDIDO DE MADUREIRA DE ALMEIDA ALVES	Em relação a questão 32, que fala da vacina Triplice Viral em adultos, contém dois enunciados corretos: sendo elas a alternativa (B- SARAMPO) e a alternativa (C- CAXUMBA). O calendário de vacinação nos da esse respaudo e direito de recorrer. http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao https://pebmed.com.br/novo-calendario-nacional-de-vacinacao-do-ministerio-da-saude-para-2019/	IMPROCEDENTE	32	Específica	Com essas mudanças no Calendário Nacional de Vacinação, a expectativa é aumentar a vacinação na infância, protegendo mais contra doenças, além de aumentar a imunidade dos adolescentes e reduzir a ocorrência das doenças imunopreveníveis; Já na alteração para os adultos, os objetivos são: contribuir para a redução da incidência da caxumba em adultos jovens, bem como manter eliminada a rubéola e o sarampo no país; aumentar a oportunidade de vacinação durante a gestação e proporcionar proteção para os bebês contra a coqueluche por conta dos anticorpos que são transferidos da mãe para o feto. A vacinação no puerpério visa o resgate das mulheres que perderam a oportunidade de se vacinar durante a gravidez.Nota-se que no enunciado da questão pede ao candidato “A vacina tríplice viral em adultos visa à diminuição da incidência de”. Portanto a vacina reduz a caxumba e mantém eliminada manter eliminada a rubéola e o sarampo. Mantém-se o Gabarito já divulgado. http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/52392-veja-o-que-muda-no-calendario-de-vacinacao-em-2017

RECURSOS

A questão em apreço requer que o candidato assinale dentre, as alternativas apresentadas, aquela que se correta quanto a uma hipótese que constitui a taxa pública. O gabarito trouxe como alternativa correta a letra C. Ocorre, porém, que se Trata de questão que não possui nenhuma assertiva apta para ser assinalada. Explica-se!
A alternativa A possui como hipótese a Taxa de prevenção de incêndio. Data máxima vênia, a prevenção e combate a incêndio não podem ser remuneradas mediante taxas, conforme ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº. 643.247/SP. Nesta ocasião a Suprema Corte fixou a seguinte tese em repercussão geral: "A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município à criação de taxa para tal fim". A ementa do acórdão vem assim disposta: TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO – INADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL. Descabe introduzir no cenário tributário, como obrigação do contribuinte, taxa visando a prevenção e o combate a incêndios, sendo imprópria a atuação do Município em tal campo. [RE 643.247, voto do rel. min. Marco Aurélio, j. 1º-8-2017, P, DJE de 19-12-2017, Tema 16.]
De uma análise superficial, fica fácil se constatar que o combate e prevenção de incêndios, enquanto atividade precípua do poder público voltado para o campo da segurança pública, não pode ser tributado mediante taxa, mas sim mediante impostos. Com base nisso, a assertiva não poderia ser assinalada pelo candidato.

A alternativa B traz como assertiva a hipótese de taxa de iluminação pública. Sem maiores delongas, a Súmula vinculante nº 41 do STF nos ensina que "O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa". Diante disso, não há como dar-se como alternativa apta de ser assinalada.
A alternativa C traz como hipótese a Taxa de Serviço Postal, sendo a opção considerada correta por esta r. Banca Examinadora. No entanto, os serviços postais não são remunerados mediante taxa, mas sim preço público.
A taxa e o preço público são institutos que em nada se assemelham, vez que possuem peculiaridades e características próprias que os distanciam. A taxa é considera pela CF/88 como uma das espécies de tributos submetendo-se integralmente ao regime jurídico de direito público, de modo que sua cobrança é cogente e vinculada, não dependendo da vontade do contribuinte, e somente pode ser instituída por pessoas jurídicas de direito público. Já o preço público caracteriza-se por sua natureza privada, cobrado muitas vezes por pessoas jurídicas de direito privado e somente nos casos em que os contribuintes optam pela utilização de um determinado serviço. Deste modo, ou um serviço público é remunerado por taxa ou por preço público.
No que tange especificamente ao serviço postal o STF já se manifestou à exaustão quanto à impossibilidade de ser remunerado por taxa, vez que se caracteriza como serviço opcional que deve ser submetido ao regime de direito privado, mesmo porque quem os cobra é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado. Como visto acima, as taxas não podem ser instituídas por pessoas de direito privado, já se mostrando, somente com este argumento, a impossibilidade de a alternativa ser considerada correta. Vejamos o posicionamento do STF:
"(...) serviços públicos propriamente estatais, em cuja prestação o Estado atue no exercício de sua soberania, visualizada esta sob o ponto de vista interno e externo: esses serviços são indelegáveis, porque somente o Estado pode prestá-los. São remunerados, por isso mesmo, mediante taxa, mas o particular pode, de regra, optar por sua utilização ou não. (...) 2) Serviços públicos essenciais ao interesse público: são serviços prestados no interesse da comunidade. São remunerados mediante taxa. (...) 3) Serviços públicos não essenciais e que, não utilizados, disso não resulta dano ou prejuízo para a comunidade ou para o interesse público. Esses serviços são, de regra, delegáveis, vale dizer, podem ser concedidos e podem ser remunerados mediante preço público. Exemplo: o serviço postal, os serviços telefônicos, telegráficos, de distribuição de energia elétrica, de gás, etc.
[ADI 447, rel. min. Octavio Gallotti, voto do min. Carlos Velloso, j. 5-6-1991, P, DJ de 5-3-1993.]
RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL JULGADA – PROVIMENTO. 1. O Supremo, no recurso extraordinário nº 594.116/SP, relatado no Pleno pelo ministro Edson Fachin, sob a óptica da repercussão geral, acórdão publicado no Diário da Justiça de 4 de abril de 2016, assentou estar o Instituto Nacional do Seguro Social isento do recolhimento relativo às despesas de porte de remessa e retorno, considerado o previsto no § 1º do artigo 511 do Código de Processo Civil de 1973. Na ocasião, votei vencido. Confiram a síntese do pronunciamento formalizado: RECURSO

VERA MARIA PADILHA DA SILVA

RECURSOS

EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TAXA JUDICIÁRIA. PREPARO RECURSAL. PORTE DE REMESSA E RETORNO. ISENÇÃO. INSS. JUSTIÇA ESTADUAL. 1. A despesa com porte de remessa e retorno não se enquadra no conceito de taxa judiciária, uma vez que as custas dos serviços forenses se dividem em taxa judiciária e custas em sentido estrito. Precedente: AI-ED 309.883, de relatoria do Ministro Moreira Alves, Primeira Turma, DJ 14.06.2002. 2. O porte de remessa e retorno é típica despesa de um serviço postal, prestado por empresa pública monopolística e, assim, remunerado mediante tarifas ou preço público. Precedente: AI-QO 351.360, de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 07.06.2002. 3. O art. 511 do Código de Processo Civil dispensa o recolhimento dessa despesa processual por parte do INSS, pois se trata de norma válida editada pela União, a quem compete dispor sobre as receitas públicas oriundas da prestação do serviço público postal. 4. A lei estadual, ora impugnada, apenas reproduziu o entendimento esposado no próprio CPC de que as despesas com o porte de remessa e retorno não se incluem no gênero taxa judiciária, de modo que não há vício de inconstitucionalidade no particular. 5. Verifica-se que o art. 2º, parágrafo único, II, in fine, da Lei paulista 11.608/2003, é inconstitucional, uma vez que o Conselho Superior da Magistratura, como órgão de nível estadual, não possui competência para tratar das despesas com o porte de remessa e retorno. Declaração incidental de inconstitucionalidade da expressão cujo valor será estabelecido por ato do Conselho Superior da Magistratura. 6. Recurso extraordinário a que se dá provimento, para cassar o acórdão recorrido e determinar o processamento da apelação no Tribunal de origem. 2. Conheço do extraordinário e o provejo para, reformando o acórdão recorrido, determinar ao Colegiado de origem que prossiga no julgamento da apelação, afastada a deserção. 3. Publiquem. Brasília, 11 de junho de 2019. Ministro MARCO AURÉLIO Relator
(STF - RE: 1214445 SP - SÃO PAULO, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 11/06/2019, Data de Publicação: DJe-129 14/06/2019).
Veja, que neste último julgado, o STF claramente compara o porte de remessa e retorno de autos processuais a um serviço postal que deve ser remunerado por tarifas ou preço público. Cito novamente a passagem: "O porte de remessa e retorno é típica despesa de um serviço postal, prestado por empresa pública monopolística e, assim, remunerado mediante tarifas ou preço público".
Portanto, não é possível assinalar referida alternativa, porquanto os serviços postais são remunerados por preços públicos.
A alternativa D traz como hipótese a opção taxa de serviço de água. Porém, assim como destacado acima, os serviços públicos de distribuição de água são remunerados por preço público/tarifa, consoante entendimento sedimentado pela jurisprudência pátria. Senão, vejamos o teor da Súmula 407 do STJ: "É legítima a cobrança da tarifa de água, fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo". Note que há clara menção à possibilidade de TARIFA de água, não sendo possível se falar em cobrança mediante taxa. Desta forma, assim como nos demais casos, está assertiva não é apta de ser assinalada pelo candidato
Frente ao exposto, considerando não existem assertivas possíveis de serem assinaladas para questão, deve a mesma ser ANULADA.

DEFERIDO	39	Especifica	Recurso procedente: Por haver duas alternativas a ser indicada "C e D", anula-se por erro na formulação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

WILLIAN DA SILVA RODRIGUES	não houve e não haverá eleicão em 2019.	DEFERIDO	29	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: Anula-se a questão por erro na formulação, pois não há eleições no ano de 2019 e sim em 2020.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas.

II. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

III. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 23 de Setembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO – Prefeito Municipal

aLCIONE SÁVIO RIBEIRO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO – Secretária

MARIA GARDENIA DA SILVA – Membro

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas.

II. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

III. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 23 de Setembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO – Prefeito Municipal

aLCIONE SÁVIO RIBEIRO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO – Secretária

MARIA GARDENIA DA SILVA – Membro

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o parecer dos recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas.

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas, definitivo após a análise dos recursos.

III. Divulgar o resultado parcial (Provas - Objetivas, Práticas e de Títulos).

IV. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

V. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 07 de Outubro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO – Prefeito Municipal

aLCIONE SÁVIO RIBEIRO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO – Secretária

MARIA GARDENIA DA SILVA – Membro

RECURSOS HUMANOS
RESULTADO PARCIAL 02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO PARCIAL (PROVAS OBJETIVAS)

AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAUDE

INSCRIÇÃO	NOME	POR	CG	ESP	NOTA FINAL	NASC.
0001020	ADRIANA CRISTINA ANDRADE	10,00	14,00	27,00	51,00	18/01/1993
0000520	ADRIANO JOÃO DA SILVA BELASCO	-	-	-	-	16/11/1988
0000270	AGUIAR JOSÉ DOS SANTOS	18,00	12,00	48,00	78,00	30/01/1976
0001480	ALEX DE MELO SILVA	14,00	12,00	33,00	59,00	11/12/1992
0000350	ALEX SANDRO DA PAZ TOMASI	12,00	12,00	57,00	81,00	07/07/1995
0000430	ALEXSANDRA MARIA DOS SANTOS SILVA CLEMENTINO	18,00	14,00	51,00	83,00	29/07/1995
0000510	AMANDA CRISTINA PISAIA ARAÚJO	12,00	6,00	18,00	36,00	11/12/2000
0000010	AMANDA JACINTO DOS SANTOS	-	-	-	-	20/04/2000
0000310	ANA CAROLINA DOMINGOS LEITE	6,00	10,00	30,00	46,00	30/08/1999
0001540	ANDREW JONASSON MOUSQUER	-	-	-	-	22/07/1992
0000290	ANDRIELLI PRICILA SOARES	14,00	10,00	27,00	51,00	18/08/1996
0000460	ANGÉLICA OLIVEIRA TOMÉ	12,00	10,00	36,00	58,00	20/11/1995
0001600	ARIELE LIMA DA SILVA	8,00	8,00	24,00	40,00	14/11/1997
0000060	CAROLINA DA SILVA BARDEN	14,00	16,00	48,00	78,00	11/10/1999
0001270	COSME WERITON RIBEIRO DOS SANTOS	16,00	14,00	33,00	63,00	11/06/1993
0000820	CRISLAINE FERREIRA DA SILVA	-	-	-	-	29/06/1990
0001290	CRISTOVO GUEDES GOMES	10,00	12,00	33,00	55,00	07/07/1987
0001570	DANIELE HARALA FARIAS	16,00	14,00	45,00	75,00	02/07/1985
0000240	DARIO DOUGLAS DA SILVA	-	-	-	-	02/06/1986
0000990	DAVI CASTRO DOS REIS	-	-	-	-	19/05/1999
0001140	DEIBSON CLEI DE CAMPOS	12,00	12,00	48,00	72,00	14/07/1984
0001610	DOUGLAS VIDAL DEMETRIO	12,00	10,00	39,00	61,00	10/08/1997
0001170	EDELDON DIAS DE ALVARENGA	12,00	6,00	27,00	45,00	20/09/1992
0000040	EDI CARLOS RODRIGUES JULIO	8,00	14,00	39,00	61,00	19/11/1977
0000400	ELIAS SPITZ DE OLIVEIRA	12,00	10,00	24,00	46,00	22/08/1997
0001050	ELVES DARLAN TIEFENSE LACERDA	6,00	10,00	36,00	52,00	28/05/1974
0000750	EMANUELA DO NASCIMENTO FERREIRA	6,00	14,00	36,00	56,00	08/10/1986
0001520	EVERTON DOS SANTOS	14,00	14,00	42,00	70,00	11/12/1987
0000680	FABIO APARECIDO DOS SANTOS	10,00	16,00	21,00	47,00	19/05/1987
0000070	FATIMA FERNANDES GOLICZESKI	8,00	12,00	36,00	56,00	06/04/1985
0001470	FERNANDO ASSIS CORREIA	10,00	14,00	33,00	57,00	26/07/1986
0000960	GEOVANE DE ALMEIDA ALVES	-	-	-	-	03/08/1993
0001420	GEOVANE PEREIRA CHAGAS	6,00	10,00	33,00	49,00	14/01/1991
0001060	GISELE APARECIDA BARBOSA	8,00	10,00	39,00	57,00	24/02/1995
0001180	ISLE ELY DE OLIVEIRA SILVA	-	-	-	-	30/09/1997
0001110	JESSICA BATISTELI DOS SANTOS	-	-	-	-	28/02/1995
0001360	JONATAN WILLIAN DA SILVA	6,00	10,00	36,00	52,00	10/01/1984
0001230	JOSÉ MARIA DE SOUZA NETO	-	-	-	-	03/07/1994
0001430	JOSIANE CRISTINA DE SOUZA	6,00	8,00	33,00	47,00	05/02/1983
0000620	JULIANA BANDEIRA	12,00	8,00	39,00	59,00	03/02/1992
0000360	KARINE PORTILHO DA CONCEIÇÃO	10,00	6,00	33,00	49,00	14/07/2000
0001350	KARLA LETICIA RONDON FERNANDES MELO	12,00	12,00	24,00	48,00	03/01/1984
0001500	KATIANE CRUZ PAZZETTO MAIOSTRI	16,00	14,00	27,00	57,00	25/02/1993
0001560	KEITE DA SILVA RIBEIRO	8,00	10,00	30,00	48,00	14/04/1994
0000910	KEZIA FREZ DE SOUZA	10,00	8,00	30,00	48,00	09/07/1992
0000250	LETÍCIA RANGEL DA COSTA	8,00	6,00	27,00	41,00	10/10/1999
0001460	LUIZ FERNANDO DE MELO CALVARIO	4,00	18,00	33,00	55,00	24/06/1993
0000320	LUIZ OTAVIO CUNHA MORAES	-	-	-	-	28/03/1999
0000860	MARCELO LIMA DA SILVA	8,00	12,00	21,00	41,00	12/02/1990

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO PARCIAL (PROVAS OBJETIVAS)

0000930	MARCOS DOGLAS RODRIGUES	-	-	-	-	01/11/1995
0000080	MARIANE FERREIRA SILVA SPITZ	6,00	12,00	24,00	42,00	20/11/1991
0000220	MARILETE CRISTINA MOHR STEFFENS	14,00	12,00	39,00	65,00	06/12/1983
0000050	MARILZA DA SILVA SOUZA	10,00	8,00	18,00	36,00	14/07/1993
0000720	MARTA REGINA DOS SANTOS	8,00	12,00	36,00	56,00	05/12/1982
0001440	MAYSA DA SILVA SOUZA	10,00	2,00	30,00	42,00	18/12/1990
0000090	MAYSA LOPES DOS SANTOS	8,00	12,00	33,00	53,00	04/11/1998
0001400	MICHEELE MAYARA DE OLIVEIRA CALAÇA	14,00	12,00	21,00	47,00	27/03/1990
0000550	MIKAELE CAROLINA SANTOS FERNANDES	10,00	12,00	39,00	61,00	02/03/1992
0000480	MIRELA DA SILVA MACHADO	-	-	-	-	21/06/1991
0000020	MIRENI GOMES DE MOURA	8,00	12,00	24,00	44,00	28/09/1988
0001040	MIRIA DE OLIVEIRA LOPES	14,00	12,00	36,00	62,00	12/05/1980
0001590	MOACIR FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	12/04/1990
0000730	MÔNICA CRISTINA BARRETO DA SILVA	14,00	10,00	39,00	63,00	14/01/1994
0000710	NOELI APARECIDA DA SILVA	6,00	10,00	27,00	43,00	27/05/1985
0000340	PATRÍCIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	10,00	6,00	42,00	58,00	01/05/1991
0000210	PAULO FRANCISCO DA PAZ	6,00	14,00	36,00	56,00	22/08/1975
0000390	REGINALDO DE MELO SANTOS	8,00	14,00	39,00	61,00	09/02/1986
0000780	RITA CASSIA DE ALMEIDA	-	-	-	-	22/05/1981
0000120	ROBSON GADEIA BERNARDINO	12,00	12,00	30,00	54,00	22/07/1989
0000560	ROSANGELA MELO GOLARTE	6,00	14,00	27,00	47,00	27/09/1989
0000130	ROSELI FELÍCIO DE OLIVEIRA	12,00	14,00	33,00	59,00	31/10/1976
0001150	ROSICLÉIA RALLA	12,00	8,00	39,00	59,00	08/03/1994
0000230	RUTH NUNES MACEDO	-	-	-	-	30/10/1980
0000980	SAMARA CORREIA HARALA	14,00	10,00	33,00	57,00	04/08/1995
0001250	SAMIRA SARA RODRIGUES FERREIRA	-	-	-	-	21/01/1987
0001190	SOLANGELA LOPES DA SILVA	6,00	14,00	27,00	47,00	15/12/1980
0000150	SONIA APARECIDA LEODORO	14,00	10,00	27,00	51,00	08/09/1970
0000660	SUELI MARIA DA SILVA	14,00	6,00	24,00	44,00	31/03/1967
0000940	SUZANE PATRICIA DOS SANTOS FARINA	-	-	-	-	28/04/1989
0001550	TAINÁ CONCEIÇÃO RODRIGUES	14,00	8,00	48,00	70,00	06/12/1994
0000880	TATIANE ARRUDA DE OLIVEIRA SILVA	12,00	12,00	39,00	63,00	16/05/1987
0000110	VALDELICE DE OLIVEIRA LEITE	10,00	10,00	24,00	44,00	28/06/1975
0000420	VANESSA ALVES SERAFIM MENDONÇA	12,00	10,00	39,00	61,00	28/08/1982
0001160	VANESSA DIAS CABREIRA	8,00	14,00	21,00	43,00	02/10/1996
0001260	VANESSA MARQUES DE SOUZA TAQUES	-	-	-	-	13/11/1999
0000790	VANESSA MARTINS FERREIRA	14,00	12,00	36,00	62,00	25/04/1988
0000540	WENDERSON MENDES DE OLIVEIRA	8,00	6,00	36,00	50,00	21/12/1989
0000670	WILLIAN LEANDRO LEITE	12,00	8,00	39,00	59,00	11/07/1995
0000640	ZILDA NETA ROSA SALGADO	-	-	-	-	20/07/1995

RECURSOS HUMANOS
GABARITO PRELIMINAR CONCURSO 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

ANALISTA ADMINISTRATIVO									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: D	09: B	10: D
11: B	12: B	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: B	22: C	23: A	24: C	25: A	26: B	27: B	28: C	29: A	30: C
31: B	32: B	33: D	34: D	35: C	36: C	37: C	38: C	39: B	40: A
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: B	33: A	34: D	35: B	36: C	37: B	38: B	39: C	40: D
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: B	32: A	33: B	34: A	35: D	36: D	37: A	38: A	39: D	40: B
AUXILIAR DE MECÂNICO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
BORRACHEIRO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: D	39: B	40: C

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

COVEIRO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
DENTISTA									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: D	09: B	10: D
11: B	12: B	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: B	22: D	23: A	24: D	25: C	26: A	27: B	28: D	29: D	30: C
31: A	32: A	33: B	34: D	35: C	36: D	37: C	38: D	39: B	40: D
ELETRICISTA									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: B	32: A	33: D	34: C	35: A	36: A	37: A	38: C	39: A	40: D
ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: C	32: A	33: B	34: D	35: A	36: A	37: A	38: C	39: A	40: D
ENGENHEIRO CIVIL									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: D	09: B	10: D
11: B	12: B	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: C	22: B	23: C	24: C	25: B	26: D	27: C	28: C	29: D	30: B
31: B	32: C	33: A	34: C	35: C	36: D	37: C	38: D	39: A	40: D
ENGENHEIRO SANITARISTA									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: D	09: B	10: D
11: B	12: B	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: D	22: D	23: A	24: D	25: D	26: A	27: D	28: C	29: A	30: A
31: B	32: D	33: C	34: D	35: B	36: D	37: C	38: D	39: D	40: D
FISCAL DE TRIBUTOS									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: B	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: A	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: A
31: A	32: B	33: B	34: D	35: C	36: D	37: A	38: C	39: C	40: B
JARDINEIRO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: C	34: A	35: D	36: A	37: B	38: A	39: A	40: D
LAVADOR									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: C	32: D	33: C	34: B	35: C	36: D	37: A	38: A	39: A	40: A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

MÉDICO CLINICO GERAL									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: D	09: B	10: D
11: B	12: B	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: A	22: C	23: C	24: B	25: A	26: D	27: C	28: B	29: D	30: C
31: A	32: A	33: B	34: D	35: C	36: D	37: A	38: A	39: B	40: C
MOTORISTA - CNH "D OU "E"									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
MOTORISTA - CNH "D OU "E"									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
PREGOEIRO									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: D	09: B	10: D
11: B	12: B	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: B	22: A	23: D	24: D	25: B	26: C	27: C	28: C	29: A	30: D
31: C	32: B	33: A	34: B	35: B	36: A	37: D	38: C	39: C	40: B
RECEPCIONISTA									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: D	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: B	30: D
31: A	32: B	33: A	34: D	35: B	36: C	37: B	38: B	39: C	40: D
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: B	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: A	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: A
31: A	32: B	33: B	34: D	35: C	36: B	37: A	38: C	39: D	40: D
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR)									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: B	19: B	20: C
21: B	22: B	23: B	24: B	25: B	26: C	27: A	28: D	29: C	30: A
31: A	32: B	33: D	34: C	35: D	36: B	37: B	38: C	39: D	40: C

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: B	19: B	20: C
21: A	22: B	23: D	24: C	25: B	26: C	27: B	28: D	29: C	30: C
31: C	32: A	33: D	34: B	35: A	36: D	37: B	38: C	39: A	40: C
TÉCNICO EM ENFERMAGEM									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: B	19: B	20: C
21: C	22: D	23: B	24: B	25: C	26: D	27: B	28: C	29: A	30: D
31: B	32: C	33: D	34: A	35: A	36: C	37: B	38: D	39: C	40: B

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2019. PREGÃO PRESENCIAL 014/2019.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ** com CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE reajustar os preços da **KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA -** inscrito no **CNPJ 00.445.400/**

0001-00, neste ato representada pela sócia proprietária senhora, **ALICE DE CEZARO KIRST**, portador do **CPF/MF n.º 801.459.571-87**, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 022/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 014/2019, ajustam e celebram o presente Termo, conforme Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação teve por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,**conforme especificações e condições constante na Ata, no edital e seus anexos.

2. DAS FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS

2.1. Este Termo encontra amparo legal no artigo 65 inciso II, “d”, da Lei 8.666/93 e suas alterações e está previsto na Clausula 8.2 da Ata de Registro de Preço 022/2019.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de reequilíbrio econômico, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços 022/2019 e conforme tabela abaixo:

LOTE 06 - ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA - PARA ABASTECIMENTO EM **“BOMBA”** NO PERÍMETRO URBANO DO **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT**. O PRAZO DE ENTREGA É IMEDIATO APÓS A ORDEM DE FORNECIMENTO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE REQUISIÇÃO.

VALOR ANTERIOR AO REEQUILIBRIO – LOTE 06

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	5.000	GASOLINA BOMBA	Litro	R$ 4,799	R$ 23.995,00
02	20.000	ÓLEO DIESEL S10 BOMBA	Litro	R$ 4,0952	R$ 81.904,00
TOTAL: R$ 105.899,00					

VALOR ATUALIZADO APÓS REEQUILIBRIO DE 0,88% NA GASOLINA E 3,44% NO DIESEL S10.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	5.000	GASOLINA BOMBA	Litro	R$ 4.841	R$ 24.205,00
02	20.000	ÓLEO DIESEL S10 BOMBA	Litro	R$ 4,236	R$ 84.720,00
TOTAL: R$ 108.925,00					

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. O Reequilíbrio é justificável tento em vista o aumento do combustível anunciado pela Petrobras devido ao ataque as instalações da Aramco e assim os custos de importação terem sofrido reajuste.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2019, PREGÃO PRESENCIAL 014/2019 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 07 de Outubro de 2019.

_____ /_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT/ KIRST COM. DE COMBUSTIVEL LTDA

JOÃO BRAGA NETO/ CNPJ 00.445.100/0001-00

Contratante /Contratado

TESTEMUNHAS:

_____/ _____

CRISTIANE MARIA DE JESUS/ ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

CPF 049.743.479-26/ CPF: 017.985.851-38

RECURSOS HUMANOS
RECURSOS CONCURSO 02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

Recursos Sobre a Divulgação do Gabarito Preliminar

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	DETALHES	QUESTÃO	DISCIPLINA	RESPOSTA
2367	1020	ADRIANA CRISTINA ANDRADE	DEFERIDO	Todos os países citados na questão falam o idioma português, questão não especificou corretamente qual dado queria.	18	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: No enunciado da questão deveria constar em número de população. Anula-se a questão por erro de formulação.
2376	350	ALEX SANDRO DA PAZ TOMASI	DEFERIDO	A questão tem 2 alternativas corretas, a letra "B" e "D". Pois a pergunta é; "Depois do Brasil, qual pais se fala o idioma Português". Entre as alternativas apresentadas consta Moçambique e Portugal, ambos tem como idioma oficial o português.	18	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: No enunciado da questão deveria constar em número de população. Anula-se a questão por erro de formulação.
2377	720	MARTA REGINA DOS SANTOS	DEFERIDO	todos os países citados na questão falam o idioma português não especificou corretamente qual dado queria	18	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: No enunciado da questão deveria constar em número de população. Anula-se a questão por erro de formulação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2401	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde,já q no edital fala que oque temos q estudar, agora foi 20 questões sobre informática e nada sobre saúde pública oque condiz no edital.	21	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2402	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Motivo deveria ser sobre saúde já q o edital falou q iria cair..	22	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2403	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde, não somente só informática...	23	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2404	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser informática já que no edital fala q iria cair sobre saúde pública..	24	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações económicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2405	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde pública ja q no edital falou que iria cair sobre saúde pública..	25	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2406	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde pública ja q no edital falou que iria cair sobre saúde pública..	25	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2407	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ter caído sobre saúde pública já q no edital estava dizendo q ia cair...	26	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2408	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde pública pois no edital falava que ia cair,e não caiu..	27	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2409	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre sobre saúde pública, pois no edital esta dizendo q ia cair..	28	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2410	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde pública,já que no edital esta falando sobre saúde..	29	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2411	20	MIRENI GOMES DE MOURA	IMPROCEDENTE	Deveria ser sobre saúde pública pois no edital esta falando que iria cair, não somente informática..	30	Específica	No conteúdo programático (Anexo II - Edital Normativo), prevê questões sobre informática:→ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE: Conceitos básicos do hardware e periféricos de um microcomputador. Browsers Internet Explorer, Firefox e Chrome. Ferramentas e aplicações de informática. Ambiente Windows. Linux. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança (backup). Microsoft Office. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Conceitos e tecnologias relacionados à Internet e Intranet. Segurança Virtual. Malwares. Antivírus. Firewall. Redação Oficial. Relações humanas no trabalho. Ética no Serviço Público. SAÚDE PÚBLICA - Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico-assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Portanto a questão está de acordo com o conteúdo programático.
2390	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	IMPROCEDENTE	eufemismo substantivo masculino LINGÜÍSTICA palavra, locução ou acepção mais agradável, de que se lança mão para suavizar ou minimizar o peso conotador de outra palavra, locução ou acepção menos agradável, mais grosseira ou mesmo tabuística: dianho (por diabo , palavra que o povo procura evitar), a interj. caramba (por caralho, tabuísmo)	2	Português	Indeferido –A ironia pode ser identificada claramente no seguinte trecho: “mas era claro que eu não ia deixar um ladrão ali, espiando tranquilamente enquanto lhe sirvo um chazinho”. Mantém-se o Gabarito já divulgado.
2391	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	IMPROCEDENTE	A Crônica é um tipo de texto narrativo curto, geralmente produzido para meios de comunicação, por exemplo, jornais, revistas, etc. Além de ser um texto curto, possui uma "vida curta", ou seja, as crônicas tratam de acontecimentos corriqueiros do cotidiano.	1	Português	Indeferido – O texto, embora publicado originalmente em espaço de crônica, é um conto. Crônica não é narrativa; conto, sim. Mantém-se o Gabarito já divulgado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2392	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	IMPROCEDENTE	Classifica-se como oxítona ou aguda quando há uma palavra que tenha o acento tônico na última sílaba. São acentuadas graficamente as oxítonas terminadas em: a/as, e/es, o/os, e em/ens. As palavras oxítonas terminadas em i/is e u/us somente são acentuadas se estiverem precedidas de outras vogais. Expressões tônica, ou sutaques não ficaria errado não no jeito que entendo	1	Português	Indeferido – O texto, embora publicado originalmente em espaço de crônica, é um conto. Crônica não é narrativa; conto, sim. Mantém-se o Gabarito já divulgado.
2393	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	IMPROCEDENTE	Classifica-se como oxítona ou aguda quando há uma palavra que tenha o acento tônico na última sílaba. São acentuadas graficamente as oxítonas terminadas em: a/as, e/es, o/os, e em/ens. As palavras oxítonas terminadas em i/is e u/us somente são acentuadas se estiverem precedidas de outras vogais. Expressões tônica, ou sutaques não ficaria errado não no jeito que entendo	9	Português	Indeferido – A argumentação não procede. Segundo Pasquale Citro Neto, na última edição de sua Gramática da Língua Portuguesa, as palavras oxítonas são também denominadas de Palavras agudas. Mantém-se o gabarito já divulgado.
2394	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	IMPROCEDENTE	MPF prorroga força-tarefa da Operação Greenfield por um ano Trabalhos do grupo estavam previstos para acabar em 31 de dezembro. Operação deflagrada pela PF investiga supostas irregularidades em fundos de pensão ligados a estatais. Na questão não foi especificado o ano. É contra campanhas eleitorais teve várias operações com nomes diferentes	16	Conhecimentos Gerais	Operação Acrônimoé uma operação da Polícia Federa do Brasilque apura um suposto esquema de lavagem de dinheiropara campanhas eleitorais.A operação foi deflagrada em 29 de maio de 2015, em Goiás, MInas Gerais, Rio Grande do Sule Distrito Federal. A PF suspeita que 24 empresas foram favorecidas no esquema criminoso investigado nesta operação. Os investigadores listam empreiteiras, associações, gráficas, montadora de automóveis, confederações, companhia aérea e empresas de comunicação que receberam, direta ou indiretamente, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES).
2396	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	DEFERIDO	9 países que possuem a Língua Portuguesa como idioma oficial 1 - Portugal. 2 - Moçambique. 3 - Angola. 4 - Timor Leste. 5 - Guiné-Bissau. 6 - Guiné Equatorial. 7 - Cabo Verde. 8 - São Tomé e Príncipe. 9 Macau	18	Conhecimentos Gerais	Recurso Procedente: No enunciado da questão deveria constar em número de população. Anula-se a questão por erro de formulação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RECURSOS

2397	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	IMPROCEDENTE	Pen Drive ou Memória USB Flash Drive é um dispositivo de memória constituído por memória flash (EEPROM), capaz de fazer a gravação de dados com uma ligação USB tipo A, permitindo a sua conexão a uma porta USB de um computador ou outro equipamento com uma entrada USB, como um rádio ou televisão. Como ele é um dispositivo de memória e rápido acesso, texto com dupla resposta.	31	Específica	SSDs (Solid State Drives) recebem esse nome para se diferenciar dos HDDs (Hard Disk Drive, que chamamos de discos rígidos), já que não utilizam partes móveis. Ou seja, não sofrem com possíveis falhas mecânicas, já que não há nada se movimentando dentro de umSSD.O SSD típico é comumente 10 vezes mais rápido que um disco rígido comum (e olha que isso é apenas uma média). Isso acontece por dois diferenciais que os discos rígidos não são capazes de competir: acesso aleatório e tempo de acesso. Em outras palavras, SSDs não apenas acessam arquivos mais rapidamente, trazendo uma latência (tempo até acessar um arquivo) menor, como também os carregam muito (mas muito) rápido. Isso inclui a abertura do navegador até a inicialização do sistema operacional, seja ele Linux, macOS ou Windows. Fonte: https://canaltech.com.br/hardware/o-que-e-ssd/
2398	390	REGINALDO DE MELO SANTOS	DEFERIDO	Ao ler essa questão, pode ver várias respostas parecidas, dando a interpleta várias respostas certas.vale revisão isso ai	30	Específica	Recurso Procedente: O Windows Explorer basicamente tem a mesma função da opção Meu Computador. O Windows Explorer é o menu lateral que aparece ao lado esquerdo da janela, nos dando acesso rápido a qualquer arquivo ou pasta do computador. Através do Windows Explorer podemos mudar rapidamente de arquivo ou pasta. São utilizadas para organizar o HD - Disco Rígido - como gavetas em armários. Exemplos de pastas que já vêm com o Windows → Meus Documentos, Minhas Imagens, Meus Vídeos, Minhas Músicas, etc. Portanto todas as alternativas estão corretas, devendo ser anulada a questão.

ASSESSORA JURIDICA
LEI Nº 1.018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Súmula:*"Dispõe sobre a alteração das Leis Municipais nº 968 de 18 de julho de 2018 e n° 1.007 de 12 de julho de 2019 e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. Fica acrescentado o inciso IV no artigo 19 da Lei Municipal nº 968 de 18 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV- sejam autorizadas por Lei específica.

Art. 2º. Fica acrescentado o inciso IV no artigo 19 da Lei Municipal nº 1. 007 de 12 de julho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV- sejam autorizadas por Lei específica.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Maringá - MT em 08 de outubro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o parecer dos recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas.

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas, definitivo após a análise dos recursos.

III. Divulgar o resultado parcial (Provas - Objetivas, Práticas e de Títulos).

IV. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

VI. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,
Nova Maringá/MT, 07 de Outubro de 2019.
JOÃO BRAGA NETO – Prefeito Municipal
aLCIONE SÁVIO RIBEIRO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO – Secretária
MARIA GARDENIA DA SILVA – Membro

RECURSOS HUMANOS
GABARITO OFICIAL 02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAUDE									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: Anulada	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: A	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: Anulada
31: A	32: B	33: B	34: D	35: C	36: B	37: A	38: C	39: D	40: D

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 023/2019. PREGÃO PRESENCIAL 014/2019.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARING**Á com CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE reajustar os preços da **EMPRESA KIRST TRR - LTDA,** inscrito no **CNPJ 05.198.812/0001-07**, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS ROBERTO PALMIERI portador do RG. 664.502 SSP/MT, CPF 571.707.541-34, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 023/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 014/2019, ajustam e celebram o presente Termo, conforme Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação teve por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constante na Ata, no edital e seus anexos.

2. DAS FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS

2.1. Este Termo encontra amparo legal no artigo 65 inciso II, “d”, da Lei 8.666/93 e suas alterações e está previsto na Clausula 8.2 da Ata de Registro de Preço 023/2019.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de reequilíbrio econômico, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços 023/2019 e conforme tabela abaixo:

LOTE 01 - ÓLEO DIESEL BS500 TRR – O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA “SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS” DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERÁ DE 3 (TRÊS) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

VALOR ANTERIOR AO REEQUILIBRIO – ITEM 01 DO LOTE 01

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	LITRO	467.000	**ÓLEO DIESEL BS500 TRR**	R$ 3,5178	R$ 1.642.812,60
VALOR TOTAL R$ 1.642.812,60					

VALOR ATUALIZADO APÓS REEQUILIBRIO DE 4.53% – ITEM 01 DO LOTE 01

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	LITRO	467.000	**ÓLEO DIESEL BS500 TRR**	R$ 3,6771	R$ 1.717.205,70
VALOR TOTAL R$1.642.812,60					

LOTE 02 – ÓLEO DIESEL S-10 TRR - O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA “**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS”** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERA DE 3 (TRES) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

VALOR ANTERIOR AO REEQUILIBRIO – ITEM 01 DO LOTE 02

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	LITRO	145.000	**ÓLEO DIESEL S-10 TRR**	R$ 3,597	R$ 521.565,00
VALOR TOTAL R$ 506.050,00					

VALOR ATUALIZADO APÓS REEQUILIBRIO DE 4.324% – ITEM 01 DO LOTE 02

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	LITRO	145.000	**ÓLEO DIESEL S-10 TRR**	R$ 3,7525	R$ 544.112,50
VALOR TOTAL DO LOTE R$ 544.112,50					

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. O Reequilíbrio é justificável tento em vista o aumento do combustível anunciado pela Petrobras devido ao ataque as instalações da Aramco e assim os custos de importação terem sofrido reajuste.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2019, PREGÃO PRESENCIAL 014/2019 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 07 de Outubro de 2019.

_____/ _____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT/ KIRST TRR LTDA

JOÃO BRAGA NETO / CNPJ 05.198.812/0001-07

Contratante/ Contratado

TESTEMUNHAS:

_____/ _____

CRISTIANE MARIA DE JESUS /MANOEL DA COSTA CAMPOS

CPF 049.743.479-26 /CPF: 206.441.081-34

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 032/2018.

TERMO DE ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT E A EMPRESA MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI - ME, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM HOSPEDAGEM, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DO WEB SITE *WWW.NOVAMARINGAMT.GOV.BR*DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2018.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50-E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI – ME,** com sede na Rua das Embaúbas, Sinop – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.728.004/ 0001-03, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Administrador Sr. MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 021.222.971-07, Brasileiro, Solteiro, portador da Cédula de Identidade n.º 35.405.864-2, residente e domiciliado em na Rua Berna, n° 485, Residencial Bella Suíça, Cidade de Sinop - MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O contrato nº. 032/2018 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com base na Clausula Segunda do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 10 de Outubro de 2019 e término em 10 de Outubro 2020.

1.2. A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato tem sua fundamentação legal no artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO SERVIÇO

2.1.O objeto do Contrato 032/2018 fica prorrogado com os valores para execução dos serviços, referente ao exercício fiscal 2019/2020 a importância Total de **R$ 15.360,00** (quinze mil trezentos e sessenta reais) que será pago ao contratado em 12 (doze) parcelas de **R$ 1.280,00** (um mil duzentos e oitenta reais), com pagamento até o dia 10 (dez) dos meses subsequente, sendo o Valor de **R$ 3.840,00** (três mil oitocentos e quarenta reais) referente a 3 (três) parcelas empenhadas no exercício de 2019 e o restante no valor de **R$ 11.520,00** (onze mil quinhentos e vinte reais) referente a 9 (nove) parcelas no exercício de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária: **EXERCÍCIO 2019: 03.001.04.122.0003.2007.339040-37.**

3.2. EXERCÍCIO 2020: AS DEMAIS PARCELAS SERÃO EMPENHADAS NAS RESPECTIVAS DOTAÇÕES A SEREM FIXADAS NO ORÇAMENTO DE 2020.

CLAUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO 4.1. Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se alteração da razão social da empresa conforme descrição abaixo. **4.2.** Fica alterado a razão social da empresa **M.P DE OLIVEIRA S. SOLUÇÕES WEB EIRELI** para **MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI** cujo **CNPJ: 14.728.004/0001-03** continua inalterado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela fiscal de contrato **ELAINE DE FATIMA FELICIO BRAGHIN,** portadora do CPF/MF 278.380.678.98, designado pelo Secretário de Administração, ao qual efetuará a conferência dos valores designados no nas Notas Fiscais e serviços Prestados, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Contabilidade para Liquidação para que se proceda ao pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá-MT, 08 de Outubro de 2019.

.....

PREF. MUN. DE NOVA MARINGA

JOÃO BRAGA NETO

CONTRATANTE

.....

M.P DE OLIVEIRA S. SOLUÇÕES WEB EIRELI – ME

CNPJ: 14.728.004/0001-03

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA

CONTRATADA

.....

ELAINE DE FATIMA FELICIO BRAGHIN,

CPF: 278.380.678.98

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

_____/ _____

LUCIANA GARCIA HARALA/ ROBERTO DE LIMA

CPF: 786.955.701-34 /CPF: 827.430.611-20

ASSESSORA JURIDICA
LEI Nº 1.020 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Súmula:*"Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito Municipal de Nova Maringá-MT e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. O subsidio mensal do Prefeito Municipal de Nova Maringá-MT fica fixado em R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único: O valor fixado no *caput* deste artigo aplica-se imediatamente ao mandato em curso, em atenção ao disposto pela Constituição Federal, Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Maringá-MT.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de doações próprias do orçamento do Poder Executivo, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 08 de outubro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

Anexo XLII

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

DESCRIÇÃO DO EVENTO: Alteração do Subsidio do Prefeito - Projeto de **Lei** nº 1.020/2019 – Anexo I		
CRIAÇÃO	EXPANSÃO	APERFEIÇOAMENTO

DATA PREVISTA PARA ENTRAR EM VIGOR: 01/10/2019

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE (VALOR APROVADO NO ORÇAMENTO)	
Montante da despesa orçada na Lei Orçamentária Anual nº 983/2018	
Descrição por elemento de despesa	**Valor orçado**
3190.11	8.590.000,00
3190.04	209.000,00
3190.13	2.013.532,80
TOTAL ORÇADO	10.812.532,80

Continuação do anexo na próxima página

DESPESA TOTAL COM PESSOAL ATUALIZADA (NA DATA DA ALTERAÇÃO DO SUBSÍDIO)	
Descrição por elemento de despesa	**Valor total da despesa atualizado**
3190.11	8.957.383,70
3190.04	209.000,00
3190.13	2.096.783,06
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	11.263.166,76

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS				
Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa	**2019**	**2020**	**2021**	**Total da despesa aumentada no período**
3190.11	16.250,00	67.500,00	67.500,00	151.250,00
3190.04	0,00	0,00	0,00	0,00
3190.13	3.753,75	15.592,50	15.592,50	34.938,75
Total das despesas	20.003,75	83.092,50	83.092,50	186.188,75
Percentual do aumento sobre a despesa com pessoal atualizada em 2019				**0,17%**

Continuação do anexo na próxima página

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento	2019	2020	2021	Total
Previsão de Aumento da Arrecadação Municipal/Estadual (Receita Corrente Líquida)	2.051.453,28	1.952.731,17	2.055.828,53	6.060.012,98
Redução de despesas de caráter continuado	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL APÓS A ALTERAÇÃO DO SUBSÍDIO	
Descrição por elementos	**Valor**
3190.11	8.973.633,70
3190.04	209.000,00
3190.13	2.100.536,81
Total das despesas	11.283.170,51

DATA: 08/10/2019	ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESAS:	ASSINATURA DEMAIS RESPONSÁVEIS:

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas.

II. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

III. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso.

iV. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 23 de Setembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO – Prefeito Municipal

aLCIONE SÁVIO RIBEIRO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO – Secretária

MARIA GARDENIA DA SILVA – Membro

RECURSOS HUMANOS
GABARITO OFICIAL CONCURSO 01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

ANALISTA ADMINISTRATIVO									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: Anulada	09: B	10: D
11: B	12: C	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: B	22: C	23: A	24: C	25: A	26: B	27: Anulada	28: C	29: A	30: C
31: B	32: B	33: D	34: D	35: C	36: Anulada	37: C	38: C	39: B	40: A
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: Anulada	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENÇÃO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: Anulada	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: Anulada	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: Anulada	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: B	33: A	34: D	35: B	36: C	37: B	38: B	39: C	40: D
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: Anulada	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: B	32: A	33: B	34: A	35: D	36: D	37: A	38: A	39: D	40: B
AUXILIAR DE MECÂNICO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
BORRACHEIRO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: D	39: B	40: C

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

COVEIRO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
DENTISTA									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: Anulada	09: B	10: D
11: B	12: C	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: B	22: D	23: A	24: D	25: C	26: A	27: B	28: D	29: D	30: C
31: A	32: A	33: B	34: D	35: C	36: D	37: C	38: D	39: B	40: D
ELETRICISTA									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: B	32: A	33: D	34: C	35: A	36: A	37: A	38: C	39: A	40: D
ELETRICISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: C	32: A	33: B	34: D	35: A	36: A	37: A	38: C	39: A	40: D
ENGENHEIRO CIVIL									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: Anulada	09: B	10: D
11: B	12: C	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: C	22: B	23: C	24: C	25: B	26: D	27: C	28: C	29: D	30: B
31: B	32: C	33: A	34: C	35: C	36: D	37: C	38: D	39: A	40: D
ENGENHEIRO SANITARISTA									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: Anulada	09: B	10: D
11: B	12: C	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: D	22: D	23: A	24: D	25: D	26: A	27: D	28: C	29: A	30: A
31: B	32: D	33: C	34: D	35: B	36: D	37: C	38: D	39: D	40: D
FISCAL DE TRIBUTOS									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: Anulada	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: A	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: Anulada
31: A	32: B	33: B	34: D	35: C	36: D	37: A	38: C	39: Anulada	40: B
JARDINEIRO									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: C	34: A	35: D	36: A	37: B	38: A	39: A	40: D
LAVADOR									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: A	33: A	34: C	35: A	36: D	37: A	38: B	39: A	40: A
MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: C	32: D	33: C	34: B	35: C	36: D	37: A	38: A	39: A	40: A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

MÉDICO CLINICO GERAL									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: Anulada	09: B	10: D
11: B	12: C	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: A	22: C	23: C	24: B	25: A	26: D	27: C	28: Anulada	29: D	30: C
31: A	32: A	33: B	34: D	35: C	36: D	37: A	38: A	39: B	40: C
MOTORISTA - CNH "D OU "E"									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
MOTORISTA - CNH "D OU "E"									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS									
01: A	02: C	03: B	04: A	05: B	06: D	07: A	08: C	09: D	10: B
11: A	12: C	13: D	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: D
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: D	32: B	33: B	34: B	35: C	36: B	37: A	38: C	39: C	40: C
PREGOEIRO									
01: A	02: C	03: C	04: A	05: A	06: B	07: D	08: Anulada	09: B	10: D
11: B	12: C	13: B	14: C	15: B	16: D	17: C	18: C	19: C	20: B
21: B	22: Anulada	23: D	24: D	25: B	26: C	27: C	28: C	29: Anulada	30: Anulada
31: C	32: B	33: A	34: Anulada	35: B	36: A	37: D	38: Anulada	39: C	40: B
RECEPCIONISTA									
01: B	02: A	03: C	04: D	05: A	06: D	07: C	08: B	09: B	10: C
11: C	12: A	13: Anulada	14: B	15: A	16: C	17: B	18: D	19: C	20: A
21: B	22: C	23: A	24: D	25: B	26: C	27: B	28: A	29: Anulada	30: D
31: A	32: B	33: A	34: D	35: B	36: C	37: B	38: B	39: C	40: D
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: Anulada	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: A	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: Anulada
31: A	32: B	33: B	34: D	35: C	36: B	37: A	38: C	39: D	40: D
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR)									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: Anulada	19: B	20: C
21: B	22: B	23: B	24: B	25: B	26: C	27: A	28: D	29: C	30: A
31: A	32: B	33: D	34: C	35: D	36: B	37: B	38: C	39: D	40: C

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

GABARITO OFICIAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: Anulada	19: B	20: C
21: A	22: B	23: D	24: C	25: B	26: C	27: B	28: D	29: C	30: C
31: C	32: A	33: D	34: B	35: A	36: D	37: B	38: C	39: A	40: C
TÉCNICO EM ENFERMAGEM									
01: A	02: B	03: C	04: D	05: D	06: A	07: B	08: D	09: B	10: C
11: B	12: B	13: A	14: D	15: A	16: A	17: D	18: Anulada	19: B	20: C
21: C	22: D	23: B	24: B	25: C	26: D	27: Anulada	28: C	29: A	30: D
31: B	32: C	33: D	34: A	35: A	36: C	37: B	38: D	39: C	40: B

ASSESSORA JURIDICA
LEI Nº 1.019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Súmula:""Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal conceder Subvenção Social mediante Termo de Fomento e dá outras providências*".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à título de Subvenção Social mediante a celebração de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE NOVA MARINGÁ, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04. 215.881/0001-19.

Art. 2º. O repasse que trata esta Lei será de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R$ 5. 000,00 (cinco mil reais), obrigatoriamente depositados em conta específica da favorecida.

Art. 3º. O objeto do Termo de Fomento é conceder Subvenção Social à Rádio Comunitária Municipal, visando cobrir às despesas de Custeio da entidade beneficiada, na forma do disciplinado pelo art. 12, § 3º, I da Lei nº. 4.320/64.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 05º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial para a inclusão de uma nova Atividade ao Orçamento de 2019 a seguir descriminada:

03 – Secretaria Municipal de Administração

001 – Secretaria Municipal de administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

0003 – Gestão e Manutenção da Secretaria de Administração

2.077 – Apoio a Entidades Sem Fins Lucrativos

33.50.43.00.00.00 – Subvenção Social R$ 20.000,00 (fonte 100)

Art. 06 - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, será utilizado nos termos do inciso, III, §1º do artigo 43 da Lei 4.320, a anulação parcial da seguinte dotação:

03 – Secretaria Municipal de Administração

001 – Secretaria Municipal de administração

04 – Administração

122 – Administração Geral

0003 – Gestão e Manutenção da Secretaria de Administração

2.007 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração

33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 20.000,00 (fonte 100)

Art. 07 - As dotações criadas no art. 5º desta Lei, ficam inseridas na Lei 929/2017 – Plano Plurianual e na Lei 968/2018 Lei de diretrizes Orçamentárias, nos termos dos anexos II e III desta Lei.

Art. 8º. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE NOVA MARINGÁ deverá, mensalmente, prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento da subvenção.

§ 1º A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

a) Ofício encaminhando para Prestação de Contas;

b) Cópias dos documentos que comprovem as despesas de Custeio adimplidas com os recursos transferidos;

§ 2º A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados pelos dirigentes da beneficiada.

Art. 9º. É parte integrante desta Lei a minuta do Termo de Fomento constante do Anexo I desta Lei.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 08 de outubro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2019

TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT E XXXXXXXXXXXX, PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA ADIMPLEMENTO DE DESPESAS DE CUSTEIO.

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.464.831/0001-24, com sede na Av. Amo Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, neste ato representado pelo Sr. ***(PREFEITO MUNICIPAL),*** brasileiro, casado, portador do RG nº XXXXX e CPF XXXXXXXX, residente e domiciliado no município de Nova Maringá - MT, neste ato denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e do outro lado a **XXXXXXXXXXX**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ XXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, no município de XXXXXX, neste ato representada por seu (ua) Presidente Sra. ***XXXXXXXX***, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXX neste ato, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO** para apoio financeiro na modalidade de subvenção social para cobrir despesas de custeio da entidade beneficiada, decorrentes da XXXXX Nº XXX/2019, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei n.º 13.019/2014, Lei nº. 4.320/64, Lei Municipal nº XXX/2019 e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Fomento tem por finalidade firmar parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para repasse de recursos financeiros à título de Subvenção Social como forma de contraprestação ao desenvolvimento das atividades constantes no Anexo I – Plano de Trabalho na modalidade **TERMO DE FOMENTO**. 1.2 A **XXXXXXXXXXX** se declara em condições de realizar as atividades dispostas no Plano de Trabalho, em estrita observância com o indicado nas Especificações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, 4.320/64, Lei Complementar 101/2000, Lei Municipal nº 968/2018, Lei Municipal nº XXX/2019, os quais correrão por conta do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 – **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

O Fomento será gerido pela própria Associação através de seu responsável, Sr. XXXXXXX.

3.1.1. Transitar os recursos em conta bancária da **XXXXXXXXXX** específica para esta finalidade, para o cumprimento o termo de fomento;

3.1.2. Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Termo e seu anexo;

3.1.3. Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido nas Leis Federais 13.019/2014, Lei 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

3.1.4. Fornecer dados complementares à Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

3.1.5. Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo;

3.1.6. Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto do presente Termo.

3.1.7. Prestar contas mensais dos recursos recebidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento da Subvenção Social

3.1.7. Prestar contas finais dos recursos recebidos em até 30 (trinta dias) do término da vigência da parceria, ou da aquisição dos bens;

3.1.8. Dar ampla publicidade divulgando em seu site eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

3.1.8 - Desenvolver com zelo e eficiência todas as atividades de divulgação institucional do Município, em estrita observância ao disposto pelo Plano de Trabalho Constante do Anexo I.

3.1.9. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, devendo ser formalizado promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de extinção da OSC, os quais serão destinados às escolas e/ou instituições sem fins lucrativos que exerçam atividades compatíveis com os objetos/bens adquiridos em caráter permanente.

3.1.10. Garantir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

3.2 - **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

3.2.1 – Neste Termo de Fomento, a Administração Pública terá como gestor/agente fiscalizador o Senhor XXXXXX, matrícula XXXX, XXXXXXXXXXX, da Secretária de XXXXXXXX, a quem competirá:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

c) Auxiliar a Comissão xxxxx, na análise das contas prestadas.

3.2.2 Realizar o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil na forma descrita pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei nº. 4.320/64;

3.2.3 Realizar a analise da prestação de contas dos valores repassados a Organização da Sociedade Civil mediante Comissão constituída para esse fim específico;

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à **XXXXXXXXXXXXXX**, à título de subvenção social a quantia total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que será desembolsada em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a cargo da Secretaria Municipal de Administração.

4.2 - As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

03.001.04.122.0003.2077.335043.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

5.1 - O pagamento será efetuado, conforme Plano de Trabalho, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas.

5.2. A não apresentação das contas mensais de que trata o item xxxx acarretará a imediata suspensão do pagamento das demais parcelas até a regularização da prestação de contas.

.

5.2 - Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO

6.1 - O prazo de vigência do presente termo de fomento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – D.A INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes;

7.3 – A intenção de rescindir amigavelmente o presente Termo de Fomento deverá ser publicada em um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

8.1 – **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

8.1.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, à Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiadas ou prepostos, na execução da aquisição do objeto do presente termo;

8.1.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, comerciais, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX no desempenho da aquisição dos objetos ou pagamento de serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

8.1.3. É de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, devendo, no prazo estipulado, prestar contas dos valores recebidos.

8.2 - **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

8.2.1 - Acompanhar a execução do termo, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

CLÁUSULA NONA - DAS VEDAÇÕES

É vedado à Organização da Sociedade Civil:

9.1 - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.2 - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3 - realizar qualquer espécie de divulgação que caracterize promoção pessoal de agentes públicos e políticos, consoante exposto pelo art. 37, § 1º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

10.1 - advertência;

10.2 - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.3 - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a XXXXXXXXXXXXXXX ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

10.4. À sanção estabelecida no item 9.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução deste Termo de Fomento será acompanhada e fiscalizada pelo Senhor XXXXXXX, matrícula XXXX, XXXXXXXXX, a quem competirá, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº xxx/2019 fiscalizar a sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014 e Lei 4.320/64, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Integram este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Anexo I.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Nova Maringá - MT, em xx de xxxxxx de 2019.

JOÃO BRAGA NETO REP. ORG. SOCIEDADE CIVIL

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA MARINGÁ – MT

Testemunhas:

1)_____ CPF nº _____ 2)_____

CPF nº _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 233/2019 DO CONTRATO 69

PORTARIA N.º 233/2019

08 de Outubro de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 069/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidora para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 69/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e SHEILA TAIARA DE SOUZA ANTUNES** para a prestação de serviço como odontólogo com vigência prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 01 Outubro de Maio de 2019.

Art. 2º - Nomear a servidora **CLAUDETE CATARINA POLACHINI**, Matrícula nº 3151, CPF nº 366.119.481-04, RG nº 318192 SSP/MS, Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **ELEXANDRA SZCZERBA**, matrícula nº 3101, CPF nº 039.315.781- 43, RG nº 2111527-3 SSP/MT, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 08 de outubro de 2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº. 068/2019

CONTRATO Nº. 068/2019

1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e **SHEILA TAIARA DE SOUZA ANTUNES**,

2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTO, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Outubro de 2019.

4. VIGÊNCIA: 01/10/2020.

5. VALOR: R$ 59.494,20 (Cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos)

6. BASE LEGAL: Lei 970/2018

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 011/2019/PMNMV/GAB de 21 de Janeiro de 2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 45/2019, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **21/10/2019 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 08 de Outubro de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Decreto 011/2019

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 073/2019

SÚMULA:NOMEIA A SENHORA NEIDE DIAS DE MELO COMO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA: ARTIGO 1º - Fica nomeada a Senhora Neide Dias de Melo para ocupar o cargo de Secretária de Planejamento, Administração e Finanças, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT,08 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 077/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT

CONTRATADO: **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI-ME.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originári**o, a Cláusula Terceira, inciso 3.11, referente ao processo de licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 016/2018.

Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia **08/06/2020**, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

DATA DE ASSINATURA: 03/06/2019

VIGÊNCIA: 08/06/2020

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 001/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para **CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIARIO** no Município de Nova Nazaré-MT., conforme Termo de compromisso PAC nº 207656/2013 firmado entre o município e o Ministério da Educação através do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**,** conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, especificações técnicas ede acordo com os anexos do Edital.

REALIZAÇÃO: 25/10/2019.

HORAS: 08:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou ainda **www.novanazare.mt.gov.br** até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Nova Nazaré - MT, 08 de outubro de 2019.

_____

JOSÉ ROSICLEY DA CRUZ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA
LEI N° 556 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

LEI N° 556 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

(PROJETO DE LEI Nº. 008 DE 14 DE MAIO DE 2019.)

"Autoriza a introdução e alteração do anexo I Receita e IV de Programas na Lei nº. 495 de 23 de agosto de 2018, e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré – MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal de Nova Nazaré aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Alterado o Anexo I e IV da lei nº 495 de 23 de agosto de 2017, conforme o novo anexo a esta lei.

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré – MT, 26 de setembro de 2019.

_____

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 078/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT

CONTRATADO: **MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência do contrato originário, a Cláusula Terceira, inciso 3.11, referente ao processo de licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 016/2018.

Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 08/06/2020, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação

DATA DE ASSINATURA: 03/06/2019

VIGÊNCIA: 08/06/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 048/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 149/2019

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º 1200010/2019

PREGAO PRESENCIAL: N. º 010/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 034/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA O.X. DE SOUZA COMERCIO DE COMBUSTIVEL, inscrita no CNPJ: 28.012.016/0001-33.

MOTIVO: ALTERAR A CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO, em razão de fato que elevou o custo dos produtos, após as devidas negociações junto ao fornecedor, conforme disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993, que passa a ter a seguinte redação:

VALORES REAJUSTADOS:

Item	*Unidade*	*Descrição*	*Preço Unitário*	*Reajuste%*	*Preço Unitário Reajustado*
2	**LITRO**	***OLEO COMBUSTIVEL DIESEL, COMUM***	**R$ *3,89***	**4,4%**	**R$ 4,06**
3	**LITRO**	***OLEO COMBUSTIVEL DIESEL, S-10***	**R$ 4,00**	**3,8%**	**R$ 4,15**

VIGENCIA: 04/10/2019 A 22/03/2020

DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA:

02-CHEFIA DO EXECUTIVO

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO

04- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

09-SECRETARIA MMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

12-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.30.00.00.	0100000000
03.030.0.1.04.122.0003.2023.3.3.90.30.00.00	0100000000
04.040.0.1.04.123.0006.2032.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.30.00.00	0101000000
05.050.0.4.12.365.0012.2076.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0104049000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.1.12.364.0015.2047.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.1.12.122.0011.2043.3.3.90.30.00.00	0101000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0114015000
07.070.0.2.08.242.0026.2214.3.3.90.30.00.00	0129017000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.302.0018.2127.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00	0102000000

06.060.0.2.10.122.0018.2125.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2142.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.302.0020.2163.3.3.90.30.00.00	0114020000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0102000000
07.070.0.2.08.244.0025.2196.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.3.08.243.0024.2192.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.2.08.244.0024.2191.3.3.90.30.00.00	0129056000
07.070.0.2.08.122.0024.2188.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2198.3.3.90.30.00.00	0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2236.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.1.04.122.0005.2226.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.451.0036.2228.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.3.26.782.0037.2240.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.17.512.0036.2232.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2231.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2233.3.3.90.30.00.00	0100000000
09.090.0.1.20.691.0032.2254.3.3.90.30.00.00	0100000000
09.090.0.1.20.606.0032.2246.3.3.90.30.00.00.	0100000000
12.120.0.3.18.122.0038.2291.3.3.90.30.00.00.	0100000000
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.30.00.00	0100000000

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE COMBUSTÍVEIS E ADITIVOS DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

Nova Olímpia-MT, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200051/2019/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 051/2019/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 130/2019

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: e a empresa DENTAL PRIME- PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES -EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 21.504.525/0001-34, inscrição estadual nº 9068332980 com sediada á Rua Anne Frank, nº 5241, Boqueirão, Curitiba/PR, neste ato, representada pelo Sr. REGINALDO ARAUJO COSTA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de identidade RG 0840.023-7 - SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 581.052.711.68, residente e domiciliado a Rua 480, quadra 75, casa 03, Nova fronteira, Várzea Grande/MT,

O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
- PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES -EIRELI nº 21.504.525/0001-34	R$ 151.598,44 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)

VALOR GLOBAL LICITADO: R$ 151.598,44 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇAO FONTE
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0146000000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00.0102000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLIMPIA/MT,

VIGENCIA: 08/10/2019 ATE 08/10/2020.

Nova Olímpia, 08 de outubro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2019

CARTA CONVITE N° 09/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 134/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87

CONTRATADA: COGESAN COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELLI, CNPJ:22.606/0001-86, neste ato representada pelo senhor LEANDRO CORNIANI JULIATO, portador da Carteira de Identidade nº 1110464-3 e do CPF nº 866.076.261-49,

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PARA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DO MATERIAL FILTRANTE DE 06 (SEIS) FILTROS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

12- secretaria de planejamento

12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.39.00.00.0100000000

VALOR GLOBAL: R$ R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais),

VIGENCIA: 08/10/2019 até 08/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 08 outubro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO Nº 046/2019

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO N. º 046/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 146/2019

REF: AO CONTRATO 062/2018, ADESÃO Nº014/2018/PMNO.

A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017, 13ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA.

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrito no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Av. Mato Grosso, N. º 175, centro, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio de Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000 e a empresa **WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.532.271/0001-41, com endereço à Rodovia MT 358 KM 06 lote 07 e 08 , Bairro: Zona rural, cidade de Cuiabá-MT, CEP: 78.048-000, Contato: (65)3627-2783, representado pelo srº Danilo Moscheta Gonçalves, portador da Carteira de Identidade Nº 30753041-3 SSP/SP e CPF: 205.440.248-69, CONTRATADA, resolvem celebrar o presente aditivo de prazo, contrato nº 62/2018/PMNO nos termos do processo licitatório adesão a ata de registro de preços nº 014/2018/PMNO, Referente ao Pregão eletrônico 007/2017- Ata de Registro de Preços nº-. 01/2017 da 13ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA (BRIGADA BARAO DE MELGAÇO),

MOTIVO:

ALTERAR A CLAUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

TERMO DE ADITAMENTO DE EXECUÇÃO E DE PRAZO, AO CONTRATO 062/2018/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA,WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA-EPP, **FUNDAMENTADO ART.55 INCISO III C/C ART.58 §2º.**

VIGENCIA: 18/10/2019 ATE 18/10/2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.39.00.00.0114000000

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.39.00.00.0102000000

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO DE LIXO HOSPITALAR, PARA O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

Nova Olímpia-MT, 03 de outubro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal, de Nova Olímpia-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 017/2019/ PMNO

REF. AO CONTRATO Nº 005/2018

PROCESSO- CHAMAMENTO PUBLICO Nº002/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: Sr.ª Sr.ª **ERICA CRISTINA RIBEIRO LONGO**, portadora do RG: sob nº 1820780-4 SSP/MT e CPF: 042.114.031-33, residente na Rua Equador, Quadra 20 LT: 11, S/N, Bairro: São João I, Nova Olímpia-MT.

OBJETO: SERVIÇO PROFISSIONAL NÍVEL MEDIO COMO FACILITADOR (A) NAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO PROGRAMA BOLSA FAMILIA, COM EXPERIENCIA DE ATUAÇÃO EM PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E OU BENIFICIOS SOCIO ASSISTENCIAIS; CONHECIMENTO DE LEGISLAÇÃO REFERENTE A POLITICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II **LEI 8666/93 ART. 79.**

Nova Olímpia, 03 de outubro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 048/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 149/2019

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º 1200010/2019

PREGAO PRESENCIAL: N. º 010/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 034/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA O.X. DE SOUZA COMERCIO DE COMBUSTIVEL, inscrita no CNPJ: 28.012.016/0001-33.

MOTIVO: ALTERAR A CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO, em razão de fato que elevou o custo dos produtos, após as devidas negociações junto ao fornecedor, conforme disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993, que passa a ter a seguinte redação:

VALORES REAJUSTADOS:

Item	*Unidade*	*Descrição*	*Preço Unitário*	*Reajuste%*	*Preço Unitário Reajustado*
2	LITRO	*OLEO COMBUSTIVEL DIESEL, COMUM*	R$ *3,89*	4,4%	R$ 4,06
3	LITRO	*OLEO COMBUSTIVEL DIESEL, S-10*	R$ 4,00	3,8%	R$ 4,15

VIGENCIA: 04/10/2019 A 22/03/2020

DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA:

02-CHEFIA DO EXECUTIVO

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO

04- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

09-SECRETARIA MMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

12-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.020.0.1.04.122.0002.2008.3.3.90.30.00.00.	0100000000
03.030.0.1.04.122.0003.2023.3.3.90.30.00.00	0100000000
04.040.0.1.04.123.0006.2032.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.3.12.365.0012.2074.3.3.90.30.00.00	0101000000
05.050.0.4.12.365.0012.2076.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0104049000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.1.12.364.0015.2047.3.3.90.30.00.00	0100000000
05.050.0.5.12.367.0014.2092.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.4.12.361.0013.2080.3.3.90.30.00.00	0119000000
05.050.0.2.12.361.0013.2057.3.3.90.30.00.00	0115052000
05.050.0.1.12.122.0011.2043.3.3.90.30.00.00	0101000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0114015000
07.070.0.2.08.242.0026.2214.3.3.90.30.00.00	0129017000
06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.302.0018.2127.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.122.0018.2125.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2142.3.3.90.30.00.00	0102000000
06.060.0.2.10.302.0020.2163.3.3.90.30.00.00	0114020000
06.060.0.2.10.304.0021.2170.3.3.90.30.00.00	0102000000
07.070.0.2.08.244.0025.2196.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.3.08.243.0024.2192.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.2.08.244.0024.2191.3.3.90.30.00.00	0129056000
07.070.0.2.08.122.0024.2188.3.3.90.30.00.00	0100000000
07.070.0.2.08.244.0025.2198.3.3.90.30.00.00	0129000000
07.070.0.2.08.244.0026.2209.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2236.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.1.04.122.0005.2226.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.451.0036.2228.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.3.26.782.0037.2240.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.17.512.0036.2232.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2231.3.3.90.30.00.00	0100000000
08.080.0.2.15.452.0036.2233.3.3.90.30.00.00	0100000000
09.090.0.1.20.691.0032.2254.3.3.90.30.00.00	0100000000
09.090.0.1.20.606.0032.2246.3.3.90.30.00.00.	0100000000
12.120.0.3.18.122.0038.2291.3.3.90.30.00.00.	0100000000
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.30.00.00	0100000000

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE COMBUSTÍVEIS E ADITIVOS DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

Nova Olímpia-MT, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200056/2019/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 056/2019/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 133/2019

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS

A empresa **QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE AGUA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 11.387.627/0001-63,** com sede na av. Agrícola Paes de Barros nº 1572 bairro Porto, neste ato, representada pelo Sr. HELIO ANTONIO DE ALMEIDA HANEIKO, portador da Cédula de identidade RG 0350971-0/ SSP, inscrito no CPF sob o nº 314. 630.531-34, residente e domiciliado na Rua Noêmia Evangelista Martins, nº 305, Cuiabá MT, CEP 78068-386, Tel.: (065)3637-2799.

O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE AGUA CNPJ :11.387.627/0001-63	R$ 323.995,30 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos)

R$ 323.995,30 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DOTAÇAO FONTE
12.120.0.2.17.512.0010.2287.3.3.90.30.00.00.0100000000

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL QUIMICO DESTINADOS AO TRATAMENTO DE AGUA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT**,**

VIGENCIA: 08/10/2019 ATE 08/10/2020.

Nova Olímpia, 08 de outubro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 063/2019

SUMÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 063/2019

CÓDIGO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA – MT

TÍTULO I

Da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental

CAPÍTULO I

Dos Princípios, Conceitos, Objetivos Norteadores da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental

SEÇÃO I

Do Objetivo e Princípios Fundamentais

SEÇÃO II

Dos Conceitos Norteadores da Política Ambiental

TÍTULO II

Das Politicas de Âmbito Local

Competência do Município de Nova Olímpia - MT

CAPITULO I

Do Interesse Local

CAPÍTULO II

Da Competência do Município

TÍTULO III

Do Sistema Municipal de Meio Ambiente

CAPÍTULO I

Da Estrutura

CAPÍTULO II

Dos Instrumentos de Gestão Ambiental

CAPÍTULO III

Da Secretaria

CAPÍTULO IV

Do Conselho

CAPITULO V

Do Fundo Municipal de Meio Ambiente

CAPÍTULO VI

Das Taxas Ambientais

CAPÍTULO VII

Do Licenciamento Ambiental

CAPÍTULO VIII

Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV

CAPÍTULO IX

Da Educação Ambiental

CAPÍTULO X

Dos Incentivos Financeiros e Fiscais

CAPÍTULO XI

Da Procuradoria Ambiental

CAPÍTULO XII

Da Fiscalização, Controle, Monitoramento, Infração e Penalidades

SEÇÃO I

Do Controle, Monitoramento de Fiscalização das Atividades

SEÇÃO II

Das Infrações Ambientais

SEÇÃO III

Das Penalidades

SEÇÃO IV

Do Procedimento Administrativo

SEÇÃO V

Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

TÍTULO IV

Da Proteção ao Patrimônio Ambiental

CAPÍTULO I

Do Solo

CAPÍTULO II

Do Aterro Sanitário

CAPÍTULO III

Dos Assentamentos Urbanos

CAPÍTULO IV

Dos Assentamentos Rurais

CAPÍTULO V

Do Uso do Solo

CAPÍTULO VI

Das Condições Ambientais das Edificações

CAPÍTULO VII

Do Ar

CAPÍTULO VIII

Da Água

CAPÍTULO IX

Do Saneamento Básico

CAPÍTULO X

Da Flora

CAPÍTULO XI

Da Arborização Urbana

CAPÍTULO XII

Da Fauna

SEÇÃO I

Das Disposições Comuns de Proteção aos Animais

SEÇÃO II

Da Proteção da Fauna

SEÇÃO III

Dos Animais Silvestres

SEÇÃO IV

Dos Animais Domésticos

SEÇÃO V

Do Centro de Reabilitação de Animais Domésticos e do Controle Reprodutivo de Cães e Gatos

SEÇÃO VI

Do Transporte, Tração e Carga de Animais

SEÇÃO VII

Dos Animais Criados para Consumo

SEÇÃO VIII

Do Abate de Animais

CAPÍTULO XIII

Da Atividade Pesqueira

TÍTULO V

Da Proteção Contra a Poluição do Patrimônio Ambiental Municipal

CAPÍTULO I

Do Controle da Poluição

CAPÍTULO II

Da Poluição do Solo

CAPÍTULO III

Da Poluição das Águas

CAPÍTULO IV

Da Poluição do Ar

CAPÍTULO V

Da Poluição Sonora

CAPÍTULO VI

Da Poluição Rural

TÍTULO VI

Dos Espaços Especialmente Protegidos

CAPÍTULO I

Da Criação e Definição dos Espaços Especialmente Protegidos

CAPÍTULO II

Das Unidades de Conservação

CAPÍTULO III

Da Vegetação Pública Urbana

CAPÍTULO IV

Dos Fundos de Vale e Áreas de Preservação Permanente

TÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

CAPÍTULO I

Das Disposições Transitórias

CAPÍTULO II

Das Disposições Finais

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 063 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019.

INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, O SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, CONCEITOS, OBJETIVOS NORTEADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DO OBJETIVO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta lei complementar regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA.

Parágrafo único. A Política Municipal de Proteção Ambiental do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, tem como objetivos, respeitadas as competências da União e do Estado:

I - manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável; e

II – Fornece diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, conservação e utilização racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Art. 2º Para o estabelecimento da Política Municipal de Proteção Ambiental serão observados os seguintes princípios:

I- a prevalência do interesse público;

II- a melhoria contínua da qualidade ambiental;

III- a multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

IV- a participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente;

V- a integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não e com as demais ações de governo;

VI- o uso racional dos recursos naturais;

VII- a educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade;

VIII- o incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;

IX- o estímulo à produção responsável;

X- a recuperação do dano ambiental;

XI- o uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente;

XII- o disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental;

XIII- o controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impactos;

XIV- a proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas;

SEÇÃO II

DOS CONCEITOS NORTEADORES DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 3º Para os efeitos desta lei entende por:

I – meio-ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II- licenciamento ambiental: instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polícia ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória;

III - patrimônio ambiental: o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal;

IV -impacto ambiental: é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade.

V - desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações;

VI - degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

VII- infração administrativa: toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

VIII - poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

IX - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

X- unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

XI- parques municipais: são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XII- áreas de preservação permanente ou reservas ecológicas: são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesse local, definidas por lei federal.

XIII - fauna: É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em:

a) fauna silvestre: são os animais nativos e autóctones em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;

b) animais nativos: são originários do país;

c) animais autóctones: são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;

d) fauna aquática: são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera;

XIV - jardim zoológico: é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semiliberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente;

XV - flora: conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema;

XVI - árvore imune de corte: são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XVII - arborização pública: toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

XVIII - poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente;

XIX - nascente: ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água.

XX - poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e o bem estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei;

XXV – vereda: caracteriza como formas ligeiramente deprimidas dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água.

TÍTULO II

DAS POLITICAS DE ÂMBITO LOCAL

COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA - MT

CAPITULO I

DO INTERESSE LOCAL

Art. 4º Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

III - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

IV - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

V - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

VI - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar;

VII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impactos e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente;

VIII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

IX - o acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XI - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

XII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XIII - monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação;

XIV - a criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros;

XV- a proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

XVI- o incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 5º Ao Município de Nova Olímpia - MT, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros, materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I - planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais;

II – definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais;

III - elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente;

IV - planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;

V - elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;

VI - editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;

VII - exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;

VIII - definir áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais;

IX - identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico;

X - estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

XI - estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas;

X- identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas;

TÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA

Art. 6º Para organizar e coordenar as ações da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental fica instituído o Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - SIMGEPA.

§ 1º O SIMGEPA fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental.

§ 2º O SIMGEPA concorrerá para garantir a todos, níveis crescentes de qualidade ambiental, tendo o dever de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 3º O SIMGEPA será coordenado pelo Prefeito Municipal e composto pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA como órgão consultivo e deliberativo;

III - Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, como órgão gestor do meio ambiente municipal;

IV- Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto e Lazer e Administração, Planejamento e Finanças e demais como colaboradores;

§ 4º A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente é o órgão municipal parte integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 7º São instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental:

I- O CONSEMMA, como órgão consultivo e deliberativo;

II- O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, como instrumento de gestão financeira;

III - a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente como órgão técnico e executivo;

IV- o estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade e ambiental;

V- a fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos naturais;

VI- O Plano Diretor, quando houver, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano a ser regulamentado;

VII - O licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixo e médio impactos;

VIII - a fiscalização ambiental e as penalidades administrativas;

IX - a avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos quando necessários individualmente ou através do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai (CIDES - ARP);

X- os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público em parceria com a iniciativa privada ou sociedade civil organizada;

XI - os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental;

XII - a criação de Unidades de Conservação;

XIII - a educação ambiental;

XIV - o cadastro técnico de atividades e o Sistema de Informações Ambientais;

XV - as taxas ambientais.

Parágrafo único. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso XIV e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I - órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II - pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III - todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.

Parágrafo único. Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA

Art. 8º Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental, em complemento ao disposto na presente lei complementar, competindo-lhe:

I - Propor, executar e coordenar, direta ou indiretamente, a Política de Gestão e Política Ambiental do Município de Nova Olímpia – MT;

II - planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços ambientais propostos nesta lei;

III - promover pesquisas e estudos sobre a gestão ambiental do município;

IV - estabelecer normas para a exploração e o uso de qualquer natureza dos recursos naturais;

V - fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operação de atividades de pequeno e médio impactos no âmbito municipal delegadas pelo Estado.

VI - estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e emissão de poluentes relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo;

VII - realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de pequeno e médio impactos nos termos da Resolução 85/2014 do CONSEMA - MT, controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização;

VIII - incentivar, colaborar e participar de estudos e planos de ações de interesse ambiental em nível Federal, Estadual, Regional e Municipal, através de ações comuns, convênios e consórcios;

IX - desenvolver atividades de fomento da melhoria contínua da qualidade ambiental, por meio de estabelecimento de políticas de cooperação com a iniciativa privada, particularmente com os empreendedores que utilizam os recursos naturais, com as organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa;

X - acionar órgãos estaduais ou federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público;

XI - normatizar o uso e manejo dos recursos naturais e estabelecer normas e regulamentos para a gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

XII - promover a conscientização para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, através da educação ambiental;

XIII - elaborar e coordenar as ações de educação ambiental em todas as instâncias;

XIV - estimular a participação comunitária no planejamento, implementação e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - incentivar o desenvolvimento, a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XVI - realizar auditorias ambientais;

XVII - coordenar a elaboração e revisão de Planos Diretores relacionados a sua esfera de competência;

XVIII - celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade;

XIX - calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referentes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes dessas cobranças;

XX - Gerenciar os recursos provenientes do ICMS ecológico a ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA;

XXI - gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA;

XXII - realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência;

XXIII - elaborar e publicar anualmente os balanços financeiro e patrimonial, bem como, a demonstração da conta patrimonial;

XXIV - organizar e manter atualizado o cadastro de seus bens;

XXV - aplicar as penalidades previstas nesta lei complementar e em seus regulamentos;

XXVI - elaborar projetos que enfoquem a formação de consciência ecológica do cidadão.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA, criado pela Lei Municipal nº 1.148 de 21 de Dezembro de 2018, como parte integrante do SIMGEPA, em caráter permanente, deliberativo, consultivo e recursal, além das atribuições auferidas pela respectiva lei e concomitância ao art. 6º, inciso II da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e Portaria do MMA nº 168 de 10 de junho de 2005 possui a finalidade de estudar, propor, deliberar e fiscalizar no âmbito de sua competência a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente municipal e sobre o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, os recursos em processos administrativos e normas e padrões relativos a gestão e proteção do meio ambiente.

Art. 10 Compete ainda ao CONSEMMA:

I - propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

II - Deliberar sobre programas anuais de ações e investimentos com base na previsão orçamentária elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente;

III - fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente;

IV - estudar os problemas ligados ao meio ambiente municipal e propor ações destinadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental;

V - colaborar na elaboração dos planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

VI - estudar e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII - opinar nas questões de uso e ocupação dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental;

VIII - avaliar as solicitações de licenciamento para as atividades definidas nessa lei;

IX - propor a criação de Unidades de Conservação, bem como diretrizes de sua preservação;

X - articular a integração das ações de interesse ambiental desempenhadas por órgãos de caráter regional;

XI - opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessário, maiores informações dos interessados;

XII - propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

XIII - publicar os relatórios sobre a situação de salubridade ambiental do Município de Nova Olímpia - MT;

XIV - elaborar e fazer cumprir seu estatuto e seu regimento interno;

XV - propor auditorias ambientais.

Parágrafo único. Fica garantido ao CONSEMMA o acesso a todas as informações necessárias ao desempenho de suas funções que deverão ser fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente sempre que solicitadas.

Art. 11 O CONSEMMA tem a composição estabelecida na Lei Municipal nº 1.148, devendo ainda compor o Conselho um membro da comunidade técnico-científico, representada pela Universidade local, totalizando 50% de seus membros representados pela Sociedade Civil, ficando ressalvado sua recomposição mediante decreto do Poder Executivo, por solicitação ou sugestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, ou por sugestão do CONSEMMA.

CAPITULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 12 O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, criado pela Lei nº 1.149 de 21 de Dezembro de 2018, vinculado ao orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, possui como objetivo concentrar recursos para projetos de interesse ambiental.

Art. 13 Constituem receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, sem prejuízo de outros previstos na lei de instituição e outras normas correlatas:

I - arrecadação pelos agentes públicos competentes municipais, estaduais ou federais de multas previstas em leis e regulamentos provenientes da degradação do meio ambiente local a ser destinada a projetos de recuperação, proteção e educação ambiental a serem elaborados e definidos pelos representantes da sociedade civil no CONSEMMA;

II - contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e Consórcio e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

III - parte dos recursos provenientes da cobrança de tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos cobrados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente para remunerar os investimentos e os custos de operação e manutenção dos serviços sob sua esfera de competência;

IV - as arrecadações resultantes de consórcios, convênios, contratos e acordos específicos celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V - as contribuições resultantes de doações de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais ou internacionais;

VI - rendimento de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio;

VII – arrecadação resultante do ICMS ecológico nos termos da Lei Complementar nº 73 de 07 de dezembro de 2000 e Decreto nº 2.758 de 16 de julho de 2001;

VIII - outros rendimentos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente deverá sempre que solicitado dar ciência ao CONSEMMA das receitas destinadas ao FMMA.

Art. 14 A gestão do FMMA será realizada por um Conselho Gestor que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

Art. 15 Compõem o Conselho Gestor do FMMA:

I - O Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, como seu Presidente;

II – Um servidor da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, nomeado pelo Secretário;

III - um representante do CONSEMMA escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 16 É competência do Conselho Gestor do FMMA:

I - estabelecer normas e diretrizes para gestão do Fundo;

II - aprovar operações de financiamento;

III - encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas ao Prefeito;

IV - Prestar contas da Gestão do Fundo ao CONSEMMA, na forma prevista em leis e regulamentos.

Art. 17 Os recursos do FMMA serão aplicados no desenvolvimento, remuneração e fomento de:

I - programas de proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental;

II - atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

III - ações que visem proporcionar saneamento básico à população;

IV - pesquisas de processos tecnológicos destinados a melhoria da qualidade ambiental;

V - atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambiental;

VI - proteção e conservação dos recursos naturais;

VII - capacitação técnica dos agentes públicos integrantes do SIMGEPA;

VIII - investimentos e custos de operação e manutenção das atividades de gestão ambiental;

IX - serviços de assessoria técnica para a implementação de programas ambientais e sanitários.

CAPÍTULO VI

DAS TAXAS AMBIENTAIS

Art. 18 Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - no Município de Nova Olímpia - MT, cujo fato gerador é o exercício regulador do poder de polícia conferido à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades poluidoras utilizadoras dos recursos naturais de âmbito local.

Parágrafo único. Esta lei deverá ser regulamentada normatizando, os valores da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

CAPÍTULO VII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 19 A localização, concepção, instalação, construção, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do Município de Nova Olímpia - MT, sem prejuízo de outras licenças ou autorizações legalmente exigíveis.

§ 1º Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno e médio impacto, conforme as atividades descrita na Resolução do CONSEMA nº 085/2014.

§ 2º Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa oficial do Município, e ainda no endereço eletrônico do Município de Nova Olímpia na rede mundial de computadores, ficando os responsáveis pelos empreendimentos responsáveis por custas adicionais de publicação em órgãos de imprensa oficial e local/regional.

Art. 20 O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório, respeitadas as competências estadual e federal:

I - Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI);

IV - Licença de Operação Provisória (LOP) -será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

V – Licença Especial (LE) – Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

§ 1º Os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor, serão observados os limites máximos de até:

I - Licença Prévia: 2 (dois) anos;

II - Licença de Instalação: 2 (dois) anos;

III - Licença de Operação: 2 (dois) anos;

IV- Licença de Operação Provisória: 2 (dois) anos;

V- Licença Especial: apenas pela data de duração do evento, incluídas as etapas preparação e desmobilização quando for o caso.

§ 2º As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto, assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA nº 85/2014 ou daquela que a suceder deste regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§ 5º O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§ 6º No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19 da presente lei e do previsto no Decreto Estadual nº 7007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 10 Nos processos de licenciamento ambiental estabelecidos no Anexo Único desta Lei, não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do CONSEMA nº 428 de 17 de Dezembro de 2010, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I – puder causar impacto direto em Unidade de Conservação;

II – estiver localizado na sua Zona de Amortecimento; ou

III – estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir de 17 de Dezembro de 2010.

Art. 21 A Prefeitura Municipal de Nova Olímpia - MT condicionará a expedição de licença, Autorização ou Alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação de Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 22 Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de OPERAÇÃO emitida pelo órgão ambiental competente, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 23 O Município, através de seus agentes ambientais capacitados, terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

Art. 24 Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental competente municipal a suspensão ou o encerramento das suas atividades.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

§ 4º A Autorização Ambiental (AA), aplicar-se-á a empreendimentos ou atividades de caráter temporário (despesca em atividade de piscicultura, transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento, exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

§ 5º As Licenças/Autorizações Ambientais poderão ser transferidas para outro proprietário, desde que as mesmas estejam dentro do prazo de validade e não haja mudança na atividade inicial.

§ 6º As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante Parecer Técnico (PT) favorável elaborado e assinado por pelo menos 02 (Dois) técnicos de Meio Ambiente do quadro funcional da Prefeitura ou à disposição desta, ou de consórcio de Municípios, designados os servidores para este fim.

§ 7º A Licença Prévia somente poderá ser renovada uma única vez.

§ 8º As atividades de fiscalização ambiental somente poderá exercida por agentes de meio ambiente do quadro funcional da prefeitura concursados.

CAPÍTULO VIII

ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV

Art. 25 O licenciamento ambiental de parcelamento, construção, ampliação e alvará de renovação ou funcionamento promovidos por entidades públicas ou privadas de significativa repercussão no ambiente e/ou na infraestrutura urbana deverão ser instruídos com Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).

Parágrafo único. O EIV será apreciado pelo órgão ambiental competente, ouvido o CONSEMMA.

Art. 26 Será exigida a apresentação de EIV/RIV para os seguintes empreendimentos ou atividades públicas ou privadas, para se obter licença ou autorização para parcelamento, construção, ampliação, alvará de renovação ou funcionamento:

I - aterros sanitários;

II - cemitérios;

III - postos de abastecimento e de serviços para veículos;

IV - depósitos de gás liquefeito;

V - hospitais e casas de saúde com 4.500,00m² (quatro mil e quinhentos metros quadrados) ou mais de área construída, excluídas as áreas de estacionamento e garagem;

VI - casas de culto e igrejas com capacidade para 300 (trezentas) pessoas ou mais;

VII - estabelecimentos de ensino com atendimento a 30 (trinta) alunos ou mais por período;

VIII - estabelecimentos de festas, shows e eventos, inclusive bares e restaurantes que promovam tais atividades, com área total ocupada pela atividade maior que 200,00 m² (duzentos metros quadrados);

IX - atividades industriais que se situem numa distância de até 200,00m (duzentos metros) de áreas residenciais;

X - grandes loteamentos e grandes conjuntos habitacionais ou similares, acima de 500 (quinhentos) lotes e/ou unidades, ou 30 ha (trinta hectares) de área total, ou quando qualquer de seus lados seja maior do que 1.000 m (mil metros) lineares;

XI - matadouros;

XII - empresas de reciclagem de lixo;

XIII - outras atividades consideradas como polo gerador de tráfego, conforme disposto no Código de Urbanismo;

XIV - intervenções e empreendimentos que constituam objeto de uma operação urbana consorciada;

XV - terminais rodoviários urbanos ou intermunicipais;

XVI - túneis, viadutos e vias expressas ou regionais.

Art. 27 O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – equipamentos urbanos e comunitários;

III – uso e ocupação do solo;

IV – valorização imobiliária;

V – geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI – ventilação, iluminação e ruídos;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.

Art. 28 A elaboração do EIV/RIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, requeridas nos termos da legislação ambiental.

Parágrafo único. A apresentação do EIV/RIV poderá ser dispensada nos casos em que o empreendimento necessite de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental, desde que no mesmo esteja contemplado o devido Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança.

CAPÍTULO IX

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 29 Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 30 A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 31 A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas, Universidades e Instituições Educacionais.

Art. 32 A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I - campanhas de esclarecimento;

II- palestras;

III- debates;

IV- cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V- desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI- comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo.

VII -qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 33 A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

Art. 34 A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 35 A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades e Instituições Educacionais, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal Planejamento e Meio Ambiente.

Art. 36 A educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa socioambiental em nível científico.

Art. 37 Fica instituída a Semana Municipal do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

CAPÍTULO X

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 38 O Município de Nova Olímpia – MT, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo Único Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 39 Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo Único. Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o caput deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

CAPÍTULO XI

DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 40 O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do caput do artigo 129 da Constituição Federal.

CAPÍTULO XII

DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO, INFRAÇÃO E PENALIDADES

SEÇÃO I

DO CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 41 Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, através de convênios, bem como do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai (CIDES - ARP).

Art. 42 Fica criado, o cargo de Agente Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização nesta lei descritas.

§ 2º A atividade de fiscalização e o treinamento do Agente Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com o Consórcio, com a SEMA e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º O Agente ambiental atuará na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 43 São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III - proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV - verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - lavrar auto de notificação e auto de infração, interdição e embargo;

§ 1º O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com "Aviso de Recebimento", que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 2º No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 3º Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente Ambiental.

Art. 44 Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 45 Para efeitos desta lei, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância dos preceitos desta lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções, bem como, das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais.

Art. 46 Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todos aqueles que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Parágrafo único. O infrator, seja pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa ou dolo, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

Art. 47 São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os agentes ambientais do órgão municipal do meio ambiente e da polícia militar especializada.

Art. 48 A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 1º Qualquer pessoa que tiver conhecimento ou notícia da ocorrência de infração ambiental deverá noticiar as autoridades relacionadas no artigo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como "gravíssima" e a seu critério, nos demais casos.

Art. 49 Os autos de infração ambientais serão processados junto ao órgão ambiental municipal competente, incluindo aqueles lavrados pelos agentes do Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Art. 50 Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar ao conhecimento da autoridade policial.

SEÇÃO III

DAS PENALIDADES

Art. 51 Os infratores dos dispositivos da presente lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I - advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta lei;

II - multa simples no valor de 50 (cinquenta) até 85.000 (oitenta e cinco mil) Unidades de Padrão Fiscal (UPF/MT);

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos.

XI - interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividade;

XII - cassação de alvará de licenciamento da atividade ou empreendimento;

§ 1º Os valores estabelecidos das multas nesta lei, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções.

§ 2º A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3o do art. 72 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 52 A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I - nas infrações leves, 50 até 500 UPF/MT;

II - nas infrações graves, 500 até 10.000 UPF/MT;

III - nas infrações muito graves, 10.000 até 20.000 UPF/MT;

IV - nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 UPF/MT.

Art. 53 A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-MDC, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

§ 1º O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 54 A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 2º Constatada a situação prevista no caput, o agente autuante lavrará auto de infração, indicando a conduta e o valor da multa-dia.

§ 2º O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos nesta lei, não podendo ser inferior ao mínimo aqui estabelecido, nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 4º Caso o agente autuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta lei.

§ 5º Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6º O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 55 Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I - a escala e a intensidade do dano;

II - o dano à saúde e à segurança pública;

III - se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável;

IV - o local da infração.

V - as circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Parágrafo único. As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 56 São circunstâncias atenuantes:

I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada;

III - comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental;

IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

V - ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

VI - comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 57 São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II - ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências danosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

VII - não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente;

VIII - a ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

IX - a infração atingir áreas sob proteção legal;

X - o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XI - decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º A reincidência ocorrerá quando o mesmo agente cometer nova infração ambiental no período de 3 anos, classificada como:

a) específica: cometimento de infração da mesma natureza;

b) genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 58 A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 3º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo administrativo.

§ 4º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 59 A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 60 Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 61 São infrações ambientais, não excluindo as indicadas nos artigos 73 a 93 do Decreto Federal n. 6514 de 2008 atualizado pelo Decreto Federal n. 6686 de 2008 e 48 desta lei:

I- construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta lei, sem licença exigida por lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

II- praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta lei e na legislação estadual e federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 51 desta lei;

III - deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto nesta lei complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: Incisos I e II do art. 51 desta lei;

IV - deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental.

Pena: Incisos I e II do art. 51 desta lei;

V - opor-se ou impor dificuldades à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: Incisos I e II do art. 51 desta lei;

VI - utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

VII - descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

VIII - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta lei;

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

IX - dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

X- contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XI - emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XII - exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XIII - causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XIV - causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XV - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XVI - desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XVII - causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XVIII - causar poluição de qualquer natureza que possa trazer dano à saúde ou ameaçar o bem-estar do indivíduo ou da coletividade.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XIX - desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbia ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XX - desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta lei complementar.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XXI - obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XXII - descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XXIII - transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XXIV - praticar maus tratos em animais.

Pena: Incisos I, II, III e IX do art. 51 desta lei;

XXV- destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

XXVI - Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta lei e legislação estadual ou federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 51 desta lei;

Art. 62 As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a administração pública;

§ 1º A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I – até 3 (três) anos para a sanção prevista no inciso V do caput deste artigo;

II – até 1 (um) ano para as demais sanções.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 63 Em caso de aplicação de penalidade concomitante pelo Estado e Município, prevalecerá a que primeiro tiver sido imposta.

SEÇÃO IV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 64 As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura de auto de infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

Art. 65 Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I - auto de notificação;

II - auto de infração;

III - termo de embargo e/ou interdição;

IV - termo de apreensão e notificação.

Art. 66 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - apreensão;

II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III - suspensão de venda ou fabricação de produto;

IV- suspensão parcial ou total de atividades;

V- destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração;

VI - demolição.

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2º.

§ 4º O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.”

Art. 67 A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração

administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 68 A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 69 O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I - o nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei;

II - local, data e hora da infração;

III - descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido;

IV - ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

V - assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante;

VI - nome do agente fiscal e assinatura;

VII - no caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º A notificação/intimação dar-se-á sucessivamente, da seguinte forma:

I - pessoalmente;

II - por seu representante legal;

III - por carta registrada com ávido de recebimento;

IV - por edital, se estiver o infrator em lugar incerto e não sabido ou não for encontrado no endereço indicado.

V - por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3º Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser expressamente mencionada pela autoridade que efetuou a notificação na presença de 2 (duas) testemunhas que assinarão o Auto e o entregará ao autuado.

§ 4º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 5º O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco 05 (cinco) dias após a publicação.

Art. 70 Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 71 O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º O órgão ambiental municipal responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 5º O órgão ambiental municipal responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do caput e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 72 Decorrido o prazo ora estabelecido sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, quando então será intimado dos atos verificados após essa habilitação.

Parágrafo único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 73 O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três (03) dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 74 As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 75 Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 76 Terminada a produção das provas, o servidor competente do quadro da assessoria jurídica municipal proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos, devendo esta decisão ser homologada pelo Prefeito ou pelo Secretário da Secretaria que atenderá as demandas ambientais.

§ 1º O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 2º Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 77 Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo disposto no caput contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4o da Lei no 8.005, de 1990.

Art. 78 Da decisão proferida e homologada pelo órgão Municipal competente, caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA.

§ 1º O recurso administrativo previsto no caput deste artigo será encaminhado ao CONSEMMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§ 2º Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 79 Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa;

§ 1º O valor da multa poderá ser parcelado, na forma do regulamento.

§ 2º Os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo municipal de meio ambiente.

§ 3º Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

SEÇÃO V

DO PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO DE MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

Art. 80 A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 81 São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente;

IV - manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 82 Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do artigo anterior, quando:

I - não se caracterizar dano direto ao meio ambiente;

II - a recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. 81, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 83 O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 84 O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§ 1º Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 2º A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 85 A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação da áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§ 1º Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§ 2º A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for de menor complexidade.

§ 3º Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§ 4º O não atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 86 Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 1º A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado.

§ 2º Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§ 3º O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso.

Art. 87 Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

III - descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - multa a ser aplicada em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor;

V - foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 1º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§ 2º A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§ 3º O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 4º O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral;

II - na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§ 5º O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§ 6º A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 88 Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial do Município de Nova Olímpia, mediante extrato.

Art. 89 A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

TÍTULO IV

DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DO SOLO

Art. 90 Compete ao Poder Público Municipal:

I - garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologia apropriadas e manejo;

II - promover, no que couber, ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

III - garantir como prioridade o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solo e água;

IV - adotar medidas mitigadoras que evitem desertificação e favoreçam a recuperação das áreas degradadas;

V - regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

VI - proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens municipais.

VII - elaborar, nos termos da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá ser realizado pelo Município ou em Consórcio com outros Municípios, aplicando-se o disposto no inciso III, § 3º do artigo 19 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e em consonância às Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais números 13 e 14.

§ 2º Os planos ou projetos públicos ou privados de uso de recursos naturais no Município de Nova Olímpia, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

§ 3º Na análise dos projetos de uso e ocupação do solo ou loteamentos, o órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

a) reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

b) utilização de áreas com terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações;

c) ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

d) sistema de abastecimento de água;

e) coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

f) ocupação de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

g) ocupação de áreas de média a alta fragilidade sujeita a processos erosivos;

§ 4º Os loteamentos urbanos em áreas de solos arenosos com declividade acima de 10% deverão conter sistemas de drenagem de águas pluviais, de modo a minimizar os processos erosivos e assoreamento dos corpos de água.

CAPÍTULO II

DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 91 A implantação do aterro sanitário municipal deverá seguir as regras específicas do Plano Diretor, do Uso e Ocupação do Solo, bem como do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal ou mediante Plano Consorcial.

Art. 92 Nos termos da Lei 12.305 de 20 de agosto de 2010, a implantação do aterro sanitário deverá ser regulamentada.

CAPÍTULO III

DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 93 Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas:

I - é vedado a urbanização das áreas de contribuição imediata dos mananciais destinados ao abastecimento urbano;

II - é vedado o lançamento de esgotos domésticos “in natura” nos cursos d’água;

III - será coibida a expansão urbana em áreas (de elevado índices de relevo) de relevo acima de 30% de declividade e de média a alta fragilidade, obedecida a legislação federal em vigor;

IV - nas áreas de relevante interesse turístico e paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

V - proibir os processos urbanísticos em áreas sujeitas a inundações, no intuito de proteger as populações de eventuais catástrofes;

VI - a expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes de cobertura vegetal primitiva;

VII - zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

VIII - obedecer critérios técnicos de elegibilidade para as áreas destinadas aos assentamentos urbanos e facultar necessidade de licenciamento prévio.

CAPÍTULO IV

DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 94 Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I - os projetos de assentamentos deverão ser desenvolvidas de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, traçados de maneira a minimizar a erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II – através de seus mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola, parte do antrópico-ambiental, deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar seu rendimento econômico e a proteção do meio ambiente, de conformidade com o zoneamento estadual e suas políticas;

III – os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamentos deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local.

CAPÍTULO V

DO USO DO SOLO

Art. 95 Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I - exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis;

II - necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente;

III - tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§ 1º Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 96 Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 97 A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 98 Nas estradas rurais particulares e de acesso às propriedades, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

CAPÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 99 O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 100 Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, o projeto de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I - manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II - atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente;

III - indústrias de qualquer natureza;

IV - espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 101 Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 102 Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e outras necessárias aprovadas pela SEMA-MT ou outra específica por lei no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

CAPÍTULO VII

DO AR

Art. 103 Compete ao Poder Público Municipal:

I – garantir padrões de qualidade do ar, consentâneos com as necessidades de saúde pública, assim como controlar a poluição sonora em áreas urbanas em conformidade com a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e outra legislação pertinente à matéria;

II – garantir o monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para aglomerados urbanos, distritos e zonas industriais;

III – fiscalizar os padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores de acordo com as normas estabelecidas a nível federal e estadual;

IV – estimular o desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica.

Art. 104 Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

§ 1º A constatação de percepção de que trata este artigo será efetuada por técnicos credenciados do órgão competente municipal.

§ 2º Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado após tratamento, conforme a legislação pertinente.

§ 3º O transporte coletivo da frota pública ou sob concessão, deverá implantar sistema de catalizadores para diminuir a poluição atmosférica nos termos da Lei 9.605 de 1998.

§ 4º O desprendimento de odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais a saúde e ao bem estar da comunidade não deverá ser percebido além dos limites da propriedade da fonte geradora.

§ 5º Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecida pelo órgão competente;

§ 6º Somente será permitida a execução de fogueira por ocasião de festas juninas em locais que não interfiram com o trânsito e nem apresentem perigo ao bem-estar da população;

§ 7º O lançamento de emissões provenientes de queima de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos deverá ser realizado através de chaminé

Art. 105 O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle da poluição do ar de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 106 As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão realizar-se em compartimento próprio provido de sistemas de ventilação local e de equipamentos eficientes para a retenção de material particulado e odor.

Art. 107 As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, são obrigadas a automonitorar suas atividades quanto a emissão de gases, partículas e ruídos.

CAPÍTULO VIII

DA ÁGUA

Art. 108 As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinente, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997).

Art. 109 Na gestão dos recursos hídricos, a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

Art. 110 Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação

técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art. 111 A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente deverá proceder ao cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, caracterizando as condições de uso.

Art. 112 A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, considerando o que determina as Resoluções CEHIDRO nos 18, 27 e 29 da SEMA – MT de atribuições da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente deve:

I - exercer controle sobre as formas de captação e exploração, através do cadastramento, licenciamento e autorização dos poços situados no Município que atinjam, tanto o nível freático como o profundo, inclusive cisternas;

II - realizar programas permanentes de detecção e controle quantitativo de perdas no sistema público de abastecimento de água;

III - estabelecer critérios e executar programas de controle das fontes poluidoras e controlar e recuperar as áreas degradadas;

IV - estabelecer critérios para a localização industrial, baseados nos princípios de que o seu abastecimento industrial deverá ser feito preferencialmente através de águas de superfície devidamente tratadas com esgotos lançados no mesmo corpo de abastecimento;

V - promover incentivos para reuso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades;

VI - licenciar a operação dos poços na forma de licença ambiental.

Art. 113 Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços rasos ou profundos deverão cadastrá-los na Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente dentro do prazo de 180 dias contados da data de publicação do presente código, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art. 114 Para efeito do disposto deste artigo, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d`água.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com o Estado ou com a União para a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso e derivação das águas públicas, nos termos e condições da legislação pertinente.

§ 2º Nos convênios referidos no parágrafo anterior, serão definidas as formas e as condições da outorga de concessões, permissões ou autorizações para o uso e derivação de águas, bem como os limites, condições técnicas e poderes de controle atribuídos por delegação ao Município.

Art. 115 Ocorrendo à delegação referida no Art. 112, a Administração Pública deverá exigir que as obras necessárias à derivação sejam projetadas e executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, devendo

qualquer alteração no projeto, ou modificação da vazão captada ou lançada ser previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 116 É proibido manter águas estagnadas em terrenos urbanos, ficando seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, obrigados a drená-los.

Art. 117 Outras medidas de restrição de uso e ocupação do solo urbano e rural, que visem à proteção dos corpos d`água, ou seja, massa de água subterrânea ou de superfície cuja quantidade pode variar ao longo do tempo, compreendendo cursos d`água, aquíferos e reservatórios naturais ou artificiais, poderão ser tomadas por lei.

CAPÍTULO IX

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 118 A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 119 Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo Único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal, especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico vigente.

Art. 120 Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, e pelo CONSEMA.

Art. 121 Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 122 O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 123 É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de

sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

Art. 124 No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 125 É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora quando devidamente instalada no Município.

§ 1º Enquanto não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos in natura a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário ou outra forma, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 126 A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial do município, fornecendo à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 127 Fica expressamente proibido:

I - deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - a incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;

III - o lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

Art. 128 Fica proibido o despejo de efluentes líquidos residenciais, comerciais e indústrias diretamente nos corpos d´água ou bueiros, sem o devido tratamento. Os estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, que lançam efluentes sem prévio tratamento nos corpos de água. Terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sansão desta lei para regularização, com a implantação de pelo menos de sistema fossa séptica-sumidouro, nos locais onde não existe rede de coleta de esgoto. Neste caso, serão vetado a construção de sistema de tratamento de efluentes em locais onde o lençol freático encontra-se aflorante ou semiaflorante, áreas úmidas, APP e veredas.

CAPÍTULO X

DA FLORA

Art. 129 As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta lei estabelecem.

Parágrafo Único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 130 Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

I - ao longo de qualquer curso d'água, calculados do seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

a) de 30 m (trinta metros) para os cursos d´água de menos de 10 m (dez metros) de largura;

b) de 50 m (cinquenta metros), para os cursos d'água que tenham de 10 m (dez metros) até 50 m (cinquenta metros) de largura;

c) de 100 m (cem metros), para os cursos d'água que tenham de 50 m (cinquenta metros) a 200 m (duzentos metros) de largura;

d) de 200 m (duzentos metros), para os cursos d´água que tenham de 200 m (duzentos metros) até 600 m (seiscentos metros) de largura;

e) de 500 m (quinhentos metros) para os cursos d´água que tenham largura superior a 600 m (seiscentos metros)

II - ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100 m (cem metros);

III - nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, nas veredas, e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 100 m (cem metros);

IV - no topo dos morros, montes e serras;

V - nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 m (cem metros) em projeção horizontal.

VII - em áreas alagáveis e encharcadas que margeiam os rios do município.

VIII - em formações vegetais e pedológicas associadas aos sítios arqueológicos, cujo manejo deve obedecer a critérios técnicos, visando à conservação de tal patrimônio.

§ 1º O acesso a corpos d'água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico deverá ser requerido a critério da SEMA-MT e em obediência a legislação Federal e Estadual pertinentes.

§ 2º Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do CONAMA.

Art. 131 Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 132 As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 133 É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 134 Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 135 A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação da SEMA-MT, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo Único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 136 Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 137 O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos

hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 138 O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

CAPÍTULO XI

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 139 Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 140 A fiscalização da arborização urbana será exercida por agente ambiental do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 141 A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I - Nome do Funcionário;

II - Número de sua matrícula;

III - Número do Registro Geral – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF;

IV - Prazo de validade da credencial;

V - Título da função exercida;

VI - Assinatura do Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

§ 2° A credencial será válida, pelo período máximo de 2 (dois) anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente.

Art. 142 A autorização para corte de árvores, deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

a) nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do imóvel;

b) nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante;

c) endereço completo do imóvel;

d) “croqui” de localização;

e) número de árvores ou área a serem derrubadas;

f) motivo da derrubada;

g) assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 143 A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 144 A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I - nome do proprietário;

II - endereço do imóvel;

III - número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis;

IV - especificações das árvores cujo abate é autorizado;

V - número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 145 É expressamente proibido pintar, caiar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação, e propaganda.

Art. 146 É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 147 É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

§ 1º A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

§ 2º Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta-sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 148 Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

CAPÍTULO XII

DA FAUNA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

Art. 149 Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela lei.

Art. 150 Os animais silvestres, domésticos e exóticos de qualquer espécie ou origem, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem constante ou sazonalmente no Município, constituem a fauna local.

Art. 151 Consideram-se animais:

I - silvestres: aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território tangaraense;

II - exóticos: aqueles não originários da fauna brasileira ou que não tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos ecossistemas que integram o território tangaraense;

III - domésticos: aqueles de convívio do ser humano e dele dependentes;

IV - domesticados: aqueles de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo homem, a qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;

V - em criadouros: aqueles nascidos, reproduzidos e mantidos em condições de manejo controladas pelo homem, e autorizados pelo órgão competente, e ainda, os removidos do ambiente natural e que não possam ser reintroduzidos, por razões de sobrevivência, em seu habitat de origem;

VI - sinantrópicos: aqueles que aproveitam as condições oferecidas pelas atividades humanas para estabelecerem-se em habitats urbanos ou rurais.

Art. 152 O Poder Público Municipal juntamente com a coletividade, promoverá a proteção da fauna local, vedando práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção das espécies e que submetam os animais à crueldade.

§ 1° A função ecológica de uma espécie é definida pelas relações tróficas estabelecidas com populações de outras espécies e sua relação com o meio físico em que vive.

§ 2° A extinção é o desaparecimento de populações de uma espécie em uma determinada área geográfica ou comunidade.

§ 3° Práticas de caça, apanha, uso, perseguição, maus tratos, confinamento e criação em locais não apropriados, constituem crueldade aos animais.

§ 4° Lei municipal regulamentará formas de controle populacional de cães e gatos no Município.

SEÇÃO II

DA PROTEÇÃO DA FAUNA

Art. 153 Veda-se:

I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência, prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como, as que provoquem condições inaceitáveis de existência;

II - manter animais em local desprovido de asseio ou que lhes impeça a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

III - obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços que não se alcançariam senão com castigo;

IV - não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cujo abate seja necessário para consumo;

V - não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja recomendada por médico veterinário através de laudo;

VI - vender ou expor à venda animais em áreas públicas e em particulares, sem autorização do órgão municipal ambiental, que desobedeçam as normas deste Código e demais legislação pertinente;

VII - enclausurar animais conjuntamente com outros que os molestem;

VIII - exercitar cães conduzindo-os presos a veículo motorizado ou em movimento;

IX - a utilização de cães e gatos para a reprodução utilizando-se a fêmea por mais de três vezes, em ambiente não saudável com a possibilidade de propagação de doenças;

X - a comercialização de animais gerados em ambientes contaminados pela cinomose, parvo-virose e outras doenças afins;

XI - qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus-tratos ou crueldade contra os animais.

SEÇÃO III

DOS ANIMAIS SILVESTRES

Art. 154 Os animais silvestres deverão, prioritariamente, permanecer em seu habitat natural.

§ 1° Para a efetivação deste direito, seu habitat deve ser preservado e protegido de qualquer violação, interferência ou impacto negativo que comprometa sua condição de sobrevivência.

§ 2° As intervenções no meio que provoquem impacto negativo devem ser reparadas ou compensadas por meio de indenização revertida direta e exclusivamente para os Programas Ambientais e de Proteção animal existentes no município.

§ 3° É vedada a introdução de exemplares da fauna exótica e híbrida em ambiente natural dentro do território municipal.

§ 4° Veda-se a produção, a reprodução, a criação e engorda de peixes no Município sem a expressa autorização do órgão ambiental municipal.

§ 5° Proíbe-se a caça profissional ou amadora em todo o território municipal.

Art. 155 As pessoas físicas ou jurídicas mantenedoras de animais exóticos, mantidos em cativeiro, residentes ou em trânsito no Município, deverão obter a competente autorização junto ao órgão municipal ambiental, sem prejuízo das demais exigências legais.

Parágrafo único. Cria-se o Programa de Proteção à Fauna Silvestre que será posteriormente regulamentado.

SEÇÃO IV

DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 156 É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto aqueles registrados e devidamente guarnecidos de coleira para os pequenos e médios e, guia com peitoral e focinheira aberta para os de grande porte, respondendo estes, civil e criminalmente, por eventuais danos causados pelo animal a terceiros.

§ 1° Os cães de grande porte considerados de guarda deverão ser conduzidos por maiores de idade com força suficiente para controlar os movimentos do animal, durante a semana, a partir das dezenove horas (19:00h) ou anterior às seis horas (06:00h), bem como, nos finais de semana a partir das quatorze horas (14:00h).

§ 2° Fica terminantemente proibida a utilização dos acessórios como focinheira fechada e/ou enforcador por ocorrer riscos de danos à saúde ao animal, salvo nos casos em que o uso de petrechos de segurança sejam compatíveis com a saúde e a integridade do animal.

§ 3° Nas residências onde haja cães de guarda, deverá haver nos portões de acesso, nos muros ou grades, placas indicando a existência dos animais.

Art. 157 Serão apreendidos pelo Órgão Ambiental Municipal os animais encontrados soltos nas vias públicas ou locais de livre acesso ao público.

§ 1° Será ainda apreendido todo e qualquer animal:

I - submetido aos maus tratos e à crueldade por seus proprietários ou prepostos destes ou em não exercício da posse responsável;

II - mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

III - cuja criação ou uso em áreas urbanas seja vedado pelo presente Código.

§ 2° Nos casos previstos no parágrafo anterior, incisos I e II a denúncia deverá ser protocolizada no Poder Executivo Municipal, caso contrário, deverá ser encaminhada para o órgão ambiental de outro ente da federação.

§ 3° Nos casos de que trata o parágrafo anterior, constatado maus tratos e/ou crueldade, o órgão municipal ambiental recebendo a denúncia ou presenciando o delito, deverá autuar e apreender o animal, conforme o previsto neste Código e, encaminhar cópia do referido auto para o Ministério Público.

§ 4° Se o cão apreendido for portador de registro seu proprietário deverá ser notificado para que às suas expensas receba o animal, bem como, aquele que ainda não providenciou registro, mas declara ser proprietário do animal apreendido.

§ 5° O proprietário que ainda não possui registro deve providenciá-lo para que só então possa retirar seu anima do Centro de Reabilitação de Animais Domésticos, mediante pagamento de taxa.

§ 6° Os animais suspeitos de raiva ou outra zoonose deverão ser encaminhados para o setor de zoonoses que, às expensas do órgão de saúde municipal, especificamente a Vigilância Sanitária, através de médico veterinário, servidor do mesmo, deverá recuperá-los.

§ 7° Nos casos em que a reabilitação for considerada, através de laudo, como impossível, o animal deverá receber a eutanásia conforme normas estabelecidas neste Código ou outras normas que disciplinem a questão.

§ 8° Os animais recuperados deverão ser encaminhados para doação, venda ou leilão.

§ 9°A adoção de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada através de organização não governamental de proteção animal, que receberá do Poder Público Municipal apoio na divulgação.

Art. 158 Consideram-se maus tratos, dentre outros, a guarda irresponsável, a crueldade, o abandono, a tortura, a violência e quaisquer atos injustificáveis que possam ferir, mutilar, causar estresse, fome, sede ou qualquer outro transtorno físico ou moral ao animal, bem como a sua morte.

§ 1° A guarda irresponsável é caracterizada quando o dono ou responsável pelo animal:

I - deixar de vacinar o animal;

II - viajar e deixar o animal sem o acompanhamento de alguém que verifique sua alimentação adequada, higiene e casos de doenças;

III - deixar o animal ao relento ou colocá-lo em casinhas que não possuam telhamento adequado para áreas externas, bem como, área adequada para o tamanho do animal, altura e paredes que impeçam a entrada das águas de chuva;

IV - não trocar a água do animal diariamente evitando, assim, doenças para o mesmo e abandonar a vasilha provocando a propagação de doenças;

V - não propiciar comida suficiente para o porte do animal ou deixar a comida ou a ração mofar ou apodrecer no vasilhame;

VI - deixar o animal com sarna, pulgas e carrapatos;

VII - não prestar socorro em caso de doenças, deixando de levar o animal ao médico veterinário;

VIII - deixar de dar banho, cortar as unhas, limpar os ouvidos de forma adequada e tosar quando necessário e em dias de muito calor;

IX - deixar de limpar adequadamente o espaço utilizado pelo animal.

§ 2º Consideram-se maus-tratos:

I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II - animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;

III - obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;

IV - golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido de economia, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal;

V - abandonarem em qualquer local, animal doente, ferido, enfraquecido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;

VI - não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo ou não;

VII - abater para o consumo ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação;

VIII - atrelar no mesmo veículo, instrumento agrícola ou industrial, bovinos com equinos, com muares ou com asininos, sendo somente permitido o trabalho em conjunto a animais da mesma espécie;

IX - atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis como sejam balancins, ganchos e lanças ou com arreios incompletos, incômodos ou em mau estado, ou com acréscimo de acessórios que os molestem ou lhes perturbem o funcionamento do organismo;

X - utilizar, em serviço animal cego, ferido, enfermo, enfraquecido, extenuado ou desferrado, sendo que este último caso somente se aplica a localidade com ruas calçadas;

XI - açoitar, golpear, ou castigar por qualquer forma a um animal caído sob o veículo ou com ele, devendo o condutor desprendê-lo do tiro para levantar-se;

XII - descer ladeiras com veículos de tração animal sem utilização das respectivas travas, cujo uso é obrigatório;

XIII - deixar de revestir com couro ou material com idêntica qualidade de proteção as correntes atreladas aos animais de tiro;

XIV - conduzir veículo de tração animal, dirigido por condutor sentado, sem que o mesmo tenha boléias e arreios apropriados, com tesouras, pontas de guias e retranca ou que utilize chicote ou vara;

XV - prender animais atrás de veículos ou atados às caudas de outros;

XVI - fazer viajar um animal a pé, por mais de 10 (dez) quilômetros, sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de seis horas contínuas sem lhe dar água e alimento;

XVII - conservar animais embarcados por mais de 12 (doze) horas, sem água e alimento, devendo as empresas de transporte providenciar, sobre as necessárias modificações no seu material, dentro de 12 (doze) meses a partir da publicação desta lei;

XVIII - conduzir animais, por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;

XIX - transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e número de cabeças, e sem que o meio de condução em que estão encerrados ou esteja protegidos por uma rede metálica ou idêntica que impeça a saída de qualquer membro do animal;

XX - encerrar em curral ou outros lugares animais em número tal que não lhes seja possível mover-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento mais de 12 (doze) horas, contando simplesmente com o pasto;

XXI - deixar sem ordenhar as vacas por mais de 24 (vinte e quatro) horas, quando utilizadas na exploração do leite;

XXII - ter animais encerrados juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;

XXIII - ter animais destinados à venda em locais que não reúnam as condições de higiene e comodidades dignas;

XXIV - expor, nos mercados e outros locais de venda, por mais de 12 (doze) horas, aves em gaiolas, sem que se faça nestas a devida limpeza, espaço para locomoção e renovação de água e alimentos diariamente;

XXV - engordar aves mecanicamente;

XXVI - despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos á alimentação de outros;

XXVII - ministrar ensino a animais com maus-tratos físicos;

XXVIII - exercitar tiro ao alvo em animais;

XXIX - realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado;

XXX - arrojar aves e outros animais nas casas de espetáculo e exibi-los para tirar sorte ou realizar acrobacias;

XXXI - transportar, negociar ou caçar em qualquer época do ano;

XXXII - fazer o animal descansar atrelado ao veículo, em aclive ou declive, ou sob o sol ou chuva;

XXXIII - atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis ou com excesso daqueles dispensáveis;

XXXIV - nos veículos de tração animal, transportar carga ou passageiros cujo peso exceda à capacidade de tração do animal;

XXXV - montar animais que estejam carregados com carga excessiva;

XXXVI - submeter a trabalho, animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos, anêmicos ou excessivamente magros;

XXXVII - obrigar animais ao trabalho por mais de 6 (seis) horas consecutivas, ou 8 (oito) horas alternadas, porém sem água e alimentação adequada.

XXXVIII - martirizar animais, para deles alcançar resultados esperados, no trabalho que desempenhem;

XXXIX - castigar de qualquer modo, animal caído ou prostrado, atrelado ou não a veículo ou a equipamento de trabalho;

XL - confinar em ambientes sem ventilação, sem água e sem alimentação, animais de qualquer espécie;

XLI - praticar atos ou usar arreios, açoites, ou quaisquer dispositivos que possam acarretar violência ou sofrimento a animais.

§ 3º É proibido:

I - transportar animal sem a documentação exigida por lei;

II - transportar animais de qualquer espécie sem condições de segurança para quem os transporta, sem registro do animal e sem o emplacamento da carroça ou similar;

III - estacionar animais em calçadas e em locais não permitidos por este código e pelas demais normas vigentes;

IV - criar galos de rinha dentro do território municipal;

V - transportar em carroças ou similares restos de materiais de construção, materiais de construção, equipamentos eletroeletrônicos, materiais tóxicos ou que contenham substâncias tóxicas, insumos e adubos químicos e orgânicos e animais, sejam vivos ou mortos.

VI - adestrar animais com maus tratos físicos;

VII - transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

§ 4º Os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores sujeitarão os responsáveis à multa e outras sanções previstas no Título III, Capítulo XII deste Código, bem como apreensão obrigatória dos animais envolvidos nas condutas acima descritas e, encaminhamento dos mesmos pelo Órgão Municipal Ambiental para o Centro de Reabilitação de Animais Domésticos.

§ 5º O Auto de Infração deverá ser lavrado com multa pelo órgão ambiental municipal e, cópia do mesmo deverá ser encaminhada ao Ministério Público e à Polícia Judiciária Civil, o primeiro para que promova ação civil contra o infrator para que o mesmo pague todas as despesas com o animal e que determine via Termo de Ajustamento de Conduta a proibição para que o infrator não tenha mais nenhum animal sob sua guarda, e o segundo para a abertura do competente Inquérito Policial pela Polícia Judiciária Civil.

Art. 159 Consideram-se petrechos indispensáveis para se atrelar animais a veículos o areio completo do tipo peitoral, composto por dois tirantes de couro presos ao balancim ou do tipo qualheira, composto por dois pares de corrente presa ao balancim, mais selote com retranca fixa no animal, correias, tapa-olho, bridão ou freio, par de rédeas e cabresto para condução após desatrelamento do animal.

Parágrafo único. A não utilização dos petrechos mencionados no caput deste artigo ensejará a aplicação de multa aos proprietários dos animais ou responsáveis, bem como, outras sanções previstas no Título VI, Capítulo II deste Código em consonância com o § 5º do artigo anterior.

Art. 160 O animal encontrado solto nas vias e logradouros públicos será recolhido pelo órgão municipal ambiental, podendo ser resgatado somente pelo seu legítimo proprietário ou responsável, após o preenchimento do expediente próprio de identificação e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º Os animais apreendidos ficarão à disposição do proprietário ou responsável no Centro de Reabilitação de Animais Domésticos, nos prazos previstos no parágrafo seguinte, sob a guarda do Poder Executivo Municipal através de seu órgão ambiental, onde será

devidamente alimentado, acondicionado em recintos higienizados e de tamanho e largura onde possam movimentar-se de forma digna, assistido por médico veterinário e pessoal preparado para tal função.

§ 2º As praxes a que se refere o parágrafo anterior, contados do dia da apreensão do animal, serão empregadas por 7(sete) dias, para os casos em que o animal esteja bem de saúde.

Art. 161 Transcorrido o decurso de tempo definidos no artigo antecedente, os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão municipal ambiental responsável:

I - resgate e manutenção em Centro de Reabilitação de Animais Domésticos;

II - leilão;

III - adoção;

IV - doação;

V - sacrifício, em último caso, onde não há mais esperanças de vida para o animal, diagnosticado através de laudo assinado por médico-veterinário, observando-se o artigo 137, § 2°, inciso VI deste Código.

Art. 162 Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo único. São solidariamente passíveis de responsabilidade, inclusive em caso de danos, os que os tenham sob sua guarda ou uso, ficando o animal desde já apreendido e recuperado por adestradores às expensas do responsável pela guarda.

Art. 163 Fica instituído o registro de animais, de caráter obrigatório, especialmente no que tange os animais domésticos, bem como, o credenciamento de instituições idôneas para tal fim, conforme dispuser o órgão municipal ambiental competente, em ato próprio, disciplinando os procedimentos pertinentes e estabelecendo as obrigações dos proprietários ou responsáveis pelos animais e das instituições credenciadas.

§ 1° A obrigatoriedade de que trata o caput deste artigo é do proprietário do animal e às suas expensas, com exceção daquele que comprove impossibilidade de pagamento, através de atestado de pobreza, ficando a cargo do Poder Público o registro.

§ 2° Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar convênio ou a terceirizar, mediante processo licitatório devido, o credenciamento de que trata este artigo bem como, o tratamento de reabilitação dos animais vítimas de maus tratos, crueldade, abandono e outros casos afins, em caso de inexistência do Centro de Reabilitação de Animais Domésticos com o seu setor de zoonoses.

Art. 163 O manejo da fauna doméstica será realizado através do órgão municipal ambiental, respeitando as seguintes disposições:

I - o animal apreendido receberá tratamento digno e adequado desde o ato da apreensão e durante o período de sua permanência no alojamento;

II - o sacrifício de animais que não forem procurados e que se encontram em fase terminal, somente processar-se-á mediante diagnóstico veterinário, acompanhado de laudo conclusivo que justifique sua morte;

III - o sacrifício de animais nos termos do inciso anterior será através de métodos indolores e instantâneos, sendo vedado o uso de métodos que submetam os animais à crueldade.

Art. 164 Entende-se por métodos cruéis aqueles consubstanciados em utilização de câmaras de descompressão, câmaras de gás, eletro-choque e qualquer outro procedimento que provoque dor, estresse ou sofrimento.

Parágrafo único. Considera-se método aceitável de eutanásia a utilização ou emprego de substância apta a produzir a insensibilização e inconscientização antes da parada cardíaca e respiratória do animal.

SEÇÃO V

DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DO CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS

Art. 165 O Município de Nova Olímpia através do órgão ambiental criará e manterá o Centro de Reabilitação de Animais Domésticos – CRAD, com canis, gatis e áreas voltadas para grandes animais, bem como setor de zoonoses sob a responsabilidade do órgão de vigilância sanitária municipal e outros setores necessários para o efetivo funcionamento do mesmo.

Parágrafo único. O Centro de que trata este artigo deverá manter programas permanentes de controle de zoonoses, através de vacinação e controle de reprodução de cães e gatos, idealizados e realizados pelo órgão de vigilância sanitária, ambos acompanhados de ações educativas para propriedade ou guarda responsável com programação idealizada e efetivada pelo órgão ambiental municipal em conjunto com o de vigilância e o de educação.

SEÇÃO VI

DO TRANSPORTE, TRAÇÃO E CARGA DE ANIMAIS

Art. 166 Todos os veículos denominados de carroças e outros similares deverão ser emplacados e, a carga, por veículo, para um determinado número de animais, deverá ser fixada pela municipalidade, pelo órgão municipal ambiental, obedecendo sempre ao estado das vias públicas e declives, peso e espécie de veículos, fazendo constar das respectivas licenças a tara e a carga útil.

§ 1° As carroças ou similares deverão ficar em repouso em um único lugar determinado pelo Poder Executivo Municipal e, que deverá conter cochos cobertos para alimentação dos animais e água, bem como, lugar coberto para os animais com vistoria

mensal por médico veterinário para verificar a integridade física dos animais e a higienização e a manutenção adequada do lugar.

§ 2° A vistoria de que trata o parágrafo anterior deverá gerar um laudo técnico e se constatado que algum animal está sendo utilizado doente ou sem alimento adequado ou sem alimentação, gerará procedimento de apreensão do animal.

§ 3° O emplacamento de que trata o caput deste artigo é obrigatório e poderá ser feito através da Rede Mundial de Computadores à título de cadastramento obrigatório e a placa física fixada de acordo com normas específicas.

§ 4° Nos veículos de duas rodas de tração animal é obrigatório o uso de escora ou suporte fixado por dobradiça, tanto na parte dianteira, como na traseira, por forma a evitar que, quando o veículo esteja parado, o peso da carga recaia sobre o animal e também para os efeitos em sentido contrário, quando o peso de carga for na parte traseira do veículo.

§ 5° Nas cidades e povoados os veículos a tração animal terão tímpano ou outros sinais de alarma, acionáveis pelo condutor, sendo proibido o uso de guizos, chocalhos ou campainhas ligados aos arreios ou aos veículos para produzirem ruído constante.

SEÇÃO VII

DOS ANIMAIS CRIADOS PARA CONSUMO

Art. 167 São animais destinados para o consumo humano aqueles criados com essa finalidade, em cativeiros devidamente regulamentados, devendo tais animais serem abatidos de forma digna e em estabelecimentos sob a supervisão de médico veterinário.

Art. 168 É vedado aos criadores de animais para consumo humano, seus prepostos e responsáveis:

I - privar os animais da liberdade de movimentos, impedindo-lhes aqueles próprios da espécie;

II - submeter os animais a processos indignos e medicamentosos não permitidos por lei e sem prescrição de médico veterinário, que levem à engorda ou ao crescimento artificiais.

SEÇÃO VIII

DO ABATE DE ANIMAIS

Art. 169 Torna-se obrigatório em todos os matadouros, matadouros-frigoríficos e abatedouros, estabelecidos no município, o emprego de métodos científicos modernos de insensibilização aplicados antes da sangria por instrumentos de percussão mecânica, por processamento químico ou, ainda, por outros métodos modernos que impeçam o abate cruel de qualquer tipo de animal destinado ao consumo.

§ 1º É vedado o uso de marreta e da picada de bulbo (choupa), bem como ferir ou mutilar os animais antes da insensibilização.

§ 2º O abate de animais no município será regulamentado pela lei que rege sobre o Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem animal.

Art. 170 As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art.16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

CAPÍTULO XIII

DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 171 Para os efeitos desta lei complementar define-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 172 A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I - com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor;

II - com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;

III - com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizados por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo Único. Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 173 São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 174 A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão Estadual e Federal.

Art. 175 É proibido pescar:

I - nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente.

II - em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação;

III - com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;

IV - com substâncias tóxicas;

V - a menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos;

VI - em águas poluídas;

VII - em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 176 O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 177 Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

TÍTULO V

DA PROTEÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 178 O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I- impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II- inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III- danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 179 Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades efetiva e potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo Único. O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 180 A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo e médio impactos, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 181 As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

CAPÍTULO II

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 182 É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 183 O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Parágrafo Único. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 184 Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dadas a destinação final.

Art. 185 A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (1) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 186 O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 187 Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Art. 188 É expressamente proibido as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I - o lançamento in natura a céu aberto;

II - a queima a céu aberto;

III - o lançamento em cursos d`água, áreas de várzea, poços e cacimbas em mananciais e suas áreas de drenagem;

IV - a disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios;

V - o lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e assemelhados;

VI - o armazenamento em edificação inadequada;

VII - a utilização para alimentação humana, e;

VIII - a utilização para alimentação animal e adubação orgânica em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 189 A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura, poderá estabelecer zonas urbanas, onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverá ser efetuada em nível residencial, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

Art. 190 Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria Municipal, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo único. O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

CAPÍTULO III

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 191 A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 192 É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 193 Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos

que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual.

Art. 194 As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 300 (trezentos) metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 195 Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 196 Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 197 Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 198 É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinho ou das vias públicas, observados o que estabelece a resolução CONAMA 369/2006 de 28 de março de 2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 199 Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

CAPÍTULO IV

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 200 Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/90 de 28 de junho de 1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o “caput” do artigo.

Art. 201 Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo Único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 202 O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 203 É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 204 É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental –EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 205 Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

CAPÍTULO V

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 206 Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 207 A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 208 É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a ser obedecido os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 209 Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º A desobediência do disposto no caput deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 22h00min, sendo obrigada à realização de consulta à população da área nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado e mediante obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 210 Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I - obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II - observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 211 Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 212 A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 213 Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento às normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo Único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 214 As medições deverão ser efetuadas pelo poder público municipal, com aparelho medidor de nível de som que atenda às recomendações da ABNT, com a finalidade de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, adotando para tanto as seguintes medidas:

I - disciplinar a instalação de estabelecimentos de industriais, comerciais e prestadores de serviço que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em bairros residenciais e comerciais, além dos limites permitidos fixados nesta lei;

II - disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e equipamentos eletroacústicos em geral;

III - sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde, maternidades e, sempre que possível, disciplinar o trânsito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nestas áreas;

IV - impedir a instalação em bairros residenciais, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, possam produzir ruídos incômodos, tanto pela atividade como pela eventual aglomeração de pessoas e veículos por ela provocada.

CAPÍTULO VI

DA POLUIÇÃO RURAL

Art. 215 Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas;

Art. 216 É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 217 Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50,00 (cinquenta) metros das habitações.

Art. 218 Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - a arborização junto às margens das estradas municipais;

II - a limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - as práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 219 O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

TÍTULO VI

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDO

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 220 Compete ao Poder Público municipal instituir, implantar, promover a gestão, espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos dos ecossistemas que ocorrem no território municipal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade de seus atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. A criação de espaços especialmente protegidos justifica-se em face de aspectos científicos, relevância do ecossistema, manutenção do equilíbrio ecológico, beleza cênica, contemplativo, aspectos histórico, cultural, educacional e/ou turístico.

Art. 221 São espaços territoriais especialmente protegidos:

I - as áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelece a legislação estadual;

II - as áreas de reserva legal, instituídas pelo Código Florestal (Lei Federal 4.771/65);

III - As unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, criadas na esfera estadual, federal e municipal que ocorrem no território do município;

IV - As áreas de proteção especial estabelecidas pela lei de Parcelamento do Solo Urbano, lei federal 6.766/1979;

V - As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Público;

VI - As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Público, nelas vedados o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática da queimada;

VII - As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII - Outras áreas instituídas pelo Município.

CAPÍTULO II

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 222 O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.

§ 2º As Unidades de Conservação serão criadas por decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais.

§ 3º As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de 5 anos.

Art. 223 São Unidades de Conservação Municipais:

I - Área de Relevante Interesse Ecológico, com características naturais extraordinárias ou por abrigarem exemplares raros da biota regional exigindo cuidados especiais de proteção;

II - Área Especial de Interesse Turístico, com a finalidade de proteção dos recursos naturais renováveis e valorização e preservação das manifestações culturais destinadas ao desenvolvimento turístico local;

III - Monumento Natural, destinado a proteger e preservar ambientes naturais em razão de seu interesse especial ou características ímpares, tais como, quedas de água, cavernas, formações rochosas e espécies únicas de flora e fauna, possibilitando atividades educacionais, de interpretação da natureza, pesquisa e turismo;

IV - Parque Municipal, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades culturais, recreativas, educacionais e de pesquisa científica;

V - Reserva Particular de Patrimônio Natural, área de domínio particular, cujo manejo é disciplinado por práticas conservacionistas com o objetivo de assegurar o bem-estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

§ 1º Categorias de Unidades de Conservação podem ser criadas de acordo com a necessidade de conservação de áreas no Município.

CAPÍTULO III

DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 224 A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Sob autorização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, a implantação, manutenção e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 225 O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

§ 1º A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o caput deste artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

§ 2º A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão competente, ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por:

I - empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal;

II - corpo de bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado;

III - particulares treinados e cadastrados junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

§ 3º A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.

CAPÍTULO IV

DOS FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 226 São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Federal, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado.

Art. 227 É competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:

I - examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação;

II - normatizar o uso e a ocupação do solo dos Fundos de Vale de interesse ambiental, os quais serão aprovados por decreto;

III - garantir a proteção a faixa de preservação permanente;

IV - manifestar-se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infraestruturas urbanas;

V - incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente.

Art. 228 O Plano de Drenagem deverá prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 229 O Município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 230 As atividades econômicas em funcionamento a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas a legislação ambiental.

Parágrafo Único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do caput. deste artigo.

Art. 231 As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 232 O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 233 As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos estaduais e federais.

Art. 234 O Município em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo Único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas capazes de causar impacto ambiental de âmbito local, conforme Resolução CONSEMA nº 85 de 2014.

Art. 235 Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 236 O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação.

Art. 237 Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 90 (noventa) dias de seu sancionamento.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 19 de setembro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200058/2019/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 058/2019/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 136/2019

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu

Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: J M BATISTA- ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.381.646/0001-82, com sede AVENIDA JOSE MONTEIRO DE FIGUEREDO Nº 158- BAIRRO DUQUE DE CAXIAS- CUIABA MT, neste ato, representada pelo Sr. RUI RONER DE ASSIS JUNIOR, portador da Cédula de identidade RG 1339802-4 - SSP/ MT, inscrito no CPF/ MF sob o nº 727.254.431-72, residente e domiciliado na RUA ANTONIO DORILEO Nº 255 BLOCO B APARTAMENTO 403, CONDOMINIO SPAZIO CRISTALLI, BAIRRO COOPHEMA CUIABA- MT

O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
J M BATISTA- ME CNPJ nº 11.381.646/0001-82	R$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)

VALOR GLOBAL LICITADO: R$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

12-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DOTAÇAO FONTE
12.120.0.2.17.512.0010.2289.3.3.90.30.00.00.0100000000

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL PARA DECANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT

VIGENCIA: 08/10/2019 ATE 08/10/2020.

Nova Olímpia, 08 de outubro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT

LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120057/PMNO/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N° 057/2019/PMNO

PROCESSO ADM. N° 135/2019/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: a empresa **OLIVEIRA PANIFICADORA EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o nº 16.809.768/0001-40,** com sede AVENIDA TANCREDO NEVES Nº 149 E, BAIRRO JARDIM OURO VERDE CEP-78370-000, nesta cidade, neste ato, representada pelo Sr. EVANDRO FELIX DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de identidade RG 925425- SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 666.879.505-68, residente e domiciliado na Rua Presidente Dutra, nº 566 E, no bairro Jardim Ouro Verde, nesta cidade, também registra se o Preço da **Empresa JOÃO FRANCISCO CAVALINI MOZAR BERNADO 06128415105, CNPJ: 28. 570.376/0001-50,** sediada na Rua Rio de Janeiro nº 25W, Bairro Centro, nesta ato representada pelo Senhor JOÃO FRANCISCO CAVALINI MOZAR BERNARDO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade nº2810827-2 SSP/MT, e CPF: 061.284.151-05, residente e domiciliado nesta cidade, registra o Preço da **empresa M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS- EIRELI, inscrita no CNPJ: 13.553.837/0001-00**, com sede na Rua Dezoito, nº 421W, Jardim Nossa Senhora Aparecida, CEP: 78.300-000, Tangara da Serra MT, representada neste ato pelo Senhor HAROLDO HONORATO VIDAL, portador da carteira de Identidade de nº 35405852/PR e do CPF: 591.069.809-53

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENERO ALIMENTICIOS PERECIVEIS (PANIFICAÇÃO E AFINS) DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR, E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA MT

TABELA DE FORNECEDORES REGISTRADOS:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
OLIVEIRA PANIFICADORA EIRELLI CNPJ nº 16.809.768/0001-40	R$ 282.674,45 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
JOÃO FRANCISCO CAVALINI MOZAR BERNADO 06128415105 CNPJ: 28.570.376/0001-50	R$ 120.924,60 (cento e vinte mil, novecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)
M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS- EIRELI, CNPJ: 13. 553.837/0001-00,	R$ 322.699,50 (trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e nove reais, e cinquenta centavos)
valor total licitado: R$ 726.298,55 (setecentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos)	

VIGENCIA: 08/10/2019 ATE 08/10/2020.

Nova Olímpia/MT, 08 de outubro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: N° 033/2019– ATA DE PREÇOS Nº 065/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

VIGÊNCIA: 24/09/2019 até 24/09/2020.

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO NOVO, 0 KM, ANO/MODELO 2019 OU SUPERIOR, DIESEL, 04 CILINDROS, COM AR CONDICIONADO, POTÊNCIA MÍNIMA 185 CV, CÂMBIO MECÂNICO DE 06 (SEIS) MARCHAS, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo., sendo na oportunidade registrados os seguinte itens, quantidades e valores:

Item	Cód. TCE-MT	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

01	00015934	**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO NOVO, 0 KM, ANO/MODELO 2019 OU SUPERIOR, DIESEL, 04 CILINDROS, COM AR CONDICIONADO, POTÊNCIA MÍNIMA 185 CV, CÂMBIO MECÂNICO DE 06 (SEIS) MARCHAS,** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo.	01	IVECO	219.900,00	R$: 219.900,00

VALOR: 219.900,00. (duzentos e dezenove mil e novecentos reais).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 325/2019

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o art. 28 da Lei 010/2001, "Artigo 28 – Aos funcionários ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão será concedido adicional de até 100% (Cem por cento) calculados sobre os vencimentos básicos, a título de gratificação (FG), dentro do Grupo e do respectivo nível.".

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **PATRICIA DA ROSA,** portadora do RG nº 2. 225.322-0 SSP/MT e CPF 043.515.011.11, para exercer o cargo de Chefe de Chefe de Divisão de Pessoal**,** com direito de percepção do adicional de Função Gratificada em seu vencimento efetivo no valor de 22,23% (vinte e dois virgula vinte e três por cento), com efeitos retroativos a 01/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 08 de outubro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/10/2019 a 08/11/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 326/2019

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Dispõe sobre o Afastamento para Tratamento de Saúde/Salário Maternidade aos Servidores Públicos que especifica.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção VI, da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.

RESOLVE:

Artigo 1º - RETORNAR afastamento para tratamento de saúde pelo Regime Geral da Previdência (Inss), o servidor abaixo nominado, relativo ao período que menciona:

SERVIDOR	TIPO DE BENEFÍCIO	PERÍODO
Elder Aparecido Vieira de Miranda	Auxilio Doença	15/08/2019 a 07/10/2019

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 08 de outubro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/10/2019 a 08/11/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: N° 034/2019– ATA DE PREÇOS Nº 066/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

VIGÊNCIA: 24/09/2019 até 24/09/2020.

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, 0 KM, POTENCIA MÍNIMA DE 125 CV, TRAÇÃO 4X4, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, conforme condições e demais especificações constantes no Termo de Referência em anexo**,** sendo na oportunidade registrados os seguinte itens, quantidades e valores:

Item	Cód. TCE-MT	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	0008412	**AQUISIÇÃO DE TRATOR NOVO, 0 KM, ANO/MODELO 2019 OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA 125 CV, MOTOR 04 CILINDROS, TURBINADO, CABINE FECHADA, 4X4,** conforme condições e demais especificações constantes no Termo de Referência em anexo.	01	LS H125	216.986,30	R$: 216.986,30

VALOR: 216.986,00. (duzentos e dezesseis mil novecentos e oitenta e seis reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2019

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2019

OBJETO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DE LINK DEDICADO (IPCONNECT) - VELOCIDADE 50 MBPS**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: OI S/A -CNPJ nº 76.535.764/0001-43

VALOR GLOBAL: R$ 68.876,76 (sessenta e oito mil oitocentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

HOMOLOGO.

Nova Santa Helena – MT, 08 de Outubro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2019 AVALIAÇÃO DAS METAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2019

AVALIAÇÃO DAS METAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, através do Exmo. Prefeito Municipal, Senhor **VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS,** convoca toda a população, para uma **"AUDIÊNCIA PUBLICA"** que se realizará no dia **24 DE OUTUBRO DE 2019, á partir das 16:00 (Quinze horas),** nas dependências da Câmara Municipal, onde será discutida a seguinte pauta:

- PROCESSO DE ANALISE E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, SEGUNDO QUADRIMESTRE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de outubro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto n° 001/2013

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 022/2019 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 022/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

DATA: 08 de Outubro de 2019

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Valdenir José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2018;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2018 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 15.6 do Edital.

3 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MENOR APRENDIZ - SEDE – 20H/SEM.

	CANDIDATO (A)	PONTUAÇÃO PROVA	APROVADO OU CLASSIFICADO
9º	Gabrieli Maria da Costa de Araújo	8,0	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 08 de Outubro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente. b) Email do candidato c) Telefone de contato d) Fotocópias Legível (copias não legível serão recusadas e não terá continuidade do recebimento de Documentos)

I. CPF, RG (na mesma página),

II. Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

III. Certidão de Nascimento ou Casamento. (Cópia do CPF do Cônjuge)

IV. Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos.

V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição).

VI. Cartão de vacina de filhos menores de 06 anos.

VII. Carteira de Trabalho (pag contendo foto e verso da pag na mesma folha)

VIII. PIS/PASEP.

IX. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

X. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

XI. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

XII. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XIII. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens (conforme o modelo II em Anexo)

II. Declaração de não acúmulo de cargo público. (Conforme o modelo I em Anexo)

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

HABITAÇÃO
EDITAL 008/2019, DE HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS PLEITO DO DIA 06/10/2019 EM ELEIÇÃO UNIFICADA NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR QUADRIÊNIO 2020/ 2024. EDITAL SUPLEMENTAR 004/2019

EDITAL 008/2019, DE HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS PLEITO DO DIA 06/10/2019 EM ELEIÇÃO UNIFICADA NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR QUADRIENIO 2020/ 2024.

EDITAL SUPLEMENTAR 004/2019

O excelentíssimo senhor Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Valdenir Jose dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo suplementar para conselheiros tutelares no Município de Nova Ubiratã – MT.

RESOLVE:

ART. 1º. INFORMAR os nomes dos candidatos abaixo relacionados, eleitos no pleito do 06/10/2019, através do edital de abertura de processo suplementar para conselheiros tutelares para o Município de Nova Ubiratã – MT nº 004/2019.

ART. 2º. segue relação dos nomes dos candidatoseleitos no pleito do dia 06/10/2019, bem como candidato que ficará na suplência, onde ambos candidatos terão sua posse no dia 10/01/2020.

CONSELHO TUTELAR:

	CANDIDATO (A)	PONTUAÇÃO	ELEITOS E SUPLÊNCIA
1º	MARLENE DA SILVA	72 VOTOS	ELEITA
2º	LUDIMILA FELIPE DO AMARAL	44 VOTOS	ELEITA
3º	ANGELA MARIA RODRIGUES	40 VOTOS	ELEITA
4º	GILDETE PEREIRA DA SILVA	36 VOTOS	ELEITA
5º	ALINE DAS CHAGAS	29 VOTOS	ELEITA
6º	MARIANE THAIS WURZIUS	28 VOTOS	SUPLENTE

Nova Ubiratã 07 de outubro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0374/2019

PORTARIA Nº 0374/2019

DATA: 08 DE OUTUBRO DE 2019

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT PARA O BIÊNIO 2019-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Eleitoral do Processo de Eleição de Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Ubiratã/MT, para o biênio 2019-2021 nos termos do Art. 9º da Lei Municipal nº. 774/2017.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “DOIS PINHEIRO”

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Geovana Schanne Antônio

Suplente: Maria de Fátima Melo da Silva

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Silvia Regina Klassen

Suplente: Lediane Marcia Stanga

REPRESENTANTES DA UNIDADE EXECUTORA – UEX:

Titular e Presidente da Comissão: Fátima Cristina Geraldini dos Santos

Suplente: Jocasta Maria Scandiussi

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “PEQUENO ANJO”

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular e Presidente da Comissão: Dilma Aparecida das Neves

Suplente: Luan Rafael Barbacovi Berto

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Rosane Machado

Suplente: Jonas Fernandes Braga

REPRESENTANTES DA UNIDADE EXECUTORA – UEX:

Titular: Antônio Leitão de Sousa

Suplente: Silvana Piccini Roman Ros

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “EUGÊNIO JOSÉ ANTÔNIO PINESSO”

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Tais Cruz

Suplente: Maria Lucy Carvalho

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Itiara Neves

Suplente: Diane Carla Sousa

REPRESENTANTES DA UNIDADE EXECUTORA – UEX:

Titular e Presidente da Comissão: Carina de Araújo Nogueira

Suplente: Daniela Lucilene de Sousa

ESCOLA MUNICIPAL “TANCREDO NEVES”

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Veranice Terezinha Greff

Suplente: Adiel Alves Barros

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular e Presidente da Comissão: Ernani Cesar Trincaus

Suplente: Leomar Vieira da Silva

REPRESENTANTES DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS:

Titular: Alisson Suderich Ribeiro

Suplente: Renan Wilson Fernandes

ESCOLA MUNICIPAL "ÁGUA LIMPA"

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular e Presidente da Comissão: Walingthon Ferreira do Nascimento

Suplente: Marcos Domingos

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Flavia França Mendes

Suplente: Alcione Madalena de Souza Silva

REPRESENTANTES DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS:

Titular: Cristina Gabriely Santos da Silva

Suplente: Everton Leite dos Santos.

ESCOLA MUNICIPAL "ENTRE RIOS"

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Edilene Garcia de Souza

Suplente: Jovelina Lourdes dos Santos

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular e Presidente da Comissão: Bernadete Rechmann

Suplente: Jomara Alves Bitencourt

REPRESENTANTES DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS:

Titular: Heric Gabriel Ferrari Boschetti

Suplente: Yasmin Eduarda Grade

ESCOLA MUNICIPAL "PROFª. VERA LÚCIA SCHMIDT"

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular e Presidente da Comissão: Marlice Gebhardt Schuster

Suplente: Ramires de Sousa Botke

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Clélia Fiirst

Suplente: Angela Cristina Veja Guarenti

REPRESENTANTES DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS:

Titular: Danielly Furst Nunes

Suplente: Diego Nascimento Costa

ESCOLA MUNICIPAL "GETÚLIO VARGAS"

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular e Presidente da Comissão: Aurenice Rosa Barbosa Inacio

Suplente: Cleide Leila Gonçalves Caetano

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Flavio Gonçalves dos Santos

Suplente: Marieli Araújo da Silva Ribeiro

REPRESENTANTES DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS:

Titular: Ana Clara Lopes de Souza

Suplente: Lucio Carlos Alves de Oliveira

ESCOLA MUNICIPAL "13 DE MAIO"

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Lucia Neide Justino Ferreira Pozzatto

Suplente: Silvaneide Dias Moreira

REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular e Presidente da Comissão: Lidiane Berdusco

Suplente: Maria de Lurdes dos Santos Jaques

REPRESENTANTES DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS:

Titular: Gabriel Ten Caten

Suplente: Paulo Cesar da Costa.

Art. 2º. Fica Nomeada a Sra. Elisabete Wurzius, Secretária Adjunta de Educação para conduzir juntamente com os Representantes acima nomeados por esta Portaria todos os trabalhos inerentes a divulgação, inscrição e deferimentos necessários que julgarem procedentes ao processo democrático de Eleição para Direção Escolar.

Art. 3º. As atribuições desta Comissão devidamente constituída, se encontram na Lei nº. 774/2017 em seu Art. 9º.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, aos 08 dias do mês de Outubro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2.019

AVISO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2.019.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, através do seu Prefeito Municipal senhor **João Batista Vaz da Silva**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação torna publico o cancelamento da Ata de Registro de Preços 004/2.019, firmada com a empresa **ARTHUR VEICULOS E TRANSPORTES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 10.381.199.0001/07, conforme os termos do Pregão Presencial nº 006/2.019. O presente cancelamento se da com fundamento na legislação pertinente e no parecer nº 132/2.019 exarado pelo Assessor Jurídico, e produzirá efeitos a partir de 08/10/2.019.

Nova Xavantina-MT, 8 de outubro de 2.019.

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

RELAÇÃO PRELIMINAR DE ISENÇÃO DE TAXAS - PSS 03/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2019

101 - ATENDENTE			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
133	JESUS SERGIO DE SOUSA FARIAS	RG 18761100 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
86	NANNDA TAINARA CUSTODIO ROSA	RG 536049932 88104 SP	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
201 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
42	AMANDA VIEIRA TOLOTTI	RG 29031940 Território nacional MT	**DEFERIDO**
60	BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO	RG 5338942 ssp GO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.

110	ELIANE BENTO DA SILVA	RG 20485123 Ssp MT	CANCELADO
74	FERNANDO LUIS DALLA COSTA	RG 10431446 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
140	JOANA PAULA ALVES DOS SANTOS	RG 1861474 ssp DF	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
123	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	RG 20084048 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
3	LILIAN FRANCIANE DE SOUSA LIMA	RG 816.706 SSP TO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
12	MICHELLY CRISTINY MARTINS MENDONÇA	RG 26264802 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
117	RAFAEL COSTA SOUZA	RG 24305499 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
57	ROSANGELA DOMINGUES DO NASCIMENTO	RG 1475361548 Ssp BA	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
149	RUTH ESTER ROCHA MENEZES	RG 25986198 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
9	TÂMARA CASTRO MIRANDA	RG 15893553 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
115	VITOR FRANCISCO MORENO DOS SANTOS	RG 2270367-5 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
202 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
131	DORACI NASCIMENTO DAS NEVES FONSECA	RG 10657975 Ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
139	JEANE CORREIA DA SILVA	RG 1552869-3 ssp MT	DEFERIDO
300 - ENFERMEIRO			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
96	AMANDA LIMA PIRES	RG 21853258 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
89	ANA PAULA ALVES CAPITANIO	RG 20842210 SSP/MT	**DEFERIDO**
40	FABIO LOPES CARDOSO	RG 6154838 ssp GO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
92	JACQUELINE SOUSA AGUIAR	RG 24664650 sejsp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
73	LAYLA ALVES SILVA	RG 1161344 SSP TO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
97	NAYRA FERNANDES DA COSTA	RG 14589287 ssp MG	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
70	NIEWTON MENDES DE SOUZA	RG 16698614 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
148	RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS	RG 14784858 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
301 - FISIOTERAPEUTA			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
65	ISABELA CRISTINA DE JESUS COSTA	RG 2122001-8 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
27	RAFAELLA MENDES MOTA	RG 24302090 sesp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
302 - FONOAUDIÓLOGO			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
104	TAMIRES DA CONCEIÇAO SANTOS	RG 5829105 ssp GO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
56	VALTER SILVA CORTE	RG 7545202 SSP GO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
304 - FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
82	ADOLFO LEITE RAMOS	RG 12225703 ssp MT	**CA**NCELADO
82	ADOLFO LEITE RAMOS	RG 12225703 ssp MT	**DEFERIDO**
80	ALEXANDRE ARRUDA BARRETO	RG 11953519 SESP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
1	ANA VITORIA RONDON PAIVA	RG 204041132 Ssp AM	DEFERIDO
22	ANNANDA NICOLE KASPER LOPES	RG 17060235 ssp MT	CANCELADO
22	ANNANDA NICOLE KASPER LOPES	RG 17060235 ssp MT	CANCELADO
22	ANNANDA NICOLE KASPER LOPES	RG 17060235 ssp MT	CANCELADO
22	ANNANDA NICOLE KASPER LOPES	RG 17060235 ssp MT	DEFERIDO
53	BRUNA FERREIRA	RG 18651976 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
33	DHYESSICA LIDIA THOME	RG 6490406 SSP GO	DEFERIDO
7	DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER	RG 14699788 SSP MT	CANCELADO
7	DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER	RG 14699788 SSP MT	DEFERIDO
113	ELIANE BENTO DA SILVA	RG 20485123 Ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
41	JOÃO CARLOS SOUZA MACHADO	RG 21652244 SSP MT	DEFERIDO
101	MAGNAN JULIA RODRIGUES SANTOS	RG 22019669 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
78	MARGARETH MARIA MOREIRA BARRETO	RG 1385907 2 MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
10	MARLENE MARTINS DA SILVA RODRIGUES	RG 2705201 SSP/GO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
143	MARLENE MORAIS SILVANO	RG 1781968-7 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
31	MATHEUS DE PAIVA SILVA	RG 27004651 SSP MT	DEFERIDO
5	VANESSA FRANCISCO DA SILVA	RG 24992526 SSP/MT	CANCELADO
5	VANESSA FRANCISCO DA SILVA	RG 24992526 SSP/MT	DEFERIDO
306 - ODONTÓLOGO			
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
145	DOUGLAS DE FARIA DIAS	RG 24793990 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.
64	MARCUS VINÍCIUS PROENÇA VIEIRA	RG 24232980 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 e seus subitens do Edital de Abertura.

NOVA XAVANTINA-MT, 09 DE OUTUBRO DE 2019.

BRUNA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

RELAÇÃO PRELIMINAR DE ISENÇÃO DE TAXA - PSS 02/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2019

RELAÇÃO PRELIMINAR DE ISENÇÃO DE TAXA

01 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE UBS I

INSC.	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
17	AMANDA VIEIRA TOLOTTI	RG 29031940 SSP/MT	**DEFERIDO**
25	ANDRÉ DE SOUZA	RG 30036542 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
19	BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO	RG 5338942 SSP/GO	**CANCELADO**
19	BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO	RG 5338942 SSP/GO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
37	JÍNNY ÉDLLA MOREIRA SILVA RODRIGUES DOS SANTOS	RG 2033200264 SSP/BA	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
36	RICARDO BONIFACIO BARBOSA	RG 1080535 SESDC MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
6	TÂMARA CASTRO MIRANDA	RG 15893553 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b e b 3 do Edital de Abertura.
35	VITOR FRANCISCO MORENO DOS SANTOS	RG 2270367-5 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.

02 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE UBS III

INSC.	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
21	CAMILA CRISTINA PEREIRA ANGELONI	RG 16131649 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
42	DAYANE SOUZA NUNES	RG 2905307-2 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
16	JOÃO CARLOS SOUZA MACHADO	RG 21652244 SSP/ MT	**DEFERIDO**
1	LILIAN FRANCIANE DE SOUSA LIMA	RG 816.706 SSP/TO	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
3	MICHELLY CRISTINY MARTINS MENDONÇA	RG 26264802 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
26	ROSÂNGELA APARECIDA VIDAL	RG 16057449 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 do Edital de Abertura.

03 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE UBS IV

INSC.	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
12	ANA PAULA ROCHA SANTOS	RG 19044488 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
38	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	RG 20084048 SSP/MT MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.

05 - AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

INSC.	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
4	DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER	RG 14699788 SSP MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea a do Edital de Abertura.
7	ILANA BEATRIZ SOUZA SOUTO	RG 26339463 SEJUSP MT	**CANCELADO**
39	JESUS SERGIO DE SOUSA FARIAS	RG 18761100 SSP/MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.
41	LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO	RG 19396775 SSP/ MT	**DEFERIDO**
18	MARCIELLY LIRA DA SILVA	RG 20997329 ssp MT	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b e b 3 do Edital de Abertura.
2	NANNDA TAINARA CUSTODIO ROSA	RG 536049932 88104 SSP/ SP	**INDEFERIDO** - Não atendeu aos requisitos do Item 4 subitem 4.4 alínea b do Edital de Abertura.

Nova Xavantina – MT 08 de outubro de 2019.

BRUNA FERREIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

DIVULGA RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

A Senhora **Lilian da Rocha**, presidente da **Presidente da Comissão Interna Para O Acompanhamento do Concurso Público,** nomeada pela **Portaria nº 842 de 16 de julho de 2019**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2019, torna público o que segue:

1. FICA DIVULGADO O RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à divulgação das **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO,** a partir das 00h do dia **10/10/2019** até as 23h59 do dia **11/10/2019**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina; no site oficial da Prefeitura - www.novaxavantinamt.com.br; e no site da empresa organizadora - ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso

Nova Xavantina/MT, 09 de outubro de 2019.

LILIAN DA ROCHA

Presidente da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO – DEFERIDOS E INDEFERIDOS

ANEXO I

Código	Nome	Cargo	Tipo Isenção	Resultado	Motivo do Indeferimento
00001	ADÃO NOLETO COSTA	05 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA	DOADOR DE SANGUE	Deferido	
00026	ALEXSON BRUNO DA SILVA BRAZ	05 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não é da Pessoa Informada
00038	ANDREIA GUIMARÃES MAIA	05 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Renda apresentada superior ao estabelecido na letra *"C"* do Item 5.4 do Edital.
00010	CLEONICE MENDES DA SILVA	01 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00035	DANIELLE MOREIRA DA SILVA	01 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00021	DHYESSICA LIDIA THOME	07 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO	DOADOR DE SANGUE	Deferido	
00034	DOUGLAS DE FARIA DIAS	04 - ODONTÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Deferido	
00029	ELAINE DA SILVA LOPES	07 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00004	ELIZEU SOUSA TEIXEIRA	06 - TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00020	GABRIEL RODRIGUES DA FONSECA	07 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00027	GLAYDSON LOPES DA SILVA	01 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00009	JOÃO CARLOS SOUZA MACHADO	06 - TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Deferido	
00019	JOAO MENDES DE ABREU	01 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00006	LUANA DE MATOS FERREIRA ALBUQUERQUE	04 - ODONTÓLOGO	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00018	MARIA RAIMUNDA DE SA MENDES	01 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Indeferido	NIS Não Cadastrado
00041	ROGERIO FERREIRA DA SILVA	05 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA	DESEMPREGADO OU BAIXA RENDA	Indeferido	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
00003	VALDEIZA RODRIGUES COELHO	05 - PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	
00022	YANKHA DA SILVA SANTANA	04 - ODONTÓLOGO	EXTREMA POBREZA - CADÚNICO - PROGRAMAS SOCIAIS	Deferido	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento, adjudicação e homologação que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer Jurídico, exarado pela Assessoria Jurídica do Município, que procedeu o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2.019, Processo Administrativo nº 077/2.019, objetivando a APRESENTAÇÃO ARTISTICA DA DUPLA CARREIRO E CAPATAZ, A SER REALIZADA NO 8º REVEILLON POPULAR, EM NOVA XAVANTINA-MT, NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2.019, COM INÍCIO PREVISTO PARA AS 23h30, DURAÇÃO DE 1 HORA E 45 MINUTOS**. Empresa INSTITUTO CULTURAL CARREIRO E CAPATAZ, inscrita no CNPJ/MF nº 29.377.730/0001-98, com o valor global de R$ 85.000,00 (**oitenta **e cinco mil reais)**.

Nova Xavantina – MT, 08 de outubro de 2.019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2.019

AVISO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2.019.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, através do seu Prefeito Municipal senhor **João Batista Vaz da Silva**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação torna publico o cancelamento da Ata de Registro de Preços 011/2.019, firmada com a empresa **ARTHUR VEICULOS E TRANSPORTES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 10.381.199.0001/07, conforme os termos do Pregão Presencial nº 010/2.019**.** O presente cancelamento se da com fundamento na legislação pertinente e no parecer nº 131/2.019 exarado pelo Assessor Jurídico, e produzirá efeitos a partir de 08/10/2.019.

Nova Xavantina-MT, 8 de outubro de 2.019.

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2019 TORNA PÚBLICO QUE ESTÃO ABERTAS AS INCRIÇÕES DO LOTEAMENTO BANDEIRANTES

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que as inscrições para concorrer ao sorteio de lotes para moradia estarão abertas entre os dias 14 de outubro de 2019 e 01 de Novembro de 2019, das 07:00hrs às 13:00hrs, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS de Novo Horizonte do Norte - MT, localizada à Rua Augusto de Souza, 171, Cidade de Novo Horizonte do Norte - MT.

2 - **OBJETIVO**

2.1 – Tem por Objetivo tornar público os critérios para inscrição e cadastramento e habilitação de candidatos ao sorteio publico dos lotes/terrenos no loteamento bandeirantes. Para tanto, é necessário contemplar as condições e os critérios estabelecidos neste edital para que seja inscrito como possível candidato e formação de suplentes.

3 – DOS CRITERIOS

3.1 - São Critérios básicos para o credenciamento como beneficiário:

Não possuir Imóveis em seu nome ou em nome do casal; A renda Familiar não poderá ultrapassar a R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais. Possuir condições suficientes para construir sua Habitação nos prazos do artigo 3º desta Lei. Ter domicílio Eleitoral no Município de Novo Horizonte do Norte; Não possuir débitos com o Município de Novo Horizonte do Norte; Não possuir condenação por atos criminosos; Não ter sido contemplado pelo Município de Novo Horizonte do Norte em nenhum outro programa habitacional, abrangendo os cônjuges.

4 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

4.1 – No ato do credenciamento o proponente deverá apresentar o RG, CPF, Titulo de Eleitor, Certidão de Casamento se casado e comprovar os requisitos descritos nos incisos desse dispositivo.

5 – DO SORTEIO

5.1 – No dia 06 de Novembro de 2019, o Conselho Municipal de Habitação fará a divulgação da listagem de munícipes habilitados para o sorteio, que será realizado nas dependências do Plenário da Câmara Municipal no dia 14 de Novembro de 2019 a partir das 19:00 hrs, horário local.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 08 de Outubro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 006/2019 DO CONTRATO Nº 024/2018

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado o Sr. **FABIO CAMPOS MAGALHÃES,** brasileiro, maior, portador do RG. 2076143-0 SSP/MT, e do CPF n º: 046.306.771-19 ,Contratado na função de **CIRURGIÃO DENTISTA,** residente e domiciliado no Município de Juara/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula sétima do Contrato de prestação de Serviços nº. 024/2018, datado de 20/07/2018, com termino previsto para 31/12/2018, aditado através do 1º termo aditivo com termino prevista para 31/12/2019 torna-se rescindido a pedido do servidor a partir desta data**:** **11**/10/2019.

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contrato que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 07 de outubro de 2019.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

Fabio Campos Magalhães

Contratado

Bruno Ricardo Barelalori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 301/2019 DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

AMARILDO SANCHES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade 464289 SSP/PR e do CPF sob o nº. 419.405.392-34, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 920, a partir do dia 01/09/2019 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

EVANGELISTA PEREIRA DA SILVA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 119848 SSP/PA e do CPF sob o nº. 089.108.552-15, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (VIGIA)**, matriculado no DRH sob o nº 1095, a partir do dia 01/09/2019 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo de 03/03/2017 a 02/03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 24 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 304/2019 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

CLEBER VALSOLER, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 11814705 SSP/MT e do CPF sob o nº. 832.332.611-87, servidor no cargo de **COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**, matriculado no DRH sob o nº 961, para o período de 23/09/2019 a 22/10/2019 referente ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 31/08/2018.

JOICE MAFINI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 62850817 SSP/MT e do CPF sob o nº 020.495.309-00, servidora no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 834, para o período de 23/09/2019 a 22/10/2019 referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 02/09/2017.

MANOEL MILTON PEREIRA DE SOUZA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1383620-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 205.358.803-91, servidor no cargo de **GARI**, matriculado no DRH sob o nº 859, para o período de 23/09/2019 a 22/10/2019 referente ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2018.

OSEAS DE OLIVEIRA COSTA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 373903479 SSP/SP e do CPF sob o nº. 452.389.791-34, servidor no cargo de **MECANICO**, matriculado no DRH sob o nº 119, para o período de 23/09/2019 a 22/10/2019 referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 182/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os servidores abaixo relacionados, conforme descrito:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
2204	Edson Aparecido de Souza	Secretaria Municipal De Administração.	Secretaria Municipal De Obras.
958	Milton Viana de Morais	Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Epidemiológica e ambiental).	Secretaria Municipal de Saúde (DAE).
71	Vilmar Bosa	Secretaria Municipal de Finanças.	Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de junho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 302/2019 DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe Sobre Concessão da Licença Premio, e dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1°- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

CRISTINA APARECIDA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14603284 SSP/MT e CPF sob o nº 003.730.391-07, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, matriculada no DRH sob o nº 1119, para o período de 10/09/2019 à 10/10/2019, totalizando 30 dias, referente ao quinquênio de 02/05/2013 à 02/05/2018.

ELOIZA BARROS COELHO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 3089504 SSP/MG e CPF sob o nº 534.463.646-68, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 2257, para o período de 23/09/2019 à 22/12/2019, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 24/10/2012 à 24/10/2017.

JILQUIMBERGUE HOLSBAK MOREIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 11289503 SJ/MT e CPF sob o nº 650.616.831-53, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 15, para o período de 23/09/2019 à 22/12/2019, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 01/07/2013 à 30/06/2018.

MARCOS JOSE CHRISTIANINI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 18023037 SSP/MT e CPF sob o nº 009.567.491-86, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, matriculado no DRH sob o nº 930, para o período de 23/09/2019 à 22/11/2019, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 01/10/2007 à 30/09/2012.

MARLEI MARTELLO SOBOLESKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 11288515 SSP/PR e CPF sob o nº 814.599.471-34, servidora no cargo de **PROFESSORA**, matriculada no DRH sob o nº 124, para o período de 22/09/2019 à 21/12/2019, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 03/03/2007 à 02/03/2012.

NEUZA DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1780092-7 SSP/MT e CPF sob o nº 015.045.221-76, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, matriculada no DRH sob o nº 1140, para o período de 09/09/2019 à 08/12/2019, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 02/06/2013 à 01/06/2018.

VALDEMIR BARANOSKI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 11343710 SSP/MT e CPF sob o nº 667.580.251-87, servidor no cargo de **PROFESSOR**, matriculado no DRH sob o nº 45, para o período de 20/09/2019 à 19/12/2019, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 01/07/2013 à 30/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 25 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 305/2019 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. **TRANSFERIR** de lotação os servidores abaixo relacionados, conforme descrito:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
844	Adriana Campos	Gabinete Secretaria de Educação	Administração
3319	Jucimeire de Barros S. Dias	Creche	Escola Municipal Nhandú
195	Lenir de Fatima Paiva	Creche	Gabinete Secretaria de Educação
83	Maria Rosa Leite	Pré Escola	Gabinete Secretaria de Educação
1091	Maria Elisangela de Almeida	Escola Alcides Ferreira Primo	Gabinete Secretaria de Educação
2276	Chaiane Squena Vicente	Escola São João	Escola Alcides Ferreira Primo
2255	Marli Aparecida Batista	Escola Inovação	Escola Alcides Ferreira Primo

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 27 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 300/2019 DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.

"*Dispõe Sobre Licença de Interesse Particular de Servidor Efetivo, e dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER,** a pedido, afastamento para tratar de Interesse Particular, sem remuneração, em conformidade com o artigo 105 da LC n.º 04/2001, ao servidor **JOSE EUZEBIO SANTANA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 720487-6 SSP/MT e do CPF sob o nº 488. 702.261-15, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, devidamente inscrito sob a matricula funcional nº 18, pelo período de dois anos de 01/09/2019 a 31/08/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 297/2019 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019.

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ADAO EDILSON MEDINA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 16357043 SSP/MT e do CPF sob o nº 025.607.511-51, servidor no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, matriculado no DRH sob o nº 2180, para o período de 09/09/2019 a 08/10/2019 referente ao período aquisitivo de 04/05/2018 a 03/05/2019.

EDNA SALOMAO DA MACENA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1604470-3 SSP/MT e do CPF sob o nº 001.999.331-54, servidora no cargo de **ZELADORA**, matriculada no DRH sob o nº 2201, para o período de 09/09/2019 a 08/10/2019 referente ao período aquisitivo de 04/07/2018 a 03/07/2019.

NADIR DOMINGOS DOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 508342 SSP/MT e do CPF sob o nº 299.175.811-20, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 850, para o período de 02/09/2019 a 01/10/2019 referente ao período aquisitivo de 03/09/2018 a 02/09/2019.

NAILZA VIEIRA DE SOUZA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10078916 SSP/MT e do CPF sob o nº 018.981.811-52, servidora no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, matriculada no DRH sob o nº 1003, para o período de 01/09/2019 a 30/09/2019 referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 19 de setembro de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 189/2019 DE 14 DE JUNHO DE 2019.

"*Dispõe sobre concessão de afastamento de servidora em virtude de Licença Maternidade, e dá outras providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Licença-Maternidade em conformidade com o artigo 26º, da lei 189/2004, para o período de 07/06/2019 à 05/10/2019 à servidora Sr.ª **CAMILA TAVARES COELHO,** portadora do RG. MG-16.800. 016 PC/MG e do CPF nº 014.697.576.64, servidora contratada no cargo de **CIRURGIAO DENTISTA,** matriculada no Departamento de Recursos Humanos sob a matricula nº 3048.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 07 de junho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 14 de junho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 031/2019, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO MUNDO – MT**

Novo Mundo – MT, em 08 de outubro de 2019.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 227/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **ANDRÉ PEREIRA DIAS**, Engenheiro Civil, Matrícula nº 1230, portador da RG nº 0220675620020/SSP-PA e CPF nº 026.748.561-14, para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 039/2019 – OBJETO: CONTINUIDADE NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.

CONTRATADA: HERCON CONSTRUTORA EIRELI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 01 de Outubro de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

ORDEM DE INICIO DE SERVIÇOS DE OBRA

Nos termos do Contrato nº. 039/2019, de 01/10/2019, firmado entre o Município de **NOVO SANTO ANTÔNIO**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, e a empresa **HERCON CONSTRUTORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.020.137/0001-12, para a **CONTINUIDADE NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO**, fica a **CONTRATADA AUTORIZADA** a executar os serviços caracterizados abaixo:

SERVIÇO: QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO PADRÃO FNDE

Local: FUNDOS DA ESCOLA MUNICIPAL PROF NAIR BARBOSA DE SOUSA, CIDADE DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

ÁREA: TOTAL RESTANTE CONFORME PROJETO

VALOR GLOBAL: R$ 274.576,30 (duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta centavos), conforme planilha de preços em anexo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 Dias.

Novo Santo Antônio - MT, 09 de Outubro de 2.019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

ANDRÉ PEREIRA DIAS - Engenheiro Civil/CREA MT 033017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 076/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10)**, com recursos do **FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **21/10/2019**, segunda-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 08 de outubro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 075/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 075/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes com Recurso do FEAS/2018,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **22/10/2019**, terça-feira **às 09:00h (horário Brasília**). O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** - **www.bll.org.br**ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Pregoeiro Devenilson da Silva, em 08 de outubro de 2019.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 295/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preços nº 06/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada visando a Execução na Construção do Portal de Entrada do Mini Estádio de Futebol, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital.

Contratado: MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME, CNPJ: 09.666.823/0001-25.

Valor do Contrato: R$: 29.737,61 (vinte e nove mil e setecentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos).

Vigência DO CONTRATO:05/09/2019 A 04/09/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR o servidor **Ronaldo Ferreira dos Santos**, Matrícula nº 6055, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Fiscal do Contrato nº **104/2019 - Portaria 295/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Everaldo Bouret Pereira,** Matrícula nº 6151, lotada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 05 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 08 DE OUTUBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Ronaldo Ferreira dos Santos e Everaldo Bouret Pereira, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Ronaldo Ferreira dos Santos

Fiscal de Contrato

Everaldo Bouret Pereira

Suplente de Fiscal

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATOS - 2019

SETEMBRO DE 2019

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
218/2019	Nilson Leonel Pereira	09/09/2019 a 31/12/2019	Contratação para exercer ao cargo de Agente de Inspeção Sanitária III	R$: 1512,61

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 152/2019 - ALTERA MEMBRO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a **ALTERAÇÃO DO ART. 1º, Inciso II e VI,** doDECRETO Nº 045/2019 de 22 de março de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 221/2.001, de 19 de março de 2.001 e Lei nº463/2006 de 24/08/2006;

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando nº 358/2019/SME,

D E C R E T A:

***Art. 1º* – Fica alterado o membro do Conselho de Alimentação Escolar criado pelo DECRETO Nº 045/2019, de 22 de março de 2019,que passa a sercomposta pelos seguintes servidores:**

II – Representante dos Docentes e Trabalhadores na Área da Educação.

TITULAR: Lazaro Manoel Porfirio Vieira

SUPLENTE: Elizabete Guimarães Costa

TITULAR: Flávia do Nascimento Souza

SUPLENTE: Eva Cristina da Silva Vera

VI - Vice Presidente do Conselho

Lazaro Manoel Porfirio Vieira

Art. 2º – O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS OITO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 518/2019 - FÉRIAS REGULARES JOÃO RIBEIRO DE LIMA

07 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **16/08/2016 à 16/08/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor JOÃO RIBEIRO DE LIMA, lotado na Secretaria de Limpeza Pública e Serviços Urbanos do Município de Pedra Preta - MT, ocupante do cargo de Gari, a serem usufruídas no período de **10/10/2019 à 08/11/2019**.

***ART.2º* -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 1.068/2019.

LEI MUNICIPAL Nº 1.068, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Especial na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA de 2019 de Elemento de Despesa/Fonte de Recursos de Obras e Instalações para Construir Academia de Saúde no Distrito de União do Norte e Fonte de Recursos do Estado, para Aquisição de Veículos e Ambulâncias na Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2019 (Lei nº 1026/2018 de 21 de Dezembro de 2018) e na LOA-2019 - Lei Orçamentária 2019 (Lei nº 1027/2018 de 21 de Dezembro de 2018) os Respectivos elementos de despesas/Fonte de Recursos na Secretaria Municipal de Saúde, conforme discriminado e valor:

Órgão:	07- Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	001- Fundo Municipal de Saúde
Função:	10- Saúde
Subfunção:	301- Atenção Básica
Programa:	0014- Atenção Básica
Projeto/Atividade:	1.035- Construir e Equipam. Academia de Saúde
Elemento Despesa:	
4490.51.00	Obras e Instalações
	Fonte de Recursos: 147- Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS – Gov. Fed. – Blco Investimentos na Rede de Serv. Públicos.
	Soma: R$ 125.000,00 Fonte de Recursos: 102- Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – 15% Soma: R$ 1.000,00 Total: R$ 126.000,00

Órgão:	07- Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	001- Fundo Municipal de Saúde
Função:	10- Saúde
Subfunção:	302- Assistência hospitalar e Ambulatorial
Programa:	0013- Atendimento a Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade:	1030- Aquisição de Veículos e Ambulâncias
Elem. Despesa:	
4490.52.00	Equipamentos e Material Permanente
	Fonte de Recursos: 142- Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado
	Total: R$ 114.809,34

Total Geral: Supl. Cred. Especial R$ 240.809,34

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 240.809,34 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e nove reais e trinta e quatro centavos), nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo consignado:

09- Secretaria Municipal de Agricultura Ind. e Comércio

Cód. Geral: 09.001.20.601.0018.1041.4490.52.00(754)- Equip. Mat. Permanente

Fonte: 100- Recursos Ordinários

Valor da Redução: R$ 1.809,34

Cód. Geral: 09.001.20.601.0018.1041.4490.52.00(755)- Equip. Mat. Permanente

Fonte: 124- Transf. de Conv. - Outros

Valor da Redução: R$ 239.000,00

Total Geral: Redução Cred. Especial R$ 240.809,34

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 04 dias de Outubro de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL COMUM,ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA COMUM E ETANOL COMUM)PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DO DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Sagrou-se vencedora nos itens 279921 e 256413 a empresa **N S COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP,** com o valor total de **R$ 817.608,00 (Oitocentos e dezessete mil, seiscentos e oito reais)** e a empresa **MAGALHÃES & NUNES LTDA,** com o valor total de **R$ 6.757.288,00 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e oito reais)** nos itens 289959 e 279920. Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 08 de Outubro de 2019.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 43/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **PRORROGADO para o dia 21/10/2019 as 08h00min**, em decorrência de não comparecimento de nenhuma empresa interessada em participar do certame.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DIA DA ABERTURA: 21/10/2019 às 08h00min.

Poconé, 09 de Outubro de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 191/GP/2019

PORTARIA N.º 191/GP/2019 Em 07 de Outubro de 2019.

"Adia Período de Gozo de Férias Regulamentares de Servidor".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Adiar os períodos de gozo de férias regulamentares concedidos ao servidor **Emerson Borges Favero**, cargo de Agente Administrativo, por meio da Portaria abaixo especificada, ficando a ser usufruído oportunamente:

Portarias nº	Período Aquisitivo	Dias de Gozo
176/2019	21/11/2017 a 20/11/2018	30

Art. 2.º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Outubro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 193/GP/2019

PORTARIA Nº 193/GP/2019 Em 08 de Outubro de 2019.

"Autoriza servidor a usufruir dias de Férias".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza o servidor **Emerson Borges Favero** à usufruir **30 (trinta)dias** de férias na data de 14/10/2019 a 12/11/2019, referente período aquisitivo de 21/11/2017 a 20/11/2018, não restando mais dias a serem usufruidos referente a este período aquisitivo aquisitivo**.**

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 08 de Outubro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 001/2019 - PROCESSO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DO DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

PROCESSO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DO DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

EDITAL Nº 001/2019

Dispõe sobre Eleições para Diretores das Unidades Escolares do Município de Pontal do Araguaia – MT, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, da Lei Municipal 534/2009, da Lei Estadual nº 7.040, 01 de outubro de 1998, com suas alterações e do Decreto Federal no 6.094, de 24 de abril de 2007, Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012;

R-E-S-O-L-V-E

Art. 1°- Determinar a abertura do Processo Eleitoral para a escolha do Diretor das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

§ 1° - O processo eleitoral deverá ocorrer em todas as unidades escolares da rede Pública Municipal, que tenha no mínimo50 (cinquenta) alunos matriculados.

Art.2º - Os critérios para escolha de diretor escolar têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para liderança e habilidades gestor (a) necessárias ao exercício da função, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 3° - O processo de escolha do profissional da educação básica a ser designado para a função de **DEDICAÇÃO EXCLUSIVA** de diretor escolar será realizado em duas etapas:

I – Para concorrer ao cargo de diretor escolar o candidato devera ter no mínimo o nível superior em área, para a escola que o candidato está se candidatando. Ainda devera ter noção de gerenciamento escolar, sendo Nível Superior e Gestão Escolar Pós-graduação ou mestrado em Gestão Escolar, para ser considerando apto a ser candidato (a) a direção;

II - Outra etapa constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por, meio de votação, na própria unidade escolar, levando-se em consideração a porcentagem de 50% mais um (01) de aceitação da comunidade escolar.

III – O profissional da educação que quiser candidatar a direção escolar seja em qualquer uma das Escolas Municipais, Que tenha vinculo empregatício com outro órgão, devera apresentar no ato da inscrição documento que comprove o seu afastamento.

III- A proposta de trabalho do candidato deverá conter:

a) Objetivos e metas para melhoria da unidade escolar com foco nos resultados do processo de ensino aprendizagem em consonância com a Política Educacional do Município de Pontal do Araguaia – MT, com o Projeto Político Pedagógico(PPP) da unidade escolar onde pretende atuar;

b) Ações para ampliação da participação da comunidade escolar na unidade de ensino;

c) Ações para o cuidado e preservação do patrimônio público;

d) Ações para garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão;

e) Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à elevação dos índices oficiais IDEB, SAEB, entre outros, e da melhoria da qualidade do ensino.

§ 1º. No caso da opção por continuidade da proposta da Gestão anterior, o candidato deverá fazer uma justificativa fundamentada da escolha, levando em consideração o PPP conforme procedimentos desta Portaria, sendo que a justificativa e as adequações entregues à Assessoria Pedagógica e Comissão Organizadora Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º. O Diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em Execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e Documentos, resultantes da avaliação das metas, propostas executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º. No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a Proposta de Trabalho aprovada e validada em Assembleias da comunidade escolar. Se houver mais de um candidato os planos de trabalhos serão analisados e aprovados pela Comissão escolar e Comissão Organizadora Municipal.

§ 4º. A avaliação das metas estabelecidas na Proposta de Trabalho do diretor da unidade escolar, será realizada, anualmente pela comunidade escolar, aprovada e validada em Assembleia Geral. E em encaminhamento do Memorial ou Plano de Ação, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 5º. As faltas do pré-candidato, nos momentos do Ciclo de Estudos, serão consideradas justificadas decorrentes de motivos de força maior ou caso fortuito, ou seja, fatos totalmente imprevisíveis, desde que documentados e encaminhados, à **Comissão Eleitoral Escolar** que encaminhará a **Comissão Municipal Eleitoral Central da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, no período de 24 horas.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral Escolar, prevista no Art. 13 desta Portaria, deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade escolar o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da mesma.

§ 1º. A Assembleia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º. Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º - O candidato que não se submeter à apresentação da proposta de Trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado, cabendo à Comissão Organizadora Escolar o encaminhamento a Comissão Organizadora Municipal registrar o evento em ATA.

Art. 6º - Para candidatar-se à função de diretor escolar de que trata a Lei Municipal 534/2009, o integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica deve:

I - ser ocupante de cargo efetivo do quadro dos profissionais da Educação Básica;

II - ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos imediatamente anteriores à data de inscrição, prestados na unidade escolar que pretende dirigir, independente da lotação e/ou carga horária atribuída;

III - ser habilitado em nível de Licenciatura Plena, em Pedagogia para as escolas de Educação Infantil e outras formações para o ensino fundamental;

IV - participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

V - apresentar a Proposta de Trabalho, consoante ao PPP, em Assembleia Geral, de acordo com as orientações emanadas da lei de gestão democrática;

VI - apresentar Certidão de Adimplência do CE da escola, quando for candidato a reeleição ou esteja no exercício de presidente ou tesoureiro do CE, emitida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

VII - apresentar Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura comprovando que não esteja respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa;

VIII - apresentar Declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de que o candidato não está com agendamento para o Processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas e sucessivas;

IX - estar apto a movimentar conta bancária, mediante declaração do próprio candidato;

X - assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva;

XI- assinar termo de desistência do Convênio Regime de Colaboração, para os candidatos que possui outros vínculos empregatícios;

XII - assinar termo de compromisso, assegurando a regularidade e funcionamento da escola;

XIII - assinar termo compromisso de participar e Alencar demais profissionais da educação a participarem dos cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou instituições parceiras;

XIV - assinar termo de compromisso de aceitação de aplicação de projetos extracurricular ofertado pela Secretaria de Educação e Cultura bem como: PROJETO CULTURA AFRO, *PROJETO MÚSICA NA ESCOLA,* PROJETO INFORMATICA, PROJETO ESPORTE NA ESCOLA, PROJETO OBESIDADE, PROJETO PROERD, PROJETO SOCIOEDUCATIVO E PROJETO FORMAÇÃO CONTINUADA E OUTROS.

Parágrafo Único - O candidato eleito e empossado que não cumprir o artigo 6º será exonerado do cargo de Diretor Escolar, retornando a suas funções de origem por meio de baixa da portaria realizada pelo Poder Executivo e seu substituto será nomeado pelo mesmo.

Art. 7º - O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 8º - **O profissional que possuir vínculo legalmente acumulável com Município, outros órgãos ou poderes, deverá obrigatoriamente, apresentar documento ou declaração de acumulo de cargo que comprove o afastamento, no ato da inscrição;**

Art. 9º - Caso não haja profissional da educação com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola da rede Municipal.

Art. 10º É vedada a participação como candidato no processo de escolha de diretor, o profissional da educação básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I - tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II - esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III - esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV - esteja sob licenças contínuas;

V – Não cumpram as exigências do art. 8º.

§ 1º - Considerar-se-á inadimplente o candidato que não prestou contas dos recursos financeiros recebidos de órgãos públicos.

§ 2º - Entende-se por licenças contínuas o período de afastamento para tratamento de saúde, readaptação de função e acompanhamento familiar que ultrapassem a somatória de mais de 120 (cento e vinte) dias nos últimos 2 (dois) anos, exceto no gozo de férias, maternidade e licença prêmio.

Art. 11º- Poderá se inscrever para o processo de escolha de diretor, regulamentado por esta portaria, o profissional da educação que esteja usufruindo de licença-prêmio, desde que a interrompa no ato da posse.

Art. 12º Os atuais diretores, eleitos e/ou designados, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o 3º mandato.

Art. 13º O diretor escolhido atenderá em todos os turnos de funcionamento da escola, devendo estabelecer cronograma de acordo com seu regime de trabalho semanal, especificando horários e períodos de atendimento, devendo o cronograma ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 14º Na escola onde não houver candidato caberá ao Poder executivo designar um profissional para exercer a função de Diretor.

Art. 15º Haverá em cada escola uma Comissão Eleitoral Escolar para Conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo gestor da escola.

§ 1º. Devem compor a Comissão Eleitoral Escolar um membro titular e seus respectivos suplentes, dentre os seguintes segmentos:

I - representante dos profissionais da Educação Básica;

II - representante dos pais;

III - representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

IV - Se a Escola não tiver aluno com 14 anos na unidade escolar, deve-se acrescentar mais um representante do segmento dos profissionais da Educação Básica.

§ 2º. O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3º. A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º. O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e o presidente da comissão deverá encaminhar relatório para a Secretária Municipal de Educação e Cultura sobre os fatos ocorridos.

§ 5º. Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I - qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II - o servidor em exercício na função de diretor.

§ 6º. O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão Organizadora os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 16º - A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I - planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II - divulgar amplamente as normas e os critérios específicos da unidade escolar, relativos ao processo eleitoral;

III - analisar em reunião conjunta com a Assessoria Pedagógica do Município as inscrições dos candidatos e entregue a Comissão Organizadora para deferimento ou não das candidaturas;

IV - convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V - providenciar material de votação, tais como:

a) urnas, cédulas e lista de presença dos pais ou responsáveis;

b) lista de votação dos alunos e profissionais da educação devidamente atualizada na data da eleição;

VI- credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII- lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII- receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato, até 72 (setenta e duas) horas antes do dia da eleição, para análise junto com a Assessoria Pedagógica que emitirá parecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do pedido;

IX- designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadores, em até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, publicando na escola;

X- Acondicionar em envelopes, com lacres devidamente rubricados, todo o material sobre o processo eleitoral, e entregar à SEMEC junto com as ATAS, conforme previsto no Edital e respectivos anexos;

XI- divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata de escrutinação à Secretaria Municipal de Educação e Cultura até 24 (vinte e quatro) horas, após o término do processo eleitoral.

§ 1º - Poderá haver recurso da impugnação do inciso VIII, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o conhecimento da decisão, pelo interessado, protocolada junto a Comissão Organizadora Municipal.

Art. 17º - **É vedado ao candidato e à comunidade:**

I - exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II - distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie, como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III - realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV - atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V - após o deferimento da inscrição, fica vedada a aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de entrevista;

VI - utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo;

VII - macular a imagem do outro candidato.

Art. 18º - O candidato que se sentir ofendido, poderá apresentar uma representação, escrita e fundamentada, contra o candidato que praticar qualquer dos atos previstos no art. 18 desta portaria à Comissão Organizadora Municipal, até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, que decidirá sobre o afastamento do candidato infrator do processo eleitoral, em 24 (vinte e quatro) horas, portanto a representação deve ser protocolada no mínimo em 96 horas antes da eleição.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão Organizadora, cabe ao interessado recorrer à Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, que decidirá o caso em parecer fundamentado, em 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 19º - É vedada aos profissionais da educação qualquer manifestação que possa macular a imagem ou praticar atos que firam a integridade física e moral do candidato sob pena de responder processo administrativo e judicial.

Art. 20º - O candidato que possuir apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 21º - Podem votar:

I - profissionais da educação efetivos em exercício na unidade escolar;

II - alunos regularmente matriculados com frequência comprovada que tenham no mínimo 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando o 6o ao 9º ano;

III - pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família);

§ 1º O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento de profissional da educação, sendo que apenas o que não trabalha na escola votara como pai ou mãe ou responsável;

§ 2º O profissional da educação que ocupa mais de um cargo, somente uma vez.

§ 3º Não poderão votar os profissionais da Educação Básica que estejam usufruindo licença por interesse particular, cedidos para outras secretarias ou trabalhando na Secretaria Municipal de Educação;

Art. 22º - No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade - documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia.

Art. 23º - O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo único. **Não é permitido o voto por procuração.**

Art. 24º - O processo de votação será conduzido por mesas receptoras Designadas pela Comissão Eleitoral Escolar, na data designada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, conforme cronograma do Processo Eleitoral.

Art. 25º - Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 26º - A Comissão Organizadora Municipal não poderá disponibilizar uma URNA específica para cada segmento, garantindo o direito ao voto secreto.

Art. 27º - Nenhuma pessoa estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar e a Comissão Organizadora Municipal, quando solicitado.

Art. 28º - Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar, e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 29º - O processo de seleção ocorrerá através de votação manual em cédulas próprias em todas as escolas com mais de 50 alunos, pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Pontal do Araguaia-/MT, observada a programação anexa a esta Portaria.

§ 1º. O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente assinado pelo presidente da Mesa Escrutinador e um mesário.

Art. 30º - O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

Art. 31º - Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 32º - A mesa receptora, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadores, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º. Antes da abertura da urna, a mesa escrutinador deverá examinar os votos tomados em separados, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo no caso de utilização de urna convencional.

Art. 33º - Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada.

Art. 34º - Os pedidos de impugnação fundada em violação de urna somente poderão ser apresentados à Comissão Eleitoral Escola, até o momento que antecede a abertura da mesma, pela mesa escrutinador.

Art. 35º - Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art. 36º - Serão nulos os votos quando:

I - registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II - que indiquem mais de um candidato;

III - que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto.

Art. 37º - havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I. Mais tempo de efetivo exercício na unidade escolar;

II. Comprovação de mais elevada escolaridade, pela análise de currículo;

III. Maior idade cronológica.

Art. 38º - O candidato único só será considerado eleito se obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Parágrafo único. Caso o candidato não obtenha o percentual mínimo dos votos válidos, caberá a Secretária Municipal de Educação e Cultura indicar o diretor de acordo com o art. 15, desta Portaria.

Art. 39º - Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral Escolar que se reunirá com os demais membros para:

I - verificar toda a documentação;

II - decidir sobre eventuais irregularidades;

III - divulgar o resultado final da votação.

Art. 40º- O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no decorrer do processo de votação, poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. A Comissão Eleitoral Escolar deverá encaminhar a Comissão organizadora para análise e parecer final.

§ 1º. Das decisões fundamentadas da Comissão Eleitoral Escolar, a análise e parecer disposto no caput, cabem recursos à Assessoria Pedagógica ou a Comissão Organizadora que devem ser protocolados na própria Comissão Eleitoral Escolar que os entregará no prazo de 24 (vinte e quatro) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º. A Assessoria Pedagógica emitirá parecer em 24 (vinte e quatro) horas, à Comissão Eleitoral Escolar, após o recebimento da representação e parecer da Comissão Organizadora.

Art. 41º - Decorridos os prazos previstos no artigo 41 e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá a função de diretor.

Art. 42º - Até o último dia do ano letivo, o diretor em exercício deverá apresentar à comunidade escolar e entregar ao diretor eleito, por escrito, os seguintes documentos:

I - avaliação de sua gestão – Memorial.

II - balanço do acervo documental;

III - credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar;

IV - inventário do patrimônio existente na unidade escolar, registrado em livro tombo, validado pelo CDCE ou do Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal.

V - apresentação de prestação de contas (PDDE entre outras) à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1º. Em caso de não cumprimento do estabelecido neste artigo por parte do diretor em exercício, competirá ao novo diretor relatar os fatos e representar contra o mesmo na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da posse, sob pena de ser conivente e incorrer em penalidades.

§ 2º. Havendo a posse em descumprimento dos dispositivos deste artigo, anula-se o ato, vaga-se a função e caberá ao Poder Executivo a indicação do diretor dessa unidade escolar.

Art. 43º - Os casos omissos e descumprimento do disposto, nesta Portaria, serão resolvidos pela Comissão Organizadora que atenderá na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e homologada pelo Poder Executivo.

Art. 44º- A escolha para Coordenador (a) Pedagógico será feita por meio de portaria especifica, conforme a Lei 536/2009, expedida pela Secretaria Municipal de Educação e assinada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.45º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Araguaia/MT, 07 de Outubro de 2019.

DORVALINA REZENDE RIBEIRO

Presidente da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

MAGALY SOUSA NEGREIRO LIMA

Membro da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

LINDOMAR ALVES DE SOUSA

Membro da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DA ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES - BIÊNIO 2020/ 2021

N°	DATA	AÇÕES	LOCAIS
01	07/ 10/ 2019	Publicação do Edital e Portaria que regulamenta a Abertura do Processo eleitoral de Diretores Escolares.	Site da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia.
02	08 a 11/ 10/ 2019	Tornar público a comunidade escolar o Edital e Portaria que regulamenta o processo seletivo com assinatura do Termo de Ciência.	Site da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia.
03	18/ 10/ 2019	Encaminhamento as Escola Oficio de indicação dos membros para Comissão Eleitoral Local.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
04	21 a 25/ 10/ 2019	Inscrição dos candidatos à direção das escolas.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
05	28/ 10/ 2019	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos inscritos.	No paço da Prefeitura e na Escola.
06	29 e 30/ 10/ 2019	Prazo para recursos junto à Comissão Eleitoral Escolar.	Escola Municipal de Educação Infantil Isaias Pereira dos Santos Escola Municipal São Jorge
07	31/ 10/ 2019	Apreciação dos recursos de possíveis inscrições indeferidas.	Escola Municipal de Educação Infantil Isaias Pereira dos Santos Escola Municipal São Jorge
08	01/ 11/ 2019	Divulgação dos resultados dos recursos.	No paço da Prefeitura e na Escola.
09	11/ 11/ 2019	Apresentação da proposta de trabalho do candidato à direção da escola à comunidade escolar.	Na Escola Municipal São Jorge.
10	12/ 11/ 2019	Apresentação da proposta de trabalho do candidato à direção da escola à comunidade escolar.	Na Escola Municipal de Educação Infantil Isaias Pereiras dos Santos.
11	26/ 11/ 2019	Eleição nas escolas para a escolha do diretor e resultado do certame	Cada um na sua Escola.
12	16/ 12/ 2019	Posse dos Diretores Eleitos.	Câmara Municipal de Pontal do Araguaia.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 003/2019

PORTARIA Nº 003/2019 PONTAL DO ARAGUAIA, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal São Jorge para a realização do Processo de Eleição para o biênio de 2020 a 2021, e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura através da Comissão Organizadora Municipal Eleitoral Central do Processo de Eleição para Diretor das Escolas Municipais para o biênio de 2020 a 2021, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar nos termos previstos na Lei 536/2009 (Gestão Democrática) os servidores: **Arnaldo Rodrigues de Souza**, **Darcilene Guerra Liborio**, **Elza Gomes dos Santos Silva**, **Miriam Moreira da Silva**, **Israelita Francisco Veloso Oliveira**, **Nivea Almeida Alves** e **Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte**, para comporem a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal São Jorge (CEE) que terá como objetivo a realização das Eleições para Diretor na Unidade Escolar.

Art. 2º- São competências da Comissão Municipal Eleitoral Escolar (CMEE):

Acompanhar, Analisar o Processo de Eleição junto a Comissão Municipal Eleitoral Central, conforme Edital nº 001/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pontal do Araguaia, aos 07 de outubro 2019.

DORVALINA REZENDE RIBEIRO

Presidente da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

MAGALY SOUSA NEGREIRO LIMA

Membro da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

LINDOMAR ALVES DE SOUSA

Membro da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 002/2019

PORTARIA Nº 002/2019 PONTAL DO ARAGUAIA, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Isaias Pereira dos Santos para a realização do Processo de Eleição para o biênio de 2020 a 2021, e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura através da Comissão Organizadora Municipal Eleitoral Central do Processo de Eleição para Diretor das Escolas Municipais para o biênio de 2020 a 2021, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar nos termos previstos na Lei 536/2009 (Gestão Democrática) os servidores: **Maria Antonia Oliveira Gomes, Suenny Fernanda Ávila de Sousa**, **Elisangela Resende, Maria Dinamar Pereira Ribeiro, Dinaide Aparecida Pereira**, **Silvia Monteiro da Silva e Nilmar Höser**, para comporem a Comissão Eleitoral Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Isaias Pereira dos Santos (CEE) que terá como objetivo a realização das Eleições para Diretor na Unidade Escolar.

Art. 2º - São competências da Comissão Eleitoral Escolar (CEE):

Acompanhar, Analisar o Processo de Eleição junto a Comissão Municipal Eleitoral Central, conforme Edital nº 001/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pontal do Araguaia, aos 07 de outubro 2019.

DORVALINA REZENDE RIBEIRO

Presidente da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

MAGALY SOUSA NEGREIRO LIMA

Membro da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

LINDOMAR ALVES DE SOUSA

Membro da

Comissão Municipal Eleitoral Central (COMEC)

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 192/GP/2019

PORTARIA N.º 192/GP/2019 Em 07 de Outubro de 2019.

"Adia Período de Gozo de Férias Regulamentares de Servidor".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Adiar o período de gozo de 20(vinte) dias das férias regulamentares concedidas à servidora abaixo relacionada, através da Portaria n° 176/2019 de 03/09/2019, ficando para ser usufruída oportunamente.

Servidor	Cargo
Márcia Regina dos Santos Carolo	Agente Administrativa

Art. 2º - ***Esta Portaria entra em vigor na data*** de ***sua*** assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Outubro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 002/2019 - PROCESSO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DO DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

PROCESSO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DO DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

EDITAL Nº 002/2019

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO (A) À DIREÇÃO E MODELO DE PROPOSTA DE TRABALHO

Escola para a qual se candidata:

Escola Municipal			
I – DADOS PESSOAIS			
Nome:		Sexo:	
Data nasc.: / /	Naturalidade:		UF:
Estado civil:	CPF:		
RG:	Órgão exp.: /	Expedida em: / /	
Titulo de eleitor:	Zona:	Seção:	
Filiação Pai:			
Mãe:			
Endereço:	Nº	Bairro:	
Complemento:	Cidade:		CEP:
Tel. Cel.:	Tel. Fixo:	E-mail:	
II – DADOS PROFISSIONAIS			
Graduação: _____			
Pós-graduação - Especialização: ( ) não ( ) sim Em: _____			
Mestrado: ( )não ( )sim Em: _____			
Situação funcional: ( ) efetivo cargo:_____			
Classe: _____	Nível: _____		

Possui outro cargo efetivo: ( ) não ( ) sim	Rede de ensino:( ) Estadual( ) Municipal( ) Privada
Tempo de serviço na Unidade Escolar para qual se candidata: _____	
( ) mais de dois anos ( ) dois anos ( ) um ano ( ) oriundo de outra unidade escolar	
Tempo de serviço no Magistério Público: _____	
III – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
Ocupou função de diretor (a) escolar em mandatos anteriores? ( ) sim ( ) não	
Eleito ( ) Indicado ( ) – Período:_____	

_____ _____

Candidato Comissão Eleitoral Escolar

Homologação da Comissão Organizadora Municipal

Homologado dia _____/_____/_____

_____ _____

Magaly Sousa Negreiro Lima Dorvalina Rezende Ribeiro

_____

Lindomar Alves de Sousa

MODELO DE PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do diretor(a):

Escola:

I – INTRODUÇÃO

Conceito de educação e de escola, de gestão, de planejamento, Breve diagnóstico.

II – OBJETIVAS METAS E ESTRATÉGIAS – EIXOS BÁSICOS

Ø GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- melhoria da escola;

- preservação do patrimônio público.

- apoio aos projetos extraclasse elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pontal do Araguaia-MT.

Ø GESTÃO PEDAGÓGICA

-melhoria do ensino;

-participação da comunidade no cotidiano da escola;

-acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

-monitoramento do IDEB;

-avaliação diagnostica pela Secretaria Municipal de Educação.

Pontal do Araguaia ____ de _____ de 2019.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 194/GP/2019

PORTARIA Nº 194/GP/2019 Em 08 de Outubro de 2019.

"Autoriza servidor(a) a usufruir dias de Férias".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza a servidora **Marcia Regina dos Santos Carolo** à usufruir **05 (cinco)dias** de férias de 21 a 25/10/2019, sendo 02 (dois) dias referente 03/01/2012 a 02/01/2013 adiado pela Portatria nº 143/2013, não restando mais dias a serem usufruídos deste período e 03 (três) dias referente período aquisitivo de 03/01/2016 a 02/01/2017, restando 17 dias à serem usufruidos referente a este período aquisitivo**.**

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 08 de Outubro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

LEI Nº 669 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor ***HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES,*** no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a toda população do município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º -Fica concedido aos Servidores de Carreira do município, reajuste em seus vencimentos o percentual de 4,78% (quatro vírgula, setenta e oito por cento).

Parágrafo único. O percentual acima se compõe de: 4,78% (quatro vírgula, setenta e oito por cento), a título de reposição salarial, tendo por base o INPC acumulado nos últimos doze meses.

Art. 2º -O reajuste de índice 4,78% (quatro vírgula, setenta e oito por cento) será extensivo aos Pensionistas e Servidores Aposentados do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social de Ponte Branca – IMPBRAN.

Art. 3º - O reajuste não abrange os servidores da Secretaria Municipal de Educação, os quais já possuem prazo de reajuste conforme PCCS.

Art. 4º - O Anexo I da Lei 642 de 09 de Novembro de 2018, passa a vigorar com os valores atualizados das remunerações, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 5º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de Maio de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos oito dias do mês de Outubro de dois mil e dezenove.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELAS REMUNERATÓRIAS

GRUPO 1

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Classe /Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,15	1,3	1,5
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduado Habilitado
1	1,000	1.068,75	1.229,06	1.389,38	1.603,13
2	1,040	1.111,50	1.278,23	1.444,95	1.667,25
3	1,085	1.159,59	1.333,53	1.507,47	1.739,39
4	1,135	1.213,03	1.394,99	1.576,94	1.819,55
5	1,190	1.271,81	1.462,58	1.653,36	1.907,72
6	1,250	1.335,94	1.536,33	1.736,72	2.003,91
7	1,320	1.410,75	1.622,36	1.833,98	2.116,13
8	1,410	1.506,94	1.732,98	1.959,02	2.260,41
9	1,500	1.603,13	1.843,59	2.084,06	2.404,69
10	1,530	1.635,19	1.880,47	2.125,74	2.452,78

GRUPO 2

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Classe /Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,15	1,3	1,5
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduado Habilitado
1	1,000	1.257,36	1.445,96	1.634,57	1.886,04
2	1,040	1.307,65	1.503,80	1.699,95	1.961,48
3	1,085	1.364,24	1.568,87	1.773,51	2.046,35
4	1,135	1.427,10	1.641,17	1.855,23	2.140,66
5	1,190	1.496,26	1.720,70	1.945,14	2.244,39
6	1,250	1.571,70	1.807,46	2.043,21	2.357,55
7	1,320	1.659,72	1.908,67	2.157,63	2.489,57
8	1,410	1.772,88	2.038,81	2.304,74	2.659,32
9	1,500	1.886,04	2.168,95	2.451,85	2.829,06
10	1,530	1.923,76	2.212,32	2.500,89	2.885,64

GRUPO 3

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Classe /Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,15	1,3	1,5
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduado Habilitado	Habilitado com Especialização
1	1,000	1.142,10	1.313,42	1.484,73	1.713,15
2	1,040	1.187,78	1.365,95	1.544,12	1.781,68
3	1,085	1.239,18	1.425,06	1.610,93	1.858,77
4	1,135	1.296,28	1.490,73	1.685,17	1.944,43
5	1,190	1.359,10	1.562,96	1.766,83	2.038,65
6	1,250	1.427,63	1.641,77	1.855,91	2.141,44
7	1,320	1.507,57	1.733,71	1.959,84	2.261,36
8	1,410	1.610,36	1.851,92	2.093,47	2.415,54
9	1,500	1.713,15	1.970,12	2.227,10	2.569,73
10	1,530	1.747,41	2.009,52	2.271,64	2.621,12

GRUPO 4

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Classe /Nível	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,15	1,3	1,5
		Ensino Médio	Graduado Habilitado	Habilitado com Especialização	Habilitado com Mestrado

1	**1,000**	1.152,58	1.325,47	1.498,35	1.728,87
2	**1,040**	1.198,68	1.378,49	1.558,29	1.798,02
3	**1,085**	1.250,55	1.438,13	1.625,71	1.875,82
4	**1,135**	1.308,18	1.504,41	1.700,63	1.962,27
5	**1,190**	1.371,57	1.577,31	1.783,04	2.057,36
6	**1,250**	1.440,73	1.656,83	1.872,94	2.161,09
7	**1,320**	1.521,41	1.749,62	1.977,83	2.282,11
8	**1,410**	1.625,14	1.868,91	2.112,68	2.437,71
9	**1,500**	1.728,87	1.988,20	2.247,53	2.593,31
10	**1,530**	1.763,45	2.027,96	2.292,48	2.645,17

GRUPO 5

ENSINO MÉDIO + TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Ensino Médio + Curso Técnico	**Graduado Habilitado**	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**
1	**1,000**	1.152,58	1.325,47	1.498,35	1.728,87
2	**1,040**	1.198,68	1.378,49	1.558,29	1.798,02
3	**1,085**	1.250,55	1.438,13	1.625,71	1.875,82
4	**1,135**	1.308,18	1.504,41	1.700,63	1.962,27
5	**1,190**	1.371,57	1.577,31	1.783,04	2.057,36
6	**1,250**	1.440,73	1.656,83	1.872,94	2.161,09
7	**1,320**	1.521,41	1.749,62	1.977,83	2.282,11
8	**1,410**	1.625,14	1.868,91	2.112,68	2.437,71
9	**1,500**	1.728,87	1.988,20	2.247,53	2.593,31
10	**1,530**	1.763,45	2.027,96	2.292,48	2.645,17

GRUPO 6

ENSINO MÉDIO + TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Ensino Médio + Curso Técnico	**Graduado Habilitado**	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**
1	**1,000**	1.634,56	1.879,74	2.124,93	2.451,84
2	**1,040**	1.699,94	1.954,93	2.209,93	2.549,91
3	**1,085**	1.773,50	2.039,52	2.305,55	2.660,25
4	**1,135**	1.855,23	2.133,51	2.411,79	2.782,84
5	**1,190**	1.945,13	2.236,90	2.528,66	2.917,69
6	**1,250**	2.043,20	2.349,68	2.656,16	3.064,80
7	**1,320**	2.157,62	2.481,26	2.804,90	3.236,43
8	**1,410**	2.304,73	2.650,44	2.996,15	3.457,09
9	**1,500**	2.451,84	2.819,62	3.187,39	3.677,76
10	**1,530**	2.500,88	2.876,01	3.251,14	3.751,32

GRUPO 7

ENSINO MÉDIO + CURSO DE ELETROTÉCNICA

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Ensino Médio + Curso Técnico	**Graduado Habilitado**	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**
1	**1,000**	2.409,94	2.771,43	3.132,92	3.614,91
2	**1,040**	2.506,34	2.882,29	3.258,24	3.759,51
3	**1,085**	2.614,78	3.007,00	3.399,22	3.922,18
4	**1,135**	2.735,28	3.145,57	3.555,87	4.102,92
5	**1,190**	2.867,83	3.298,00	3.728,18	4.301,74
6	**1,250**	3.012,43	3.464,29	3.916,15	4.518,64
7	**1,320**	3.181,12	3.658,29	4.135,46	4.771,68
8	**1,410**	3.398,02	3.907,72	4.417,42	5.097,02
9	**1,500**	3.614,91	4.157,15	4.699,38	5.422,37
10	**1,530**	3.687,21	4.240,29	4.793,37	5.530,81

GRUPO 8

TABELA EXCLUÍDA PELA LEI MUNICIPAL Nº. 651/2019.

GRUPO 09

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Graduado Habilitado + Inscrição no Conselho de Classe	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**	**Habilitado com Doutorado**
1	**1,000**	2.200,38	2.530,44	2.860,49	3.300,57
2	**1,040**	2.288,40	2.631,65	2.974,91	3.432,59
3	**1,085**	2.387,41	2.745,52	3.103,64	3.581,12
4	**1,135**	2.497,43	2.872,05	3.246,66	3.746,15
5	**1,190**	2.618,45	3.011,22	3.403,99	3.927,68
6	**1,250**	2.750,48	3.163,05	3.575,62	4.125,71
7	**1,320**	2.904,50	3.340,18	3.775,85	4.356,75

8	**1,410**	3.102,54	3.567,92	4.033,30	4.653,80
9	**1,500**	3.300,57	3.795,66	4.290,74	4.950,86
10	**1,530**	3.366,58	3.871,57	4.376,56	5.049,87

GRUPO 10

ENSINO SUPERIOR COMPLETO (Assistente Social)

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Graduado Habilitado + Inscrição no Conselho de Classe	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**	**Habilitado com Doutorado**
1	**1,000**	2.514,72	2.891,93	3.269,14	3.772,08
2	**1,040**	2.615,31	3.007,61	3.399,90	3.922,96
3	**1,085**	2.728,47	3.137,74	3.547,01	4.092,71
4	**1,135**	2.854,21	3.282,34	3.710,47	4.281,31
5	**1,190**	2.992,52	3.441,39	3.890,27	4.488,78
6	**1,250**	3.143,40	3.614,91	4.086,42	4.715,10
7	**1,320**	3.319,43	3.817,34	4.315,26	4.979,15
8	**1,410**	3.545,76	4.077,62	4.609,48	5.318,63
9	**1,500**	3.772,08	4.337,89	4.903,70	5.658,12
10	**1,530**	3.847,52	4.424,65	5.001,78	5.771,28

GRUPO 11

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Graduado Habilitado + Inscrição no Conselho de Classe	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**	**Habilitado com Doutorado**
1	**1,000**	2.724,28	3.132,92	3.541,56	4.086,42
2	**1,040**	2.833,25	3.258,24	3.683,23	4.249,88
3	**1,085**	2.955,84	3.399,22	3.842,60	4.433,77
4	**1,135**	3.092,06	3.555,87	4.019,68	4.638,09
5	**1,190**	3.241,89	3.728,18	4.214,46	4.862,84
6	**1,250**	3.405,35	3.916,15	4.426,96	5.108,03
7	**1,320**	3.596,05	4.135,46	4.674,86	5.394,07
8	**1,410**	3.841,23	4.417,42	4.993,61	5.761,85
9	**1,500**	4.086,42	4.699,38	5.312,35	6.129,63
10	**1,530**	4.168,15	4.793,37	5.418,59	6.252,22

GRUPO 12

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Graduado Habilitado + Inscrição no Conselho de Classe	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**	**Habilitado com Doutorado**
1	**1,000**	3.269,13	3.759,50	4.249,87	4.903,70
2	**1,040**	3.399,90	3.909,88	4.419,86	5.099,84
3	**1,085**	3.547,01	4.079,06	4.611,11	5.320,51
4	**1,135**	3.710,46	4.267,03	4.823,60	5.565,69
5	**1,190**	3.890,26	4.473,80	5.057,34	5.835,40
6	**1,250**	4.086,41	4.699,37	5.312,34	6.129,62
7	**1,320**	4.315,25	4.962,54	5.609,83	6.472,88
8	**1,410**	4.609,47	5.300,89	5.992,32	6.914,21
9	**1,500**	4.903,70	5.639,25	6.374,80	7.355,54
10	**1,530**	5.001,77	5.752,03	6.502,30	7.502,65

GRUPO 13

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Classe /Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,15**	**1,3**	**1,5**
		Graduado Habilitado + Inscrição no Conselho de Classe	**Habilitado com Especialização**	**Habilitado com Mestrado**	**Habilitado com Doutorado**
1	**1,000**	8.382,40	9.639,76	10.897,12	12.573,60
2	**1,040**	8.717,70	10.025,35	11.333,00	13.076,54
3	**1,085**	9.094,90	10.459,14	11.823,38	13.642,36
4	**1,135**	9.514,02	10.941,13	12.368,23	14.271,04
5	**1,190**	9.975,06	11.471,31	12.967,57	14.962,58
6	**1,250**	10.478,00	12.049,70	13.621,40	15.717,00
7	**1,320**	11.064,77	12.724,48	14.384,20	16.597,15
8	**1,410**	11.819,18	13.592,06	15.364,94	17.728,78
9	**1,500**	12.573,60	14.459,64	16.345,68	18.860,40
10	**1,530**	12.825,07	14.748,83	16.672,59	19.237,61

PORTARIA N.º110/2019

PORTARIA N.º110/2019

*"**Dispõe sobre a Retificação da Portaria n° 71/2019, que concedeu o benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao Sr. Raimundo Nogueira da Silva.**"*

O Prefeito do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 81, I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 323, de 24 de agosto de 2004, que rege a previdência municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria n° 71/2019, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao Segurado Sr. Raimundo Nogueira da Silva, com proventos integrais, conforme processo administrativo do IMPBRAN, n.º 2019.04.00004P:

Onde se lê: (...) Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c **art. 86, I, II, III e IV** da Lei Municipal n.º 323, de 24 de agosto de 2004, que rege a previdência municipal (...)"

Leia-se: "(...) Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c **art. 81, I, II, III e IV** da Lei Municipal n.º 323, de 24 de agosto de 2004, que rege a previdência municipal (...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Ponte Branca/MT, 26 de Setembro de 2019.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 004/2019

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 004/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: REGINALVA RIBEIRO DE SOUSA ROCHA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Municipal "Boa Esperança Extensão".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 009/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 009/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: LUCIVÂNIA CRUZ DA SILVA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 025/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 025/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: LEDINÉIA FERREIRA DA SILVA ROCHA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (A)** , na "Creche Municipal Maria Nilza M. Sales".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Infantil - 0557.04.004.12.365.0003.2031. 3190040000000 – Contrato por Tempo

Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 1.247,79 (Hum mil e duzentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 006/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 006/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: LILIAN RWANY SOUSA COELHO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola São Geraldo".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 001/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 001/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: SELMA MARTINS PEREIRA MASCHIO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na "Creche Maria Nilza Monteiro Sales".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 557.04.004.12.365.0003.2031. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 023/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 023/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: JULIANA ALMEIDA COSTA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (Apoio a Aluno Especial (A)** , na "Escola São Geraldo".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: O contratado receberá mensalmente a quantia de R$ 1.039,82 (Hum mil e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 022/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 022/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADO: PAULO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (Apoio a Aluno Especial (A)** , na "Escola Boa Esperança".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: O contratado receberá mensalmente a quantia de R$ 1.039,82 (Hum mil e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 015/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 015/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: MARIA CECÍLIA DA SILVA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 016/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 016/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADO: ANDRESSA PEREIRA LUCAS LIMA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança Extensão".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 017/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 017/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: EDVANESSA CRISTINA DOS REIS

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Creche Maria Nilza M. Sales".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 557.04.004.12.365.0003.2031. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 001/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 001/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: DANIELA MOREIRA PARENTE

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola São Geraldo".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 021/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 021/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADO: CARLOS FERREIRA MARINHO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na "Escola São Geraldo".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: O contratado receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 020/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 020/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: LIZIANE GOMES RODRIGUES DE OLIVEIRA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na "Creche Maria Nilza Monteiro Sales".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 557.04.004.12.365.0003.2031. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 007/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 007/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: SELMA RAMOS DE SOUSA TAVARES

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola São Geraldo".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 008/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 008/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: NÉRIA BRITO DOURADO DOS SANTOS

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Setor Valdecy".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 005/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 005/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: CARLA CRISTINA WOLSCHICK MORESCO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Municipal "São Geraldo".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 010/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 010/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 003/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: MARILENE PEREIRA CHAVES ABREU

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Municipal "Boa Esperança Extensão".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 011/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 011/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: ERONILDA SOUSA AGUIAR

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança - Extensão".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 012/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 012/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: GEISILAN DE OLIVEIRA RIBEIRO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 002/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 002/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: SANDRA ELIAS DIAS

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Municipal "Setor Valdecy."

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 024/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 024/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADO: SILVANIA ALVES DA SILVA MARACAIPE

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (Apoio a Aluno Especial (A)** , na "Escola Boa Esperança".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 1.039,82 (Hum mil e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 56/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 56/2019 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2019 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 56/2019 – Registro de Preço - do tipo menor preço por item **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHES, BOLOS E SALGADO. **Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: 30/10/2019 as 9h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 001/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 001/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: VALÉRIA ELIAS DIAS DE MELO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Municipal "Nova Floresta".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 013/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 013/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: REMILDES RODRIGUES REGO

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Escola Boa Esperança Extensão".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Fundamental - 538.04.004.12.361.0003.2030. 3190040000000 – Contrato por Tempo Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 014/2019.

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 014/2019.

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT

CONTRATADA: IONE PEREIRA DA SILVA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de prestação de serviços no cargo de **PROFESSOR (A) DE PEDAGOGIA**, na Creche Municipal Maria Nilza M. Sales".

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação – Manutenção do Ensino Infantil - 557.04.004.12.365.0003.2031. 3190040000000 – Contrato por Tempo

Determinado.

REMUNERAÇÃO: A contratada receberá mensalmente a quantia de R$ 2.399,94 (Dois mil e trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA Nº 002/2019

TERMO DE DESISTÊNCIA Nº 002/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Tocantins, nº 1173, Bairro Tr~es Irmãos, Porto Alegre do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.672/0001-28, torna público que **LARA FERREIRA DA SILVA ROCHA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida Betumarcos nº 1068, Setor dos Esportes, município de Porto Alegre do Norte – MT, portadora do CPF nº 917.554.841-00, por livre e espontânea vontade, DESISTE de ocupar a vaga de **TÉCNICO (A) EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (CRECHE) – ZONA URBANA**, para a qual foi aprovado em 1º lugar, através do **Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019**.

Por expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Porto Alegre do Norte – MT, 08 de outubro de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 1074 NOMEAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA CANDIDATA CONVOCADA E HABILITADA NO PROCESSO SELETIVO

DECRETO N° 1074, de 08 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA CANDIDATA CONVOCADA E HABILITADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REALIZADO NOS TERMOS DO EDITAL 001/2019.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público, a necessidade e a conveniência Administrativa, a competente homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado realizado nos termos do Edital nº 001/2019, através do Decreto 1063/2019 de 09/09/2019, publicado em 09/09/2019, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (DOE/MT) sob o nº 27585, páginas 101 a 103, as convocações em tempo hábil dos respectivos candidatos habilitados, conforme consta do Decreto Municipal 1066/2019, publicado em 17/09/2019, no DOE/MT sob o nº 27591, paginas 148-150, **D E C R E T A:**

Art. 1°. Fica nomeada em caráter temporário, em virtude da tomada de posse no respectivo cargo público, pertencente ao Quadro de Servidores do Município de Porto Alegre do Norte – MT, sob o regime jurídico e regime Previdenciário - **RGPS** (Regime Geral de Previdência Social), a candidata a seguir identificada:

N O M E S	C A R G O S	DATAS NOMEAÇÃO/INICIO DE EXERCÍCIO	IDENTIFICAÇÃO
Rosa Alves Biserra	Técnica em Desenvolvimento Infantil (Creche) – Zona Urbana	08/10/2019	CIRG 1252489-1 SSP/MT CPF 709.120. 251-15

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte-MT, 08 de outubro de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CONTABILIDADE
RELATÓRIOS RGF 2º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2018 A AGO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	1.388.228,47	1.430.896,76	1.409.492,88	3.382.792,68	2.639.696,53	1.569.811,83	1.596.733,67	1.656.248,40	1.664.032,88	1.779.624,57	1.773.503,26	1.782.087,03	22.073.148,96	77.256,98
Pessoal Ativo	1.388.228,47	1.430.896,76	1.409.492,88	1.829.804,85	2.511.728,34	1.440.738,80	1.467.660,64	1.527.175,37	1.533.031,75	1.648.630,44	1.642.509,13	1.646.544,54	19.476.441,97	77.256,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.200.391,27	1.239.212,96	1.208.043,06	1.442.335,32	2.065.791,02	1.160.644,60	1.185.441,47	1.246.938,07	1.259.791,53	1.341.819,30	1.350.501,65	1.326.096,60	16.027.006,85	77.256,98
Obrigações Patronais	187.837,20	191.683,80	201.449,82	387.469,53	386.113,12	228.252,06	234.516,66	224.313,84	212.263,19	249.055,01	261.809,82	258.442,49	3.023.206,54	0,00
Benefícios Previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	59.824,20	51.842,14	47.702,51	55.923,46	60.977,03	57.756,13	30.197,66	62.005,45	426.228,58	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	1.552.987,83	127.968,19	129.073,03	129.073,03	129.073,03	131.001,13	130.994,13	130.994,13	135.542,49	2.596.706,99	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	1.162.184,75	96.385,47	97.490,31	97.490,31	97.490,31	99.418,41	99.411,41	99.411,41	104.292,44	1.953.574,82	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	390.803,08	31.582,72	31.582,72	31.582,72	31.582,72	31.582,72	31.582,72	31.582,72	31.250,05	643.132,17	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	2.338.526,53	127.968,19	129.073,03	129.073,03	129.073,03	131.001,13	130.994,13	130.994,13	135.542,49	3.382.245,69	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	2.338.526,53	127.968,19	129.073,03	129.073,03	129.073,03	131.001,13	130.994,13	130.994,13	135.542,49	3.382.245,69	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.388.228,47	1.430.896,76	1.409.492,88	1.044.266,15	2.511.728,34	1.440.738,80	1.467.660,64	1.527.175,37	1.533.031,75	1.648.630,44	1.642.509,13	1.646.544,54	18.690.903,27	77.256,98

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	38.989.780,81	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	38.989.780,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	18.768.160,25	48,14
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.393.868,49	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	22.224.175,07	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	21.054.481,64	54,00

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A AGOSTO/2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.250.044,58	423.909,67	372.009,57	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	35.635.372,60	36.640.901,41	38.989.780,81	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	42.762.447,12	43.969.081,69	46.787.736,97	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	38.486.202,41	39.572.173,52	42.108.963,27	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	18.266.559,43	18.266.559,43	18.266.559,43	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	1.250.044,58	423.909,67	372.009,57	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	4.293,56	127.654,99	749,22	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	1.346.599,43	752.784,25	727.632,15	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A AGOSTO/2019

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	37.416.150,41	36.640.901,41	38.989.780,81	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	8.231.553,09	8.060.998,31	8.577.751,78	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	7.408.397,78	7.254.898,48	7.719.976,60	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A AGOSTO/2019

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	No Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	38.989.780,81	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.238.364,93	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	5.614.528,44	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.729.284,66	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	No Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			(f)=(a-(b+c+d+e)-f)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Con	681.492,03	192.660,15	192.660,15	232.141,53	0,00	0,00	192.660,15	0,00	0,00	192.660,15
Recursos Ordinários	681.492,03	192.660,15	192.660,15	232.141,53	0,00	0,00	192.660,15	0,00	0,00	192.660,15
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	24.294.643,20	24.293.553,20	24.293.553,20	0,00	0,00	0,00	24.293.553,20	0,00	0,00	24.293.553,20
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos -	96.331,65	95.241,65	95.241,65	0,00	0,00	0,00	95.241,65	0,00	0,00	95.241,65
Transferências do FUNDEB	415.606,59	415.606,59	415.606,59	0,00	0,00	0,00	415.606,59	0,00	0,00	415.606,59
Outros Recursos Vinculados à Educação	129.463,60	129.463,60	129.463,60	0,00	0,00	0,00	129.463,60	0,00	0,00	129.463,60
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos -	188.007,97	188.007,97	188.007,97	0,00	0,00	0,00	188.007,97	0,00	0,00	188.007,97
Outros Recursos Vinculados à Saúde	1.308.741,70	1.308.741,70	1.308.741,70	0,00	0,00	0,00	1.308.741,70	0,00	0,00	1.308.741,70
Recursos Vinculados à Assistência Social	26.899,18	26.899,18	26.899,18	0,00	0,00	0,00	26.899,18	0,00	0,00	26.899,18
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	21.588.727,10	21.588.727,10	21.588.727,10	0,00	0,00	0,00	21.588.727,10	0,00	0,00	21.588.727,10
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	313,18	313,18	313,18	0,00	0,00	0,00	313,18	0,00	0,00	313,18
Outros Recursos Vinculados	540.552,23	540.552,23	540.552,23	0,00	0,00	0,00	540.552,23	0,00	0,00	540.552,23
TOTAL (III) = (I + II)	24.976.135,23	24.486.213,35	24.486.213,35	232.141,53	0,00	0,00	24.486.213,35	0,00	0,00	24.486.213,35

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A AGOSTO/2019

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	38.989.780,81
Receita Corrente líquida Ajustada	38.989.780,81

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.768.160,25	48,14
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	23.393.868,49	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	22.224.175,07	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	21.054.481,64	54,00

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	46.787.736,97	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.577.751,78	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.238.364,93	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.729.284,66	7,00

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, de 08 de Outubro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

HELIO ALVES DA SILVA 094.741.291-34 9875/00040/2019

HELIO ALVES DA SILVA 094.741.291-34 9875/00041/2019

HELIO ALVES DA SILVA 094.741.291-34 9875/00043/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Luiz Henrique Rauber Matrícula: 00011274

Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:

Data de afixação: 08/10/2019

Data de desafixação: 23/10/2019

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 52/2017

ERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO 52/2017

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, Pessoa Jurídica de direito público interno, com sede à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro, Porto Esperidião – MT, inscrito no CNPJ: 03.238.904/0001-48, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasi-

leiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o **Nº. 377.790 SSP/MT** e **CPF: Nº 299.631.761-00**, doravante denominado **DISTRATANTE**, **resolve rescindir administrativamente de forma amigável** o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2017** firmado com a **Empresa ALLAN MUNIZ CARNEIRO, CNPJ: 27.368.103/0001-65, Endereço, Rua Marechal Rondon, Centro, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT.**Neste ato denominada ***DISTRATADA***, conforme cláusulas a seguir:

DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

CLÁUSULA 1ª - Fica rescindido administrativamente de forma Amigável o contrato de Pessoa Jurídica para **serviços de locação de um veículo caminhão carroceria aberto tipo Ford, Modelo: F4000, com motorista. Para prestar serviços junto à Secretaria de Obras.** Firmado no dia **05 de Junho de 2017**.

***Cláusula 2ª – a presente rescisão é de acordo com o que prevê a CLÁUSULA SÉTIMA* do referido contrato.**

A presente rescisão foi com base na Lei nº 8.666/93 assim dispõe: em seu Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

CLÁUSULA 3ª - A rescisão é AMIGÁVEL, e com base nos termos da cláusula 8ª "e".

Do Contrato Administrativo **nº 52/2017**, com fundamento no artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93, satisfeita ainda a condição exigida pelo Inciso I do artigo 79 da mesma Lei.

CLÁUSULA 4ª - O DISTRATANTE promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor do contrato originário, e efetivará a nulidade de todo compromisso ora firmado no presente contrato.

CLÁUSULA5ª – A rescisão Amigável é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLAUSULA6ª – A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA 7ª –Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião-MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA 8ª – desta forma firma-se a presente rescisão contratual de forma amigável, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todos os fins legais e de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Porto Esperidião, 06 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DISTRATANTE

ALLAN MUNIZ CARNEIRO

CNPJ: 27.368.103/0001-65

DISTRATADA

Testemunhas:

VITOR HUGO DE SOUZA MORAES E CASTRO

CPF: 062.388.981-19

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF: 883.928.801-53

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO 59/2019

CONTRATO 59/2019

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, Pessoa Jurídica de direito público interno, com sede à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro, Porto Esperidião – MT, inscrito no CNPJ: 03.238.904/0001-48, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o **Nº. 377.790 SSP/MT** e **CPF: Nº 299.631.761-00**, doravante denominado **DISTRATANTE**, **resolve rescindir administrativamente de forma amigável** o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2019** firmado com a **Empresa SILVIA HELENA DA SILVA - MEI, CNPJ N° 23.850.323/0001-70, situada na COMUNIDADE BOCAIUVAL,** Neste ato denominada ***DISTRATADA***, conforme cláusulas a seguir:

DA RESCISÃO CONTRATUAL DE FORMA AMIGÁVEL

CLÁUSULA 1ª - Fica rescindido administrativamente de forma Amigável o contrato de Pessoa Jurídica para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESPECALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO.** Firmado no dia **06 de Junho de 2019**.

***Cláusula 2ª – a presente rescisão é de acordo com o que prevê a CLÁUSULA NONA* do referido contrato.**

A presente rescisão foi com base na Lei nº 8.666/93 assim dispõe: em seu Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

CLÁUSULA 3ª - A rescisão é AMIGÁVEL, e com base nos termos da cláusula 9ª

Do Contrato Administrativo **nº 59/2019**, com fundamento no artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93, satisfeita ainda a condição exigida pelo Inciso I do artigo 79 da mesma Lei.

CLÁUSULA 4ª - O DISTRATANTE promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor do contrato originário, e efetivará a nulidade de todo compromisso ora firmado no presente contrato.

CLÁUSULA5ª – A rescisão Amigável é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLAUSULA6ª – A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA 7ª –Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião-MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA 8ª – desta forma firma-se a presente rescisão contratual de forma amigável, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todos os fins legais e de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Porto Esperidião, 08 de Setembro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DISTRATANTE

SILVIA HELENA DA SILVA – MEI

CNPJ N° 23.850.323/0001-70

DISTRATADA

Testemunhas:

VITOR HUGO DE SOUZA MORAES E CASTRO

CPF: 062.388.981-19

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF: 883.928.801-53

CONTABILIDADE
RELATÓRIOS RREO 4º BIMESTRE 2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A AGO (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.726.843,92	49.101.576,92	7.062.447,46	14,38	26.058.478,63	53,07	23.043.098,29
RECEITAS CORRENTES	40.876.843,92	41.251.576,92	6.925.461,16	16,79	25.716.742,33	62,34	15.534.834,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.788.700,00	3.788.700,00	490.044,90	12,93	1.985.888,79	52,42	1.802.811,21
Impostos	3.096.500,00	3.096.500,00	463.093,11	14,96	1.807.816,19	58,38	1.288.683,81
Taxas	692.200,00	692.200,00	26.951,79	3,89	178.072,60	25,73	514.127,40
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.735.538,54	1.735.538,54	261.179,07	15,05	1.141.185,70	65,75	594.352,84
Contribuições Sociais	1.205.038,54	1.205.038,54	162.322,09	13,47	709.464,11	58,87	495.574,43
Contribuições Econômicas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	530.000,00	530.000,00	98.856,98	18,65	431.721,59	81,46	98.278,41
RECEITA PATRIMONIAL	2.258.705,38	2.258.705,38	50.287,91	2,23	133.950,99	5,93	2.124.754,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.258.705,38	2.258.705,38	50.287,91	2,23	133.950,99	5,93	2.124.754,39
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.073.300,00	33.448.033,00	6.111.572,44	18,27	22.433.755,80	67,07	11.014.277,20
Transferências da União e de suas Entidades	14.063.300,00	14.181.601,00	2.668.124,79	18,81	9.819.430,25	69,24	4.362.170,75
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.910.000,00	12.910.000,00	2.377.079,93	18,41	8.443.490,51	65,40	4.466.509,49
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.100.000,00	6.356.432,00	1.065.750,89	16,77	4.170.218,21	65,61	2.186.213,79
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	616,83	0,00	616,83	0,00	-616,83
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	1.600,00	12.376,84	773,55	21.961,05	372,57	-20.361,05
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.300,00	1.300,00	12.376,84	952,06	21.961,05	689,31	-20.661,05
RECEITAS DE CAPITAL	7.850.000,00	7.850.000,00	136.986,30	1,75	341.736,30	4,35	7.508.263,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.850.000,00	7.850.000,00	136.986,30	1,75	341.736,30	4,35	7.508.263,70
Transferências da União e de suas Entidades	7.725.000,00	7.725.000,00	136.986,30	1,77	341.736,30	4,42	7.383.263,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.424.532,90	2.424.532,90	364.306,07	15,03	1.528.480,23	63,04	896.052,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	51.151.376,82	51.526.109,82	7.426.753,53	14,41	27.586.958,86	53,54	23.939.150,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	51.151.376,82	51.526.109,82	7.426.753,53	14,41	27.586.958,86	53,54	23.939.150,96
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	51.151.376,82	51.526.109,82	7.426.753,53	14,41	27.586.958,86	53,54	23.939.150,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	668.468,51			668.468,51		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		668.468,51			668.468,51		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A AGO		BIMESTRE	JAN A AGO			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	48.718.437,74	49.709.432,11	6.560.822,99	28.042.197,88	21.667.234,23	6.042.985,74	25.431.866,58	24.277.565,53	22.484.199,01	0,00
DESPESAS CORRENTES	35.676.966,49	37.320.228,63	6.048.585,33	27.087.767,05	10.232.461,58	5.732.238,56	24.822.055,78	12.498.172,85	22.010.508,64	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.671.996,91	19.501.492,69	3.021.415,25	12.732.391,67	6.769.101,02	3.027.479,25	12.720.263,67	6.781.229,02	11.421.990,70	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.004.969,58	17.818.735,94	3.027.170,08	14.355.375,38	3.463.360,56	2.704.759,31	12.101.792,11	5.716.943,83	10.588.517,94	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.819.857,45	9.531.076,68	512.237,66	954.430,83	8.576.645,85	310.747,18	609.810,80	8.921.265,88	473.690,37	0,00
INVESTIMENTOS	9.739.857,45	9.451.076,68	512.237,66	874.430,83	8.576.645,85	296.683,28	554.376,45	8.896.700,23	418.256,02	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	14.063,90	55.434,35	24.565,65	55.434,35	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.221.613,80	2.858.126,80			2.858.126,80			2.858.126,80		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.426.939,08	2.551.157,06	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	1.332.259,14	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	51.145.376,82	52.260.589,17	7.002.334,12	29.687.508,85	22.573.080,32	6.484.496,87	27.077.177,55	25.183.411,62	23.816.458,15	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	51.145.376,82	52.260.589,17	7.002.334,12	29.687.508,85	22.573.080,32	6.484.496,87	27.077.177,55	25.183.411,62	23.816.458,15	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			509.781,31		3.770.500,71	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	51.145.376,82	52.260.589,17	7.002.334,12	29.687.508,85		6.484.496,87	27.586.958,86		27.586.958,86	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A AGO	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.424.532,90	2.424.532,90	364.306,07	15,03	1.528.480,23	63,04	896.052,67
RECEITAS CORRENTES	2.424.532,90	2.424.532,90	364.306,07	15,03	1.528.480,23	63,04	896.052,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.424.532,90	2.424.532,90	364.306,07	15,03	1.528.480,23	63,04	896.052,67
Contribuições Sociais	2.424.532,90	2.424.532,90	364.306,07	15,03	1.528.480,23	63,04	896.052,67
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) — R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A AGO		BIMESTRE	JAN A AGO			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.426.939,08	2.551.157,06	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	1.332.259,14	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.426.939,08	2.551.157,06	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	1.332.259,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.426.939,08	2.551.157,06	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	441.511,13	1.645.310,97	905.846,09	1.332.259,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A AGO	%		BIMESTRE	JAN A AGO	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.718.437,74	49.709.432,11	6.566.160,07	28.057.098,58	94,46	21.652.333,53	6.048.322,82	25.446.767,28	93,93	24.262.664,83	0,00
Legislativa	1.473.863,72	1.545.874,56	153.444,43	951.434,86	3,20	594.439,70	123.657,68	759.044,19	2,80	786.830,37	0,00
Ação Legislativa	1.473.863,72	1.545.874,56	153.444,43	951.434,86	3,20	594.439,70	123.657,68	759.044,19	2,80	786.830,37	0,00
Administração	8.279.330,00	8.806.173,68	1.067.221,84	7.082.847,72	23,85	1.723.325,96	1.372.132,43	6.351.040,86	23,44	2.455.132,82	0,00
Administração Geral	7.739.330,00	8.266.173,68	1.022.655,10	6.806.844,26	22,92	1.459.329,42	1.309.657,71	6.102.423,05	22,52	2.163.750,63	0,00
Normatização e Fiscalização	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Ordenamento Territorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	520.000,00	520.000,00	44.566,74	276.003,46	0,93	243.996,54	62.474,72	248.617,81	0,92	271.382,19	0,00
Assistência Social	1.434.300,00	1.455.093,16	205.106,62	857.800,12	2,89	597.293,04	203.694,19	836.633,55	3,09	618.459,61	0,00
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	184.150,00	210.669,70	35.588,21	146.560,32	0,49	64.109,38	32.788,21	143.760,32	0,53	66.909,38	0,00
Assistência Comunitária	1.225.150,00	1.219.423,46	169.518,41	711.239,80	2,39	508.183,66	170.905,98	692.873,23	2,56	526.550,23	0,00
Previdência Social	3.120.850,22	3.120.850,22	390.176,44	1.643.928,45	5,53	1.476.921,77	403.722,90	1.623.835,53	5,99	1.497.014,69	0,00
Administração Geral	338.678,38	338.678,38	31.245,23	173.789,23	0,59	164.889,15	44.791,69	153.696,31	0,57	184.982,07	0,00
Previdência do Regime Estatutário	2.782.171,84	2.782.171,84	358.931,21	1.470.139,22	4,95	1.312.032,62	358.931,21	1.470.139,22	5,43	1.312.032,62	0,00
Saúde	8.677.500,00	8.823.653,95	1.440.078,47	5.786.332,37	19,48	3.037.321,58	1.454.320,14	5.588.879,92	20,63	3.234.774,03	0,00
Administração Geral	746.300,00	860.585,58	172.782,42	764.110,34	2,57	96.475,24	174.542,98	758.196,92	2,80	102.388,66	0,00
Atenção Básica	6.115.700,00	6.070.606,64	1.068.393,73	4.108.342,41	13,83	1.962.264,23	1.086.668,03	3.994.031,02	14,74	2.076.575,62	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.144.000,00	1.194.553,43	103.276,24	551.386,34	1,86	643.167,09	97.483,05	474.158,70	1,75	720.394,73	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	217.000,00	236.608,30	18.558,30	114.441,96	0,39	122.166,34	18.558,30	114.441,96	0,42	122.166,34	0,00
Vigilância Sanitária	241.000,00	247.800,00	43.157,96	142.167,85	0,48	105.632,15	43.157,96	142.167,85	0,52	105.632,15	0,00
Vigilância Epidemiológica	213.500,00	213.500,00	33.909,82	105.883,47	0,36	107.616,53	33.909,82	105.883,47	0,39	107.616,53	0,00
Trabalho	180.000,00	180.000,00	11.600,00	13.600,00	0,05	166.400,00	11.600,00	13.600,00	0,05	166.400,00	0,00
Fomento ao Trabalho	180.000,00	180.000,00	11.600,00	13.600,00	0,05	166.400,00	11.600,00	13.600,00	0,05	166.400,00	0,00
Educação	12.071.750,00	12.186.206,50	2.271.300,06	8.008.938,14	26,96	4.177.268,36	1.894.558,53	7.450.940,32	27,50	4.735.266,18	0,00
Administração Geral	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Ensino Fundamental	10.515.000,00	10.667.972,48	1.977.539,17	7.239.963,65	24,38	3.428.008,83	1.702.852,02	6.798.820,21	25,10	3.869.152,27	0,00
Ensino Superior	72.000,00	144.000,00	72.000,00	142.000,00	0,48	2.000,00	24.000,00	79.200,00	0,29	64.800,00	0,00
Educação Infantil	1.464.750,00	1.364.234,02	221.760,89	626.974,49	2,11	737.259,53	167.706,51	572.920,11	2,11	791.313,91	0,00
Cultura	821.000,00	1.511.111,65	570.559,46	1.290.030,16	4,34	221.081,49	50.559,46	705.030,16	2,60	806.081,49	0,00
Difusão Cultural	821.000,00	1.511.111,65	570.559,46	1.290.030,16	4,34	221.081,49	50.559,46	705.030,16	2,60	806.081,49	0,00
Urbanismo	3.066.000,00	3.066.000,00	1.535,00	497.753,36	1,68	2.568.246,64	72.421,65	401.668,51	1,48	2.664.331,49	0,00
Infra-Estrutura Urbana	3.066.000,00	3.066.000,00	1.535,00	497.753,36	1,68	2.568.246,64	72.421,65	401.668,51	1,48	2.664.331,49	0,00
Habitação	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	0,00	0,00	1.220.000,00	0,00	0,00	0,00	1.220.000,00	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	1.210.000,00	1.210.000,00	0,00	0,00	0,00	1.210.000,00	0,00	0,00	0,00	1.210.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A AGO	%		BIMESTRE	JAN A AGO	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saneamento	1.389.000,00	1.069.000,00	0,00	0,00	0,00	1.069.000,00	0,00	0,00	0,00	1.069.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.136.000,00	816.000,00	0,00	0,00	0,00	816.000,00	0,00	0,00	0,00	816.000,00	0,00
Controle Ambiental	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00
Gestão Ambiental	77.200,00	63.802,91	4.904,18	18.733,12	0,06	45.069,79	4.904,18	18.733,12	0,07	45.069,79	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Controle Ambiental	47.200,00	37.200,00	4.904,18	18.733,12	0,06	18.466,88	4.904,18	18.733,12	0,07	18.466,88	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	16.602,91	0,00	0,00	0,00	16.602,91	0,00	0,00	0,00	16.602,91	0,00
Agricultura	544.000,00	573.297,45	27.634,61	303.382,54	1,02	269.914,91	132.342,81	293.598,14	1,08	279.699,31	0,00
Ordenamento Territorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Extensão Rural	504.000,00	533.297,45	27.634,61	303.382,54	1,02	229.914,91	132.342,81	293.598,14	1,08	239.699,31	0,00
Indústria	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Comércio e Serviços	31.230,00	24.271,50	0,00	0,00	0,00	24.271,50	0,00	0,00	0,00	24.271,50	0,00
Promoção Comercial	31.230,00	24.271,50	0,00	0,00	0,00	24.271,50	0,00	0,00	0,00	24.271,50	0,00
Energia	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Energia Elétrica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Transporte	2.480.500,00	2.541.235,23	317.757,21	1.249.943,61	4,21	1.291.291,62	205.503,20	1.075.954,50	3,97	1.465.280,73	0,00
Serviços Urbanos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	2.460.500,00	2.521.235,23	317.757,21	1.249.943,61	4,21	1.271.291,62	205.503,20	1.075.954,50	3,97	1.445.280,73	0,00
Desporto e Lazer	520.300,00	554.734,50	104.841,75	272.374,13	0,92	282.360,37	104.841,75	272.374,13	1,01	282.360,37	0,00
Desporto Comunitário	300.300,00	334.734,50	28.295,02	124.961,33	0,42	209.773,17	28.295,02	124.961,33	0,46	209.773,17	0,00
Lazer	220.000,00	220.000,00	76.546,73	147.412,80	0,50	72.587,20	76.546,73	147.412,80	0,54	72.587,20	0,00
Encargos Especiais	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,27	0,00	14.063,90	55.434,35	0,20	24.565,65	0,00
Serviço da Dívida Interna	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,27	0,00	14.063,90	55.434,35	0,20	24.565,65	0,00
Reserva de Contingência	3.221.613,80	2.858.126,80	0,00	0,00	0,00	2.858.126,80	0,00	0,00	0,00	2.858.126,80	0,00
Reserva de Contingência	3.221.613,80	2.858.126,80	0,00	0,00	0,00	2.858.126,80	0,00	0,00	0,00	2.858.126,80	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.426.939,08	2.551.157,06	441.511,13	1.645.310,97	5,54	905.846,09	441.511,13	1.645.310,97	6,07	905.846,09	0,00
Legislativa	42.856,00	42.856,00	10.684,05	32.849,70	0,11	10.006,30	10.684,05	32.849,70	0,12	10.006,30	0,00
Ação Legislativa	42.856,00	42.856,00	10.684,05	32.849,70	0,11	10.006,30	10.684,05	32.849,70	0,12	10.006,30	0,00
Administração	455.000,00	455.000,00	88.291,60	325.803,28	1,10	129.196,72	88.291,60	325.803,28	1,20	129.196,72	0,00
Administração Geral	455.000,00	455.000,00	88.291,60	325.803,28	1,10	129.196,72	88.291,60	325.803,28	1,20	129.196,72	0,00
Assistência Social	92.300,00	97.236,58	12.475,87	46.894,90	0,16	50.341,68	12.475,87	46.894,90	0,17	50.341,68	0,00
Assistência Comunitária	92.300,00	97.236,58	12.475,87	46.894,90	0,16	50.341,68	12.475,87	46.894,90	0,17	50.341,68	0,00
Previdência Social	13.412,80	13.412,80	2.337,88	3.506,82	0,01	9.905,98	2.337,88	3.506,82	0,01	9.905,98	0,00
Administração Geral	13.412,80	13.412,80	2.337,88	3.506,82	0,01	9.905,98	2.337,88	3.506,82	0,01	9.905,98	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A AGO	%		BIMESTRE	JAN A AGO	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saúde	850.620,28	937.122,34	163.850,16	609.316,90	2,05	327.805,44	163.850,16	609.316,90	2,25	327.805,44	0,00
Administração Geral	99.400,00	118.589,50	28.586,72	107.824,80	0,36	10.764,70	28.586,72	107.824,80	0,40	10.764,70	0,00
Atenção Básica	611.780,28	674.748,84	109.814,82	407.592,27	1,37	267.156,57	109.814,82	407.592,27	1,50	267.156,57	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	39.740,00	42.524,00	7.432,64	27.283,00	0,09	15.241,00	7.432,64	27.283,00	0,10	15.241,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	19.600,00	21.160,00	4.364,92	16.071,81	0,05	5.088,19	4.364,92	16.071,81	0,06	5.088,19	0,00
Vigilância Sanitária	43.600,00	43.600,00	7.425,00	27.419,44	0,09	16.180,56	7.425,00	27.419,44	0,10	16.180,56	0,00
Vigilância Epidemiológica	36.500,00	36.500,00	6.226,06	23.125,58	0,08	13.374,42	6.226,06	23.125,58	0,09	13.374,42	0,00
Educação	941.500,00	963.584,50	154.120,24	592.195,86	1,99	371.388,64	154.120,24	592.195,86	2,19	371.388,64	0,00
Ensino Fundamental	769.500,00	773.246,00	124.746,27	478.599,54	1,61	294.646,46	124.746,27	478.599,54	1,77	294.646,46	0,00
Educação Infantil	172.000,00	190.338,50	29.373,97	113.596,32	0,38	76.742,18	29.373,97	113.596,32	0,42	76.742,18	0,00
Cultura	10.600,00	21.294,84	5.908,07	21.294,06	0,07	0,78	5.908,07	21.294,06	0,08	0,78	0,00
Difusão Cultural	10.600,00	21.294,84	5.908,07	21.294,06	0,07	0,78	5.908,07	21.294,06	0,08	0,78	0,00
Agricultura	9.300,00	9.300,00	2.436,62	8.383,99	0,03	916,01	2.436,62	8.383,99	0,03	916,01	0,00
Extensão Rural	9.300,00	9.300,00	2.436,62	8.383,99	0,03	916,01	2.436,62	8.383,99	0,03	916,01	0,00
Desporto e Lazer	11.350,00	11.350,00	1.406,64	5.065,46	0,02	6.284,54	1.406,64	5.065,46	0,02	6.284,54	0,00
Desporto Comunitário	11.350,00	11.350,00	1.406,64	5.065,46	0,02	6.284,54	1.406,64	5.065,46	0,02	6.284,54	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	51.145.376,82	52.260.589,17	7.007.671,20	29.702.409,55	100,00	22.558.179,62	6.489.833,95	27.092.078,25	100,00	25.168.510,92	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2018 A AGO/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.882.403,81	4.933.818,17	3.517.238,61	6.844.580,73	3.672.719,42	3.320.361,55	2.966.292,19	3.255.870,84	3.558.004,50	3.086.681,95	3.986.222,65	3.183.714,11	45.207.908,53	45.629.456,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	400.569,46	222.724,59	341.763,79	238.155,20	239.875,86	209.258,56	223.831,65	266.811,64	441.772,17	114.294,01	235.158,03	224.489,56	3.158.704,52	3.788.700,00
IPTU	6.658,15	6.755,60	10.395,12	8.351,78	6.571,79	18.097,05	36.572,57	78.293,95	17.429,75	9.717,41	11.373,91	16.855,38	227.072,46	238.250,00
ISS	177.695,50	84.167,34	77.355,98	70.778,03	69.680,65	66.883,40	61.224,00	75.754,41	81.619,29	75.365,37	90.572,62	40.887,53	971.984,12	915.250,00
ITBI	96.159,31	52.578,70	181.373,77	76.190,97	17.330,03	22.504,58	6.724,24	23.089,72	215.356,87	12.542,57	31.038,14	60.136,16	795.025,06	1.003.000,00
IRRF	74.607,29	68.571,77	67.068,71	76.912,15	137.726,81	67.708,82	75.818,69	42.464,67	116.194,23	10.052,21	87.455,75	94.376,31	918.957,41	940.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	45.449,21	10.651,18	5.570,21	5.922,27	8.566,58	34.064,71	43.492,15	47.208,89	11.172,03	6.616,45	14.717,61	12.234,18	245.665,47	692.200,00
Contribuições	35.077,85	44.819,72	44.191,18	1.169.030,41	184.470,11	140.868,25	135.431,46	137.175,32	139.735,31	142.326,18	90.429,43	52.164,89	2.315.720,11	1.735.538,54
Receita Patrimonial	4.072,50	4.062,62	3.998,79	1.771.478,72	4.244,90	9.708,97	3.760,88	3.719,71	3.819,76	58.408,86	40.032,82	4.062,01	1.911.370,54	2.258.705,38
Rendimentos de Aplicação Financeira	4.072,50	4.062,62	3.998,79	1.771.478,72	4.244,90	9.708,97	3.760,88	3.719,71	3.819,76	58.408,86	40.032,82	4.062,01	1.911.370,54	2.258.705,38
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	233,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,64	19.000,00
Transferências Correntes	2.364.323,93	4.579.633,59	3.045.030,52	3.583.566,78	3.241.953,10	2.959.272,78	2.601.840,85	2.847.409,89	2.969.305,91	2.771.050,11	3.614.802,87	2.902.844,82	37.481.035,15	37.825.913,00
Cota Parte do FPM	512.995,14	582.759,15	732.014,82	1.281.030,90	898.596,24	986.279,12	738.469,68	720.458,46	924.582,89	728.291,91	995.936,46	726.965,72	9.828.380,49	10.600.000,00
Cota Parte do ICMS	660.877,52	1.094.244,42	760.779,64	745.905,39	936.476,68	832.007,56	785.379,69	857.859,55	822.474,80	699.012,70	1.041.942,07	903.842,42	10.140.802,44	10.000.000,00
Cota Parte do IPVA	27.008,90	36.455,95	14.107,11	20.565,69	43.101,39	58.477,79	62.398,97	94.229,41	79.722,48	82.034,14	72.175,67	51.918,68	642.196,18	730.000,00
Cota Parte do ITR	149.757,75	1.504.206,68	287.443,73	256.184,70	174.703,72	3.493,67	15.056,52	22.410,40	46.268,37	4.927,92	13.192,68	38.785,30	2.516.431,44	2.600.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.740,99	2.740,99	2.740,99	2.740,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.963,96	36.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	405.664,30	649.854,53	482.635,07	505.966,54	576.170,26	542.012,17	483.611,75	523.248,93	533.647,80	445.776,41	557.477,63	508.273,26	6.214.338,65	6.219.413,00
Outras Transferências Correntes	605.279,33	709.371,87	765.309,16	771.172,57	612.904,81	537.002,47	516.924,24	629.203,14	562.609,57	811.007,03	934.078,36	673.059,44	8.127.921,99	7.640.500,00
Outras Receitas Correntes	78.126,43	82.577,65	82.254,33	82.349,62	2.175,45	1.252,99	1.427,35	754,28	3.371,35	602,79	5.799,50	152,83	340.844,57	1.600,00
DEDUÇÕES (II)	270.675,98	644.081,34	359.417,17	1.540.168,27	498.890,30	469.009,33	411.805,51	431.007,55	466.062,61	393.709,08	388.998,24	344.302,34	6.218.127,72	5.833.238,54
Contribuição do Servidor para o Plano de Previ	0,00	0,00	0,00	1.155.819,51	88.314,78	92.957,78	91.544,59	92.016,06	91.452,98	90.855,83	43.737,34	0,00	1.746.698,87	1.199.038,54
Compensação Financeira entre Regimes de Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	270.675,98	644.081,34	359.417,17	384.348,76	410.575,52	376.051,55	320.260,92	338.991,49	374.609,63	302.853,25	345.260,90	344.302,34	4.471.428,85	4.633.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	2.611.727,83	4.289.736,83	3.157.821,44	5.304.412,46	3.173.829,12	2.851.352,22	2.554.486,68	2.824.863,29	3.091.941,89	2.692.972,87	3.597.224,41	2.839.411,77	38.989.780,81	39.796.218,38

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	3.350.843,92	3.350.843,92	2.334.484,45	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	1.199.038,54	1.199.038,54	709.464,11	0,00
Civil	1.199.038,54	1.199.038,54	709.464,11	0,00
Ativo	1.194.888,54	1.194.888,54	707.651,18	0,00
Inativo	3.150,00	3.150,00	1.812,93	0,00
Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	1.522.773,97	0,00
Civil	0,00	0,00	1.522.773,97	0,00
Ativo	0,00	0,00	1.522.773,97	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.150.205,38	2.150.205,38	102.246,37	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.150.205,38	2.150.205,38	102.246,37	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	600,00	600,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	3.350.843,92	3.350.843,92	2.334.484,45	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2018	Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	338.678,38	338.678,38	173.789,23	0,00	153.696,31	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	250.351,50	281.351,50	172.416,51	0,00	152.323,59	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	88.326,88	57.326,88	1.372,72	0,00	1.372,72	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	2.795.584,64	2.795.584,64	1.473.646,04	0,00	1.473.646,04	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	2.782.171,84	2.782.171,84	1.469.947,74	0,00	1.469.947,74	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	1.553.482,09	1.553.482,09	791.390,07	0,00	791.390,07	0,00	0,00	0,00
Pensões	460.000,00	460.000,00	252.329,09	0,00	252.329,09	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	768.689,75	768.689,75	426.228,58	0,00	426.228,58	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	191,48	0,00	191,48	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	191,48	0,00	191,48	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	13.412,80	13.412,80	3.506,82	0,00	3.506,82	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	13.412,80	13.412,80	3.506,82	0,00	3.506,82	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	3.134.263,02	3.134.263,02	1.647.435,27	0,00	1.627.342,35	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	216.580,90	216.580,90	687.049,18	0,00	707.142,10	0,00		

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2019	Em 2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.890,62	21.080.865,45
Investimentos e Aplicações	22.935.298,02	-204.986,71
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2018
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2019	Jan a Ago 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ 1
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Ago/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	41.251.576,92	25.716.742,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.788.700,00	1.985.888,79
IPTU	238.250,00	194.911,81
ISS	915.250,00	592.384,58
ITBI	1.003.000,00	388.722,31
IRRF	940.000,00	631.797,49
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	692.200,00	178.072,60
Contribuições	1.735.538,54	1.141.185,70
Receita Patrimonial	2.258.705,38	133.950,99
Aplicações Financeiras (II)	2.258.705,38	133.950,99
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	33.448.033,00	22.433.755,80
Cota Parte do FPM	8.758.301,00	6.719.580,48
Cota Parte do ICMS	8.000.000,00	5.503.196,51
Cota Parte do IPVA	584.000,00	437.232,52
Cota Parte do ITR	2.080.000,00	318.838,58
Transferências da LC 87/1996	28.800,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	6.356.432,00	4.170.218,21
Outras Transferências Correntes	7.640.500,00	5.284.689,50
Demais Receitas Correntes	20.600,00	21.961,05
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	21.961,05
Receitas Correntes Restantes	20.600,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	38.992.871,54	25.560.830,29
RECEITAS DE CAPITAL (V)	7.850.000,00	341.736,30
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.850.000,00	341.736,30
Convênios	7.436.000,00	341.736,30
Outras Transferências de Capital	414.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	7.850.000,00	341.736,30
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	46.842.871,54	25.902.566,59

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	37.319.228,63	27.190.377,95	24.951.137,24	22.134.253,02	777.590,60	211.786,01	207.586,01
Pessoal e Encargos Sociais	19.501.492,69	12.823.589,88	12.811.461,88	11.507.851,83	22.585,85	28.681,00	28.681,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.817.735,94	14.366.788,07	12.139.675,36	10.626.401,19	755.004,75	183.105,01	178.905,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	37.319.228,63	27.190.377,95	24.951.137,24	22.134.253,02	777.590,60	211.786,01	207.586,01
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	9.510.206,41	954.430,83	675.810,80	539.690,37	5.669,05	407.181,27	407.181,27
Investimentos	9.430.206,41	874.430,83	620.376,45	484.256,02	5.669,05	407.181,27	407.181,27
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	80.000,00	80.000,00	55.434,35	55.434,35	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	9.430.206,41	874.430,83	620.376,45	484.256,02	5.669,05	407.181,27	407.181,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.858.126,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	49.607.561,84	28.064.808,78	25.571.513,69	22.618.509,04	783.259,65	618.967,28	614.767,28
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							1.886.030,62

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	3.377.650,64

JUROS NOMINAIS	Jan a Ago/2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.886.030,62

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Jan a Ago/2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.250.044,58	372.009,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Ago/2019
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	878.035,01
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI - XXXVII)	-878.035,01
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-878.035,01

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	668.468,51
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	668.468,51
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria N° 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos					Inscritos						
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	27.359,50	27.359,50	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
02 EXECUTIVO	0,00	27.359,50	27.359,50	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
0202 PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	10.359,50	10.359,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	27.359,50	27.359,50	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A AGO	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	3.096.500,00	3.096.500,00	1.807.816,19	58,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	238.250,00	238.250,00	194.911,81	81,81
1.1.1- IPTU	150.000,00	150.000,00	119.680,04	79,79
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	88.250,00	88.250,00	75.231,77	85,25
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.003.000,00	1.003.000,00	388.722,31	38,76
1.2.1- ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	388.722,31	38,87
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	915.250,00	915.250,00	592.384,58	64,72
1.3.1- ISS	912.250,00	912.250,00	584.930,28	64,12
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	7.454,30	248,48
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	940.000,00	940.000,00	631.797,49	67,21
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.966.000,00	24.084.301,00	14.461.473,06	60,05
2.1- Cota-Parte FPM	10.600.000,00	10.718.301,00	6.719.580,48	62,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.800.000,00	9.918.301,00	6.322.638,48	63,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	400.000,00	400.000,00	396.942,00	99,24
2.2- Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	6.878.995,47	68,79
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	2.600.000,00	2.600.000,00	318.838,58	12,26
2.6- Cota-Parte IPVA	730.000,00	730.000,00	544.058,53	74,53
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.062.500,00	27.180.801,00	16.269.289,25	59,86

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A AGO	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	809.000,00	809.000,00	546.985,72	67,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	360.000,00	360.000,00	363.523,71	100,98
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	134.000,00	134.000,00	66.673,00	49,76
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	205.000,00	205.000,00	115.380,96	56,28
5.5- Outras Transferências do FNDE	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.000,00	3.000,00	1.408,05	46,94
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.423.000,00	2.423.000,00	651.517,67	26,89
6.1- Transferências de Convênios	2.418.000,00	2.418.000,00	650.501,50	26,90
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	1.016,17	20,32
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.232.000,00	3.232.000,00	1.198.503,39	37,08

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO (b)	RECEITAS REALIZADAS (c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.633.200,00	4.633.200,00	1.482.624,97	32,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.960.000,00	1.960.000,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	1.375.798,96	68,79
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	146.000,00	146.000,00	106.826,01	73,17
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.110.000,00	6.366.432,00	4.172.797,30	65,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.100.000,00	6.356.432,00	4.170.218,21	65,61
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	2.579,09	25,79
12- ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.466.800,00	1.723.232,00	2.687.593,24	155,96

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A AGO (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.931.000,00	4.931.000,00	2.945.972,84	59,74	2.945.972,84	59,74	0,00
13.1- Com Educação Infantil	388.000,00	388.000,00	196.994,50	50,77	196.994,50	50,77	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	4.543.000,00	4.543.000,00	2.748.978,34	60,51	2.748.978,34	60,51	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.179.000,00	1.435.432,00	1.352.945,69	94,25	1.314.017,92	91,54	0,00
14.1- Com Educação Infantil	497.500,00	385.647,00	315.501,76	81,81	315.501,76	81,81	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	681.500,00	1.049.785,00	1.037.443,93	98,82	998.516,16	95,12	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.110.000,00	6.366.432,00	4.298.918,53	67,52	4.259.990,76	66,91	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	4.259.990,76
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	70,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	31,49
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-2,09

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	8.664,32
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A AGO (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A AGO (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.015.000,00	1.004.223,66	740.570,81	73,75	686.516,43	68,36	0,00
22.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	1.015.000,00	1.004.223,66	740.570,81	73,75	686.516,43	68,36	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	885.500,00	773.647,00	512.496,26	66,24	512.496,26	66,24	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	129.500,00	230.576,66	228.074,55	98,91	174.020,17	75,47	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	6.714.600,00	7.038.109,34	5.115.005,04	72,68	5.058.676,62	71,88	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.224.500,00	5.592.785,00	3.786.422,27	67,70	3.747.494,50	67,01	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.490.100,00	1.445.324,34	1.328.582,77	91,92	1.311.182,12	90,72	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	72.000,00	144.000,00	142.000,00	98,61	79.200,00	55,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	1.469.650,00	1.106.175,86	583.350,52	52,74	523.409,26	47,32	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.271.250,00	9.292.508,86	6.580.926,37	70,82	6.347.802,31	68,31	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	2.687.593,24
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	2.687.593,24
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	3.057.599,81
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	18,79

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A AGO (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A AGO (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	360.000,00	432.572,82	424.162,90	98,06	424.162,90	98,06	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.872.000,00	2.924.709,32	1.134.432,98	38,79	915.228,73	31,29	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	3.232.000,00	3.357.282,14	1.558.595,88	46,42	1.339.391,63	39,90	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	12.503.250,00	12.649.791,00	8.139.522,25	64,35	7.687.193,94	60,77	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2019' (g)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	19.327,72	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	19.327,72	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8.664,32	39.784,30
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	4.170.218,21	363.523,71
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.884.331,92	403.703,69
47.1 (-) Orçamento do Exercício	3.884.331,92	403.703,69
47.2 (-) Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.579,09	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	297.129,70	-395,68
50- (+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	297.129,70	-395,68

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGO (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A AGO (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	9.510.206,41	954.430,83	8.555.775,58
Investimentos	9.430.206,41	874.430,83	8.555.775,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	80.000,00	80.000,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	9.510.206,41	954.430,83	8.555.775,58
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	9.510.206,41 <(d - a)>	954.430,83 <(e - b)>	8.555.775,58 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 08/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO> e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Agosto

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	24,70	-24,70
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	24,70	-24,70

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2017 (h)	2018 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	47.788,03	-47.475,30	312,73

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.096.500,00	3.096.500,00	1.807.816,19	58,38
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	150.000,00	150.000,00	119.680,04	79,79
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	388.722,31	38,87
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	912.250,00	912.250,00	584.930,28	64,12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	940.000,00	940.000,00	631.797,49	67,21
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.750,00	5.750,00	1.769,52	30,77
Dívida Ativa dos Impostos	62.000,00	62.000,00	66.922,10	107,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	26.500,00	26.500,00	13.994,45	52,81
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.166.000,00	23.284.301,00	14.064.531,06	60,40
Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.918.301,00	6.322.638,48	63,75
Cota-Parte ITR	2.600.000,00	2.600.000,00	318.838,58	12,26
Cota-Parte IPVA	730.000,00	730.000,00	544.058,53	74,53
Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	6.878.995,47	68,79
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	26.262.500,00	26.380.801,00	15.872.347,25	60,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.702.500,00	2.702.500,00	2.038.629,55	75,43
Provenientes da União	2.176.500,00	2.176.500,00	1.736.250,82	79,77
Provenientes dos Estados	508.000,00	508.000,00	291.371,93	57,36
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	18.000,00	18.000,00	11.006,80	61,15
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	79,16	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.702.500,00	2.702.500,00	2.038.708,71	75,44

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/e) x 100	ATÉ BIMESTRE (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	9.047.120,28	9.281.828,29	6.355.205,74	68,47	6.157.753,29	66,34	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.633.820,28	5.766.488,39	3.786.006,03	65,66	3.786.006,03	65,66	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.413.300,00	3.515.339,90	2.569.199,71	73,09	2.371.747,26	67,47	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	481.000,00	478.948,00	40.443,53	8,44	40.443,53	8,44	0,00
Investimentos	481.000,00	478.948,00	40.443,53	8,44	40.443,53	8,44	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.528.120,28	9.760.776,29	6.395.649,27	65,52	6.198.196,82	63,50	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (h)	% (h/IVf) x	ATÉ BIMESTRE (i)	% (i/IVg) x	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.902.500,00	3.378.502,92	2.260.556,26	35,35	2.159.528,62	34,84	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.902.500,00	3.359.112,92	2.241.166,56	35,04	2.140.138,92	34,53	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	19.390,00	19.389,70	0,30	19.389,70	0,31	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.818.020,28	2.574.673,37	1.312.087,77	20,52	1.267.804,76	20,45	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	5.720.520,28	5.953.176,29	3.572.644,03	55,86	3.427.333,38	55,30	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.807.600,00	3.807.600,00	2.823.005,24	44,14	2.770.863,44	44,70	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(i) / IIIb x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL	17,46

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]	390.011,35

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	1.554,00	0,00	1.400,00	154,00	1.554,00
Total	1.554,00	0,00	1.400,00	154,00	1.554,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (l)	% (l/total) x 100	ATÉ BIMESTRE (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	6.727.480,28	6.745.355,48	4.515.934,68	70,61	4.401.623,29	71,01	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.183.740,00	1.237.077,43	578.669,34	9,05	501.441,70	8,09	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	236.600,00	257.768,30	130.513,77	2,04	130.513,77	2,11	0,00
Vigilância Sanitária	284.600,00	291.400,00	169.587,29	2,65	169.587,29	2,74	0,00
Vigilância Epidemiológica	250.000,00	250.000,00	129.009,05	2,02	129.009,05	2,08	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	845.700,00	979.175,08	871.935,14	13,63	866.021,72	13,97	0,00
TOTAL	9.528.120,28	9.760.776,29	6.395.649,27	100,00	6.198.196,82	100,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.248], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 389 de 2018 - Mapeamento Atualizado 09/2019

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	51.151.376,82
Previsão Atualizada	51.526.109,82
Receitas Realizadas	27.586.958,86
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	668.468,51

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	51.145.376,82
Créditos Adicionais	1.115.212,35
Dotação Atualizada	52.260.589,17
Despesas Empenhadas	29.687.508,85
Despesas Liquidadas	27.077.177,55
Despesas Pagas	23.816.458,15
Superávit Orçamentário	509.781,31

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	29.702.409,55
Despesas Liquidadas	27.092.078,25

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	38.989.780,81

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	2.334.484,45
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.627.342,35
Resultado Previdenciário	707.142,10
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.886.030,62	0,00
Resultado Primário	3.377.650,64	1.886.030,62	55,84

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	27.359,50	0,00	27.359,50	0,00
Poder Executivo	27.359,50	0,00	27.359,50	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
Poder Executivo	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.359,50	0,00	27.359,50	17.000,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2019/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.057.599,81	25,00	18,79
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	2.945.972,84	60,00	70,60
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	954.430,83	8.555.775,58

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	24,70	-24,70
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	47.500,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.770.863,44	15,00	17,46

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO 09/2017

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO 09/2017

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZARA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, Pessoa Jurídica de direito público interno, com sede à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro, Porto Esperidião – MT, inscrito no CNPJ/MF 03.238.904/0001-48, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o **Nº. 377.790 SSP/MT** e **CPF: Nº 299.631.761-00**, doravante denominado **DISTRATANTE**, **resolve rescindir administrativamente de forma amigável** o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2017** firmado com a **empresa JG ASSESSORIA & CONSULTORIA** CNPJ: 26.482.077/0001-39, sediada na Rua. Sidrolândia, n. 295, Bairro: Centro, Cidade: Lambari D´Oeste - MT, CEP 78.278-000, representada neste ato pelo Sr. **JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA**, CPF: 785.609.931-34Neste ato denominada ***DISTRATADA***, conforme cláusulas a seguir:

DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

CLÁUSULA 1ª - Fica rescindido administrativamente de forma Amigável o contrato de Pessoa Jurídica para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZARA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA.** Firmado no dia **13/02/2017**.

***Cláusula 2ª – a presente rescisão é de acordo com o que prevê a CLÁUSULA OITAVA* do referido contrato.**

A presente rescisão foi com base na Lei nº 8.666/93 assim dispõe: em seu Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração:

Justifica-se a presente Rescisão pelo fato de recusa de liberação dos recurso da Caixa Econômica Federal, onde será necessário fazer a realinhamento das planilhas de preços sujeitos a análise e aprovação da referida entidade.

CLÁUSULA 3ª - A rescisão é AMIGÁVEL, e com base nos termos da cláusula 8ª "e".

Do Contrato Administrativo **nº 09/2017**, com fundamento no artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93, satisfeita ainda a condição exigida pelo Inciso I do artigo 79 da mesma Lei.

CLÁUSULA 4ª - O DISTRATANTE promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor do contrato originário, e efetivará a nulidade de todo compromisso ora firmado no presente contrato.

CLÁUSULA5ª – A rescisão Amigável é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLAUSULA6ª – A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA 7ª –- Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião-MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA 8ª – desta forma firma-se a presente rescisão contratual de forma amigável, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todos os fins

legais e de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Porto Esperidião, 23 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

DISTRATANTE

JG ASSESSORIA & CONSULTORIA

CNPJ: 26.482.077/0001-39

DISTRATADA

Testemunhas:

VITOR HUGO DE SOUZA MORAES E CASTRO

CPF: 062.388.981-19

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF: 883.928.801-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS P.A.I. 2020

– INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4° da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política anual de investimentos do PREVI-PORTO - Fundo Municipal de Previdência Social do Servidores do Município de Porto Estrela/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 16.743.083/0001-49, sediado à à Av. Jose Antônio de Faria, 2035, nesta cidade Porto Estrela/MT CEP 78398-000, comarca de Barra do Bugres/MT, para 2020.

A Política Anual de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Estrela-PREVI-PORTO tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na Resolução CMN n.º 3.922/2010 com redação dada pela Resolução n.º 4.604/2017 tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2 - OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da meta atuarial de **5,87% (cinco vírgula oitenta e sete por cento)**, ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, representados pelos seus dirigentes, membros do Comitê de Investimentos e dos Conselhos Previdenciário e Fiscal, deverão manter motivação, adequação à natureza do RPPS, boa fé, lealdade, diligência e zelar por elevados padrões éticos, para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos na Resolução n.º 3.922/2010 e suas posteriores alterações. Para tanto, devem adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; Ainda, os participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais para os RPPS.

Este regime próprio de previdência social deve definir claramente a separação de responsabilidades de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

Caso ocorram mudanças na legislação que, de alguma forma, tornem as diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política e procedimentos dela decorrentes poderão ser revisados no curso de sua execução, de forma a evitar exposição desnecessária a riscos, atendendo assim atuais e novas diretrizes legais e preservando os interesses dos servidores deste RPPS.

3 - DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos contendo, no total de sua composição, a maioria de seus membros certificados[1], constituído por ato será um órgão auxiliar do processo decisório quanto à formulação e execução desta política de investimento.

Zelar pela integridade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos, na condução e execução das operações de investimentos e desinvestimentos, com padrão ético e eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações, podendo contar com o assessoramento técnico profissional de instituições registradas na CVM que, comprovadamente, atuem na análise do mercado financeiro e de capitais, de sorte a garantir maior segurança nas decisões que envolvem alocações de recursos. Ressalte-se que também se incluem como responsáveis pela gestão dos recursos os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes.

Somente os fundos de investimentos e instituições credenciadas poderão obter aplicações dos recursos deste RPPS, conforme redação dada pela Portaria nº 519/2011, Art. 3º e posteriores normativos da Secretaria de Previdência. Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno e oportunidade, tanto macroeconômica quanto em relação a carteira de investimentos no contexto global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos, bem como a serem utilizadas para as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

O plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução 3.922/10 (e suas posteriores alterações) e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos será feito diante de fatos concretos e obrigará a uma revisão desta política de investimento.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário – CDB, dentro dos limites permitidos pela Resolução CMN 3.922/10 e suas posteriores alterações.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites desta Resolução.

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis transferidos por Lei para este RPPS e este investimento não entra no limite estabelecido para os investimentos em FII's com negociação de suas cotas em bolsa e nem para o cálculo do patrimônio líquido do RPPS para efeito dos demais enquadramentos.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

Este regime próprio de previdência, social se for o caso, deverá manter política de contratação e monitoramento periódico dos prestadores de serviço, de forma a verificar, no mínimo, que os prestadores cumprem, satisfatoriamente:

I - os requisitos e condições estabelecidos na legislação aplicável;

II - as condições, exigências e finalidades estabelecidas no contrato.

Em ambas as formas de aplicação dos recursos, este regime próprio de previdência social deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos.

Nos investimentos em Fundos de Investimento de Renda Fixa, Fundo de Índice Renda Fixa, Fundo de Investimento de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Índices, Fundos de Renda Variável e Fundos de índice de renda variável em seus devidos regulamentos deverão respeitas as seguintes subordinações:

Que os direitos, títulos e valores mobiliários de emissores privados que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão dos recursos, dentre outros critérios;

Os títulos de crédito privados devem ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM

Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos deste regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Que o limite máximo de concentração em qualquer fundo de investimento do segmento de renda fixa ou renda variável, observando-se os sublimites e, em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum **seja no máximo de 20%** (vinte por cento) do patrimônio deste RPPS, conforme estabelecido na Resolução CMN 4695/2018.

4 - LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável e investimentos estruturados deverão respeitar o limite máximo de 30% dos recursos em moeda corrente *do* RPPSpodendo enquadrar todos os Fundos que possuam algum índice de referência (benchmark), divulgado por bolsa de valores no Brasil, que é a B3, cuja composição leve em conta a variação das cotações de, pelo menos, 50 ações, bem como os Fundos de índices de Ações, conhecidos pela sigla "ETFs", com as mesmas características.

Os investimentos em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) são limitados ao valor de R$ 250.000,00, por emissor, que é o valor garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e não ultrapasse 15% do patrimônio líquido do RPPS investidor.

As aplicações dos recursos referidas no art. 7º, incisos V (Letras Imobiliárias Garantidas) e VI (CDBs e Depósito de Poupança), ficam igualmente condicionadas a que a instituição financeira emissora ou gestora não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado. Em outras palavras, o RPPS não poderá investir em LIG's, CDBs e Caderneta de Poupança do BANESTES ou do BANRISUL. O investimento em caderneta de poupança divide este limite com os CDBs em 15%.

Os investimentos enquadrados no Artigo 8º, inciso II classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável) e os fundos de investimento em índice de mercado variável (ETFs), negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável) estão limitados a 20%.

Os investimentos em FIPs e FIIs para poderem ser credenciados e receber investimentos dos RPPSs investidores devem atender aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN 3.922/ 2010 alterada pela Resolução CMN 4.695/ 2018;

Quanto aos investimentos enquadrados no Artigo 7º, Inciso VII, os FIDCs (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) aberto ou fechado, o percentual para estes investimentos passaram a ter o limite total em 5%. Os critérios seletivos que os gestores dos FIDIC's precisam comprovar para poderem ser credenciados junto aos RPPSs investidores são:

1) Que o gestor do fundo de investimento comprove já ter realizado, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de FIDC's encerradas e integralmente liquidadas;

2) Os RPPS's investidores em conjunto só podem possuir, no máximo, 50 % do patrimônio líquido de cada FIDC investido;

3) Que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios determine que o devedor ou coobrigado do direito creditório tenha suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, sendo que, esse limite se reduz para 5% nos casos dos investimentos em: FIDC's, Fundos Multimercado, FIP's e FII's.

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, exceto aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos (*hedge)*, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo *day-trade*.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução n.º 3922/2010.

Se este regime próprio de previdência social comprovar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, conforme 4 (quatro) níveis crescentes de aderência na forma por ela estabelecido no Programa Pró- Gestão, terá os limites para aplicação dos recursos nos ativos elevados conforme estabelecido na Resolução 3.922/10, alterada pela Resolução 4.695/2018.

5 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2020 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

A taxa SELIC Meta é o referencial de juros na economia brasileira, além de instrumento de política monetária para controle da inflação, diante do cenário mundial e doméstico as projeções de mercado apontam uma taxa de 5,00% a.a para o fim de 2019 ficando abaixo dos 5,50% a,a. atuais . Para os anos seguintes, as expectativas de mercado apontam para 5,00% a.a. ao final de 2020 e 6,75% a.a. para o ano seguinte.

O comportamento da taxa SELIC para os próximos períodos depende, sobretudo da leitura sobre as expectativas para o cenário de inflação do país, que mostra-se dentro "dos eixos", como veremos a seguir, permitindo que o mercado considere em seu horizonte de planejamento taxas de juros ainda consideradas baixas.

Tal nível da taxa básica de juros afeta diretamente os investimentos de renda fixa (principalmente os de curto prazo), que desde o início dos cortes mais representativos da SELIC meta estão com rentabilidade em níveis mais baixos, sendo o momento de redirecionar uma parcela dos recursos para investimentos de prazos maiores e de renda variável a fim de obter rentabilidades mais satisfatórias, visando o longo prazo.

O gráfico a seguir representa a trajetória da Taxa SELIC Meta a partir do ano de 2013:

GRÁFICO 01 – TAXA SELIC META

FONTE: Elaboração própria – dados Relatório FOCUS de Mercado BACEN, 20 de setembro de 2019.

5.2 INFLAÇÃO

A inflação, medida oficialmente no Brasil pelo IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE- Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística, tem se mostrado estável em 2019.

As decisões do COPOM (Comitê de Política Monetária) em manter a Taxa SELIC meta em patamares baixos indicam que no horizonte de planejamento relevante os níveis de preços se manterão estáveis, dado que a taxa é utilizada como instrumento de controle da inflação.

A inflação em 2018 acumulou resultado de 3,75% a.a., resultado próximo das expectativas de mercado (3,71% a.a.), voltando ao patamar de normalidade esperado, mesmo sendo um índice alto após reflexo do período maio-junho (devido a greve do setor dos transportes).

GRÁFICO 02 – IPCA 2019 x 2018

FONTE: Elaboração própria – DADOS IBGE disponíveis no banco de dados do IPEADATA e Relatório FOCUS de Mercado BACEN de 20 de setembro de 2019. (YTD – *Year to Date*- No acumulado do ano).

Até o mês de agosto, a inflação acumula alta de 2,54% a.a., abaixo do resultado no mesmo período do ano anterior, quando o índice de preços atingiu 2,85% a.a. (resultado muito influenciado pela greve do setor de transportes no mês de maio).

Apesar do cenário mais estável e expectativa de que o indicador finalize 2019 abaixo do ano anterior (3,44% a.a.), podemos aguardar uma possível reversão dos indicadores, dado que um fator exógeno afetou o preço da *commoditie* capaz de desencadear elevações de preços em todos setores de produção: o petróleo. Em 14/09/2019 a empresa petrolífera Saudi Aramco, da Arábia Saudita, foi vítima de ataques terroristas, interrompendo a produção diária de 5,7 milhões de barris de petróleo, o que representa cerca de 5% da oferta mundial. A alta nos preços provocada pela queda na oferta chegou a atingir 20% em 16/09/2019.

No entanto, em sua última reunião, o COPOM – Comitê de Política Monetária decidiu por reduzir a Taxa SELIC Meta para 5,00% a.a., indicando que suas expectativas apontam para um cenário de recuperação gradativa do crescimento e com espaço para estímulos através de taxas de juros mais baixas que as do nível estrutural.

5.3. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

Após superar o período recessivo no ano de 2017, em 2018 o Brasil cresceu com ritmo de recuperação lenta, acumulando resultado de 1,10% ao final do ano, resultado bem abaixo das expectativas iniciais. Em 2019 temos o resultado do 1º trimestre que resultou em decrescimento de -0,20% em relação ao período anterior, o que se entende como reflexo do ambiente macroeconômico geral do país: inflação em níveis baixos e taxa básica de juros, sinais de atividade produtiva e consumo em baixa.

Abaixo visualizamos o comportamento do PIB e as projeções, conforme expectativas de mercado.

GRÁFICO 03 – PIB RESULTADOS E EXPECTATIVAS

FONTE**:** Elaboração própria – dados IBGE e Relatório FOCUS de Mercado BACEN, de 20 de setembro de 2019.

Os resultados positivos se devem principalmente ao setor de serviços, que teve crescimento de 0,3% no segundo trimestre, e da indústria com crescimento de 0,7%, já a agropecuária teve queda de 0,4%.

O PIB acumulado nos últimos quatro trimestres mostra crescimento de 1,0%, sugerindo que estamos em trajetória de recuperação da economia.

A expectativa para 2019 é de crescimento menor que em 2018, quando o país atingiu taxa de 1,10%, demonstrando que o mercado visualiza um cenário em que o Brasil está caminhando a passos lentos, diferente das projeções para o ano seguinte em que se espera um crescimento de 2,0% do PIB, indicando a retomada de um ambiente propício ao crescimento da economia do país.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2018 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2019 as alocações nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior, deverá permanecer conforme os limites da Resolução 4695/2018 CMN possibilitando a diversificação dos investimentos. **6.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA**

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:

a) abertura de conta segregada de custódia; b) pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; c) processo de tomada de preços via cotações de mercado; e d) uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme definido na Resolução 3.922/10, serão considerados de baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País conforme tabela abaixo.

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito *(rating)*, este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela estão descritas as notas das principais agências internacionais classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito executada por outra agência, que passe a ser aceita e definida em reunião do Comitê de Investimentos deste RPPS, sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

MOODY'S		**S&P**		**FITCH**		
Longo Prazo	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	
Aaa	P-1	AAA	A-1+	AAA	F1+	PRIME
Aa1		AA+		AA+		Grau Elevado
Aa2		AA		AA		
Aa3		AA-		AA-		
A1		A+	A-1	A+	F1	Grau Médio Elevado
A2		A		A		
A3	P-2	A-	A-2	A-	F2	
Baa1		BBB+		BBB+		

Os investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda; conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos a alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham o índice de renda fixa não atrelado a títulos públicos (fundo de renda fixa) e cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa negociáveis em bolsa de valores, cuja carteira seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundo de índice de renda fixa), caracterizam o Art. 7º inciso I.

Aplicações previstas no art. 7º incisos III e IV e alínea “b” do inciso VII deverão determinar nos regulamentos dos fundos que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no inciso VI e alínea “a’ do inciso VII, subordinam-se a que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 15% (quinze por cento).

De forma geral, os fundos de investimento do segmento de renda fixa:

a) Não poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

b) Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento deste artigo devem:

I. Ser emitidos por instituição financeira bancárias autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II. Ser emitidos por companhias abertas (com ações negociadas na B3), exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;

III. Ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC classificado como de baixo risco de crédito;

IV. Ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do itens I e II descritos aqui acima.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial.

6.2 SEGMENTO EM RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Para efeito deste segmento, são considerados investimentos estruturados:

I - fundos de investimento classificados como multimercado;

II - fundos de investimento em participações (FIP); e

III - fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”.

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão utilize as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois se trata de uma característica do segmento de renda variável.

As aplicações previstas no Art. 8º são limitadas a 30% da totalidade das aplicações do RPPS.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial.

Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Deverá ser observada lista destas instituições emitida pela Secretaria de Previdência Social.

6.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

I - cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;

II - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior; III - cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários. Parágrafo único. O regime próprio de previdência social deve assegurar que: I - os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; II - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses

A seguir, apresentamos a tabela oficial síntese com os limites estabelecidos na resolução 3.922/2010 dada pela redação da 4.695/18 para as aplicações deste RPPS. Estes limites, bem como as demais diretrizes deste normativo são partes integrantes desta Política de Investimentos.

LIMITES DISPONÍVEIS CONFORME RESOLUÇÃO 3.922/ 2010 E 4.695/ 20118

	TIPO DE ATIVO	ARTIGO	LIMITE DA RESOLUÇÃO		P-GESTÃO N I		P-GESTÃO N II		P-GESTÃO N III		P-GESTÃO N IV	
RENDA FIXA	Títulos Tesouro Nacional – SELIC	7º, I, "a"	100%		100%		100%		100%		100%	
	FI Ref. em 100% títulos TN	7º, I, "b"	100%		100%		100%		100%		100%	
	FI Ref. em Índice RF, 100% títulos TN	7º, I, "c"	100%		100%		100%		100%		100%	
	Operações compromissadas em títulos TN	7º, II	5%		5%		5%		5%		5%	
	FI Referenciados RF	7º, III, "a"	60%		65%		70%		75%		80%	
	FI de Índices Referenciado RF (ETF)	7º, III, "b"	60%		65%		70%		75%		80%	
	FI de Renda Fixa	7º, IV, "a"	40%		45%		50%		55%		60%	
	FI de Índices Renda Fixa (ETF)	7º, IV, "b"	40%		45%		50%		55%		60%	
	Letras Imobiliárias Garantidas	7º, V, "b"	20%		20%		20%		20%		20%	
	Certificados de Depósitos Bancários	7º, VI, "a"	15%		15%		15%		15%		15%	
	Depósito em Poupança	7º, VI, "b"	15%		15%		15%		15%		15%	
	FI em Direitos Creditórios	7º, VII, "a"	5%	15%	5%	20%	10%	25%	15%	30%	20%	35%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	7º, VII, "b"	5%		10%		15%		20%		25%	
	FI de Debêntures Infraestrutura	7º, VII, "c"	5%		5%		10%		15%		20%	
RENDA VARIÁVEL	FI em Renda Variável	8º, I, "a"	30%	30%	35%	35%	40%	40%	45%	45%	50%	45%
	FI de Índices em RV (ETF - índice 50 ações)	8º, I, "b"	30%		35%		40%		45%		50%	
	FI em Ações	8º, II, "a"	20%		25%		30%		35%		40%	
	FI em Índices de Ações (ETF - índices em geral)	8º, II, "b"	20%		25%		30%		35%		40%	
	FI Multimercado	8º, III	10%		10%		10%		10%		15%	
	FI em Participações	8º, IV, "a"	5%		5%		5%		10%		15%	
	FI Imobiliário	8º, IV, "b"	5%		5%		10%		15%		20%	
	FI Ações - Mercado de Acesso	8º, IV, "c"	5%		5%		5%		10%		15%	
FI EXTRERIOR	FIC e FIC FI Renda Fixa - Dívida Externa	9º-A , I	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
	FIC Aberto - Investimento no Exterior	9º-A , II	10%		10%		10%		10%		10%	
	FI Ações - BDR Nível I	9º-A , III	10%		10%		10%		10%		10%	

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO 3.922/ 2010 E 4.695/ 20118

	TIPO DE ATIVO	ARTIGO	LIMITE DA RESOLUÇÃO	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR (%)
RENDA FIXA	Títulos Tesouro Nacional – SELIC	7º, I, "a"	100%	0%	1,0%	100%
	FI Referenciados em 100% títulos TN	7º, I, "b"	100%	0%	60%	100%
	FI Ref. em Índice RF, 100% títulos TN	7º, I, "c"	100%	0%	2,0%	100%
	Operações compromissadas em títulos TN	7º, II	5%	0%		5%
	FI Referenciados RF	7º, III, "a"	60%	0%	5,0%	60%
	FI de Índices Referenciado RF (ETF)	7º, III, "b"	60%	0%	5,0%	60%
	FI de Renda Fixa	7º, IV, "a"	40%	0%	5,0%	40%
	FI de Índices Renda Fixa (ETF)	7º, IV, "b"	40%	0%		40%
	Letras Imobiliárias Garantidas	7º, V, "b"	20%	0%		5%
	Certificados de Depósitos Bancários	7º, VI, "a"	15%	0%	2,0%	15%
	Depósito em Poupança	7º, VI, "b"	15%	0%		5%
	FI em Direitos Creditórios	7º, VII, "a"	5%	0%		5%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	7º, VII, "b"	5%	0%		5%
	FI de Debêntures Infraestrutura	7º, VII, "c"	5%	0%		5%
	SUBTOTAL				78%	
RENDA VARIÁVEL	FI em Renda Variável	8º, I, "a"	30%	0%	10,0%	10%
	FI de Índices em Renda Variável (ETF - índice 50 ações)	8º, I, "b"	30%	0%	3,0%	10%
	FI em Ações	8º, II, "a"	20%	0%	2,5%	10%
	FI em Índices de Ações (ETF - índices em geral)	8º, II, "b"	20%	0%		10%
	FI Multimercado	8º, III	10%	0%	2,0 %	10%
	FI em Participações	8º, IV, "a"	5%	0%		5%
	FI Imobiliário	8º, IV, "b"	5%	0%	2,0%	5%
	FI Ações - Mercado de Acesso	8º, IV, "c"	5%	0%	1,0%	5%
	SUBTOTAL				20,50%	
FI EXTRERIOR	FIC e FIC FI Renda Fixa - Dívida Externa	9º-A , I	10%			10%
	FIC Aberto - Investimento no Exterior	9º-A , II	10%			10%
	FI Ações - BDR Nível I	9º-A , III	10%		1,5%	10%
	SUBTOTAL				1,5%	
	TOTAL GERAL				100%	

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial e o acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços será observada os aspectos determinados pela Portaria MPS 519/2011.

Este regime próprio de previdência social deve avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento. O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do regime próprio de previdência social independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no inciso VII do art. 7º e nos incisos III e IV do art. 8º.

Serão avaliados os custos decorrentes das aplicações, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento e divulgar as despesas com as aplicações e com a contratação de prestadores de serviços.

Essa Política Anual de Investimentos foi elaborada com base na atualização mais recente da Res. CMN nº 3.922/2010, Res. CMN nº 4.604/2017 e Res. CMN nº 4.695/ 2018 e Portaria MF 464/ 2018.

Porto Estrela -MT, 17 de Setembro de 2019.

Sergio Aparecido Paulino

Secretario Mun. de Administração

Gestor do RPPS

[1] Profissional aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 - REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 011/2019.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual contratação de empresa do ramo para realização de manutenção corretiva e preventiva da Frota da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, **acontecerá no dia 22 de outubro de 2019, às 09:00h**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 08 de outubro de 2019.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD PORTARIA MUNICIPAL Nº 170/2019 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MARIA ELIZETE FERREIRA DO ROSARIO PARA FISCAL DE CONTRATO DE N° 029/2019).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Servidora Srª **MARIA ELIZETE FERREIRA DO ROSARIO,** Portador da Cedula de Identidade **RG. Nº. 1.508.540-6 SSP/MT e CPF. Nº. 986.612.991-87**, para exercer a função de Fiscal de Contrato relacionado a seguir:

Nº	CONTRATO	OBJETO
029/2019	CIRURGICA ALSTYN EIRELI	Aquisição de Medicamentos para a distribuição na Farmácia Básica Municipal

Artigo 2º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 3º - Caso o contrato seja aditivado o fiscal permanecerá fiscalizando o respectivo aditivo de contrato.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 08 de Outubro de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Mun

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA RESOLUÇÃO Nº 001 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019 O CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-PORTO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI N

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 17 de Setembro de 2019;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREVI-PORTO- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Estrela Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 17 de Setembro de 2019.

Fabio Nogueira de Almeida

Presidente do Conselho Previdenciário

MEMBROS:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 13:00 às 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

1. Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) 2. Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14

anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; 3. Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; 4. Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); 5. Cartão de vacinação atualizado; 6. Cartão Nacional do SUS; 7. 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; 8. Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; 9. Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); 10. Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; 11. Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; 12. Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); 13. Declaração de Bens e valores; 14. Possuir idade mínima de 18 anos; 15. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); 16. Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; 17. Comprovante de residência; 18. Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; 19. Telefone de contato; 20. Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; 21. Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar. As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas); **b)** Classificação de grupo sanguíneo e fator RH; **c)** Glicemia (em jejum); **d)** HBsAg; **e)** Anti HBc Total; **f)** Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP; **g)** Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

BIOQUÍMICO			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	COLOCAÇÃO
ELAINE ALMEIDA	388671	64,0	2º

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 08 de Outubro de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 311/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 311/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 07, a servidora JOANA DARC MOREIRA VASCONCELOS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 305/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 305/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **MARIA INES CARRIJO DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2018 a 03/09/2019. A partir de 03/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 306/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 306/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 07, o servidor AGOSTINHO RODRIGUES REZENDE, ocupante do cargo efetivo de GUARDA conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 307/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 307/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 07, a servidora ALCILENE NAVES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 308/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 308/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 07, a servidora CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 309/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 309/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 07, a servidora EUCLENIA MARQUES MACHADO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 310/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 310/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 06, o servidor GILBERTO DAVI FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de GUARDA conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 312/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 312/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 07, a servidora JOSISLEIA AMELIA CARNEIRO REZENDE, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 313/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 313/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 05, a servidora LEILA CHAGA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 314/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 314/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 07, a servidora LUCIANA RIBEIRO BENTO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 315/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 315/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, a servidora LUCILENE SILVA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de ENCARREGADO SERVICOS URBANOS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 316/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 316/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 07, a servidora MARIA EDMAR DO NASCIMENTO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 317/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 317/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 07, a servidora NILMA GONCALVES DE FARIA, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 318/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 318/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 06, o servidor NILSON GOMES DE SOUSA, ocupante do cargo efetivo de GARI conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 319/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 319/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 07, a servidora OLGUIMA ANA CARDOSO BENINI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 320/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 320/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 07, a servidora REILA MARA DA SILVA FERREI-

RA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 321/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 321/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 07, a servidora SANDRA CARRIJO DE FREITAS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 322/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 322/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 07, a servidora UANI SANTOS RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 323/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 323/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 07, a servidora VALCELI GOULART CARRIJO BARBOSA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 324/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 324/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 07, a servidora VANIA FRANCISCA CARRIJO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 325/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 325/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 07, a servidora ZILMA DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 326/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 326/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 07, o servidor SEBASTIAO CORREIA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de GUARDA conforme tabela salarial, lotada junto ao Gabinete do Prefeito, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 327/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 327/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Ascensão de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, a servidora CLEIDE BATISTA NERY, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 328/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 328/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

“Dispõe sobre Licença Premio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, GRAZIELE ARAUJO MARTINS**, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotado junto a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 90 dias corridos, com início em 16/09/2019 e termino em 14/12/2019 referente ao Primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 07/08/2013 a 07/08/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 329/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 329/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

“Dispõe sobre Abono Pecuniário de Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder Abono Pecuniário de férias a servidora efetiva **DORACY GOULARTE DE FREITAS**, referente ao período aquisitivo de 01/08/2017 a 01/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 333/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria Nº. 333/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, MARIA AUXILIADORA CARDOSO**, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, lotado junto a Secretária Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Terceiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 28/11/2011 a 27/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 335/GP/19 E M, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 335/GP/19 E m, 27 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Cancelar Gozo de Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Cancelar Gozo de férias da servidora efetiva **VALDIRENE MARIA LOPES**, referente ao período aquisitivo de 17/10/2016 a 17/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 336/GP/19 E M, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 336/GP/19 E m, 27 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Cancelar Gozo de Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Cancelar Gozo de férias da servidora efetiva **VALDIRENE MARIA LOPES**, referente ao período aquisitivo de 17/10/2017 a 17/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 337/GP/19 E M, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 337/GP/19 E m, 27 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Transferir Servidor de Secretaria".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Considerando a necessidade de atualização de cadastro no Sistema da folha de pagamento, transferir a servidora **NALVA RIBEIRO VIANA**, da folha 5.2.3 para a folha 7.2.12 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 338/GP/19 EM, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria Nº. 338/GP/19 Em, 27 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio do servidor efetivo**, ADEMILSON RODRIGUES RIBEIRO**, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado junto a Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 25/09/2014 a 24/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 334/ GP/2019 EM, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº. 334/ GP/2019 Em, 27 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de APOSENTADORIA POR IDADE à Servidora MARIA INES CARRIJO DA SILVA e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 028/2007, artigo 12, inciso III, alínea "b", que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

R E S O L V E:

Art.1 º - Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE, a Servidora MARIA INES CARRIJO DA SILVA, brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade nº. 430.796 SSP/MT e CPF 442.099.911-04, efetiva no cargo de Agente de Serviços Gerais, Classe A, Nível 06, matricula 71, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, conforme Processo Administrativo do PREVI-RIBE nº. 2019.09.00000001, até posterior deliberação.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e Dezenove.

Registre – se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 304/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 304/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **SEBASTIAO CORREIA DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 03/09/2017. A partir de 15/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 303/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 303/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **SEBASTIAO CORREIA DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 03/09/2016. A partir de 16/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 302/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2.019.

Portaria Nº. 302/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2.019.

"Dispõe sobre Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, GENESIA CRISTINA DE SOUZA NEVES**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 90 dias corridos, com início em 28/09/2019 e termino em 26/12/2019 referente ao Quarto quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 21/02/2009 a 21/02/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 301/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 301/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Cancelar Gozo de Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Cancelar Gozo de férias da servidora efetiva **VANIA FRANCISCA CARRIJO DA SILVA**, referente ao período aquisitivo de 10/09/2018 a 10/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 300/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 300/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **ODONIO RIBEIRO DE SOUZA**, referente ao período aquisitivo de 16/02/2017 a 16/02/2018. A partir de 02/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 299/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria Nº. 299/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, NEIDIANE SOUSA RIBEIRO DE FREITAS**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado junto a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 04/04/2005 a 03/04/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 298/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria Nº. 298/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, JANILDE OLIVEIRA SOARES CARRIJO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado junto a Secretária Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Terceiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 02/01/2004 a 02/01/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 297/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 297/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **IDROSINA FRANCISCA DA SILVA CRUS**, referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 02/05/2018. A partir de 02/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 296/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 296/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LUCIMAR DE FREITAS RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 09/01/2018 a 09/01/2019. A partir de 02/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 295/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 295/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LUCINEIDE CARDOSO DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 13/04/2018 a 13/04/2019. A partir de 16/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 294/GP/19 E M, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 294/GP/19 E m, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LAUDIRENE GOULART DE OLIVEIRA**, referente ao período aquisitivo de 18/10/2017 a 18/10/2018. A partir de 02/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 293/GP/19 EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 293/GP/19 Em, 02 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora efetiva, **ANA CRISTINA RODRIGUES VIEIRA**, a mesma recebera auxilio doença através do Fundo de Previdência Própria do município, PREVI RIBE, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de nº. 131/2019.

Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.

Inexigibilidade de Licitação nº 011/2019

Base Legal: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93

OBJETO: "Auxílios Financeiros aos Médicos participantes do Projeto mais Médicos para o Brasil na Unidade Básica de Saúde, Conforme Lei Federal Nº 12.871 de 22 de Outubro de 2013, Portaria Interministerial Nº 1.369 - MS/MEC, de 2013 e Lei Municipal Nº 384, de 08 de Março de 2017".

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, torna público aos interessados que a Inexigibilidade de Licitação de nº 011/2019 realizada no dia 08/10/2019, ficou contratada a proponente Profissional médico ***Drª. Karem Mayara Kasula Silva, CPF: 736.600.862-15, com valor mensal de R$ 2.500,00, totalizando um valor global por um período de 03 (três) meses de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais),*** com base nos Art.2 e 3º da Lei Municipal nº 384, de 08 de Março de 2017.

Art.2º- Fica estabelecido o auxilio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia	**R$ 1.500,00**
Art.3º- Fica estabelecido o auxilio financeiro mensal para o custeio de despesas com alimentação e locomoção	**R$ 1.000,00**
Valor Global por 03 meses	**R$ 7.500,00**

Rondolândia – MT 08 de Outubro de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 036/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de março de 2019, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 036/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 107/2019, cujo Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ CLONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PARA DISTRIBUIR AOS PRODUTORES INSCRITOS NO PROJETO "PRÓ CAFÉ"** sagrou-se vencedora do item licitado a empresa: **Viveiro Nova Estrela EIRELI – ME, CNPJ: 13.331.321/0001-10**, com a Proposta no valor total da licitação de **R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).**

Rondolândia - MT, 08 de outubro de 2019.

Keila Taiane

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
ATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019/GAB/PREFEITO

PROC. Nº: 133/2017/SEMFAZ, de 20/10/2017

CONTRATO Nº: 001/2018-PMR

ALTERAÇÕES: Aditivos nº 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DESENVOLVIMENTO

OBJETO: Prestação de serviços de locação de software (sistemas) integrados de gestão pública.

ASSUNTO: 6ª Alteração Contratual destinada a prorrogação do prazo e do valor do contrato nº 001/2018-PMR.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira s/n, na Cidade de Rondolândia-MT.

CONTRATADA: STAF SISTEMAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) n.º 07.941.058/0001-90, localizada Na Avenida Antonio J.M. Andrade, 1042, Andradina, Mato Grosso do Sul.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, em exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, e,

Considerando o ato administrativo nº 128/2018/GAB/PREFEITO publicado no D.O.E do Município, ed, nº 3.130, ANO XIII, de 21/12/2018, p. 684-685 que autorizou a prorrogação do aludido contrato no final do exercício de 2018 por apenas (01) um mês, sendo 01/01/2019 a 31/01/2019, a justificativa de ausência de dotação orçamentária suficiente para cumprir a prorrogação por maior prazo diante das insuficiências das previsões do orçamento de 2018;

Considerando que em novas tratativas com a empresa neste início do exercício de 2019, consensualmente, optou-se pela prorrogação do contrato pelo remanescente do exercício em curso, ou seja, (11) onze meses com vigência a partir de 01/02/2019 até 31/12/2019 com os recursos previstos no Orçamento de 2019, especial, levando-se em conta que o prazo do 5º termo aditivo assinado em 21/12/2018 expira no próximo dia 31/01/2019;

Considerando, tratarem-se os serviços essenciais para a Administração cuja solução de continuidade poderá ocasionar graves dificuldades administrativas, aliado ao fato que a licitação, ainda que realizada na modalidade de pregão presencial, está em vigor não havendo óbice legal para a sua prorrogação nos termos e fundamento do art. 57 da lei nº 8666 de 1993 e da expressa previsão tanto no edital da licitação quanto no contrato n° 001/2018;

DECIDO.

1. Autorizar a realização do 6º sexto termo aditivo de prorrogação do prazo e do valor do contrato nº 001/2018-PMR, alterado pelos 1º. 2º, 3º, 4º e 5º termos aditivos, nos seguintes termos:

a) Alteração mediante novo aditivo de prazo e valor (prorrogação) por (11) onze meses, a partir de 01/02/2019 até 31/12/2019 – valor mensal estimado de R$ 11.820,00 totalizando o global de R$ 130,020,00.

Envie a SEMFAZ para empenho.

Na sequência, encaminhe a PGM para registro das alterações contratuais e minutar os respectivos termos aditivos.

Publique-se, para que surta os efeitos legais.

Rondolândia-MT, 09 de janeiro de 2019.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CONVOCAÇÃO 012/2019

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, com sede e administração na Rua Carlos Laet, n° 11, Bairro: Cachoeira em Salto do Céu/MT, neste ato, representada pelo Prefeito, **Sr. Wemerson Adão Prata,** queno uso de suas atribuições legais, considerando a homologação por meio do Decreto 029/2019 de 19 de Setembro de 2019 do Concurso Público n. 001/2019, para o Ingresso no quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT.

Considerando, o item 18 do Edital de abertura do concurso n. 001/2019, o qual permite a convocação de aprovados, desde que respeitados rigorosamente a ordem de classificação.

RESOLVE:

Convocar, o candidato aprovado relacionado no Anexo I, para que dentro do prazo de 30 dias, compareça na sede de administração da Prefeitura de Salto do Céu, ou apresente justificativa da impossibilidade, para mediante apresentação de documentos relacionados no Anexo II, tome posse do concurso n. 001/2019.

Cabe observar, que será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer até a data estabelecida.

ANEXO I -

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

NUTRICIONISTA

LUDYANA SILVA FONTES Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____

ANEXO II -

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

DA NOMEAÇÃO E POSSE:

O processo de nomeação e posse dos candidatos aprovados no concurso público será realizado, observando-se os dispositivos da legislação vigente, devendo ser apresentado pelo candidato no momento da posse, os seguintes documentos:

a) Foto 3x4 colorida atual;

b) Cópia: RG E CPF (autenticado);

c) Cópia: Título de Eleitor (autenticado);

d) Cópia: Comprovante das 2 ultimas votações (autenticado) ou documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade;

e) Cópia: Cartão PIS/PASEP;

f) Cópia: da Carteira de Trabalho;

g) Cópia: Comprovante de residência (autenticado);

h) Cópia: Comprovante de escolaridade (autenticado) comprovando a exigência disposta no Anexo I deste Edital;

i) Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;

j) Cópia: Documentos do cônjuge;

k) Cópia: Certidão de nascimento de filhos

l) Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos;

m) Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos ente 5 anos até 14 anos;

n) Declaração de não acumulo de Cargo (autenticado);

o) Declaração de Bens e Comprovante;

p) Cópia: CNH;

q) Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (autenticado);

r) Cópia: RG e CPF dos Pais;

s) Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (autenticado); t) Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

u) Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência especificas de determinados cargos;

v) Certidão de Nada Consta ou Negativa de Debito;

w) Certidão de Antecedentes Criminais;

x) Atender ao disposto nos itens 18.5 e 18.6 deste Edital; e

y) Outros que o Município julgar necessário.

1. Não ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital;

2. Providênciar conta sálario no Banco Sicredi do Município e encaminhar o nº da mesma juntamente com os demais documentos ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Salto do Céu - MT, 08 de Outubro de 2019.

_____

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REQUERIMENTO JUNTO A SEMA DE LICENÇAS PREVIA, INSTALAÇAO E OPERAÇAO (LP, LI E LO) PARA O CEMITERIO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, CNPJ nº **15.024.011/0001-89,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, as Licença Previa, Instalação e Operação (LP, LI e LO) para o cemitério municipal de Salto do Céu/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 020/2019

Objeto: Aquisição de umcaminhão rodoviário usado, tipo cavalo mecânico para acoplar em semirreboque tipo prancha para transporte de máquinas pesadas. Modalidade Pregão n° 020/2019, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 23 de Outubro de 2019. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: https://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaSubItem...

Santa Cruz do Xingu – MT, 08 de Outubro de 2019. **Astor Albrecht –** Pregoeiro

COORDENAÇÃO DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVENIOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/2019.

Município De Santa Cruz Do Xingu – Mt

Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº. 015/2019.

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Contratada: Vanessa de Oliveira Magalhães 06647047190, CNPJ: 864.624/0001-39 objeto: Constitui objeto do presente instrumento É objeto deste aditivo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato de prestação de serviços de transporte, conforme objeto do contrato 015/2019. Valor global de R$ 14.157,00.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2018 - MAFRE SEGUROS GERAIS S/A

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**:**MAFRE SEGUROS GERAIS S/A,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38; **VIGÊNCIA:** 18/10/2019 até 18/10/2020. **Valor**: **R$** 28.600,00; **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL, A FIM DE ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme PREGÃO PRESENCIAL 065/2018.

PORTARIA Nº 0406/2019 DE 8 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as servidoras Marilzeti Augustinho da Silva Campos, inscrita no CPF nº 036.285.621-47 representando a secretaria municipal de administração e Celma Regina Mendes dos Santos inscrita no CPF nº 028.434.539-33 representando a secretaria municipal de educação e cultura, ambas para Fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 031/2019, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual contratação de prestadoras de serviços de mão de obras de apoio as atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da prefeitura municipal de Santa Rita do Trivelato, resultado do Pregão Presencial nº 019/2019 para registro

de preços, empresa: Cooperativa de trabalho dos prestadores de serviço de sorriso – Coopserv's, CNPJ nº 02.355.192/0001-84.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam –se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 8 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL RETIFICADO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Educação

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL,** CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, por motivos de ***RETIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 051/2019,*** na qual ocasionou alteração nas condições de participação fica prorrogada a sessão para o dia **21 de outubro de 2019 as 09h00min**. O Edital poderá ser obtido através do site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato – MT, 08 de outubro de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

PORTARIA Nº 0405/2019 DE 8 DE OUTUBRO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Ironir Aparecida dos Santos, inscrita no CPF nº 924.387.411-04, para fiscalização do Contrato nº 032/2019, referente a contratação de empresa de sistema que ofereça a municipalidade sistema administrativo de auto gestão integrada do frotas, com gestão de combustíveis on-line, fornecimento em rede de postos credenciados e postos licitados, gestão do combustível do p.a melosa e containers de combustível, gestão dos empenhos do frotas por centro de custo para prestação de contas, rastreamento integrado ao sistema de abastecimento em áreas remotas com geração de diário de bordo e identificador de condutor, manutenção preventiva, corretiva e peças integrado ao controle de quilometragem dos veículos, aplicativo android/ios do sistema de gestão do frotas, sistema integrado para gerar informações ao portal de transparência e acompanhamento e regulação de contratos com emissão de relatórios bem como geração de tabelas para prestação de contas aos órgãos de controle da prefeitura municipal, conforme processo administrativo nº 002/2019 de adesão a ata de registro de preços, oriunda da ARP 050/2019 do pregão presencial 028/2019, da prefeitura municipal de Confresa/MT, data: 10/06/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 8 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO 012/2019

2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 012/2019, REFERENTE À REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE, QUE CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** localizada na Rua João de barro, Quadra 17, Lote 07, parque Ohara, CEP: 78.080-305, Cuiabá, Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.111.458/0001-05 – inscrição Estadual nº. 13.394.939-7 – C.M. 106136 – Fone Cel. (65) 9 9945-3834 – e – mail:construtorakaiaby@gmail.com, neste ato representada pelo sócio administrador Sr(a) Rogério Couto Campos**,** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 863832 SSP/MT, e do CPF nº 549.907.501-87, residente e domiciliado na Rua João de Barros nº.07, Parque Ohara Cuiabá/MT, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato 012/2019, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 – O objeto do presente Contrato é a REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE, conforme Tomada de Preços nº 006/2018.

1.2 – Tem como finalidade o presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência contratual, bem como do prazo de execução da referida obra.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1 – Ficam prorrogados o prazo de vigência e o prazo de execução da obra, referente ao **Contrato nº 012/2019**, acima descrito, para até **18 de Novembro de 2019.**

2.2 - A prorrogação se faz necessária para a análise da execução da obra e posterior emissão do Termo Definitivo de Conclusão.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, § 1°, II e § 2º, da Lei nº 8.666/93, e se faz necessário para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

4.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Mutum - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 20 de Agosto de 2019.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

KAIABY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 12.111.458/0001-05

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL RETIFICADO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Educação

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL,** CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, por motivos de ***RETIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 051/2019,*** na qual ocasionou alteração nas condições de participação fica prorrogada a sessão para o dia **21 de outubro de 2019 as 09h00min**. O Edital poderá ser obtido através do site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato – MT, 08 de outubro de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2018- A GENTE SEGURADORA S/A

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; A **GENTE SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.180.605/0001-20; **VIGÊNCIA:** 18/10/2019 até 18/10/2020. **Valor**: **R$** 41.300,00; **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL, A FIM DE ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** conforme PREGÃO PRESENCIAL 065/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EDITAL 06/2019

EDITAL 06/2019 DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIROS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT- PARA O QUADRIÊNIO 2020/2023.

RESULTADO DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR REALIZADO EM 06 DE OUTUBRO DE 2.019 NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA.

CONSELHEIROS TUTELARES ELEITOS (AS)

N°	NOME	NÚMERO DE VOTOS
01	RICARDO COSTA PARENTE	270
02	DANIELLY LUMA ROMÃO BARROS	178
03	JOCELIO AMORIM DA CONCEIÇÃO	177
04	OLIMPIO SANTANA ALVES DOS SANTOS	175
05	WAGNER BARBOSA SILVA	130

SUPLENTES:

N°	NOME	NÚMERO DE VOTOS
01	DOMINGAS VIEIRA DOS SANTOS	114
02	CLEONICE GONÇALVES DANTAS	101
03	LAIANA DA CONCEIÇÃO	100
04	MARCIA PEREIRA GLÓRIA	93
05	JOÃO CARLOS ALVES TORRES	75

TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS: 1.488

VOTOS NULOS: 18

VOTOS BRANCOS: 0

TOTAL DE VOTANTES: 1.506

_____

SEÇÕES: 04

1a SEÇÃO: 450 VOTOS

2a SEÇÃO: 297 VOTOS

3a SEÇÃO: 402 VOTOS

4a SEÇÃO: 357 VOTOS

TOTAL DE VOTANTES: 1.506

SANTA TEREZINHA, 06 DE OUTUBRO DE 2019.

_____

RONIVON COSTA DE SOUSA

PRESIDENTE DO CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 009/CMDCA/2019

"Dispõe sobre Divulgação do resultado da votação do processo de Escolha do Conselho Tutelar realizado no dia 06/10/2019 para Gestão 2020/2024 do Município de Santo Afonso-MT".

A Presidente da Comissão Eleitoral do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Santo Afonso – MT, em reunião Ordinária realizada no dia 06

de Outubro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal nº. 350/2013, RESOLVE:

Art. 1°. Ficam eleitos no Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2020/2024 realizado no dia 06 de Outubro de 2019 do Município de Santo Afonso-MT. Cinco (5) membros titulares e Cinco (5) membros suplentes. Sendo eles:

Resultado doProcesso de Escolha *para Conselho Tutelar do município de Santo Afonso-MT*		
NOME	**COLOCAÇÃO**	**VOTOS**
Rosa Maria de Souza	*1° Lugar*	*90 votos*
Alecssandra Aparecida Souto	*2º Lugar*	*90 votos*
Izequiel Soares Peçanha	*3º Lugar*	*76 votos*
Mirlâine Julies dias da Rocha	*4º Lugar*	*68 votos*
Heloisa Gomes da Silva	*5º Lugar*	*61 votos*
Adejaine Caldeira de Souza Leite	*6° Lugar*	*55 votos*
Enedina Pego Gonçalves	*7º Lugar*	*49 votos*
Adima da Silva Moraes Neitzhc	*8º Lugar*	*47 votos*
Hosana Jose Borges de Moraes	*9º Lugar*	*29 votos*
Alzira Francisca da Silva	*10º Lugar*	*20 votos*
Iraneide de Souza Farias	*11º Lugar*	*18 votos*

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Afonso - MT, 07 de Outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº266/GP/2019

PORTARIA Nº266/GP/2019

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor daSrª.ANTONILZA DE ALMEIDA BARBOSA, servidora pública deste município."

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o Tempo de Contribuição, não concomitante, trabalhado pela servidoraSrª.ANTONILZA DE ALMEIDA BARBOSA, RG nº 0083045-3 SSP/MT, CPFnº496.551.081-04, Matrícula nº0423, equivalentes a779 dias líquidos, ou seja, 02 anos, 01mês e 19 dias, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 18021060.1.00424/19-9, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social –INSS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 01 de outubro 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 054/2014.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034. 369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT;

CONTRATADO: META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 13.557.488/0001-02, com sede à Rua Jose Rodrigues Filho, nº. 504 – Bairro Centro – Montividiu – GO – CEP: 75.915-000.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2014 de 02/07/2014 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo constante a CLÁUSULA OITAVA do contrato 054/2014 de 02/07/2014, nos termos estabelecidos no art. 65 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo por mais 06 (seis) meses com término em 09/12/2019.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula oitava do contrato nº 054/2014 de 02/07/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício correrá à conta da seguinte dotação orçamentária da vigente Lei Orçamentária Anual:

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

09.01.15.452.5011.1058.44.90.51 – Construção de uma Praça Central.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE e CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 13 de Junho de 2019.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME

Contratada

T E S T E M U N H A S

1ª _____

Nome:

CPF:

RG:

2ª _____

Nome:

RG:

CPF:

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 028/2019

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1332078-5 SSP/MT e CPF sob o nº 326.034.369.53, a seguir denominado CONTRATANTE,**SONEIDE DOS REIS BARBOSA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **35504838767378 SESP/GO** e inscrito no CPF/MF sob o nº **011.528.721-33** e residente a Rua Domingos Azzolini, N°263, Bairro: Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e o (A) CONTRATADO (A), em 01/08/2019 firmaram o contrato Nº. 067/2019, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**PROFESSOR CLASSE B,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 067/2019.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 30/09/2019.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 2.990,94 (Dois mil e novecentos noventa reais e noventa quatro centavos).**

4. O (A) CONTRATADO, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **3.728,36 (Três mil e setecentos e vinte oito reais e trinta seis centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 30/09/2019.

_____

SONEIDE DOS REIS BARBOSA

SERVIDOR (A)

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

AVISO DE ANULAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 015/2019

AVISO DE ANULAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº. 015/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 100/2019

OBJETO: Futura e eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuários com plataforma Windows com módulos WEB (Internet), serviços técnicos especializados para as diversas secretarias da Administração Direta Municipal, inclusive com a prestação dos serviços de Instalação, configuração, Conversão da Base de Dados e Treinamento dos servidores públicos, e Manutenção mensal.

Miguel Jose Brunetta, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no artigo 49, caput da Lei nº 8.666/93, e considerando a necessidade de anular o certame licitatório apontada no relatório técnico apresentado pela Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas (SECEX) do Egrégio Tribunal de Contas, tendo em vista possíveis irregularidades insanáveis, torna público a **ANULAÇÃO** do presente certame licitatório.

Santo Antônio do Leste/MT, 08 de outubro de 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 053/2014.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT;

CONTRATADO: META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 13.557.488/0001-02, com sede à Rua Jose Rodrigues Filho, nº. 504 – Bairro Centro – Montividiu – GO – CEP: 75.915-000.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 053/2014 de 02/07/2014 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo constante à CLÁUSULA OITAVA do contrato nº 053/2014 de 02/07/2014, nos termos estabelecidos na Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias com termino em 09/12/2019.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula oitava do contrato nº 053/2014 de 02/07/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício correrá à conta da seguinte dotação orçamentária da vigente Lei Orçamentária Anual:

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

09.01.15.452.5011.1089.44.90.51 – Construção de uma Praça no Jardim Bem Viver.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE e CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 13 de Junho de 2019.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME

Contratada

T E S T E M U N H A S

1ª _____

Nome:

RG:

CPF:

2ª _____

Nome:

C.P.F.

RG:

ATA DE JULGAMENTO - PREGAO PRESENCIAL 014/2019

ATA DE JULGAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2019.

Registro de Preços

Às 08:00 horas do dia 08 de outubro de 2019, estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Eriks Matos da Silva – Pregoeiro, Vilmar de Souza – Equipe de Apoio, Ita Roberta Soares – Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria n° 389/2019, de 23 de agosto de 2019, para apreciarem e julgarem a proposta de preços e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade Pregão Presencial n° 014/2019. Objeto: **Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de empilhadeira a Diesel, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Secretaria de Obras. Se fez presente 04 (quatro) envelopes, os quais foram entregues na sessão suspensa na data de 27/08/2019**:

Empresa: TC SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE MAQUINA LTDA-EPP, CNPJ: 19.607.840/0001-45.

Empresa: RENASCER PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 13.171.273/0001-40.

Empresa: PERSONALITE TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ: 29.219.583/0001-28.

Empresa: EXCELLENCE SERVICE E CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 10.279.167/0001-97.

Está sendo gravado a sessão e se for do interesse das empresas poderiam solicitar a gravação. O Pregoeiro Oficial e sua Equipe analisaram os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação e verificou-se que os mesmos estavam devidamente lacrados, sendo que foram posteriormente rubricados. Seguindo então para a abertura da Proposta de Preços. Após a abertura do envelope de proposta foram lançadas no sistema, ficando vencedora a empresa:

ITEM	COD. TCE	COD. TCE FORN.	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	422081-1	1092 - Mês	EMPILHADEIRA A DIESEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3.500 KG, COM TORRE 4.5 METROS, CENTRO DE CARGA 550 MM, ALTURA DE ELEVAÇÃO DA TORRE 4.5 METROS NO MÍNIMO, TAMANHO DO GARFO 1.200X110X50 NO MÍNIMO, ÂNGULO DE INCLINAÇÃO 3/6 GRAUS, RAIO DE GIRO 2300 MM, ALTURA LIVRE DO SOLO 120MM, ALTURA DO PROTETOR DO OPERADOR 2190MM, VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO 17 KM/H, VELOCIDADE DE ELEVAÇÃO 0.49 M/S, VELOCIDADE DE ABAIXAMENTO 0.44 M/S, CAPACIDADE DO TANQUE 30 L, MOTOR DIESEL 4 CILINDROS, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA. OBS: Todas as especificações citadas, são mínimas, podendo ser iguais ou superiores.	12	HYTER	R$ 6. 750,00	R$ 81. 000,00

Empresa: PERSONALITE TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ: 29.219.583/0001-28, com o valor total de itens **R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).**

Posteriormente passou-se para a fase de abertura dos documentos de habilitação, no qual o Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio analisando os documentos de habilitação constatou-se que a empresa vencedora apresentou todos os documentos exigidos no edital ficando assim habilitada e vencedora do certame. Os demais envelopes de habilitação se encontra disponível neste setor para retirada, se for do interesse das empresas.

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos e agradeceu a presença de todos, lavrando a presente ata, imprimindo-as em vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente adjudicada e encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

VILMAR DE SOUZA

Equipe de Apoio

ITA ROBERTA SOARES

Equipe de Apoio

PERSONALITE TERCEIRIZAÇÕES LTDA

CNPJ: 29.219.583/0001-28

EXCELLENCE SERVICE E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 10.279.167/0001-97

RENASCER PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 13.171.273/0001-40

TC SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE MAQUINA LTDA-EPP

CNPJ: 19.607.840/0001-45

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 020/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2019

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 120/2019/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial para contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviço de elaboração e disponibilização do mapeamento digital georreferência através de aerofotogrametria, imagens de satélite e perfilhamento a laser para o Município de Santo Antônio do Leste.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 22 de outubro de 2019***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 07:00 horas ás 11:00 horas e das 13:00 horas até as 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a Av. Goiás, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 08 de outubro de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 389/2019

De 23 de agosto de 2019

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 461/2019.

DE: 04 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal, de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em gozo à servidora pública efetiva**ELIETE APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA OLIVEIRA** para os meses de **OUTUBRO e NOVEMBRO** de 2019, conforme garante Lei nº 387/2012, artigo 46º, Parágrafo 1º.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 04 DE OUTUBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

AVISO DE LICITAÇAO - TOMADA DE PREÇOS 010/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO Nº 124/2019/CPL/PP

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório para **contratação de empresa especializada na execução de obras de urbanização e iluminação dos canteiros centrais das avenidas Goiás, e Brasil localizadas neste município, conforme planilhas orçamentarias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 24 de outubro de 2019***, em sala designada pela comissão de licitação na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 as 11:00 h e das 13:00 as 17:00 h, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 08 de outubro de 2019.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Portaria n.º 456/2019 de 03 de outubro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2018 - 32ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 39 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

Dispõe sobre a **32ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 2/2018 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, via do Edital Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 2019;

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 7 no Diário Oficial Municipal em 01/02/2019, Edição 3.158 – ANO XIV – Páginas 589-687, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 7, de 1º de fevereiro de 2019, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 2/2018;

Considerando a publicação do Decreto nº 7/2019 no Diário Oficial Municipal em 04/02/2019, Edição 3.159 – ANO XIV – Página 764, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 2/2018, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, **até o dia 15 de outubro de 2019**, no horário oficial de Brasília, das 15h00min às 18h00min.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, que estão transcritos no **Anexo II** deste Edital;

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 7/2019 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018 e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 8 de outubro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 39 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 2/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
JULIANA DE OLIVEIRA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EMEBC DE PONTINÓPOLIS	2ª
SIRLENE MATOS DE MELO	APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EMEB SÃO SEBASTIÃO – Extensão Serra do Magalhães	1ª

==========

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 39 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 2/2018

DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

Ø Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado:

§ Cumprir todas as determinações do presente Edital;

§ Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

§ Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

§ Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

§ Original de documento oficial de identificação com fotografia;

§ Original do Cadastro Pessoa Física (CPF);

§ Original de Título de Eleitor;

§ Original do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

§ Original do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

§ Original de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

§ Original de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos ou maiores, se dependentes;

§ Original do RG, CPF, Título de Eleitor e Certidão da Nascimento/Casamento do cônjuge ou convivente;

§ Original do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

§ Original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em vigor, na categoria "D", para a função de Agente Operacional (Motorista de Transporte Escolar), ou a categoria mínima para outros condutores, conforme CTB;

§ Original de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

§ Original do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

§ Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

v Original da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

v Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

§ Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

v Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

v Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

§ Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

§ Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

§ Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

§ Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

§ Documento que comprove conta corrente ou poupança, preferencialmente no Banco do Brasil;

Ø A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

==========

==========

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 675/2019, DE 01/10/2019 - EXONERAÇÃO DE LUCIANO SILVA NOLETO

PORTARIA Nº 675, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração do Senhor LUCIANO SILVA NOLETO, do Cargo em Comissão de ASSESSOR GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor LUCIANO SILVA NOLETO, Brasileiro, Convivente, Enfermeiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.469.535 - SSP-GO, e inscrito no CPF nº 042.128.361-06, do Cargo em Comissão de ASSESSOR GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 691/2019, DE 02/10/2019 - NOMEAÇÃO DE NEILE INÊS DO CARMO DE ASSIS

PORTARIA Nº 691, DE 2 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação da Senhora NEILE INÊS DO CARMO DE ASSIS, no Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora NEILE INÊS DO CARMO DE ASSIS, Brasileira, Viúva, Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.699.847-0 - DIC-RJ, e inscrita no CPF nº 928.736.341-20, no Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

Parágrafo único. A nomeada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114 de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 678/2019, DE 01/10/2019 - EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE IVANA DE MORAES VIEIRA

PORTARIA Nº 678, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração, a pedido, da Senhora IVANA DE MORAES VIEIRA, do Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Senhora IVANA DE MORAES VIEIRA, Brasileira, Solteira, Nutricionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.467.309-6 - SSP-MT, e inscrita no CPF nº 720.999.251-00, do Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO À SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TP 02/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2019

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado de licitação realizado na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do tipo Menor Preço Global, objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA – CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA DOM PEDRO CASALDALIGA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 870548/2018/MTUR/CAIXA E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIO, EDITAL E SEUS ANEXOS".** Abertura de documentos de habilitação e de proposta de preços no dia 02/10/2019, tendo como vencedora do certame a empresa **PAC SERVIÇOS LTDA ME/CNPJ Nº 21.927.187/0001-43**, com valor global de **R$198.351,63(cento e noventa e oito mil trezentos e cinquenta e um real e sessenta e três centavos).**

São Félix do Araguaia - MT em 02 de outubro de 2019.

Wilami Ribeiro Dias

Presidente da CPL

Port. 532/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 690/2019, DE 02/10/2019 - NOMEAÇÃO DE MARILYA BARROSO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 690, DE 2 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação da Senhora MARILYA BARROSO DOS SANTOS, no Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora MARILYA BARROSO DOS SANTOS, Brasileira, Solteira, Nutricionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.874.792-2 - SSP-MT, e inscrita no CPF nº 018.631.491-47, no Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO À SAÚDE.

Parágrafo único. A nomeada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114 de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TP 001/2019

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2019

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado de licitação realizado na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do tipo Menor Preço Global, objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA – REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA BÍBLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 873033/2018/MTUR/CAIXA E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIO E ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. RECURSO ORIUNDO DO CONVÊNIO Nº 873033/2018/MTUR/CAIXA**." Abertura de documentos de habilitação no dia 01/10/2019, às 9:00 (nove) horas e Proposta de Preços no dia 08/10/2019, as 9:15 (nove horas e quinze minutos), horário de Brasília, tendo como vencedora do certame a empresa **PAC SERVIÇOS LTDA ME/CNPJ Nº 21.927.187/0001-43**, com valor global de **R$562.399,00(quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais).**

São Félix do Araguaia - MT em 08 de outubro de 2019.

Wilami Ribeiro Dias

Presidente da CPL

Port. 532/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 19/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **52/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: INDUSTRIA DE ARTEFATOS NORTE MATO GROSSSENSE EIRELI., CNPJ nº 32.535.489/0001-92, no valor TOTAL DOS ITENS de R$ 16.876,00 (Dezesseis Mil, e Oitocentos e Setenta e Seis Reais.)**.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 08 de Outubro de 2019.

_____
ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N° 59/2019 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PROGRESSÕES DE CARREIRA E ENQUADRAMENTOS FUNCIONAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS AO LONGO DOS ANOS, COM INTUITO DE SANAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES".

Arivaldo Medeiros de Santana, Prefeito Municipal de São José do Povo-MT no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando as sucessivas mudanças de Leis que disciplinaram as carreiras dos servidores públicos do município de São José do Povo-MT;

Considerando que, aparentemente, existe disparidade na progressão de carreira de servidores que se encontram em situações jurídicas iguais (mesmo concurso público e mesma escolaridade);

Considerando que se encontra em elaboração Projeto de Lei de novo plano de carreira dos servidores públicos municipais;

DECRETO:

Art. 1º- Fica criado a Comissão de Verificação e Reavaliação de Enquadramento e Progressão de Carreira dos Servidores Públicos, sendo seus membros abaixo nomeados:

I Presidente da Comissão Mirian Vieira Freire (Secretária de Administração);

II Membro José Elson Valeriano Júnior (Procurador Jurídico do Município);

III Membro Milton da Silva Cordeiro (Professor);

IV Membro Sirlene Batista da Costa Santos (Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de São José do Povo).

Art. 2° - A Comissão fica autorizada a fazer chamamento dos servidores públicos para requererem o que entenderem de direito, apresentando os documentos probatórios que julgarem necessários.

Art. 3° - Todas as decisões e conclusões da Comissão deverão ser devidamente fundamentadas.

Parágrafo Único Do relatório e conclusão final da Comissão não resultará na perca de direitos ou de remuneração de servidores públicos.

Art. 4° - A Comissão terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para finalizar os trabalhos.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal ao sétimo dia do mês de outubro de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
PORTARIA N.º124/2019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"Retifica o Art. 1º da portaria 115/2019 de 30/09/2019 que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO CABOCLO".

A Diretora Executiva do PREVIMUNI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 de 05 de Julho de 2005, observado o disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 de 19 de Dezembro de 2003, combinado com o artigo 106 da Lei Complementar Municipal Nº 963 de 27 de Junho de 2013 que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José Do Rio Claro/MT e, dá Outras Providências, *Anexo III – B da Lei Municipal nº 831 de 22 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro e dá Outras Providências, alterado pelo Decreto nº 12/2019 de 15 de fevereiro de 2.019.*

RESOLVE,

Art. 1º - *Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição, em favor de* ***MARIA DA CONCEIÇÃO CABOCLO****, portador (a) do RG. nº. 785667 SSP/MT e CPF nº. 427.945.441-87, efetivo (a) no cargo de MONITORA, Classe C, Referência 02, cadastrado(a) sob matricula RE n ° 67 e matricula previdenciária nº 386, lotado(a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, o(a) referido(a) servidor(a) conta com 11. 696, (onze mil e seiscentos e noventa e seis) dias trabalhados, ou seja, 32 (trinta e dois) anos, 00 (zero) meses e 07 (sete) dias, com* ***Proventos Integrais e direito a Paridade****, conforme o processo do PREVIMUNI n.º 2019.04.00000017.*

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora do PREVIMUNI,

São José do Rio Claro-MT, 08 de outubro de 2.019.

Cleide de Lima Silva

Diretora Executiva PREVIMUNI

HOMOLOGO: ***Valdomiro LachoviczPrefeito Municipal***

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 205/2019

PORTARIA Nº 205/2019

DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) ao servidor DENILSON ANTONIO PEREIRA MELO SILVA, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012, alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 02 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 206/2019

PORTARIA Nº. 206/2019

SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designar o servidor público municipal qualificado, **Srª Naiara de Oliveira Costa Nogueira, CPF: 690.470.061-00** como FISCAL DOS SEGUINTES CONTRATOS.

§2º O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	*OBJETO*	*VIGENCIA*
CONTRATO 033/2019	CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ASFÁLTICO PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICO DO DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO FONTOURA, PARA CONTRATANTE DENTRO DO PRAZO CONSTANTE DA CLÁUSULA SEXTA.	***02/10/ 2019 ATÉ 31/12/ 2019***

§3º Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Adailton Pereira Carneiro, CPF nº 529.455.411-00, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 04 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 201/2019

PORTARIA Nº. 201/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 49

e Anexo III da Lei 491/2012;

CONSIDERANDO que o servidor **MARCIO MARTINS LUZ** tomou posse em seu cargo efetivo de motorista em **20 de março de 2012.**

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical Nível "02" para Nível "03" a Marcio Martins Luz, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo efetivo de Motorista.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de outubro de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 207/2019

PORTARIA Nº 207/2019

DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM DESFAVOR DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Vanderley Soares da Silva**, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Complementar nº 007/2004 do Artigo 191 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO a necessidade de abertura do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de irregularidade no serviço público municipal;

CONSIDERANDO os termos o Ofício Nº 232/2019, encaminhado pela Gabinete Municipal, o qual solicita a tomada das providências cabíveis no sentido de apurar a responsabilidade dos servidores.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar, em face dos servidores Felipe Kim Nunes Luz, cargo efetivo de Agente de Combate a Endemias, Matricula 9867 e Jacksiana de Sousa Silva, cargo efetiva de Técnico em Sistemas do Processo Regulatório Matricula 392, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no processo em questão, estando sujeito uma das penas prevista no art. 199 da Lei Complementar nº 007/2004 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir o processo, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

Nome:	Secretaria:	Cargo:	Matricula

Cleber Alves do Nascimento	Sec. Mun. de Administração	Efetivo em cargo de comissão como diretor de departamento do DETRAN.	9758
Mônica da Silva Rodrigues	Sec. Mun. de Saúde	Técnica de Enfermagem	9992
Aloizio Rodrigues da Silva	Sec. Mun. de Finanças	Efetivo em cargo de comissão como diretor de departamento de Finanças	663

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão do Processo Administrativo disciplinar terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão Processo Administrativo Disciplinar, terá suporte na forma de Assessoria Jurídica e Unidade de Controle Interno, se entender pertinente, a qualquer momento em escala de prioridade de atendimento nos dias úteis e horário de expediente de funcionamento das repartições da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, respeitada as competências atribuídas pela legislação pertinente.

Art. 5º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias mediante autorização da autoridade competente, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal, nos termos da Lei Complementar 007/2004.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 04 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 200/2019

PORTARIA Nº 200/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, FABIANA ALVES DA CONCEIÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Gerais no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/10/2019 a 30/12/2019, totalizando 90 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 208/2019

PORTARIA Nº 208/2019

DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, DAURA SOUSA COSTA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo efetiva de Agente Administrativa no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 07/10/2019 a 05/01/2020, totalizando 90 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 07 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 199/2019

PORTARIA Nº 199/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, ROSIMEIRE GONÇALVES PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo efetiva de Auxiliar de Serviços Gerais no Distrito de Santo Antônio do Fontoura no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/10/2019 a 30/12/2019, totalizando 90 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 203/2019

PORTARIA Nº. 203/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PATERNIDADE PARA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Artigo 92 da Lei 007/2004 do Estatuto dos Servidores Municipais e Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Paternidade para o servidor **Cristiano Rodrigues Aparecido**, efetivo no cargo de GUARDA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 12 a 27 de setembro de 2019, totalizando 15 dias.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 12/09/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de outubro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 202/2019

PORTARIA Nº. 202/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 49

e Anexo III da Lei 491/2012;

CONSIDERANDO que o servidor **EDNOR MORAES ALVES** tomou posse em seu cargo efetivo de motorista em **18 de fevereiro de 2002.**

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical Nível "05" para Nível "06" a Ednor Moraes Alves, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo efetivo de Motorista.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de outubro de 2019

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
DECRETO Nº 106, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre prorrogação do **Segundo Mês da Conciliação Tributária do Exercício 2019**, no âmbito do município de São José dos Quatro Marcos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o disposto no Artigo 9º da Lei Complementar nº 01, de 13 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal) e o que dispõe o Artigo 1º da Lei nº 1.644, de 01 de março de 2017,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado o **Segundo Mês da Conciliação Tributária do Exercício de 2019**, no âmbito do município de São José dos Quatro Marcos-MT, em estrita observância ao estabelecido na Lei nº 1.644/2017 – cujo período passa a ser de **09 de outubro a 14 de novembro de 2019**.

Art. 2º O prazo para adesão à concessão dos benefícios será até o dia 14 de novembro de 2019, condicionada esta data como prazo final para pagamento da primeira parcela ou parcela única.

Art. 3º Aos contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda Municipal, serão concedidos descontos de multas e juros nos seguintes termos:

a) Pagamento a vista: 90% (noventa por cento) de desconto;

b) Pagamento em 02 (duas) parcelas mensais: 80% (oitenta por cento) de desconto;

c) Pagamento em 03 (três) parcelas mensais: 70% (setenta por cento) de desconto;

d) Pagamento em 04 (quatro) parcelas mensais: 60% (sessenta por cento) de desconto;

e) Pagamento em 05 (cinco) parcelas mensais: 50% (cinquenta por cento) de desconto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 08 dias do mês de outubro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESULTADO FINAL - PROCESSO UNIFICADO CONSELHEIROS(AS) TUTELARES - ELEIÇÕES 2019

RESULTADO FINAL - PROCESSO UNIFICADO CONSELHEIROS(AS) TUTELARES - ELEIÇÕES 2019

NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
10 - JOSÉ MARCOS B. CARDOSO	230	1º TITULAR
01 - AGNALDO ANTÔNIO DE SOUZA	211	2º TITULAR
02 - ANA DA SILVA MARTINEZ	203	3º TITULAR
13 - LEONICE BERTOLIN CAPELETTI	158	4º TITULAR
09 - FLÁVIO DA PENHA SILVA	140	5º TITULAR
04 - ELAINE APARECIDA MARTINEZ	106	1º SUPLENTE
08 - EVAIR MENDES BUFO DA SILVA	89	2º SUPLENTE
12 - JÚLIO CESAR B. DE CARVALHO	85	3º SUPLENTE
11 - JOYCE PAULA F. DA S. CARVALHO	82	4º SUPLENTE
14 - LETÍCIA MOLINA	79	5º SUPLENTE
17 - RUDIÉRIO GERALDI TOMAS	73	6º SUPLENTE
07 - ESLAY DA SILVA SOUZA	53	7º SUPLENTE
18 - WELLINGTON F. MOTA	53	8º SUPLENTE
05 - ELIANA DIAS MARANGÃO	49	9º SUPLENTE
16 - MARIA DA S. DO NASCIMENTO	37	10º SUPLENTE
15 - LUIZ GUSTAVO DA SILVA	24	11º SUPLENTE
06 - ÉRICA DA SILVA M. EVANGELISTA	8	12º SUPLENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2019

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MAIOR OFERTA**, tendo por objeto: **"Contratação de instituição financeira oficial especializada na prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, empréstimos consignados em folha de pagamento, aplicações das disponibilizações financeiras de caixa, bem como centralização e processamento da movimentação financeira de contas correntes do Município de São Pedro da Cipa-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **21 de Outubro de 2019 - 09:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações:

tel. (0**66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 08 de Outubro 2019. ELIANE GARCIA DE ALMEIDA Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

ATA Nº 002/2019 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata nº. 002/2019

Audiência Pública realizada no dia 27 de setembro de 2019

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 15:00 horas, na Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, reuniram-se o Senhor Prefeito Municipal José Ocimar Gomes da Silva, a Secretária Municipal de Administração e Planejamento Senhora Wanubia, a Secretária Municipal de Finanças Uslene, e demais Secretários Municipais, além dos presentes que assinam esta, para em Audiência Pública para apresentarem a prestação de contas relativa ao cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre do ano de 2019, de conformidade com o que dispõe o Artigo 9º, parágrafo 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Na oportunidade o senhor Prefeito Municipal falou da importância de se prestar contas à população de Serra Nova dos recursos que foram utilizados pela Prefeitura, durante o 2º quadrimestre do corrente ano, oriundos de transferências correntes, tais como FPM, ICMS, FUNDEB, etc., bem como as demais receitas e despesas realizadas durante o período, ressaltando que a transparência total dos recursos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, além da obrigação legal, também é um dos compromissos desta administração assumido com a população local e será sempre um dos pilares da municipalidade. Despendidos. Na oportunidade o contador da Prefeitura Senhor Henrique Hideyochi Yamamura fez uma explanação, tecnicamente, sintetizando o cumprimento das metas fiscais do referido quadrimestre: Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Receita Corrente Liquida, etc..., Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Prefeito Municipal deu por encerrado os trabalhos, determinando a mim, Katiele Feitosa Rodrigues que lavrasse a presente Ata que vai assinada por mim.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2019

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1248, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2019 de 10/01/2019, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, para a **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT.**

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06, LC 147/14 E A LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: ---------- 21**/10/2019**

Horário:---------- Das 13h30minh ÀS 14h00-minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data: ---------- **21/10/2019**

Horário: ---------- Às 14h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 08 de Outubro de 2019.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Pregoeiro / Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 753/2019 de 26.07.19, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia: **24 DE OUTUBRO DE 2019 às 08:00 horas,** nas dependências da Prefeitura, localizado à Avenida Brasil, nº 2.351-N, Jardim Europa, na modalidade: **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo: **MENOR PREÇO**, com empreitada: **GLOBAL**, para a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO DE SPDA - SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS no Ginásio Vicente Serafim**, nesta municipalidade, conforme Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária em anexo, consoante às disposições da Lei n.º 8.666/93. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia09 de Outubro de 2019, através do Site HTTP://www.tangaradaserra.mt.gov.br/ Serviços/Licitações, Tangará da Serra – MT, 08/10/2019. Márcio de Oliveira Lopes – Pregoeiro / Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 013/2019, REFERENTE AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT N.º 001/2019.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 013/2019, REFERENTE AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT N.º 001/2019.

A COMISSÃO ELEITORAL ORGANIZADORA do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do município de Tangará da Serra/MT, designada por meio de Resolução n°. 002/2019/CMDCA no uso de suas atribuições legais faz saber que fará realizar neste Município processo de es-

colha em data unificada dos novos membros que irão compor o Conselho Tutelar para a **Gestão 2020/2023, TORNA PÚBLICO o Resultado Final do Pleito Eleitoral** do Processo de Escolha Unificada para Conselheiros Tutelares do Município de Tangará da Serra-MT.

RESOLVE: 1. Divulgar o Resultado Final após a apuração dos votos, realizada no dia 06 de outubro de 2019, no Auditório do Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho, visando a 5ª Fase do Processo de Escolha Unificada para Conselheiros Tutelares do Município de Tangará da Serra-MT.

CLASSIFICAÇÃO TITULARES	NOME DO (A) CANDIDATO (A)	TOTAL DE VOTOS
1	ELIZEU BENEDITO DA SILVA	270
2	EULANE PIERIN SOUZA SANTOS	245
3	JACKELINE SILVA VEZETIV	187
4	GUSTAVO SALGADO ALVES	162
5	TAMYLA VIANA DA SILVA	148
CLASSIFICAÇÃO SUPLENTES	**NOME DO (A) CANDIDATO (A)**	**TOTAL DE VOTOS**
6	LUIZA GONÇALVES DA COSTA SOUZA	134
7	ROSIMEIRE DA SILVA	117
8	MATIAS DA SILVA FÉLIX	102
9	LEIDIANE PRISCILA SILVA SANTOS	87
10	RAFAELA CARLOS ROZA	66
11	DANIEL GALANTE ROMANINI	65
12	SIRLEI PINTO DA CUNHA	63
13	ELIANE PITTMA FERREIRA	59
14	VANDERLUCIA FERNANDES S. SIQUEIRA	56
15	ANGELA LICELIA FREITAS SANTOS	51
16	LUCIMARA DE JESUS DA SILVA ROQUE	46
17	LUCILENE APARECIDA DA SILVA LEITE	39
18	MAISE CRISTINA DA SILVA DELUQUI	36
19	LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	29
20	LUCIANE SANCHES WALOSZEK	28
21	AMANDA CAROLINE DE CASSIA ARRUDA	25
22	SHEILA LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	24
23	GENESMAR PEREIRA DE SOUZA BRITO	21
24	ROSIMEIRE FEITOZA	19
25	PAULA CRISTINA JUSTINO FERREIRA	15

2. Na apuração os votos foram totalizados conforme tabela abaixo:

VOTOS EM BRANCO	4
VOTOS NULOS	25
TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS	2094
TOTAL DE VOTOS	2123

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 06 de outubro de 2019.

PROF. FÁBIO MARTINSJUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SELMA CRISTINA C. DOS SANTOS

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DEREGISTRO DE PREÇO: 76/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 76/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO, O " CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, AVIAMENTOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

VALOR: R$ 49.443,20

VIGÊNCIA: 14/08/2019 Á 14/08/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Eu, **VALTER KUHN**, *brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na rua Teotonio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT*;,, no uso das atribuições legais, em cumprimento ao disposto na Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pelo Art. 49, "*caput"*,da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e

Considerando a documentação contida no Processo Administrativo 85/2019, que originou o certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial (SRP) 065/2019, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT**

Considerando a justificativa contida, no Oficio 040/2019 emitido pela Pregoeira juntada aos autos e cujo teor explicita o ocorrido no procedimento licitatório que se encontra eivado de vícios insanáveis.

RESOLVE:

ANULAR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO na modalidade **PREGÃO**

PRESENCIALN.º065/2019, por irregularidades e falhas mencionadas nos autos do procedimento de licitação, nos termos do art. 49, *"caput"* da Lei Federal 8.666/93.

Terra Nova do Norte 03 de outubro de 2019

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

CONTRATADA: META TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP

OBJETO: SERVIÇOS DE ASSESSORIAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS

UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

VALOR: R$ 22.000,00

VIGÊNCIA: 01 DE AGOSTO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2019

FUNDAMENTO: LEI 8.666/93 SUAS ALTERAÇÕES E LEI MUNICIPAL Nº 1017/2015

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar.

Nº do Contrato: 029/2019.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: D. M. TRANSPORTE EIRELI.

CNPJ: 34.836.321/0001-42.

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte Escolar, com veículo tipo Micro Ônibus, c/ capacidade de lotação de no mínimo 20 lugares, com ar condicionado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o transporte de alunos do ensino médio e fundamental, que residem no trajeto até a Fazenda Promissão e Rio Verde.

Valor total: R$ 66.933,00 (sessenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(428) 05.001.12.361.0006.2.023-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.01.000000 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação.

Fonte: 0.1.22.055000 – Transferência de Convênios do Estado.

Vigência do Contrato: Até 31/12/2019.

Data de assinatura: 02/10/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

DIÓGENES MIKAEL MIRANDA

Pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE, REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2.019, SOB A PRESIDÊNCIA INTERINA DO SENHOR OSMAR MILAN CAPILÉ.

DATA 04 de setembro de 2.019, às 08:00h.

LOCAL Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande-MT.

PAUTA DA REUNIÃO

1. Participação do arquiteto urbanista, Enodes Soares, representante da Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, para explanar ao Conselho a respeito dos atuais encaminhamentos pertinentes ao Plano Diretor da Cidade de Várzea Grande. **2.** Entre outros assuntos correlatos ao Colegiado.

CONSELHEIROS PRESENTES

DO PODER EXECUTIVO

1. Edson Roberto Silva (Presidente do Conselho);

2. Waldisnei Moreno Costa (Secretaria Municipal de Viação e Obras);

3. Cintia da Silva Serrano (Secretaria Mun. Meio Ambiente e Desenvolv. Rural Sustentável);

4. Fernando da Silva Sé (Secretaria Mun. Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo);

5. Cezar Augusto Oliveira Viana - (Departamento de Água e Esgoto – DAE);

6. Jean de Oliveira Celestino Batista – (Sec. Munic. Serviços Públicos e Mobilidade Urbana);

AUSÊNCIA JUSTIFICADA

7. Thiago Coelho da Cunha (Procuradoria Geral do Município);

DO PODER LEGISLATIVO

8. Carlos Garcia de Almeida - Câmara Municipal de Várzea Grande.

DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1. Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG;

2. João Nobres Neto - Associação Brasileira de Engenheiros Civis - ABENC;

3. Carlos Alberto Ziliani – Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT - ACIMT;

4. Kleison K. Soares Santos – AFEV – Associação dos Feirantes de Várzea Grande;

5. Osmar Milan Capilé - ONG Nossa Terra Nossa Gente;

6. João Gumercindo Cassim - SSVP Sociedade de São Vicente de Paulo;

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

7. Eliziário Ramos Conceição - ARCREI Associação de Rádio Comunitária do Cristo Rei;

8. Domingos Sávio Bruno da Silva - CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;

9. Edilson Cardoso Salles – SINTRAMVG;

10. David Willian C. Pintor – ACIVAG;

11. Eden Anderson Garcia - IHGAAC Instituto Histórico Geográfico Ambiental;

12. Rosana Fátima de Arruda – IMUNE Instituto de Mulheres Negras;

13. Manoel Gomes Coelho – SECOVI;

CONVIDADOS

Arquiteto Urbanista Enodes Soares – Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos;

Jaderson Diego Figueiredo – Engenheiro Civil;

Valquíria Pereira de Barros – Associação dos Catadores de Várzea Grande - ASCAVAG.

ABERTURA: Aos quatro dias do mês de setembro, do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 08:00horas, o Presidente interino do Conselho da Cidade, Senhor Osmar Milan Capilé, conferiu o quórum e, após lida a pauta, deu início às atividades declarando aberta a sessão. O Presidente ao agradecer a Deus e saudar a todos os presentes, passou a palavra à Secretaria Executiva do Conselho para realizar a leitura da ata da Reunião Ordinária ocorrida em 04/06/2019, sendo aprovada por unanimidade do Pleno. Partindo para análise da Ordem do dia, o Presidente passou a deliberar sobre os processos de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV, referentes aos seguintes em-

preendimentos: a) construção da NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS de Justiça da Comarca de Várzea Grande - Ministério Público do Estado de Mato Grosso - MPE, a ser instalada na Avenida Projetada, Bairro Sesmaria Chapéu do Sol; b) Empreendimento Condomínio Residencial Vertical, denominado CHAPADA DOS PINHEIROS, com 480 unidades, de propriedade da MRV Prime Projetos e Incorporações SPE LTDA., com localização no Bairro Mapim - Região Norte. Após examinarem os projetos e os Pareceres Técnicos emitidos pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo – SMDUET e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEMMADRS, foi passada a palavra à Secretaria Executiva do Conselho para leitura dos respectivos atos de deliberações para composição das Câmaras Técnicas, conforme a seguir relacionadas: **DELIBERAÇÃO de nº 02/2.019 - NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS** -dispõe sobre a designação de Relatoria, Presidência e Membros da Comissão Técnica, passando a vigorar a partir de sua publicação em Diário Oficial do Município. Após análise das indicações, foi APROVADA a constituição da Comissão Técnica ficando a composição da seguinte forma: membros que irão analisar o empreendimento: Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG; Wilma Felfili – ONG Nossa Terra Nossa Gente; Carlos Alberto Ziliani –ACIMT; Vanor Oliveira Arantes - ABENC; Fernando da Silva Sé – SMDUET; e Domingos Sávio Bruno da Silva – CREA. A Relatoria e a Presidência da Comissão serão exercidas pelos Conselheiros Vanor Oliveira Arantes e Wilma Felfili, respectivamente. Em seguida, foi também aprovada a **DELIBERAÇÃO de nº 03/2.019 - CONDOMÍNIO CHAPADA DOS PINHEIROS,** que sobrea designação de Relatoria, Presidência e Membros da Comissão Técnica, ficando a composição assim estabelecida: membros que irão analisar o empreendimento: Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG; Wilma Felfili – ONG Nossa Terra Nossa Gente; Carlos Alberto Ziliani –ACIMT; Vanor Oliveira Arantes - ABENC; Fernando da Silva Sé – SMDUET; e Domingos Sávio Bruno da Silva – CREA. A Relatoria e a Presidência da Comissão serão exercidas pelos Conselheiros Wilma Felfili e Vanor Oliveira Arantes, respectivamente.Em continuidade aos trabalhos, o Presidente comunicou a todos sobre a indicação dos novos membros, como representantes do Instituto das Mulheres Negras de Mato Grosso – IMUNEMT, de acordo com o Ofício s/nº - IMUNEMT, de 26/08/2019. O pedido de SUBSTITUIÇÃO dos representantes foi aceito e aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes, ficando integradas ao Conselho como **membros Titular e Suplente: Joelma de Jesus Pereira e Simone Aparecida Ribeiro Lima**, respectivamente. Dando continuidade ao assunto, foi também discutido e aprovado o pedido de SUBSTITUIÇÃO apenas do Conselheiro Suplente, representante do Departamento de Água e Esgoto – DAE, conforme Ofício nº 268/DAEVG/2019, ficando integrada ao Conselho como **membro Suplente: Yasmin Hevelin Lara de Araujo Guanaes**. Prosseguindo com as deliberações, foi passada a palavra ao arquiteto urbanista Enodes Soares, representante da Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, para explanar ao Conselho a respeito dos atuais encaminhamentos pertinentes ao Plano Diretor da Cidade de Várzea Grande. Ao cumprimentar a todos, o técnico agradeceu o convite e deu início a sua fala trazendo algumas informações alusivas às Audiências Públicas anteriormente ocorridas para revisão do Plano Diretor. Deixou claro que ainda não houve discussão a respeito da lei de uso e ocupação do solo, cujo assunto será tratado somente nos últimos momentos da revisão do plano, assim como ressaltou que absolutamente nada se faz sem a devida discussão em coletividade. Lembrou que foram apresentadas as disparidades entre a atual lei de uso e ocupação do solo com relação à cidade real que temos como, por exemplo, a existência de área de uso misto com grande predominância de uso residencial, entre outras situações adversas tratadas na fase do diagnóstico. Hoje, estamos trabalhando a fase interna do processo, ou seja, iremos contextualizar tudo que foi demandado nas audiências públicas e, concomitantemente, trabalhar para apresentação dos estudos e proposituras necessárias. Lembrou que houve um aditamento ao contrato em julho/2019, firmado entre a Prefeitura e a Consultoria Technum, para atender não só a prorrogação do prazo de conclusão do Plano Diretor como também ao cronograma de discussões, que será repactuado juntamente com o Conselho da Cidade. Tivemos também outro termo de aditamento ao contrato referente aos Estudos Técnicos para elaboração do instrumento da Carta Geotécnica, em atendimento inclusive à Promotoria de Justiça do Município. Em seguida, Enodes se prontificou a apresentar ao Conselho, na maior brevidade possível, um relatório conclusivo dos estudos técnicos. A partir desta etapa, poderemos passar para a fase externa das consultas públicas, onde serão realizadas as Audiências Públicas finais assim como o encerramento definitivo das discussões pertinentes ao Plano Diretor. Por fim, o técnico externou alegria ao lembrar que já realizamos oito audiências em oito regiões da cidade e que tivemos nossa expectativa superada em relação à participação da sociedade, cujos debates e contribuições foram extremamente produtivas. Na oportunidade, a conselheira Raquel Corrêa perguntou como ficaria a situação da área do distrito industrial. Foi informado que a área da zona industrial encontra-se em fase de estudo de viabilidade técnica, tendo inclusive a possibilidade de recebimento de áreas como proposta de doações. Enodes finalizou a palavra afirmando que, quanto ao atual distrito industrial, a tendência dele é ser ampliado e ter seu entorno e acesso melhorados, assim como vem ocorrendo com o corredor industrial da Rodovia dos Imigrantes. Continuando com os trabalhos, foi entregue a palavra a Senhora Valquíria Barros, convidada, representante da Ascavag – Associação dos Catadores de Várzea Grande. Valquíria iniciou sua fala dando ênfase ao Plano Diretor, principalmente, no que tange à política de gestão e manejo dos resíduos sólidos. Argumentou sobre possíveis propostas de empresas públicas ou privadas de reciclagem que poderão se instalar em Várzea Grande. Importante que as empresas proponentes venham agregar efetivamente a função dos catadores, sobretudo o manejo que envolve a questão ambiental, a coleta seletiva dos resíduos sólidos e a triagem do lixo. Lembrou, ainda, que as possíveis empresas que vierem administrar o processo de reciclagem no município deverão promover a inclusão social dos catadores. Reforçou também que não pode ocorrer uma condição particular, em que uma única empresa monopolize o sistema. Comentou que a Produção e a destinação final de resíduos sólidos representam um dos principais problemas ambientais. Aliada à questão ambiental, temos uma importante questão social: muitas pessoas no município sobrevivem da coleta, separação e venda deste material, são os catadores de materiais recicláveis. A grosso modo, essas pessoas trabalham em condições precárias e até mesmo na informalidade. Em consonância com o dispositivo constitucional é necessário realizarmos a inclusão social dos catadores, organizando a cadeia produtiva da reciclagem com a formalização da atividade, dando-lhes condições de trabalho adequadas e pagamento digno por seu trabalho. Certamente gerará exemplo de desenvolvimento sustentável, justiça social e sustentabilidade ambiental. Confirmou que temos aproximadamente o total de 700 catadores cadastrados na cidade e que a inclusão social destes profissionais deverá ser efetivada de acordo com as resoluções emanadas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Isto posto, solicitou ao Conselho que seja também contemplado e revisado no escopo do Plano Diretor o Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Continuando, teceu comentários a respeito da empresa Ascavag, sendo uma instituição organizada, tecnicamente licenciada e geradora de renda, operando mês cerca de 160 toneladas de resíduos, podendo atribuir a ela todas as exigências do município quanto à destinação correta de seus materiais. Valquíria finalizou, pedindo a atenção do Conselho sobre o Programa Municipal de Coleta Seletiva, fazendo menção ao espaço do aterro sanitário e à destinação final do lixo. Em seguida, a conselheira Raquel aconselhou à empresa Ascavag a manter uma parceria com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável e de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, apresentando propostas e projetos de crescimento e reconhecimento do setor, principalmente neste momento ímpar de revisão do Plano Diretor da Cidade. Após, o Presidente retomou a palavra e argumentou a respeito do Aterro Sanitário e reforçou que o ideal seria criar um lugar para instalação do aterro onde se possa realizar a catação para reciclagem, a retirada do lixo orgânico para adubo e a industrialização para geração de

energia. Falou também sobre a importância de promover um processo de educação ambiental e cultural, como ferramenta para ensinar novos hábitos e costumes à população. Como exemplo, citou o projeto "Teatro de Fantoches" aplicado em escolas públicas pela Guarda Municipal, que objetiva educar crianças e adolescentes com relação ao trânsito e a outros temas sociais. Antes de finalizar os debates, o conselheiro Carlos Garcia pediu a palavra e recomendou à cooperativa Ascavag que, quando da participação de um futuro processo licitatório, atente-se quanto à legalidade fiscal, tributária e contábil da Associação, apresentando-se com características específicas de uma empresa. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 11:28min e lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada pelo Pleno do Conselho da Cidade será assinada por todos os presentes. Várzea Grande-MT, 04 de setembro de 2019.

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO (ÁREAS RELACIONADAS À POLÍTICA URBANA)		CONSELHEIROS	ASSINATURAS
1. PLANEJAMENTO	**Titular**	Edson Roberto da Silva	
	Suplente	Claudia do Bom Despacho Ferraz	
2. PROCURADORIA	**Titular**	Thiago Coelho da Cunha	
	Suplente	Edivaldo Lima de Melo	
3. OBRAS	**Titular**	**Waldisney Moreno Costa**	
	Suplente	**Maria Lucia Medeiros L. Oliveira**	
4. SERVIÇOS PUBLICOS	**Titular**	Jean de Oliveira Celestino Batista	
	Suplente	Solange Christine Arruda Fava	
5. DAE	**Titular**	**Paulo Roberto Ferreira**	
	Suplente	Cezar Augusto Oliveira Viana	
6. SEMMADRS	**Titular**	**Helen Farias Ferreira**	
	Suplente	**Cintia da Silva Serrano**	
7. SMDUET	**Titular**	**José Roberto Amaral Castro Pinto**	
	Suplente	**Fernando da Silva Sé**	
8. PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE	**Titular**	**Carlos Garcia de Almeida**	
	Suplente	**Edilei Roque de Cezário**	

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ÓRGÃO/ENTIDADE	SEGMENTO		CONSELHEIRO	ASSINATURAS
1. SINTRAMVG - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Várzea Grande	Classe dos Trabalhadores	Titular	Edilson Cardoso Salles	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Desdede Gomes Fonseca	
2. SECOVI - Sindicato das Empresas Compra-Venda-Locação de Imóveis	Classe dos Trabalhadores	Titular	Manoel Gomes Coelho	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Guido Grando Junior	
3. ACIVAG - Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande	Classe Empresarial	Titular	David Willian C. Pintor	
	Classe Empresarial	Suplente	João Avelino Bulhões	
4. ACIMT - Associação das Construtoras e Incorporadoras de Mato Grosso	Classe Empresarial	Titular	Carlos Alberto Ziliani	
	Classe Empresarial	Suplente	Marcleide Rocha de Souza	
5. ONG Nossa Terra Nossa Gente	ONG	Titular	Osmar Milan Capilé	
	ONG	Suplente	Wilma Felfili	
6. OAB	Profissionais Acadêmicos	Titular	Raquel de Oliveira Corrêa	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Vitor Lima de Arruda	
7. CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Profissionais Acadêmicos	Titular	Domingos Sávio B. Silva	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	João Francisco Albuquerque	
8. ABENC Associ. Brasileira Engenheiros Civis	Profissionais Acadêmicos	Titular	João Nobres Neto	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Vanor Oliveira Arantes	
9. ARCREI - Associação de Rádio Comunitária do Cristo Rei	Movimento Social	Titular	Eliziário Ramos Conceição	
	Movimento Social	Suplente	Aberides Alves da Silva	
10. AFEV - Associação dos Feirantes de Várzea Grande	Movimento Social	Titular	Carlindo Bastos da Silva	
	Movimento Social	Suplente	Kleison K. Soares Santos	
11. IHGAAC - Instituto Histórico Geográfico Ambiental	Movimento Social	Titular	Eden Anderson Garcia	
	Movimento Social	Suplente	Ney Mussa de Moraes	
12. SSVP Sociedade de São Vicente de Paulo	Movimento Social	Titular	João Gumercindo Cassim	
	Movimento Social	Suplente	Agostinho Santana Santos	
13. IMUNE Instituto de Mulheres Negras	Movimento Social	Titular	Juliana Silva	
	Movimento Social	Suplente	Antonieta Luisa Costa	

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 130, DE 08 DE OUTUBRO DE 2.019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 090/2019 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JUNIOR DAMIÃO BARBOSA DE ARRUDA,** brasileiro, maqueiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 1761224-1 data de emissão 15/05/2015 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 014.800. 841-07, matrícula nº 135288 em substituição ao servidor **GELSON THIAGO CORREA LEITE**, brasileiro, Gestor Público, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 1897443-0 data de emissão 25/07/2004 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 034.282.581-00, matrícula 132892, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 090/2019, firmado com a empresa, **GL OXIGÊNIO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 12520836/0001-04, sob o NIRE nº 51201204241 cujo objeto é contratação em caráter de urgência de empresa capacitada no fornecimento de Gases Medicinais com cilindros de armazenamento em comodato para atender as necessidades da nova Unidade de Pronto Atendimento 24 horas UPA/ Cristo Rei.

Art. 2º - caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2019.

Várzea Grande, 08 de outubro de 2.019.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 129, DE 08 DE OUTUBRO DE 2.019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 090/2019 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **GELSON THIAGO CORREA LEITE**, brasileiro, Gestor Público, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 1897443-0 data de emissão 25/07/2004 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 034.282.581-00, matrícula 132892, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 090/2019, firmado com a empresa, **GL OXIGÊNIO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 12520836/0001-04, sob o NIRE nº 51201204241 cujo objeto é contratação em caráter de urgência de empresa capacitada no fornecimento de Gases Medicinais com cilindros de armazenamento em comodato para atender as necessidades da nova unidade de pronto atendimento 24 horas UPA/ Cristo Rei.

Art. 2º - caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data da assinatura do Contrato.

Várzea Grande, 08 de outubro de 2.019.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

RESOLUÇÃO Nº 02/2.019 CONCIDADE

Dispõe sobre a recomendação do Conselho da Cidade pela aprovação da nova Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Várzea Grande – Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE - CONCIDADE, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Municipal n.º 4.151/2.016; e

CONSIDERANDO o parecer técnico apresentado pelos Senhores Conselheiros Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG; Wilma Felfili – ONG Nossa Terra Nossa Gente; Carlos Alberto Ziliani –ACIMT; Vanor Oliveira Arantes - ABENC; Fernando da Silva Sé – SMDUET; e Domingos Sávio Bruno da Silva – CREA. A Relatoria e a Presidência da Comissão serão exercidas pelos Conselheiros Vanor Oliveira Arantes e Wilma Felfili.

RESOLVE:

Art. 1º Fica recomendado que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo – SMDUET, que **APROVE** a nova **SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, conforme os termos dos instrumentos de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança EIV/RIV apresentados, e das recomendações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Parágrafo único: A recomendação pela aprovação fica condicionada ao cumprimento integral das observações contidas no parecer técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo – SMDUET.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande - MT, 08 de outubro de 2.019.

EDSON ROBERTO SILVA

Secretaria Municipal de Planejamento

Presidente do Conselho

THIAGO COELHO DA CUNHA

Procuradoria Geral do Município

JOSÉ ROBERTO AMARAL CASTRO PINTO

Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

WALDISNEY MORENO COSTA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

YASMIN HEVELIN LARA DE ARAUJO GUANAES

Departamento de Água e Esgoto - DAE

DAVID WILLIAN C. PINTOR

Associação Comercial e Empresarial – ACIVAG

CARLOS ALBERTO ZILIANNI

Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT – ACIMT

OSMAR MILAN CAPILÉ

ONG – Nossa Terra Nossa Gente

RAQUEL DE OLIVEIRA CORRÊA

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ELIZIÁRIO RAMOS DA CONCEIÇÃO

ARCREI - Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei

KLEISON K. SOARES SANTOS

Associação dos Feirantes – AFEV

WILMA FELFILI

ONG - Nossa Terra Nossa Gente

VANOR OLIVEIRA ARANTES

Associação Brasileira Engenheiros Civis - ABENC

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, inscrito no CNPJ: 03.507.548/0001-10, torna-se público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – **SEMA/MT** o pedido de Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO, para as obras de Construção da Orla do Rio Cuiabá, da cidade de Várzea Grande, localizado na Alameda Julio Muller, Bairro Alameda, município de Várzea Grande – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, inscrito no CNPJ: 03.507.548/0001-10, torna-se público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – **SEMA/MT** o pedido de Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação – LO, para as obras de Reforma do Centro Ecológico Municipal de Recreação e Lazer Bernardo Berneck, localizado na Avenida Julio Campos, Bairro Marajoara, município de Várzea Grande – MT.

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 131, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o Artigo 79, Inciso I, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO:

O contido na Resolução Nº 2, de 03 de julho de 2013, do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, Comissão Nacional de Residência Médica, que dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica das instituições de saúde que oferecem programas de residência médica e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1 - Instituir a Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT, na seguinte forma:

Coordenador - Glen Carlo de Arruda,

Vice-Coordenador - Gunther Peres Pimenta,

Representante do Corpo Docente - Aline Fernanda de Almeida Ribeiro,

Suplente do Representante do Corpo Docente - Adalzizio Vieira de Araújo Filho,

Representante da Instituição de Saúde - Sebastião Ney da Silva Provenzano,

Suplente do Representante da Instituição de Saúde - Waldirson Benedito Moraes Coelho.

Art. 2 - O representante dos médicos residentes será devidamente nomeado na medida em que forem desenvolvidas as atividades da Comissão de Residência Médica (Coreme) do HPSMVG.

Art. 3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 08 de outubro de 2.019.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

RESOLUÇÃO 30/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Dispõe sobre a retificação da Resolução 27/2018/CMDCA/VG.

Onde se lê

RESOLUÇÃO 27/2018 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Lê-se

RESOLUÇÃO 27/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais,que lhe são conferidos pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 eLei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 286, realizada no dia 13 de agosto de 2019;

Considerando o Processo 08/2018 que trata o Projeto;

Considerando o Projetoaprovadosegundo as regras do Edital AMIGO DE VALORdo banco SANTANDERno ano de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Renovação do Projetoaprovado pelo programa**Amigo de Valor no edital 2018,** para **captação em 2019**, e execução em 2020, com atividades desenvolvidas e realizados em Várzea Grande-MT.

Instituição Executora	Projeto Aprovado	Valor
Associação Nativo	COMPARTILHAR PARA SOLIDARIZAR	R$300.000,00

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 08 de outubrode 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 1019/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo

Art. 1° da Portaria Interna **n° 007/2017** de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 623337/2019,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 001/2018, que averbou em favor da servidora, **ANA ALICE DA SILVA E SILVA, Matrícula 82.029** – lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professora, relativo ao período de **08.02.1999 a 31.12.1999; 14.02.2000 a 30. 07.2000; 18.09.2000 a 31.12.2000; 01.03.2001 a 01.07.2001; 08.04.2002 a 07.07.2002; 07.10.2002 a 31.12.2002; 13.06.2003 a 12.12.2003; 09.02. 2004; 23.12.2004; 14.02.2005 a 19.12.2005; 13.02.2006 a 22.12.2006 e 12.07.2007 a 21.12.2007,** constante na Certidão de Tempo de Contribuição nº 10001100.1.00117/17-3, expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, em 05.07.2017, no total de **2.339 (dois mil trezentos e trinta e nove) dias líquidos**,**para efeitos de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08 de Outubro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1018/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 608154/2019,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora, **RAFAELA MAXIMIANO ALVES MAGALHÃES**, matrícula 39.146, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social, exercendo o cargo de Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil – Jornalista, o Tempo de Serviço prestado pela requerente junto ao Município de Várzea Grande/MT, no cargo de **Agente Administrativo**, nos períodos compreendido entre **23.07.1999 a 01.10. 2003 e 28.03.2005 a 01.05.2006,** que totalizam **1.801 (Um mil e oitocentos e um) dias líquidos**, ou ainda, **04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 05 (cinco) dias**, contados para **TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08 de outubro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 083/ CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Considerando o Requerimento sob Protocolo nº 0031/2019 onde o servidor membro da Comissão Permanente Roseir **Brandão** Dionisio pede afastamento da função por motivos particulares; e a necessidade de recomposição dos membros da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica **DESIGNADA** para compor como membro da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares no âmbito da Corregedoria Geral da Guarda Municipal, a servidora **Lindinalva** da Silva, matricula nº 27904 entrando em exercício por prazo indeterminado em substituição ao membro Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41212

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 08 de outubro de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019

Processo nº 624545/2019**.**Objeto:Contratação de pessoa jurídica capacitada para fornecimento de recarga para extintores de incêndio, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT. em nome de **META EXTINTORES LTDA – EPP – CNPJ: 05.621.915/0001-38**, com o valor a ser pago de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), o prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato.Publique-se e cumpra-se. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 08 de outubro de 2019.**FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR - Secretária Municipal de Assistência Social**

PORTARIA GAB/SMS/VG N° 128, DE 04 DE OUTUBRO DE 2.019.

Designar servidores responsáveis pela Comissão **de Revisão de Óbitos do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.171 de 30/10/2017 que regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA);

Que a Comissão é um importante instrumento de gestão da qualidade nas instituições Hospitalares para o conhecimento das causas de mortes, bem como aprimorar a assistência à saúde;

A necessidade de adequar à atividade no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande às determinações,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar servidores pela Comissão de Revisão de Óbitos do Hospital e Pronto Socorro de Várzea Grande – CRO/HPSMVG.

Art. 2° - A Comissão de Revisão de Óbitos tem caráter técnico, consultivo e sigiloso, vinculada à diretoria técnica, cujas ações serão voltadas à avaliação sobre as causas de óbitos.

Art. 3º - Compete à Comissão:

I. Analisar e emitir parecer referentes aos óbitos ocorridos no HPSMVG, que lhes forem enviados;

II. Normatizar e fiscalizar o adequado registro e preenchimento dos atestados de óbitos;

III. Convocar o médico que atestou o óbito caso as informações sejam conflitantes;

IV. Criar, conjuntamente com a Comissão de Revisão de Prontuários, instruções necessárias para melhorar a qualidade das informações dos prontuários de óbito;

V. Zelar pelo sigilo ético das informações;

VI. Desenvolver, em parceria com o Núcleo de Educação Permanente (NEP), ações de capacitações e/ou orientações;

Art. 4° - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Médico - Diretor Clínico – Marco Aurélio de Barros Silva

Médico Clínico Geral – Jose Mario Podanosque

Buxomaxilofacial – Adriana Gibo Podanosque

Enfermeira – Amanda Oviedo da Conceição Pereira Leite

Enfermeira - Núcleo de Vigilância Hospitalar – Juliane Fátima Duarte

Assistente Social – Maria Lúcia de Jesus

Art. 5º - As funções dos membros da CRO não serão remuneradas.

Art. 6º - A Comissão deverá reunir-se mensalmente, sendo registrado em ata, contendo: data, hora, nome, resumo do expediente, decisões tomadas e por fim, assinatura dos membros presentes.

Art. 7° - A Comissão poderá convocar a participação de profissional ou representante dos setores, de acordo com as necessidades evidenciadas.

Art. 8º - A CRO, no prazo de 10 dias, deverá elaborar o Regimento Interno próprio.

Art. 9º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria GAB/SMS/VG Nº 23 de 15 de fevereiro de 2.019.

Várzea Grande, 04 de outubro de 2019.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 086/2019

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 086/2019**, tendo por objeto o **registro de preços para futura ou eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, produtos de limpeza e utensílios de cozinha para atender as diversas secretarias municipal no exercício de suas atividades**, as empresas: **MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA - ME,** com proposta no valor global de **R$ 741. 802,42** (setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e dois reais e quarenta e dois centavos), **SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME,** com proposta no valor global de **R$ 112.312,75** (cento e doze mil trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos) e **MATHIC DIST. DE MAT. DE LIMP. HIG. E ESCRI. EIRELI,** com proposta no valor global de **R$ 163. 408,36** (cento e sessenta e três mil quatrocentos e oito reais e trinta e seis centavos)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 08 de outubro de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 086/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 086/2019**, tendo por objeto o **registro de preços para futura ou eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, produtos de limpeza e utensílios de cozinha para atender as diversas secretarias municipal no exercício de suas atividades**, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA - ME,** com proposta no valor global de **R$ 741.802,42** (setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e dois reais e quarenta e dois centavos), **SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME,** com proposta no valor global de **R$ 112.312,75** (cento e doze mil trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos) e **MATHIC DIST. DE MAT. DE LIMP. HIG. E ESCRI. EIRELI,** com proposta no valor global de **R$ 163. 408,36** (cento e sessenta e três mil quatrocentos e oito reais e trinta e seis centavos)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 08 de outubro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 062-2019 PREGÃO PRESENCIAL N. 086-2019 PROCESSO: 160/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PRODUTOS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**.**

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADOS:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA - ME	**11.280.902/0001-45**	**R$ 741. 802,42**
SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME	**10.688.030/0001-96**	**R$ 112. 312,75**
MATHIC DIST. DE MAT. DE LIMP. HIG. E ESCRI. EIRELI	**33.955.893/0001-88**	**R$ 163. 408,36**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 08 de outubro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 061-2019 PREGÃO PRESENCIAL N. 084-2019 PROCESSO: 158/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA, BRITA, PEDRISCO E PÓ DE BRITA PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**.**

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
MACIMIANA POIQUI DA SILVA	**29.061.576/0001-40**	**R$ 593.000,00**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 08 de outubro de 2019.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 084/2019

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 084/2019**, tendo por objeto o registro de preços para futura ou eventual aquisição de areia, brita, pedrisco e pó de brita para manutenção das vias municipal, a empresa: **MACIMIANA POIQUI DA SILVA**, com proposta no valor global de **R$ 593.000,00** (Sessenta e seis mil reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 08 de outubro de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 084/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 084/2019**, tendo por objeto o registro de preços para futura ou eventual aquisição de areia, brita, pedrisco e pó de brita para manutenção das vias municipal resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **MACIMIANA POIQUI DA SILVA**, com proposta no valor global de **R$ 593. 000,00** (Sessenta e seis mil reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 08 de outubro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA 002/2019

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

CONCORRÊNCIA 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2019

A Prefeitura Municipal de Vila Rica / MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada pela portaria 027/2019, comunica aos interessados que o Edital de **CONCORRÊNCIA nº 002/2019** para a contratação de empresa de engenharia especializada para executar a obra de construção de rede de esgotamento sanitário, incluído materiais e mão de obra, em diversos logradouros do Município de Vila Rica em conformidade com o detalhado no Termo de Compromisso nº 0414/2014 celebrado entre o município de Vila Rica e FUNASA, foi **RETIFICADO** e fica estabelecido que a abertura da Sessão pública para a realização do certame acontecerá no dia **18 de Novembro de 2019,** às 09:00hs horário de Brasília no Paço Municipal, Setor de Licitações e Contratos, sito Av. Brasil nº 2.000, Bairro Bela vista, Vila Rica-MT. O edital de Retificação e seus anexos podem ser solicitados no endereço eletrônico licitavilaricamt@yahoo.com.br e também estará disponível no site do município www.vilarica.mt.gov.br.

Vila Rica / MT, 07 de Outubro de 2019.

Presidente da Comissão Permanente de LicitaçãoPort. nº 027/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.669/2019 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1. 600/2018- Exercício 2019 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1. 600/2018 - Exercício 2019, no valor de **R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)**, na forma abaixo especificada:

órgão: 03—Secretaria Municipal de Administração	Valores
Unidade: 03.01 — Gabinete _do Secretário	
P. A: 2.009 — Manutenção e Encargos com a Secretaria	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 10. 000,00**
Órgão: 07— Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07.03 — SAEVIR	
P. A: 2.119- Manutenção e Encargos com a SAEVIR	**R$ 10. 000,00**
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	***R$ 20. 000,00***

Artigo 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração	Valores
Unidade: 03.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 1.016— Reforma e Ampliação do Prédio do Paço Municipal	
(63) *4.4.90.51* .00.00.00.00.00.000 **1** — Obras e Instalações - (Recursos Ordinários)	**R$ 10. 000,00**
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07.03 – SAEVIR	
P. A: 1.120— Construção e Reforma do Prédio e Alambrado da ETA	
(348) 4.4.90.51 .00.00.00.00.00.000 **1** - Obras e Instalações— (Recursos Ordinários)	**10.000,00**
TOTAL DA ANULAÇÃO	***R$ 20. 000,00***

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.668/2019 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a anistia dos juros e multas e do parcelamento dos Créditos tributários inscritos em dívida ativa e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a conceder anistia de multas, juros de mora e do parcelamento, objetivando propiciar ao contribuinte a sua regularização com o recolhimento dos créditos de natureza tributaria inscritos em dívida ativa.

Art. 2°- A anistia será concedida as multas e juros de mora, sendo obrigatória a atualização monetária do valor principal de acordo com o inciso I, do art. 88 da Lei Complementar n° 1.273, de

17 de dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal.

Art. 3º- Ficam excluídos dos benefícios da presente Lei Complementar, todos os débitos inscritos em dívida ativa que se encontram em fase de protesto pelo cartório.

Art. 4º A concessão prevista no art. 1ºda presente Lei Complementar, disponibilizará os seguintes benefícios fiscais:

I - 100% (cem por cento) de anistia das multas, dos juros de mora para pagamento em cota única;

II - 80% (oitenta por cento) de anistia das multas, dos juros de mora para pagamento em até03 (três) parcelas consecutivas;

III - *75%* (setenta e cinco por cento) de anistia das multas, dos juros de mora para pagamento em até 06 (seis) parcelas consecutivas;

IV - 60% (sessenta por cento) de anistia das multas, dos juros de mora para pagamento em até 10 (dez) parcelas consecutivas;

Parágrafo único - Para parcelamento da Dívida Ativa nenhuma parcela para pessoa física será inferior a R$ 100,00 (cem reais) e para pessoa jurídica nenhuma parcela será inferior a R$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 4º Para concessão do parcelamento fica na obrigatoriedade do atendimento dos procedimentos dos incisos abaixo:

I - quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no recolhimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento;

II - a primeira parcela será recolhida no ato do parcelamento ou em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Parcelamento.

III - o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

Parágrafo Único - Os débitos parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, e não contrariando o inciso anterior, serão acrescidas de atualização monetária, multas e juros de mora em conformidade com o artigo 88 da Lei Complementar n° 1.273, de 17 de dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal.

Art. 5º Os contribuintes para usufruírem dos benefícios fiscais previstos nesta lei, deverão protocolar o requerimento conforme cronograma:

II - Para as quitações em cota única até 15/11/2019

III - Para as quitações até 06 (seis) parcelas até 15/011/2019

Art. 6° - Fica o Executivo Municipal responsável por:

I - divulgação do evento por qualquer meio de publicidade, desde que alcance o conhecimento de toda comunidade.

II - notificar pessoalmente o contribuinte em débito, quando da recusa ou não localização, utilizar as demais formas previstas no Código Tributário do Município.

Art. 7° - o Executivo Municipal fixará por decreto as normas regulamentares necessárias ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 8° - Esta Lei Complementar vigorará na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

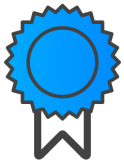
Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Oct 08 22:32:01 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)